ANDES
44º CONGRESSO
ANDES-SN
ANDES-SN NAS LUTAS E NAS RUAS, PELA DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO PÚBLICA, CONTRA AS OPRESSÕES E A EXTREMA DIREITA!
NA CAPITAL DA RESISTÊNCIA
DAS REVOLTAS DOS BÚZIOS E DOS MALÊS
UFBA
SALVADOR – BA
02 A 06 DE MARÇO 2026
ANDES
SINDICATO NACIONAL
45 ANOS
ANDES
COLETIVO DOCENTE
DEMOCRACIA & LUTA

CADERNO DE TEXTOS

44º CONGRESSO
do
ANDES-Sindicato Nacional

Salvador (BA), 2 a 6 de março de 2026

Tema Central: NA CAPITAL DA RESISTÊNCIA, DAS REVOLTAS DOS BÚZIOS E DOS MALÊS: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!

ANDES – SINDICATO NACIONAL

Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF
Fone: (61) 3962-8400
http://www.andes.org.br
E-mail: secretaria@andes.org.br

Gestão 2025/2027

Presidente: Cláudio Anselmo de Souza Mendonça
Secretária-Geral: Fernanda Maria da Costa Vieira
1º Tesoureiro: Sérgio Luiz Carmelo Barroso
Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Diego Ferreira Marques

SUMÁRIO

Apresentação	**29**
Metodologia de Trabalho	**30**
Proposta de Cronograma e Pauta do 44º CONGRESSO	**31**
Proposta de Regimento do 44º CONGRESSO	**32**
TEMA I – CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE	
Texto 1 – **Conjuntura e Movimento Docente** - Diretoria do ANDES-SN.	**45**
Texto 2 – A Esquerda Classista e o Neoliberalismo estão morrendo? – Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Zoemia Núbia Sampaio de Souza (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Miguel Arturo Chamorro Vergara (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Lucimar Pereira de França (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Soraya Dantas Santiago dos Anjos (ADUENF/Seção Sindical do ANDES-SN); Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Ruan Carlos de Araújo Moura (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Aline Maron Setenta (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Elvis Pereira Barbosa (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Sócrates Jacobo Moquete Guzmán (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); Zolacir Trindade de Oliveira Júnior (ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN); José Glauco Ribeiro Tostes (ADUENF/Seção Sindical do ANDES-SN).	**53**
Texto 3 – **Entre Denúncias e Anúncios: tecendo a manhã em meio ao avanço da barbárie capitalista** – Aline Caldeira (ADUFRJ), Antonio Henriques Lemos (UFG), Abraão Penha (ADUNEB), Ana Paula Medeiros Pereira (APUB), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Carlos Zacarias (APUB), Clara Saraiva (ADUFRJ), Daniel Rodrigues (ADUFEPE), Elaine Rossetti Behring (ASDUERJ), Emerson Duarte Monte (SINDUEPA), Fernanda Kilduff (ADUFRJ), Gardenia de Souza Furtado Lemos (UFG), Giselle Ribeiro (SINDUEPA), Gisvaldo Oliveira (ADCESP), Gustavo Gomes (ADUFF), Heleni Duarte Dantas de Ávila (APUR), Helton Saragor de Souza (ADUNIFESP), Henrique Saldanha (APUB), José Rodrigues (ADUFF), Jorgetânia Ferreira (ADUFU), Josias Porto (APUB), Kenia Miranda (ADUFF), Lana Bleicher (APUB), Luciano Queiroz (ADUFCG), Luiz Eduardo Neves (APRUMA), Marco Pestana (ADUFF), Micael Carvalho (APRUMA), Nelson Junior (ADUEPB), Nilson Cardoso (SINDUECE), Pedro Costa (ADUNB), Pedro Guilherme Alfonso dos Santos (UFG), Sônia Lúcio (ADUFF), Zózina Almeida (ADUNEB).	**59**
Texto 4 – **Por um Sindicato com Independência de Classe para Lutar contra Governos do Capital, o Imperialismo e a Extrema Direita e pelos Direitos dos Servidores Públicos** – Alexandrina Paiva da Rocha (SINDIFPI), Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS), Antonio Ronaldo Gomes Garcia (ADUFERSA), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Fernanda Hernandes Figueira (ADUFPEL), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisco Carlos Cardoso (ADUSB), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFSM), Gilcelene de Brito Ribeiro (SINDIFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFSM), Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFSM), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Luiz Fernando da Silva (ADUNESP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Luzinete (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFSM), Mónica Vermes (ADUFES), Naíres Raimunda Gomes Farias (APRUMA), Otávio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Ricardo Heli Rondinel Cornejo (SEDUFSM), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Marinho Siqueira (APUB), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Savana Diniz Gomes Melo (APUBH), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).	**68**

Texto 5 – **Pelos Direitos de Trabalhadoras e Trabalhadores, o Sindicalismo de Luta Precisa Voltar às Ruas, para Enfrentar os Ataques do Governo Federal, do Centrão e da Extrema-Direita Golpista –** Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Costa de Oliveira (ADUFPEL); André Meyer Alves de Lima (ADUFRJ); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Ângela Siqueira (ADUFF);Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Rerisson Rocha da Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Rogério Mauch (ADUFPel); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Ceres Torres (Adufpel); Claudia March (ADUFF); Deyvison Rodrigues Lima (ADUFPI); Edivaldo José Bortoleto (ADUFES); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eliana Pereira de Carvalho (ADCESP); Enilce de Oliveira Fonseca Sally (ADUFF); Erlenia Sobral do Vale (Sinduece);Fabiana Fátima Cherobin (ADUFES); Fabiola Bouth Grello Kato (ADUFPA); Fernando Bilhalva (ADUNIR); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gilberto Silva (APUG); Gisele Masson (ADUEL); Giselle Souza da Silva (ADUNIRIO); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Ilma Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lívia de Cássia Godoi Moraes (ADUFES); Lorena Moraes (ADCESP); Luciana Peil (ADUFRJ); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Coutinho (ADUR-RJ); Maria Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Maurício José Siewerdt (SINDUFFS); Milena Martinez (APUFPR); Norlai Alves Azevedo (ADUFPel); Odete da Cruz Mendes(ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Patrícia Martins Santos Freitas (ADUFES); Paulo Afonso da Silva Oliveira (SESDUF-RR); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosangela Assunção (ADCESP); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Soraya Mendes R. Adorno (ADUSB); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Veronica Fernandez (ADUFF); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDICEFET-MG); Vitor Benvindo (APUB); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).	**75**
Texto 6 – **As Máscaras Caíram: a urgência da luta anti-imperialista en nuestra américa** – Assembleia Geral da SESUNILA.	**81**
Texto 7 – **A Independência de Classe é o Caminho para Enfrentar a Burguesia, seus Governos e suas Variantes de Extrema-Direita. Por uma Frente única Anti-Imperialista! –** Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**85**
Texto 8 – **Solidariedade Internacionalista e Projeto de Classe na Disputa pelo Brasil –** Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano	**91**

Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).	
Texto 9 – **Fortalecer o ANDES-SN para Intensificar as Lutas contra o Imperialismo, a Fascistização e a Austeridade, Bases para a Defesa da Soberania na América Latina e para Forjar a Educação Pública do Futuro! –** Abraão Félix da Penha (ADUNEB), Adriana Barbosa da Silva (ADUFF), Aldair Oliveira de Andrade (ADUA), Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB), Aline Caldeira (ADUFRJ), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Ana Lívia Adriano (ADUFF), Ana Lucia Silva Gomes (ADUA), André Lima Sousa (SINDUECE), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Andrea Gomes da Silva (ADUSB), Antoniana Defilippo (ADUFF), Antônio Gonçalves Filho (APRUMA), Antônio José Vale da Costa (ADUA), Arley Costa (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Augusto Santiago Cerqueira (APESJF), Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC), Carmem S. Silva Sá (ADUNEB), Celso de Jesus Silva (ADUNEB), César Beras (APROFURG), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Claudia Piccinini (ADUFRJ), Claudio Enrique Fernández Rodríguez (SINDOIF), Cristina Miranda (ADUFRJ), Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB), Daniel Rodrigues (ADUFEPE), Daniely Meireles do Rosário (ADUFPA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Eblin Farage (ADUFF), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Eliana Albuquerque (ADUSC), Elizabeth Carla (ADUFF), Emerson Monte (SINDUEPA), Fátima de Souza Moreira (ADUFPA), Francisca Geny Lustosa (ADUFC), Francisca Maurilene do Carmo (ADUFC), Francisca Socorro Nascimento Taveira (APRUMA), Francisco Cancela (ADUNEB), Gilberto Calil (ADUNIOESTE), Giselle Ribeiro (SINDUEPA), Gisvaldo Oliveira da Silva (ADCESP), Gustavo Seferian (APUBH), Heleni Duarte Dantas de Ávila (APUR), Helton Saragor de Souza (ADUNIFESP), Inny Acioly (ADUFF), Ione Mendes Silva Ferreira (UFG), Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA), Jamile Silveira (ADUNEB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Jean Ramos (APESJF), Joana de Souza Machado (APESJF), João Carlos Alves dos Santos (ADUFPA), Jorge Ricardo (ADUFRJ), José Alcimar de Oliveira (ADUA), José Belizario Neto (ADUA), José Ernandi Mendes (SINDUECE), José Henrique Sanglard (ADUFRJ), José Miguel B Saldanha (ADUFRJ), Josefa Jackline Rabelo (ADUFC), Joselene Ferreira Mota (ADUFPA), Josias Alves de Jesus (ADUSB), Juarez Duayer (ADUFF), Jílio Ramon Teles da ponte (ADUFC), Katia Vallina (ADUA), Lena Lucia Espindola Rodrigues Figueiredo (SINDUECE), Lorene Figueiredo de Oliveira (APESJF), Lucia Helena de Brito (SINDUECE), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Márcia Barreiros (ADUNEB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Marcos Klemz (ADUFRJ), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Maria Lucia Lopes da Silva (ADUNB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Marise Marçalina de Castro Silva Rosa (APRUMA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Nora Oliveira (ADUNEB), Paulo Cesar Marques da Silva (ADUNB), Pedro Henrique Antunes da Costa (ADUNB), Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Santos Goncalves (APESJF), Roberto Leher (ADUFRJ), Rodrigo da Cunha Nogueira (ADUFOP), Rosane Toebe Zen (ADUEMS), Rubens Luiz Rodrigues (APESJF), Ruy D'Oliveira (ADUNEB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Sandra Souza (ADUFRJ), Silvana Martins de Araujo (APRUMA), Sonia Lucio (ADUFF), Sônia Pereira (ADUFC), Sueli Goulart (Seção Sindical do Andes na UFRGS), Suzana Maia (ADUFF), Tânia Maria Batista de Lima (ADUFC), Uribam Xavier (ADUFC), Vanja Vago de Vilhena (ADUFPA), Wanderson de Melo (ADUFF), Zaira Valeska Dantas da Fonseca (SINDUEPA), Zozina de Almeida (ADUNEB).	**96**
Texto 10 – **Ecossocialismo como Síntese de um Programa de Transformação Social Frente ao Colapso Capitalista –** André Ferreira (ADUFC), André Lima (Sinduece), Antonio Mota (ADUNIFESP), Bruno Rocha (ADUFC), Carla Benitez Martins (APUB), Daniel Vitor de Castro (Sindunespar), Daniel Augusto Pereira (ADUFLA), Denise Brasil (ADUFF), Gustavo Seferian (APUBH), Helena Martins (ADUFC), Irenísia Oliveira (ADUFC), Jéssica do Nascimento Rodrigues (ADUFF), Márcia de Fátima Rabello Lovisi	**101**

de Freitas (APUB), Maria José de Andrade Souza (APUR), Pedro Costa Junior (Sinduece), Tayse Palitot (ADUFOB), Tiago Coutinho (ADUFC).	
Texto 11 – **Confluência Democrática por um ANDES-SN Democrático, de Base e de Massas para Derrotar o Fascismo, Superar o Neoliberalismo e Construir um Brasil Democrático, Soberano e Justo –** Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	**107**
Texto 12 – **Conjuntura e Movimento Docente** – Diretoria da ADUnB.	**110**
Texto 13 – **44 Congressos Depois, a Luta Continua – por um sindicato classista, combativo, autônomo e democrático** – Adriano Figueiró (SEDUFSM-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angélica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio Costa (ADUFU-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET/MG-SSind.); Carlos Anaruma (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Claudete Sampaio (ADUFS-SSind.); Fábia Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFSM-SSind.); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernanda Ribeiro (ASPUV-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPel-SSind.); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU-SSind.); Glaucia Soares Barbosa (ADUEMG-SSind.); Huener Silva Gonçalves (SINDCEFET/MG-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET/MG-SSind.); Luciano Alonso (ADURRJ-SSind.); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV-SSIND.); Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ-SSind.); Milney Chasin (SINDCEFET/MG-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Oneize Amoras (ADUFS-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCEFET/MG-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDCEFET/MG-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind).	**114**
Texto 14 – **O Mundo Vive, de um Lado, uma Nova Ofensiva do Imperialismo, o Norte-Americano à Cabeça, e a Resistência da Classe Trabalhadora** – Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos	**124**

(Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).	
Texto 15 – **Contra o Ataque Imperialista à Venezuela e à América Latina –** Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).	**127**
TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 16 – Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES/IDES – Diretoria do ANDES-SN**.**	**131**
Texto 17 – Ampliar a Nacionalização das Lutas das IES Estaduais – Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ary Gertes (ADUNEMAT), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo	**138**

(Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Bruna Freitas (ADUNEMAT), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adupb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luciene Neves (ADUNEMAT), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe).	
Texto 18 – Unificar as Campanhas pela Reposição das Perdas Salariais Acumuladas e pela Derrubada da Contrarreforma Administrativa – Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**139**
Texto 19 – Ousar Lutar por uma Universidade Popular, com Autonomia Universitária, Mais Investimentos, Melhores Salários e Melhores Condições de Trabalho para os (as) Docentes das Instituições de Ensino Superior Estaduais, Municipais e Distritais – Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).	**141**

Texto 20 – PROPAG: um novo regime de implosão fiscal – Amancio Cezar (Asduerj), Andre Luis Albuquerque dos Reis (Asduerj), Beatriz Pascoal (Asduerj), Bruno Rogens Ramos Bezerra (SINDUEMA), Carlos Felipe Nunes Moreira (Asduerj), Cláudio Palmeiro do Amaral (Asduerj), Eduardo Pinto e Silva (Adufscar), Fabio Vieira de Araújo (Asduerj), Gabriel Barruci da Silva (Asduerj), Guilherme Loriato Potratz (Asduerj), Helena Antunes (Asduerj), Igor Costa (Adur-RJ), Jefferson Lee de Souza Ruiz (Asduerj), Jéssica Renata Bastos Depianti (Asduerj), João Batista Silva dos Santos (Asduerj), José Renato Nogueira (Asduerj), Luciane Nascimento (Asduerj), Luis Paulo C. Borges (Asduerj), Luiz Claudio de Santa Maria (Asduerj), Maria Angélica Coutinho (Adur-RJ), Maria Lúcia Lopes da Silva (AdUnb), Maria Virgínia Alves Martins (Asduerj), Michele Schultz (Adusp), Rafael Araujo (Asduerj), Renata M. A. Gama (Asduerj), Renata Rebouças (Asduerj), Rigler Aragão (Sindunifesspa), Roberto Bitencourt da Silva (Adesfaetec), Rodrigo Lamosa (Adur-rj), Sérgio Bergamaschi (Asduerj), Simone Eliza do Carmo Lessa (Asduerj).	**147**
Texto 21 – Plano de Lutas do Setor das IFES – Diretoria do ANDES-SN.	**151**
Texto 22 – O RSC como Reconhecimento dos/as Docentes e seu Trabalho Junto ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – Assembleia Geral da ADUFPB	**161**
Texto 23 – Carga Horária Máxima Docente para a Carreira EBTT – Adilson Mendes Ricardo (Sindcefet-MG), Anselmo Paulo Pires (Sindcefet-MG), Carlos Antônio Rufino (Sindcefet-MG), Fábio Aparecido Martins Bezerra (Sindcefet-MG), Gabriel Fagundes Camargo (Sindcefet-MG), Gustavo Henrique Barbosa (Sindcefet-MG), Katalin Carrara Geocze (Sindcefet-MG), Kecia Aline Marques Ferreira (Sindcefet-MG), Lilia Maria de Oliveira (Sindcefet-MG), Mabel Rocha Coto (Sindcefet-MG), Marcos Prado Amaral (Sindcefet-MG), Roberta Abalen Dias (Sindcefet-MG).	**162**
Texto 24 – Por um Banco Nacional de Redistribuição Docente – Diretoria da Sedufsm	**164**
Texto 25 – Urgência da Pauta Salarial em 2026: proposta de malha salarial estruturada, equilibrada e valorizada para a carreira do Magistério Federal – Assembleia Geral da ADUFS-SS Sergipe	**165**
Texto 26 – Construir a Greve da Educação Federal pelo Cumprimento Integral do Acordo de Greve, por Mais Orçamento para a Rede Federal e Contra a Reforma Administrativa – Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**172**
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 27 – Política de Formação Sindical – Diretoria do ANDES-SN.	**177**
Texto 28 – Necessária Participação do ANDES-SN em Campanhas de Solidariedade Anti-Imperialista a Venezuela – Angela Maria Venturini (Adesfaetec), Antonio Cícero Cassiano Sousa (Adesfaetec), Joana d'Arc Souza Feitoza Varejão (AdesFaetec), Maria Carolina Granato da Silva (Adesfaetec), Roberto Bitencourt da Silva (Adesfaetec), Ronaldo da Costa Formiga (Adesfaetec).	**186**
Texto 29 – Pela Manutenção e Ampliação da Solidariedade aos Estudantes Palestinos – Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG), Adilson Mendes (SINDCEFET-MG), Gabriel Fagundes (SINDCEFET-MG), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG), Lilia de Oliveira (SINDCEFET-MG), Kécia Ferreira (SINDCEFET-MG), Marcos Prado Amaral (SINDCEFET-MG), Mabel Rocha Couto (SINDCEFET-MG)	**188**
Texto 30 – Por uma Paralisação Nacional de Apoio à Palestina – Diretoria da ADUnB	**190**
Texto 31 – Em Defesa do Serviço Público, Abaixo a Reforma Administrativa! – Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Costa de Oliveira (ADUFPEL); André Meyer Alves de Lima (ADUFRJ); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Ângela Siqueira (ADUFF);Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Rerisson Rocha da Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Rogério Mauch (ADUFPel); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves	**191**

(APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Ceres Torres (Adufpel); Claudia March (ADUFF); Deyvison Rodrigues Lima (ADUFPI); Edivaldo José Bortoleto (ADUFES); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eliana Pereira de Carvalho (ADCESP); Enilce de Oliveira Fonseca Sally (ADUFF); Erlenia Sobral do Vale (Sinduece);Fabiana Fátima Cherobin (ADUFES); Fabiola Bouth Grello Kato (ADUFPA); Fernando Bilhalva (ADUNIR); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gilberto Silva (APUG); Gisele Masson (ADUEL); Giselle Souza da Silva (ADUNIRIO); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Ilma Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lívia de Cássia Godoi Moraes (ADUFES); Lorena Moraes (ADCESP); Luciana Peil (ADUFRJ); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Coutinho (ADUR-RJ); Maria Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Maurício José Siewerdt (SINDUFFS); Milena Martinez (APUFPR); Norlai Alves Azevedo (ADUFPel); Odete da Cruz Mendes(ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Patrícia Martins Santos Freitas (ADUFES); Paulo Afonso da Silva Oliveira (SESDUF-RR); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosangela Assunção (ADCESP); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Soraya Mendes R. Adorno (ADUSB); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Veronica Fernandez (ADUFF); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDICEFET-MG); Vitor Benvindo (APUB); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).	
Texto 32 – A Gênese e a Natureza dos Problemas que Devemos Enfrentar – Assembleia Geral da ADUFS-SS Sergipe	**197**
Texto 33 – Abaixo a PEC 38 da Reforma Administrativa! Somente a Greve Geral Unificada do Funcionalismo dos Municípios, Estados, DF e União Pode Enfrentar o Ataque Brutal à Estabilidade e aos Salários. Abaixo a Privatização e Demolição dos Serviços Sociais! Não ao Pagamento da Dívida Pública! – Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**202**
Texto 34 – Sem Anistia para os Golpistas, contra a Reforma Neoliberal do Estado e pela Solidariedade Internacional Anti-Imperialista: solidariedade com o povo da Venezuela e viva os 100 anos de Fidel Castro! – Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb),	**208**

Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).	
Texto 35 – Federalização das Chacinas – Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).	**214**
Texto 36 – Política Educacional – Diretoria do ANDES-SN	**217**
Texto 37 – As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas e as Lutas Necessárias Ante sua Implementação – Diretoria da ADUFF/SSind e do GTPE da ADUFF/SSind	**228**
Texto 38 – Por um Sistema Único de Educação Público, Gratuito, Laico, Presencial, Autônomo, Vinculado à Produção Social e Sob o Controle dos que Estudam e Trabalham – Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**231**
Texto 39 – Pensar uma Universidade Popular: caminhos para um projeto classista para a educação – Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama	**234**

Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).	
Texto 40 – Confluência Democrática pelo Papel do ANDES-SN no Projeto de Educação para a Sociedade Brasileira: o plano nacional de educação (2024-2034) e o avanço da extrema-direita – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	**240**
Texto 41 – Política de Multicampia e Fronteira – Diretoria do ANDES-SN	**243**
Texto 42 – Trabalho Docente em Zona de Fronteira e Locais de Difícil Permanência: a luta pela indenização educacional de fronteira e pela progressão/promoção diferenciada – Tássio Túlio Braz Bezerra (ADUFMS); Maria Audirene de Souza Cordeiro (ADUA); Laura Miranda de Castro (ADUA-SS); Guy Amado (ADUA – ICSEZ); María Eliane de Oliveira Vasconcelos (ADUA); Angela Maria da Silva Lehmkuhl (ADUA); Max de Souza Pinheiro (ADUA-SN); Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro (ADUFMS); Cibelle Dória da Cunha Bueno (ADUA/UFAM); Carlos Carvalho da Silva (ADUA); Waldson Luciano Corrêa Diniz (ADUFMS); Soriany Simas Neves (ADUA); Itiara Veiga (APROFURG); Edelir Salomão Garcia (ADUFMS); Luana Cristina da Silva Campos (ADUFMS); Jefferson da Cruz (ANDES/ADUA); Antonia Ivanilce Castro da Silva (ADUA); Gladson Rosas (ADUA); Leidi Cecília Friedrich (APUFPR); Daniel Silva Pinheiro (SINDIUFSB); Robson Fernando Missio (APUFPR); Jovanir Inês Müller Fernandes (APUFPR); Alessandro Jefferson Sato (APUF); Leandro Portz (APUFPR); Luiz Carlos Dias (APUF-PR); Alexandre Leseur dos Santos (APUFPR); Benedito Rodrigues Brazil (ADUFMS);	**251**

Fabiana Portela de Lima (ADUFMS/Secção Sindical ANDES); Erica Cristina Bueno do Prado Guirro (APUFPR); Jéfer Benedett Dörr (APUFPR); Welton Yudi Oda (ADUA); Flavio Shigueru Jojimna (APUFPR); Nei Moreira (APUFPR); Janislene Mach Trentin (APUFPR); Angela Rocio Poveda Parra (APUFPR); Joanna Durand Zwarg (ADUFMS); Luis Fernando Souza Gomes (APUFPR); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Edna Tereza de Lima (APUFPR); Eduardo Luis Cupertino Ballester (APUFPR); Everaldo Machado Portela (SINDUFOPA); Andre Muniz Afonso (APUFPR); Ana Paula Ramão da Silva (APIFPR); Maristela de Cássia Seudo Lopes (APUB UFPR); Veridiana Vizoni Scudeller (ADUA); Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR); Olicies da Cunha (APUFPR); Adriana dos Santos Ormond (ADUFMS); Maria Gracimar Pacheco de Araújo (ADUA); Vanessa Catherina Neumann Figueiredo (ADUFMS PANTANAL); Milena Sávio Pastorini Paz (UFPR - Setor Palotina); Carolini Cássia Cunha Bezerra (ADUFMS – Corumbá); Márcia Santos de Menezes (APUFPR); Marilene Machado Silva (APUFPR); Aguinaldo Rodrigues Gomes (ADUFMS); Janan Bolívia Schabib Hany (ADUFMS); Jorge De Souza Pinto (ADUFMS); Mariele Pasuch de Camargo Cremonez (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimaraes (ADUFMS); Patrícia da Costa Zonetti (APUFPR); Suzana Stefanello (APUFPR); Vilson Luis Kunz (APUFPR); Simone Francisco Ruiz (APUF PR); Roberto Luis Portz (APUFPR); Rodrigo Sequinel (APUFPR); Francielle Brustolin de Lima Simch (APUFPR); Julio Cezar da Silva Ferreira (APUFPR-SSind); Marco Aurélio Stefanes (ADUFMS); Regina Baruki Fonseca (ADUFMS); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Elisabete Takiuchi (APUFPR); Ronny machado de Moraes (ADUFMS); Aline de Marco Viott (ANDES); Maria Elizabeth Araújo Ajalla (ADUFMS); Alexandra Maria Almeida Carvalho (ADUFMS); Manoela Marchezan Piva Puf (UFPR); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); Edilson Caron (APUFPR/ANDES); Sandra Moaraes da Silva Cardozo (SESDUF/Roraima); Fernando Willyan Trevisan Leivas (APUFPR); Magno Pinheiro de Almeida (ADUFMS); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Alessandro Carvalho Bica (Sesunipampa); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Clarissa Lopes Suzuki (ADUA); Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Fabio Siqueira Pitaluga de Godoi (ADUA); Adriana dos Santos Ormond (ADUFMS); Roberta Chiesa Bartelmebs (APUFPR); Tiago Venturi (APUFPR); André Rodrigues da Cunha Barreto vianna (APUFPR); Ricardo Matos de Souza (Adufms); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Paola Cavalheiro Ponciano (UFPR Setor Palotina/ APUFPR); Jolise Saad Leite (UFMS); Eliane Hermes (APUF-PR); Margarita Victoria Rodriguez (ADUFMS); Augusto Vaghetti Luchese (APUFPR); Sandra Damasceno da Rocha (ADUA); Rodrigo André Schulz (APUFPR); Flávia Akemi Ikuta (ADUFMS Campo Grande/MS); Vinicius Cunha Barcellos (APUFPR); Yara Moretto (APUFPR); Geane Maciel Pagliosa (APUFPR); Angela Varela Brasil Pessoa (ADUFMS); Solano da Silva Guerreiro (ADUA); Adriana Kazue Takako (Sindiufsb); Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado (ADUFMS); Elaine Gomes Ferro (ADUFMS); Michel de Lucena Costa (ADUERN); Tania Sila Campioni Magon (APUFPR); Adriana da Silva Posso (Adufms); Benedito do Espírito Santo Pena Maciel (Adua-inc); Valmir Flores Pinto (ADUA); Luana Celia Stunitz da Silva (APUFPR); Anamaria Santana da Silva (ADUFMS); Maria Lucia Paniago Lordelo Neves (ADUFMS); Tharcisio Cruz (ADUA); Everton Cristo de Almeida Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará - Sessão Sindical (SINDUFOPA); Ilidio Roda Neves (ADUFMS); Lucí Helena Zanata (ADUFMS); Valmiene Florindo Farias Sousa (ADUA); Soraya Farias de Andrade Freitas ADUA; Patrícia dos Santos Trindade (ADUA); Josiara Reis Pereira (ADUA); Patricio Azevedo Ribeiro (ADUA/UFAM/PARINTINS); Edilanê Mendes dos Santos (ADUA); Márcia Regina do Nascimento Sambugari (ADFMS Pantanal); Charles Maciel Falcão (ADUA-SS); Helder Ronan de Souza Mourão (ADUA); Fabiana Caroline Zempulski Volpato (APUFPR); Anderson Luiz de Carvalho (APUFPR); Fernanda Priscila Alves da Silva (ADUA); Elton Sarmanho (ADUFPA); Adelson da Costa Fernando sim; Adelson da Costa Fernando Associado; Corina Fátima Costa Vasconcélos (ADUA); Roberto Câmara de Araújo (Sesduf-RR); Roseane Oliveira do Nascimento (ADUA ICSEZ/UFAM); Mariana Pereira de Andrade (ADUA); Marcelo Rocha Radicchi (ADUA UFAM); Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS – Aquudauana); Jonildo Viana dos Santos (SESDUF-RR); Diogo Silva do Nascimento (ADUA); Graciene Silva de Siqueira (ADUA); Gilse Elisa Rodrigues (ADUA); Joani Silvana Capiberibe de Lyra (Sesduf); Edelir Salomão Garcia (ADUFMS); Wilson Ferreira de Melo (ADUFMS/Cpan); Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF RORAIMA);Valdineia Ferreira dos Santos (ADUA); Suzana Vinicia Mancilla Barreda (ADUFMS); Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDUF-RR); Alexsandra dos Santos Oliveira (ADUFF); Maria Ana Farinaccio (ADUFMS); Ana Maria de Vasconcelos Silva (ADUFMS); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Dário Ferreira Sousa Neto (ADUFMS); Dulce Maria Sucena da Rocha (ADUnB); Simão Farias Almeida (SESDUF RR); Luciano dos Santos Bersot (APUFPR); Alexandre Leandro Pereira (APUFPR); Juliano Cordeiro (APUFPR); Raul Eiji Inui (ADUA); Roberta Azeredo Murta da Fonseca (ADUFMS); Libia de Jesus Miléo (ADUA); Patrício Freitas de Andrade (ADUA); Francisco Olímpio de Souza (ADUA – UFAM); Ciderjânio Farling Salvador da Costa (ADUA); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA); Maria das Graças Pereira Soares (ADUA); Mônica Kanashiro Oyafuso (APUFPR; Ananda Machado (SESDUF-RR); Leandro Paiola	

Albrecht (APUFPR); Ariel ORtiz Gomes (ADUFMS); Maria Auxiliadora Cesar (ADUnB/SS); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA).	
Texto 43 – Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada para as IES Multicampi do Norte – 1. Maria Audirene de Souza Cordeiro (ADUA); 2. Soraya Farias de Andrade Freitas (ADUA); 3. Jordeanes do Nascimento Araújo (ADUA); 4. Tássio Túlio Braz Bezerra (ADUFMS); 5. Patrício Azevedo Ribeiro (ADUA); 6. Gladson Rosas Hauradou (ADUA); 7. Ilídio Roda Neves (ADUFMS); 8. Laura Miranda de Castro (ADUA); 9. Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA); 10.Sandra Damasceno da Rocha (ADUA); 11.Josiara Reis Pereira (ADUA); 12.Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); 13.Mariateresa Muraca (ADUFPA); 14.Everaldo Machado Portela (SINDUFOPA); 15.Sérgio Farias (SINDUFOPA); 16.Adelson da Costa Fernando (ADUA); 17.Célia Verginia Fernandes Maia (ADUA); 18.Roberto Camara de Araújo (SESDUF-RR); 19.Jarliane da Silva Ferreira (ADUA); 20.Helder Ronan de Souza Mourão (ADUA); 21.Antonia Ivanilce Castro da Silva (ADUA); 22.Guy Amado (ADUA); 23.Clarissa Lopes Suzuki (ADUA); 24.Carlos Carvalho da Silva (ADUA); 25.Angela Maria da Silva Lehmkuhl (ADUA); 26.Elton Augusto Lehmkuhl (ADUA); 27.Corina Fátima Costa Vasconcelos (ADUA); 28.Cibelle Dória da Cunha Bueno (ADUA); 29.Jeferson da Cruz (ADUA); 30.Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos (ADUA); 31.Sandro Simas de Jesus (ADUA); 32.Jarliane da Silva Ferreira (ADUA); 33.Patrício Freitas de Andrade (ADUA); 34.Jorge Luís de Freitas Lima (ADUA); 35.Solano da Silva Guerreiro (ADUA); 36.Luiz Fernando Correia de Almeida (ADUA); 37.Edilanê Mendes dos Santos (ADUA); 38.Vairton Radmann (ADUA); 39.Merlotti Fabiano (ADUA); 40.Euricléia Gomes Coelho (ADUA); 41.Eliane Regina Martins Batista (ADUA); 42.Valmir Flores Pinto (ADUA); 43.Charles Maciel Falcão (ADUA); 44.Jorge Almeida de Menezes (ADUA); 45.Viviane Braz Nogueira (ADUA); 46.Dalva Santos (ADUFPA); 47.Plácido Magalhães (ADUFPA); 48.Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio (ADUA); 49.Max de Souza Pinheiro (ADUA); 50. Marcelo Rocha Radicchi (ADUA/UFAM); 51. Francisca Chagas da Silva Barroso (ADUA); 52. Valdenildo Alves de Araújo (ADUA); 53. Hildemberg Agostinho Rocha de Santiago (ADUA); 54. Natasha Verdasca Meliciano (ADUA); 55. Perla Joana Souza Gondim (ADUA); 56. Ariceneide Oliveira da Silva (ADUA); 57. Elis Regina Fernandes Alves (ADUA); 58. Thiago Pereira Lima (UFMA); 59. Carlos Luis Ferreira da Silva (ADUNIR); 60. Carlos Augusto Zimpel Neto (ADUNIR); 61. Vasco Pinto da Silva Filho (ADUNIR); 62. Marcelo Dayron Rodrigues Soares (ADUA); 63. Edilson Lobo do Nascimento (ADUNIR); 64. Claudio Sampaio Barbos (ADUA).	**256**
Texto 44 – Políticas e Ações para a Carreira Docente – Diretoria do ANDES-SN	**260**
Texto 45 – Isonomia e Condições de Trabalho: custeio de registros profissionais obrigatórios no regime de dedicação exclusiva – Jean Ramos (APESJF); João Roorda (APESJF); João Vitor Moreira (APESJF); Luciana Tasse (APESJF); Renato Gonçalves (APESJF); Thiago Gondim (APESJF).	**270**
Texto 46 – Texto de Apoio – Diretoria da ADFAMEMA – Seção Sindical	**271**
Texto 47 – Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, De Gênero e Diversidade Sexual – Diretoria do ANDES-SN	**274**
Texto 48 – A Luta pela Reparação das Vagas Perdidas como Combate ao Racismo Estrutural nas IES – Diretoria da ADUFF/SSind e do GTPCEGDS da ADUFF/SSind	**286**
Texto 49 – Propostas para o Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho das Universidades Públicas, Institutos Federais, Cefets e Colégios de Aplicação – Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB),	**289**

Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (ADUFSCAR), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (APUB/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Paulo José Riela Tranzilo - (ADUFS BA), Pedro Silva (SINDUECE), Rita Porto (ADUFPB), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sandra Luna (ADUFPB), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (ADUNEB), Silvina Liliana Carrizo (APESJF), Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFSM), Tiago Fávero de Oliveira (APESJF), Uiran Gebara da Silva (ADUFERPE).	
Texto 50 – Enegrecer a Educação Brasileira, Não é Favor. É Reparação Histórica! – Ailton Lima Miranda (ADUFPA); Edivania Santos Alves (ADUFPA); Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA); Daniely Meireles do Rosário (ADUFPA); Francilene do Carmo Cardoso (ADUFPA); Francisco Ednard Duarte (ADUFPA); Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA); Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA); Mario Júnior de Carvalho Arnauld (ADUFPA); Sheila Costa Vilhena Pinheiro (ADUFPA); Sônia Cristina de Albuquerque Vieira (ADUFPA); Vanja Vago Vilhena (ADUFPA).	**292**
Texto 51 – Direitos Linguísticos dos Professores Surdos: nada sem nós, sobre nós! – Diretoria do ADUFDourados – SSIND.	**294**
Texto 52 – Em Defesa da Redução da Carga Horária sem Redução Salarial para Docentes Universitárias/os Mães e Pais Atípicas/os – Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Dinalva de Jesus Santana Macedo (ADUNEB), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Elaine de Oliveira Souza (ADUNEB), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lílian Fátima Barbosa Marinho (ADUNEB), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Marco Antonio Araújo Silvany (ADUNEB), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Ronalda Barreto Silva (ADUNEB), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (ADUNEB), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Iwanoska Gama (Aduferpe).	**295**
Texto 53 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria – Diretoria do ANDES-SN	**298**
Texto 54 – Adoecimento e Proteção Docente – Adilson Mendes Ricardo (Sindcefet-MG), Anselmo Paulo Pires (Sindcefet-MG), Carlos Antônio Rufino (Sindcefet-MG), Fábio Aparecido Martins Bezerra (Sindcefet-MG), Gabriel Fagundes Camargo (Sindcefet-MG), Gustavo Henrique Barbosa (Sindcefet-MG), Katalin Carrara Geocze (Sindcefet-MG), Kecia Aline Marques Ferreira (Sindcefet-MG), Lilia Maria de	**307**

Oliveira (Sindcefet-MG), Mabel Rocha Coto (Sindcefet-MG), Marcos Prado Amaral (Sindcefet-MG), Roberta Abalen Dias (Sindcefet-MG).	
Texto 55 – Confluência Democrática por uma Política Nacional de Saúde Docente Integrada às Lutas Estruturais do ANDES-SN – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	**311**
Texto 56 – Confluência Democrática pelo Direito dos/as Aposentados/as: paridade, reenquadramento, cuidados e revogação das contrarreformas – Armenes Ramos Jr (SINDUTF-PR); Beatriz Wey (ADUR-RJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Edson Fagundes (SINDUTF-PR); Elisa Guaraná (ADUR-RJ); Everton Picolotto (SEDUSM); Fatima Fernandes Lobato (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Gizelda Costa da Silva (ADUFU); Irailde Correia de Souza (ADUFAL); Jailton Lira (ADUFAL); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR-RJ); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Guimarães (ADUFMS); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nádia Maria Pereira de Souza (ADUR-RJ); Neila Cristina Baldi (SEDUFSM); Noêmia Moura (ADUF DOURADOS); Pablo Cardellino (ADUnB); Patrícia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Paulino Barroso Medina Junior (ADUF DOURADOS); Pedro Ergnaldo Gontijo (ADUnB); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Costa (ADUR-RJ).	**313**
Texto 57 – Confluência Democrática por um Sindicato Comprometido com o Cotidiano Docente: pela convocação de um seminário nacional sobre condições de vida e trabalho docente no primeiro semestre de 2026 – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton	**316**

Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	
Texto 58 – Política de Ciência e Tecnologia – Diretoria do ANDES-SN	**320**
Texto 59 – Política de Comunicação e Arte – Diretoria do ANDES-SN	**327**
Texto 60 – Para a Elaboração do Plano de Arte e Cultura e a Garantia de uma Política Artística e Cultural do ANDES – SN – Assembleia da ADUFPB e GT Comunicação e Arte (GTCA) da ADUFPB	**332**
Texto 61 – Caminhos para Efetivar o Plano de Comunicação do Andes em sua Relação com a Base e com as Transformações no Ambiente Midiático – Diretoria da ADUFF/SSind e do GTCA da ADUFF/SSind	**333**
Texto 62 – Por Discussão de Arte e Cultura no ANDES – GTCA da Sedufsm: Neila Cristina Baldi (diretoria), Fabiana Pereira (diretoria), Jessé da Cruz (base), Flávio Campos (base) e Luciana Carvalho (base); GTCA da ADUNEB: Kátia Maria de Aguiar Barbosa	**335**
Texto 63 – Por Um Fórum da Comunicação do ANDES – GTCA da Sedufsm: Neila Cristina Baldi (diretoria), Fabiana Pereira (diretoria), Jessé da Cruz (base), Flávio Campos (base) e Luciana Carvalho (base).	**336**
Texto 64 – Política Sobre História e Memória do Movimento Docente – Diretoria do ANDES-SN	**338**
Texto 65 – 50 Anos das Primeiras Associações de Docentes do Ensino Superior – Assembleia Geral da Adusp Seção Sindical.	**344**
Texto 66 – Política Agrária, Urbana e Ambiental – Diretoria do ANDES-SN	**347**
Texto 67 – Proposta do Coletivo de Aposentadas(os), Professoras(es) da APUFPR-Ssind para a Ampliação dos Temas de Luta sobre a Crise Ambiental, a Crise do Clima e o Aquecimento Global, com sua Inclusão em Todas as Frentes de Luta Do ANDES-SN e Seções Sindicais – Adelino Pelissari (APUFPR-SSIND); Afonso Takao Murata (APUFPR-SSIND); André Bittencourt (APUFPR-SSIND); Antonio Carlos Gondim (APUFPR-SSIND); Antônio Lineu Carneiro (APUFPR-SSIND); Claudia Mendes Campos (APUFPR-SSIND); Egídio José Romanelli (APUFPR-SSIND); Elizabeth Garzuze da S. Araujo (APUFPR-SSIND); Eloise Mara Grein (APUFPR-SSIND); Emika S. Teramoto (APUFPR-SSIND); Emmanuel Appel; Euclides Marchi (APUFPR-SSIND); Eva C.R. A. Dalmolin (APUFPR-SSIND); Francisco de Assis Marques (APUFPR-SSIND); Ivan D. C. Santos (APUFPR-SSIND); João Batista Ferreira (APUFPR-SSIND); João Carlos M. Magalhães (APUFPR-SSIND); Helio Puglielli (APUFPR-SSIND); Liliana Muller Larocca (APUFPR-SSIND); Maria Suely Soares (APUFPR-SSIND); Milena	**354**

Martinez (APUFPR-SSIND); Nair Takeuchi(APUFPR-SSIND); Neide K. Kuromoto (APUFPR-SSIND); Nelva M. Z. Sganzekla (APUFPR-SSIND); Regina Maria Piechnik C. Silva (APUFPR-SSIND); Rosicler T. Göedert (APUFPR-SSIND); Sandra Mara Alessi (APUFPR-SSIND); Sônia M. Carneiro (APUFPR-SSIND); Vera Lúcia Anunciação (APUFPR-SSIND).	
Texto 68 – Urgência Socioclimática Exige Combate ao Sistema. 'Mapa do Caminho': terras indigenas e quilombolas, reforma agrária– "a resposta somos nós" – Marcos Bernardino de Carvalho (ADUSP), Paulo E Moruzzi Marques (ADUSP), Diamantino Alves Pereira (ADUSP), André Felipe Simões (ADUSP), Elvio Rodrigues Martins (ADUSP), Lucilia Daruiz Borsari (ADUSP),Marcelo Zaiat (ADUSP),Cesar Augusto Minto (ADUSP),Marcia Regina Car (ADUSP), Michele Schultz (ADUSP), Renata Hydee Hasue, (ADUSP), Fabiana Jardim (ADUSP), Marcelo Ribeiro (ADUSP),Celia Regina Orlandelli Carrer (ADUSP), Ângela Maria Machado de Lima Hutchison (ADUSP) e Tercio Loureiro Redondo (ADUSP).	**355**
Texto 69 – Política de Verbas e Fundações – Diretoria do ANDES-SN	**358**
Texto 70 – Política de Organização Sindical das Oposições – Diretoria do ANDES-SN	**364**
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 71 – Sede do 45º Congresso do ANDES – SINDICATO NACIONAL – Diretoria do ANDES-SN.	**372**
Texto 72 – Ratificações, Nulidade e Novas Alterações Regimentais de Seções Sindicais – Diretoria do ANDES-SN.	**372**
Texto 73 – Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) – Diretoria do ANDES-SN.	**374**
Texto 74 – Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) - Diretoria do ANDES-SN.	**375**
Texto 75 – Manutenção do Apoio Financeiro ao Casarão da Luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – Diretoria do ANDES-SN.	**377**
Texto 76 – Manutenção do Apoio Financeiro à Secretaria Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM – Diretoria do ANDES-SN.	**378**
Texto 77 – Fundo Único – Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN – Diretoria do ANDES-SN.	**379**
Texto 78 – Prestação de contas do 68º CONAD – Diretoria do ANDES-SN.	**381**
Texto 79 – Espaços Deliberativos do ANDES-SN: um balanço das últimas alterações, aperfeiçoamento e o papel do Conad – Diretoria do ANDES-SN.	**384**
Texto 80 – Pela Revisão da Contribuição ao Fundo Único – Celia Carrer (Adusp), Cesar Augusto Minto (Adusp), Ciro Correia (Adusp), Eliel Orenha (Adusp), Everaldo Andrade (Adusp), Fabiana Jardim (Adusp), Fernando Carbayo (Adusp), Francisco Miraglia (Adusp), Gabrielle Weber (Adusp), Lucilia Daruiz Borsari (Adusp), Marcia Regina Car (Adusp), Marcelo Ribeiro (Adusp), Marcelo Zaiat (Adusp), Marcos B. de Carvalho (Adusp), Marcos Magalhães (Adusp), Márcio Moretto (Adusp), Michele Schultz (Adusp), Otaviano Helene (Adusp), Paulo Cesar Centoducatte (Adunicamp), Paulo Moruzzi Marques (Adusp), Pierluigi Benevieri (Adusp), Renata Hydee Hasue (Adusp), Rodrigo Ricupero (Adusp), Vanessa Martins do Monte (Adusp).	**390**
Texto 81 – Definição de Questões Salariais e de Remuneração dos Trabalhadores Vinculados às Seções Sindicais do ANDES-SN – Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima SESDUF-RR	**392**
Texto 82 – Pela Filiação do ANDES-SN ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diretoria da ADUnB**.**	**392**

Texto 83 – Sindicato com mais Democracia, Menos Burocracia e Como Frente Única: desafios para o ANDES-SN – Adhemar Lourenço da Silva Junior (ADUFPEL), Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Airton Paula Souza (ADUFS), Alexandrina Paiva da Rocha (SINDIFPI), Ana Maria Alvarenga (ADUSC-BA), Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS), Antonio Ronaldo Gomes Garcia (ADUFERSA), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernanda Hernandes Figueira (ADUFPEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisco Carlos Cardoso (ADUSB), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFSM), Gilcelene de Brito Ribeiro (SINDIFPI), Gisele Costa (ADUA), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFSM), Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFSM), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Luiz Fernando da Silva (ADUNESP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Maria Luzinete (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFSM), Mónica Vermes (ADUFES), Naíres Raimunda Gomes Farias (APRUMA), Otávio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Ricardo Heli Rondinel Cornejo (SEDUFSM), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Marinho Siqueira (APUB), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Savana Diniz Gomes Melo (APUBH), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADUFMS), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR),Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).	**394**
Texto 84 – Fortalecer as Seções Sindicais do ANDES e suas Contribuições nos Espaços Nacionais COMO GTS, Reunião de Setores e Seminários Nacionais – Assembleia da SESUNILA.	**398**
Texto 85 – Por Secretarias Regionais Eleitas Regionalmente – Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).	**399**
Texto 86 – Por um ANDES-SN Cada Vez Mais Democrático! – Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes	**400**

(Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).	
Texto 87 – Despesas Referentes aos Eventos, Congresso e Conad – Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima	**403**
Texto 88 – Confluência Democrática pelo Fim dos Rateios: por um ANDES-SN que garanta a ampla participação! – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	**404**
Texto 89 – Confluência Democrática por Eleições para o ANDES-SN Plurais, Democráticas e com Ampla Participação da Categoria Docente – Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-	**408**

PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	
Texto 90 – Confluência Democrática por Grupos de Trabalho e Reuniões de Setor no ANDES/SN com Reuniões Híbridas Já! Por uma Participação de Fato Democrática! – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	**410**
Texto 91 – Confluência Democrática por Mudanças Organizacionais e no Método de Funcionamento de Grupos de Trabalho, Congressos e Conads do ANDES-SN – Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize	**412**

Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).	
Texto 92 – Sobre Intolerância e Perseguição Político-Sindicais: quando a política do cancelamento interdita a crítica e a participação – Adriana Lourenço da Silva - ADUFPel; Adriana Penna (ADUFF-SS); Adriano Figueiró (SEDUFSM-SS); Agatha Justen (ADUFF-SS); Airton Paula Souza (ADUFS/SE-SS); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR-SS); Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT); Aloízio Soares (ASPUV-SS); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SS); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SS); Angélica Lovatto (ADUNESP-SS); Antônio Cláudio Costa (ADUFU-SS); Antônio José Mahye (ADURRJ-SS); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SS); Armando Wilson Tafner Júnior (SINDUNIFESSPA); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS/SE-SS); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET/MG-SS); Carlos Anaruma (ADUNESP-SS); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Célia Otranto (ADURRJ-SS); Claudete Sampaio (ADUFS-SS); Cláudio Gurgel (ADUFF) ; Edmundo de Drummond Alves Júnior (ADUFF); Einstein Aguiar - ADUFMAT; Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Fábia Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SS); Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFSM-SS); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SS); Fernanda Ribeiro (ASPUV-SS); Francisco Vitória (ADUFPel-SS); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU-SS); Gerson Rodrigues da Silva (ADUFMAT); Glaucia Soares Barbosa (ADUEMG-SS); Huener Silva Gonçalves (SINDCEFET/MG-SS); Igor Mota Morici (SINDCEFET/MG-SS); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF) ; Jairo Paes Selles (ADUFF) ; Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SS); João da Costa Chaves (ADUNESP-SS); Jonas Lírio Gurgel (ADUFF) ; José Airton de Paula (ADUFMAT); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SS); José Ricardo Silva (ADUFMAT); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SS); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET/MG-SS); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SS); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS/SE-SS); Márcia Montanari (ADUFMAT) ; Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV-SS); Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ-SS); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Marluce Aparecida Souza Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES) ; Mauricio Farias Couto (SINDUFSB); Milney Chasin (SINDCEFET/MG-SS.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SS); Monica Aragona (ADUFMAT); Monica Pirozi (ASPUV-SS.); Nelson Teixeira de Carvalho (ADUFF); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS/SE-SS); Oneize Amoras (ADUFS-SS); Onice Terezinha Dal'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antônio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Roberto Boaventura de Sá (ADUFMAT); Rondnelly Diniz Leite (SINDCEFET/MG); Rosimê Meguins (ADUFPA-SS); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SS); Sandra Menezes Walmsley (ADUFS/SE-SS); Vinícius Machado Pereira dos Santos (ADUFMAT); Waldyr Lins de Castro (ADUFF) ; Wilma Pessôa (ADUFF); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SS).	**414**
Texto 93 – Autonomia das Seções Sindicais e Participação Democrática: distinguir deliberação política e processos eleitorais para fortalecer O ANDES-SN – Anastasia Guidi (ADUFABC), Beatriz Raposo (Adusp), Cesar Minto (Adusp), Demétrio Toledo (ADUFABC), Elisabetta Santoro (Adusp), Eneida de Paula (Adunicamp), Everaldo Andrade (Adusp), Hélder Garmes (Adusp), Jana Silverman (ADUFABC), Kimi Tomizaki (Adusp), Márcio Moretto (Adusp), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Maria Cristina Bahia (Adunicamp), Maria José de Mesquita (Adunicamp), Pierluigi Benevieri (Adusp), Renata Hasue (Adusp), Rosângela Sarteschi (Adusp), Silvia Gatti (Adunicamp), Tercio Sampaio (Adusp), Valter Pomar (ADUFABC), Vanessa Martins do Monte (Adusp) e Wanderley Martins (Adunicamp).	**420**
Texto 94 – Política Financeira do ANDES-SN – Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha	**422**

Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).	
Texto 95 – Por um Sindicato Nacional Forte, Enraizado e de Base de Verdade! Pelo Apoio Institucional às Novas e Pequenas Seções Sindicais – Diretoria da ADUFABC: Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Demétrio Toledo (ADUFABC); Jana Silverman (ADUFABC); Valter Pomar (ADUFABC); Anastasia Guidi (ADUFABC); Felipe Franco (ADUFABC); Silvio Carneiro (ADUFABC); André Pasti (ADUFABC).	**424**
SIGLAS	**426**

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes.

SUMÁRIO DOS TRs

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 16 – Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES/IDES	**136**
TR 17 – Ampliar a Nacionalização das Lutas das IES Estaduais	**139**
TR 18 – Unificar as Campanhas pela Reposição das Perdas Salariais Acumuladas e pela Derrubada da Contrarreforma Administrativa	**141**
TR 19 – Ousar Lutar por uma Universidade Popular, com Autonomia Universitária, Mais Investimentos, Melhores Salários e Melhores Condições de Trabalho para os (as) Docentes das Instituições de Ensino Superior Estaduais, Municipais e Distritais	**146**
TR 20 – PROPAG: um novo regime de implosão fiscal	**150**
TR 21 – Plano de Lutas do Setor das IFES	**159**
TR 22 – O RSC como Reconhecimento dos/as Docentes e seu Trabalho Junto ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	**161**
TR 23 – Carga Horária Máxima Docente para a Carreira EBTT	**163**
TR 24 – Por um Banco Nacional de Redistribuição Docente	**165**
TR 25 – Urgência da Pauta Salarial em 2026: proposta de malha salarial estruturada, equilibrada e valorizada para a carreira do Magistério Federal	**172**
TR 26 – Construir a Greve da Educação Federal pelo Cumprimento Integral do Acordo de Greve, por Mais Orçamento para a Rede Federal e Contra a Reforma Administrativa	**174**
TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 27 – Política de Formação Sindical	**185**
TR 28 – Necessária Participação do ANDES-SN em Campanhas de Solidariedade Anti-Imperialista a Venezuela	**187**
TR 29 – Pela Manutenção e Ampliação da Solidariedade aos Estudantes Palestinos	**189**
TR 30 – Por uma Paralisação Nacional de Apoio à Palestina	**190**
TR 31 – Em Defesa do Serviço Público, Abaixo a Reforma Administrativa!	**197**
TR 32 – A Gênese e a Natureza dos Problemas que Devemos Enfrentar	**201**
TR 33 – Abaixo a PEC 38 da Reforma Administrativa! Somente a Greve Geral Unificada do Funcionalismo dos Municípios, Estados, DF e União Pode Enfrentar o Ataque Brutal à Estabilidade e aos Salários. Abaixo a Privatização e Demolição dos Serviços Sociais! Não ao Pagamento da Dívida Pública!	**208**

TR 34 – Sem Anistia para os Golpistas, contra a Reforma Neoliberal do Estado e pela Solidariedade Internacional Anti-Imperialista: solidariedade com o povo da Venezuela e viva os 100 anos de Fidel Castro!	**213**
TR 35 – Federalização das Chacinas	**215**
TR 36 – Política Educacional	**227**
TR 37 – As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas e as Lutas Necessárias Ante sua Implementação	**230**
TR 38 – Por um Sistema Único de Educação Público, Gratuito, Laico, Presencial, Autônomo, Vinculado à Produção Social e Sob o Controle dos que Estudam e Trabalham	**233**
TR 39 – Pensar uma Universidade Popular: caminhos para um projeto classista para a educação	**239**
TR 40 – Confluência Democrática pelo Papel do ANDES-SN no Projeto de Educação para a Sociedade Brasileira: o plano nacional de educação (2024-2034) e o avanço da extrema-direita	**243**
TR 41 – Política de Multicampia e Fronteira	**250**
TR 42 – Trabalho Docente em Zona de Fronteira e Locais de Difícil Permanência: a luta pela indenização educacional de fronteira e pela progressão/promoção diferenciada	**255**
TR 43 – Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada para as IES Multicampi do Norte	**259**
TR 44 – Políticas e Ações para a Carreira Docente	**269**
TR 45 – Isonomia e Condições de Trabalho: custeio de registros profissionais obrigatórios no regime de dedicação exclusiva	**271**
TR 46 – Texto de Apoio	**273**
TR 47 – Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, De Gênero e Diversidade Sexual	**284**
TR 48 – A Luta pela Reparação das Vagas Perdidas como Combate ao Racismo Estrutural nas IES	**289**
TR 49 – Propostas para o Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho das Universidades Públicas, Institutos Federais, Cefets e Colégios de Aplicação	**291**
TR 50 – Enegrecer a Educação Brasileira, Não é Favor. É Reparação Histórica!	**293**
TR 51 – Direitos Linguísticos dos Professores Surdos: nada sem nós, sobre nós!	**294**
TR 52 – Em Defesa da Redução da Carga Horária sem Redução Salarial para Docentes Universitárias/os Mães e Pais Atípicas/os	**297**
TR 53 – Política de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria	**306**
TR 54 – Adoecimento e Proteção Docente	**310**
TR 55 – Confluência Democrática por uma Política Nacional de Saúde Docente Integrada às Lutas Estruturais do ANDES-SN	**312**
TR 56 – Confluência Democrática pelo Direito dos/as Aposentados/as: paridade, reenquadramento, cuidados e revogação das contrarreformas	**314**

TR 57 – Confluência Democrática por um Sindicato Comprometido com o Cotidiano Docente: pela convocação de um seminário nacional sobre condições de vida e trabalho docente no primeiro semestre de 2026	**319**
TR 58 – Política de Ciência e Tecnologia	**326**
TR 59 – Política de Comunicação e Arte	**331**
TR 60 – Para a Elaboração do Plano de Arte e Cultura e a Garantia de uma Política Artística e Cultural do ANDES	**333**
TR 61 – Caminhos para Efetivar o Plano de Comunicação do Andes em sua Relação com a Base e com as Transformações no Ambiente Midiático	**335**
TR 62 – Por Discussão de Arte e Cultura no ANDES	**336**
TR 63 – Por Um Fórum da Comunicação do ANDES	**337**
TR 64 – Política Sobre História e Memória do Movimento Docente	**344**
TR 65 – 50 Anos das Primeiras Associações de Docentes do Ensino Superior	**346**
TR 66 – Política Agrária, Urbana e Ambiental	**353**
TR 67 – Proposta do Coletivo de Aposentadas(os), Professoras(es) da APUFPR-Ssind para a Ampliação dos Temas de Luta sobre a Crise Ambiental, a Crise do Clima e o Aquecimento Global, com sua Inclusão em Todas as Frentes de Luta Do ANDES-SN e Seções Sindicais	**355**
TR 68 – Urgência Socioclimática Exige Combate ao Sistema. 'Mapa do Caminho': terras indigenas e quilombolas, reforma agrária– "a resposta somos nós"	**358**
TR 69 – Política de Verbas e Fundações	**364**
TR 70 – Política de Organização Sindical das Oposições	**369**
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 71 – Sede do 45º Congresso do ANDES – SINDICATO NACIONAL	**372**
TR 72 – Ratificações, Nulidade e Novas Alterações Regimentais de Seções Sindicais	**373**
TR 73 – Manutenção do Apoio Financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	**375**
TR 74 – Manutenção do Apoio Financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida (ACD)	**376**
TR 75 – Manutenção do Apoio Financeiro ao Casarão da Luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	**377**
TR 76 – Manutenção do Apoio Financeiro à Secretaria Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM	**379**
TR 77 – Fundo Único – Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN	**380**
TR 78 – Prestação de contas do 68º CONAD	**381**
TR 79 – Espaços Deliberativos do ANDES-SN: um balanço das últimas alterações, aperfeiçoamento e o papel do Conad	**389**

TR 80 – Pela Revisão da Contribuição ao Fundo Único	**391**
TR 81 – Definição de Questões Salariais e de Remuneração dos Trabalhadores Vinculados às Seções Sindicais do ANDES-SN	**392**
TR 82 – Pela Filiação do ANDES-SN ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar	**393**
TR 83 – Sindicato com mais Democracia, Menos Burocracia e Como Frente Única: desafios para o ANDES-SN	**397**
TR 84 – Fortalecer as Seções Sindicais do ANDES e suas Contribuições nos Espaços Nacionais COMO GTS, Reunião de Setores e Seminários Nacionais	**399**
TR 85 – Por Secretarias Regionais Eleitas Regionalmente	**400**
TR 86 – Por um ANDES-SN Cada Vez Mais Democrático!	**403**
TR 87 – Despesas Referentes aos Eventos, Congresso e Conad	**404**
TR 88 – Confluência Democrática pelo Fim dos Rateios: por um ANDES-SN que garanta a ampla participação!	**407**
TR 89 – Confluência Democrática por Eleições para o ANDES-SN Plurais, Democráticas e com Ampla Participação da Categoria Docente	**409**
TR 90 – Confluência Democrática por Grupos de Trabalho e Reuniões de Setor no ANDES/SN com Reuniões Híbridas Já! Por uma Participação de Fato Democrática!	**411**
TR 91 – Confluência Democrática por Mudanças Organizacionais e no Método de Funcionamento de Grupos de Trabalho, Congressos e Conads do ANDES-SN	**413**
TR 92 – Sobre Intolerância e Perseguição Político-Sindicais: quando a política do cancelamento interdita a crítica e a participação	**419**
TR 93 – Autonomia das Seções Sindicais e Participação Democrática: distinguir deliberação política e processos eleitorais para fortalecer O ANDES-SN	**421**
TR 94 – Política Financeira do ANDES-SN	**423**
TR 95 – Por um Sindicato Nacional Forte, Enraizado e de Base de Verdade! Pelo Apoio Institucional às Novas e Pequenas Seções Sindicais	**425**

APRESENTAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado de intensas lutas para nós do ANDES-SN. Fizemos, com mobilizações nos setores das IEES-IMES-IDES e das IFES, uma campanha vitoriosa contra a Reforma Administrativa, apresentada pelo deputado Pedro Paulo, que representa um verdadeiro ataque, não só às(aos) servidoras(es) públicas(os), entendidas(os) como "marajás", marcadas(os) de "privilégios", mas também um desmonte dos direitos sociais fundamentais consagrados em nossa Constituição.

Essa luta foi construída no bojo das intensas mobilizações e greves no setor das IEES-IMES-IDES no ano de 2025. Também deu seguimento às lutas da greve federal em 2024, do setor federal da educação, por isso mesmo em conjunto com SINASEFE e FASUBRA, cujo cumprimento integral do Acordo de Greve ainda se encontra na agenda de nossas lutas, sendo um elemento fundamental para nossos debates sobre o plano de lutas.

Iniciamos 2026 com um dos ataques mais brutais do imperialismo americano: o ataque ao povo venezuelano, seguido do sequestro do presidente Maduro e da deputada Cília Flores, colocando o desafio para o debate conjuntural no nosso 44º CONGRESSO, que precisará estar atento para as dinâmicas globais e os impactos no Brasil, em especial em ano eleitoral.

Mas 2025 também nos possibilitou vivenciar os mesmos "esperançares" da canção: "Pois vejo vir vindo no vento cheiro de nova estação. Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração", com a força da Marcha das Mulheres Negras Por Reparação e Bem Viver, em Brasília, que nos desvela a potência da luta contra o racismo estrutural, a luta pelo fim da escala 6x1, através da mobilização do plesbicito popular, a Cúpula dos Povos, a denúncia do genocídio palestino e nossa firme posição contra o imperialismo mundial capitalista, que é escancarado mais diretamente com as ações criminosas do governo Trump. Mas, assim como iniciamos 2026 ocupando as ruas e redes contra a ação imperialista estadunidense na Venezuela, a luta contra a LGBTQIA+fobia se faz mais firme ainda com a Marsha Trans que ocorrerá no dia 25 de janeiro.

E 2025 foi também o ano em que o ANDES-SN conseguiu uma vitória sobre a federação Proifes, que perdeu sua carta sindical por decisão judicial, cujos termos postos na sentença reconhecem a força e a historicidade do sindicato que realmente nos representa:

> **O ANDES-SN**, conforme demonstrado nos autos (ID.2d2f55f e estatuto ID. fa729ae), **detém a representação histórica e majoritária da categoria em âmbito nacional, com mais de uma centena de seções sindicais, enquanto a ré tenta se estabelecer com base em um número exíguo e irregular de sindicatos locais.** (proc. 000173-83.2025.5.10.0021, pág. 5)

Diante desse cenário, 2026, que além de tudo será um ano eleitoral, se apresenta como um momento de intensificação de nossas lutas, da nossa mobilização para impedir o avanço do projeto neofascista, ainda embalado pelos idos de 8 de janeiro de 2023, mesmo que tenhamos vivenciado o histórico processo de condenação dos autores intelectuais da trama golpista, incluindo os militares.

Historicamente somos um sindicato de luta, autônomo, independente e classista, e reafirmar tais compromissos e princípios em nosso Congresso será fundamental para a construção das mobilizações necessárias para os embates que virão.

A continuidade da luta por salários e direitos, contra a precarização de nossas condições de trabalho, contra as políticas de ajuste fiscal e o avanço do neofascismo serão alguns dos debates que farão parte do 44º CONGRESSO do ANDES-SN que acontecerá entre os dias 2 a 6 de março em Salvador, **"na capital das resistências, das revoltas dos búzios e dos males"!** Que possamos nos inspirar em nosso 44º CONGRESSO, construindo nossa agenda de lutas na certeza de que só a luta coletiva muda a vida!

Boa leitura, reflexões e debates. Nos vemos em Salvador!

METODOLOGIA DE TRABALHO

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais das(os) docentes, frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONADs) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Textos que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todas(os) as(os) participantes, reunidas(os) em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada seção sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelas(os) diretoras(es), que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio das(os) relatoras(es) dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a objetividade e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria das(os) delegadas(os), sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) A objetividade do **ordenamento dos temas** do Congresso: Conjuntura e Movimento Docente, Planos de Lutas dos Setores (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação), na sequência Plano Geral de Lutas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e por fim as Questões Organizativas e Financeiras;

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 43º Congresso e no 68º Conad complementa o resgate histórico; e os **Textos de Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações no 44º CONGRESSO para o ano de 2026, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas, especialmente diante do cenário de avanço do fascismo, ampliado pelos avanços imperialistas do EUA, que coloca o papel fundamental da carreira docente na luta por um projeto emancipador para nossa categoria e para a casse trabalhadora como um todo.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 44º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Salvador (BA), 2 a 6 de março de 2026

Tema Central: ***"NA CAPITAL DA RESISTÊNCIA, DAS REVOLTAS DOS BÚZIOS E DOS MALÊS: ANDES-SN nas lutas e nas ruas, pela democracia e educação pública, contra as opressões e a extrema direita!"***

2 de março (Segunda-feira)	**3 de março (Terça-feira)**	**4 de março (Quarta-feira)**	**5 de março (Quinta-feira)**	**6 de março (Sexta-feira)**
9h às 18h **Credenciamento** 10h30 às 13h **Plenária de Abertura** **Plenária de Instalação**	9h às 12h **Grupo Misto Tema II**	9h às 13h **Grupo Misto Tema IV**	9h às 12h **Plenária do Tema III**	9h às 12h **Plenária do Tema IV**
9h às 18h **Credenciamento** 15h às 19h **Plenária do Tema I**	14h às 18h **Grupo Misto Tema III**	15h às 19h **Plenária do Tema II**	14h às 17h **Plenária do Tema III**	14h às 16h **Plenária de Encerramento** *Podendo ser estendida até as 23h59
	18h30 às 21h30 **Grupo Misto Tema III**	Livre	18h30 às 21h30 **Plenária do Tema IV**	

Pauta

Tema I – Conjuntura e Movimento Docente.
Tema II – Planos de Lutas dos Setores.
Tema III – Plano Geral de Lutas.
Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 44º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do CONGRESSO

Art. 1º. O 44º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela Regional Nordeste III do ANDES-SN e Comissão Organizadora de docentes da UFBA, reunir-se-á no período de 2 a 6 de março de 2026, na cidade de Salvador, na Bahia.

Art. 2º. O 44º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 3º. As atribuições do 44º CONGRESSO são as dispostas no Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo III

Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 44º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (SSIND.) (Art. 16, I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada SSIND. (art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados(as) em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados(as) em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto, em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º, inciso IV, do art. 17;

II – os(as) membros(as) da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 44º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva SSIND. e secretarias regionais, com direito à voz;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§1º Os(As) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 44º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(As) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 44º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar junto à Comissão Diretora a necessidade de ausentar-se definitivamente do 44º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das SSIND, e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) suplentes no 44º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de SSIND. ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

V- acompanhantes, sem direito à voz e voto.

Art. 5º. O(A) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 44º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os(as) demais membros(as) em exercício da Diretoria (art. 32, I, II, III e IV do Estatuto), excetuados aqueles(as) cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V do Estatuto), participam com direito à voz.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º. A ratificação do credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das SSIND do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 44º CONGRESSO, será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18h (dezoito) horas do dia 2 de março de 2026, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento no dia 2 de março de 2026, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença de todos(as) os(as) delegados(as) e observadores(as) e/ou observadores(as) suplentes de delegados(as) credenciados(as). A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 5 de fevereiro de 2026 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 3º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da SSIND. que os(as) indicou. A documentação deverá ser enviada previamente, até às 23h59 (horário de Brasília) do dia 5 de fevereiro de 2026 exclusivamente por meio de formulário próprio.

§ 4º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer SSIND, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 5º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre o assunto até o seu final.

§ 6º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um crachá de identificação e votação, bem como um cartão para os sorteios de inscrição de falas nas plenárias, em cores diferentes.

§ 7º No caso de perda ou dano do crachá e/ou do cartão, só haverá substituição com autorização expressa da Plenária.

Capítulo V

Do Funcionamento

Seção I

Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 44º CONGRESSO:

I – Comissão Organizadora;

II – Comissão Diretora;

III – Grupos Mistos;

IV – Plenárias;

V – Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

§ 1º A Comissão Organizadora será criada a partir da convocação do 44º CONGRESSO.

§ 2º A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 44º CONGRESSO.

§ 3º Todos esses órgãos têm existência restrita ao período de sua realização, com exceção da Comissão Organizadora, que já iniciou seus trabalhos após a convocação do 44º CONGRESSO.

§ 4º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 44º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegados(as) com direito a voto.

§ 5º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) de delegados(as) com direito a voto.

§ 6º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 4º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 5 (cinco) docentes da UFBA, representantes do Coletivo de Oposição Democracia e Luta, e por 6 (seis) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 44º CONGRESSO;

II - organizar, junto com a Comissão Diretora, a Plenária de Abertura do 44º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 44º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Organizadora cabe recurso à Comissão Diretora.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 44º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a Comissão Organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 44º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas "a" e "c" do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 44º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 44º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais − SSINDs.

IV - elaborar a prestação de contas do 44º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das Plenárias do 44º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 44º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento;

VII - responsabilizar-se, em conjunto com os(as) relatores(as) dos Grupos Mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à Plenária.

Seção IV
Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de SSIND., delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, todos(as) com direito à voz e ao voto[C2] ;

II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de SSIND. e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito à voz;

III – Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 40 (quarenta) delegados(as) e igual número de observadores(as).

§ 1º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um(a) delegado(a) de uma mesma Seção Sindical, ou mais de um(a) delegado(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, ou mais de um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Essa mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um(uma)) coordenador(a), 1 (um(uma)) relator(a) e 1 (um(uma)) secretário(a).

§ 1º Os(as) membros(as) da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(A) coordenador(a), o(a) relator(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) e observadores(as) dos Grupos Mistos.

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários previstos no Cronograma do 44º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) de delegados(as) participantes do Grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) de delegados(as) participantes do Grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, terão início os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas por mais da metade dos(as) delegados(as) inscritos(as) em cada Grupo Misto.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do Grupo Misto, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Parágrafo único. A Comissão Diretora do 44º CONGRESSO deverá apresentar um ordenamento da distribuição dos textos do Caderno de Textos para o conjunto dos Grupos Mistos, no sentido de buscar garantir que cada TR seja debatido em pelo menos um Grupo Misto do CONGRESSO.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do Grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da Comissão Diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no Grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III - fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a) e seus contatos para casos de eventuais necessidades.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(As) relatores(as) deverão concluir os relatórios digitados para entregar à Comissão Diretora dentro do prazo de duração dos Grupos Mistos.

Art. 20. A consolidação dos Grupos Mistos será feita em reunião por membros(as) da Comissão Diretora para tal designados(as), com auxílio dos(as) relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às Plenárias do 44º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatores(as);

§ 1º A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos Grupos Mistos, facilitando os trabalhos das Plenárias. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos Grupos Mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 44º CONGRESSO.

Art. 22. O início e o encerramento das reuniões dos Grupos Mistos obedecerão, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 44º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos Grupos Mistos terão os seguintes temas e duração:

I - do Tema II – Planos de Lutas dos Setores: 3 (três) horas;

II - do Tema III – Plano Geral de Lutas: 7 (sete) horas, em dois turnos;

III - do Tema IV – Questões Organizativas e Financeiras: 4 (quatro) horas.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – Delegados(as) de SSIND., delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) nos termos do Art. 41, inciso VIII, do Estatuto e de sindicalizados(as) via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente(a) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos(as) com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de SSIND. e de sindicalizados(a)s via Secretarias Regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III – Membros(as) da Comissão Diretora com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 44º CONGRESSO serão dirigidas por mesas coordenadoras, cada qual composta por 1 (um(uma)) presidente, 1 (um(uma)) vice-presidente, 1 (um(uma)) 1º(1ª) secretário(a) e 1 (um(uma)) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre seus(suas) participantes, os(as) componentes das mesas coordenadoras das Plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os(as) membros(as) não pertencentes à Comissão Diretora do 44º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples – maior número de votos – dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(à) presidente(a) da mesa coordenadora:

I - Preparar junto com o(a) 1º(1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - Dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente(a) da mesa coordenadora:

I - Auxiliar o(a) presidente(a) em suas atividades;

II - Substituir o(a) presidente(a) em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º(1ª) secretário(a):

I - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º(2ª) secretário(a):

I - Auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - Elaborar a ata da Plenária;

III - Entregar a ata, digitada e na forma definitiva, à Comissão Diretora até 3 (três) dias após a conclusão da Plenária.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As Plenárias de Abertura e de Instalação terão juntas 2 (duas) horas e meia de duração, sendo realizadas no mesmo período;

II - Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III - Plenária do Tema II: 4 (quatro) horas;

IV - Plenária do Tema III: 6 (seis) horas, em dois períodos;

V - Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada Plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1 (uma) hora.

§ 2º A Plenária do Tema I, destinada à discussão da Conjuntura e Movimento Docente, e a Plenária do Tema II, destinada à discussão dos Planos de Lutas dos Setores, que serão realizadas em um único período cada, ambas poderão ser prorrogadas por até 1 (uma) hora.

§ 3º As Plenárias dos Temas III, destinada à discussão do Plano Geral de Lutas, e Tema IV, destinada à discussão das Questões Organizativas e Financeiras, terão duas partes cada uma, podendo ser prorrogadas por até 1 (uma) hora, não ultrapassando o limite de 7 (sete) horas cada Plenária.

§ 4º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário, no máximo até às 23h59 do dia 6 de março de 2026.

§ 5º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 6º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária de Encerramento.

§ 7º Serão considerados aprovados e não serão remetidos para o próximo evento deliberativo do ANDES-SN, os TRs debatidos em Grupos Mistos que não forem ao plenário, desde que tenham sido:

a) aprovados, sem modificação, em todos os grupos em que foram apreciados, excetuando as aprovações minoritárias;

b) debatidos e aprovados em pelo menos 1/3 dos Grupos Mistos

Art. 31. Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 44º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 44º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Caderno de Textos deste evento;

§ 1º Os textos a serem submetidos à Plenária de Instalação, contendo elementos novos que tenham impacto na conjuntura e ainda não tenham sido contemplados no Caderno de Textos, deverão ser apresentados à Comissão Diretora, até uma hora antes do início da plenária.

§ 2º Caberá à Comissão Diretora verificar o atendimento do previsto no parágrafo 1º.

§ 3º Aos(Às) proponentes do texto cabe recurso da decisão da Comissão Diretora a ser apreciado na Plenária de Instalação.

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 44º CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da Plenária do 44º CONGRESSO, será feita por meio de ferramenta digital.

§ 1º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, poderá ser feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante crachás de voto.

§ 2º Em caso de impossibilidade do uso de ferramenta digital para verificação do quórum inicial, esta será aferida por lista física de presença.

Seção VI

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 33. A Comissão será formada na Plenária de Instalação, sendo composta por 3 (três) membros(as) da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e por 2 (dois(duas)) membros(as) docentes da UFBA, indicados(as) pelo Coletivo de Oposição Democracia e Luta, que sedia o evento, devendo a mesma ser composta por, no mínimo, 3 (três) mulheres, respeitando a diversidade de gênero e sexualidade.

Art. 34. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I - receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores(as) dos eventos durante o período de sua realização;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 44º CONGRESSO;

III – propor, em parceria com a Comissão Organizadora, estratégias educativas e de prevenção ao assédio e demais opressões.

Art. 35. A Comissão divulgará durante o evento, o local e horário de atendimento e o fluxo a ser seguido para a realização da representação.

Art. 36. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a) representante e o(a) representado(a) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado por cada uma das partes e pela Comissão.

Parágrafo único: O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a) depoente.

Art. 37. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a) representante e do(a) representado(a);

II – sugerir à Comissão Organizadora a aplicação de penalidades de advertência e de suspensão a sindicalizados(as), na forma do Art. 11 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

III – Se eventualmente o(a) representado(a) não for sindicalizado(a), a Comissão proporá outras medidas cabíveis para cada caso.

§ 1º Após a Plenária de Encerramento a Comissão enviará no prazo de até 30 dias, para a Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, relatório com a descrição das representações, apuração e encaminhamentos necessários.

§ 2º No prazo de 30 dias, após a entrega do relatório da Comissão à Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os encaminhamentos e providências serão informados aos(às) envolvidos(as) – representantes e representados(as).

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 38. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (Grupos Mistos ou Plenárias), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições e/ou sorteio para contemplar a paridade de gênero, conforme definido pelo Grupo Misto ou Plenária.

Art. 39. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido conforme expresso no *caput* deste artigo.

§ 2º O Grupo Misto ou a Plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou o encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 40. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da Plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do crachá pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do Grupo Misto ou da Plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos Grupos Mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c) oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no Plenário;

d) sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas debatidas pelos Grupos Mistos para a Plenária só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um Grupo.

Art. 41. A apresentação de questão de ordem, pedido de esclarecimento e/ou questão de encaminhamento fica assim estabelecida:

§ 1º A questão de ordem deve ser utilizada para suscitar, em qualquer fase da Plenária e/ou Grupo Misto, dúvida a respeito de interpretação ou aplicação desse Regimento; dúvida sobre encaminhamento proposto pela Plenária ou membros(as) do Grupo que não se relacionem com o tema em debate e/ou entrem em conflito com o Regimento do evento e/ou Estatuto do ANDES-SN e para propor o resgate do tema de forma a centrar no que está em debate no momento específico. A questão é decidida pela mesa coordenadora e/ou submetida à Plenária e/ou membros(as) do Grupo Misto, e se aprovada deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 2º O pedido de esclarecimento pode ser solicitado em relação a uma proposta, questões de ordem, pauta, não podendo ser feito durante a intervenção de alguém ou durante o regime de votação. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

§ 3º A questão de encaminhamento pode ser feita no final dos pontos em discussão mediante apresentação de uma sugestão de condução sobre determinado ponto discutido. Deve ser apresentada no tempo de 1 (um) minuto.

Art. 42. Os pedidos de esclarecimentos, e as questões de ordem e de encaminhamento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º O tempo para apresentação das questões de esclarecimentos, de ordem e de encaminhamentos será de 1 minuto.

§ 2º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e pedidos de esclarecimento.

§ 3º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 43. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 44º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 44º CONGRESSO (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 5 de março de 2026, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço eletrônico (e-mail).

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 44º CONGRESSO; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar aos(às) participantes do 44º CONGRESSO o teor das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 6 de março de 2026.

§ 3º Excepcionalmente, a critério da Plenária de Encerramento, podem ser acrescidas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa Plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os(as) destinatários(as) com os respectivos endereços eletrônicos (e-mails) e o título, não serão recebidas para apreciação do 44º CONGRESSO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 44º CONGRESSO e que não foram aprovadas pela Plenária não serão acolhidas pelo CONGRESSO.

Art. 45. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos(as) integrantes da Comissão Diretora.

Art. 46. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas Plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 47. A Diretoria terá como prazo máximo o dia 10 de abril de 2026 para divulgar o relatório final do 44º CONGRESSO.

Art. 48. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 50. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 44º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Salvador (BA), 2 de março de 2026.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatários(as):

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE .....

Os(As) delegados(as) presentes no 44º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado em Salvador (BA), no período de 2 a 6 de março de 2026, manifestam

TEMA I

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

TEMA I - CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Vivemos, hoje, sob múltiplas crises que se alimentam mutuamente: econômica, ambiental, social e política. Embora essas dimensões sigam distintas, dada a pluralidade de suas dinâmicas, todas se entrelaçam, uma vez que estão submetidas à forma de um modo de produção e de uma ordem mundial - capitalista, imperialista, discriminatória e predatória - que se desgasta e, ao mesmo tempo, se redefine por meio da guerra, da violência e da manipulação ideológica.

Em meio a esse cenário, a construção de resistência e alternativas exige de nós muito mais do que apenas a afirmação de reformas pontuais ou políticas mitigadoras; demanda a capacidade de uma reorganização ampla de sujeitos sociais e da nossa própria visão de futuro. É entre a necessidade de afirmar a unidade mais abrangente daquelas e daqueles dispostas e dispostos a formar barricadas contra a destruição de nossos mundos e nossas vidas, por um lado, e o imperativo de voltar a inscrever no imaginário das juventudes e da classe trabalhadora o horizonte de um outro projeto de sociabilidade possível, por outro, que devemos pensar as tarefas centrais da conjuntura.

A dinâmica capitalista contemporânea não produz apenas ciclos de crescimento e recessão; ela gera, de modo sistêmico, destruição de condições de vida, expropriação ambiental, aprofundamento de desigualdades e instabilidade política. A lógica de acumulação por meio de extração intensiva de recursos, superprodução, trabalho precarizado e expansão de mercados financeiros cria uma contraditória dependência global: a sobrevivência de muitos depende de um sistema que, exatamente por sua lógica, tende a inviabilizar a própria reprodução social.

Indissociável da crise econômica, a crise socioambiental se manifesta em perda de biodiversidade, emergência climática, contaminação de territórios, desflorestamentos acelerados e vulnerabilidade de comunidades inteiras. Essa crise não é neutra: reflete um modo de organização da produção que deposita sobre povos, territórios e gerações futuras o custo de externalidades econômicas típicas do imperialismo ecológico contemporâneo.

Como visto durante a recente COP-30, em Belém do Pará, onde o ANDES-SN esteve presente construindo a Cúpula dos Povos, os Estados-nacionais imperialistas, os gestores do capital e seus aliados de classe estão a serviço do financismo, do fossilismo, do lobby das grandes corporações e já não apresentam nenhum compromisso significativo que permita trabalhar com a ideia de um mundo que permaneça com um incremento de temperatura inferior a 2ºC em relação aos níveis pré-industriais até 2100, apostando em tecnossoluções que garantam os lucros enquanto precificam a morte de milhões em um planeta que já ultrapassou vários dos seus limites.

O resultado é um quadro em que desastres naturais e sociais se tornam cotidianos, a mobilidade forçada de populações refugiadas climáticas se torna parte corrente da nossa paisagem histórica e a capacidade do Estado ou de políticas conjunturais de reparar ou conter tais danos é frequentemente insuficiente. Mesmo programas de mitigação ou de proteção social são sistematicamente reduzidos, quando não sabotados, pelo imperativo de ajustar orçamentos, manter superávits primários e garantir rentabilidade a setores financeiros e produtivos.

A crise capitalista global reforça a tendência ao uso de força e dominação para reordenar espaços e recursos. Vários exemplos demonstram que, longe de diminuir, o imperialismo se adapta usando guerras, bloqueios, dominação econômica e controle de narrativas. A crise sistêmica e a fragilização de instituições democráticas criam terreno fértil para o avanço de forças de extrema direita. Essas forças propõem soluções autoritárias, discricionárias e violentas, muitas vezes alimentadas por discursos de ódio, nacionalismo, racismo, misoginia, lgbtqi+fobia e ataques a minorias. Globalmente, observa-se um fenômeno de normalização dessas narrativas e de sua confluência orgânica com setores conservadores militantes. Vivemos já no limiar da barbárie.

O bárbaro genocídio palestino é, nesse sentido, paradigmático. Sob o silêncio de governos e da comunidade internacional, incluindo um silêncio culposo da União Europeia, e a miríade de crimes contra os direitos humanos em curso na faixa de Gaza, cometidos pelo Estado de Israel, no dia 17 de novembro de 2025, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2803, endossando o plano do presidente dos EUA, Donald Trump. A aprovação dessa Resolução ocorre enquanto está em vigor um frágil cessar-fogo cheio de condicionantes, o terceiro desde o início do massacre. O acordo não apenas não aborda a questão do genocídio, como permite que as forças de Israel permaneçam dentro dos limites do território palestino até o fim da segunda fase de sua implementação.

Os dados indicam que a selvageria militar, além da aniquilação de vidas humanas, provocou gravíssimos crimes contra o território, destruiu infraestruturas e apagou décadas de desenvolvimento humano, rebaixando os indicadores de desenvolvimento para níveis de anos muito anteriores. Poços envenenados, campos devastados, rebanhos mortos, crianças órfãs e a fome utilizada como arma de guerra, conjugam-se com um cenário em que a inflação atingiu 238%, mais de 80% das pessoas encontram-se sem emprego ou ocupação e 2,3 milhões de palestinas e palestinos estão abaixo da linha da pobreza. Cerca de 70% de todas as estruturas essenciais da Palestina foram destruídas - fábricas, hospitais, escolas, sistemas de água e eletricidade. Esse cenário do genocídio de Israel encontra-se perfeitamente compatível com o relatório de julho de 2025 da ONU, intitulado "Da economia de ocupação à economia de genocídio". O estudo denuncia o que chama de "indústria da morte" ou "maquinaria corporativa", que sustenta as operações militares de Israel na Faixa de Gaza. Entre as indústrias denunciadas estão a Tecnologia e Inteligência Artificial, a Indústria Militar e o setor de Energia, no qual a empresa brasileira Petrobrás foi mencionada em relatórios ligados à denúncia por supostamente fornecer combustível que abastece a máquina de guerra israelense. O rompimento das relações econômicas, políticas, diplomáticas e acadêmicas entre Brasil e Israel se faz ainda mais urgente para o fim do genocídio e do apartheid israelenses.

Qualquer acordo de paz deve obrigatoriamente estabelecer a retirada imediata das forças israelenses invasoras de todo o território palestino; a responsabilização do Estado de Israel e de seus agentes pelos crimes cometidos; a garantia material e concreta da reconstrução da Palestina; e o respeito pleno ao direito à autodeterminação do povo palestino. Devemos continuar defendendo o Estado palestino, seu direito de existir e resistir, denunciando o Estado de Israel por seus crimes humanitários, bem como o projeto imperialista que ataca a soberania do povo palestino e menospreza a crueldade do genocídio que continua em curso.

É preciso, no entanto, compreender que o caso palestino não é isolado, mas parte de um padrão em que a guerra e a ocupação são instrumentos centrais na reorganização do capital, alimentando uma ordem mundial que se sustenta pela capacidade de gerar conflitos contínuos, crises econômicas e instabilidade política. Em várias regiões da África, com destaque para a situação presente na República Democrática do Congo e no Sudão, na Ásia ou em disputas no Pacífico e na Oceania, onde decorre um vergonho recrudescimento do colonialismo francês que vitima a população *kanak* na Nova Caledônia, conflitos por recursos, influência e rotas comerciais preferenciais se multiplicam. A guerra na Ucrânia, por exemplo, não é apenas um conflito regional; é parte de uma reconfiguração de alianças e de controle de território, energia e áreas de influência. Similarmente, disputas em torno de minérios raros, água ou solos agrícolas substituem, em muitos casos, as antigas formas de dominação colonial por um imperialismo contemporâneo, tecnológico e econômico, absolutamente violento e de caráter vertiginosamente predatório.

Nesse contexto, as formas políticas da extrema direita aparecem como opção preferencial do capital para lidar com as crises. Fenômenos como os observados na Alemanha (onde o partido neonazista AfD goza de apoio majoritário e crescente entre a população), na França e em Portugal (onde extremistas do RN ou do Chega! Aproximam-se de uma perspectiva concreta de vitórias eleitorais), na Itália, sob o governo de Giorgia Meloni, na Hungria, governada por Viktor Orbán, ou mesmo fora da Europa Ocidental, com o emblemático caso do governo de Nayib Bukele, em El Salvador, marcado por um particular apreço pela violência espetacular utilizada como dispositivo político, são a expressão dessa guinada na conjuntura internacional.

Em parte alguma, no entanto, esse fenômeno produz consequência de tão larga escala quanto nos EUA, império em declínio e tomado pela política fascista de Donald Trump e de seu movimento MAGA. Esgarçando os limites da democracia liberal com sua centralização autocrática, que tem suscitado intensos protestos da classe trabalhadora norte-americana, sob a consigna "*No Kings*!" ("Sem

reis!"), Trump intensifica a polarização com a China, investe em guerras comerciais e em uma política ultimatista de tarifas e embargos, recorre à coação militar e promove contínua instabilidade no cenário mundial, buscando restaurar a posição hegemônica estadunidense. Ao mesmo tempo, inscreve um padrão para a cartilha da extrema direita contemporânea, utilizando da pauta moral para criminalizar professoras(es) e pesquisadoras(es), negar vistos a estudantes, coagir militantes que denunciam o genocídio palestino, deportar migrantes em massa, atacar a população trans/travesti, instalando um permanente estado de "guerra cultural" interna.

A América Latina, torna-se, assim, cenário de uma investida extremamente grave do imperialismo estadunidense. A gravíssima ameaça militar à soberania nacional venezuelana por parte dos EUA, atualmente em curso, deve ser objeto de nosso veemente repúdio e combate ativo. Diante da iminente invasão do território venezuelano pelos EUA, que tem uma frota militar posicionada em águas continentais sob a soberania da Venezuela, é preciso gritar a toda a comunidade internacional: "Não passarão!" O clima de relativo otimismo na região, dadas as vitórias eleitorais de governos de frente ampla como os de Cláudia Sheinbaum (México), Gustavo Petro (Colômbia), Yamandú Orsi (Uruguai) e Lula, contrasta fortemente, nesse momento, com um novo avanço da extrema direita, em direta conexão com o apoio que o Departamento de Estado dos EUA lhe presta, representada pelas vitórias de Javier Milei (Argentina), de Rodrigo Paz (Bolívia) e José António Kast (Chile). Esse quadro revela, a um só tempo, os limites dos governos de conciliação de classes e de frente ampla, mas também a urgência de convergir com amplos setores do campo progressista e da esquerda diante da ameaça tangível representada por um campo conservador aliado ao fascismo e lacaio da investida estadunidense em busca de reconstituir a condição de "quintal" com que estabeleceu historicamente relações com a América Latina. É sob esse pano de fundo de diversas investidas sobre o continente, que se deu o ataque do "tarifaço" de 50% imposto por Donald Trump ao Brasil ao longo de 2025, em uma iniciativa que recolocou o debate sobre nossa soberania nacional e popular no centro do debate público, inclusive com forte incidência sobre as movimentações do Governo Lula, a partir do segundo semestre.

O ano de 2026 iniciou com um ato de guerra estadunidense, na madrugada de 3 de janeiro, o governo de Donald Trump realizou ataque militar contra alvos específicos em território venezuelano, os alvos foram instalações militares, como o Ministério da Defesa, órgãos governamentais e de infraestrutura. As informações preliminares relatam que há mais de 80 mortos e feridos. Nessa operação militar, como foi classificada pelo governo Trump, sequestraram o presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores. Essa brutal agressão imperialista, que viola a soberania venezuelana, ofende a dignidade de toda a América Latina e rasga os princípios mais básicos do direito internacional, constitui uma ação sem precedentes em nosso continente nas últimas três décadas.

Esse ataque a soberania do povo venezuelano e latino-americano foi o ponto mais alto de uma escalada militar que começou há várias semanas com o bloqueio à exportação de petróleo e o bombardeio a embarcações civis, supostamente para o combate ao narcotráfico. O verdadeiro motivo da invasão e do sequestro é mais que evidente e o próprio Trump já revelou várias vezes, inclusive em coletiva a imprensa após o ato de guerra: o acesso e o controle das reservas de petróleo da Venezuela, as maiores do mundo com mais de 300 bilhões de barris. Apesar de toda a retórica sobre democracia e guerra às drogas, o ataque de Trump não é nada mais do que um ataque imperialista buscando as ricas reservas de petróleo que pertencem ao povo venezuelano.

Apesar da insatisfação por diversos setores ao governo Maduro, não podemos reduzir o que aconteceu, o ataque à Venezuela é um ataque a toda a América Latina, que para os EUA são o seu "quintal". É urgente o posicionamento de todos os governos repudiando esse ataque, mas o mais importante é a resistência popular latino-americana a essa violação da soberania venezuelana.

A tentativa de ocupação do governo Trump no território venezuelano, com ameaças aos governos colombiano e mexicano, apenas reforçará os interesses do imperialismo e fortalecerá todo tipo de aventura golpista por parte das forças de extrema direita que hoje ameaçam trabalhadoras e trabalhadores latino-americanos. Não devemos esperar qualquer iniciativa por parte de governos burgueses ou de organismos como a ONU, os quais foram coniventes com o genocídio do povo palestino.

Trabalhadoras e trabalhadores na América Latina devem sair às ruas para defender o povo venezuelano e combater toda e qualquer agressão imperialista, a defesa inconteste da unidade internacional da classe trabalhadora, contra essa intensiva do imperialismo representa uma luta

internacional e a demonstração de solidariedade com o povo venezuelano, nesse momento é fundamental a unidade da classe. Fora Trump da Venezuela e da América Latina!

Os sinais, contudo, não são apenas de desalento. As importantes vitórias obtidas por frentes de enfrentamento antifascista na Europa Ocidental, com destaque para as eleições legislativas francesas, em que a Nova Frente Popular (NFP) impediu a vitória da extrema direita, bem como a eleição de Catherine Connolly na Irlanda ou a derrota imposta pelo D66 ao Partido da Liberdade (PVV) na Holanda, demonstram a insatisfação popular pelo mundo com os governos neoliberais e com o caminho do extremismo e do populismo de direita. A recente vitória dos Democratas Socialistas da América (DSA), que através da candidatura de Zohan Mamdani lograram conquistar a prefeitura da maior metrópole capitalista do planeta, a cidade de Nova Iorque, afirmando um programa de transições fundado em demandas concretas da classe trabalhadora (creches públicas, mercados públicos, transporte gratuito, congelamento de aluguéis), exemplifica, além disso, que há espaço para enfrentar os desafios do presente sem perder de vista a possibilidade de apresentação de um programa efetivamente popular e classista.

O ANDES-SN tem envidado significativos esforços de construir uma política sindical pautada na solidariedade de classes, no internacionalismo, na defesa da autodeterminação dos povos e na defesa internacional da educação pública. No último período, construímos intensa campanha de solidariedade ao povo palestino, incluindo ações de apoio à vinda de estudantes da Palestina para IES brasileiras, para além de termos participado do IX Encontro Continental de Solidariedade a Cuba, entre 9 e 12 de outubro de 2025, na Cidade do México - onde reafirmamos nosso repúdio a um bloqueio criminoso que agrava as condições sociais na ilha, fortalecendo ainda relações entre o Sindicato Nacional e as entidades sindicais cubanas e a articulação com o MST para ações efetivas de ajuda humanitária ao povo cubano (com o envio de medicamentos e insumos hospitalares em severa escassez naquele país). Finalmente, temos participado ativamente das articulações internacionais para a realização do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, a ser realizado na Cidade do México. Todas essas ações devem ser fortalecidas, posicionando firmemente nosso Sindicato Nacional como instrumento de intervenção em um contexto internacional em que a unidade nas lutas é um elemento cada vez mais central.

Sob o espectro dessa tensa situação global é que se desenrola o cenário atual da conjuntura brasileira. Se é verdade que a confrontação à soberania nacional representada pelos ataques de Donald Trump, bem como a pressão popular exercida por iniciativas como o "Plebiscito Popular por um Brasil Mais Justo" (no qual o ANDES-SN teve considerável protagonismo), que colocou o debate sobre condições de vida e de trabalho e o papel dos super-ricos na concentração de renda na ordem do dia, empurrou o Governo Lula-Alckmin a certa inflexão de sua política, também é verdade que o governo segue sustentando uma lógica fiscalista, uma defesa neoliberal de medidas gerencialistas de reforma do Estado, uma perspectiva desenvolvimentista com graves consequências na seara ambiental e uma leniência absurda com os grandes conglomerados digitais transnacionais. A melhora na avaliação do governo por parte da população, que decorreu da defesa de medidas significativas como a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5.000,00, do enfrentamento ao "tarifaço" de Trump e de outras demonstrações de sensibilidade às pautas populares, demonstra que o caminho para sobrepassar a aporia em que o governo se encontra, sobretudo diante das confrontações permanentes com um Congresso Inimigo do Povo, sob a hegemonia de acordos circunstanciais entre o "Centrão" e a extrema direita, não está no recuo permanente, mas no avanço da mobilização social e na permeabilidade às pautas de interesse da classe trabalhadora.

O Congresso Nacional merece uma análise à parte, dado o papel particularmente nocivo que tem desempenhado no cenário atual. Promovendo um sequestro sem precedentes do orçamento público e esvaziando a capacidade do executivo de gerir políticas públicas, dado o peso das emendas parlamentares e do orçamento secreto, a Câmara e o Senado tem atuado de forma a fortalecer sua autopreservação - como visto na açodada aprovação da chamada PEC da Blindagem (PEC nº 03/2021) pela Câmara, posteriormente revista no Senado, dada a intensa reação popular - e tem sido foco permanente de instabilidade política, promovendo uma crise institucional infinda com o Supremo Tribunal Federal - que pode ser exemplificada no episódio de rejeição da cassação da Deputada Carla Zambelli (PL-SP), ainda que ela se encontre condenada pelo STF e presa na Itália, onde estava foragida, em decisão que reclamou intervenção do Ministro Alexandre de Moraes e da 1ª Turma do Tribunal constitucional, que derrubou o ato da Câmara.

A aliança antipopular que hegemoniza o bloco dirigente do Congresso tem obtido relativo sucesso na obtenção de aprovação de pautas como o PL nº 2.159/2021 (tornada a Lei nº 15.190/2025), o chamado "PL da Devastação", cujos vetos presidenciais foram derrubados em 09/12/2025, ou a derrubada do projeto governamental de regulamentação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o aumento do tributo sobre apostas esportivas, tanto quanto tem se esmerado em dar demonstração de que não há espaço para questionamentos e para uma atuação parlamentar combativa e pautada pelo interesse popular, de que é exemplo a perseguição ao Deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), cujo mandato foi severamente ameaçado de cassação, medida que foi mitigada em uma suspensão de 6 meses. A obtusidade política que tem pautado o Congresso Nacional é tamanha e seu desapreço pela democracia tão descarado que, na crise institucional permanente com o STF, este tem figurado como bastião da defesa do estado democrático de direito, não obstante o judiciário brasileiro seja, de seu conjunto, tão antipopular quanto o Congresso tem se revelado, haja vista a sistemática derrota sofrida por pautas trabalhistas no âmbito do próprio STF, para além da enorme resistência dos operadores da justiça quanto às pautas de direitos humanos. A rigor, a classe trabalhadora brasileira encontra-se refém dessa disputa política e dessa crise institucional que nada tem a ver com seus interesses objetivos e lutas concretas, devendo ser nossa tarefa contribuir para a superação desse binarismo maniqueísta, que simplifica percepções, como se Alexandre de Moraes fosse uma espécie de antípoda do presidente da Câmara, Dep. Hugo Motta (REP-PB), ou do Senado, Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP).

Talvez o ponto nodular dessa crise possa ser compreendido por meio da análise da aprovação pela Câmara do PL nº 2.162/2023 (o chamado "PL da Dosimetria"), em 10/12/2025. Com o objetivo de se contrapor ao STF e promover uma revisão dos julgamentos relativos aos responsáveis pela trama golpista de 08 de janeiro de 2023, notadamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, que se encontra preso e condenado a 27 anos de pena privativa de liberdade, o Congresso mobiliza um dispositivo legal que pode ter efeitos significativos sobre a Lei de Execução Penal brasileira (Lei nº 7.210/1984). A prisão de Jair Bolsonaro e de seu séquito de golpistas é, aliás, um dos fatos mais relevantes da conjuntura nacional nesse momento, seja porque representa o primeiro episódio de responsabilização de oficiais militares por uma tentativa de Golpe de Estado na história do Brasil, seja porque interfere de forma absolutamente decisiva nas movimentações políticas da extrema direita em face da conjuntura eleitoral de 2026.

No escopo dessa ação deletéria do Congresso Nacional e das contradições em que está imerso o Governo Lula-Alckmin é que se insere a tentativa de aprovar uma Contrarreforma Administrativa. Recuperando no texto e aprofundando a lógica neoliberal que presidiu, três décadas atrás, a formulação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), sob encargo do então ministro Bresser Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e apresentando elementos que já constavam da PEC nº 32/2020, discutida durante o governo de Jair Bolsonaro, a Câmara dos Deputados instituiu um GT, coordenado pelo Dep. Pedro Paulo (PSD-RJ) e relatado pelo Dep. Zé Trovão (PL-SC), que, sob forte influência de organizações do lobby antisserviços públicos atreladas ao mercado financeiro, apresentou três medidas legislativas, incluída a PEC nº 38/2025.

A proposta de Contrarreforma Administrativa agora em tramitação na Câmara representa um duríssimo ataque não só aos direitos de servidores(as) públicos(as), mas também aos serviços públicos em si mesmos, atentando, portanto, contra o caráter do regime democrático, formalizado por meio de exercícios de direitos sociais, como constante da Constituição Federal de 1988. Ao propor um elevado nível de centralização administrativa, potencialmente violando o pacto federativo, um modelo de captura gerencial por metas, com a imposição de programas de avaliação de desempenho generalizados, além de abrir as portas para a ampla "execução indireta" (isto é, terceirização), com a potencial extinção de concursos públicos e ameaças significativas à estabilidade de servidores(as), a PEC nº 38/2025, caso aprovada, vai precarizar ainda mais nosso cotidiano de trabalho, fragilizar fatalmente garantias e demolir o atendimento à população, com prejuízos incalculáveis, sobretudo para a parcela mais vulnerável da classe trabalhadora. A extensão desse dano nos atinge em distintos níveis, inclusive porque não haverá efetiva implementação da política de cotas raciais no serviço público em um cenário em que se extingam os concursos, não haverá garantias de proteção a meninas, mulheres e pessoas que gestam com um quadro de retração dos orçamentos e precarização das estruturas públicas, não haverá efetivo direito à cultura, ao meio ambiente, à saúde e seguridade social, à educação pública.

Contra essa proposta de demolição dos serviços públicos, o ANDES-SN tem empreendido os mais amplos esforços. Em conjunto com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (Fonasefe), realizamos, ainda em agosto de 2025, um Seminário Nacional contra a Reforma Administrativa, seguindo um calendário de lutas que incluiu paralisações de 48 horas, construídas em

conjunto com o Sinasefe e a Fasubra, ao longo de setembro, uma reunião conjunta do Setor das IFES e das IEES/IMES/IDES, culminando com a realização de uma vitoriosa Marcha Nacional dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa, em 29 de outubro de 2025. A Marcha, na qual tomaram parte o conjunto das centrais sindicais e entidades de servidores(as) públicos(as) federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, reunindo mais de 20 mil pessoas, representou um importante marco, posto que, na sua sequência, mais de 20 deputados(as) retiraram as assinaturas da PEC, criando um cenário de relativo isolamento de seus promotores, que tiveram dificuldade de fazê-la efetivamente tramitar no Congresso ao longo do final de 2025, embora a ameaça ainda paire sobre nós, exigindo a nossa contínua atenção e a intensificação das mobilizações.

Embora movida centralmente pelo Congresso Nacional, a proposta de Contrarreforma encontra eco em setores do Governo Federal, que, de forma infralegal, já vinha introduzindo um conjunto de medidas administrativas que, na prática, impõe princípios similares àqueles que constam da PEC nº 38/2025. Medidas como o Decreto nº 12.374/2025 e a IN MGI nº 122/2025, que padronizam a avaliação do estágio probatório, ou a tentativa de expandir o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (SIDEC), ressoam uma concepção do Estado brasileiro, que culmina no recente Projeto de Lei de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal (PL nº 6.170/2025) e no conjunto do Programa de Reorganização e Transformação do Estado, a cargo do Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (MGI), caracterizando uma visão neoliberal de retração do Estado e eivada de eufemismos como "modernização" e "transformação digital" que, no fundo, recobrem processos de plataformização, intensificação do trabalho e precarização generalizada.

Essa visão é, no entanto, coerente com a perspectiva de um importante núcleo do Governo, conformado por ampla aliança, que inclui setores da burguesia nacional e do setor financeiro, os quais agenciam a persistência de política neoliberais de ajustamento fiscal e uma constante busca de extirpar direitos sociais, inclusive aqueles garantidos pela CF de 1988. A resistência do Governo Lula-Alckmin em reverter quaisquer das medidas que constituem a importante pauta do "Revogaço" encaminhada pelo conjunto do movimento sindical brasileiro, a continuidade da lógica da Reforma Trabalhista de Temer (que agora a Contrarreforma pretende estender aos serviços públicos) e a transformação da Emenda Constitucional 95/2016 (Teto de Gastos) no mecanismo do Novo Arcabouço Fiscal (Lei Complementar nº 200/2023) são apenas alguns exemplos da captura do Governo por uma agenda que busca responder às crises cíclicas do capitalismo com uma constante precarização da vida de trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse sentido, é preciso afirmar que não é possível travar um combate coerente com o avanço da extrema direita agenciando políticas de austeridade que aumentam o quadro de desigualdade. Em parte, é justamente o desalento provocado por uma concentração de riqueza sem precedentes na história humana, combinada à crise ideológica contemporânea, constantemente fermentada no âmago de grandes oligopólios digitais transnacionais, cada vez mais ornados por meios generalizados de mediação social e datificação de comportamentos, que estimulam o solipsismo, o individualismo extremo, a fantasia da ascensão social por meio do empreendimento e abrem as portas à captura de largas parcelas da classe trabalhadora pela extrema direita, com efeitos especiais e trágicos sobre a juventude. Sem oferecer respostas concretas aos desafios cotidianos de uma classe cada vez mais sujeita ao precariado, cada vez mais vulnerável diante do emergente "capitalismo de plataformas", não há saída que nos permita, a longo prazo, enfrentar e vencer esta nova encarnação do fascismo.

Os efeitos desse caldo de circunstâncias em que o ódio é naturalizado e em que episódios de violência espetacularizada e de necropolítica explícita são tornados parte da gramática cotidiana de uma sociedade sob forte influência do neofascismo não se abatem sobre uma classe trabalhadora universal e constituída em abstrato. Nossa sociedade capitalista é forjada a partir da exploração, da divisão sociossexual e racial do trabalho. É preciso, portanto, afirmar que o conjunto da classe trabalhadora oprimida tem cor, gênero, classe social, identidade e território. Então, não nos interessa uma análise fragmentada da realidade, nem a fragmentação das lutas, principalmente em uma conjuntura como a que vivemos, sob uma longa crise do capitalismo, que tem gerado consequências duríssimas para os povos oprimidos. Isso porque todas as tentativas de recuperação econômica têm sido acompanhadas pela retirada de direitos, aprofundamento da exploração, criação de novos mecanismos de dominação e fortes investidas contra territórios e povos tradicionais, com vistas à apropriação de recursos naturais, em um processo constante de genocídio dos povos indígenas e negros, seja diretamente pelas balas do Estado, pela falta de políticas públicas de garantia da vida ou pela ação das canetas das autoridades políticas e jurídicas.

Esse contexto histórico marcado pela persistência dos efeitos da colonização e pela constituição do racismo, do machismo, do capacitismo, da lgbtqi+fobia como elementos estruturantes da nossa sociedade se reflete em uma política de morte que deixa suas marcas cotidianamente na realidade brasileira, como o exemplificam as chacinas do Cabula (2015), ocorrida na Bahia, no Governo de Rui Costa (PT), a chacina de Paraisópolis (2019), em São Paulo, no Governo de João Dória (ex-PSDB), as chacinas nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas, em Salvador (2023), no Governo de Jerônimo Rodrigues (PT), a chacina do Guarujá (2023), no Governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e a Chacina da Penha (2025), no Rio de Janeiro, com mais de 120 pessoas mortas, cujas vidas foram ceifadas a mando do Governador Cláudio Castro (PL). O que há em comum entre essas chacinas é que as Polícias Militares destes Governos foram responsáveis pelas mortes de centenas de jovens, negros(as) periféricos(as) e favelados(as), sob o argumento da "guerra às drogas" e do "combate à criminalidade", apresentados como respostas à crise de segurança pública, não obstante seja o nosso próprio povo quem paga sistematicamente por tal crise. Essa política genocida de segurança pública deve ser combatida e o ANDES-SN tem tido uma posição consolidada a respeito, sendo um desafio pautar em nossas Universidades, Institutos Federais e CEFETs a luta contra o genocídio do povo negro, contra a criminalização da pobreza e contra a letalidade do Estado. Na atual conjuntura, enfrentarmos esse continuado ataque às nossas vidas é fundamental. Basta de chacinas!

No mesmo diapasão, é necessário falar de um outro dado alarmante, representado pelo significativo aumento das violências contra mulheres e dos casos de feminicídio nos últimos meses, fruto da disseminação de narrativas de ódio da extrema direita, da inoculação da misoginia como valor promovido por influenciadores digitais, do desmonte da política contra a violência às mulheres promovido pela ex-ministra e atual Senadora Damares Alves (REP-DF), durante o governo de Jair Bolsonaro, e que o atual Governo não reestabeleceu efetivamente. Esse crescimento não pode ser descolado de uma perspectiva ideológica que coloca a mulher em uma condição de subalternização ao homem e de naturalização da violência. Somos um país com mais de 5 mil municípios, em que menos de 10% deles possuem Delegacia da Mulher, existem apenas 462 delegacias especializadas e apenas 60 delas funcionam 24h, o que nos mostra a ineficiência e até mesmo a ausência de políticas relacionadas à Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência.

No dia 28 de novembro de 2025, a epidemia de feminicídio que viceja sob esse quadro de dispersão do machismo e da misoginia atingiu tragicamente nossos locais de trabalho, quando Allane de Souza Pedrotti Matos e Layse Costa Pinheiro foram mortas nas dependências do CEFET-RJ, por força da ação de um feminicida que não aceitava ser chefiado por mulheres. Ao lado de sua memória, lembramos também de Rihanna Alves, uma jovem travesti de 18 anos, vítima de transfeminicídio cometido no dia 06 de dezembro de 2025, no interior do Estado da Bahia. A transfobia institucional liberou seu assassino confesso, desprezando a vida de Rihanna e a dor de sua família, evidenciando como o Estado brasileiro vem naturalizando a violência contra as mulheres e tratando os feminicídios como fatalidade, não como um crime de ódio.

Uma importante resposta a esse desprezo pela vida do povo negro, periférico, favelado, pela vida das mulheres e da população LGBTI+, foi dada no dia 25 de novembro de 2025, quando 300 mil mulheres ocuparam as ruas do Distrito Federal por reparação e bem viver. A II Marcha Nacional das Mulheres Negras pautou a letalidade do estado, denunciou as chacinas que vitimam a juventude negra e as mulheres negras que perdem seus filhos e filhas todos os dias para as operações policiais, pautou os feminicídios e a responsabilidade do Estado, pautou a transfobia e a necessidade de um projeto de país antirracista.

A II Marcha Nacional das Mulheres Negras, para a qual o ANDES-SN contribuiu de forma decisiva, teve um papel importante na conjuntura nacional, pois demonstrou a força da nossa ancestralidade, a pujança do movimento de mulheres e do feminismo negro, cobrou, de forma enfática, o investimento em políticas públicas para as mulheres negras, além de erguer a bandeira antirracista como elemento tático na luta pelo fim do capitalismo. Superarmos o projeto de segurança pública racista e genocida é uma tarefa que deve partir da quebra do pacto narcísico da branquitude. E, por isso, continuaremos marchando!

Por fim, é preciso abordar com enorme seriedade o quadro de ataques às Universidades, Institutos Federais e CEFETs que temos vivido, com uma verdadeira campanha vil de desprestígio do conhecimento científico, materializada em múltiplas formas de negacionismo e de desinformação, uma estigmatização das nossas instituições de ensino, às quais o ex-ministro de Jair Bolsonaro, Abraham

Weintraub chamava “locais de balbúrdia”, uma criminalização difusa e generalizada da atividade docente, bem como violências sistemáticas contra estudantes e demais profissionais de educação que ousam lutar. Esse cenário se soma ao quadro de precarização crescente das nossas instituições, no âmbito de uma crise de desfinanciamento, trabalho cada vez mais plataformizado, com jornadas cada vez mais hiperbólicas e extenuação sem precedentes, agravos à saúde física e mental e um gravíssimo patamar de endividamento da nossa categoria. Todos esses elementos nos impõem a necessidade de que, em nossa diversidade, sejamos capazes de construir a mais ampla unidade para reafirmar que “lutar não é crime”, “educar não é crime” e que não há sociedade democrática, nem perspectiva de construção de outras formas de sociabilidade, sem que exista a liberdade de ensino e aprendizagem crítica e sem o fortalecimento de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada.

O ANDES-SN, maior entidade sindical de base do país e maior sindicato docente de toda a América Latina, deve cumprir um importante papel nos desafios conjunturais que se apresentarão ao longo de 2026, inclusive no que diz respeito ao complexo cenário das eleições gerais brasileiras. É preciso colocar-se firmemente na arena de uma disputa que deverá polarizar o campo progressista e a esquerda em contraposição à extrema direita, rejeitando o caminho de disputas alheias aos interesses da classe trabalhadora, manifestando nosso rechaço combativo à onda fascistizante e nossa contrariedade de princípio ao austericídio neoliberal, defendendo com altivez nosso projeto de educação e de sociedade. É nossa tarefa superar as aporias do presente e construir o porvir.

Ao atingir seus 45 anos de contínua luta, o ANDES-SN reafirma o enfrentamento contra as políticas neoliberais na educação, exprimindo firme posicionamento crítico em temas como o Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE); reforça a necessidade de permanente mobilização em defesa dos nossos direitos, como expressos nas greves da UEPA, UEPB e na luta em defesa da UEMG e das Universidades Estaduais mineiras; e eleva mais uma vez sua voz em aliança com os interesses da classe trabalhadora no Brasil, ocupando as ruas em defesa do povo Palestino, contra a Anistia aos Golpistas e contra os retrocessos intentados pelo Congresso Inimigo do Povo.

Que o ânimo que inspirou as Revoltas dos Búzios e dos Malês possa também mover nosso Sindicato Nacional. Que, da capital da resistência onde nos reunimos em nosso 44º Congresso, possamos armar o ANDES-SN para atuar nas lutas, nas ruas e nas redes, pela democracia e pela educação pública, contra as opressões e a extrema direita.

TEXTO 2

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Emerson Antônio Rocha Melo de Lucena – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Zoemia Núbia Sampaio de Souza – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Miguel Arturo Chamorro Vergara – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Lucimar Pereira de França – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Soraya Dantas Santiago dos Anjos – ADUENF/Seção Sindical do ANDES-SN; Carlos Vitório de Oliveira – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Ruan Carlos de Araújo Moura – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Eliana Cristina Paula Tenório de Albuquerque – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Aline Maron Setenta – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Elvis Pereira Barbosa – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Sócrates Jacobo Moquete Guzmán – ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; Zolacir Trindade de Oliveira Júnior - ADUSC/Seção Sindical do ANDES-SN; José Glauco Ribeiro Tostes – ADUENF/Seção Sindical do ANDES-SN

A ESQUERDA CLASSISTA E O NEOLIBERALISMO ESTÃO MORRENDO?

TEXTO DE APOIO

Em 2025 o mundo foi surpreendido pela prisão dos principais responsáveis pela trama golpista no Brasil. Mas essas prisões não representam "apenas" a tentativa de um golpe de Estado, mas também a execução de um triplo assassinato que envolvia a morte do presidente da república e de seu vice, ambos eleitos nas últimas eleições e de ataques planejados para o fechamento do STF, com a tentativa de extermínio do Juiz que presidia e preside a maior instância jurídica de nosso país. Além disso, internacionalmente assistimos o retorno de um ex-presidente do Estados Unidos, acusado por tentativa de golpe, voltando ocupar novamente a casa Branca após ser reeleito, mesmo que envolvido em diversos escândalos e crimes, mas com a cortina de fumaça de combater o terrorismo e o narcotráfico. O que esses dois eventos têm em comum? O que eles podem nos ensinar?

ANDES – comparativamente forte face a outros sindicatos nacionais. Título heterodoxo do Congresso ("Revolta Malês") correspondente à heterodoxa conjuntura "Trump 2.0" tão heterodoxa quanto pretende ser a presente Avaliação de Conjuntura.

ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL

CONJUNTURA PRÉ TRUMP 2.0

Vamos aos cerca de 100 anos dos dois ciclos de extrema direita. 1º ciclo da extrema direita: entreguerra; frente liberal-socialista contra o nazifascismo (a partir de 1935). 2º ciclo – séc. XXI, predominância ocidental – da extrema direita.

A teoria marxista – pré-2º ciclo da extrema direita no séc. XXI – não sobre extrema direita, mas sim sobre uma suposta crise não mais cíclica do capital (Meszaros, 1995), a saber, sobre a CEC (Crise Estrutural do Capital): irreversível, definitiva, desde início dos anos 1970 (teoria de quatro pilares para defender essa tese da CEC). Partindo dessa suposta universalidade da CEC, segundo Marx e Engels (1850;1858) teríamos condições objetivas necessárias, mas não suficientes, para revolução socialista de patamar mundial (deixamos de lado um vago "pós-capitalismo soviético" de Meszaros, que não seria ainda socialista: e vamos utilizar um dos três Princípios do Materialismo Dialético (MD-1878) de Engels no lugar; vide adiante).

Crítica dessa teoria da CEC de Meszaros. Atual crise da ordem do Atlântico: China ("cantinho do mundo" ainda em expansão produtiva) ainda fora dessa crise; daí a transição do capital produtivo da Bacia do Atlântico para a Bacia do Pacífico; portanto o capital ainda não está (!) em CEC. Ver crítica detalhada em: 40º ANDES 2022, Avaliação de Conjuntura (AC) ADUSC n. 7; Dias e Tostes, "Capitalismo e Sustentabilidade", cap. 10, 2022 (contêm gráficos).

1º ciclo da extrema direita/fascismo no entreguerra europeu: aplicação de teoria científica histórica marxiana (i) muito simples da sociedade do trabalho (Materialismo Histórico, MH–1859) com seu binário articulado "infraestrutura material econômica - superestrutura imaterial político-ideológica" atravessando toda aquela história da sociedade do trabalho e com a opção da luta de classes como "motor dessa história" (Marx e Engels, 1848), trazida para dentro da "base material" do MH-1859 via "relações de produção" (rp). Essa teoria do MH-1859 será especificamente aplicada então ao 1º ciclo da extrema direita/fascismos europeus, na fase capitalista da "revolução industrial", onde tal teoria apresentaria, ineditamente, sua (ii) segunda grande simplicidade, apenas na história contemporânea: luta universal entre apenas duas classes, a saber, capital x trabalho.

Vamos apresentar três teorias focando na relação binária <capitalismo-fascismo> no primeiro quinquênio dos anos 1920. Comecemos por duas teorias (D. Renton, 2020), ocupando, cada uma, um dos dois extremos opostos da mesma relação binária acima "não dialetizada": (i) "TB" – Teoria de Bordiga-PCI, na qual uma burguesia (no caso, a italiana, início dos anos 1920) em um dado estágio de crise em sua luta contra a classe trabalhadora, consegue determinar completamente as forças, mas não a "consciência", do então nascente movimento fascista italiano na direção daquela mesma luta classista. (ii) TZ" – Teoria de Zibordi, extremo oposto de TB, separa completamente ("atomiza") os dois polos: burguesia italiana com suas crises e o então nascente movimento fascista italiano (completamente autônomo face a burguesia em TZ). Passemos a teoria alternativa/intermediária (entre TB e TZ) /dialética ("TCZ") de Clara Zetkin (Comitê Executivo da Internacional Comunista [IC]; TCZ foi dominante na IC em 1923, D. Renton, 2020). Zetkin considera, dialeticamente, uma sobreposição ou interpenetração parcial entre a burguesia italiana em crise e o movimento fascista italiano, o que leva uma autonomia relativa de cada um desses dois polos opostos face ao outro. Usaremos ora teorias variantes de TB, ora de TCZ.

TRUMP 2.0

O governo Trump 2.0 está gerando um movimento social neofascista que envolve massas (por oposição, sociológica, a processos de longa duração envolvendo instituições/estruturas relativamente estáveis ou duradouras). Mais especificamente tal governo está liderando uma fração (α) do capital na contramão da fração (β) neoliberal, claramente hegemônica dentre todas as frações do grande capital, em boa parte do tempo, entre os anos de 1980 até dezembro de 2024, em processo de longa duração.

Já a fração (α) vem mantendo-se ativíssima desde o primeiro momento do governo Trump 2.0 em 01/01/2025 em movimento social de extrema direita, traços neofascistas, agindo em duas frentes:

(i) fortíssima aceleração antineoliberal interna, via fração (α), dentro da história política norte-americana e (ii) uma rota capitalista internacional a partir da ordem ocidental do Atlântico, contra: processo (γ) de expansão (não neoliberal, por enquanto até aqui rotulada apenas de "capitalista") produtiva chinesa na Bacia do Pacífico [note: em parte ao menos por causa dessa expansão seguida de crescimento salarial, não há movimentos de extrema direita na China].

A rota de Trump 2.0, na contenda com a China, está tentando reverter – de um modo que muitos analistas julgam que de modo fadado ao fracasso – de modo acelerado um processo "casado" (com a expansão chinesa) de declínio produtivista EUA/UE (em conflito relativamente mais moderado da fração [β] com tal expansão, pré-Trump 2.0) do lado de cá, ocidental, do planeta; (α.1) nacionalista (contra globalização); (α.2) trocas bilaterais (contra multilateralismo) ; (α.3) reindustrialização dos EUA ("MAGA"); (α.4) negacionista (contra ciência, contra cidadania/direitos humanos universais, numa palavra, anti-iluminista) etc. Note-se em particular o tópico (α.3). A "reindustrialização" dos EUA, mirada por Trump, é um alvo extremamente difícil de ser alcançado. Ele quer a "volta" de grandes empresas norte-americanas (leia-se pela ótica do fator trabalho: volta de empregos mais volta de melhores salários).

Governo Trump: 2025: predominância inicial das medidas econômicas de impacto, com algumas oscilações já chegando ao maio de 2025, alternâncias entre medidas econômicas e ação política, que parecem caminhar cada vez mais para a ação política apenas, mais conveniente ao Partido Republicano: "preparando 2026 – eleições ao Congresso Americano". As ações políticas, outrossim, devem atender a massa eleitoral de Trump: exemplo: "a hora e a vez da América Latina nas Guerras Híbridas" a começar pela Venezuela sob o mantra - que tende a se generalizar, em termos latino-

americanos (Brasil?) - de extrema direita: “narcoterrorismo”, aplicado supostamente “apenas” ao “crime organizado” em nome da “salvação da democracia” em certos regimes “autoritários”.

CRISE: APENAS AMEAÇA?

Uma comparação entre o primeiro ciclo de extrema-direita (entreguerra europeu) e o segundo ciclo de extrema-direita (a partir do início do séc. XXI, mais abrangente, mas ainda não universal), ocorridos nos cerca dos 100 últimos anos, pode servir para uma primeira e modesta aferição de uma crise que parece atingir seu limite hoje no contexto internacional e, particularmente, no Brasil de hoje (exemplo de recente 2ª edição de livro de W. Safatle): “a esquerda morreu?” Em particular, a esquerda classista morreu?

Trata-se de uma aferição via teoria científica do Materialismo Histórico (MH-1859) aplicada ao recente – cerca de 250 anos – mega conflito apenas binário de classes (modo de produção do capitalismo industrial do final do séc. XVIII), mas, somente agora, ambiciosamente universal, entre capital x trabalho**.** Tendo a opção de luta de classes ao longo de toda a história da sociedade do trabalho como “motor materialista da história” (Marx e Engels, 1848), esse simplíssimo (rota TB) binômio fundamental classista emerge de uma recentíssima história (de pouco mais de 200 anos): desde a revolução burguesa do final do séc. XVIII até hoje, é trazido para a infraestrutura material econômica dentro das “relações de produção” (rp). Outra opção para tal “motor” marxiano seria aquela das “forças produtivas” (fp), sobre o qual não falaremos aqui nessa condição de “motor”.

Justifica-se a seguir uma brevíssima síntese da teoria do MH-1859 de Marx. O MH-1859 possui uma estrutura binária simples da História da sociedade do trabalho: (i) Infraestrutura material econômica “simples” via relação entre fp (forças materiais de produção; trabalho de transformação da Natureza pelo Homem) e rp (relações materiais de produção, que agasalha atualmente, entre outros ingredientes, o binômio classista simples burguesia x proletariado ou capital x trabalho); (ii) Superestrutura imaterial não econômica político-ideológica, bem mais “complexa”, mas em última instância determinada – independente da vontade humana – pela infraestrutura comparativamente muito mais simples. Vamos então à comparação prevista logo no início do presente item.

1º Ciclo de Extrema direita (entreguerra europeu). O historiador marxista E. Hobsbawm (1995), aqui sintetizado, explica como tanto a esquerda (Partido Comunista Alemão – PCA – e Social-Democracia Alemã – SDA) quanto a direita (fração capitalismo liberal, fração “comercialmente” simpática ao nazifascismo e outras frações menores) alemãs “colaboraram”, ainda que por motivos opostos, para o sucesso eleitoral do fuhrer em 1932, que agradeceu a todos eles penhoradamente. Mas boa fração de liberais e boa fração de socialistas europeus (inclusive as duas correspondentes frações alemãs e, com o tempo, frações ideologicamente similares norte-americanas) a partir de cerca de 1935 começaram a formar uma frente contra o nazifascismo, potência “líder” a partir de 1933 da então ascendente extrema direita europeia. Sem penetrar detalhadamente nas “causas” dessa “impossível” (até 1935) frente antifascista, cite-se, com Hobsbawm, a “causa” dos dois ramos (capitalismo e socialismo) do séc. XIX como sendo provenientes do mesmo tronco civilizatório iluminista do séc. XVIII e por isso mesmo oposto ao nazifascismo visceralmente anti-iluminista. Hobsbawm ressaltou ainda que, diferente do nacionalismo ferrenho na origem da 1ª Guerra para pesar de Lenin (trabalhadores lutando contra trabalhadores de diferentes nacionalidades), agora, a partir de 1935 ter-se-ia instalado uma espécie de uma mesma “guerra civil” dentro de vários países europeus opondo, internamente, em cada país, liberais/socialistas de um lado e nazifascistas do outro. Esse mesmo padrão geopolítico se estendeu à aliança entre o Estado norte-americano e o Estado soviético contra o Estado alemão. Em síntese: temos aqui um triângulo geopolítico de três vértices a partir de 1935: liberais (vértice da direita), socialistas (vértice da esquerda) que se articularam pela ameaça comum maior do vértice nazifascista (vértice da extrema direita).

2º ciclo da Extrema Direita (séc. XXI – pano de fundo do conflito China x EUA). Agora temos novas configurações geopolíticas dentro desse novo ciclo. Vértice da esquerda socialista do 1º ciclo: terá ele desaparecido completamente? Deixando apenas em conflito internacional a “aresta” dos vértices da direita (fração neoliberal do capitalismo, principalmente norte-americano) e da extrema direita (liderado, hoje, pelo governo dos EUA)? E o vértice chinês? Aqui retomamos a AC [ADUSC] de n. 5, do Caderno de Textos do ANDES-2023/41º Congresso: preferimos usar o (MD) de Engels (1878) através de um dos seus três Princípios (O Princípio da Interpenetração de Opostos – PIO). Naquele texto

de 2023, passou-se de uma China como mera potência apenas capitalista para uma China de uma articulação dialética entre capitalismo **e** socialismo (rota da linha dialética TCZ). Articulação essa que costuma provocar repulsa em muitos capitalistas e socialistas. Assim, no atual tabuleiro geopolítico de grandes conflitos envolvendo o quadrilátero: EUA, UEE, China e Rússia, apenas a China, com essa aplicação dialética do PIO de Engels, apresenta certas características socialistas que lembram o velho "socialismo possível" do século XX.

O quadro geopolítico (que já vem se desdobrando desde o início do séc. XXI) provocado pelo (1) processo combinado de ascensão econômica chinesa, articulada por sua vez ao declínio (relativo) econômico de EUA e UE está agora sendo acrescido pesadamente pela (2) liderança ocidental de extrema direita do governo norte-americano Trump 2.0 desde um aceleradíssimo processo de "mutação político-econômica" provocada por tal governo desde 01/01/2025, descrito em detalhes no item "Trump 2.0" acima. A fraqueza internacional das "esquerdas" vai ser sentida particularmente aqui. O governo Trump gerou uma bifurcação entre duas frações do capital, se tomamos o MH-1859 na sua forma simples já revisitada acima ao longo dessa AC: (1) a atual fração do capital, particularmente turbinada pelo governo 2.0, visceralmente antineoliberal (como detalhado acima); (2) a atual fração neoliberal, encontra-se agora, 2025, experimentando até onde sua "resiliência" – segundo economistas de peso dessa mesma fração - pode aguentar, futuramente, face a todo o cortejo (2025) de medidas antineoliberais em curso da fração Trump 2.0 (1). Nesse ponto é que cabe a pergunta: "o neoliberalismo está morrendo? Aqui entra o famoso adágio: "a política tem horror ao vácuo". Vácuo das esquerdas. Ocupado pela extrema-direita (2º ciclo) de Trump 2.0. Não há nada de parecido com o contexto que vimos acima no triângulo geopolítico do 1º ciclo de extrema-direita. A China, mesmo que marcada por um complexo dialético capitalismo-socialismo, uma esquerda "possível" vale dizer, não vai entrar nesse conflito entre as duas frações do capital aliando-se (como no entreguerra europeu de 35 a 45) ao lado neoliberal contra o lado fascista de Trump. Um conflito central entre duas frações norte-americanas do capital (!), uma à direita clássica e a outra à extrema-direita com fortes colorações fascistas**.** Sem a participação política significativa de nenhum setor, seja de esquerda classista, seja do "socialismo possível", seja de "centro-esquerda" etc.

"Crise é ameaça e oportunidade", aforismo supostamente chinês... Resta-nos a fresta da oportunidade histórica que se abre (por quanto tempo?) para as esquerdas classistas com esse grave conflito **interno** do capital que viemos apontando acima, trazido pela presente (e ainda de final indeterminado) bifurcação "neoliberal-iliberal fascistóide" norte-americana. Oportunidade que se rasga em termos de movimentos sociais... Como a possível oportunidade a seguir.

REVOLUÇÃO E COMUNISMO

Vamos de A. G. Linera, marxista ("O que é revolução?" 2018) até Weber-Alberoni, dois não marxistas (Alberoni, "Gênese",1989).

Linera (2018), marxista, apresenta uma teoria sociológica original da Revolução de 1917, mas mantem um ponto ortodoxo: não se trata de modo algum de uma Revolução comunista. Já Alberoni (1989), não marxista como Weber, é quem dá o salto ou tese heterodoxa decisiva para todo esse presente texto: Revolução de 1917 foi uma Revolução Comunista! Ele parte do conceito weberiano central de "Estado Nascente" comunista (Weber, "Economia e Sociedade", 1918) que discutiremos abaixo. É dessa conjugação Weber-Alberoniana que teremos a teoria sociológica do "Estado Nascente Weber-Alberoniano" (teoria ENWA).

A teoria de Linera (2018) destaca (de modo aqui aproximado) os seguintes itens: (1) Metáfora da Revolução como "lava" de um movimento social ainda não comunista que levará num futuro imprevisível a uma "sólida" instituição Comunista (sociedade estável comunista). (2) Revolução como "Revelação Religiosa". (3) Autocriação/autodeterminação/auto-organização na Revolução. (4) Criatividade ilimitada; coletividade social em estado de fusão: democracia absoluta**.** (5) Revoluções: são rápidas.

Vamos aprofundar apenas aqui o item (1) logo acima. (1) As "etapas" da teoria da Revolução de 1917 em Linera com a "etapa" central do "núcleo jacobino". Processo revolucionário desdobrável em três momentos (aproximadamente) distintos na ordem temporal: (1.1) construção de caldo de cultura progressista, alteração do senso comum por meio da batalha de ideias (momento gramsciano); (1.2) necessário derrotar o inimigo de classe, tomando o poder do Estado (momento leninista: "núcleo

jacobino"); (1.3) Reconstrução da sociabilidade e das relações pessoais, construção do homem e da mulher novos em uma nova sociedade (novo momento gramsciano). Em síntese, os três momentos do processo da Revolução de 1917: Gramsci-Lenin-Gramsci (G-L-G).

Vamos a teoria ENWA. O que é um "Estado Nascente comunista" em Weber (Economia e Sociedade, 1918)? Weber se concentra em "Estado Nascente" religioso**:**

"O comunismo do amor" existiu de alguma forma no momento culminante de todas as religiões [...] o êxito de uma autêntica intenção heroica e de uma autêntica santidade parece relacionado com a manutenção de fundamentos comunistas e com a ausência de aspiração à posse individual. Todos os Estados guerreiros conservaram resquícios do "comunismo carismático" e procuraram defender os heróis da "tentação" do desejo de posse, do lucro racional e até das preocupações familiares".

O Estado Nascente (EN) weberiano, defende Alberoni, é uma descontinuidade, uma passagem ou mudança abrupta de estado. A lógica que rege a vida cotidiana não nos permite imaginar o (puramente) repentino eclodir de uma perspectiva diferente. Para Alberoni cada EN é como que o motor inicial, uma espécie de "causa primeira" de cada uma das grandes inflexões civilizatórias ocidentais (e.g. o Pentecostes cristão do séc. I DC e a Revolução Soviética de 1917). É uma descontinuidade. Porém a ciência (ciência ocidental moderna) se quiser sustentar seu programa de laicidade desde suas origens não nos permitiria construir teorias científicas sem qualquer continuidade com o passado, isto é, nos impediria de apelar para uma fronteira ou separação absoluta com seu passado. Embora seja difícil ou até impossível prever, experimentalmente, com exatidão (determinista) a emergência de um EN, deve ser possível identificar cientificamente fatores que a tornem provável O fato de um EN se manifestar repentinamente leva Alberoni a considerar que se trata de um fenômeno de "limiar". Há fatores que mudam lentamente, que acumulam sua ação de forma silenciosa e subterrânea, quando o equilíbrio até então mantido, se rompe. A mudança aparece-nos então como sendo repentina, catastrófica. Desde há muito, porém, um observador atento poderia ter previsto, estatisticamente, a "explosão" de um EN como a Revolução Soviética, por exemplo. Linera também defende uma mesma argumentação.

Outrossim, Alberoni de um passo além e gerou uma abordagem teórica incomum, transdisciplinar, sociologicamente inusitada, em termos da mesma categoria de EN comunista, entre dois movimentos sociais em termos que influenciaram decisivamente na Civilização Ocidental: EN comunista religioso (origem do cristianismo ocidental no sec. I DC) e EN comunista laico (Revolução Comunista Soviética de 1917).

É ainda Alberoni que destaca novas teorias científicas como a do Nobel de Química, uma ciência "natural" (!) Prigogine (1977) – atravessadas de modo transdisciplinar pelo novo pensamento sistêmico (P2) – que auxiliam na descrição laica de experiências – de "limiar" – comunistas (ciências "humanas") como a Revolução Soviética de 1917. Este novo pensamento científico propõe-se, ao contrário do velho pensamento científico newton-cartesiano (P1) (que separa cartesianamente, de modo absoluto – em claro desvio de laicidade da ciência (!) – natureza e sociedade) ainda bastante resistente em nossas academias ocidentais e mesmo em certas correntes marxistas, propõe-se, repetimos, superar tais desvios. Uma discussão mais avançada dessas novas teorias científicas (inclusive a de Prigogine) atravessadas por P2 e que chegam, de forma laica, até a Revolução Comunista ou ao "Comunismo da Revolução", está em artigo de Sthel, Tostes e Tavares in Dias, Tostes e Neffa (org.), "Complexidade, Capitalismo e Ciências Ambientais", artigo 7, p. 132 a 140, 2023.

CRISE – AMEAÇA E OPORTUNIDADE

Temos hoje, na ordem ocidental do Atlântico, a experiência de liderança fascistóide de Trump 2.0 que tem somente em luta contrária um neoliberalismo relativamente fraco. Duas frações do Capital. Nada parecido com 1935-1945 da aliança socialistas-liberais. E temos como pano de fundo a crise mundial gerada pela contenda "combinada" entre uma ordem do Pacífico em ascensão econômica (China) e uma ordem do Atlântico em estagnação/declínio econômico (ver Milanovic, 2025) relativo à China (apesar da "sorte" de Trump 2.0 – até quando? – com as "7 Magníficas" e sua cria trilionária em curso (IA)). Que oportunidades essa crise pode estar desdobrando? Para ser resgatadas num sindicato politicamente enfraquecido (ANDES), sim, mas – caso muito raro hoje – relativamente forte (!) em comparação com a fraqueza "quase absoluta" do sindicalismo à esquerda nacional. E numa extrema direita nacional que viu aparecer em 28/10/25 uma nova "estrela" dentro do contexto internacional em ascensão de violência da extrema direita com o agravante de populações que vêm apoiando

expressivamente em vários países essa escalada de violência...: a "estrela" do governo fluminense no massacre do Morro do Alemão. Vai "brilhar" em 2026? Que oportunidades "heterodoxas", repetimos, estão sendo geradas pela crise acima e pela pergunta: "A esquerda classista está morrendo?" Queremos admitir que o nosso Congresso ANDES março-2026 tem condições duras, mas possíveis de, por exemplo, iniciar um heterodoxo resgate nacional de um "clima político" (heterodoxo) análogo ao do europeu 1935, envolvendo, sim, a Revolução de 1917, mas dessa vez a "Revolução Comunista (!) de 1917"? Um desafio tão heterodoxo e inusitado quanto aquele apresentado pelo ANDES como título (do Congresso) de um chamado a luta invocando a "Revolta Malês"?

ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL

O governo Lula ao longo desses três anos de mandato conseguiu finalmente garantir os seus dois grandes lastros eleitorais para novembro de 2026: o Bolsa Família (BF) – que muito aproximadamente envolve os eleitores na faixa entre 0 e 2 Salários-Mínimos (SM), que garantiu a vitória de Lula em 2022 – e a Isenção total/parcial de IR muito aproximadamente (por uma enorme "coincidência" ...) envolve os eleitores entre 2 a 5 SM. Enquanto a faixa de 0 a 2 SM essencialmente lhe garantiu a vitória apertadíssima em 2022, na faixa de 2 a 5 SM – faixa onde ele normalmente vencia eleições – Lula em 2022 perdeu para Bolsonaro (que, adicionalmente, venceu nas outras duas faixas de maior renda em 2022). Assim, Lula em 2026 volta a ter chances substantivas de vitória.

A violência no país não é propriedade privada da extrema direita. Na Bahia, ela é também outro exemplo do que acontece quando a Guerra às Drogas se funde com o policiamento militarizado e os incentivos políticos à violência. De acordo com o Jornal "Intercept Brasil", a Polícia Militar (PM) da Bahia mata, em média, cinco pessoas por dia. Hoje, o Estado tem a maior taxa de letalidade policial do Brasil em números absolutos. Só em 2024, foram 1.557 pessoas assassinadas pela polícia baiana. Em 2023 e 2024, a PM-BA matou mais pessoas do que todas as polícias dos Estados Unidos da América (EUA) juntas, mesmo tendo apenas cerca de 5% da população americana. Essas mortes são legitimadas como "legítima defesa" por um sistema que protege a violência estatal e os interesses das elites.

Essa escalada ocorre sob um governo supostamente progressista do PT, no poder desde 2007. Essa contradição é inaceitável, tendo em vista o governo de Jerônimo Rodrigues pertencer a um partido que se diz defensor da justiça racial e da inclusão social, e ao mesmo tempo comandar uma das polícias mais letais do mundo. Talvez o principal fator causal destas políticas, esteja na lógica militarizada, que trata segurança como guerra contra as facções, contra o narcotráfico e não como reflexo de falhas estruturais do Estado. É inadmissível que a liderança petista na Bahia continue abraçando com entusiasmo essa lógica militarizada, herança de seu antecessor Rui Costa, sem nenhuma diferença de governos carlistas e ou de extrema direita, ainda mais que a direita e extrema direita tornam explícito em seus planos de governo e em seus discursos, esse projeto de extermínio (necropolítica), principalmente da juventude preta.

O recentíssimo evento aqui descrito, dentro da "Avaliação de Conjuntura Nacional", foi noticiado em 14/11/2025 pelo jornal "VALOR ECONÔMICO". Ele liga o ex-presidente Bolsonaro e o governador do Estado do Rio**,** Claudio Castro. Eis alguns trechos da reportagem de Andrea Jubé:

"[...] chama a atenção o pedido de Bolsonaro (em prisão domiciliar) [...] ao STF para que se designe uma data para que o Governador do RJ, Cláudio de Castro lhe possa fazer visita 'o mais breve possível' [...]. Se Bolsonaro [...] pediu para conversar com ele, é porque notou que o aliado ocupou um lugar até então vago na política".

"[...] a megaoperação policial [...] no dia 28 de outubro [...] catapultou sua aprovação (de Castro) no Estado. Pesquisa Quaest divulgada dia 02/11 [...] verificou que 67% (!) dos brasileiros aplaudiram a ação policial, enquanto apenas 29% avaliam que houve exagero".

"[...] num cenário em que a maioria dos brasileiros aplaude a ação no Rio contra o crime [...] é preciso prestar atenção em Castro, que até meados de outubro, era considerado um 'pato manco' na política fluminense, sem capital para fazer o sucessor [...]. Bolsonaro abriu os olhos para ele.

O 'pato manco' bateu asas e voou. É cuidar para que não se espatife."

Mas não é preciso maior esforço para trazer essa megaoperação policial fluminense de Castro e seus resultados acima (que puxaram a atenção de Bolsonaro), para dentro da "Avaliação de Conjuntura Internacional" da primeira parte do presente texto, especificamente em termos do governo (extrema direita) de Trump e de sua política excepcionalmente belicosa (quando comparada com os próprios governos americanos anteriores) contra o governo da Venezuela. Política de Trump essa que quer pregar o rótulo "narcoterrorista" ao narcotráfico venezuelano como justificativa maior de uma possível intervenção militar americana naquele país. A extrema direita bolsonarista e seus aliados em governo estaduais e no Congresso Nacional não poderiam deixar de trazer esse mesmo rótulo para os grandes veículos do "Crime Organizado" nacional após a megaoperação de Castro.

Se a extrema-direita ganhar, vamos ter, provavelmente, a mesma tática ultra acelerada de Trump 2.0 em 2025, com violência máxima de um passado que deveria ter sido superado para sempre.

TEXTO 3

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Aline Caldeira (ADUFRJ), Antonio Henriques Lemos (UFG), Abraão Penha (ADUNEB), Ana Paula Medeiros Pereira (APUB), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Carlos Zacarias (APUB), Clara Saraiva (ADUFRJ), Daniel Rodrigues (ADUFEPE), Elaine Rossetti Behring (ASDUERJ), Emerson Duarte Monte (SINDUEPA), Fernanda Kilduff (ADUFRJ), Gardenia de Souza Furtado Lemos (UFG), Giselle Ribeiro (SINDUEPA), Gisvaldo Oliveira (ADCESP), Gustavo Gomes (ADUFF), Heleni Duarte Dantas de Ávila (APUR), Helton Saragor de Souza (ADUNIFESP), Henrique Saldanha (APUB), José Rodrigues (ADUFF), Jorgetânia Ferreira (ADUFU), Josias Porto (APUB), Kenia Miranda (ADUFF), Lana Bleicher (APUB), Luciano Queiroz (ADUFCG), Luiz Eduardo Neves (APRUMA), Marco Pestana (ADUFF), Micael Carvalho (APRUMA), Nelson Junior (ADUEPB), Nilson Cardoso (SINDUECE), Pedro Costa (ADUNB), Pedro Guilherme Alfonso dos Santos (UFG), Sônia Lúcio (ADUFF), Zózina Almeida (ADUNEB).

ENTRE DENÚNCIAS E ANÚNCIOS: TECENDO A MANHÃ EM MEIO AO AVANÇO DA BARBÁRIE CAPITALISTA

TEXTO DE APOIO

"[...] *tomando-se a utopia como a unidade inquebrantável entre a denúncia e o anúncio. Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os [seres humanos] possam ser mais*"

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*

Inspirados pela utopia freireana como síntese dialética de denúncia e anúncio, e, fundados numa leitura da realidade em sua concretude, nossa análise de conjuntura sintetiza diagnóstico e prognóstico, considerando as particularidades do momento e contexto histórico-sociais e do tempo presente. Sabemos que a denúncia precede o anúncio. Logo, vimos primeiramente denunciar.

Vivemos uma conjuntura extremamente difícil, que, quanto mais complexa, mais nos compele a hierarquizar aquilo que a constitui. Por um lado, a crise do capital se alastra e se recrudesce por múltiplas facetas igualmente críticas. Quanto a elas, mencionamos cinco exemplos, a saber, na forma das crises: ambiental; econômica e social; geopolítica; intraburguesa; e subjetiva da classe trabalhadora e das organizações revolucionárias. Nestes marcos a própria reprodução capitalista resta ameaçada, ao passo que a busca por supostas saídas passa contraditoriamente pela manutenção do próprio sistema em crise, resultando num desenvolvimento cada vez mais barbárico, numa crise climática sem precedentes, no colapso ambiental e cujo produto político principal tem sido o neofascismo.

É nesse interregno que destacamos a centralidade de denunciar, nos marcos globais, a ascensão acelerada da extrema-direita e do neofascismo, junto à escalada imperialista e (neo)colonial, sobretudo por meio da guerra, bem como a crise climática e o colapso ambiental. Essa dinâmica coloca em xeque, de maneira mais imediata, a vida de determinados povos, grupos e indivíduos, e, no médio e longo prazo, a própria humanidade e o planeta.

Em diferentes países e continentes do mundo, observamos a instrumentalização de crises econômicas e políticas, a mobilização do medo, do ressentimento, dentre outros afetos, para o ganho de força de projetos autoritários, racistas e profundamente excludentes e que, ao fim e ao cabo, atentam contra a própria classe trabalhadora em toda a sua diversidade. Esse avanço ocorre junto à intensificação das guerras, do complexo industrial-militar, expressando a reconfiguração do imperialismo contemporâneo e a sofisticação e renovação de políticas e práticas coloniais, que seguem estruturando hierarquias globais, controle territorial e espoliação de povos inteiros.

Nesse contexto, o genocídio em curso na Palestina torna-se símbolo brutal do avanço da extrema direita e da lógica imperialista e (neo)colonial, que transforma populações inteiras em alvos militares, normalizando massacres, deslocamentos forçados e a destruição sistemática de territórios e de suas gentes. Cabe apenas ressaltar que a escala genocida israelense, em conluio às potências imperialistas e colonialistas globais, se dá nos marcos de quase 80 anos de invasão, que tem a *Nakba* de 1948 como marco, assentando uma colonização de povoamento, um regime de *apartheid* e cenário de limpeza étnica. Da mesma forma, a luta por libertação nacional palestina, durante todos estes anos, nos serve como bússola moral, com a solidariedade ativa e altiva ao povo palestino, à sua resistência e suas lutas por libertação nacional e autodeterminação, sendo imperativos éticos. Por isso mesmo, é mais que urgente para o governo brasileiro cortar laços diplomáticos e comerciais com o Estado genocida de Israel e instituições que se beneficiam dessa lógica histórica, fortalecendo iniciativas como o BDS (*Boycott, Divestment and Sanctions*). Lula está correto quanto à caracterização do que ocorre com a Palestina como genocídio. Contudo, erra ao não cortar relações com Israel. Não há possibilidade alguma de diálogo, de relativização ou de chancelamento da barbárie.

Escrevemos e submetemos este texto em meio ao ataque estadunidense à Venezuela, com bombardeios e sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, Cilia Flores, numa evidente agressão imperialista e um desrespeito à soberania nacional, à autodeterminação do povo venezuelano e mesmo ao direito internacional. Na retórica, Trump utiliza uma vez mais a chamada "guerra às drogas" ou ao narcotráfico como subterfúgio, reatualizando a *Doutrina Monroe* por meio da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA. Concretamente, o que se tem é uma ofensiva militar, que busca amplificar os braços do império estadunidense na América Latina, almejando a derrubada do governo Maduro, bem como o acesso irrestrito e espoliativo às reservas mundiais de petróleo e gás venezuelanos. Ao mesmo tempo, a agressão também soa como alerta ao restante da América Latina, em especial a Colômbia e ao Brasil, cujos governos resistem à extrema direita que avança no continente. Ambos os países, para além dos recursos naturais volumosos, terão eleições presidenciais em 2026. Soma-se a isto as ameaças diretas feitas por Trump a Cuba e o recrudescimento do embargo, que ganha contornos ainda mais intensos com o bloqueio da distribuição do petróleo venezuelano pelos EUA. Mais do que nunca, a solidariedade ao povo venezuelano é premente, com a denúncia e o rechaço públicos de mais uma agressão infame do imperialismo estadunidense. Junto a isso, é também urgente a organização de uma aliança entre os países e forças populares que repudiam tal ataque, servindo como defesa tática a outras agressões possíveis na região. *Trump: tire as mãos da Venezuela! Em defesa da soberania do povo venezuelano! Libertação imediata de Nicolás Maduro e Cilia Flores! Fora Trump da América Latina!*

No contexto africano, o imperialismo e o (neo)colonialismo também avançam e se renovam, com conflitos armados alimentados por disputas geopolíticas, orientados à espoliação e exploração de recursos naturais, tudo isso via intervenções das potências estrangeiras, que resultam em mortes em

massa, fome, instabilidade permanente e apagamento de formas de vida, aprofundando desigualdades históricas. Hoje, genocídios e massacres seguem devastando populações inteiras, como, por exemplo: no Sudão, e a limpeza étnica em Darfur; na República Democrática do Congo, onde grupos armados e interesses internacionais disputam o controle do *coltan*; na Etiópia, onde a repressão em Tigré deixou centenas de milhares de mortos; em Moçambique, com o neocolonialismo energético. Todos esses processos revelam que o colonialismo não acabou. Pelo contrário, ele se imiscui ao imperialismo, dizendo de ambos como pilares constitutivos imanentes ao próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ainda nesta amálgama desumanizante e destrutiva, não é possível desconsiderar ou minimizar o racismo na subjugação e desumanização de tais povos, determinados grupos, etnias e indivíduos, reiterando que não há capitalismo sem racismo. Em contraste, a resistência e o combate ao imperialismo francês, como tem sido construído na região do Sahel (Mali, Níger e Burkina Faso em especial), chamam a nossa atenção e solidariedade às lutas anticoloniais do presente.

Na América Latina, os governos de Javier Milei na Argentina, de Nayib Bukele em El Salvador, Daniel Noboa do Equador, dentre outros, são pedagógicos não só quanto ao poderio da extrema direita, como ao que ela é capaz e qual é o seu nível de destrutividade econômica, política e do tecido social como um todo, quando alçada à presidência. O caso mais recente do Chile, com a eleição de José Antonio Kast, de linhagem familiar nazista e defensor da ditadura pinochetista, tende a fortalecer a aliança da extrema direita na região, seguindo a mesma linha. No Brasil, o próprio exemplo de Jair Bolsonaro, e dos 700 mil corpos sobre os quais seu governo se debruçou, deveria ser bastante didático quanto aos perigos da chegada ao executivo da extrema direita, e sobre como devemos envidar todos os nossos esforços para evitar que isso aconteça novamente em nosso país. Tudo isso se torna ainda mais preocupante quando consideramos o ataque imperialista estadunidense à Venezuela, que fortalece ainda mais a extrema direita na região.

O colapso ambiental, por sua vez, aprofunda todas essas dinâmicas, ao passo que é retroalimentado por elas. O aquecimento global, o aumento de eventos climáticos extremos, a degradação dos ecossistemas e a corrida por minerais estratégicos reforçam mecanismos de dominação, como as guerras, invasões e ataques imperialistas e neocoloniais, ampliam desigualdades e justificam novas formas de militarização das fronteiras. A crise ecológica não é apenas ambiental, mas uma das facetas críticas da própria crise do capital em seu atual estágio de desenvolvimento, como mencionado. Assim sendo, ela revela a incapacidade de o capitalismo garantir a reprodução da vida e evidencia que a disputa pelo futuro passa pela resistência aos projetos de destruição e pela afirmação radical de alternativas emancipatórias ecossocialistas.

Dialeticamente, esse avanço destrutivo produz e é retroalimentado por uma crise subjetiva daqueles e daquelas que são seus principais alvos, encarnando-o e sofrendo com ele. Essa crise subjetiva se expressa, por um lado, pela própria dificuldade de mobilização da classe trabalhadora e dos seus instrumentos de luta, em face da intensidade, do volume e da velocidade da destrutividade da presente ofensiva do capital e dos retrocessos que afetam diretamente a classe trabalhadora. Vivemos uma quadra histórica que, a despeito de importantes lutas, se dá numa toada de profundas derrotas para a classe trabalhadora. Em suma, a decadência capitalista contemporânea não vem sendo acompanhada, até aqui, pela conscientização e organização da classe trabalhadora, ao menos nos termos, conteúdo e forma necessários, assim como pelo fortalecimento de alternativas anticapitalistas com condições concretas de efetivação de seus projetos societários alternativos.

As décadas de reestruturação produtiva, que enfraquecem objetiva e subjetivamente a classe trabalhadora e seus meios organizativos, que espolia reiteradamente seus direitos, bem como a hegemonia ideológica neoliberal arrefecem a própria capacidade de se projetar e pensar alternativas e outros mundos não só possíveis, como necessários. A barbárie capitalista se dá objetiva e subjetivamente. A precarização da vida da classe trabalhadora é objetiva e subjetiva. Não por acaso, vivemos um cenário de generalização e aprofundamento do sofrimento psíquico, do adoecimento da classe trabalhadora, até mesmo como formas de controle, avançando também sobre ela via mecanismos de psicopatologização e medicalização da vida. Aliado a isso, quanto mais avança a destrutividade do capital, mais ela precisa de meios que a ocultem e a mistifiquem, ao passo que se normaliza e naturaliza sua destrutividade. Mencionamos como exemplo, dentre vários possíveis, a ideologia do empreendedorismo, um fetiche da mercadoria especial, a força de trabalho, em que a perda do controle e a incorporação das práticas burguesas se expressam num movimento global prático e teórico mistificador, arrefecendo a consciência de classe e, por conseguinte, a organização de tais trabalhadores.

Mesmo no bojo da tradição da esquerda revolucionária, o cenário também se mostra bastante intricado, marcado pela marginalidade, pela fragmentação e por dispersões.

Contrastante a essa realidade, é fundamental também reconhecer os avanços oriundos das lutas e movimentos negros e antirracistas, feministas, LGBT+, dos povos originários, de pessoas com deficiência e anticapacitistas, que nos indicam caminhos importantes para se pensar a própria concretude da classe trabalhadora, em sua diversidade, sobretudo em nosso país. Além disso, iniciativas e mobilização unitárias têm demonstrado capacidade de enfrentar a extrema direita, configurando algumas das mais importantes lutas da classe nos últimos tempos, possibilitando conquistas políticas e indo na contramão da fragmentação.

A conjuntura brasileira não passa ilesa dessa realidade, até porque a compõe e a conforma, não sendo apenas um reflexo dela. Segue-se nela marcha expansiva do neofascismo, que se reorganiza nas brechas das múltiplas facetas críticas da crise do capitalismo, nas particularidades de um país gestado na e pela colonização e escravismo, na periferia capitalista e com caráter dependente. Tudo isso se move em conjunto, como foi possível ver no final de 2025 na derrubada pelo congresso dos vetos presidenciais ao projeto sobre licenciamento ambiental (PL 2.159/21), na aprovação também no Senado da PEC do Marco Temporal, dentre outras iniciativas que resultam em um cenário de ainda maior destruição ao nosso país e meio ambiente, atacando diretamente os povos originários e tradicionais.

Ganham corpo as narrativas e condutas autoritárias, de caráter racista, misógino, LGBTfóbico, capacitistas, dentre outros conteúdos e fundamentos que reproduzem e retroalimentam nossas estruturas exploratórias e opressivas. Denunciamos, por exemplo, com toda a indignação, o avanço da violência contra as mulheres, inclusive dos casos de feminicídio que nos estarrecem e indignam diariamente. O genocídio dos povos originários, da população negra e periférica, as inúmeras violências contra a população LGBT+, sobretudo as pessoas transsexuais e travestis, os massacres no campo, a violência manicomial e prisional, tudo isso parece ter sua marcha inalterada.

Busca-se assim naturalizar a violência, atacar direitos e até mesmo corroer as instituições da democracia burguesa, bem como o próprio regime, como foi expresso publicamente no dia 08 de janeiro de 2023. Portanto, o enfrentamento ao neofascismo deve ser o cerne da tática política de esquerda no presente, exigindo mediações que vão na direção de fomentar a unidade de ação nas pautas e lutas em que ela se mostra possível e necessária, fortalecer a mobilização e organização popular, defender serviços e as políticas públicas (SUAS, SUAS, educação etc.), ampliar a participação política e disputar as consciências no cotidiano. O combate ao neofascismo torna-se, assim, tarefa central para a reconstrução do país, a defesa da nossa soberania, impulsionando um projeto popular capaz de responder às demandas da classe trabalhadora.

A extrema direita e suas franjas neofascistas no país demonstram a permanência de sua força, o que deve fazer soar o alerta para que não seja desconsiderada nem minimizada. Mesmo após algumas derrotas eleitorais, como foi o caso da fundamental vitória de Lula em 2022, a partir de uma concertação de frente ampla (ou amplíssima), esses grupos continuam com forte capacidade de mobilização, produzem desinformação massificada e seguem influenciando políticas públicas que atacam a classe trabalhadora brasileira.

A composição parlamentar, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado, bem como as eleições municipais de 2024, dizem da capilaridade e perenidade da extrema direita, em conluio ao chamado "centrão" (direita institucional), se manifestando também nos estados e Distrito Federal. São exemplos disso a aprovação da famigerada PEC da Blindagem (ou da Bandidagem) e o PL da Dosimetria (uma Anistia disfarçada) na Câmara, dentre outros. O orçamento secreto, com as emendas de composição e emendas PIX, reforçam o domínio de determinados políticos sobre o eleitorado e seus contextos de atuação, chegando a ultrapassar dotações orçamentárias de importantes políticas sociais, e possibilitando certa sensação de tranquilidade e preservação eleitoral de figuras que já possuem grande poder e capilaridade. A crise aberta entre o congresso inimigo do povo e o governo, com ofensiva capitaneada pelos presidentes das duas casas, Hugo Motta e Davi Alcolumbre, tende a se intensificar em um ano eleitoral.

Inclusive, com a proximidade das eleições para o executivo e legislativo em 2026, podemos esperar da extrema direita o recrudescimento de sua atuação bélica e de sua violência. Uma amostra disso foi a chacina nos complexos da Penha e do Alemão, no Rio de Janeiro, como uma espécie de balão de ensaio, operada pelas forças de segurança e pelo braço repressivo do estado do Rio de Janeiro, e

capitaneada pelo governador Cláudio Castro (PL), correligionário de Bolsonaro. A política de segurança pública hegemônica em nosso país, nos marcos do proibicionismo e pautada pela chamada "guerra às drogas", tem (re)produzido um verdadeiro genocídio da população negra e pobre, resultado esse que rasga a sua aparência e denuncia qual o seu real objetivo - que tem sido bastante exitoso. A naturalização dessa violência, apoiada majoritariamente por setores conservadores, mas também por alguns que se proclamam progressistas ou de esquerda, revela o caráter estrutural do racismo em nossa sociedade, no qual se alicerça a figura do negro e pobre como inimigo interno a ser criminalizado, preso e morto.

Não é ingênuo avaliar que até o período eleitoral em 2026, governantes e políticos da extrema direita instrumentalizarão ainda mais a pauta, com outras iniciativas na mesma lógica da do Rio de Janeiro para se capitalizar e incidir no tabuleiro eleitoral brasileiro. Considerando novamente a agressão imperialista estadunidense na Venezuela e no restante da América Latina, que é justificada retoricamente pela suposta "guerra às drogas" e ao narcotráfico, transmutado em *narcoterrorismo*, deve ser de grande preocupação as iniciativas de extrema direita brasileira associar, internamente, o tráfico de drogas ao terrorismo, unindo "guerra às drogas" e "guerra ao terror" e dando subsídios para invasões e agressões imperialistas dos EUA. De qualquer forma, a aposta na violência institucionalizada, ainda mais recrudescida, é mais um elemento para nos alertar quanto ao avanço e à força da extrema direita, nacional e internacional, inclusive, num horizonte mais imediato, como é o das eleições de 2026.

A prisão de Jair Bolsonaro, por um lado, tira momentaneamente a maior figura da extrema direita da raia eleitoral, devendo ser compreendida como uma conquista em termos da responsabilização institucional de uma figura que atentou contra milhares de vidas e tem toda uma trajetória de normalização da violência. Isso se torna ainda mais relevante quando consideramos também as prisões de membros do alto escalão das forças militares, como as do almirante Almir Garnier Santos, dos generais Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Walter Braga Netto - candidato à vice-presidência em 2022 junto a Bolsonaro -, algo até então inédito em nosso país. Não há anistia possível para os golpistas!

Por outro lado, a prisão intensifica a polarização existente da extrema direita sobretudo com setores da centro-esquerda e com o petismo, bem como com o Superior Tribunal Federal (STF), impondo mediações táticas para a defesa do que tais setores e órgãos têm feito e cumprido quanto a contenção do avanço da própria extrema direita, ao passo que não significa adesismo acrítico a eles. O exemplo do STF é bastante elucidativo, especialmente quando consideramos como ele próprio chancelou o golpe de 2016 contra Dilma Rousseff, a prisão ilegítima de Lula, dando ares de legalidade e institucionalidade e tais episódios lamentáveis, assim como vem reiteradamente ratificando ataques contra direitos da classe trabalhadora.

Além disso, a detenção de Bolsonaro tem sido mobilizada como narrativa de perseguição, buscando reorganizar a base bolsonarista. O governo tenta manter estabilidade em meio à tensão, enquanto o bolsonarismo testa sua capacidade de articulação nas ruas e no Congresso, revelando um país ainda atravessado por uma crise política profunda.

A extrema direita movimenta suas peças para 2026, buscando reorganizar seu campo após crises internas e disputas por liderança. Ela tenta capitalizar o descontentamento social, instrumentalizar pautas morais e explorar o antipetismo ainda bastante presente em nosso tecido social. Grupos conservadores disputam espaço com setores mais radicalizados, enquanto líderes regionais tentam se projetar nacionalmente. Com forte presença digital, se aproveitando da anuência e blindagem das grandes corporações midiáticas nas redes, tentam reconstruir uma narrativa de "ordem" e "liberdade", apostando na polarização com o petismo para manter relevância eleitoral.

A despeito das indefinições nos possíveis nomes da extrema direita, não podemos minimizar o perigo das eleições de 2026. Quem avalia que se trata de uma eleição fácil, com a reeleição de Lula estando garantida, não entendeu a complexidade conjuntural. Como alertas, mencionamos a permanência alarmante do conservadorismo e do próprio bolsonarismo em nosso tecido social. Além disso, a desaprovação do governo tem sido maior do que a aprovação; e, em grande parte, ela não decorre dos equívocos e conciliação do governo, mas remonta a uma parcela significativa da população aderida ao antipetismo e que, na essência, se volta à esquerda como um todo. Infelizmente, o bolsonarismo ainda capitaneia o maior contingente de pessoas que reprovam o governo Lula.

A possibilidade de a extrema direita ganhar é real e não se pode vacilar quanto a isso e quanto à necessidade de envidarmos nossos esforços para impedir que isto aconteça. As recentes

movimentações da candidatura "balão de ensaio" de Flávio Bolsonaro, que serviram para negociações nos bastidores pressionado à concertação da direita já construída em nome de Tarcísio de Freitas, logrando êxito no andamento do PL da Dosimetria, demonstram que esse campo caminha para a coesão e disputará voto a voto com a reeleição de Lula. Nesse sentido, embora seja legítimo que organizações do campo da esquerda radical lancem candidaturas à presidência com o intuito de propaganda de seus programas e construções de suas organizações, consideramos essa posição equivocada por não considerar a extrema direita como o principal inimigo nesse momento.

O avanço da extrema direita também atravessa as Instituições de Ensino Superior, perseguições de docentes, pressões contrárias à autonomia universitária, atacando a produção científica e pautas democráticas têm sido infelizmente habituais. Para piorar, a conjuntura nas Instituições de Ensino Superior públicas é marcada por forte tensão entre a expansão do acesso, mas também por uma crescente precarização das condições de trabalho, de ensino-aprendizagem e de permanência estudantil. No cotidiano das instituições federais, estaduais, distrital e municipais, os/as docentes enfrentam condições precárias de trabalho: salas superlotadas, infraestrutura insuficiente, acúmulo de encargos administrativos, intensificação do trabalho, pressão por produtividade e falta de pessoal são algumas das características que constituem nossas condições de trabalho. A falta de orçamento compromete pesquisa, ensino e extensão.

Esses fatores, somados ao acirramento de todas as formas de opressão, por sua vez, intensificam o adoecimento docente (e discente), resultando também em altos índices de sofrimento psíquico e afastamentos, como constatou a própria Enquete sobre Condições de Trabalho e Saúde do próprio ANDES-SN. Inclusive, a precarização e o desmonte das políticas, que resulta na precarização da saúde dos trabalhadores, expressa e dialoga com a lógica gerencialista neoliberal, pautada no produtivismo e que transforma direitos em custos e pessoas em números.

Como âncora desse cenário de cortes e precarização, temos o arcabouço fiscal, que aprofunda a lógica de austeridade ao limitar o investimento público mesmo em áreas essenciais, como saúde, educação e assistência. Vendido pelo governo federal como solução supostamente responsável, a partir de uma lógica gerencialista neoliberal, ele subordina as necessidades sociais às metas de resultado primário, mantendo privilégios do sistema financeiro e restringindo a capacidade do Estado de enfrentar desigualdades. Neste ponto, o governo tem andado de mãos dadas com o dito "centrão" e com a extrema direita, largando a mão da classe trabalhadora brasileira. Na prática, o arcabouço não só engessa, mas desidrata e desmantela as políticas sociais, impedindo a recomposição de serviços sucateados e pressionando trabalhadores e instituições. Em vez de garantir a estabilidade, o arcabouço reforça um modelo que freia o desenvolvimento e sacrifica direitos sociais em nome do ajuste permanente. Para os próximos anos, especificamente, a partir de 2027, o recado do governo é nítido sobre a orientação ao Estado Nacional, ao prever gatilho de bloqueio sobre a possibilidade de aumento real de servidoras e servidores acima de 0,6% da inflação. O pacote fiscal endossado por Haddad no final de 2024 institucionaliza as perdas salariais históricas da maioria do funcionalismo federal com suas remunerações defasadas. Caso essa regra valesse anteriormente, os valores de 9% em 2023 e 9% em 2025 estariam vedados a priori. Logo, é uma política estrutural de arrocho salarial.

Na política educacional, prevalece o interesse de setores privados, com forte influência neoliberal. O Ministério da Educação não foi capaz de atender aos anseios do setor, que almejava a revogação de contrarreformas implantadas após o golpe de 2016 na Presidenta Dilma Rousseff. A BNCC permanece como epicentro da política educacional ditando os rumos curriculares em todas as redes públicas, dos livros didáticos, enquadra práticas pedagógicas e amplia a responsabilização sobre professoras e professores na busca de uma qualidade que ainda se mede por avaliações em larga escala que nada mensura sobre o que demandam escolas e sua comunidade. O Novo Ensino Médio ganhou nova roupagem mantendo a sua essência, discriminando e segregando estudantes de escolas públicas, filhos da classe trabalhadora. A formação de professoras e professores se camufla sem superar as dicotomias outrora impostas, permanece o praticismo, o tecnicismo e não integra formação, valorização e carreira. A oferta do ensino superior por meios híbridos ou à distância avança, até nas instituições públicas, coloca em risco as universidades como espaço de reflexão e de construção de conhecimento, especialmente nas licenciaturas. O projeto de educação está em disputa e nos cabe tensionar por um projeto popular. Por outro lado, o MEC avança em programas que fortalecem a individualização pela ideia do empreendedorismo, buscam remunerar pela permanência, esvaziados de propostas formativas consistentes e alimentam o sistema financeiro em ações como o Pé de Meia do Ensino Médio e da Licenciatura.

A “valorização” de professoras e professores veio por uma carteira nacional docente que garante descontos em hotéis e pela oferta de empréstimos para compra de equipamentos de informática, sem que apresente melhorias nas carreiras, apoio à processos de formação contínua, sem que se enfrente a precarização que cresce dia a dia em todas as redes, em que mais da metade de docentes da educação pública são contratados por vínculos temporários. Temos muito a enfrentar e a disputar num contexto de recém aprovação de um Plano Nacional de Educação (PNE) que mais atende aos interesses do neoliberalismo do que pode garantir a emancipação da nossa juventude, a formação e a valorização de docentes e que atenda as demandas da classe trabalhadora.

Não suficiente, vivemos sob a ameaça da Reforma Administrativa, que segue sendo uma ameaça concreta - uma das mais perigosas, aliás. Trata-se, na verdade, de mais uma das contrarreformas neoliberais, a qual visa aprofundar a precarização do serviço público ao atacar a estabilidade, abrir ainda mais espaço para contratações precárias e ampliar a influência política sobre os servidores. Vendida como modernização, ela reduz direitos, enfraquece carreiras e compromete a continuidade das políticas públicas. Ao privilegiar interesses privados e a lógica de mercado, desmonta a capacidade do Estado de garantir saúde, educação e assistência de qualidade, atacando ainda mais os direitos da classe trabalhadora.

Diante disso, a organização sindical precisa fortalecer sua autonomia e sua independência de classe, princípios históricos do ANDES-SN - os quais não abrimos mão. Isso implica manter postura crítica diante dos erros do governo federal (e dos governos estaduais, distrital e municipais) e de sua política de conciliação de classes, que cede às pressões do capital e dos setores conservadores. Não há o que tergiversar e aceitar, por exemplo, quanto ao arcabouço fiscal, quanto ao silêncio ou mesmo as concessões diante da chantagem da maioria reacionária no congresso inimigo do povo, quanto ao avanço da terceirização e privatização nas políticas sociais (saúde, assistência social, educação etc.), quanto ao endosso e financiamento público de instituições manicomiais, quanto à exploração de petróleo na Foz do Amazonas e aprovações recordes de agrotóxicos, dentre outras condutas do governo Lula III que devem ser criticadas e antagonizadas por nós.

Acrescentamos o absurdo acordo feito pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner, por trás dos panos, para aprovação do PL da Dosimetria no final de 2025. Tratou-se de uma afronta inclusive com as/os militantes que foram às ruas contra este projeto de anistia, com intensa mobilização nacional. Escrevemos este texto na passagem de 2025 para 2026, sendo possível que alguns dos pontos aqui elencados já tenham sido superados ou alterados antes deste Congresso do ANDES-SN, em março de 2026. Porém, adiantamos a premência não só de que o presidente Lula vete o PL da Dosimetria, mas que envide todos os esforços para que seu veto não seja derrubado pela Câmara. De nosso lado, também adiantamos nosso compromisso com a continuidade da unidade na mobilização contra tal PL e qualquer forma de anistia aos golpistas.

Em nosso contexto específico, a atuação dos Ministérios da Educação e da Gestão e da Inovação (MGI) também devem ser criticados, como o endosso ao empresariamento educacional, as medidas que restringem concursos, impõem limites fiscais, dificultam reconstruções de carreira e tratam as mesas de negociação como meras formalidades. Somado a isso, o governo não tem cumprido integralmente o acordo firmado após a greve histórica da categoria no setor das federais no ano de 2024 - o que acabou de levar o SINASEFE a aprovar em seu congresso o indicativo de greve para 2026. Para piorar, o Projeto de Lei n° 6170/2025, encaminhado ao Congresso Nacional pelo governo em 03 de dezembro de 2025, e que regulamenta o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) das instituições federais, descumpre o Termo de Acordo nº 11/2024 firmado ao fim da greve de 2024, diferindo da proposta construída pelo Grupo de Trabalho da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC/MEC). Nada disso é irrelevante, pelo contrário, e o nosso sindicato, em unidade com a FASUBRA e o SINASEFE, deve continuar lutando, com combatividade e autonomia, contra tais retrocessos e condutas inaceitáveis do governo.

Aliado a isso, segue a luta pela recomposição orçamentária das Universidades públicas (federais, estaduais, distrital e municipais), Institutos Federais e CEFET; a luta por melhores condições de trabalho e de vida a docentes, discentes, TAEs, demais trabalhadores e comunidades abarcadas pelas referidas instituições de ensino. É extremamente grave, por exemplo, os cortes do congresso inimigo do povo previstos para 2026, a partir do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), que diminui a dotação para as universidades federais em R$488 milhões, segundo a ANDIFES, e corta R$262 milhões da CAPES e R$72 milhões do CNPq - com este montante sendo redirecionado para a ampliação de emendas

parlamentares em ano eleitoral. Tudo isso reforça a necessidade do papel e da atuação do ANDES-SN, como sindicato classista, com independência, ao considerar as mudanças e brechas abertas na conjuntura, mas sem incorrer em isolacionismo e sectarismo, muito menos minimizar a força da extrema direita e o avanço neofascista.

Neste cenário, o sindicato deve ser um polo atrativo para a reorganização da classe trabalhadora: combativo, propositivo e enraizado na base. O ANDES-SN deve continuar cumprindo um papel de construção unitária com outros sindicatos, movimentos sociais e populares, movimento estudantil, ampliando as alianças populares, fortalecendo a solidariedade, e sustentando uma crítica radical aos projetos neoliberal e autoritário, que andam de mãos dadas se retroalimentando. Somente com independência, unidade e luta poderemos enfrentar o avanço da extrema direita, defender as universidades e reconstruir o país a partir das necessidades do povo trabalhador.

Alguns exemplos dessa atuação e do papel cumprido pelo ANDES-SN foram e são: a sua adesão e participação ativa no Plebiscito Popular pela redução da jornada de trabalho e fim da escala 6x1; sua participação na Cúpula dos Povos e demais iniciativas populares na COP 30; na Mobilização Mulheres Vivas e na Marcha de Mulheres Negras por reparação e bem-viver; nas variadas iniciativas contra a Reforma Administrativa; nos atos do *Glauber fica!*; na campanha *Sou docente antirracista!*; no fomento e articulação com movimentos sociais e populares, dentre outros casos que não cabem neste texto. Tais lutas, aliás, demonstram como a mobilização da classe trabalhadora e a retomada de pautas e das ruas, com manifestações em peso durante o ano de 2026, podem incidir na correlação de forças e provocar fissuras nela, abrindo janelas de oportunidade. Citamos novamente a luta contra a escala 6x1 encorpada pelo Movimento Vida Além do Trabalho (VAT), os atos gigantescos contra a PEC da Blindagem (ou Bandidagem), contra a o PL da Dosimetria (Anistia disfarçada para golpistas e demais criminosos), a Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem-Viver em Brasília (em novembro), e as manifestações contra a própria Reforma Administrativa, que fez parte dos parlamentares recuar. Estes são demonstrativos da capacidade organizativa e mobilizadora da classe trabalhadora e da importância da luta unificada, a despeito de toda a crise subjetiva vivenciada e das dificuldades conjunturais.

Para 2026, o fim da escala 6x1, a diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário e a luta pelo tempo para se humanizar, continuam como pautas urgentes da nossa classe e servirão não só para atenuar a desigualdade social no Brasil, mas também para o avanço de outras pautas e lutas que apontem não só para a gerência de um sistema em crise, mas para a sua superação. Não custa não apenas dizer; é necessário repetir o óbvio: o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. Ainda, devemos continuar a luta e a mobilização por uma política econômica que atenda às necessidades da classe trabalhadora, e não dos setores rentistas, com redução dos juros escorchantes mantidos pelo Banco Central e a revogação do arcabouço fiscal.

Em defesa da vida, nos colocamos também contra a violência racista, machista e LGBTfóbica, cabendo ao Estado a efetivação de um programa de segurança pública que confronte o real crime organizado, ao invés de se colocar a prender e a matar pessoas negras, pobres e periféricas. É urgente também medidas que contenham o avanço do feminicídio e não toleramos e toleraremos nenhuma violência LGBT+, alertando para a mobilização e instrumentalização cada vez maior do ódio contra a população de transexuais e travestis.

Em meio a tudo isso, necessitamos com urgência também de uma política real e efetiva de transição energética, planejando a superação da utilização de combustíveis fósseis e com orçamento suficiente para prevenção de catástrofes climáticas. Ainda, reside a premência do combate ao agro, com fim do desmatamento, respeito aos direitos de povos originários e tradicionais (com demarcação de territórios) e pautando-se numa Reforma Agrária agroecológica.

Mesmo com as contradições apontadas por nós aqui, não vacilamos e não vacilaremos em construir uma frente de lutas nas ruas, nas redes e eleitoralmente - desde o primeiro turno - como parte dos desafios da classe num momento marcado pelo avanço neofascista aqui e no mundo. É com mobilização nas redes sociais e, especialmente, nas ruas, que será possível avançar nos pontos aqui apresentados e, ao mesmo tempo, apresentar alternativas concretas à classe trabalhadora, conformando um cordão sanitário à extrema direita. Para isso, é fundamental a unidade da classe trabalhadora, nas suas particularidades e diferentes expressões partidárias e de formas organizativas. Para fazer frente a essa terrível realidade, torna-se necessário construir uma Frente Única de Esquerda, que tenha como tarefa a elaboração de um programa anticapitalista que vise impulsionar a luta por transformações estruturais.

Nisso, é importante ressaltar que há mudanças positivas na atuação do governo federal. Os acenos realizados e as movimentações à esquerda após a derrota na questão do IOF em junho, com proposição de medidas acertadas, como a isenção de Imposto de Renda para pessoas que ganham até R$5 mil, e redução progressiva para quem ganha até R$7.350. A comunicação governamental também passou por inúmeras melhorias, se tornando mais acessível e dialogando melhor com setores da juventude.

Ressaltamos também a postura de Lula e do governo frente ao ataque de Trump à nossa soberania com o tarifaço. Por fim, as tarifas foram retiradas pelo presidente estadunidense, junto de outros ataques (p. ex. utilização da Lei Magnitsky) que foram orquestrados com figuras golpistas que, a despeito de serem brasileiras, atuaram e atuam declaradamente contra o país, como é o caso de Eduardo Bolsonaro. Diferentemente de outros países de líderes mundiais, que cederam às pressões e ataques de Trump, Lula venceu a queda de braço e deu uma importante lição de soberania ao resto do mundo. No entanto, a agressão trumpista à Venezuela neste início de 2026 e o interesse imperialista em nossas terras raras nos faz ficar permanentemente alerta.

Resgatando o sentido utópico freireano da epígrafe, finalizamos com a constatação de que as denúncias feitas ao longo do texto trouxeram dialeticamente, em seu próprio movimento, os anúncios. O diagnóstico feito tem contido em si um prognóstico, cujos anúncios foram sendo apresentados. Ora, já dizia Marx, no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, "[e]is porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir". A nós, resta consolidar ou encurtar tais vias.

A partir do exposto, findamos anunciando: fechamos o ano de 2025 com um acúmulo importante, terminando-o melhor do que o iniciamos. Se o ano de 2026, como ano eleitoral, se inicia com muitas dúvidas e incertezas, e já com algumas preocupações, a mensagem mais importante que fica da passagem de 2025 para 2026 é que as ruas, que até então estavam sendo ocupadas quase que exclusivamente pela extrema direita, foram retomadas por nós. Que esta retomada seja o "*anúncio de uma realidade em que os [seres humanos] possam ser mais*", sendo ele intensificado e concretizado, não mais como mero anúncio, mas como realidade.

É nesse sentido que nós, militantes no ANDES-SN da Resistência e da Insurgência, duas correntes internas do PSOL em processo de fusão em uma nova organização ecossocialista, e demais companheiros/as que assinam este texto concordando com o seu teor, também nos anunciamos e apresentamos. Conforme expresso no Manifesto "Tecendo a manhã", *nosso propósito é ser um instrumento prático, capaz de cumprir um papel neste tempo em que nos coube viver e lutar*.

TEXTO 4

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Alexandrina Paiva da Rocha (SINDIFPI), Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS), Antonio Ronaldo Gomes Garcia (ADUFERSA), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Fernanda Hernandes Figueira (ADUFPEL), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisco Carlos Cardoso (ADUSB), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFSM), Gilcelene de Brito Ribeiro (SINDIFPI), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFSM), Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFSM), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Luiz Fernando da Silva (ADUNESP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria Luzinete (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFSM), Mónica Vermes (ADUFES), Naíres Raimunda Gomes Farias (APRUMA), Otávio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Ricardo Heli Rondinel Cornejo (SEDUFSM), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Marinho Siqueira (APUB), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Savana Diniz Gomes Melo (APUBH), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).

POR UM SINDICATO COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE PARA LUTAR CONTRA GOVERNOS DO CAPITAL, O IMPERIALISMO E A EXTREMA DIREITA E PELOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

TEXTO DE APOIO

Introdução

Em 2026, assim como nos últimos anos, tendem a se aprofundar as crises econômicas, políticas, sociais e ambientais do capitalismo, com consequências cada vez mais nefastas principalmente para os segmentos mais explorados e oprimidos. Ao mesmo tempo, as lutas de classes devem se expressar em disputas e rapinas imperialistas, avanços da extrema direita e enfrentamentos ao capital por parte da classe trabalhadora. Contudo, para que esses enfrentamentos ocorram em maior volume e com mais qualidade, é fundamental que as organizações de nossa classe tenham capacidade de contribuir para organizar e mobilizar com independência em relação aos patrões e governos, inclusive os que aparentam ser progressistas, mas priorizam os interesses do capital.

A presente contribuição está estruturada em três grandes blocos: no primeiro apresentam-se algumas expressões do capital e do imperialismo em nível de mundo, nas dimensões da estrutura e da superestrutura. No segundo, apresentam-se interesses e movimentos da burguesia brasileira nos poderes Judiciário, no Congresso Nacional e no Governo Lula-Alckmin. Por fim, apresentam-se concepções, leituras e interpretações relacionadas às organizações da classe trabalhadora e a capacidade de enfrentarem os capitalistas e suas políticas. Nesse caso, é dada atenção especial às lutas dos servidores públicos e como suas organizações, com ênfase no ANDES-SN, têm atuado diante dos desafios colocados. Argumenta-se que em 2026 há uma tendência de que alguns dirigentes sindicais busquem frear alguns enfrentamentos urgentes e necessários, a exemplo da reforma administrativa e do arrocho salarial, a fim de blindar o Governo Lula. Nesse cenário, é fundamental que se constitua um bloco político com coragem e capacidade de forjar as lutas com independência frente à burguesia e suas instituições.

Crises do capital, disputas imperialistas e lutas de classes em nível mundial

Ratificando o que disse Rosa Luxemburgo, há mais de 100 anos, o padrão de funcionamento do capitalismo, sustentado na exploração da força de trabalho, na criação de um grande contingente populacional excluído das atividades econômicas rotineiras (superpopulação relativa em suas variantes), na depredação dos recursos naturais, na violência contra povos originários, nas desigualdades sociais e

no imperialismo, entre outros elementos, expressa uma situação de barbárie impossível de se reverter dentro da ordem do capital. Obviamente, como alternativa para pelo menos amenizar as desgraças (algumas irreversíveis) provocadas pelo capitalismo, as revoluções socialistas nos diversos países e as lutas internacionalistas da classe trabalhadora seguem como necessidade.

As crises econômicas atuais têm elementos que podemos nominar como "clássicos", por representarem aspectos da lei geral da acumulação do capital, conforme nos ensinou Marx, e elementos aparentemente novos, por se sustentarem em novas tecnologias com fortes repercussões nos processos produtivos e de distribuição de mercadorias. Por um lado, verificam-se movimentos como o de produção desenfreada de mercadorias, criação de novas "necessidades" de consumo de bens e serviços, centralização de capitais, tendência de queda de taxa de lucro e necessidade de ativação de mecanismos para enfrenta-la, a exemplo de abertura de novos mercados e redução de custos de produção por meio da superexploração da força de trabalho e de recursos ambientais, principalmente em países subdesenvolvidos. Além disso, como estratégia de manutenção de riqueza para determinados setores, desde a segunda metade da década de 1970 tem-se um crescimento exponencial da financeirização e da especulação financeira, que, aliás, se tornou parte das práticas regulares dos grandes grupos econômicos e das famílias mais abastadas. Entretanto, a superprodução de mercadorias e de capitais implica em crises maiores, mais mundializadas e ininterruptas.

A financeirização não é um "desvio" do capitalismo, mas uma forma histórica de sua dominação contemporânea: a hipertrofia do capital portador de juros e do capital fictício, que impõe ao conjunto da sociedade (e em especial aos países dependentes) uma lógica de saque permanente via dívida pública, juros, "austeridade" e contrarreformas. Trata-se de uma engrenagem de transferência de valor para rentistas, fundos e grandes conglomerados, que se alimenta da superexploração do trabalho, da privatização do comum e da captura de recursos estatais, convertendo orçamento público em renda para o capital. Por isso, todo o discurso de "responsabilidade fiscal" e "confiança do mercado" é, em essência, a ditadura do rentismo sobre a vida social: serve para disciplinar salários, destruir direitos e subordinar serviços públicos ao pagamento do tributo permanente aos credores.

Como desdobramento das crises econômicas recentes, verificam-se tanto movimentos de fusões e cooperações como de disputas entre grandes grupos oligopolistas. Nesse último caso, ratificando as percepções essenciais de Lênin {em "Imperialismo, fase superior do capitalismo"}, as práticas imperialistas seguem vivas. De maneira mais concreta, têm-se expressado nos últimos anos, principalmente, em interesses de grupos dos Estados Unidos, da União Europeia e da China.

No que diz respeito aos Estados Unidos, os dois partidos que se revezam nos governos (Democratas e Republicanos) representam o que já foi denominado com razão como uma espécie de "cobra de duas cabeças", na medida em que sempre expressam interesses dos maiores grupos econômicos e mantêm essencialmente as mesmas práticas, ainda que aparentem ser mais ou menos reacionárias, como bem demonstrou Armand Dreiffus, em sua brilhante pesquisa[1]. Dessa forma, ainda que provavelmente seja mais autoritário e estúpido que a média dos presidentes estadunidenses, Donald Trump tem sido "funcional" no sentido de impor políticas que, na atual conjuntura, representam uma alternativa de reação dos grupos de seu país à perda de produtividade e mercados, em comparação a grupos de outros países, com destaque para a China e seus satélites. Essa é uma questão essencial a se levar em conta, na medida em que historicamente muitas organizações e pessoas supostamente "progressistas" alimentaram ilusões de que representantes do partido Democratas, de algum modo, pudessem ser favoráveis a pautas da classe trabalhadora.

O governo Donald Trump é a cara escancarada da barbárie imperialista: reacionarismo, racismo institucional, ataque à classe trabalhadora e ações explícitas e cínicas para roubar recursos naturais, estabelecer bases militares e impor submissão de povos. Para revolucionários nos EUA e em qualquer país, não pode haver dúvida: é tarefa imediata impulsionar organização, greves, comitês, frentes de luta e mobilizações que unifiquem as batalhas contra as opressões, contra a fome produzida pelo capital e contra a superexploração — independentemente de quem ocupe a Casa Branca. No plano internacional, a criminosa ofensiva ianque no Caribe e contra a Venezuela (bloqueios e sequestro de navios, ataques

[1] DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

criminosos sob o pretexto mentiroso de “guerra às drogas” e, nos primeiros dias de 2026, a invasão imperialista em solo venezuelano com o sequestro de Maduro e outras pessoas) precisa ser denunciada como o que é: uma operação de guerra para pilhar petróleo e minerais, impor um governo fantoche de extrema direita e recolonizar o continente.

No caso da Venezuela, todavia, a luta contra o imperialismo estadunidense não deve se confundir com apoio político ao chavismo, pois esse regime se consolidou como uma ditadura capitalista que reprime organizações autônomas de trabalhadores e da juventude, mantém empresas transnacionais explorando, rebaixa salários e direitos e, com sua política de repressão, ajuda a pavimentar o terreno para a agressão externa. Nossa solidariedade é com a classe trabalhadora venezuelana, e avaliamos que o caminho consequente é construir uma campanha anti-imperialista forte, unitária e independente, que enfrente a intervenção e as sanções e, ao mesmo tempo, levante as reivindicações populares e democráticas contra todas as frações burguesas que disputam a renda do petróleo.

Na Europa, uma das expressões mais visíveis do Imperialismo tem sido a guerra na Ucrânia, que, de forma imediata, resultou dos objetivos expansionistas e de pilhagem pelo governo da Rússia em favor de seus capitalistas. Nesse contexto, trabalhadores de ambos os países têm servido de como bucha de canhão na condição de soldados, envolvendo-se em batalhas que só aparentemente expressam interesses nacionais. De fato, enquanto grande parte da classe trabalhadora ucraniana, de forma legítima, luta para manter a autodeterminação de seu país e contra os saques russos, o Governo de Zelenski busca alianças econômicas e políticas subordinadas a grupos capitalistas europeus. Nesse cenário, também em função de interesses econômicos de grupos de seu país, Donald Trump vem tentando uma “saída” que além de não garantir qualquer paz efetiva deve implicar na consolidação de perdas territoriais para Ucrânia. Avaliamos que as organizações da classe trabalhadora devem denunciar de forma contundente os objetivos imperialistas articulados tanto ao governo da Rússia como da Ucrânia. Ao mesmo tempo, não há espaço para neutralidade e devem ser reconhecidos os direitos territoriais ucranianos e a necessidade de enfrentar a invasão russa. Evidentemente, isso não implica em depositar um pingo de confiança no governo burguês de Zelenski. A solidariedade, de todas as formas possíveis, deve ser de forma direta com as organizações da classe trabalhadora ucraniana, inclusive no sentido de apoio a construção de uma outra alternativa de poder.

Ainda falando de Imperialismo, evidentemente não podemos deixar de mencionar a China. Embora parte significativa da pretensa esquerda mundial pareça estar encantada e entusiasmada com os avanços tecnológicos e expansão do poder econômico chineses, inclusive na expectativa de que possa ser consolidado um bloco em torno dos BRICS como contraponto ao poder dos EUA, é pertinente lembrar que distinguir essência e aparência segue como algo elementar. Entre outras aparências, comumente ressaltadas por determinados setores e intelectuais, tem-se, por exemplo, os supostos fatos de que o Estado chinês respeita as soberanias nacionais, praticamente não se envolve em guerras e apoia países subdesenvolvidos.

“Para começo de conversa”, é necessário lembrar o óbvio de que a China não é e nunca foi um país socialista. Embora seja governada por um autodenominado Partido Comunista, esse abriga uma burocracia extremamente autoritária, intolerante com qualquer oposição e que aceitou a função de contribuir com a acumulação de capital, com a contrapartida de garantir de que fosse assegurado o enriquecimento dos capitalistas nacionais associados ao Estado. Durante muitos anos, principalmente a partir da década de 1970, enquadrou-se na divisão internacional do trabalho como espaço para produção de manufaturados com menos tecnologias, ofertando a possibilidade de superexploração de sua força de trabalho, repressão à organização da classe trabalhadora e da juventude e destruição predatória de seus recursos naturais a diversos grupos estrangeiros. Desde os primeiros anos deste século, todavia, os capitalistas e a burocracia da China conseguiram arquitetar um notável desenvolvimento tecnológico e a consolidação de grupos nacionais. E atualmente são esses, basicamente, os responsáveis pelas estratégias chinesas que têm encantado alguns incautos.

Por outro lado, ao contrário do que possa parecer, os capitalistas chineses não têm práticas essencialmente distintas dos capitalistas de qualquer lugar do mundo. Em vez disso, verificam-se as tradicionais práticas de concorrência oligopolista, tais como o esforço por maior centralização de capital, controle territorial em áreas de recursos estratégicos, compatibilização de formas arcaicas e modernas de exploração da força de trabalho e de recursos naturais e pressão por mudanças institucionais em âmbito mundial. Principalmente em alguns países subdesenvolvidos, percebe-se também uma ousada

política de construções voltadas para exportações de *commodities* minerais e agrícolas e estabelecimento de novas relações de dependência por meio de empréstimos.

Por último, mas obviamente não menos importante, segue na ordem do dia o enfrentamento às agressões do Estado terrorista de Israel contra o povo palestino. Embora tenha ocorrido uma pequena redução do espaço diretamente controlado pelos terroristas sionistas na Faixa de Gaza, as pessoas que vivem na área ficaram em uma situação de absoluta "terra arrasada", e seguem sem condições dignas de vida, inclusive submetidas a doenças e insegurança alimentar. Além disso, palestinos que vivem em territórios próximos, como a Cisjordânia, seguem sendo vítimas de perseguição implacável. Portanto, a contribuição para o enfrentamento ao Estado terrorista de Israel, de todas as formas possíveis, e a solidariedade de classe ao povo palestino deve seguir como umas das prioridades do movimento sindical, inclusive do ANDES-SN e suas seções sindicais.

Sobre a defesa dos interesses capitalistas pelo STF, Congresso Nacional e Governo Lula-Alckmin

Além de obviamente expressarem as contradições gerais do capitalismo, no Brasil as instituições burguesas representadas pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo estão absolutamente apodrecidas. No primeiro caso, destaca-se o fato de que os Tribunais Superiores seguem endossando entendimentos de Primeira Instância e consolidando jurisprudências em favor do capital.

O STF, por exemplo, garantiu a condenação e aprisionamento de golpistas do 8 de janeiro e por maioria mostrou-se inicialmente contrário ao reconhecimento do "marco temporal", que atenta contra direitos dos povos originários. Por outro lado, para não deixar dúvida quanto ao seu caráter classista, também decidiu manter os incentivos fiscais concedidos à comercialização de agrotóxicos no Brasil, com o pretexto de "preservar a competitividade do agronegócio", e ratificou trecho da contrarreforma da previdência, de 2019, segundo a qual as pessoas que se aposentarem em função de doença grave ou incapacidade permanente só terão direito a receber os benefícios de forma integral se a doença ou incapacidade tiver relação com o trabalho. De imediato, a decisão nefasta afetará milhares de pessoas que precisaram ou precisarão se afastar, por exemplo, em função de câncer ou AVC. Para surpresa de ninguém, a decisão do STF contou com o apoio cínico do Governo Lula/Alckmin e da maioria absoluta no Congresso Nacional, que seguem com discursos mentirosos e enviesados em relação ao sistema de seguridade.

Mas não para por aí. O escândalo do Banco Master revela a promiscuidade entre membros da mais alta corte do judiciário brasileiro e o setor financeiro. Por um lado, o ministro Dias Toffoli viajou para assistir a final da Copa Libertadores da América no jatinho do empresário e ex-senador Luiz Oswaldo Pastore (MDB) ao lado de Augusto Arruda Botelho, um dos advogados do Banco Master e ex-Secretário Nacional de Justiça do Governo Lula. Do outro lado, o escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, possui contrato de R$ 130 milhões com o Banco Master. Viviane de Moraes é esposa do ministro Alexandre de Moraes, suspeito de interceder junto ao presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em favor da compra do Banco Master pelo BRB.

O Congresso Nacional, sem nenhuma surpresa, segue reunindo uma corja que, embora tenha divergências em questões pontuais (meramente em função de interesses econômicos e políticos de determinadas frações burguesas ou oligarquias nos estados), tem absoluta unidade quando se tratam de projetos que retiram direitos da classe trabalhadora ou reduzem recursos públicos que beneficiam a maior parte da população. Embora o chamado "Centrão" seja o principal símbolo da corrupção, do fisiologismo político e do reacionarismo, quando se tratam de tomadas de várias decisões, se distancia menos de muitos parlamentares supostamente autônomos e, principalmente, do bloco governista. Entre outros exemplos, nesse rumo, estão os consensos formados quanto aos benefícios a grandes grupos econômicos, à reforma da previdência, ao "arcabouço fiscal" e a dita "reforma administrativa".

Quanto ao Governo burguês de Lula-Alckmin, cabe lembrar que no *Programa de Transição*, Leon Trotsky alertava que "em tempo de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia se torna particularmente difícil, os líderes sindicais tornam-se habitualmente ministros burgueses". Essa avaliação feita pelo revolucionário russo, em 1939, segue bastante oportuna para analisar a história dos Governos do PT, de 2003 até aqui já que, numa conjuntura de crise econômica e explosões sociais em toda a América Latina, os principais líderes sindicais brasileiros, forjados nas greves dos anos 1970 e 1980, transformaram-se em gestores de vultuosos fundos de pensão de estatais, ministros de Estado e –

o mais destacado dentre eles – em presidente da República. Como bem assinalado por Chico de Oliveira, uma "hegemonia às avessas".

No Governo Lula III houve um avanço de uma agenda econômica burguesa, cujo principal marco talvez seja o Arcabouço Fiscal. Uma política de contenção de investimentos no serviço público – formulada inicialmente no Governo Dilma e implementada no Governo Temer – para formação de *superávit* para o pagamento de juros da dívida pública. De um lado, o Governo Lula avançou na privatização dos serviços e empresas públicas, ampliou à escala inédita as emendas parlamentares no "toma lá, dá cá' da política, destinou centenas de bilhões de reais ao agronegócio e, como forma de barganhar com o imperialismo estadunidense, aumentou a entrega de recursos naturais do país para os EUA. De outro lado, seguiu cooptando lideranças populares e faz das direções sindicais suas representantes no seio do movimento sindical.

O papel desmobilizador exercido pelo Governo Lula foi sentido na queda de 22,2% no número de greves em 2024, em relação à 2023. No caso da greve da educação federal, em 2024, vale lembrar que sua deflagração foi uma vitória da base contra a diretoria do Andes-SN no 42º Congresso, bem como demonstração fática da disposição de luta da base da categoria docente em defesa da carreira e da Educação Pública. O papel da direção do Andes-SN, entretanto, cujo núcleo é o coletivo ALB, não poderia ter sido pior: atuou na preservação do Governo e, quando foi possível, desmontou a greve pactuando um acordo rebaixado – e até o momento inconcluso – e desmobilizando a categoria para as lutas seguintes. A verdade é que a classe trabalhadora brasileira vem pagando um alto preço pela ausência de independência política e de classe de direções políticas e sindicais frente ao Governo Lula/Alckmin.

E o Governo burguês de Lula-Alckmin tende a se mostrar ainda mais populista e reacionário em 2026. Por um lado, porque precisará de apoio massivo para vencer as próximas eleições, inclusive considerando que parte do seu antigo eleitorado seguirá com os grupos de extrema-direita, principalmente os que giram em torno do bolsonarismo e de igrejas neopentecostais. Por outro lado, também precisa "agradar ao mercado", o que na prática implica em seguir com alianças espúrias com partidos do Centrão, oligarquias regionais, gângsteres do dito agronegócio, rentistas, industriais e coisas do tipo.

Paradoxalmente, é previsível que apesar das características explicitamente burguesas do Governo Lula-Alckmin, uma das polêmicas que novamente devem se apresentar nos movimentos da classe trabalhadora, inclusive no movimento sindical, diz respeito ao posicionamento diante das eleições. Os grupos mais (ou menos) assumidamente governistas, inclusive no movimento docente no ANDES-SN, tendem a defender a orientação por um pretenso voto crítico, sob o pretexto de "derrotar a extrema direita". Aliás, já foram iniciados discursos nesse rumo, inclusive por pretensos intelectuais e organizações que juram ainda lutar por uma revolução socialista, embora a vejam como algo cada vez mais impossível.

As pessoas que subscrevem essa tese defendem e farão tudo para que os movimentos sociais não sejam freados em 2026 em função das eleições e dos interesses governistas. Obviamente, se colocam contra qualquer tipo de apoio explícito ou velado a qualquer candidatura burguesa, inclusive as que, de forma oportunista, têm um pé nos movimentos sociais. Alternativamente, defendem que o 44º Congresso do ANDES-SN aprove planos de lutas anticapitalistas, anti-imperialistas, contra o rentismo em torno da previdência e da dívida pública e em defesa de serviços públicos com mais recursos e com mais qualidade. Inclusive na perspectiva de que esses planos também representem uma orientação política geral para a categoria.

Movimento sindical no Brasil e desafios para se manter classista e independente: *ocaso* do ANDES-SN

Nesse contexto indicado anteriormente, em que está na ordem do dia enfrentar o capital, o imperialismo, as diversas formas de exploração e opressão e lutar para manter e alargar direitos da classe trabalhadora, é imprescindível que se busque o fortalecimento do movimento sindical. Infelizmente verifica-se um movimento em sentido oposto, com sindicatos cada vez mais esvaziados, burocratizados e com baixo poder de mobilização. No Brasil, tem-se ainda particularidade de direções de entidades e lideranças políticas que têm freado as lutas sob o pretexto de não prejudicar a governabilidade do Governo burguês de Lula-Alckmin, que acreditam ser um aliado da classe trabalhadora. Esses elementos

manifestam-se no ANDES-SN, principalmente, por meio do coletivo majoritário na diretoria e no que parece ser o maior coletivo de oposição.

Em nossa avaliação, a luta contra a Reforma Administrativa está muito aquém do que é necessário. Em verdade, a Reforma Administrativa já vem sendo implementada em doses regulares pela ministra da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos, Esther Dweck que já disse que espera eliminar, nos próximos dez anos, 180 mil servidores e repor apenas um 1/3 desse contingente. A Reforma Administrativa é um desejo acalentado pela burguesia brasileira e se configurará, por um lado, numa reforma trabalhista contra os servidores públicos e, por outro lado, um avanço na destruição dos serviços públicos no país para abrir caminho à iniciativa privada. Sem independência política da direção do ANDES-SN e sem um sindicato mais forte, não será possível enfrentar e derrotar essa grande ofensiva.

Os discursos beirando o ufanismo e superestimando o papel do ANDES-SN no movimento sindical e nas lutas de classes no Brasil, por parte do Coletivo que tem dirigido o nosso sindicato nos últimos anos, vai na contramão da dura realidade. De acordo com o último censo do INEP[2], em 2024 havia 187.336 docentes ativos nas universidades públicas. Por outro lado, no processo eleitoral de 2025 tinham apenas 64.914 sindicalizados no ANDES-SN, e desses, apenas 14.798 compareceram às urnas. Além disso, entre os sindicalizados estão também os aposentados, que em algumas seções sindicais representam mais de um terço do total.

Na verdade, a maior parte da categoria docente no Brasil, neste momento, tem pouco interesse no movimento sindical, e esse fato deveria ser tomado como um problema a ser enfrentado por todos os coletivos que atuam na base do ANDES-SN, em especial pelos que reivindicam uma perspectiva classista dos trabalhadores. Entretanto, o desestímulo para atuar no movimento docente tem atingido até militantes aguerridos e históricos, que têm optado por priorizar outros espaços de militância. Porque isso tem acontecido? Como enfrentar o problema?

Embora essas e outras perguntas no rumo possam ser consideradas pertinentes, não parece ser do interesse do coletivo majoritário fazê-las e muito menos enfrenta-las. Em vez disso, é praticamente consensual a percepção dos demais coletivos, mesmo também tendo importantes (e em alguns casos, profundas) divergências entre eles, que o ANDES-SN tem sido levado para um ocaso.

Desde a desvinculação do ANDES-SN da CSP Conlutas o nosso sindicato não tem conseguido manter uma relação mais permanente com outros sindicatos, centrais sindicais e outras organizações da classe trabalhadora. Em vez disso, as articulações praticamente têm se limitado a momentos de greves, basicamente com sindicatos de servidores públicos, e contribuições financeiras burocráticas para determinadas organizações. Em aparente tentativa de compensar as lacunas, por outro lado, as últimas diretorias do ANDES-SN têm priorizado fazer notas e performances para redes sociais.

A digitalização da vida, sob controle privado, não é "modernização neutra": é a plataformização da existência e a mercantilização do dado, combinando vigilância, manipulação algorítmica e nova rodada de precarização/uberização do trabalho. Nessa dinâmica, inclusive as pautas progressivas e as lutas legítimas dos oprimidos são frequentemente capturadas como conteúdo: a indignação vira engajamento, o engajamento vira monetização, e a política é rebaixada a performance: "mobilização" medida por curtidas, hashtags e bolhas, enquanto o capital e a extrema direita seguem organizando força material, aparato e dinheiro. Para um sindicalismo classista, isso exige uma linha clara: usar meios digitais apenas como instrumento auxiliar, sem substituir organização real de base, assembleias, comitês nos locais de trabalho, comando de greve, unidade de ação e enfrentamento direto às políticas do capital; caso contrário, a luta é neutralizada pela própria máquina que lucra com nossa fragmentação.

Sabemos que a extrema direita tem operado as redes sociais como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia: usa tráfego pago, microsegmentação, "influência" coordenada, enxames de perfis automatizados, e agora IA generativa para produzir em escala desinformação, moralismo persecutório, pânicos fabricados e falsificações (áudios, vídeos, "denúncias"), convertendo ressentimento social em adesão reacionária e em ódio dirigido contra trabalhadores, sindicatos e minorias. Precisamos compreender essas ferramentas, mas jamais nos deixar levar pelo reducionismo digital de nossa luta política. A nossa diferenciação, na luta classista, precisa ser nítida: não competir no terreno do engano e do espetáculo algorítmico, mas afirmar organização material e consciência, sem

[2] Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2024: notas estatísticas [recurso eletrônico]. – Brasília, DF: Inep, 2025.

terceirizar linha política ao "alcance" das plataformas nem transformar militância em performance; o centro deve ser a construção de força real, com disciplina, solidariedade e unidade de ação.

Ao mesmo tempo em que em alguns momentos parecem estar em uma realidade paralela, efetivamente desconectados das lutas maiores da classe trabalhadora no Brasil, alguns dirigentes do ANDES-SN e em algumas seções sindicais têm se mostrado cada vez mais arrogantes, intolerantes e às vezes desleais com os coletivos de oposição em diversas instâncias do sindicato. De maneira mais ou menos sutil esse fato tem se manifestado, por exemplo, em estratégias para desqualificar, intimidar e desmoralizar pessoas com posições divergentes. Com cada vez mais frequência, por exemplo, esse fato tem se manifestado em "dois pesos e duas medidas" ao tratarem de situações que supostamente podem ser associadas a assédios e opressões em atividades do sindicato.

Uma situação (não isolada) e que pode ser tomada como símbolo do que vem acontecendo com frequência no ANDES-SN ocorreu no seminário do GTPFS, em novembro de 2025. De acordo com o boletim do Coletivo Graúna:

> "Neste Evento, solicitação de esclarecimento feita pela companheira, como representante do GTPFS/ADUFMAT, foi tratada como intervenção de uma 'inimiga' que deve ser constrangida e calada. E quais foram os pedidos de esclarecimentos? 1) Qual o sentido da campanha contra a Reforma Administrativa, usando gatinhos? 1.1. Foi peça da equipe de comunicação do Sindicato ou empresa contratada? 1.2. Quanto custou?; 2) Onde se encontra a versão do ANDES-SN sobre as denúncias feitas por uma professora de SC quanto à campanha do Sindicato sobre 'Mulheres Cientistas' e o registro de BO pela diretora Caroline Lima? A estas perguntas seguiu-se uma dinâmica de hostilidades que atravessou todo o Seminário e avançou para ofensas inadmissíveis. A Diretora em questão não somente reagiu de maneira contundente, gritando palavras de ordem contra 'machistas' e 'fascistas', como em uma outra intervenção informou que iria sugerir que a próxima campanha do ANDES-SN seja sobre 'as piranhas do Rio Amazonas'. A esta violência inominável, o restante da Diretoria manteve total silêncio, deixando claro sua conivência e cumplicidade".

As pessoas que subscrevem a presente tese estão inteiramente engajadas nas lutas contra a exploração capitalista e contra todas as formas de opressão, inclusive com participações em Gts que têm ajudado a construir formulações sobre diversos temas. Todavia, além de expressar solidariedade ao Graúna e à companheira Alair Silveira, somos radicalmente contrários a esse tipo de prática, que avaliamos também ser um dos problemas fundamentais a serem enfrentados no ANDES-SN. Alternativamente, conforme argumentaremos em tese e TR para o 44º Congresso, defendemos um sindicato mais democrático, plural e que não desvincule as lutas anticapitalistas das lutas contra as opressões.

TEXTO 5

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Costa de Oliveira (ADUFPEL); André Meyer Alves de Lima (ADUFRJ); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Ângela Siqueira (ADUFF);Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Rerisson Rocha da Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Rogério Mauch (ADUFPel); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Ceres Torres (Adufpel); Claudia March (ADUFF); Deyvison Rodrigues Lima (ADUFPI); Edivaldo José Bortoleto (ADUFES); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eliana Pereira de Carvalho (ADCESP); Enilce de Oliveira Fonseca Sally (ADUFF); Erlenia Sobral do Vale (Sinduece);Fabiana Fátima Cherobin (ADUFES); Fabiola Bouth Grello Kato (ADUFPA); Fernando Bilhalva (ADUNIR); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gilberto Silva (APUG); Gisele Masson (ADUEL); Giselle Souza da Silva (ADUNIRIO); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Ilma Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lívia de Cássia Godoi Moraes (ADUFES); Lorena Moraes (ADCESP); Luciana Peil (ADUFRJ); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Coutinho (ADUR-RJ); Maria Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Maurício José Siewerdt (SINDUFFS); Milena Martinez (APUFPR); Norlai Alves Azevedo (ADUFPel); Odete da Cruz Mendes(ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Patrícia Martins Santos Freitas (ADUFES); Paulo Afonso da Silva Oliveira (SESDUF-RR); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosangela Assunção (ADCESP); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Soraya Mendes R. Adorno (ADUSB); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Veronica Fernandez (ADUFF); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDICEFET-MG); Vitor Benvindo (APUB); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

PELOS DIREITOS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES, O SINDICALISMO DE LUTA PRECISA VOLTAR ÀS RUAS, PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO FEDERAL, DO CENTRÃO E DA EXTREMA-DIREITA GOLPISTA

TEXTO DE APOIO

O panorama político-social mundial prossegue caótico – como indicado em nosso texto de conjuntura do último Congresso do ANDES-SN, em Vitória/ES em 2025. Agora a situação internacional se agrava, com a proliferação de guerras (o avanço da agressão sobre a Ucrânia perpetrada pela Rússia), guerras civis (Sudão), violência política (assassinatos de políticos, empresários e figuras públicas nos EUA, Brasil e outros países), genocídios de povos (Palestina) e de pobres, negros e jovens (Chacina da Penha, no Rio de Janeiro, praticada pelas Polícias Militar e Civil do corrupto governador Cláudio Castro). Os EUA de Trump repetem sua história de ataques à liberdade de expressão e organização dos setores subalternizados de sua própria sociedade. Além disso, voltaram a apoiar a invasão da Ucrânia, em função da aliança com Putin, fortalecendo o eixo da extrema-direita reacionária no mundo. Não por acaso, Rússia e China (com o apoio de alguns Estados árabes) se abstiveram na votação do Conselho de Segurança da ONU que aprovou o plano estadunidense-israelense de domínio da Palestina, mostrando a inutilidade dos BRICS. No Brasil, o bolsonarismo, com os governos do Rio e de São Paulo à frente, pretende aprofundar os ataques aos direitos humanos ao estilo de Bukele em El Salvador.

Além disso, o colapso climático e ambiental é uma realidade cada vez mais presente. Dados alarmantes mostram que o ano de 2025 deve ser o segundo mais quente já registrado, após o recorde histórico de 2024. Segundo o observatório do clima europeu Copernicus, a média de três anos para 2023-2025 está a caminho de superar 1,5ºC pela primeira vez. Também em 2025 o Brasil foi sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30), que aconteceu em Belém, na qual o número de lobistas da indústria

fóssil credenciados chegou a 1.602. Esse número supera delegações de todos os países, exceto a do Brasil. Durante a COP, foi marcante a presença de lideranças indígenas, quilombolas e movimentos sociais que, à margem das negociações dos lobistas do petróleo, da mineração e do agronegócio, escancararam ao mundo contradições como a autorização para exploração de petróleo na Margem Equatorial da Amazônia, além da recente derrubada, pelo Senado, dos cortes do presidente Lula ao PL da Devastação. Ainda nesse contexto, o mesmo Senado aprovou em dezembro uma proposta que inclui na Constituição a tese que estabelece outubro de 1988 como a data para a demarcação de terras indígenas no Brasil – conhecida como Marco Temporal. Caso as comunidades não comprovem que ocupavam as terras nesta data, poderão ser expulsas de suas próprias terras. Tais fatos demonstram o descompromisso do Congresso Nacional e do Governo Lula 3 com a redução do ritmo e do impacto das mudanças climáticas que atingem mais intensamente os povos originários e as populações periféricas, com destaque para mulheres negras e indígenas.

A sociabilidade burguesa, a democracia liberal e os autoritarismos de direita (incluindo regimes que se apresentam como de esquerda) seguem sem cumprir suas promessas de prosperidade individual e social. Por isso, as classes dominantes mundiais, apesar de seus conflitos internos a respeito das soluções para os problemas criados por elas mesmas, persistem impondo o primado do lucro e os custos físicos e psíquicos das guerras reais e virtuais aos que vivem do trabalho: nós assalariados, formais ou informais, assim como as(os) trabalhadoras(es) não-assalariados, vistas(os) como empreendedoristas.

Trump busca destruir o neoliberalismo para os "de cima", atacando a globalização, a Organização Mundial do Comércio e o FED (o Banco Central estadunidense), numa verdadeira cruzada estatal contra os dogmas mercadistas da financeirização, imaginando até ser possível reindustrializar os EUA (ironicamente lembrando o antigo nacional-desenvolvimentismo brasileiro). A extrema-direita defende um capitalismo mais explicitamente patrimonialista, inspirado na autocracia oligárquica-burguesa russa de Putin e, principalmente, nas proezas do capitalismo do Estado autoritário chinês – que nas últimas décadas tem mostrado o quão pode ir longe a sociedade da mercadoria na exploração e alienação das(os) trabalhadoras(es) e na exaustão dos recursos do planeta. Ao mesmo tempo, a extrema-direita, a velha direita, a social-democracia e os populismos mais ou menos progressistas estão unidos na manutenção do neoliberalismo para os "de baixo", por meio do aprofundamento da desregulamentação trabalhista e ambiental, dos ataques aos serviços públicos e aos direitos das classes populares e povos tradicionais, bem como via desdemocratização institucional.

Contudo, as classes populares permanecem se mobilizando em todo o planeta. Greves no Panamá contra o imperialismo estadunidense; luta indígena no Equador contra o governo direitista; protestos nacionais nos EUA contra o autoritarismo de Trump; ocupação da sede da Microsoft em Seattle e greve geral na Itália, ambas contra o genocídio palestino imposto por Israel; greve geral na França contra cortes orçamentários; ruas ocupadas há meses na Sérvia contra a corrupção e o autoritarismo governamentais; greves gerais em Portugal, Grécia e Índia contra leis trabalhistas neoliberais; protestos generalizados de motoristas de aplicativos na Indonésia; greve de taxistas e protestos populares em Angola; insurreições da juventude pelo mundo contra governos burgueses de diferentes matizes políticos (Nepal, Madagascar, Marrocos, Bulgária, México, Peru). A insatisfação popular se dissemina pelo planeta, diante da falta de esperança no capitalismo que, cada vez, mais promove desigualdade e violência social. A geopolítica das classes dominantes, do norte ao sul global, estimula novas guerras todos os dias.

A extrema-direita segue ameaçadora, mas simultaneamente expõe seus pontos fracos. Avançou na Alemanha e Polônia, perdeu no Canadá, na Romênia e em Portugal (onde conquistou apenas três prefeituras, quatro vezes menos que os comunistas, bem menos em evidência na mídia). Isolada, ainda tem muita dificuldade de chegar ao poder, apesar do apoio de Trump, Musk, Putin e outros oligarcas burgueses, derrotados em suas campanhas de desinformação via redes sociais. Por outro lado, o progressismo latino-americano retoma sua decadência: derrota na Bolívia, derrota no Chile. Nada a se estranhar em razão do legado de seu neodesenvolvimentismo supostamente pós-neoliberal, o qual consiste num neoextrativismo que quase nada mudou na colonialidade e no capitalismo periférico que nos caracteriza. Nos EUA, a baixa popularidade de Trump, típica de muitos populistas à direita e à "esquerda", foi coroada com derrotas eleitorais regionais. Destaque para a vitória de um prefeito social-democrata, muçulmano e de ascendência indiana, Zorna Mamdani, em Nova York – que se junta a Sadiq Khan, prefeito de Londres, reformista moderado, de origem paquistanesa. Com esse feito, as duas maiores cidades das grandes potências imperialistas da história, EUA e Inglaterra, elegeram governantes

de religião islâmica, mostrando a força da globalização capitalista, para desespero dos reacionários cristãos de extrema-direita, saudosos de um Ocidente branco.

A decadência dos EUA acentua o belicismo imperialista trumpista sobre a América Latina, mas, do ponto de vista econômico, mostra muitas dificuldades em competir com a China. Contra o Brasil, Trump, rifando o entreguismo da família Bolsonaro, rapidamente cedeu na sua política tarifária anticoncorrencial, nada liberal, aliás, resumindo-se ao Estado aumentar impostos de importação. Contraditoriamente, a economia brasileira exporta café e carne para os EUA, mas também produtos industriais de maior valor agregado (aeronaves, máquinas, ligas siderúrgicas e metalúrgicas, entre outros) – o que não acontece com o capitalismo "comunista" chinês, com quem temos uma relação comercial típica da colonialidade e da dependência, exportadores que somos de soja, milho, açúcar, algodão, proteína animal, ferro, petróleo e outros produtos primários.

O Brasil na encruzilhada da luta de classes

Similarmente à Coréia do Sul, que prendeu seu ex-presidente golpista de extrema-direita (afastado por impeachment), o Brasil, pela primeira vez em nossa história, vê vários militares de alta patente condenados pelo STF. Para quem acredita ingenuamente na tese derrotista da "onda conservadora", seria algo impossível de se imaginar no país. Mas a luta de classes sempre é melhor compreendida dialeticamente. Bolsonaro não só está preso como não há protestos populares massivos a seu favor – o que ocorreu com Lula quando foi perseguido pela Lava-Jato. As classes populares brasileiras têm longa tradição de devoção messiânica a líderes populistas, contudo não chegam ao ponto de se importarem muito com os inúmeros revezes judiciais dos políticos profissionais. Porém, dialeticamente, nosso campo dos movimentos sociais e sindicais não esteve mobilizado contra os golpistas de modo significativo – exceto quando o tema da corrupção reapareceu protagonizado pelo Centrão e pelo bolsonarismo, momento em que fomos às ruas junto com o governismo lulista, contra a PEC da Blindagem (que acabou derrotada) e a anistia aos golpistas. Por isso, rapidamente, o Centrão e a extrema-direita vão aprovando a diminuição das penas de Bolsonaro e demais golpistas, razão pela qual (urge voltarmos) fomos(?) às ruas contra a impunidade dos políticos anti-democráticos. É necessário, então, que as(os) trabalhadoras(es) e as entidades populares se articulem por direitos com independência de classe, posto que a democracia não é garantida apenas por suas próprias instituições liberais. Neste momento, faz falta uma central sindical como a CSP-Conlutas, pois o ANDES-SN mostra-se cada vez mais afastado do campo classista.

Apesar da ligeira recuperação dos anos recentes, a economia brasileira continua expressando uma sociedade extremamente desigual: mais de um terço da classe trabalhadora recebe no máximo um salário mínimo; outro terço ganha até dois salários mínimos, segundo o IBGE[3]. O capitalismo de plataforma e sua faceta ideológica, o empreendedorismo ultraliberal do século XXI, avançam sobre a classe trabalhadora, inclusive a mais pobre, encontrando terreno fértil nas teologias da prosperidade e do domínio, praticadas por evangélicos neopentecostais e outros cristãos conservadores. Em contrapartida, as classes populares brasileiras resistem: a taxa de crescimento dos empoderados evangélicos (mais de um quarto da população) diminuiu na atual década, algo inédito desde os anos 1960, o que se deve à polarização política e cultural ora em vigor, entre outros fatores.[4] O número de pessoas sem religião, especialmente jovens, atinge quase 10% da população do país.[5]

Neste contexto de mudanças, Lula, a despeito do discurso em favor da soberania nacional (impossível no capitalismo periférico), permanece de costas para os interesses do mundo do trabalho. Além de simpático ao imperialismo chinês, propõe parcerias no combate ao crime organizado com seu mais novo amigo, Trump, verdadeiro criminoso internacional que afunda barcos de pescadores no Caribe, até agora com mais de 60 vítimas. Além de estimular o militarismo imperialista dos EUA na América Latina em geral e na Venezuela em particular, com a carcomida desculpa da guerra às drogas, Lula ignorou completamente os inúteis apelos pelo rompimento das relações econômicas e militares com o Estado genocida de Israel. E a lista é longa: o lulismo promove a destruição ambiental da Amazônia que a Petrobrás fará na Margem Equatorial (apoiada na farsante COP30 e em desconsideração

[3] Cf. https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2025/10/09/mais-de-um-terco-dos-trabalhadores-do-pais-recebe-ate-um-salario-minimo-diz-ibge.ghtml.
[4] Cf. https://apublica.org/nota/evangelicos-no-brasil-por-que-o-crescimento-desacelerou/.
[5] Cf. https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2025/06/06/numero-de-catolicos-no-brasil-diminui-enquanto-evangelicos-e-pessoas-sem-religiao-crescem.htm.

à resistência indígena); alia-se a grandes empresas do capitalismo de plataforma que reprimem os breques das(os) trabalhadoras(es) de aplicativos; ataca os direitos LGBTQIAPN+ ao proibir a linguagem neutra em documentos oficiais (apropriando-se do repertório político excludente e preconceituoso da extrema-direita, certamente de olho nas eleições de 2026); ataca a comunicação pública com a contratação, pela EBC (Empresa Brasil de Comunicação), de Datena, histórico praticante do jornalismo contrário aos direitos humanos e favorável à violência policial; instrumentaliza eleitoralmente bandeiras de esquerda nascidas de movimentos sociais, para as quais o lulismo nunca deu atenção: a Tarifa Zero nos transportes, legado do Movimento Passe Livre (MPL) e de Junho de 2013, e o movimento contra a escala 6x1.

No Congresso Nacional, o Centrão insiste na reforma administrativa, objetivando privatizar o serviço público, deixando-o à mercê do clientelismo político e do crime organizado. O governo Lula 3 ataca os direitos dos técnicos-administrativos de Universidades, CEFETs e Institutos Federais, estabelecendo uma regulamentação excludente do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), mesmo após paralisações organizadas pela FASUBRA e pelo SINASEFE. No mesmo passo, a sanha desestruturante e precarizante da EBSERH avança sobre os hospitais universitários, retirando direitos de seus servidores, como o adicional de insalubridade, e entregando-os para o Município do Rio de Janeiro. Tudo isso não é inédito vindo de um governo que busca fragilizar o IBGE por meio das famigeradas fundações e que utilizou o – felizmente finado – PROIFES, típico representante do sindicalismo colaboracionista, para enfraquecer a nossa greve de 2024. O exemplo mais recente e, talvez, o mais gritante, seja a utilização do Ministério do Trabalho para proteger empresas praticantes do trabalho análogo à escravidão.[6] Como sempre afirmamos: a política lulista de conciliação de classes é claramente favorável ao Capital e contrária aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores.

Simultaneamente, a extrema-direita reincide em seus ataques obscurantistas à educação e à ciência. Invasões violentas de espaços universitários e escolares por políticos (e futuros candidatos) do MBL e do PL são enfrentadas pelo movimento estudantil e sindical na USP, Unicamp, UnB e outras universidades. No mesmo sentido negacionista, cultos ostensivos de cristãos reacionários têm sido realizados em várias instituições de ensino no país, com a explícita intenção de evangelizar estudantes. Esses eventos têm levantado questionamentos sobre o limite e a fronteira entre a liberdade religiosa e o proselitismo religioso em espaços públicos. Em nossa compreensão, trata-se de ações que afrontam diretamente a Constituição Federal de 1988, que veda à União, aos Estados e Municípios estabelecer cultos religiosos ou subvencioná-los, manter com eles relações de dependência ou aliança. Ao mesmo tempo, esses mesmos setores cristãos têm promovido atos de intolerância religiosas às(aos) membros de religiões de matriz africana em vários *campi* das Instituições de Ensino. É estimulado de várias maneiras um contexto de intolerância que culmina na violência contra nós trabalhadoras(es) da educação, como infelizmente se deu com o feminicídio de Allane de Souza Pedrotti Mattos e Layse Costa Pinheiro no CEFET-RJ.

As ruas não podem esperar as eleições em 2026

As primeiras décadas deste milênio têm sido desafiadoras para o sindicalismo no Brasil. Depois dos anos dos primeiros governos Lula, 2003-2010, quando as greves vinham em baixa no país, as(os) trabalhadoras(es) passaram a se movimentar mais fortemente. Segundo dados do DIEESE[7], as paralisações laborais quadruplicaram em número até 2014, período de grandes mobilizações operárias e populares, com destaque para as Jornadas de Junho de 2013 (tão demonizadas pelo lulismo). Durante a crise econômica do segundo governo Dilma (2015-2016) e o interregno do governo Temer (2017-2018), trabalhadoras(es) mantiveram-se combativos, lutando contra a reforma trabalhista e outros retrocessos impostos pelo Centrão, sendo o marco mais importante a maior greve geral de nossa história, em 28 de abril de 2017. Daí em diante, até a pandemia, sob o primeiro ano do governo genocida de Bolsonaro, as paralisações decaíram. As mobilizações contra a extrema-direita no poder, entretanto, estimularam as classes populares a se movimentarem novamente, razão pela qual as greves dobraram em quantidade entre 2020 e 2022. A tendência de alta das lutas laborais se sustentou até o ano seguinte, sob o governo Lula 3. A própria taxa de sindicalização da classe trabalhadora, depois de queda

[6] Cf. https://reporterbrasil.org.br/2025/11/ministro-trabalho-anula-flagrante-trabalho-escravo/.

[7] https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2025/estPesq111greves.pdf

ininterrupta entre 2006 e 2023 (de quase 20% para menos de 10%), voltou a crescer em 2024.[8] Mas neste mesmo ano os efeitos desmobilizadores do retorno da conciliação de classes lulista ao poder se fazem presentes, com uma nova tendência de queda das paralisações no Brasil.

Ainda assim, trabalhadoras(es) do Brasil persistem nas mobilizações no difícil cenário que vivemos. Greves das(os) docentes da UEPB (que durou mais de dois meses), de eletricitários em Santa Catarina, nos Correios, uma longa greve dos auditores fiscais da Receita Federal são exemplos, além da greve dos petroleiros iniciada em 15 de dezembro de 2025. E mais deve vir em 2026, pois há a ameaça do governo Lula regulamentar greves no serviço público, a qual caminha na mesma direção da reforma administrativa proposta pelo Centrão no Congresso Nacional. É necessário que o ANDES-SN construa mobilizações desde as bases, para enfrentar este cenário durante 2026. Se avançarem sobre os serviços públicos e nosso histórico direito de greve, devemos parar as universidades por todo o país! O que faz a conjuntura mudar não são eleições, mas a movimentação popular emancipatória que expresse toda a diversidade da nossa classe.

Depois que a diretoria de nosso Sindicato Nacional, a partir de um acordo político entre ALB e Renova, cedeu à pressão do governo Lula 3 e estimulou o fim prematuro da greve de 2024, as mobilizações docentes se resumiram mais e mais ao mundo virtual. Ignorando o que se anuncia como a "merdificação" da internet[9] e das redes sociais[10], o ANDES-SN cada vez mais reproduz a lógica algoritmizada da indignação paralisante, estimulada pelas *Big Techs* e praticada com gosto tanto pelos progressismos contemporâneos como pela extrema-direita do século XXI. Notas e mais notas de solidariedade são publicadas na *web* e no Instagram, quase sempre desacompanhadas da dimensão prática do apoio real e da ação coletiva concreta, da política face-a-face e da mobilização politizadora que sempre caracterizou o sindicalismo classista do ANDES-SN em diferentes momentos de sua trajetória. Postagens caça-cliques "engraçadinhas" e despolitizantes geram engajamento virtual momentâneo e continuam levando nosso Sindicato Nacional para a irrelevância. Repetem-se infinitamente as autocongratulações mútuas entre direções e militantes pelegos que se mostram sorridentes em fotos de atos esvaziados, em meio a perdas de direitos. Depositam-se esperanças em parlamentares e partidos traidores das(os) trabalhadoras(es) (PT, PCdoB e PSOL), capazes de eleger por unanimidade um presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro depois preso pela Polícia Federal por vinculação ao crime organizado.

É urgente que nosso Sindicato Nacional enfrente com independência um governo federal que busca a retomada do desenvolvimento econômico capitalista baseado no agronegócio assassino de trabalhadores rurais e camponeses, no extrativismo exterminador das populações tradicionais e do meio ambiente e na industrialização fundada na precarização e exaustão do trabalho operário; que combata a corrupção e o clientelismo do Centrão, bem como o reacionarismo e o autoritarismo do bolsonarismo, unidos nos ataques aos direitos da classe trabalhadora; que participe concretamente da mobilização das mulheres contra o crescente número de feminicídios (que construíram atos das mulheres pelo Brasil no fim de 2025), da luta LGBTQIAPN+ contra velhas e novas transfobias, dos movimentos indígena e quilombola por suas terras e saberes ancestrais, da luta negra contra a resistência racista das universidades públicas em aplicar as cotas. Nesta última frente, destaca-se a fraude promovida por universidades federais contra a Lei 12.990/2014, que estabelece reserva de vagas para pessoas negras. De acordo com levantamento realizado pelo Observatório Opará, a ineficácia na implementação da Lei foi de 99,47%. Em outras palavras, a cada 1.000 vagas que deveriam ser disponibilizadas para candidatas(os) negras(os), apenas cinco foram efetivas por conta deste boicote das IFE. Esse escândalo contra a luta e as conquistas do povo negro deste país precisa ser amplamente denunciado e revertido. Certamente, em várias instituições estaduais de ensino têm ocorrido a mesma situação. Nossa categoria docente, que conta cada vez mais com protagonismos negro, feminista, LGBTQIAPN+ e dos povos tradicionais, sabe que o capitalismo brasileiro é estruturalmente racista, patriarcal, transfóbico e colonial.

Há décadas as contra-reformas da previdência, impostas por diversos governos para atender demandas do Capital, vêm destruindo o pacto social escrito na Constituinte e jogando as(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os) ao desamparo. O conceito de pacto de gerações e de previdência pública

[8] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45174-com-taxa-de-8-9-sindicalizacao-cresce-pela-primeira-vez-desde-2012
[9] https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/manifesto-contra-a-merdificacao-da-internet-mostra-como-as-big-techs-pioraram-a-vida-de-usuarios.shtml
[10] https://www.intercept.com.br/2024/12/31/merdificacao-enshittification-redes-sociais/

por repartição vem sendo gradativamente substituído pela sua privatização por meio de fundos de pensão que oportunizam obter fontes cada vez mais rentáveis para o Capital. Servidores públicos têm sido duramente atacados em relação à sua integralidade e paridade de salários na aposentadoria em relação aos ativos. Entre as(os) docentes federais e algumas estaduais, foi estabelecido um sistema de confisco em parcela salarial por imposição de descontos previdenciários após a aposentadoria. A maioria das(os) aposentadas(os) que ainda mantêm a integralidade se aposentou no topo da carreira que foi se tornando a base da carreira. E sem direito a transposição ou reposicionamento na carreira. Além disso, passaram a ser saqueados, aumentando a defasagem salarial. Nessa derrocada, as principais vias aplicadas têm sido rebaixar a posição relativa da Classe de Professor Adjunto (transmutada de teto para piso da carreira), reduzir o valor relativo do vencimento básico e desconfigurar a remuneração do regime de trabalho em Dedicação Exclusiva. Mais um passo regressivo nesse mesmo sentido foi dado em 2024, lamentavelmente, desta vez com a assinatura do ANDES-SN.

A possibilidade de reposicionamento na carreira ficou na pauta com o governo federal na greve de 2024, mas não avançou inclusive porque a chancela do nosso Sindicato Nacional no acordo proposto por governo e PROIFES enfraqueceu o poder de pressão nesse ponto. Servidores públicos em início de carreira, contratados após fevereiro de 2013, só podem contribuir e receber suas retribuições na aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), de acordo com o teto máximo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). No entanto, são aderidos compulsoriamente ao Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (FUNPRESP) ao ingressarem no Serviço Público Federal. Esta é também a regra adotada para servidores públicos de muitos Estados e Municípios. Para exercerem o direito de não mais contribuir para o FUNPRESP e terem o retorno dos seus recursos, têm que se manifestar em prazo muito curto. Além disso, a contribuição é definida, mas as futuras retribuições não o são, podendo mesmo ser zeradas no futuro, caso o mercado financeiro não apresente os lucros esperados.

Diante da atual situação, torna-se premente e necessária a mobilização intensa a fim de resgatar a legitimidade do ANDES-SN para a luta dos direitos de aposentadoria, com a finalidade de revogar alterações impostas pelas contrarreformas da previdência e pela desestruturação da carreira docente em seus aspectos mais cruéis e que atacam frontalmente os direitos de trabalhadoras/es brasileiras/os.

No que tange à Educação, as políticas em curso encontram-se gravemente submetidas aos interesses burgueses, organizados de variadas formas no interior do Estado em todos os níveis. No âmbito do sistema de avaliação da Educação Básica, estamos subordinados às exigências da OCDE; no âmbito da gestão e da docência, o trabalho escolar subordina-se à lógica das plataformas; no âmbito dos materiais escolares, os conteúdos estão amarrados à Base Nacional Comum Curricular e à indústria do livro didático, da tecnologia e da educação digital. Não sendo suficiente, o Ministério da Educação está tomado por organizações burguesas privadas que ditam os rumos da política, ademais de criar todo tipo de impedimento para a autonomia docente. As formas de controle das(os) professoras(es) são cruéis, levando ao adoecimento da categoria, assim como à obliteração de suas formas coletivas de ação, incluindo-se, neste caso, as escolas cívico-militar vergonhosamente permitidas pelo Governo Federal.

Outro ponto a se pensar tem relação com o Plano Nacional de Educação (PNE), encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Lula, o PL nº 2.614, de 2024. Recentemente aprovado na Comissão Especial criada para sua apreciação, seu relator foi o Deputado Moses Rodrigues, do União, presidente da Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES). A Comissão foi presidida pela Deputada Tábata Amaral, conhecida por sua ligação orgânica com a Fundação Lemann. Certamente o mais grave recuo do PL refere-se ao financiamento da educação. O percentual historicamente defendido pelo movimento de educadoras(es) é de 10% do PIB. Entretanto, a Comissão aprovou 7,5% do PIB até o sétimo ano de implementação do Plano, tendo 10% como horizonte ao final da década. Sabemos que nos últimos anos o Brasil não chegou a aplicar muito mais do que 5%, mesmo tendo a meta de 10% do PIB em lei. Essa negociação que ainda vai passar pelo Senado indica, sem dúvidas, que a educação pública corre perigo, especialmente se considerarmos o teto de gastos imposto pelo Governo Lula. Seu desmonte está claramente colocado.

Faz parte do mesmo pacote a referência explícita à Educação Básica como objeto do financiamento e a simultânea ausência de referências aos Institutos Federais de Educação Tecnológica e às Universidades Federais. No caso da segunda, temos a supressão do conceito "universidade" substituído que foi por 'ensino ou educação superior'. A ideia "universidade" e sua tríplice missão - ensino, pesquisa e extensão -, tão cara e que surgiu efetivamente no Brasil nos anos de 1930, desde a

legislação dos anos 1960 vem perdendo seu vigor conceitual e prático. Agora, o PL parece tê-la enterrado de vez. O avanço dos capitais de ensino levou ao crescimento exponencial das instituições financeirizadas que dominam o mercado das matrículas. Impõe-se à juventude brasileira a necessidade de pagar pelo Ensino Superior: apenas entre dois e três de cada 10 jovens chegam à Universidade pública. Mas a catástrofe é maior: em torno de seis em 10 são obrigadas(os) a cursar EaD em escolas privadas com fins lucrativos que negociam suas vidas na bolsa de valores.

Dos debates na Comissão Especial, os capitalistas participaram por meio de seus braços sociais. Conta-se entre eles, Fundação Itaú; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Instituto Alana; Instituto Ayrton Senna; Instituto Península; Instituto Reúna; Instituto Sonho Grande; Movimento pela Base; Fundação Lemann; Todos Pela Educação entre outros. As alianças trocadas entre estas organizações burguesas e o Governo Lula 3 vêm sendo encobertas por políticas que de "redução de danos". A ridícula Carteira Nacional Docente do Brasil cumpre o papel de 'assoprar' as feridas de nosso cotidiano, oferecendo convênios com empresas super-exploradoras do trabalho, como IFood, descontos em hotéis, empréstimos em bancos. Migalhas e cala-bocas que, subrepticiamente, movimentarão a indústria dos hotéis, os transportes aéreo e terrestre, o endividamento bancário, o consumo de mercadorias e alimentação nas lojas 'conveniadas'. Junto com o acúmulo de lucro por parte do capital, subsiste a intenção deslavada de obstruir uma das vanguardas mais combativas do sindicalismo no Brasil.

Por tudo isso, é necessária a imediata construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE), de maneira que o ANDES-SN possa ser parte – e não estar à parte – da rearticulação e reconstrução de um movimento sindical e popular que volte a colocar a voz própria dos trabalhadores na luta de classes e supere a atual polarização social entre as políticas burguesas progressista e conservadora que dominam a cena pública brasileira. Nunca é demais repetir: só a luta – classista, independente e pela base – muda a vida!

TEXTO 6

Contribuição da Assembleia Geral da SESUNILA

AS MÁSCARAS CAÍRAM: A URGÊNCIA DA LUTA ANTI-IMPERIALISTA EN *NUESTRA AMÉRICA*

TEXTO DE APOIO

Toda vez que os Estados Unidos "salvam" um povo, o deixam transformado num manicômio ou numcemitério

Eduardo Galeano

Durante a produção deste texto o presidente venezuelano Nicolás Maduro e sua esposa Cilia Flores foram sequestrados pela Delta Force, uma equipe de forças especiais estadunidenses, ao mesmo tempo em que Caracas era bombardeada, com um número crescente de vítimas fatais a cada nova notícia dos efeitos dessa agressão. Esta é a mais grave ação armada na América Latina desde a invasão do

Panamá em 1989, quando os EUA sequestraram e prenderam seu antigo aliado e então presidente Manoel Noriega, pelas mãos da mesma Delta Force.

O segundo mandato de Donald Trump tem se caracterizado pelo aprofundamento do risco de uma conflagração armada internacional, mas também pela retomada, por parte dos EUA, da ingerência aberta e violenta sobre a América Latina e o Caribe (ALC), o que tem sido entendido como uma reedição da Doutrina Monroe, agora sob o "corolário Trump". Esta escalada ocorre apoiada por lideranças políticas de extrema-direita que, na última década, galgaram postos políticos importantes em diversos países da região e se converteram em ferrenhos apoiadores do imperialismo estadunidense. Esse processo facilita ainda mais o acesso aos recursos naturais de nossos países ao mesmo tempo em que são criminalizados, reprimidos e assassinados lideranças dos movimentos populares, comunitários, indígenas, migrantes, ambientalistas, etc., e difundidas tecnologias de controle e repressão populacional, tal como o Cecot em El Salvador, tido como modelo de exportação para gestão violenta das populações.

As extremas-direitas latino-americanas e as grandes burguesias promovem políticas que aprofundam a dependência das indústrias extrativistas da nossa região; beneficiam um setor das classes dominantes locais associadas ao capital estrangeiro; aumentam a exploração da classe trabalhadora, que é sistematicamente explorada e criminalizada; enfraquecem a democracia e relativizam a história das ditaduras empresarial-militares da região. Essas tendências não começaram com Trump, mas se aceleraram e se complexificaram em seu segundo governo.

Neste contexto, vemos a catástrofe que a Argentina vem vivenciando desde que o então deputado federal de ultra direita, Javier Milei, assumiu a presidência em 2023. Milei, que tem os EUA e Donald Trump como inspiração, está transformando a Argentina em uma colônia de dívidas, cada vez mais refém do imperialismo estadounidense. A Argentina é o país que possui a maior dívida do mundo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo recorrido mais de 20 vezes à ajuda emergencial. Em abril de 2024, Milei voltou ao FMI e recebeu um empréstimo de US$20 bilhões, sem que o país tivesse conseguido arcar com a dívida de US$45 bilhões contraída por Mauricio Macri em 2018. Além desse endividamento via FMI, Milei também foi "socorrido" pelo governo de Trump às portas das eleições legislativas do país, recebendo outros US$40 bilhões. A política fascista de Milei deve aprofundar a repressão sobre o cada vez mais empobrecido povo argentino, já que o partido de Milei, La Libertad Avanza, alcançou maioria no Congresso nas últimas eleições legislativas. Ainda, em dezembro de 2025, Javier Milei encaminhou a proposta de Reforma Trabalhista na Argentina que aprofunda o ataque aos direitos dos(as) trabalhadores(as) daquele país, a exemplo da proposta de ampliação da jornada de trabalho para 12 horas.

No Chile, assistimos à vitória no segundo turno de José Antonio Kast, defensor do "legado" do ditador Pinochet, recuperando a hegemonia da velha direita conservadora. Kast faz parte da Conferência Política de Ação Conservadora (CPAC), junto com Benjamin Netanyahu, Javier Milei, Giorgia Meloni e Donald Trump. Importante destacar que a vitória eleitoral de Kast se deu, entre outros fatores, a partir de uma intensa agenda voltada à "segurança" e ao combate à imigração, mobilizando a repressão, o racismo e a xenofobia.

Na Bolívia, um cenário de instabilidade marcado por retrocessos democráticos desde o golpe de 2019, que depôs Evo Morales sob alegações de fraude eleitoral, apoiadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), somado a ruptura entre Evo e Luis Arce, levou ao fim da era Movimento ao Socialismo (MAS) e a ascensão da direita, com a vitória de Rodrigo Paz, do Partido Democrata Cristão, nas últimas eleições em agosto de 2025. A Bolívia enfrenta, hoje, alta inflação, alta nos preços dos alimentos e desabastecimento de combustíveis.

No Equador, o presidente Daniel Noboa, filho de um magnata bananeiro e aliado importante dos EUA, iniciou seu segundo mandato em 2025, numa eleição marcada pela restrição às liberdades democráticas e com fortes suspeitas de fraude eleitoral. Apesar da derrota no referendo sobre a permissão da instalação de bases estrangeiras no país, a qual selaria a aproximação do governo equatoriano com os Estados Unidos, Noboa instrumentaliza uma crise da insegurança e aplica um regime autoritário, que aposta na "tática Bukele", que permite que militares intervenham na vida interna do país, ao mesmo tempo em que tenta reverter transformações sociopolíticas e econômicas alcançadas durante o governo da Revolução Cidadã, presidido por Rafael Correa.

No Peru, desde 2016 nenhum presidente completou seu mandato. Os poucos meses do mandato presidencial de esquerda de Pedro Castillo, sindicalista de origem camponesa pelo partido Perú Libre,

foram seguidos pela derrubada do governo e pelo desencadeamento do autoritarismo estatal. A então vice de Pedro Castillo, Dina Boluarte, apesar de sua afinidade com os setores mais reacionários do país, foi destituída em outubro pelo Congresso em meio a ondas de violência, repressão e reconfiguração da extrema-direita andina.

Na Colômbia, a militarização do território, a violência política e a criminalização das lutas sociais no país, que já vêm de longa data, não desapareceram com a eleição de Gustavo Petro. Forças de extrema-direita que ocupam a política institucional nas províncias, em aliança com paramilitares, reprimem os movimentos sociais, especialmente em áreas rurais, sem que as forças nacionais tenham condições de combatê-las. Com a ofensiva contra a Venezuela, a pressão sobre o governo colombiano aumenta, já que o país não tem cumprido o papel a ele designado nas estratégias militares estadunidenses para a região. Gustavo Petro foi acusado diretamente por Trump de narcotraficante, após o sequestro de Nicolás Maduro. A acusação de narcotraficante foi a manobra utilizada pela Casa Branca para não precisar de autorização do congresso dos Estados Unidos para atacar a Venezuela e sequestrar seu presidente. Ao ameaçar o mandatário colombiano, fica mais do que evidente que toda a América Latina está ameaçada pela ingerência sem disfarces dos EUA.

No Paraguai, o governo de Santiago Peña, do partido Colorado, assinou um acordo de cooperação com os EUA que permite a atuação de militares e funcionários civis do Departamento de Defesa (Pentágono) em território paraguaio. Conhecido como Acordo sobre o Status das Forças, o convênio estabelece bases legais para operações de forças estadunidenses em solo paraguaio.

Na América Central, El Salvador é hoje um expoente do alinhamento direto aos Estados Unidos e modelo para a extrema direita do continente em diversos aspectos. O presidente Nayib Bukele, eleito em 2019 e reeleito em 2024, tem governado sob regimes de exceção, levando o país para o autoritarismo, sobretudo pela maneira como tem abordado o tema da segurança pública, do sistema prisional e promovido a sua permanência no poder de forma inconstitucional. Ideologicamente alinhadas ao trumpismo, as políticas salvadorenhas trataram de recepcionar nacionais deportados dos EUA e encarcerá-los em seu aparato recém reestruturado; o mesmo fizeram com cidadãos de outras nacionalidades enviados pelos Estados Unidos. O Centro de Confinamento do Terrorismo (CECOT), inaugurado em 2023, tem capacidade para encarcerar até 40.000 pessoas, sem preocupação alguma com condições de sobrevivência, gerando inúmeras denúncias de violações de direitos humanos. A arbitrariedade nas prisões dos integrantes das *pandillas* e cidadãos em geral é amplamente conhecida - 1,5% da população do país foi encarcerada. O fato de ter supostamente reduzido a taxa de homicídios de mais de 100 a cerca de 2 a cada 100 mil habitantes, tem levado os líderes da região a enxergarem a experiência como modelo a ser seguido, como os brasileiros bolsonaristas que estiveram por lá recentemente.

Em Honduras, as recentes eleições, marcadas por graves denúncias de fraude, escancaram a ingerência dos Estados Unidos. Vinte e quatro dias após a votação realizada em 30 de novembro, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) proclamou o candidato do Partido Nacional, Nasry Asfura, candidato apoiado por Donald Trump, como o novo presidente do país centro-americano.

O México, país que em 2024 elegeu pela primeira vez uma presidenta mulher - Claudia Sheinbaum - , vive uma conjuntura particular também enquadrada no embate entre a organização da resistência ao neoliberalismo e à ofensiva imperialista dentro do quadro eleitoral. Desde 2019 o país é governado pelo Movimento de Regeneração Nacional (Morena), com elementos que revelam o tensionamento do controle do aparelho estatal por forças ligadas ao movimento popular, mas com as contradições próprias de governos de frente ampla e sob a estrutura de um padrão de reprodução do capital extremamente dependente dos Estados Unidos, tanto em termos econômicos como militares. Cabe acompanhar, ainda no contexto mexicano, a intensa e extensa luta do *Ejército Zapatista de Liberación Nacional* (EZLN), que completou 32 anos desde seu vitorioso levante de 1994, mantendo viva e pulsante a luta contra a propriedade e pelo bem comum.

Essas são apenas algumas das consequências da dinâmica capitalista e das ações do imperialismo em conluio com os setores dominantes locais. Toda *Nuestra América* enfrenta a política de Washington. E se olhamos para Cuba, o único país que realizou uma revolução socialista em nosso continente, também vemos o impacto da ofensiva imperialista sobre a região a partir de um dado pontual. Em 2024, a Assembleia Geral da ONU aprovou, pela 32ª vez consecutiva, a necessidade de acabar com o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba. Naquela ocasião, a resolução foi aprovada por 187 países, tendo apenas uma abstenção – da Moldávia – e dois

emblemáticos votos contrários: dos Estados Unidos e de Israel. Em 2025, a Assembleia Geral das Nações Unidas voltou a pedir o fim do embargo econômico e comercial imposto pelos Estados Unidos a Cuba pela trigésima terceira vez desde 1992. Contudo, a votação já revela a mudança na conjuntura. Em 2025 a resolução obteve 165 votos a favor, 12 abstenções e 7 votos contra: dos Estados Unidos, Israel, Hungria, Argentina, Macedônia do Norte, Paraguai e Ucrânia. A votação reflete, pois, uma alteração em relação ao ano anterior, quando Cuba contou com o apoio unânime da América Latina e Caribe e de todos os Estados-membros da União Europeia.

A história das intervenções militares lideradas pelos EUA demonstra que elas deixam apenas devastação e sofrimento em seu rastro, além de fortalecer a separação dos povos e guerras civis. Esse cenário, que claramente parece ser uma continuação da Doutrina Monroe (1823) e que alguns autores recentemente denominaram uma nova "Operação Condor", apresenta algumas características específicas: golpes brandos (e não tão brandos), *lawfare*, narcopolítica, entre outros.

Embora os paralelos com os conflitos, disputas e tensões do século XX sejam evidentes, é importante assinalar as diferenças. O século XXI testemunha a ascensão da China e a luta pela hegemonia entre a nação asiática e uma potência em relativo declínio (os EUA), cujo Estado e burguesia não estão dispostos a abrir mão de seu status hegemônico ou do que consideram seu quintal. A famosa frase proferida pelo presidente estadunidense James Monroe em 1823, “América para os americanos”, parece mais relevante do que nunca, já que ainda mantém seu sentido original, que é tutelar a região, determinando com quais regiões a América Latina e Caribe podem manter relações econômicas, sempre com os interesses com os EUA em primeiro lugar. Entretanto, tal tutela ocorre agora num cenário muito diferente daquele iniciado na segunda metade do século XIX, quando os EUA ainda não haviam se convertido na maior potência econômica e militar do planeta e onde guerras com potencial de destruir o planeta não existiam nem na ficção. As burguesias latino-americanas, subservientes ao capital internacional, hoje enfrentam as contradições entre o alinhamento direto com os Estados Unidos, de quem conhecem o *hard* e o *soft power* ou com a China, parceira mais recente no campo econômico.

Diante da natureza cada vez mais hostil do imperialismo estadunidense e do perfil, por ora, pacífico e diplomático do gigante asiático, pode existir uma interpretação que vê a emergência de uma nova potência hegemônica e uma parceria estratégica com ela como uma alternativa à dependência econômica e política das potências tradicionais. Contudo, observamos que a China está expandindo suas esferas de influência, e seus produtos, capital e empresas estão cada vez mais presentes em todo o mundo, reproduzindo antigas e novas assimetrias com os países da região. Além disso, essa nação tem aumentado seus gastos militares e, nos últimos anos, tem feito diversas demonstrações de seu poder. E não é o único país a fazê-lo; outras nações, como a Alemanha e a França, também estão aumentando seus gastos militares, além de mobilizar tropas e realizar exercícios militares, o que se enquadra em parte no contexto da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a partir do alinhamento da OTAN e da imposição dos EUA de ampliação dos gastos militares por parte dos países que compõem a aliança. Nessa conjuntura, não podemos deixar de mencionar Israel e o genocídio perpetrado em Gaza, que tem persistido após a farsa de um acordo de ‘paz’ que nada mais é do que um acordo de caráter neocolonial que acentua o processo de genocídio de mais de 70 anos naquele país.

As disputas entre países centrais e a perpetuação da dependência, sempre com a cumplicidade das classes dominantes locais, não parecem augurar um futuro promissor para a América Latina e o Caribe. O que se vislumbra - não sem resistência - é o aumento da pilhagem de recursos, territórios e populações; da repressão; da misoginia, do racismo, da criminalização de conflitos sociais; da destruição da natureza; da emergência climática; da crise da democracia na expressão liberal; da perda de soberania e do controle de recursos e infraestrutura estratégicos.

Ao mesmo tempo, é preciso mencionar que a classe trabalhadora da América Latina, a partir das mais diversas expressões das lutas do campo sindical, dos movimentos sociais também se movimenta, mesmo que imersos em dificuldades e contradições.

Acompanhamos a greve do movimento sindical da Bolívia que se manifestou neste mês de dezembro contra o preço da gasolina e dos combustíveis que dobraram os custos naquele país, afetando diretamente a vida da classe trabalhadora. O movimento indígena do Equador, em setembro de 2025, também foi às ruas contra as políticas neoliberais de Daniel Noboa e as tensões continuam constantes. Os trabalhadores e trabalhadoras da Argentina têm se mantido em mobilização desde o início do governo Milei, mesmo diante de uma crescente repressão e criminalização. E, enquanto escrevemos este texto, o povo venezuelano se coloca em marcha em defesa do projeto chavista, contra a covarde agressão

imperialista dos EUA e pela imediata liberação de Nicolás Maduro e Cilia Flores. Em toda a região, movimentos populares se colocam em solidariedade e convocam manifestações em defesa da soberania popular da América Latina e contra o avanço do imperialismo.

No Brasil, a conjuntura de lutas se dá também sob esse pano de fundo. Apesar de termos um governo que se apresenta com um caráter progressista, as contradições de uma política de frente ampla hegemonizada pela classe dominante ampliam a vulnerabilidade da classe trabalhadora diante dos ataques das burguesias internas e seus representantes políticos em um Congresso inimigo do povo, que hoje tem nas emendas parlamentares um instrumento de captura do orçamento público. Além disso, a política de conciliação de classe com domínio burguês mantém o país incapaz de resistir ao imperialismo estadunidense, que hoje ataca nossa soberania mediante, entre outras formas, chantagem tarifária.

Tudo isso nos mostra que este ano de 2026 demandará um esforço de unidade no campo popular e sindical, com centralidade na luta anti-imperialista, em articulação com *nuestros hermanos y hermanas*, pela soberania de *Nuestra América*. É por isso que a SESUNILA, no marco dos seus 10 anos de criação, como uma seção sindical de uma universidade que representa um projeto de educação voltado à integração latino-americana e caribenha e que recebe estudantes de toda a região, se coloca em marcha para os duros enfrentamentos que teremos enquanto educadores(as) e lutadores(as), reconhecendo no ANDES-SN um instrumento fundamental da classe trabalhadora.

Resgatamos, por fim, as palavras de Carolina Maria de Jesus no livro 'Meu sonho é escrever': *"Será os Estados Unidos o advogado do mundo? O tutor do universo? Eu não preciso bajular os Estados Unidos porque sou preta e eles não gostam de negros. O único negro que eles gostam é o petróleo"...* poderíamos acrescentar, eles não só gostam do petróleo, também do lítio, de nossas terras raras, jamais da humanidade e da sabedoria ancestral dos nossos povos.

AL CARAJO, YANQUES DE MIERDA!

ABAIXO O IMPERIALISMO!

PELA SOBERANIA DOS NOSSOS POVOS!

PALESTINA LIVRE DO RIO AO MAR!

TEXTO 7

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

A INDEPENDÊNCIA DE CLASSE É O CAMINHO PARA ENFRENTAR A BURGUESIA, SEUS GOVERNOS E SUAS VARIANTES DE EXTREMA-DIREITA. POR UMA FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA!

TEXTO DE APOIO

A situação política em geral é determinada pela guerra comercial, que atingiu seu ponto mais alto, e pela escalada militar, que chegou a um patamar perigoso. O imperialismo estadunidense, em decadência, procura preservar seus interesses e promover uma nova partilha do mundo. A ordem

mundial edificada no pós-segunda guerra mundial desmorona e impulsiona os conflitos em curso, trazendo o risco de uma nova conflagração mundial envolvendo potências nucleares. A guerra na Ucrânia, o genocídio do povo palestino e abalos no Oriente Médio provocados pelas ações militares de Israel e Estados Unidos na região, as Guerras Civis no Sudão e Congo e a agressão estadunidense à Venezuela, indicam o avanço da escalada bélica. A guerra comercial que tem como epicentro a disputa entre os Estados Unidos e a China se irradia em disputas por territórios, mercados e fontes de matérias primas. As tendências fascistas se manifestam no ascenso de governos de extrema direita, enquanto as massas oprimidas não têm conseguido agir de forma unificada contra a ofensiva imperialista e dos governos burgueses. As vias reformistas e de conciliação de classes são incapazes de resolver os problemas vitais das massas levando a desilusões facilmente capturadas pela ultradireita, que se apresenta como antissistêmica. As massas se levantam e lutam como podem, a exemplo das greves e bloqueios na Europa, de setembro a dezembro de 2025, de insurreições populares na Ásia e África, das lutas contra o governo direitista na Bolívia, dentre outras. Porém, carecem de uma unificação de suas forças e expressão consciente de um projeto de superação do capitalismo. Para responder à altura aos desafios postos pela conjuntura e dar um futuro à humanidade, é fundamental recuperar o terreno perdido quanto ao internacionalismo proletário e ao programa revolucionário.

Por uma paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo na Ucrânia

A ocupação militar da Ucrânia se deu nas condições de defesa da sobrevivência da Rússia como um poder regional. O Estado russo lançou-se em guerra na Ucrânia em defesa de interesses capitalistas que se agigantaram com a constituição e fortalecimento de uma oligarquia burguesa gestada no processo de restauração capitalista. Entretanto, é preciso destacar que não foi por falta de esforço por parte da Rússia em buscar uma convivência pacífica com a Europa, após o desmoronamento da URSS nos marcos da economia e das relações de classe capitalistas. Todas as tentativas de respeitar as fronteiras e afastar os perigos da OTAN fracassaram devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas na forma monopolista e de domínio imperialista. O conflito, por enquanto, foi contido nas fronteiras da Ucrânia e Rússia porque o imperialismo não estava preparado para uma guerra que arrastasse toda a Europa e abrisse caminho para uma terceira guerra mundial. Contudo, a postura belicosa da França, Alemanha e Inglaterra em relação à Rússia, diante da possibilidade de se finalizar o conflito com a mediação norte-americana, defendendo o rearmamento e formulando que a Rússia constitui um perigo "existencial" para Europa, aproximam a situação do perigo de sua generalização em toda Europa com consequências imprevisíveis.

Por isso, uma paz ditada pelo imperialismo norte-americano não irá pacificar as relações da Ucrânia e da União Europeia com a Rússia A orientação geral da União Europeia, que se consolidou com o Tratado de Maastricht em 1992, foi o de fortalecer o cerco à Rússia, incorporando as ex-repúblicas populares do Leste Europeu, o que veio a ocorrer a partir de 2004. A guerra na Ucrânia não foi e não é uma guerra de libertação e autodeterminação nacionais. Os interesses da Rússia são essencialmente capitalistas. O desabamento da URSS restabeleceu os choques entre nacionalidades nas condições de desintegração do capitalismo e de uma nova etapa de ofensiva imperialista.

O que se constata é que, até agora, não se estruturou um movimento a partir da Europa pelo fim do cerco da OTAN à Rússia, contra as brutais sanções ditadas pelo imperialismo norte-americano; pela autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia. O que levaria à retirada das tropas russas da Ucrânia. Essa resposta proletária somente poderia se dar no terreno da luta de classes contra o imperialismo estadunidense e europeu e pela retomada das conquistas da Revolução de Outubro, portanto, das bases soviéticas e socialistas, contrapostas à restauração capitalista e ao domínio da Rússia burguesa sobre as débeis ex-repúblicas soviéticas. Um movimento como esse implica que os operários e demais explorados europeus superem os bloqueios de suas direções colaboracionistas, que seguem os partidos da burguesia, e retomem a luta de classes, colocando-se sob o programa da revolução social e, dessa forma, empunhar a bandeira revolucionária de **paz sem anexação, pela autodeterminação e por uma Ucrânia operária, camponesa e soviética**.

Combater o genocídio do povo palestino com o programa socialista

Quanto ao genocídio na Palestina, a paz dos cemitérios de Trump não resultou em estancamento da matança na Faixa de Gaza. O acordo de cessar-fogo, oficializado em 13 de outubro de 2025, objetiva

desarmar o Hamas e estabelecer uma governabilidade nessa região a despeito e por cima dos palestinos, que suportaram heroicamente dois anos de ataques. O pressuposto de retirada das "Forças de Defesa de Israel" da Faixa de Gaza ficou na dependência do arbítrio do Estado sionista, que aproveitou a operação militar do Hamas em solo israelense, em 7 de outubro de 2023, para avançar decisivamente na sua estratégia histórica de anexar tanto a Faixa de Gaza quanto a Cisjordânia. A burguesia sionista viola sistematicamente os acordos de cessar-fogo, desde a assinatura do último, arrancou a vida de centenas de palestinos. A fome, o frio e a destruição de toda a infraestrutura necessária à vida humana continuam a ser usadas como armas de guerra. O número total de mortos desde 07 de outubro de 2023 ultrapassa os 71 mil, nas estimativas mais conservadoras. A tendência é de continuidade do genocídio.

O Estado sionista teria sido inviável sem o domínio que os Estados Unidos alcançaram no pós-guerra. Não teria como enfrentar e vencer a resistência dos países árabes. Sua existência só se justifica como enclave do imperialismo na região. Uma vez solidificada a conquista de uma parte do território, a sobrevivência de Israel passou a depender do avanço da anexação, que vai além da Faixa de Gaza e Cisjordânia, adentrando às terras sírias, egípcias e libanesas. Essa condição fez do Estado sionista um fator de guerra constante. O reconhecimento da Somalilândia como Estado, por parte de Israel, revela as movimentações em torno de importantes rotas comerciais, mas também pode envolver planos de deslocamento da população palestina. As guerras de intervenção no Golfo Pérsico e no Iraque marcaram profundamente a hegemonia norte-americana na região. Os Estados Unidos estão presentes e alimentam as guerras civis e os antagonismos de nacionalidades. Entre esses acontecimentos, ressaltam o intervencionismo na guerra civil da Síria e do Iêmen. A dominação imperialista se escora nas divisões nacionais e nos conflitos de tendências nacionalistas.

O efeito do acordo de cessar fogo, porém, foi o de arrefecer as ações de solidariedade internacional. Nenhuma solução virá de nenhuma ala da burguesia, seja das potências imperialistas ou dos países árabes. O massacre da população indefesa traz como lição a necessidade do armamento das massas para defender a autodeterminação do povo palestino. A linha pacifista alimentada nas ações de solidariedade internacional, centrada na pressão sobre os governos em torno das resoluções da ONU, é incapaz de interromper o genocídio. A defesa da autodeterminação do povo palestino está ligada ao programa da República Socialista da Palestina, como parte do programa revolucionário dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Fora o imperialismo da América Latina

A América Latina se encontra sob intervenção militar dos Estados Unidos. Trump mostrou aos governos latino-americanos que recorre à Doutrina Monroe de 1823, para "*reafirmá-la e aplicá-la*" no sentido de "*restaurar a preeminência americana no Hemisfério Ocidental"* e assim proteger seu país dos "*concorrentes*" e garantir "*os interesses de segurança americanos*". As aberrantes taxações, que atingiram mais duramente o Brasil e o México, na realidade, foram dirigidas contra a maioria dos países, incluindo o bloco da União Europeia. Os *"concorrentes*" a que se refere o documento "*Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, novembro de 2025*" são, em primeira instância, a China. A influência crescente da China sobre as denominadas cadeias de produção mundiais é incompatível com o domínio monopolista dos Estados Unidos.

Na madrugada do dia 03 de janeiro de 2026, os Estados Unidos invadiram a Venezuela, bombardearam instalações militares, assassinaram mais de 80 pessoas e sequestraram o presidente Nicolás Maduro e a primeira dama Cilia Flores. O pronunciamento de Trump, na sequência, nem mesmo disfarça o objetivo de se apropriar das reservas petrolíferas. A ação foi precedida por sanções, estímulos à oposição golpista interna e, nos últimos meses, pelo bombardeio de navegações no mar do Caribe, com mais de uma centena de mortos. Com o pretexto de combater o "narcoterrorismo" o imperialismo estadunidense ameaça diretamente os governos da Colômbia e México. Fica evidente que, em relação à Venezuela, o que está em questão para o imperialismo não é o regime político, nem o governo e nem o processo eleitoral, mas sim a necessidade imperiosa dos Estados Unidos eliminarem o que resta de estatização e nacionalização dos recursos naturais venezuelanos. Mais importante ainda é o alinhamento do governo nacionalista à penetração econômica da China na América Latina, uma vez que a Venezuela detém a maior reserva petrolífera mundial e a conserva nacionalizada. Sem dúvida, Xi Jinping tem interesse e condições de reestruturar a indústria petrolífera venezuelana. A possibilidade de Trump ordenar a intervenção militar na Venezuela está posta. É claro que a ofensiva sobre América Latina não se limita a Venezuela e/ou Colômbia. A pressão sobre o Panamá é violenta, para impedir que o canal,

com grande importância como rota comercial, beneficie a China. Na Argentina, Trump agiu diretamente por meio de chantagens econômicas em favor da reeleição de Milei. O imperialismo estadunidense intervém para disciplinar todos os países no sentido de afastá-los da órbita chinesa, certamente recorrendo a todos os recursos de que tradicionalmente se utiliza, mas, diante da crescente influência que resulta da circunstância da China ser o principal importador de *comodities* de muitos destes países, o imperialismo passa a utilizar métodos mais letais.

Estamos diante da mais grave crise do capitalismo desde o fim da Segunda Guerra. Crise em desenvolvimento que pode desembocar em uma grande conflagração dos Estados Unidos contra a China. Os enfrentamentos têm se dado no terreno industrial, tecnológico e comercial, que implicam o choque pelo controle das fontes de matérias-primas. O impulso tanto dos Estados Unidos quanto da China ao complexo industrial-militar se combina com o rearmamento da Europa e do Japão. Trata-se, portanto, de uma tendência geral, entranhada na contradição entre as forças produtivas potentemente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção. É urgente retomar as lições do movimento operário internacional a respeito da luta anti-imperialista. Os sindicatos, inclusive o ANDES-SN, podem cumprir um papel de defender a constituição da **Frente Única Anti-imperialista** para enfrentar a ofensiva em curso.

Sem independência de classe, massas serão arrastadas pelas disputas interburguesas, sem conseguir lutar por um programa próprio

No plano nacional, destaca-se a continuidade da política antipopular do governo burguês do Lula, que manteve todas as contrarreformas e privatizações dos governos anteriores, financia via BNDES privatizações nos estados, sucateia as estatais e implementou a sua própria contrarreforma atacando serviços sociais direcionados aos pobres e miseráveis, mantém a mesma política fiscal de ajuste para garantir o superávit primário e drenar a metade do orçamento público para os bancos e outros credores, o que resulta no corte, contingenciamento e redução do gasto em educação, saúde, previdência, e outras políticas. A situação de penúria das universidades brasileiras (federais, estaduais e municipais) é uma consequência dessa orientação. Mais do que nunca, está posta a necessidade de levantar a bandeira de oposição revolucionária ao governo Lula!

Além de ser um governo de "coalizão" [loteando o gabinete e o comando de importantes estatais até com Arthur Lira] trata-se de um governo completamente refém do centrão no congresso nacional, que propõe aprova medidas extremamente antipopulares e resiste escancaradamente a qualquer iniciativa que o Lula possa apresentar como bandeira nas próximas eleições. A captura do orçamento mediante as novas modalidades de emendas parlamentares criadas nos governos anteriores, comprime a capacidade do executivo federal tocar a máquina pública e inviabiliza a ampliação de gastos com obras ou investimentos que possam ser usados como proselitismo na campanha eleitoral.

O governo que vinha perdendo apoio nas enquetes de opinião, ganhou um respiro com a situação criada pelo tarifaço de Donald Trump, permitindo-lhe se apresentar como defensor da soberania nacional em oposição à campanha comandada desde os Estados Unidos por Eduardo Bolsonaro. A suposta defesa da soberania nacional é um embuste, pois um governo burguês, completamente comprometido com o grande capital, não pode se opor consequentemente ao imperialismo. Mas uma certa retórica funcionou por um tempo. Efetivamente, porém, o governo Lula tenta se equilibrar em torno às disputas internacionais: apoia-se um pouco na União Europeia, um pouco na China, mas certamente sem romper com os EUA. A negociação da retirada das tarifas em vários produtos de exportação brasileiros para os EUA se deu junto com discussão de "parcerias" em torno da exploração de minerais críticos e terras raras. Nota-se, portanto, que a condição do Brasil é de um frágil equilíbrio, que depende da evolução das disputas entre a China e os EUA e da ofensiva imperialista na América Latina.

O imperialismo estadunidense atuará para substituir Lula por um governo fantoche e Lula, por sua vez, procurará se apresentar como capaz de garantir os interesses do capital monopolista ao mesmo tempo em que tenta acomodar interesses da burguesia interna e das oligarquias. Sendo assim, apesar de algumas medidas eleitoreiras, um eventual quarto mandato seguirá o curso das contrarreformas e privatizações. O discurso de ser um governo a favor do povo brasileiro é negado na prática com a política que favorece o capital financeiro, grandes capitalistas industriais, agronegócio, mineradoras, dentre outros, o que inevitavelmente se choca com as condições de vida da maioria explorada e oprimida.

Enfrentar a extrema direita golpista com independência de classe

A condenação dos dirigentes da tentativa golpista de início de 2023 incluída a prisão de Jair Bolsonaro e alguns dos seus generais é apresentada como prova de que as "instituições funcionam". Porém, não há nenhum indício de arrefecimento da crise política. A votação do PL da dosimetria na Câmara e Senado expuseram os caminhos da conciliação de classes. Os líderes do governo e do PT na Comissão de Constituição e Justiça do Senado acordaram a votação acelerada da redução das penas dos golpistas dias após grandes manifestações nas ruas se colocarem contra a anistia. Entrou na negociata a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com algumas medidas voltadas a cumprir as metas do novo arcabouço fiscal com base na redução de isenções fiscais, taxação das Bets e Fintecs, liberando R$ 20 bilhões. Na votação da LDO, o Congresso Nacional ampliou suas emendas parlamentares para R$ 61 bilhões e tentou ampliar o fundo eleitoral em 400%, totalizando R$5 bilhões. Para sustentar essa obscena drenagem de recursos, foram cortados R$15 bilhões das áreas sociais, inclusive de programas com grande potencial eleitoral para o governo, como o auxílio gás, pé de meia e farmácia popular. As Universidades, que já vivem cronicamente com o orçamento estrangulado, vivendo com 43% do que recebiam em 2024, tiveram R$488 milhões cortados. A CAPES perdeu R$300 milhões. Enquanto isso, o valor reservado para o refinanciamento da dívida pública alcançou a cifra astronômica de R$1,8 trilhão. Apesar das tentativas da esquerda eleitoreira de separar o "Congresso inimigo do povo" do "Governo amigo do povo", o que se nota é o entrelaçamento na composição dos ministérios, cargos nas estatais, nas negociatas em torno do orçamento público e no escândalo do banco Master.

A crise política tem sido marcada pela busca de reorganização da extrema-direita a partir da prisão de Bolsonaro. Para atrair votos das massas seduzidas pelo bolsonarismo, o governo também se direitiza. Basta ver a reação ao massacre perpetrado pelas polícias do governador do Rio de Janeiro, com uma disputa por apresentar um melhor plano de segurança, mantendo intactas as raízes da decomposição do capitalismo.

As maiores manifestações de rua, no último período se deram em clima de antecipação das eleições. As direções das grandes centrais sindicais, organizações sindicais, populares e estudantis não impulsionaram mobilizações massivas em defesa dos salários, pela revogação das contrarreformas, contra as privatizações em nível municipal, estadual e federal, ou mesmo para derrubar a reforma administrativa. Prometem resolver essas questões nos corredores do Congresso Nacional, aquele mesmo denunciado como "inimigo do povo". As greves que eclodem, ultrapassando o bloqueio das direções governistas, são mantidas isoladas, sem ações de real unidade, sendo abortadas antes de conquistar suas reivindicações. Assim foi com a greve dos metroviários do Recife, onde a Companhia Brasileira de Trens Urbanos está com leilão marcado para o fim de 2026, com financiamento do BNDES. Por trás da falta de empenho na mobilização de massas e no fortalecimento dos movimentos grevistas, mal se escondem os cálculos eleitoreiros.

A grande promessa de mobilização por parte das centrais, sindicatos e movimentos populares em 2025 foi o plebiscito popular. A campanha em torno da isenção do imposto de renda, taxação de quem ganha acima de R$50 mil/mês e fim da escala 6x1 poderia ter impulsionado comitês de mobilização e se conectado com lutas por empregos, salários e direitos. Porém, se restringiram a uma linha auxiliar do governo, sem ir além do terreno institucional. A ampliação da faixa de isenção, aprovada no Congresso Nacional, passará a vigorar em 2026. Conforme estimativas a partir dos dados da última PNAD Contínua Trimestral, cerca de 74,5% da população "ocupada" recebe até 3.036,00 reais (e já está atualmente isenta). Enquanto cerca de 14% recebem entre 3.036,01 e 5.000,00 reais (passarão a ficar isentos com a mudança), e cerca de 4% entre 5.000,01 e 7.530,00 reais (obterão um desconto com a nova regra). Ou seja, 18,5 milhões de pessoas terão algum tipo de benefício com a nova Lei, totalizando 18% das pessoas ocupadas. A chamada taxação dos super ricos obtida a partir de dividendos prevê uma série de exceções que minimizam os efeitos da proposta. Além disso, a alíquota mínima de 10% implica que os "super-ricos" continuarão pagando menos imposto, proporcionalmente, do que um professor do ensino médio da rede pública. O slogan eleitoral da "justiça tributária" está, portanto, muito distante da realidade, na medida em que a maior parte da carga tributária continuará recaindo sobre os mais pobres na forma de impostos indiretos sobre o consumo. Em relação ao fim da escala 6x1, bandeira com grande potencial mobilizador, as direções sindicais não têm se empenhado em conquistá-la por meio da luta de classes. Mesmo greves deflagradas contra essa jornada abusiva foram condenadas ao isolamento, expondo à repressão os trabalhadores que se levantaram.

Do ponto de vista da participação, o plebiscito teve resultados muito abaixo de outras iniciativas semelhantes, revelando os efeitos da burocratização e estatização das organizações de massa nas últimas décadas. Em 2025, foram obtidos apenas 2,1 milhões votos no plebiscito popular. Em 2000, mais de cinco milhões de brasileiros votaram no plebiscito contra a dívida externa, por auditoria pública e não manutenção do acordo firmado pelo governo brasileiro com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo não comprometimento do Orçamento com o pagamento da dívida interna. Em 2002, cerca de 10 milhões de brasileiros votaram contra a adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Ou seja, a despeito do crescimento da população brasileira nos últimos 25 anos, houve uma queda significativa do número de participantes no plebiscito popular.

O que predomina é a política do medo de se ocupar as ruas e as massas se chocarem com o governo. Assim, o PT e seus satélites (PCdoB, PSOL e outros) usam o discurso de enfrentamento ao fascismo e ao imperialismo como pretexto para bloquear o instinto de luta das massas oprimidas que tentam romper as amarras das burocracias sindicais empenhadas apenas em garantir a governabilidade do Lula, desviando as tendências à mobilização e à luta de classes para o terreno eleitoral, anulando a combatividade mediante o voto. Mas essa "tática" não serve para enfrentar as tendências fascizantes e a ofensiva imperialista e muito menos derrotá-las. Pelo contrário. A ascensão de Bolsonaro, assim como dos Milei, etc. se deve ao fracasso dos governos nacional-reformistas como os do Lula, Fernández e outros. De resto, as tendências fascistizantes continuam vigentes no regime político – é só olhar para o congresso – incubando o golpismo. O fracasso do golpe no final de janeiro de 2023 se deveu à defecção de parte do alto comando das Forças Armadas, alertadas pelo pentágono de que os EUA "respeitariam o resultado das urnas no Brasil". O que não significa que o golpe tenha desaparecido do cardápio de opções à disposição das oligarquias mais reacionárias do país. Em face disso, a linha de confiar nas instituições burguesas para enfrentar as tendências fascistizantes significa defender antecipadamente a derrota.

A única forma de enfrentar e derrotar o fascismo é se utilizando os métodos da luta de classes, os métodos que levantam as massas e as colocam em movimento. Em 2026, a pressão eleitoreira será imensa, apoiada na política do medo, propondo o acovardamento das lutas e na escolha do "mal menor", que vai de mal a pior, com alianças com os golpistas de outrora. É importante que a ala classista do movimento docente defenda a independência do sindicato em relação à disputa interburguesa atue de forma coesa para impedir o uso dos recursos dos sindicalizados para as eleições burguesas. Fomos e estamos sendo duramente golpeados pelo governo Lula 3, com a continuidade da política de ajuste fiscal, arrocho salarial, estrangulamento orçamentário, privatizações e a implementação da contrarreforma administrativa por meio de mudanças infralegais, como instruções normativas e portarias do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

É preciso fortalecer o movimento docente para enfrentar as tendências fascistizantes que têm se manifestado na Educação, com a continuidade da militarização, medidas antidemocráticas que acompanham as privatizações, controle de dados e da gestão do trabalho por meio de plataformas das "big techs" e perseguição política a docentes. Temos pela frente o desafio de enterrar a contrarreforma administrativa, revogar as contrarreformas que se acumulam, conquistar o orçamento necessário para a Educação, recuperar nossos salários e direitos de aposentadoria. Isso só será possível por meio da luta com independência, com os métodos históricos dos trabalhadores, impulsionando a tática da frente única de ação em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores. A defesa das condições de vida das massas oprimidas e exploradas se choca com a burguesia de conjunto e seus governos. É preciso organizar desde já a greve geral do funcionalismo público nos municípios, estados e União para derrubar a contrarreforma administrativa e revogar as contrarreformas. É preciso exigir das centrais e sindicatos que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas em defesa dos salários (que nenhum trabalhador receba menos do que o salário mínimo do Dieese); dos empregos para todos por meio da divisão das horas de trabalho a todos os aptos a trabalhar, com redução de jornadas sem redução de salários; pela reestatização das empresas privatizadas e não pagamento da dívida pública.

A ofensiva do imperialismo na América Latina coloca na ordem do dia a constituição da **Frente Única Anti-imperialista** para defender a economia nacional, os serviços públicos, as estatais e as condições de vida dos trabalhadores. É preciso desenvolver a **solidariedade internacionalista** com os povos atacados diretamente pelo imperialismo, a exemplo do povo venezuelano e palestino. As tendências mais profundas do capitalismo são de contrarreformas, destruição da natureza e guerras. Apesar das décadas de contrarrevoluções, é importante resgatar o fundamento de que a etapa monopolista também abriga em seu interior a possibilidade de transição do capitalismo ao socialismo,

por meio das revoluções proletárias. Por isso, as lutas imediatas precisam se conectar com a **estratégia revolucionária**, contribuindo para o avanço da consciência de classe.

TEXTO 8

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA E PROJETO DE CLASSE NA DISPUTA PELO BRASIL

TEXTO DE APOIO

A consistente crise estrutural do capitalismo tem impactado a geopolítica internacional e movimentado o processo de correlação de forças na disputa mundial. O eixo central dessa recorrente crise nos informa que não são problemas particulares, falta de regulação estatal ou problemas subjetivos. A crise da ordem do capital está centrada na questão da acumulação capitalista como eixo determinante dos fundamentos dessa sociabilidade estrutural, e essa questão remete ao debate sobre a super produção, o crédito, a concorrência e a queda da taxa de lucro e a forma como as forças produtivas se desenvolvem. Ou seja, o elemento central da crise é quando a produção e suas respectivas mercadorias ampliam e diversificam o conjunto de contradições na sociabilidade capitalista, afetando todo o conjunto das relações sociais, aprofundando os processos de exploração e conjunto de opressões que assolam a vida da classe trabalhadora em todo o planeta.

Para Marx, a superprodução e a queda da taxa de lucro são as marcas indeléveis da crise do capital e da sua forma concreta de concorrência capitalista. Essa acumulação de capital, e a respectiva concorrência em ambiente de superprodução, é o responsável direto pelo conflito entre miséria e riqueza, pelo desemprego e o sobretrabalho, elevando o grau de tensões e contradições sociais, o nível de alienação e subjugação da classe trabalhadora em todo o mundo. Esse modelo de super acumulação demonstra a irracionalidade do capitalismo, reforça a destruição da vida social e ataca destrutivamente o meio ambiente, ampliando o estágio de barbárie em curso.

Essa crise devastadora, que se apresenta no cenário do capitalismo mundial, movimentou o comando da ordem para ações deliberadamente agressivas. Isso fica nítido com a decadência dos EUA que, mesmo mantendo importante poder militar, perde influência no mundo. Justamente por causa dessa situação é que o governo neofascista de Donald Trump reativa a doutrina Monroe e volta-se para a América Latina numa ofensiva contra Cuba, Nicarágua, Colômbia, assim como a ação sem precedentes de invasão da Venezuela no dia 03 de janeiro de 2026, matando pessoas e sequestrando Maduro e Cilia Flores, com o intuito político de roubar as maiores reservas de petróleo e minerais do mundo e intimidar dos os outros povos da América Latina e Caribe. É fundamental que nesse momento de guerras (Ucrânia, Sudão, Irã e, potencialmente, na América Latina) e genocídio, a exemplo do povo Palestino e de ataques sistemáticos ao povo curdo, que o ANDES-SN preste a mais radical solidariedade aos povos em luta contra o imperialismo estadunidense, demonstrando de forma consequente o que representa o internacionalismo proletário.

O Brasil como um país dependente não está longe dessas questões que estão movimentando a conjuntura internacional e ameaçando a América Latina. O último período da política brasileira foi marcado por uma conjuntura de emergência que conseguiu desvelar contradições centrais das movimentações de forças políticas no campo da institucionalidade. O governo federal e seus aliados que dirigem, a partir da aliança burgo-petista, o frágil governo de União Nacional, conseguiram novo fôlego na dinâmica da disputa política em virtude dos erros das lideranças de direita e extrema direita a partir dos acontecimentos animados por Donald Trump e pelo quadro de julgamento dos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Mas também pela organização das forças proletárias e populares que conseguiram impactar a correlação de forças com suas iniciativas de rua, como nos dias 21 de setembro e 14 de dezembro de 2025.

A interpretação da política não pode ser capturada pelos analistas da mídia corporativa que apenas leem o que o patronato deseja. Afinal, é falso o discurso que o problema do Brasil é a polarização. O Brasil é um país politizado centralmente por dois campos em disputa: uma extrema-direita que lidera a direita institucional, vulgarmente chamada de Centrão, termo midiático criado para fugir a uma definição ideológica mais rigorosa e os progressistas, onde se situam o PT, organizações do campo proletário e popular, liberais democratas clássicos, entidades representativas do bem comum e a esquerda revolucionária.

A questão é que nessa bifurcação da politização, e não polarização, a liderança da extrema-direita que dirige o campo da direita, opera o neofascismo, o racismo, a LGBTFobia, o machismo e a misoginia, o ódio aos pobres e pretos das mais diversas periferias, a destruição do meio ambiente, cultivam as fake news e o ódio de classe, agem para deseducar a proteção da vida social quando caluniam as vacinas e criminalizam a ciência.

Contudo, no campo progressista o discurso e a prática são frágeis, recortados por identidades descoladas da classe, generalidades difusas para repercutir interesses da cidadania e a incapacidade de operar a disputa ideológica necessária para desvelar a cena política. A centralidade da luta política se dá entre aqueles que dizem que são de direita e fazem um discurso patriótico, pautado em "deus, pátria e família", tão apelativo na atual quadra histórica, e o outro pólo que apenas afirma difusamente a defesa da democracia. Com essa lógica de debate e ação política, esse pólo não consegue desvelar as tarefas imediatas e o que fazer no campo da esquerda.

No entanto, um novo eixo articulador da política ganhou força. O controverso estoque de banalidades, narrativas fictícias, fake news e ações estúpidas desenvolvidas pelo presidente dos EUA, em especial o tarifaço e os ataques contra o Brasil, criaram uma ordem unida para alimentar os discursos, entrevistas e atos deliberadamente bizarros da direita e extrema-direita no Brasil, tendo como porta-voz desse apocalipse o agora ex-deputado Eduardo Bolsonaro. Esse comerciante da política, deliberadamente traidor dos interesses do Brasil, encontrou um eixo aglutinador para exercer suas ações

vulgares nos EUA, sempre a serviço do líder da extrema-direita, Donald Trump, e da campanha pela impunidade de seu pai e figuras congêneres.

Esses ataques do governo estadunidense ao Brasil, e a tentativa de Trump de emparedar as instituições da República, com ameaças e sanções por conta do devido julgamento do criminoso Jair Bolsonaro, fizeram com que os subalternos ao imperialismo estadunidense aprimorassem suas ações no Brasil, atacando a soberania do país e propondo trocas promíscuas como a diminuição do tarifaço/retirada de sanções contra ministros do STF pela impunidade de Jair Bolsonaro e de membros da organização criminosa que pretendia assaltar o poder comandada por ele.

Nesse processo, a cena política começou timidamente a ser desvelada, amplos segmentos sociais saíram em defesa da soberania nacional e popular, questionando o papel subalterno da família Bolsonaro e do partido porta-voz do imperialismo no Brasil, o PL. O governo de União Nacional/Frente Ampla do PT percebeu, nessas contradições da cena política em aberto, a possibilidade de encontrar um fio condutor para se posicionar em relação ao governo Trump, o bolsonarismo, o balcão do Congresso Nacional e o mundo político exterior. Lula empreendeu uma nova trilha, muito bem posicionada na propaganda dentro das redes sociais, iniciando o contra-ataque político, mesmo que de forma inicialmente tímida.

Nessa conjuntura, ainda no seu processo inicial, as frações burguesas que estão muito bem posicionadas no Bloco no Poder (agronegócio/rentismo) se postaram sempre com muitas reservas diante do governo federal, claudicaram sobre o que fazer diante do tarifaço, mesmo com a sinalização de Lula/Haddad/Alckmin de que um pacote de proteção estava sendo construído no laboratório do governo federal para uma atenuar os impactos para ações trumpistas para esse Bloco. Essa tergiversação burguesa, entre apoiar o posicionamento da extrema-direita ou ficar no balcão do governo, foi o tempo suficiente para que a articulação política do Palácio de Planalto operasse na mídia, ampliando seu acesso ao conjunto da população, mas também desenvolvendo ações para abrir outros mercados internacionais para a burguesia e seus produtos.

Coube ao governo, portanto, aumentar o impasse dentro das principais frações burguesas, impedindo que elas marchassem de forma articulada para os braços da direita palaciana (governadores bolsonaristas), ao tempo que rompia o cerco internacional ao ampliar novos mercados para essas frações. Esse quadro por si só já seria um grande impacto na correlação de forças dentro da conjuntura.

Porém, a extrema-direita, vanguarda burguesa em período de crise capitalista, decidiu aprofundar o eixo operado por seus líderes. Ou seja, o crime organizado no parlamento brasileiro viu sua chance de criar um imenso arcabouço de impunidade para poder realizar seus negócios e agir impunemente, inclusive, também, na vida privada.

Entrou em cena o segundo cenário de disputa, esse de caráter decisivo, que foi a votação da PEC da blindagem ou, como ficou conhecida, a PEC da bandidagem. Esse movimento de grande repercussão no parlamento brasileiro foi ao plenário com caráter de celeridade e contou com algo em torno de 350 votos, inclusive com 12 votos de parlamentares do PT. Essa impostura política de imediato sofreu ataques de diversos segmentos: governo federal, artistas, entidades e personagens do campo popular e proletário, Igreja Católica e outras lideranças religiosas, deputados e senadores, mas também da imprensa corporativa. O desiderato da extrema-direita com a PEC da blindagem fomentou também o avanço no sentido da votação da chamada PEC da anistia (impunidade aos golpistas) diante da votação que obtiveram com a PEC da blindagem. Essa pauta da extrema-direita funcionou como um terceiro confronto na emergência conjuntural, embora, agora, o questionamento tenha funcionado em bloco. Esse quadro de afronta política e social, executada pela extrema direita, encontrou uma grande reação não só na sociedade democraticamente organizada, mas na difusa cidadania encapsulada pela ideologia do senso comum. Setores do esgarçado tecido social se posicionaram contra as duas PECs.

A cena política foi desvelada, ou seja, evidenciaram-se quais eram os fins últimos das duas PECs. Isso possibilitou que, em tempo recorde, se organizassem manifestações pelo Brasil. Atos políticos, shows de protestos, passeatas, repúdio generalizado ao escárnio que representavam as duas PECs. O dia 21 de setembro se transformou em um grande dia de luta contra o "Congresso Inimigo do Povo". Essa grande movimentação social impactou o senado que reverteu o quadro da votação na câmara, terminando por sepultar a PEC da blindagem.

Somado a esses movimentos organizados do dia 21 de setembro, o discurso do presidente Lula no plenário da ONU, mas, em especial, o discurso dele em um evento sobre a questão da democracia e

o impacto da direita no mundo, também na ONU, permitem estimular a abertura das comportas que consigam romper o dique do imobilismo social e contribuam para superar a conciliação política do governo e seus aliados no campo popular e proletário. Será que podemos desvelar esse cenário político e marchar para o enfrentamento que possam criar uma nova correlação de forças?

O "Congresso inimigo do povo", mesmo com esse impacto nas ruas e nas mídias, continuou a agir de forma criminosa para apoiar medidas em defesa do crime organizado, banqueiros desonestos e dosar os crimes da quadrilha Bolsonaro com a PEC da Dosimetria. Novamente as massas populares ocuparam as ruas no dia 14 de dezembro de 2025, na perspectiva de barrar o neofascismo, a extrema-direita e reafirmar que não haverá qualquer anistia para golpistas. Tais movimentações também estiveram atravessadas pela luta contra o feminicídio diante da divulgação da barbárie contra mulheres nas mídias que tem sido alimentada de modo mais recente pela atuação da extrema direita nas redes sociais e o alerta protagonizado pelos povos originários na luta contra o marco temporal que o Congresso e o judiciário insistem em pautar.

O real e concreto nesse momento é que, analisando a partir da relação entre política de Estado e bloco no poder, independente do que ocorreu no dia 21 de setembro, 14 de dezembro e do protocolo de intenções apresentado por Lula da Silva fora do Brasil, podemos confirmar três questões: a primeira é que o governo de União Nacional do Brasil opera uma dialética de subserviência ao mercado que afirma um neoliberalismo de Estado para funcionar entre a lógica de recursos máximos para o capital e recursos escassos para projetos sociais. Segundo, a emergência conjuntural do último ciclo de ações, incluindo o dia 21 de setembro e 14 de dezembro, confirmam que a esquerda precisa de uma pauta que mobilize a sociedade e a classe trabalhadora para além da lógica da conciliação de classe. Terceiro, que a direita e extrema-direita no Congresso, buscam a todo momento medir forças, pautar a conjuntura de acordo com seus interesses ideológicos em consonância com acenos à base bolsonarista com olhos nesse eleitorado para se reeleger em 2026.

Nesses três anos do governo Lula, o que ocorreu? A economia ficou estável para a burguesia e não avançou substancialmente para os interesses do povo e dos/as trabalhadores/as. A taxa SELIC de 15% opera uma profunda extorsão do povo, temos 70 milhões de pessoas na informalidade e a juventude sem perspectiva. Em 2015, o ENEM teve mais de 9 milhões de inscritos; em 2025, temos um pouco mais de 4 milhões de inscritos. Continuam os problemas sociais que as políticas assistenciais do governo não têm a menor condição de resolver. Para resolver os graves problemas que afetam os pobres é necessário modificar as estruturas do Estado brasileiro e sua ação na economia. É necessário enfrentar o cenário em que a riqueza produzida pela classe trabalhadora brasileira é sugada pelo rentismo e lucros capitalistas e pela jogatina das emendas parlamentares.

O quadro social brasileiro continua dramático. Todavia, em 2025 o governo aplicou 234 Bilhões em saúde, 175 Bilhões em educação (inclusive retirando recursos das universidades), 136 Bilhões no projeto Minha Casa/Minha Vida, 112 Bilhões no BPC e 158 Bilhões no projeto da Bolsa Família. Esses investimentos somados perfazem aproximadamente 815 Bilhões. Por outro lado, foram 560 Bilhões para a isenção fiscal (bolsa burguesia) e 998 Bilhões para pagamento de juros, perfazendo aproximadamente um total de 1.558 Trilhões de reais. Com esses dados podemos perceber qual é a prioridade do orçamento brasileiro. Sem falar que os dados ainda indicam um total a mais de 627 Bilhões de sonegação impune.

O Brasil precisa de um projeto de classe que seja alternativo e organize a transição para que os interesse da classe trabalhadora sejam os orientadores das ações sociais e de políticas pautadas pelo poder popular. O quadro político informa que lutamos vagamente contra a burguesia a partir dos erros do inimigo de classe, demos passos tímidos, ainda estamos operando a partir dos confrontos que existem entre os inimigos, tudo isso é importante, contudo, isso não define um novo ciclo de lutas. Falta a esquerda um programa mínimo que possa construir uma férrea unidade de ação, sem hegemonismos, mas com forte impacto na luta de classes e com possibilidade de, para além das ações do governo federal, organizar uma intervenção popular e proletária centrada nas questões mais importantes do ponto de vista tático para nossa classe, que reflita o necessário embate com as contradições capitalistas e do imperialismo. O palco da política não pode ser os palácios, gabinetes e planilhas dos tecnocrátas, mas deve se configurar no cotidiano da vida de trabalhadoras e trabalhadores em seus locais de estudo, moradia e trabalho.

Precisamos de um bloco de lutas, frente popular de mobilização, coordenação nacional de lutas sociais, seja lá qual for o nome que o consenso permita, que possa convocar plenárias nacionais, reproduzidas pelos estados e cidades no sentido da construção dessa frente de lutas.

É importante termos claro que a prisão de Bolsonaro e sua quadrilha de golpistas não encerra as ameaças fascistas e tão pouco enfraquece o avanço da ultradireita no cenário político brasileiro. Esse processo segue em consonância com uma tendência mundial de retrocessos e fortalecimento do campo reacionário, que vem crescendo na América Latina com pautas que propõem a radicalização liberal, a retirada de direitos e conquistas trabalhistas, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, e a normatização das políticas públicas de Estado a partir da pauta tipicamente conservadoras. Nesse aspecto a luta antifascista também é parte integrante de nossa estratégia de lutas.

Mas temos um conjunto diverso de pontos: taxação das grandes fortunas, redução da jornada de trabalho para 30h sem redução salarial, fim da escala 6x1, redefinição do orçamento da união para contemplar investimentos sociais, reexame nacional da imensa fortuna que o poder público destina à burguesia através de subsídios, rever as diversas reformas trabalhistas e previdenciárias que causaram desemprego e estrangularam a previdência social, revogar a reforma do ensino médio, reestatizar empresas que foram criminosamente doadas à iniciativa privada, acabar com a lei do teto de gastos, não permitir que os pisos constitucionais sejam atingidos, criar a lei de responsabilidade social no lugar da lei de "responsabilidade" fiscal, impedir o novo golpe da reforma administrativa, avaliação da dívida pública que é fonte inesgotável de transferência de riqueza para a burguesia, rever a "independência" do Banco Central, fazer a regulação das redes sociais, efetivar uma reforma urbana que atenda às necessidades dos trabalhadores,

Temos ainda de conter o avanço do agronegócio sobre o meio ambiente, colocar na ordem do dia a Reforma Agrária Popular, derrotar a Reforma Administrativa, punir os crimes ambientais, proibir as BETs no Brasil que estão tomando 40% da renda daqueles que recebem Bolsa Família, iniciativas com projetos de solidariedade para a periferia das grandes cidades, projetos cooperativados de alimentação sustentável em todo o território nacional.

Todavia, uma grande questão necessita fazer parte desse debate: precisamos entrar em cena para fazer a disputa ideológica. O que é ser de esquerda, por que somos comunistas, por que defendemos a liberdade de culto e o Estado laico, por que fazemos greve etc. A extrema-direita saiu do lixo da história para se afirmar enquanto tal e a esquerda se esconde nas palavras difusas da cidadania burguesa. Esse debate tem que ser central na disputa ideológica.

É com essa disputa ideológica sem trégua, com um programa mínimo unificado e uma férrea unidade de ação, tendo a bandeira vermelha no posto de comando da militância política, que nós faremos avançar a luta social no espaço vivo da sociedade de classes, contribuindo para mudar a relação de forças e criando espaços de poder popular. Afinal, como nos informa a professora Sofia Manzano: "O comunismo é a proposta mais generosa que a humanidade já produziu".

Força, ação, aqui é o Partidão! Unidade Classista, Futuro Socialista em luta por uma Universidade e Escola Popular.

TEXTO 9

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Abrão Félix da Penha (ADUNEB), Adriana Barbosa da Silva (ADUFF), Aldair Oliveira de Andrade (ADUA), Alexandre Galvão Carvalho (ADUSB), Aline Caldeira (ADUFRJ), Altemir José Borges (SINDUTF-PR), Ana Claudia Cruz da Silva (ADUFF), Ana Lívia Adriano (ADUFF), Ana Lucia Silva Gomes (ADUA), André Lima Sousa (SINDUECE), André Vasconcelos Ferreira (ADUFC), Andrea Gomes da Silva (ADUSB), Antoniana Defilippo (ADUFF), Antônio Gonçalves Filho (APRUMA), Antônio José Vale da Costa (ADUA), Arley Costa (ADUFF), Aruã Silva de Lima (ADUFAL), Augusto Santiago Cerqueira (APESJF), Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC), Carmem S. Silva Sá (ADUNEB), Celso de Jesus Silva (ADUNEB), César Beras (APROFURG), Clarissa Rodrigues (ADUFOP), Claudia Piccinini (ADUFRJ), Claudio Enrique Fernández Rodríguez (SINDOIF), Cristina Miranda (ADUFRJ), Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB), Daniel Rodrigues (ADUFEPE), Daniely Meireles do Rosário (ADUFPA), Denise Bessa Leda (APRUMA), Diana Costa Diniz (APRUMA), Diana Nara da Silva Oliveira (SINDUECE), Eblin Farage (ADUFF), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Eliana Albuquerque (ADUSC), Elizabeth Carla (ADUFF), Emerson Monte (SINDUEPA), Fátima de Souza Moreira (ADUFPA), Francisca Geny Lustosa (ADUFC), Francisca Maurilene do Carmo (ADUFC), Francisca Socorro Nascimento Taveira (APRUMA), Francisco Cancela (ADUNEB), Gilberto Calil (ADUNIOESTE), Giselle Ribeiro (SINDUEPA), Gisvaldo Oliveira da Silva (ADCESP), Gustavo Seferian (APUBH), Heleni Duarte Dantas de Ávila (APUR), Helton Saragor de Souza (ADUNIFESP), Inny Acioly (ADUFF), Ione Mendes Silva Ferreira (UFG), Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA), Jamile Silveira (ADUNEB), Jânio Roberto Diniz dos Santos (ADUSB), Jean Ramos (APESJF), Joana de Souza Machado (APESJF), João Carlos Alves dos Santos (ADUFPA), Jorge Ricardo (ADUFRJ), José Alcimar de Oliveira (ADUA), José Belizario Neto (ADUA), José Ernandi Mendes (SINDUECE), José Henrique Sanglard (ADUFRJ), José Miguel B Saldanha (ADUFRJ), Josefa Jackline Rabelo (ADUFC), Joselene Ferreira Mota (ADUFPA), Josias Alves de Jesus (ADUSB), Juarez Duayer (ADUFF), Jílio Ramon Teles da ponte (ADUFC), Katia Vallina (ADUA), Lena Lucia Espindola Rodrigues Figueiredo (SINDUECE), Lorene Figueiredo de Oliveira (APESJF), Lucia Helena de Brito (SINDUECE), Luciana Boiteux (ADUFRJ), Luiz Eduardo Neves dos Santos (APRUMA), Márcia Barreiros (ADUNEB), Marcio Bernardino da Silva (ADUFPB), Marcos Klemz (ADUFRJ), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (APRUMA), Maria Lucia Lopes da Silva (ADUNB), Mariana Trotta (ADUFRJ), Marina Cavalcanti Tedesco (ADUFF), Marise Marçalina de Castro Silva Rosa (APRUMA), Micael Carvalho dos Santos (APRUMA), Nilson de Souza Cardoso (SINDUECE), Nora Oliveira (ADUNEB), Paulo Cesar Marques da Silva (ADUNB), Pedro Henrique Antunes da Costa (ADUNB), Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (SINDUECE), Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior (SINDUECE), Raquel Dias Araújo (SINDUECE), Raul Nunes de Oliveira (ADUFF), Renata Flores (ADUFRJ), Renato Santos Goncalves (APESJF), Roberto Leher (ADUFRJ), Rodrigo da Cunha Nogueira (ADUFOP), Rosane Toebe Zen (ADUEMS), Rubens Luiz Rodrigues (APESJF), Ruy D'Oliveira (ADUNEB), Sandra Cristina Ramos (ADUSB), Sandra Maria Gadelha de Carvalho (SINDUECE), Sandra Souza (ADUFRJ), Silvana Martins de Araujo (APRUMA), Sonia Lucio (ADUFF), Sônia Pereira (ADUFC), Sueli Goulart (Seção Sindical do Andes na UFRGS), Suzana Maia (ADUFF), Tânia Maria Batista de Lima (ADUFC), Uribam Xavier (ADUFC), Vanja Vago de Vilhena (ADUFPA), Wanderson de Melo (ADUFF), Zaira Valeska Dantas da Fonseca (SINDUEPA), Zozina de Almeida (ADUNEB)

FORTALECER O ANDES-SN PARA INTENSIFICAR AS LUTAS CONTRA O IMPERIALISMO, A FASCISTIZAÇÃO E A AUSTERIDADE, BASES PARA A DEFESA DA SOBERANIA NA AMÉRICA LATINA E PARA FORJAR A EDUCAÇÃO PÚBLICA DO FUTURO!

TEXTO DE APOIO

Em todas as regiões do mundo a extrema direita está avançando no rastro de crises que se somam e articulam a intensificação da exploração dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se concentra riqueza. As desigualdades sociais se tornam ainda mais brutais, frente a uma concentração de renda sem paralelo, impulsionada pelas políticas de austeridade; as questões socioambientais ameaçam a vida no Planeta; a plataformização do trabalho degrada os parcos direitos trabalhistas já atacados no longo período neoliberal; os algoritmos de IA, apropriados pelas grandes corporações, têm sido utilizados na banalização do conhecimento e ampliação do senso comum em prol da extrema-direita, alicerçando novas formas de exploração; competições interimperialistas recolocam o mundo em um contexto perigoso de guerras. É nesse ambiente que o 44º Congresso do Andes-SN será realizado.

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Strategy of the United States of America* - NSS) está no epicentro desse avanço. É com base nessas doutrinas que Trump justifica as intervenções ad hoc dos EUA ao redor do mundo – como o apoio econômico-militar e político ao genocídio do povo palestino promovido pelo sionismo israelense e a intervenção na Venezuela, assumindo que os EUA têm licença para impor militarmente seus interesses geoeconômicos em toda a América Latina, em detrimento da soberania e da autodeterminação dos povos, intimidando os outros Estados para que se alinhem de modo servil com os EUA. Trump já declarou que quer que outras nações os vejam como parceiro prioritário e que vai desencorajar por vários meios as colaborações com outros países, como a China. A dedução é de que ameaçará tomar territórios (Panamá), assassinará (ataques a barcos e navios no Caribe e no Pacífico) e ameaçará derrubar governos que resistem a entregar suas riquezas naturais às corporações da camarilha em torno de Trump (Venezuela), assim como ameaçará lançar ataques ao território de qualquer outro país da região, conforme lhe parecer conveniente. O estado de segurança nacional dos EUA está se preparando para uma nova geração de guerras eternas. A invasão da Venezuela e o sequestro do presidente Maduro e de sua esposa, em 3 de janeiro, evidenciam o caráter dessa nova estratégia para a América Latina: a busca deliberada por petróleo e minerais, visando assegurar a hegemonia regional. A ausência de dissimulação é evidente no anúncio de que as reservas venezuelanas passarão a ser exploradas por empresas estadunidenses. Tal ato, que viola os princípios elementares do direito internacional e evoca retrocessos do período colonial, ameaça diretamente a soberania e a autodeterminação dos povos latino-americanos. Em decadência, o Império, desesperado, reage como uma besta ferida, e faz da ameaça e da guerra (formas de terrorismo da plutocracia) uma estratégia final de sobrevivência. A pilhagem assume o modo dominante e final de operar do capitalismo belicista do Império do Norte. Diante deste cenário criminoso, expressamos nossa irrestrita solidariedade ao povo venezuelano e reiteramos a urgência de uma resposta internacional contundente.

Como se não bastasse a invasão e pilhagem, a pressão das tarifas aprofunda e radicaliza a opção, inclusive de governos progressistas, de defender o modelo agroexportador e mineral como se fosse uma causa nacional-popular. Os bilionários subsídios aos negócios do bloco no poder financeiro-agro-mineral exportador são justificados como se fosse um ato de soberania nacional. A aliança com tal bloco aprofunda o capitalismo dependente e legitima a agenda das bancadas parlamentares do bloco no poder (como a Frente Parlamentar da Agropecuária) em temas como o Marco Temporal e o Desfazimento da legislação ambiental.

O Governo Lula foi eleito com o apoio de grande parte da classe trabalhadora organizada almejando derrotar o avanço eleitoral neofascista. Em nome da "frente amplíssima", Lula da Silva assumiu o compromisso de seguir as políticas de austeridade exigidas pelas frações do grande capital (autonomia do Banco Central, metas de inflação, câmbio flutuante, teto de gastos, busca de superávit fiscal etc., política materializada no Regime Fiscal Sustentável).

Como apontado pelas avaliações dos Congressos anteriores do Andes-SN, tais alianças com as classes dominantes somente poderiam ser tensionadas e enfrentadas com a autonomia das organizações da classe trabalhadora e, sobretudo, com a constituição de pólos classistas autônomos frente ao governo. Propugnamos que tais objetivos seguem atuais e urgentes. De fato, a dispersão das organizações dos trabalhadores tem favorecido o afastamento de seu governo de demandas populares estratégicas, como a Reforma Agrária, e do fortalecimento dos direitos sociais, como a educação pública. O governo Lula enviou um PL do PNE que ignora que no Brasil existem universidades públicas, institutos federais e cefets, esquecimento, ou projeto deliberado, que se expressou na completa ausência de previsão orçamentária para as instituições que seguem com recursos de custeio e de investimentos no mesmo padrão do verificado no governo Bolsonaro. O Regime Fiscal Sustentável, o sucedâneo da EC 95/2016, é o elemento justificador, quando as isenções para o grande capital previstas na LDO de 2026 superam R$ 620 bilhões (4,5% do PIB), montante ainda maior considerando as isenções dos estados e municípios. Terminamos 2025 com o anúncio de mais cortes no orçamento das IES e Agências de Fomento para destinar recursos às Emendas Parlamentares, que são a atual estratégia da pequena política eleitoral brasileira. A história recente demonstra que as políticas de austeridade estão criando condições para o avanço da extrema-direita e, por isso, cabe aos trabalhadores lutar de modo independente contra a banalização da perigosa ideia de que a austeridade é um imperativo para a governabilidade em um ambiente de crises diversas: é o oposto!

Ainda que a condenação histórica e a prisão de Jair Bolsonaro e de sete militares de alta patente envolvidos na trama golpista representem um marco para a democracia, o bloco no poder demonstra claro interesse em manter viva a extrema-direita como alternativa de governo. As forças reacionárias e

neofascistas continuam sendo nutridas como um 'Plano B'. Esse projeto de continuidade manifesta-se abertamente na articulação da chapa Tarcísio-Michelle ou na viabilização da candidatura de um de seus filhos. Por isso apoiaram a dissimulada anistia a Bolsonaro e seus cúmplices, por meio de uma dosimetria que reverte a punição do STF. A mensagem é clara: se a adesão de Lula à austeridade com toda sua brutalidade não for ardorosa, existe uma opção. O golpe de 2016, o apoio a Bolsonaro em 2018, o aquecimento da candidatura Tarcísio, mostram que tal disposição não é uma ameaça vazia. Lula continua aparecendo como o favorito em todas as pesquisas, não perdendo para nenhum dos candidatos que foram anunciados até o momento. Como uma última candidatura, Lula deveria ter a tarefa de se comprometer com os interesses da classe trabalhadora, e não com o estrito interesse da frente amplíssima como tem feito no atual governo.

A austeridade que coesiona a frente amplíssima não se restringe ao estrangulamento fiscal, pois envolve as relações trabalhistas, toda ela direcionada à banalização da flexibilidade laboral e, o que não é secundário, ao afastamento do povo da soberania popular sobre os assuntos públicos. O modelo da dita autonomia do Banco Central está presente nos assuntos educacionais. No lugar dos educadores, o MEC é dirigido por tecnocratas, especialmente os formados no chamado ecossistema Lemann e Todos pela Educação.

A pergunta evidente que precisa estimular as reflexões estratégicas da esquerda é: a classe trabalhadora deve permanecer na condição de figurante, diluída e dispersa na frente amplíssima? A indagação não desconsidera que a luta antifascista em determinadas correlações de forças pode conter táticas de frente amplíssima. Mas tal tática não se coaduna com a admissão de que, em nome da governabilidade (da ordem do capital), os trabalhadores devem seguir como figurantes.

A autonomia de classe é imperiosa. Dissolvidos na frente amplíssima, em nome de uma inexistente ordem democrática, não há como reorganizar a classe trabalhadora. Cabe à esquerda defender e abrir brechas para o futuro dos povos, e isso requer estratégias de lutas contra a ordem do capital, o que somente será possível com autonomia frente ao governo da frente amplíssima .

O Andes-SN deve atuar em prol da autonomia e da retomada de ações estratégicas por parte da classe trabalhadora. Exemplos recentes mostram que tais objetivos são possíveis e necessários. Na Itália, os sindicatos protagonizaram uma greve de trabalhadores contra o genocídio do povo palestino. Recentemente, em Portugal ocorreu uma robusta greve geral contra as reformas trabalhistas e contra a extrema-direita. Até a renovação Democrata de Mamdani, nas eleições para prefeitura de Nova Iorque, está bem mais à esquerda do que a agenda brasileira. Isso não significa que inexistam lutas cruciais em curso, como mobilizações nas ruas e nas redes em defesa do fim da escala 6×1, a luta pela derrota da PEC da blindagem, as mobilizações contra a Reforma Administrativa. No entanto, são lutas pontuais e que precisam ser ampliadas para enfrentar a ofensiva do capital.

O Regime Fiscal Sustentável, interdita o futuro da ciência, esvazia o sentido da formação humana, converte Universidades, Cefets e Institutos Federais em organizações que enfrentam sérias dificuldades em cumprir seu papel social. O desmonte proposital das instituições de educação pública, fruto dessa política de austeridade fiscal, tem repercussão nos Estados através de medidas adotadas, por exemplo, pelos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro que colocam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (PROPAG) como argumentos para ferir os direitos dos servidores/servidoras públicos e a autonomia financeira-administrativa e pedagógica das Universidades e de outras instituições do serviço público. Os investimentos públicos de já escassos 3% do PIB, definidos desde 2010, estão agora reduzidos a 1%. O Bloco liderado pelos operadores das finanças, ao definir esses percentuais e metas, interdita o lugar estratégico da educação pública, da cultura, da ciência, da tecnologia comprometida com o bem-viver dos povos. Somente a classe trabalhadora pode romper esse terrível círculo vicioso.

O ano de 2025 foi marcado pelo aprofundamento da violência como ocorre em contextos de fascistização. O avanço das lutas feministas, do protagonismo das mulheres, ainda não foi suficiente para diminuir a violência contra as mulheres e expressa uma realidade cotidiana de violências. O Brasil está entre os países mais brutais. Foram 5.582 feminicídios consumados e tentados no país[11], resultando em uma taxa anualizada de 5,12 feminicídios por 100 mil mulheres. Essa violência alcança as instituições educacionais, como no brutal feminicídio ocorrido dentro do Cefet-RJ sofrido pelas servidoras Allane de Souza Pedrotti Mattos e Layse Costa Pinheiro. Da mesma forma, as lutas

[11] https://sites.uel.br/lesfem/variacao-das-taxas-de-feminicidio-no-brasil-revela-forte-aumento-em-2025/

antirracistas denotam a persistência do racismo estrutural. No final de outubro ocorreu a maior e mais brutal política encampada pelo governo de extrema-direita de Claudio Castro de execuções sumárias expressamente ilegais vitimando 121 pessoas (no mínimo)[12], a grande maioria de jovens negros, nos complexos do Alemão e da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. A mesma situação de violência se materializa na homofobia e na transfobia - O Brasil lidera em número de assassinatos de pessoas trans[13] com 30% dos casos no mundo. Essas ignominiosas violências compõem o enredo da fascistização de amplos segmentos da população, situação que requer cuidadosa reflexão por parte das trabalhadoras e trabalhadores da educação. A pergunta que se impõe é: Como educar as crianças, jovens e adultos em uma perspectiva antifascista?

Nesse cenário, a maior mobilização popular do ano foi a Segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras, que contou com a participação ativa do Andes-SN e reuniu centenas de milhares de pessoas para pautar a reparação histórica e o Bem Viver como pilares inegociáveis da democracia. Ao conectar o combate ao racismo estrutural à justiça climática e à autonomia econômica, a Marcha reafirmou o protagonismo das mulheres negras na construção de uma sociedade que supere o legado colonial, exigindo que o Estado brasileiro não apenas reconheça as dívidas históricas, mas financie e implemente transformações estruturais que garantam vida e dignidade a toda a população.

Outra mobilização de grande relevância foi a Marcha Unificada dos Servidores Públicos em Brasília, que reuniu milhares de trabalhadores e constituiu-se como fator determinante para impedir a aprovação da Reforma Administrativa. O Andes-SN desempenhou um papel fundamental nesse processo, atuando na linha de frente da luta e na articulação com as demais categorias do setor público.

No campo das lutas socioambientais, 2025 foi marcado por uma intensa mobilização internacional em torno da justiça climática, expressa na realização da Cúpula dos Povos e na massiva Marcha Global pelo Clima em Belém do Pará, que tensionaram os limites da chamada "governança climática" capitaneada pelas grandes potências e pelo capital financeiro durante a COP-30. Essas mobilizações denunciaram a falsa transição ecológica, baseada na mercantilização da natureza, no aprofundamento do modelo agroexportador e mineral e na continuidade do saque imperialista dos territórios, em especial da Amazônia. A defesa da demarcação imediata das terras indígenas, da soberania dos povos originários e do direito à autodeterminação dos territórios reafirmou-se como eixo estratégico da luta climática e da luta de classes. O Andes-SN esteve presente e construiu ativamente essas mobilizações, reafirmando que não há justiça climática sem justiça social, sem educação pública, sem ciência comprometida com o bem viver e sem enfrentamento à ordem do capital.

No que tange à educação, vivemos um aprofundamento do processo de mercantilização da educação, cada vez mais financeirizada, traduzido:

- nos números da EAD monopolizada pelas grandes holdings educacionais que possuem cerca de 80% das matrículas do segmento, já majoritário no ensino superior brasileiro;

- no desfinanciamento da educação: as IFE estão com seu orçamento discricionário reduzido a metade em relação ao ano de 2014 e, por isso, estão com infraestrutura em acelerada degradação;

- no avanço dos sistemas de ensino e plataformização da Educação básica, que redefinem o cotidiano do trabalho de docentes, técnicos e estudantes, produzindo sofrimento laboral;

- e na precarização cada vez maior do trabalho docente: cerca de 60% dos docentes das redes estaduais já não possuem contratos de trabalho por tempo indeterminado, pois são brutalizados por contratos precários por tempo determinado.

Vivemos uma hegemonia consolidada das grandes corporações educacionais como a Fundação Lehmann e o Todos pela Educação – que definiram o grosso do PNE que hoje tramita no Congresso, focalizando avaliação heterônoma, competências, princípio da Nova Gestão Pública, com interesses particularistas como a agenda da iniciativa do agro "De Olho no Material Escolar", institucionalizando ainda mais a ofensiva empresarial da BNCC e do NEM.

O descaso com as Universidades Públicas, Cefets e Institutos Federais se materializa no arrocho orçamentário, na omissão destas instituições no PL do PNE do MEC e na forma de condução das

[12] https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/28/operacao-contencao-forcas-de-seguranca-tentam-cumprir-mandados-de-prisao.ghtml

[13] https://antrabrasil.org/2025/11/12/tdor-2025-brasil-segue-no-topo-da-barbarie-liderando-assassinatos-de-pessoas-trans/

negociações com as entidades legítimas dos trabalhadores da educação na recente greve nacional que agregou Andes-SN, Sinasefe e Fasubra. Em reiteradas situações o Governo Federal optou por negociar com uma entidade pelega, a Proifes, inclusive buscando sua institucionalização, caracterizando óbvia ingerência governamental nos sindicatos. Derrotado neste objetivo, o governo firmou um termo de acordo para a seguir desrespeitá-lo, novamente instaurando práticas antissindicais.

De fato, sequer a totalidade do acordo de greve de 2024 foi cumprido, por exemplo, a equiparação das carreiras EBTT e do Magistério Superior quanto à dispensa do controle de ponto. Ressaltamos também a descaracterização do RSC, via PL 6.170/2025, limitando o acesso a esse direito a 70% das categorias e promovendo, na prática, uma competição que terá efeito similar ao de um "bônus de desempenho", configurando um desrespeito ao que foi construído no Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC) e aos Acordos de Greve 10/2024 e 11/2024. Assim, Fasubra e Sinasefe já estão discutindo possibilidade de greve, com Plenária Nacional marcada para 28/02/2026 para votar a deflagração da greve, caso o Governo Lula não atenda integralmente os Acordos da greve de 2024.

O ano de 2026 no Brasil será marcado pelas eleições nacionais para a Presidência da República, Governos Estaduais e Congresso Nacional, justamente nesse contexto de recrudescimento das ações imperialistas na América Latina e em outras regiões do globo, e de ofensiva da austeridade abrangendo a reforma administrativa, o Plano Nacional de Educação, o Orçamento da União e o sufocamento das verbas de Ciência e Tecnologia e dos gastos com a manutenção e desenvolvimento das Universidades, Cefets e Institutos Federais. Portanto, há que se considerar a importância das eleições na conjuntura nacional para o próximo período.

As presentes indicações sobre os desafios da conjuntura corroboram a defesa de que a imperiosa luta antifascista, luta estratégica para a classe trabalhadora de todo mundo, exige articulações de forças pluriclassistas. Por isso, defendemos que o Andes-SN continue ao lado das organizações da classe trabalhadora nas lutas antifascistas, contra as opressões e em defesa dos direitos. Nesse contexto, a luta intransigente contra a anistia para os golpistas, contra o imperialismo na América Latina, o enfrentamento ao Arcabouço Fiscal e à Reforma Administrativa, que asfixiam os serviços públicos, a luta pela auditoria da dívida pública, pela taxação dos super ricos, pelo fim da escala 6x1 e a mobilização permanente pelo cumprimento integral do acordo de greve e por ampliação do orçamento das IES continuam sendo centrais. A essa agenda, somam-se as lutas interseccionais sob uma perspectiva classista, com destaque para a terceira "Marsha Trans", em janeiro, e a participação estratégica do Sindicato Nacional na I Conferência Internacional Antifascista, em março.

O fascismo é indissociável do movimento do capital em crise e, por isso, não podemos abrir mão da autonomia para forjar frentes da classe trabalhadora com disposição para lutar contra a barbárie do capital, o que exige derrotar os fascistas e a ordem do capital que sustenta a austeridade. Como lugar de ciência, de conhecimento, inclusive no campo da política, a universidade e sua comunidade saberão enfrentar as contradições da realidade, em prol de alternativas para o bem-viver de toda humanidade e para a garantia da vida no Planeta!

TEXTO 10

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): André Ferreira (ADUFC), André Lima (Sinduece), Antonio Mota (ADUNIFESP), Bruno Rocha (ADUFC), Carla Benitez Martins (APUB), Daniel Vitor de Castro (Sindunespar), Daniel Augusto Pereira (ADUFLA), Denise Brasil (ADUFF), Gustavo Seferian (APUBH), Helena Martins (ADUFC), Irenísia Oliveira (ADUFC), Jéssica do Nascimento Rodrigues (ADUFF), Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas (APUB), Maria José de Andrade Souza (APUR), Pedro Costa Junior (Sinduece), Tayse Palitot (ADUFOB), Tiago Coutinho (ADUFC)

ECOSSOCIALISMO COMO SÍNTESE DE UM PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL FRENTE AO COLAPSO CAPITALISTA

TEXTO DE APOIO

Uma civilização em crise

Esta contribuição visa apresentar o ecossocialismo como síntese de um programa de transformação social diante do colapso capitalista, partindo de um diagnóstico rigoroso da atual etapa da crise de civilização e alargando o horizonte do possível - por ser necessário.

A crise atual do capital é resultado direto dos padrões de acumulação capitalista, especialmente do escalonamento exponencial da produção de bens de consumo na fase do capitalismo tardio, com todos os seus desdobramentos demográficos e sociais, articulados à constituição de uma tecnoestrutura de Estado típica do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Não obstante ser a crise um elemento fundante do próprio capital, um sistema profundamente irracional de organização social, a etapa atual consiste na maior concentração de riqueza da história humana, cada vez mais apropriada por poucos e produzida às custas de impactos ambientais sem precedentes. Essa concentração da riqueza aprofunda desigualdades sociais, intensifica conflitos e nos conduz a um contexto de crise estrutural que atravessa a economia, o mundo do trabalho, as relações sociais no âmbito da produção e da reprodução social e entre sociedade e natureza.

Esta crise não pode ser limitada ao seu diagnóstico econômico, ainda que esse seja inescapável. É uma crise que assola todas as dimensões da vida sob o capital: uma crise econômica, social, política, moral, da reprodução social, estética, mas, sobretudo, uma crise ecológica e climática, que deve ser compreendida enquanto uma crise de civilização.

Expressão sintomática deste estágio é vista, às vésperas da entrega deste texto, com a invasão estadunidense da Venezuela e o sequestro de Nicolas Maduro e Cilia Flores. A escalada de violência contra o povo venezuelano e a ameaça à sua soberania denotam não só o desdém neofascista para com as próprias normas criadas no âmbito do direito burguês para regulação da ordem internacional do capital como expressam cinicamente a motivação real da aventura que convulsiona a atual conjuntura: o acesso por meio de empresas estadunidenses às riquezas fósseis e minerais de nossa Pátria Grande.

O planeta ultrapassou os limites de uso da água doce, uso dos sistemas terrestres, entidades contaminantes, fluxos biogeoquímicos, mudança climática, perda de integridade da biosfera e acidificação dos oceanos. A responsabilidade por essa situação não é igual. Os 0,1% mais ricos do mundo poluem mais em 1 dia do que metade da população mundial em um ano. Os super-ricos emitem 40 vezes mais CO_2 do que 50% da população mundial. Os efeitos dessas transformações, inclusive sob a forma de eventos climáticos extremos, incidem desproporcionalmente sobre pobres e populações racializadas como não-brancas (sendo as mulheres as mais atingidas e as principais protagonistas da organização da reação a esses processos) em todo o planeta, como vimos, recentemente, nas enchentes do Rio Grande do Sul, da Bahia ou de Minas Gerais, bem como no apagão energético de São Paulo, para ficarmos em exemplos nacionais.

A esse quadro soma-se o desenvolvimento tecnológico orientado prioritariamente às necessidades do capital, que facilita a concentração da produção social em escala transnacional, viabiliza

novas formas de manipulação e vigilância, favorece a financeirização e reforça o individualismo, pilares econômicos e culturais do neoliberalismo. No mundo do trabalho, as novas tecnologias não têm servido à liberação do tempo, possibilidade que poderia se concretizar sob outra forma social, mas sim à ampliação das diferenciações entre os trabalhadores e trabalhadoras, ao preenchimento compulsório do tempo e à precarização. A emergência de tecnologias como a inteligência artificial e a crescente digitalização das relações sociais engendram a revitalização de uma lógica tecno-solucionista que sustenta o avanço do produtivismo, gerando novos problemas nas transformações metabólicas da relação entre a humanidade e o restante da-natureza e impulsionando a expansão do setor privado sobre áreas como educação, saúde, segurança e tantas outras.

Essas mesmas tecnologias são a base de toda uma reorganização cultural, que se dá a partir da internet e, particularmente, das plataformas de redes sociais, de busca ou outras, que controlam a circulação das informações de forma opaca. São elas que definem o que vemos ou não nas redes e se um conteúdo deve ou não ser recomendado, o que se dá por suas afinidades políticas e também pelo recebimento de pagamento para impulsionar determinada publicação. Os riscos desse controle ficaram ainda mais nítidos no mês de dezembro, quando, durante debates no Congresso Nacional sobre anistia a golpistas, marco temporal e a cassação do mandato do companheiro Glauber Braga (PSOL-RJ), o Instagram operou um "bloqueio invisível" de contas de esquerda.

Esse processo de plataformização também reorganiza o mundo do trabalho, como é evidente no caso de entregadores e motoristas, mas que, na verdade, tem o potencial de transformar os mais diversos setores, inclusive como vem ocorrendo com a atividade docente. Afinal, aqueles associados majoritariamente ao trabalho intelectual ocupam o centro dos ataques. Com a mais recente revolução industrial e o desenvolvimento das tecnologias digitais, o capitalismo aprofundou a apropriação do conhecimento e da informação como eixos centrais de seu regime de acumulação. O que se extrai do trabalho não é apenas a força física ou a destreza técnica, mas a própria capacidade humana de pensar. Embora essa dimensão sempre tenha estado presente na exploração do trabalho, o que ocorre na contemporaneidade é a sua hipertrofia e centralidade inédita. Isso implica o espraiamento da dinâmica do capital para o mundo da vida, facilitado pela ampla digitalização das relações sociais, permitindo não apenas organizar a produção, mas também controlar a subjetividade humana.

A desigualdade estrutural do desenvolvimento capitalista e as crescentes demandas por recursos naturais e energia nessa nova fase impõem um relançamento da sanha imperialista sobre os povos, especialmente do chamado Sul Global. O capital, como em outros momentos históricos, recorre às guerras como mecanismo de resolução de suas contradições. O que se observa hoje na Palestina sintetiza esse quadro, articulando racismo, disputa por bens naturais, uso intensivo de tecnologias de vigilância e, em última instância, a morte como forma de gestão de populações consideradas sobrantes e descartáveis. A guerra na Ucrânia evidencia também a disputa por recursos como o gás natural, o petróleo, largas parcelas de terras férteis e ao mesmo tempo pelo controle dos países, o que a agressão russa, por um lado, e a tentativa de fortalecimento da OTAN, por outro, sinalizam. Agora, a política explícita de Donald Trump de tentativa de controle da América Latina com as inaceitáveis incursões contra o povo venezuelano e ameaças diversas é outro desdobramento relevante desse contexto.

Toda essa crise gera insegurança e medo, sentimentos disputados politicamente pela extrema direita, marcada pelo negacionismo, pela xenofobia, pela misoginia, pela LGBTfobia e por ataques diretos à classe trabalhadora, como se viu no Brasil durante os governos pós-golpistas de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em outra vertente, há uma direita que, diante da gravidade do momento histórico, se refugia na fantasia ideológica de que seria possível manter o curso da acumulação capitalista por meio de ajustes e adaptações da matriz produtiva rumo a um suposto desenvolvimento sustentável. Nós, ao contrário, afirmamos a necessidade de um novo projeto de sociedade, capaz de oferecer respostas reais aos problemas sociais por meio de uma transformação profunda, conduzida pelos diversos sujeitos sociais que vivem em contradição com o capital: trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, população negra e indígenas, povos originários e tradicionais, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência e outros setores oprimidos. É nesse horizonte que se inscreve o ecossocialismo, enquanto programa político que defendemos.

O ecossocialismo se configura, assim, como um programa de transição para o século XXI, afirmando que uma ruptura radical com a ordem capitalista é um imperativo histórico para a superação do quadro atual. Essa ruptura deve partir de um programa transicional que articule medidas imediatas a objetivos estruturais. Entre essas medidas, destaca-se a necessidade de afrontar todos os modelos

societários pautados em um produtivismo sem peias, que encontra sua melhor síntese em um decrescimento justo, que refreie o desenvolvimento capitalista dentro de uma perspectiva desigual e combinada, impondo limites ao consumo dos mais ricos e aos países de capitalismo central, sem descuidar da imensa importância de conferir bens de vida elementares à população trabalhadora de todo o mundo, sobretudo nos países de capitalismo dependente e periférico. Impõe-se também o atendimento das necessidades humanas, garantindo direitos sociais e a satisfação dessas necessidades dentro de limites metabólicos seguros para o planeta. Soma-se a isso a defesa de um planejamento econômico democrático, orientado por critérios socioambientais, que assegure a liberdade de autolimitação consciente para todas as pessoas, ao mesmo tempo em que fortaleça a composição do sujeito histórico da transformação, reconhecendo sua heterogeneidade de classe, gênero, raça, sexualidade, origem nacional e regional, com especial atenção ao protagonismo das lutas dos povos originários e tradicionais em sua aliança com o proletariado na construção de uma alternativa de vida anticapitalista no planeta. Para isso, será fundamental uma alteração profunda da estrutura de propriedade, com a radical desconcentração de riqueza e de renda no mundo.

O contexto brasileiro

O Brasil foi constituído como um empreendimento mercantil voltado ao lucro, e não como um projeto de nação. A escravidão é elemento central para compreender a história do país e suas instituições de controle social, assim como o forjar de sua transição, em um processo de modernização conservadora, marcado pelos abismos sociais e sustentado pelo mito da democracia racial. Embora a industrialização tenha alimentado a expectativa de ascensão no cenário internacional, o país manteve sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho, aprofundando uma dependência que persiste até hoje. A experiência industrial mostrou que o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorre de forma distinta dos países centrais do capitalismo. Primeiro por ser marcada pela incorporação de tecnologias de segunda mão dos países ditos "desenvolvidos", aliada a um processo marcada profundamente pela extração de mais-valia absoluta, combinando processos de superexploração do trabalho. Segundo, pois a classe dominante não assumiu tarefas fundamentais de uma democracia burguesa, como reformas agrária e urbana. Em vez disso, consolidou-se uma burguesia entreguista, autoritária, calcada em absurdos privilégios e tendo o Estado como garantidor de seus próprios interesses. Para que tal façanha exclusivista se realize, precisa de um Estado que funcione como braço de repressão e violência - seja a repressão institucionalizada como no contexto da ditadura militar, ou aquela cotidiana, tão dolorosamente visível nas periferias de todo o país e sentida, prioritariamente, nos corpos da população negra.

Isso significa que a violência é prática política permanente e não episódica, tendo em vista que a manutenção de uma ordem social nesses termos – racista e concentradora de riquezas – só é possível por meio da permanência de instrumentos de repressão continuada. As demandas sociais são tratadas como "casos de polícia", o espaço para a negociação é reduzido e a criminalização dos movimentos sociais se mostra uma constante. E é por isso que o Estado autocrático brasileiro tem o racismo como um de seus fundamentos. Esse modelo virou combustível político para alguns setores, caso de todos os bolsonaristas, como o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, responsável por uma chacina que vitimou mais de 100 pessoas no estado em 2025; mas também de políticos do amplo campo da esquerda, como os petistas Rafael Fontelles, Jerônimo Rodrigues e Elmano de Freitas, governadores do Piauí, da Bahia e do Ceará, respectivamente, que têm na agenda de criminalização das lutas, fomento aos setores mais destrutivos do capital - como o agronegócio e grandes mineradoras - e militarização das vidas uma forte expressão. Como em outras áreas, há uma esquerda que aposta em jogar o jogo da direita, com suas regras, o que nada mais alcança a não ser alimentar a própria direita. Ao invés de abordar as causas profundas da violência e, mais ainda, a preponderância de suas dimensões institucional e estrutural, o padrão de guerra apenas reforça o aparato de uma política criminal seletiva, direcionando o controle repressivo violento exclusivamente para as populações periféricas, majoritariamente negras e pobres.

Em 23 de novembro de 2023, em Aracajú, o ANDES-SN realizou o I Seminário Nacional sobre Abolicionismos Penais, Poder Punitivo e Sistema de Justiça Criminal, cumprindo deliberação de seu 41º Congresso. Consideramos esse ter sido um momento histórico marcante de nosso sindicato, mas que precisa reverberar continuamente na composição de nossas leituras conjunturais e formulações de políticas e projetos de intervenção social. A etapa de financerização do capital na periferia do mundo só se dá com ainda mais pressão, sobrecarga e precarização da dimensão da reprodução social (barateando

a venda da força de trabalho), que está intrinsecamente relacionada a processos de militarização da vida e controle de territórios. O antipunitivismo precisa ser uma bandeira hasteada com firmeza por nós: a leitura crítica sobre os impactos geopolíticos da guerra às drogas e seus impactos na América Latina - e, mais especialmente, no Brasil; a denúncia dos objetivos políticos do populismo penal - aliando mais tipificações, penas mais altas e rígidas e menos garantias processuais - que nunca serviram e nem servirão à proteção dos "de baixo"; a oposição frontal ao esfacelamento da política pública de redução de danos e atendimento à saúde mental combinado com o fortalecimento de comunidades terapêuticas e projetos manicomiais; o enfrentamento às reiteradas buscas por descaracterizar o Estatuto da Criança e do Adolescente e reduzir a idade penal; a composição da trincheira pela desmilitarização das polícias; entre outras barbáries de um Estado genocida operacionalizado para produzir mortes evitáveis e vidas precárias altamente rentáveis a alguns.

O Brasil de hoje também refuncionaliza elementos do seu passado colonial, como a economia agroexportadora, sempre associada ao latifúndio e à transformação dos modos de vida. É por isso que, no país, como na América Latina, as burguesias e também os progressismos assumem especificidades próprias, marcadas pela insistência na exploração de bens, caso do petróleo na foz do Amazonas, em contradição direta com a necessária transição energética; pela atuação articulada com o agronegócio e grandes mineradoras; pelas contrarreformas sociais e tributárias que favorecem o andar de cima.

Esse processo histórico foi radicalizado com a ascensão da extrema direita representada por Jair Bolsonaro, cujo governo aprofundou a dependência econômica, o desmonte de direitos sociais e o afastamento do Estado como garantidor de direitos para a maioria da população. Diante desse cenário de regressão democrática e social, o apoio a Lula se consolidou como uma resposta política em defesa da democracia, da soberania nacional e, ao menos no programa eleito nas urnas, de apoio à reconstrução de políticas voltadas à inclusão social e à redução das desigualdades.

Todavia, enfrentamos contradições diversas. Uma primeira se dá em torno da própria compreensão sobre o Estado e seu papel. Ao contrário do prometido na campanha eleitoral, o teto de gastos não foi rompido, apenas alterado. A reforma trabalhista que abriu margem para a ampliação da precarização também não foi revertida. Assim, embora o governo critique o projeto de desmonte do Estado de governos anteriores, mantém compromissos com a agenda de ajuste fiscal e evita enfrentar de forma mais profunda a lógica gerencial e a precarização do serviço público. É por isso que mantém uma postura contraditória frente ao projeto de reforma administrativa encampado por parlamentares no Congresso Nacional. Corretamente, nega as propostas que destroem, na prática, as premissas da Constituição Federal de 1988, como a famigerada PEC 32, ao passo que mantém o discurso produtivista,gerencialista e pautado em uma otimização privatista e não presencial do serviço público.

Não obstante, é no Congresso Nacional que encontramos as maiores dificuldades. O congresso brasileiro, Câmara e Senado, é historicamente dominado por oligarquias que atuam nesse espaço para perpetuar a estrutura econômica e social injusta do país. Na atual legislatura, o quadro se agravou com a presença da extrema direita, que, além do reacionarismo autoritário, inclui representações do crime organizado e do fundamentalismo religioso. Desde o governo Dilma, o congresso tem buscado se impor diante do Poder Executivo, tendo conseguido, desde o governo Bolsonaro, abocanhar uma parcela significativa do orçamento público, na forma de emendas parlamentares para gastos pulverizados em suas bases, em geral sem transparência. Portanto, esse Congresso pouquíssimo representativo da diversidade da sociedade brasileira – dominado por homens brancos, empresários, fazendeiros, ricos –, usa hoje o próprio orçamento público para se perpetuar no poder e lançar ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e às políticas sociais, enquanto garante para si e sua classe todo tipo de privilégio.

A proposta de reforma administrativa em debate na Câmara dos Deputados, representa uma nova tentativa de desmonte do serviço público, sob o discurso de "modernização do Estado" e do "combate aos privilégios". Na verdade, a proposta propõe a fragilização das carreiras e da estabilidade dos servidores, permitindo a contratação de terceirizados e temporários, sem direitos como à estabilidade e o fomento a políticas de Estado, abrindo flancos a marcos privatistas - como o da prevalência de cargos comissionados, frágeis, precários e politicamente atrelados a políticas de governo. Além disso, modifica o pacto federativo, centralizando as contratações e limitando a possibilidade delas a um cenário orçamentário irreal para estados e municípios. Tudo isso levará à perda de direitos da nossa categoria e à precarização da educação - para além da saúde, assistência, saneamento, segurança e outros serviços

públicos -, afetando o direito de milhões de brasileiros e brasileiras e desconstituindo um vetor fundamental de transformação social.

Essa situação é porta de entrada para o setor privado, como a Fundação Lemann e o Google, que se colocam não só à espreita, mas compõem organicamente as políticas governamentais.

Nesse cenário, as tarefas do movimento docente ganham centralidade. Cabe ao movimento participar ativamente dos esforços de elaboração desse programa de transição, fortalecendo suas ferramentas de organização, sejam as seções sindicais nos locais de trabalho, sejam os fóruns nacionais de aliança da classe trabalhadora. Independentemente das funcionalidades políticas atribuídas aos sindicatos, a história demonstra que a articulação das forças impulsionadas pelos trabalhadores e trabalhadoras é um imperativo para o fortalecimento das lutas classistas, promovendo coesão ideológica e garantindo a efetividade de um dos princípios fundamentais do sindicalismo: a unidade de ação. O quadro das centrais sindicais brasileiras, que somam cerca de uma dezena e meia de entidades legalizadas ou não, expressa o esfacelamento do mundo do trabalho no país e no mundo, marcado pela fragmentação e fragilidade, o que o torna especialmente vulnerável aos ataques do capital. Diante disso, parece adequada a avaliação de que nossos esforços devem se orientar para a construção de uma central sindical e popular unitária, coesa e fiel aos princípios do sindicalismo classista, fiando-nos, inclusive, nos balanços - tanto no que expressaram em positivo como também negativamente - das duas experiências que o ANDES-SN teve direto e importantíssimo papel de vertebração, e que por razões diversas ensejaram nossas rupturas: a CUT e a CSP-Conlutas.

Nossas tarefas

No que se refere à organização sindical, é necessário retomar a disposição política para a construção dessa ferramenta unitária, frustrada na história recente pela experiência traumática do Conclat de Santos. Ainda assim, cabe à militância intervir no sentido de impulsionar alternativas que cumpram esse papel, seja por meio de fóruns municipais, regionais e nacionais, seja por articulações mais amplas, como ocorreu com o hoje inativo Fórum Sindical, Popular e de Juventudes, lançando desde já o seu porvir nessa direção.

Dentre os balanços que nossa experiência enquanto sindicato proporcionou, é que a construção de ferramentas estratégicas em que nossas energias se colocam não podem se limitar à articulação unitária meramente de entidades sindicais. A necessidade de articulação com outros movimentos sociais populares - de luta por moradia, transporte público gratuito, reforma agrária popular, justiça energética, racial e ambiental, soberania popular, estudantil, por defesa de modos de vida indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros - se faz indispensável na composição do bloco histórico apto a proporcionar as inflexões necessárias na atual correlação de forças posta no quadro da luta de classes em nosso país.

Logo, uma central sindical e popular, autônoma e independente de partidos, governos e do Estado, com adequadas sínteses de participação que não reproduzam distorções representativas, deve ser nosso horizonte fundamental.

Enquanto isso não se concretiza, o estreitamento das relações do ANDES-SN com movimentos sociais populares, em ações solidárias e entrega militante efetiva, se faz urgente e indispensável. Reclamamos o balanço positivo que nosso sindicato promoveu, no último período, no estreitar de suas relações com lutas e movimentos mais diversos que expressam a pluralidade do sujeito histórico que compõe e comporá as lutas na revolução brasileira.

É nesse compasso de ações e relações políticas que a assunção de centralidade do enfrentamento das crises climática e ecológica deve tomar nossas lutas. Isso passa pela articulação de nossas ações - como, por exemplo, foi a importante síntese de construções que o ANDES-SN proporcionou na construção da Cúpula dos Povos -, nossa prioridade de articulações políticas e mais que tudo, a tomada crucial pela nossa militância e nossas práticas quanto à perspectiva ecológica e socialista que, em nossas sínteses, assume o componente programático ecossocialista. Cada passo, cada tema, cada GT de nosso sindicato, deve ser guiado pelo diagnóstico da profundidade da crise climática e ecológica e a urgência de nossa resposta.

Sem futuro do planeta, não há continuidade de nosso trabalho. Não há carreira. Recursos para as universidades pressupõem lidarmos com o trabalho e as riquezas sociais, que somente a natureza pode nos conferir. Enfrentar todas as formas de exploração e opressão nos leva a perceber que há também um

elemento ecológico que compõe cada um desses marcadores. A história e a memória de nossa classe está atravessada - no ontem, hoje e no porvir - pela dimensão ambiental de nossas lutas. A imensidão da importância de termos assumido o enfrentamento antipatriarcal, antirracista, antilgbtfóbico e anticapacitista no âmbito do nosso sindicato deve nos levar, nesse momento, a dar passos ainda mais largos para que a questão climática e ecológica transborde as fronteiras do GTPAUA e assuma a integralidade de nossas ações.

Soma-se a essa agenda o olhar crítico que devemos lançar ao tema da ciência e da tecnologia, sobretudo reconhecendo - de uma vez por todas, dada a potência da carga ideológica que enfrentamos - que não há espaço para neutralidade quando tratamos do tema e que os rumos para lidar com as tecnologias - não só informacionais, comunicacionais e organizacionais - são centrais na construção de um outro projeto de sociedade, que tem em nosso sindicato um ator importante.

Entendemos, ademais, que nossa categoria se transformou. Não é só a simples constatação de que mais da metade da base do ANDES-SN ingressou no serviço público na última década e meia que nos leva a essa constatação. Temos uma categoria cada vez menos homogênea - quanto a origem de classe, gênero, raça, sexualidade, origem nacional e conformação ideológica, para não falar nas pluralidades dos percursos de carreira, horizontes de aposentadoria, que as décadas de retração de direitos nos impuseram. Nosso sindicato deve ser um aglutinador dessa pluralidade de situações e olhares, com a altivez de uma ferramenta de massas e de frente. Nossa categoria hoje é mais jovem, plural e precária. Temas como o das parentalidades em sua convergência com a atuação sindical assumem centralidade, assim como o trato das opressões, do endividamento e do adoecimento laboral cada vez mais urgentes de se enfrentar. O ANDES-SN deve ser cada vez mais permeável às demandas diversas que, dada a sua natureza corporativa, pode e deve enfrentar, e dada sua natureza classista pode e deve assumir.

As gerações atuais têm uma tarefa tão bonita quanto desafiadora: afirmar a vida acima do lucro. É indispensável que possamos colocar também nosso sindicato nesta batalha da construção de um futuro que será ecossocialista ou não será.

TEXTO 11

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR UM ANDES-SN DEMOCRÁTICO, DE BASE E DE MASSAS PARA DERROTAR O FASCISMO, SUPERAR O NEOLIBERALISMO E CONSTRUIR UM BRASIL DEMOCRÁTICO, SOBERANO E JUSTO

TEXTO DE APOIO

O Congresso do ANDES em Salvador acontece numa conjuntura extremamente complexa para a América Latina. A “Nova Estratégia de Segurança Nacional” anunciada por Donald Trump no dia 05 de dezembro de 2025 afirma, categoricamente, que “os EUA devem ser preeminentes no Hemisfério Ocidental como condição para [sua] segurança e prosperidade”. O documento também afirma que os Estados Unidos querem um Hemisfério com “governos que cooperem com os EUA"; que garantam “a apropriação de ativos-chave”, e que apoiem “cadeias de suprimentos críticas”; e garantam “acesso contínuo a locais estratégicos importantes".

Não se trata de alarmismo. O governo Trump apresentou em documento oficial sua linha de atuação no Hemisfério Ocidental, leia-se, para a América Latina: intervenção política e, se necessário, militar para garantir governos aliados aos objetivos estratégicos dos EUA. Esse novo cenário, que deriva da solução da extrema-direita estadunidense para as crises que levaram à perda relativa de poder político, econômico, tecnológico e militar dos Estados Unidos frente ao sul global, marcadamente à China, coloca enormes desafios para as forças que defendem a democracia, o desenvolvimento, a justiça social e a soberania dos países latino-americanos.

De fato, a extrema-direita tem crescido na América Latina, vencendo eleições especialmente na Argentina, no Equador, no Paraguai, na Bolívia e no Chile. Dentre os países que resistem, as pressões

são gigantescas. No caso do Brasil, da Colômbia e do México, o governo dos Estados Unidos ameaça nossa soberania com sanções comerciais, *law fare* e pressões diplomáticas. No caso de Cuba e Venezuela, além dessas medidas intensificadas, crescem também as ameaças militares, levadas a cabo no caso venezuelano. Nesse cenário, a intervenção política nas eleições de países não alinhados, seja por meio de medidas econômicas e/ou diplomáticas, seja via intervenção direta das Big Techs, não deve ser subestimada.

No Brasil, o cenário é gravíssimo. Desde a eleição de 2022, em que a extrema-direita brasileira sofreu uma derrota eleitoral por pequena margem de votos, nossa democracia vem sendo ameaçada tanto pelo golpismo aberto, como vimos no 08 de janeiro de 2023, quanto pela tentativa direta de intervenção externa, por meio de tarifaços, lei Magnitsky e ameaças diplomáticas, no caso da tentativa de anistia a Bolsonaro e aos golpistas. A colaboração da extrema-direita brasileira com o governo dos Estados Unidos é aberta e declarada e podemos esperar que a eleição de 2026 será, novamente e por isso mesmo, uma duríssima batalha.

A situação é ainda mais complexa porque diante da ameaça autoritária e da possibilidade de intervenção externa, as forças democrático-populares que sustentavam a candidatura Lula escolheram fazer alianças muito amplas, inclusive com setores neoliberais. Como decorrência disso, o governo Lula III cedeu demais à política de ajuste das contas públicas, por meio do Novo Arcabouço Fiscal; e não revogou as contrarreformas do período Temer-Bolsonaro, em particular as reformas trabalhista, da previdência, do Novo Ensino Médio, bem como manteve a gravíssima autonomia do Banco Central, que deixa o país refém dos juros reais mais altos do mundo. Nesse cenário, a popularidade do governo estancou, pressionada pelas limitações impostas pela força do neoliberalismo, que bloqueia a necessária transformação estrutural do país. As importantes iniciativas de taxação dos super-ricos, de isenção do imposto de renda até 5 mil reais e do fim da escala 6x1 apontam no caminho certo, e ajudaram a sustentar a popularidade do governo. Mas ainda é pouco para sedimentar o amplo apoio popular que o governo precisa.

As consequências desse cenário para o campo da educação são enormes. Se é verdade que a extrema-direita representa uma ameaça existencial para a educação pública e democrática, bem como para a ciência e tecnologia autônomas, como vimos durante o governo Bolsonaro no Brasil e estamos vendo no governo Trump nos EUA, também é verdade que o neoliberalismo, em ritmo mais lento, mas não menos ameaçador, corrói as condições de trabalho, a autonomia acadêmica, os projetos político-pedagógicos e as políticas de inclusão, descentralização e expansão que dão sustentação a um projeto democrático e autônomo de educação superior pública e de qualidade para todas as pessoas.

É nessa quadra histórica que acontece o 44˚ Congresso do ANDES-SN.

O ANDES-SN é o maior sindicato de primeiro grau do Brasil, uma das maiores entidades representativas do setor de educação do país e um dos mais importantes sindicatos de docentes da América Latina. Nossa responsabilidade histórica, como professoras e professores que construímos o ANDES-Sindicato Nacional, é enorme. Para tanto, é fundamental analisar criticamente a atuação do ANDES-SN, em particular da sua diretoria, dado que o ANDES-SN é um sindicato majoritário em que a diretoria dispõe de excessivo poder de agenda sobre os espaços deliberativos do sindicato.

Depois de subestimar o impacto das políticas de expansão, descentralização e democratização do ensino superior público durante os governos Lula e Dilma (2003-2016), a diretoria do ANDES-SN minimizou os riscos inerentes ao golpe de 2016, que levou ao impeachment da presidenta Dilma, à perseguição política do PT e de Lula, que levou à eleição de Bolsonaro, e às ameaças golpistas que levaram ao 08 de janeiro. Isso se expressou em orientações políticas equivocadas como colocar-se contra as cotas e o REUNI, negar o golpe de 2016, não compor a campanha Lula Livre e não unificar forças com o amplo campo que apoiou a candidatura de Lula desde o primeiro turno de 2022. Importante frisar que os ajustes pontuais feitos pelo grupo majoritário da diretoria desde então não sanaram o problema de origem.

Isso porque essa linha política equivocada das forças que compõem a atual diretoria do ANDES-SN revela mais do que um simples esquerdismo isolacionista. Revela o completo afastamento da diretoria do ANDES-SN da base do sindicato. A diretoria subestimou o apoio da base à expansão e à democratização do sistema de ensino superior público; subestimou o seu compromisso com a defesa da democracia; subestimou sua preocupação com a ameaça autoritária. E o fez justamente porque se afastou

do nosso cotidiano. O ANDES, no nome, é um sindicato de base, mas, na prática, tornou-se um sindicato de diretoria.

Prova disso é a enorme insensibilidade da atual direção do ANDES-SN para os problemas concretos que afligem, cotidianamente, nossa categoria: deterioração das condições de trabalho, sobrecarga, acúmulo e desvio de função, adoecimento, endividamento, rebaixamento da condição de vida, falta de apoio técnico, administrativo e financeiro à pesquisa, desafios cotidianos do ensino frente à digitalização, burocratização da extensão, esvaziamento dos campi, desvalorização dos salários, desestruturação da carreira, rebaixamento da situação dos/as aposentados/as e inviabilização da aposentadoria futura. Pensar propostas concretas para enfrentar esses problemas concretos é estigmatizado pela diretoria do ANDES-SN como sindicalismo de resultado, governismo, peleguismo. Se a base demanda, a base está errada, segundo as concepções iluministas da diretoria do sindicato nacional, que se considera o grande oráculo dos destinos do movimento sindical docente.

O afastamento da diretoria do ANDES-SN da base se manifesta, ainda, nas práticas organizativas e financeiras que sustentam, hoje, nosso funcionamento como sindicato nacional. Congressos e CONAD de três turnos, sem descanso e sem priorização de pauta, são expressão de um sindicato organizado para funcionar como prova de resistência para poucos/as e não como espaço de acolhimento para muitos/as. Dezenas de reuniões anuais de setor e grupos de trabalho totalmente presenciais em Brasília que demandam enorme dispêndio de tempo e dinheiro e inviabilizam a organização de um sindicato verdadeiramente nacional num país de dimensões continentais. Uma política financeira que sufoca as Associações Docentes e Seções Sindicais que são a expressão do sindicato nacional nos territórios, atuando politicamente com as bases. Uma eleição para a direção nacional que pressupõe chapas de quase 100 pessoas, com excessivo controle da diretoria sobre a comissão eleitoral, enorme assimetria de recursos e informações, voto impresso a altíssimos custos. Nomear esses problemas e propor soluções são, de novo, alvo de estigmas, taxadas de práticas federativas, filofederativas ou protofederativas.

O resultado disso, na nossa avaliação, é um progressivo enfraquecimento do ANDES-SN. É verdade que com 67 mil filiados/as, representando uma base de pouco mais de 250 mil professores e professoras, o ANDES-SN tem uma taxa de filiação de aproximadamente 25%, maior do que outros sindicatos do setor público. Mas também é verdade que isso deriva sobretudo do trabalho cotidiano das associações docentes que, muitas vezes na contramão da orientação da diretoria do ANDES-SN, vêm construindo uma política que conta com amplo apoio da base, o que implica uma significativa discrepância na taxa de filiação entre as diferentes bases do ANDES.

Mas para o conjunto do sindicato, ou o ANDES-SN tomado como um todo, o quadro não é bom. Se tomarmos como referencial os/as aptos/as a votar nas últimas eleições, o número de filiados/as vem caindo sistematicamente, num contexto em que a categoria seguiu crescendo. Assim, comparando o ANDES-SN com o próprio ANDES-SN, podemos concluir que a taxa de filiação não só caiu nos últimos anos, como pode ter despencado nas últimas duas décadas.

Diante desse cenário, nos organizamos como campo político para dizer: **O ANDES-SN PRECISA MUDAR!** Precisa se democratizar. Precisa enfrentar com pautas concretas os problemas concretos da categoria. Precisa compor de verdade o esforço de resistência e avanço do campo democrático-popular.

- **Um choque de democracia sindical**!
- **Soluções concretas para problemas concretos!**
- **Abertura para tirar o ANDES-SN do isolamento em relação às grandes lutas do campo democrático popular!**

Foram esses três pilares que afirmamos na Carta de Manaus, que lançou a Confluência Democrática, campo que organiza forças diversas dentro do ANDES-SN que têm, em comum, um diagnóstico: para estar à altura da conjuntura, o ANDES precisa mudar! Precisa se tornar um sindicato nacional de base de verdade. Um sindicato de massas e de maiorias.

Para isso, trazemos para o 44˚ Congresso em Salvador um conjunto de propostas para 2026, outro ano decisivo para a história recente do Brasil e da América Latina. **Para derrotar o fascismo, superar o neoliberalismo e construir um Brasil democrático, soberano e justo, precisamos de um outro ANDES-SN, um ANDES-SN democrático, de base e de massas.**

TEXTO 12

Contribuição da Diretoria da ADUnB

CONJUNTURA E MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Esta análise de conjuntura se apoia na visão estratégica do processo de superação do capitalismo e de transição rumo à construção do "socialismo" e do "bem viver" com foco em pensar o contexto atual da educação básica e superior pública e possíveis ações conjuntas com os movimentos sociais, de modo a potencializar incidências políticas nos três poderes do Estado.

1 – A crise civilizatória

Vivemos uma crise civilizatória, na qual o modo de produção capitalista vigente, hegemonicamente financeiro, esgotou sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da humanidade (Dowbor, 2024), recorrendo à guerra híbrida (Korybko, 2016), com seu caráter bélico como o que assistimos na Palestina e, recentemente, na Venezuela, bem como à criminalização e difamação de lideranças e representantes democráticos de Estados Nacionais, lideranças sindicais, cientistas, políticos atuando em diferentes frentes e militantes de causas populares. Contam ainda com poder tecnológico, e atuam dominando "mentes e corações" por meio das sete *Big Techs* norte-americanas*:* Apple, Alphabet, Amazon Nvidia, Microsoft, Tesla e Meta.

Neste contexto, "a era do capitalismo de vigilância – a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder" (Zuboff, 2020) contribui para análise da ameaça objetiva às democracias. O que era o complexo militar-industrial se transformou em "complexo militar-industrial-datificado" .

Cabe ressaltar que esta realidade é de intensa disputa na geopolítica multipolar, com um papel diferenciado da China - demonstrado pelo recente avanço da inteligência artificial DeepSeek – e os impactos significativos no Sul Global. Concomitantemente, crescem movimentos sociais pelo software livre público, desde a década de 1970, pelo acesso aberto, desde a década de 1980. Destaca-se, nesse sentido, a 2ª Cimeira Global sobre Acesso Aberto Diamante[14], com o objetivo de democratizar a comunicação acadêmica com destaque para a justiça social, com ênfase na pesquisa como bem público. Destaca-se ainda, a I Conferência Nacional IA com Direitos Sociais, no bojo da luta pela Soberania Digital no Brasil[15].

Essa resistência precisa ser potencializada e vinculada aos desafios educacionais contemporâneos.

2- Realidade Educacional Brasileira

A realidade educacional brasileira nas últimas décadas apresenta avanços e contradições importantes de serem levadas em conta na atual conjuntura. O IBGE registrou o expressivo aumento de crianças 0-3 anos em creches (9,4% em 2000 para 33,9% em 2022) (Brasil, 2025) o que o coloca próximo universalização na faixa 4-5 anos. Tivemos expansão de atendimento da educação infantil de 25% para cerca de 90%, superando a média latino-americana.

A taxa de alfabetização chegou a 93% (PNAD, 2022), mas a taxa de analfabetismo no Brasil ainda atinge 9,1 milhões de pessoas com 15 anos ou mais, cerca de 5,3%, da população em 2024. Avança o processo de universalização da educação básica com 99,5% de pessoas na faixa etária de 6-14 anos no Ensino Fundamental e 93,4% (15 a 17 anos) no Ensino Médio (IBGE, 2025). No ensino Superior,

[14] Realizada de 11 a 13 de dezembro de 2024, em Cabo, na África do Sul.

[15] A Conferência foi organizada por: Frente IA com direitos sociais - Ceará, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Universidade Federal do ABC em outubro/2025.

passamos de aproximadamente 2 milhões de matrículas no final do século passado para mais de 9 milhões (Reis & Pires, 2023). O percentual de pessoas com nível superior em 2024 chegou a 20,5% da população brasileira

O Ministério da Educação - MEC ao definir que as licenciaturas não sejam totalmente EAD traz um avanço para o debate sobre a formação de professores. Soma-se a isso, o processo de curricularização da extensão, que abre perspectiva para que a formação universitária se dê efetivamente apoiada no tripé: ensino, pesquisa e extensão. Esse processo, caso bem sucedido, implicará em uma universidade em maior interação com a sociedade.

Vislumbra-se a reconfiguração do trabalho docente, de forma a assegurar a autonomia, liberdade de cátedra, a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão com formação político-pedagógica-tecnológica para o exercício da docência com apoio institucional de profissionais da educação, da comunicação, da tecnologia, entre outros, promovendo a orientação acadêmica dos discentes em comunidades de aprendizagens em rede.

Nessa perspectiva de pensar os desafios, os Fóruns de EJA do Brasil[16], publicaram uma carta denunciando a existência de mais de 70 milhões de adultos que não concluíram o Ensino Médio no Brasil. Realidade que remete à necessidade de políticas públicas de formação de professores que enfrentem a questão. Ainda nessa perspectiva, há projeções que apontam déficit de 235 mil professores para Educação Básica até 2040 (TEIXEIRA, 2025).

Por fim, cumpre destacar o problema da privatização da educação no país. A iniciativa privada detém cerca de 87,62% das IES de ensino superior no país, segundo censo do INEP de 2020 (ALMEIDA, 2022) e avança significativamente na Educação Básica.

3 - Educação emancipadora = consciência X coletivos para enfrentar a privatização

Renato Dagnino em diferentes falas e textos tem nos alertado sobre o modelo de universidade dominante, associado ao projeto neoliberal e marcado pela subordinação ao capital. Esse modelo, por um lado, orienta a produção de conhecimento por demandas do mercado, adota um modelo de inovação excludente, cede a pressões por produtividade e métricas em imitação a modelos do norte global e, por outro lado, desvaloriza o conhecimento socialmente orientado e enfraquece o papel político da universidade.

Esse modelo de universidade, que está associado ao projeto neoliberal, exacerba o individualismo, levando diferentes atores no cenário educacional a se comportarem como empreendedores de si, sem levar em conta a coletividade, as lutas comuns da categoria docente e da classe trabalhadora como um todo.

Trata-se, portanto de construir outro modelo de educação que leve em conta o desenvolvimento do potencial criativo e emancipador dos seres humanos. Cabe a nós, trabalhadores/as, o esforço coletivo de construir, de forma organizada, um processo de transição para um novo modo de produção democrático, socialmente justo e sustentável pela tecnociência solidária (DAGNINO, 2019), exercitando as Comunidades de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR) (Grupo CTAR, 2004; Miranda *et al.*, 2010) como fortalecimento da gestão democrática nas escolas, Institutos Federais e universidades públicas do Brasil.

A educação, seja como "e(x)ducere" (conduzir para fora), seja como "educare" (nutrir-se) efetiva-se pelo desenvolvimento das potencialidades humanas , ou seja, "produzir consciência" (SANTOS, 2002), nas dimensões física, emocional e mental, num processo contínuo "auto-hetero-ecoformativo" "libertador", no sentido de afirmação da identidade de cada povo no seu lugar, em todos os ambientes vitais mediados e não mediados pelas TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), em que a presencialidade nas interações de aprendizagens é fundamental, sendo este o sentido maior de EDUCAR pessoas em todos os ciclos vitais.

Milton Santos enunciava que é preciso promover uma consciência que não negue a importância da consciência de classe numa perspectiva tradicional, mas que possa ampliá-la para uma consciência que valorize os territórios como *locus* em que se vive e se resiste à lógica do mercado. Consciência essa,

[16] Reunidos na Universidade Federal Fluminense, em Niterói/RJ, nos dias 26 a 28 de novembro de 2025, realizaram o ***VI Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos***

que contribui para o desenvolvimento da capacidade de interpretar a informação e os fluxos informacionais. Nesse sentido, ele sinaliza uma perspectiva ética, humanista, solidária e universalista. Uma consciência nesse contexto deve nos ajudar a pensar como é que estou no mundo e como vou mudar o mundo.

Dessa forma, reafirmamos o processo de formação do povo brasileiro em sua longa luta emancipatória e de autodeterminação, marcada por uma resistência organizada anticolonial, anti-imperialista, antipatriarcal e antifascista. Esse percurso histórico gerou saberes originários, ancestrais, populares, científicos, tecnológicos, filosóficos e artísticos, exigindo a reinvenção do trabalho humano como princípio educador. Essa concepção reafirma o trabalho como atividade vital, criativa e livre, promovendo uma relação socioambiental territorializada, baseada na solidariedade orgânica da classe trabalhadora mobilizada, organizada, integrada nas lutas contra: racismo estrutural, culto à ignorância, fundamentalismo, homofobia, sexismo, xenofobia, etarismo, capacitismo, bem como outras formas de violência, afirmando continuamente, os valores de liberdade, justiça, democracia, solidariedade e paz - reafirmando nossa existência como seres vivos em coletividade.

4. Incidências políticas como ações sindicais

Sinalizamos que as organizações sindicais devem buscar protagonismo no que se refere à interlocução com os demais movimentos sociais para desenvolver ações conjuntas, de modo a potencializar incidências políticas nos três poderes do Estado.

4.1. Articular parcerias com Movimentos sociais (popular, segmentos emancipadores, sindicatos)

O movimento sindical deve se colocar em luta pela pauta das condições objetivas de sobrevivência da classe trabalhadora, diante da mudança climática, dos ataques à democracia, da reconfiguração do mundo do trabalho atingido pela estratégia capitalista de redução do custo do trabalho com aumento da mais valia relativa. Trata-se da busca deliberada de unidade dos sindicatos/Centrais por uma pauta comum que mobilize e organize a classe trabalhadora, sobretudo, com os movimentos populares, em situação de vulnerabilidade social e os segmentos emancipadores (estudantes, jovens, mulheres, negros, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, população em situação de rua) nas cidades e nos campos.

As IFES não são "cartórios de títulos" para a ascensão dos/as filhos/as de trabalhadores/as à classe média, mas, território livre para escolhas científicas, filosóficas, artísticas, tecnológicas e de reconhecimento de saberes ancestrais e populares, que emancipem o povo brasileiro único, enraizado na cultura tropical indígena, lusitana/ibérica, africana. Apontar o socialismo é "sulear" o futuro da juventude, canalizando sua rebeldia para a construção coletiva.

Nesse processo, contribuição significativa do ANDES seria a aproximação maior com a UNE, FASUBRA e SINASEFE para construção de uma pauta comum no FONASEFE e a participação efetiva do ANDES no Fórum Nacional de Educação - FNE.

4.2. Efetivar incidências

O Estado Democrático de Direito deve ser compreendido como conquista de longo processo histórico, que permanece ameaçado pela guerra híbrida, pelo capitalismo de vigilância e pela guerra militar-industrial-datificada, exigindo reinvenção de táticas de luta para manter a estratégia de construção do socialismo. No âmbito dessa empreitada, entendemos serem desafios mais imediatos:

Poder legislativo: pela assessoria do DIAP, o ANDES pode qualificar com mais objetividade a incidência de pautas legislativas, saindo da posição reativa, seja no Congresso Nacional, seja nas Assembleias Legislativas estaduais, municipais e distrital/CLDF. Como exemplo podemos citar: PL da eliminação da lista tríplice, PL do Plano Nacional de Educação - PNE e a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e "lnovação", em elaboração. Vale destacar a experiência positiva da ADUnB como membro do Fórum Distrital de Educação, participando da elaboração do Plano Distrital de Educação, a partir de 2025.

Poder executivo: o monitoramento das políticas públicas feito pelo DIEESE, sob o princípio da gestão convergente dos Sistemas (SNE, SUS, SUAS, SSP, SINE, Sistema de Cultura e demais) pode qualificar a intersetorialidade e a participação do ANDES em Conselhos Setoriais e Conferências.

Poder judiciário: os ataques da extrema-direita, particularmente, em 2024/2025, sinalizam que a incidência deve abranger o poder judiciário na defesa intransigente da gestão democrática e autônoma das IFES como instituições de ensino, pesquisa e extensão. A criminalização da docência ou o ataque a um professor/a não se reduz à lógica personalíssima de agressor x agredido, mas, o ataque a uma comunidade de convivência institucional**.**

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Moises Diniz de. **Corporações, redes de ensino e capital aberto na bolsa de valores: o avanço do setor privado na educação nos últimos anos**. *Revista Tópicos Educacionais*, Recife, v. 28, n. 1, p. 98-124, 2022. DOI: https://doi.org/10.51359/2448-0215.2022.254249. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6727/672772124006/html/\>. Acesso em: **04/-1/2-26**.

BRASIL. *IBGE: número de crianças na creche triplica no Brasil em duas décadas*. Agência Brasil, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/ibge-numero-de-criancas-na-creche-triplica-no-brasil-em-duas-decadas\>. Acesso em: **26/12/2025**.

DAGNINO, Renato. Tecnociência solidária: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 161 p. Disponível em: <https://bit.ly/EJA-CPCD-27>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DOWBOR, Ladislau. Os desafios da revolução digital. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bit.ly/EJA-CPCD-28>. Acesso em: 25 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

KORYBKO, Andrew. Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyag o Antunes. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.** *Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta*. Agência de Notícias IBGE, 13 jun. 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta. Acesso em: 05 jan. 2026. (agenciadenoticias.ibge.gov.br)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Brazil – Country Note – Education at a Glance 2018: OECD Indicators*. Tradução de Walkíria de Moraes Teixeira da Silva. Brasília: INEP, ano (se disponível). 12 p. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf\>. Acesso em: 28/12/2025.

MIRANDA, A.; FIORENTINI, L. M. R.; RODRIGUES, M. A. M. (Org.) Educação Superior a Distância - comunidade de trabalho e aprendizagem em rede (CTAR). Brasília: Faculdade de Educação/Editora da UnB, 2010.

REIS, Márcia Santos Anjo; PIRES, Luciene Lima de Assis. **Expansão do ensino superior no Brasil de 1995 a 2020: políticas e ações**. *Em Aberto*, Brasília, v. 36, n. 116, p. 45–59, jan./abr. 2023. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.36i116.5480. Disponível em: https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/5480. Acesso em: 26/12/2025.

SANTOS, Milton. O país distorcido. *In*: RIBEIRO, W. (Org). O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. As big techs e a guerra total: o complexo militar-industrial-datificado.SP:Editora Hedra,2025,

TEIXEIRA, Yasmin; *et al*. **Brasil poderá ter carência de 235 mil professores de educação básica até 2040**. *Jornal da USP*, São Paulo, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-de-educacao-basica-ate-2040/\>. Acesso em: **03/01/2026**.

ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância – a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução George Schlesinger.1ed.RJ: Intrínseca, 2020.

TEXTO 13

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adriano Figueiró (SEDUFSM-SSind.); Albany Mendonça (APUR-SSind.); Aloízio Soares (ASPUV-SSind.); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SSind.); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SSind.); Angélica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Antônio Cláudio Costa (ADUFU-SSind.); Antônio José Mahye (ADURRJ-SSind); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET/MG-SSind.); Carlos Anaruma (ADUNESP-SSind.); Célia Otranto (ADURRJ-SSind.); Claudete Sampaio (ADUFS-SSind.); Fábia Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SSind.); Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFSM-SSind.); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernanda Ribeiro (ASPUV-SSind.); Francisco Vitória (ADUFPel-SSind.); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU-SSind.); Glaucia Soares Barbosa (ADUEMG-SSind.); Huener Silva Gonçalves (SINDCEFET/MG-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCEFET/MG-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves (ADUNESP-SSind.); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SSind.); Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET/MG-SSind.); Luciano Alonso (ADURRJ-SSind.); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SSind.); Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV-SSIND.); Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ-SSind.); Milney Chasin (SINDCEFET/MG-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Monica Pirozi (ASPUV-SSind.); Oneize Amoras (ADUFS-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCEFET/MG-SSind.); Rosimê Meguins (ADUFPA-SSind.); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SSind.); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDCEFET/MG-SSind.); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SSind).

44 CONGRESSOS DEPOIS, A LUTA CONTINUA – POR UM SINDICATO CLASSISTA, COMBATIVO, AUTÔNOMO E DEMOCRÁTICO

TEXTO DE APOIO

O mundo vive hoje um cenário que se aproxima cada vez mais das distopias sombrias, imaginadas pelas artes e pela literatura. Não são poucos, e nem recentes, os romances literários, as peças teatrais e filmes que sempre nos impressionaram com guerras sangrentas, exploração, devastação ambiental, fome, perseguições e genocídios, ao mesmo tempo em que trilionários com retóricas fascistas eram exaltados e chegavam a controlar a política e governos nacionais. Ficções que se tornaram realidade; que se apresentam nos jornais televisivos diários e que nos assombram.

"Revolução ou barbárie!", a máxima com a qual Rosa Luxemburgo nos alertou cem anos atrás é ainda mais atual. Se a derrota das revoluções operárias daquele tempo levou à guerra imperialista que ceifou milhões de vidas, a conjuntura atual é ainda mais dramática. Por um lado, a classe trabalhadora não conta com a organização e capacidade de mobilização de outrora. Por outro, a força destrutiva do capital vai além de sua gigantesca máquina de guerras, e aponta, no limite, para a inviabilização da vida humana na forma como a conhecemos.

É urgente a superação da divisão no campo político dos trabalhadores. Mas essa superação não poderá jamais se dar pelo soterramento das divergências. Pelo contrário, é preciso enfrentar um debate profundo. Este passa antes de tudo pelo horizonte que orienta nossas ações. Se não há acordo sobre onde queremos chegar, jamais haverá sobre o que iremos fazer. O método pelo qual a realidade é analisada tornou-se outro ponto de discussão incontornável. Compreender o mundo em sua complexidade, com todas as contradições envolvidas em seu movimento histórico, demanda muito mais que um apanhado de palavras de ordem cunhadas estritamente para fins de demarcação de posição entre correntes.

Sem a correta compreensão dos fatos determinantes do tempo presente, sua gênese e estrutura, bem como de suas consequências nos curto e médio prazos, não é possível estabelecer corretamente as tarefas que estão colocadas para os movimentos dos trabalhadores em geral, e o nosso movimento docente em particular.

Mas não existe ciência sem princípios que lhe dê sustentação. A correção destes só pode ser verificada pela correção de seus resultados, na observação do curso histórico da realidade. A análise que se segue tem como ponto de partida a compreensão, há muito demonstrada, de que a dinâmica fundamental da sociedade capitalista é a luta de classes. O abandono desta perspectiva teórica pela maior parte da esquerda contemporânea é, na verdade, consequência de um outro passo atrás, ainda mais desastroso: o abandono da perspectiva utópica de transformação social, a acomodação aos marcos da

"democracia" burguesa e aos limites de atuação postos pela institucionalidade, a assimilação, por fim, de toda uma profusão de elaborações teóricas de cunho liberal, meticulosamente gestadas (e propagadas com recursos abundantes) com o intuito de dividir a esquerda e castrar o impulso transformador das lutas dos trabalhadores.

Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Esperamos, com a contribuição que se segue, chamar a atenção de toda a categoria docente das Instituições de Ensino Superior de nosso país para a urgência da reconstrução de um projeto emancipatório radical da classe trabalhadora brasileira, capaz de resistir às investidas brutais que estão em curso a serviço do grande capital e de gestar as bases da transformação revolucionária da nossa sociedade, única alternativa capaz de salvar nosso futuro da distopia que atualmente vem ganhando forma.

Em cada passo de nossa análise, visando extrair o essencial para o estabelecimento das tarefas que precisamos abraçar, tomaremos como ponto de partida a constatação de fatos evidentes e da maior gravidade: a) o colapso ambiental em curso; b) o genocídio do povo palestino; c) a polarização EUA vs China; d) a concentração de riqueza sem precedentes; e) a crise das chamadas "democracias burguesas" e f) a crise da universidade pública brasileira.

a) colapso ambiental

A COP30 escancarou ao mundo uma velha verdade: dentro da ordem capitalista vigente não há saída para a crise ambiental. As instituições internacionais tornaram-se palco para uma encenação medonha e grotesca, onde evidências científicas são isoladas e instrumentalizadas para a tentativa inócua de criar mecanismos de "gestão" da crise, com vistas a uma tal "transição energética". Sem pânico, pois de acordo com essa tentativa de "gestão", no tempo certo todos os "ajustes" serão feitos. Novas tecnologias irão nos salvar. Para curar o câncer chamado capitalismo, mais capitalismo. *Não olhe pra cima* (2021) não era ficção. Isso é alarmante, uma vez que a crise climática só pode ser adequadamente enfrentada de maneira unificada, mundialmente.

Mas mesmo nas universidades, no Brasil e no mundo, a crise climática não é encarada com a devida gravidade. Nossos colegas cientistas fazem planos de futuro como se o mundo fosse continuar o mesmo daqui 15, 20 anos. Nossos dirigentes conduzem nossas instituições na rota do gerencialismo, como se fosse possível equacionar as dificuldades orçamentárias sem enfrentar as questões estruturais de nossa sociedade. E pior, abundam projetos de pesquisa e "extensão" que colaboram direta e profundamente com grandes corporações capitalistas que estão a frente da devastação que deveríamos estar empenhados em cessar.

Transição energética, economia verde ou outras expressões equivalentes não passam de falácias forjadas para manter a marcha do capital, sempre empurrando para mais adiante a tarefa de lidar com um problema que já deveria estar sendo encarado há décadas. Uma manipulação ideológica para encobrir o fato de que para evitar o colapso ambiental será necessária uma transição para uma sociedade de baixo consumo de energia, onde o tempo livre para viver a vida será o bem mais precioso.

Precisamos trazer a consciência da crise climática para o terreno da ação. Evitar o colapso ambiental demandará transformações profundas em nosso modo de viver. Precisamos: 1- parar de queimar combustíveis fósseis; 2- zerar o desmatamento; 3- extinguir o latifúndio e reduzir a monocultura, substituindo-os por uma agricultura florestal de bases ecológicas; 4- reverter a concentração nos centros urbanos pela dispersão populacional em comunidades integradas à natureza; 5- recriar sistemas alimentares locais, com base na ciclagem de nutrientes vegetais, de modo a permitir o abandono dos ultraprocessados e a redução drástica do gado bovino; 6- desmundializar a economia. Qualquer tentativa de relativizar a necessidade imperativa dessas mudanças é negacionismo científico puro e simples, e como tal deve ser combatido e denunciado.

A universidade brasileira tem um papel enorme a cumprir nessa transformação. Como formadores da mão de obra de alta qualificação, precisamos abandonar de vez o tecnicismo, e trabalhar para a formação de lideranças do processo de emancipação humana. Conciliar a formação de qualidade com a consciência aguda do papel de cada profissional no processo de mudanças econômicas e políticas demanda um movimento docente forte e articulado.

Como exemplo, o Brasil é o país onde surgiram as técnicas mais avançadas de agricultura ecológica do planeta, que podem alcançar uma produtividade de alimentos até 6 vezes maior que o

agronegócio. Mas o investimento nas últimas décadas nestes sistemas constitui fração ínfima, se comparado ao financiamento das *commodities* agrícolas. A viabilidade econômica de iniciativas agroecológicas em larga escala demanda um suporte multidisciplinar e a continuidade e expansão no desenvolvimento de novas tecnologias, papel que a universidade pública poderia e deveria ocupar.

b) genocídio *live-stream*

Após mais de cem anos do início das ações sionistas de limpeza étnica na Palestina, ora explícitas, ora veladas, sempre com a cumplicidade da mídia ocidental, a operação de extermínio em Gaza inundou as telas dos cidadãos de todas as partes do mundo, mostrando a brutalidade do Estado de Israel, graças, em grande medida, às postagens dos próprios soldados em suas redes sociais, orgulhosos das atrocidades que cometeram.

Se opor-se ao genocídio se tornou o divisor moral do nosso tempo, a adoção das medidas necessárias de boicote, desinvestimento e sanções (BDS) a Israel ainda são encaradas por muitos com hesitação. E esta precisa ser debatida com rigor. É preciso compreender que Israel é um projeto colonial da burguesia ocidental, gestado na Europa e controlado pelos EUA desde o pós-Segunda Guerra, e que o sionismo é a ideologia política, racista e supremacista, que lhe dá sustentação. O desmantelamento pacífico do Estado de Israel, e a criação de um Estado Palestino livre, do rio ao mar, é a grande luta política do nosso tempo.

Mas o elemento mais importante da conjuntura atual que o genocídio em Gaza revelou vai muito além de suas fronteiras. Trata-se da completa falência da ordem mundial instaurada no pós-guerra, com todas as suas instituições. A ideia de que vivemos em uma época em que as relações internacionais se dão por meio de regras pactuadas e às quais todos estão igualmente submetidos, sempre foi uma farsa (vide Vietnã, Iraque etc.). Mas a incapacidade da ONU em parar os crimes de guerra cometidos diariamente por Israel, mesmo durante os acordos de cessar-fogo, a continuidade do bloqueio que impede a entrada de ajuda humanitária e a certeza de impunidade de Netanyahu e todos os seus aliados no ocidente, deixa claro que a ONU e a Corte Internacional de Justiça são instituições falidas, que só adquirem efetividade quando suas decisões atendem aos interesses da classe capitalista estadunidense.

Mas não apenas a farsa dos organismos internacionais foi desmascarada. O genocídio do povo palestino não seria possível sem o apoio das potências ocidentais e grandes corporações capitalistas, não apenas em armas e dinheiro, mas informações de inteligência, acesso a dados das redes sociais e localização de aparelhos celulares. E para sustentar sua participação diária nestes tantos crimes contra a humanidade, o ocidente precisa silenciar as vozes dissonantes. Para isso, as violações tiveram que ter como alvos também os seus próprios cidadãos, numa repressão violenta e implacável. A brutalidade da polícia alemã em dispersar manifestações pró-Palestina lembra a atuação das *Sturmabteilung* nos anos 30. A perseguição a jornalistas independentes, ativistas e lideranças políticas vem rasgando todas as prerrogativas constitucionais. Na Inglaterra, milhares de manifestantes já vinham sendo mantidos presos por meses, para o Estado simplesmente retirar as acusações quando não há mais possibilidade de prolongar a detenção arbitrária. E agora, a proscrição da *Palestine Action*, rotulada como organização terrorista, elevou a repressão a um novo patamar, permitindo deter pessoas sob acusação de terrorismo pelo simples fato de portar um cartaz ou usar uma camisa. Oito prisioneiros em greve de fome vêm tendo atendimento médico e outros direitos negados, correndo grave risco. Nos EUA, milhares de estudantes universitários foram suspensos, expulsos ou até mesmo tiveram seus diplomas cassados. O *Estado democrático de direito* revela a olho nu sua natureza de instrumento de dominação de classe.

O compromisso inarredável do ocidente com a entidade nazi-sionista de Israel deve ser entendido em toda a sua complexidade. É verdade que Israel é os EUA no Oriente Médio, e como tal é um instrumento de poder para controle de petróleo e rota comercial. É também verdade que o lobby sionista capturou a classe política desses países, seja pelo poder econômico ou por métodos não convencionais, como o escândalo Jeffrey Epstein sugere. Mas a proporção que o massacre tomou, os métodos de assassinato, a devastação total, enfim, a completa ausência de limites para a ação israelense sugere que Gaza tenha sido transformada em laboratório para ações imperialistas em outras partes do planeta.

Mas mesmo com toda a mídia e governos a seu lado, Israel está perdendo a batalha mais importante, pelos corações e mentes dos trabalhadores pelo mundo. Mesmo nos EUA, onde Israel tradicionalmente contava com apoio da opinião pública, todas as pesquisas apontam para uma grande

virada, mesmo entre conservadores, a ponto deste tema se tornar um grande racha na base de apoio de Trump.

No Brasil estamos muito atrasados nessa mobilização. Precisamos fortalecer as campanhas de solidariedade ao povo palestino, pressionar todas as nossas universidades pela revogação de quaisquer acordos de cooperação com instituições de Israel, bem como atuar pela campanha BDS em nosso país. E ainda, precisamos discutir com profundidade o papel desses organismos internacionais com vistas a pensar alternativas para a classe trabalhadora.

c) a nova ordem mundial: EUA vs China

A conjuntura econômica mundial continua profundamente marcada pelos efeitos da crise financeira de 2008. Ainda que na esfera da produção a recessão tenha dado, aqui e ali, sinais de recuperação, massas de trabalhadores continuam subempregadas ou fora do mercado de trabalho. Mas principalmente, é a resposta dada pelos governos ocidentais à crise – a austeridade – que deixou as maiores marcas no tempo presente: ajuda financeira para os ricos, custeada pelos trabalhadores. É uma ilusão acreditar que as elites que governam o mundo têm um plano de longo prazo. Elas saem de uma crise para entrar na próxima. A questão central é que a cada crise essas elites saem mais ricas, e os trabalhadores mais pobres.

Como é da natureza da fase imperialista da economia capitalista, o controle de recursos naturais e mercados é o que orienta a política externa das grandes potências. A guerra da Ucrânia e o genocídio em Gaza são pontas mais expostas deste quadro, mas não as únicas. Existem dezenas de conflitos armados em curso (disputas de território, conflitos religiosos, por petróleo, por terras raras, etc.) que, no fundo, mas no fundo mesmo, são todos fruto dos interesses econômicos.

Os EUA já estavam enfiados nas guerras no Afeganistão e Iraque quando a crise explodiu. Após lidar com as questões internas (US$ 200 bilhões para resgatar os bancos, despejo em massa para os trabalhadores), sua reação teve várias frentes, todas voltadas prioritariamente para o controle de mercados e recursos estratégicos. Intervenções diversas para derrubar regimes ou governos não alinhados a seus interesses foram empreendidas – Líbia, Ucrânia e Brasil são alguns exemplos.

Já os efeitos da crise sobre a Europa foram devastadores. Empresas de capital europeu são cada vez mais irrelevantes no cenário da competição capitalista internacional. A economia da União Europeia (UE) está em frangalhos, com as condições de vida da classe trabalhadora arruinadas pelas políticas de austeridade e o custo de vida subindo drasticamente após a UE se dobrar à sabotagem e boicote ao gás russo, passando a importar gás dos EUA. A resposta da burguesia europeia hoje é a de apostar numa corrida armamentista como preparação para uma guerra suicida contra a Rússia.

A Rússia, por sua vez, foi convertida numa enorme máquina de guerra movida a commodities. Se impedir a entrada da Ucrânia na Otan era uma questão de vida ou morte para burguesia russa, ou mero pretexto para uma ação imperialista, o fato é que a economia de guerra e o estreitamento dos laços com o oriente reconfigurou a economia do país. Inundada por fábricas chinesas, a Rússia superou as sanções ocidentais, que naufragaram em seus propósitos, como tiros saídos pela culatra. Ainda que seja hoje uma força militar insuperável, a Rússia de Putin está muito longe de ser a superpotência da guerra fria. Com exceção da indústria petroquímica, aeroespacial e bélica, os russos ficaram pra trás na corrida tecnológica.

Assim, o fato mais relevante dessa nova ordem mundial é sem dúvida a ascensão da China. É importante lembrar que a emersão da China como super potência só foi possível graças a uma conjunção única de fatores excepcionais: o interesse estadunidense em afastar a China da influência do bloco soviético, investindo montantes astronômicos de capital americano no gigante asiático; uma força de trabalho abundante, barata e disciplinada; um Estado capaz de organizar toda a cadeia produtiva e a qualificação da mão de obra; um gigantesco mercado consumidor interno em potencial; tudo isso somado ao contexto de uma revolução tecnológica, que teve como uma de suas características centrais permitir a centralização da produção industrial em virtude das novas tecnologias de transporte intercontinental e ferramentas de logística de distribuição.

É um fato publicizado pelas lideranças estadunidenses daquela época que os EUA tinham consciência de que a decisão de investir pesadamente na China poderia transformá-la no futuro em uma ameaça. Mas o resultado almejado pela burguesia norte-americana foi alcançado com sucesso, dragando

para fora da perspectiva socialista os países do leste europeu e, posteriormente, a própria Rússia. Agora a burguesia ocidental está empenhada em lidar com as consequências, uma vez que, em questão de tempo, a China deverá ultrapassar os EUA, como maior economia do mundo e país controlador das tecnologias mais avançadas (o que já é realidade em alguns setores estratégicos). É também o país onde surgem mais milionários a cada ano, com o Estado operando fortemente pelos interesses privados. Portanto, é a polarização EUA-China que irá ditar os rumos da geopolítica nos próximos anos.

A burguesia chinesa tem tido sucesso em expandir sua zona de influência pelos países africanos, e aposta no fortalecimento e expansão do BRICS para consolidar seu império. Os países membros da aliança comercial e econômica já vêm aos poucos comercializando mercadorias entre si valendo-se de suas moedas nacionais. Sete novos membros foram admitidos nos últimos dois anos e alguns outros países já articulam sua entrada no bloco, que passou a discutir seriamente a possibilidade de estabelecer uma moeda própria, que não o dólar, para negociações comerciais entre os países membros, o que seria um golpe enorme sobre a economia estadunidense.

Os EUA vêm reagindo a todos esses movimentos em diversas frentes.

No oriente médio, a operação que levou à queda de Assad na Síria, colocando um braço do ISIS no poder, pegou muitos de surpresa. Mais que a Síria, a ação enfraquece a resistência no Líbano e em outros países. Enquanto isso, Israel se presta ao serviço de atacar o Irã, testando as capacidades de resposta da única ameaça ao poder estadunidense na região.

Agora, no início de dezembro de 2025, o Governo Trump divulgou o documento que passará a orientar a política externa de seu segundo mandato (Segurança Estratégica Nacional), reafirmando os objetivos já anunciados em sua campanha para chegar à Casa Branca, e que destaca a visão imperialista, belicista, xenófoba e supremacista da extrema-direita trumpista. O documento faz críticas às políticas de imigração europeias, por exemplo, e afirma que para mudar o rumo que o continente está tomando iriá cultivar relações com os "partidos patrióticos" da Europa, numa clara sinalização de ingerência política.

A Ucrânia se tornou outro ponto de dissenso com a UE. A declaração explícita de Trump das intenções de se apropriar das terras raras ucranianas deixou claro o que verdadeiramente está por trás deste conflito que se arrasta, na verdade, há mais de 10 anos. O episódio serve de alerta para o Brasil, que já é alvo de uma investida por esse recurso estratégico.

Mas o maior esforço das políticas imperialistas estadunidenses no momento está voltado para a América Latina. O documento acima citado aponta para a volta à chamada "Doutrina Monroe", vendo a América Latina como seu "quintal" e submetida aos seus interesses. No contexto regional a perspectiva não é favorável à classe trabalhadora, onde se vê um avanço de partidos e mesmo a vitória eleitoral de correntes da direita e da extrema direita, como no Chile, todas comprometidas com uma política entreguista e subserviente ao *tio Sam*. O empenho desta política norte-americana já tinha sido mostrado no apoio midiático e financeiro nas eleições recentes na Argentina, e certamente esta será a tônica daqui pra frente na região.

Mas o fato novo e de maior gravidade neste contexto é a intervenção militar já em curso contra a Venezuela. Uma intervenção que muito provavelmente tem outros alvos da região em sequência, como Cuba. Mais uma vez aqui se demonstra a falência dos organismos internacionais, que diante das operações ilegais, de assassinatos no mar do Caribe e apreensão de navios petroleiros abastecidos na Venezuela, ficam limitados a declarações críticas sem nenhum efeito.

As medidas do governo Trump de classificar entorpecentes como "armas de destruição em massa" e a mentira deslavada de apontar a Venezuela como exportadora dessas drogas para os EUA, repete o mesmo roteiro farsesco da invasão ao Iraque. Esse enredo indica que uma invasão à República Bolivariana pode ocorrer a qualquer momento. A capacidade de resistência do povo venezuelano, já demonstrada nas últimas décadas, não pode, contudo, ser subestimada. Ainda que as forças estadunidenses consigam ocupar o país, capturar e assassinar Maduro (como fizeram com Saddam Hussein), colocar a marionete vencedora do prêmio Nobel da guerra na presidência do país e se apoderar do petróleo venezuelano, nosso vizinho pode se converter num novo Vietnã, um pesadelo em termos de custos de vidas e dinheiro, que terminará com a retirada norte-americana, deixando uma devastação enorme para trás, não sem antes enriquecer ainda mais seus capitalistas.

A possibilidade dos aliados estratégicos do regime bolivariano, Rússia e China, efetivamente agirem para salvá-lo, arriscando desencadear uma terceira guerra mundial, é remota. Assim como, perante o genocídio em Gaza e tantas outras operações estadunidenses pelo mundo, russos e chineses

optam por observar os EUA cavar um buraco ainda mais fundo para si próprio, por desperdiçar montanhas de recursos e aumentar sua crise social interna. Não é a primeira vez na história que um grande império se torna ainda mais sanguinário em seu declínio. A aposta russa e chinesa é de que cada uma dessas ações seja um passo adiante no desmoronamento do império americano.

Já o Brasil se encontra em uma posição extremamente vulnerável nessa conjuntura. A desindustrialização de nosso país continua em marcha, relegando-nos ao papel de exportador de commodities na divisão internacional do trabalho. Ainda que existam frações da burguesia nacional com projetos distintos, as forças entreguistas do agronegócio, mineração e sistema financeiro caminham juntas e hegemônicas.

Neste cenário, não é papel da classe trabalhadora servir como base de apoio para o projeto deste ou aquele setor da classe capitalista, nem internamente, nem no plano internacional. Precisamos, mais uma vez, de um projeto autônomo de emancipação, e trabalhar para construí-lo desde as bases. A soberania nacional sobre nossas riquezas naturais só será alcançada se a exploração destas estiver sob o controle da classe trabalhadora.

d) novas formas de expropriação: a desigualdade sem precedentes

Os ideólogos a serviço da burguesia seguem tentando pintar a sociedade capitalista como o reino da ascensão social, um mundo onde qualquer trabalhador competente e dedicado alcançaria uma vida digna por mérito próprio. O desmoronamento dessa ilusão está na base da crise social que vivem hoje a Europa e os EUA.

Os interesses financeiros, o lucro via superexploração da classe trabalhadora e a exaustão dos recursos da natureza ditam os rumos da sociedade. O Relatório Mundial sobre a Desigualdade, do grupo de Thomas Piketty (*World Inequality Lab*), mostra que "os 0,001% mais ricos (cerca de 56.000 adultos) detêm 3 vezes mais patrimônio do que metade de toda a população mundial junta", em uma tendência que só se acentua. <https://wir2026.wid.world/insight/executive-summary/>

A concentração de renda atual não tem precedentes históricos. E com a riqueza vem o poder. O que assistimos hoje é a gestação de uma ordem social oligárquica, um feudalismo hiper tecnológico, como alerta Yanis Varoufakis. No centro desse novo *feudalismo* estão as *big techs*. Como vassalos pagando corveia, qualquer negócio capitalista hoje depende dos serviços de uma meia dúzia de companhias, controladas pelos homens mais ricos do mundo, que agem à margem da lei, sem nenhum tipo de controle social. Pelo contrário, são eles que nos controlam por meio de seus algoritmos, sistemas de IA e data centers. Falam abertamente em estabelecer ferramentas de vigilância e controle social pela captura de dados privados. Desprezam profundamente a ideia de democracia e usam de suas redes para manipular eleições e fazer *lobby* sobre os parlamentos do mundo inteiro.

Na outra ponta da sociedade temos a classe trabalhadora, com os setores de classe média sendo empurrados para a pobreza, e os pobres para a miséria. O mecanismo que permite que a menor quantidade possível de pessoas se aproprie da maior parte possível da riqueza produzida não se limita ao lucro. Novas formas de expropriação foram gestadas pelo neoliberalismo, e a política de austeridade é o instrumento administrativo que opera esta expropriação por meio do Estado. Cada vez que uma empresa ou serviço público é precarizada, extinta ou privatizada, a classe trabalhadora vê reduzido seu acesso a uma parcela da riqueza total.

O principal dispositivo para essa transferência de riqueza é a dívida pública. Ocorre que a assimilação do pensamento liberal pela maior parte da esquerda (consciente ou inadvertidamente) disseminou uma concepção completamente equivocada sobre a natureza da dívida pública na economia capitalista. Mesmo aqueles que atacam a dívida pública como fraudulenta, colocando para a classe trabalhadora como bandeira política uma medida puramente administrativa – a auditoria – estão pensando a dívida pública como mecanismo de financiamento dos gastos estatais. Essa concepção é completamente falsa! A falácia do endividamento estatal leva as pessoas a pensarem que as finanças públicas operam na mesma lógica do orçamento familiar doméstico, onde o corte de gastos é a única alternativa quando não é possível aumentar a receita em um quadro deficitário. Mas a dívida pública não é um mecanismo de financiamento de gastos. Trata-se de um instrumento de estabilização do capitalismo, através do qual o Estado retira da economia o "excesso" de capital acumulado pela burguesia que não pode ser reinvestido na produção, garantindo rendimento a juros para o capital, que não irá produzir mais valor.

A posição política da classe trabalhadora perante a dívida pública necessita de uma reorientação urgente. É nosso papel mostrar para os trabalhadores que toda a riqueza acumulada em papéis da dívida poderia estar investida na produção, permitindo atender aos interesses da humanidade. Só não está porque isso iria provocar o colapso do capitalismo, uma vez que concorrência no mercado rebaixaria as taxas de lucro. As lideranças políticas da esquerda não podem mais disseminar entre os trabalhadores a ilusão de que o problema da dívida possa ser enfrentado nos marcos da institucionalidade. Somente a socialização dos meios de produção permitirá que o excedente de riqueza possa ser alocado de acordo com o interesse público, e não o individual/privado.

e) a crise das "democracias" ocidentais

Um quadro econômico de concentração de riqueza como este provoca inevitavelmente uma enorme instabilidade política e social.

Na Europa e EUA este processo foi marcado por um rebaixamento enorme do padrão de vida da classe trabalhadora, paralelamente ao crescimento exponencial da população migrante ocupando postos de trabalho hiper precarizados. O paralelo com o contexto pós Primeira Guerra Mundial salta aos olhos. Um prato cheio a ser explorado pelas organizações fascistas, que têm nas mãos uma classe trabalhadora insatisfeita, cansada de ser enganada pelos partidos da ordem, e um inimigo facilmente identificável para apontar como "culpado".

Nos países da América Latina que experimentaram a chamada "onda rosa", as políticas sociais bem-sucedidas voltadas para as camadas mais baixas e oprimidas não foram custeadas pelos ricos, que, pelo contrário, acumularam lucros recordes ano após ano. Quem pagou pelo combate à pobreza e a inclusão nesses países foram as classes médias, incluindo o funcionalismo público, que continua sendo submetido simultaneamente ao arrocho salarial e à superexploração, por meio de medidas administrativas de intensificação do trabalho e redução do quadro funcional.

Tal situação configura, obviamente, uma panela de pressão prestes a explodir. As jornadas populares que aconteceram nos anos 2010 mostraram a desilusão e o fim da esperança da classe trabalhadora com o regime democrático de direito, as chamadas "democracias ocidentais". Mostraram que as massas não acreditam mais que esse sistema possa promover justiça social e uma vida melhor, ainda que não localizem a causa dos problemas que enfrentam na superexploração capitalista. As últimas décadas evidenciaram que, principalmente em países periféricos, a democracia burguesa, controlada pelos interesses capitalistas, mantém a miséria, desigualdade, pobreza e baixíssimos índices de desenvolvimento humano.

Foi este contexto que encontrou o chamado "campo da esquerda" desorganizado, sem projeto, preso aos interesses e aos limites burocráticos de suas direções, com grande parte dele já tendo se rendido aos marcos do capital e deixado de lado as utopias e bandeiras socialistas e de mudança radical da sociedade. Uma esquerda que, ao abandonar a perspectiva da luta de classes e adotar políticas fragmentadoras, descolou-se de sua base, enfraqueceu suas entidades organizativas e hoje não tem mais capacidade de mobilização. Os horizontes ficaram estreitos e dissociados da vida dos trabalhadores.

Foi também neste contexto que vimos crescer uma direita oportunista e uma extrema direita fascista, que souberam "ler" a desesperança e a desilusão de setores significativos da sociedade, adotando um discurso antissistema, ainda que na prática atuem em favor dos interesses do grande capital. Atacam o que resta de direitos, serviços e garantias sociais, como se fosse o custo destes o responsável pela crise. Assim, aceleram a precarização das condições de vida e trabalho. Ao mesmo tempo, tornaram-se os porta-vozes de uma retórica ultraliberal, individualista e violenta.

Apesar deste quadro desfavorável e de muita repressão, o que resta da classe trabalhadora organizada em sindicatos e em outros movimentos sociais tem conseguido realizar ações locais de resistência, com greves e mobilizações de rua. Nos EUA, onde há muito tempo não se tinha notícias de grandes mobilizações de massa, eclodiram manifestações populares contra as políticas de Trump, tão fortes que ele respondeu com o envio ilegal da guarda nacional para reprimir os manifestantes. As centrais sindicais de Portugal realizaram uma greve geral forte, que parou o país no dia 11 de dezembro contra o pacote de reformas trabalhistas do governo de centro-direita.

No Brasil as dificuldades são as mesmas. Na linha dos governos de "centro-esquerda" de países da América Latina e Europa, o Governo do Partido dos Trabalhadores, preso em suas contradições,

enredado nas alianças com as velhas oligarquias e fiel às suas políticas de conciliação com o capital, se vê agora emparedado pelo Congresso, que faz avançar uma pauta reacionária.

Ao propor e aprovar o arcabouço fiscal, o governo Lula 3 consolida o seu compromisso com a política, mas perniciosa de nosso tempo: austeridade para o povo, bonança infinita para os ricos. Ao fazê-lo, sequestra o nosso futuro, na esperança de arrancar algumas poucas concessões no presente. Mas a sanha insaciável da burguesia não dá tréguas. Com o enfraquecimento da capacidade de resistência da classe trabalhadora, a classe dominante pressente que o momento de emplacar todas as suas pautas é agora. O Congresso Nacional, com sua maioria de Deputados e Senadores de direita e de extrema direita, está inteiramente a serviço dos interesses do grande capital, engajado em pautas completamente descoladas dos interesses dos trabalhadores.

Assim, as conquistas sociais, ambientais e trabalhistas inclusas na Constituição de 1988, fruto das enormes lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais daquele período, continuam a ser destruídas, restando apenas algumas poucas, já bastante desfiguradas. A lista de retrocessos é extensa e tende a continuar crescendo. Entre os mais recentes, e mais preocupante, está a destruição dos mecanismos de proteção e licenciamento ambiental. E vem muito mais pela frente. Ainda em fase de tramitação no Congresso Nacional, a proposta de reforma administrativa visa a retirada de quase todos os direitos já conquistados pelos servidores públicos, com destaque ao fim do regime jurídico único. Uma nova reforma da previdência, desta vez voltada a destruir a aposentadoria dos trabalhadores rurais, já está sendo desenhada para tramitar no próximo governo.

Estamos nas mãos do Congresso mais corrupto de nossa história, um verdadeiro covil de ladrões, com inúmeros parlamentares investigados pela Polícia Federal por envolvimento em crimes de diversas naturezas. Contando com a proteção uns dos outros, se articulam para inviabilizar investigações que tenham eles como alvo. Um Projeto de Lei antifacções, enviado pelo Governo, foi aprovado depois que o relator o transformou num projeto que na prática será de proteção aos criminosos, visto que retira poderes de investigação da Polícia Federal. Em setembro tentaram aprovar uma PEC denominada pelo povo de PEC da Bandidagem, ou da Blindagem. A forte reação popular nas ruas fez o Congresso recuar, ainda que temporariamente.

E se, por um lado, a exemplo do que vimos em outros países, a extrema-direita oportunista soube surfar no sentimento antissistema, no descontentamento e no esgotamento do modelo da democracia burguesa como provedor de justiça social, por outro, o campo da esquerda brasileira, sua militância e parcela mais atuante, se viu, neste mesmo contexto, abraçada aos marcos liberais do regime, tendo abandonado há muito suas bandeiras, suas utopias e o que dava sentido à sua luta. Sem capacidade de mobilização, descolada da base social que a deveria sustentar, sem projeto e voltada apenas para seus "aparelhos", esta militância vaga em entidades burocráticas, incapazes de propor e de apontar as lutas e os horizontes da classe, ficando limitada ao imediato, ao calendário eleitoral e ao combate ao bolsonarismo.

Que dentro da ordem capitalista exista uma diferença enorme entre viver numa democracia liberal ou numa ditadura fascista, não significa que seja tarefa da classe trabalhadora defender a primeira. Tampouco podemos estabelecer como nossa tarefa eleger candidatos, ou apoiar governos. Nossa tarefa é a de construir um movimento dos trabalhadores capaz de obrigar qualquer que seja o governo de plantão a atender nossas demandas. Só assim pavimentaremos o caminho da emancipação humana.

Mas além de se colocar no lugar de defensora da "democracia", a resposta da esquerda ao crescimento desses movimentos fascistas ou protofascistas tem sido desastrosa, e isso em virtude de uma compreensão inadequada do fenômeno. O que predomina tem sido uma atitude de ridicularização de base de apoiadores do bolsonarismo, com discursos arrogantes, o que só fortalece o vínculo entre esse setor da classe trabalhadora e a corja fascista. Quando não cai nesse lugar, aponta-se para a máquina de desinformação e propagação de notícias falsas ou distorcidas, construída com a conivência das *big techs*. É claro que existe a desinformação. É claro também que um setor expressivo da classe média brasileira tem um ranço escravocrata e racista que o aproxima dessas ideologias. E sabemos que com fascista não se dialoga. Mas é também preciso lembrar que 58,2 milhões de brasileiros votaram em Jair Bolsonaro no segundo turno da eleição presidencial de 2022. E isso no contexto de uma gestão desastrosa para o país, não apenas na pandemia, mas sob todos os aspectos, principalmente o econômico. Mas se metade deles fossem fascistas, não precisariam pedir para as forças armadas darem o golpe. Pensar que 49,1% do eleitorado tenha tomado uma posição sem nenhum lastro com a realidade, é não apenas prepotente, mas também dogmático. A atitude racional aqui é a oposta: entender que essa adesão

é consequência de uma sintonia de fatos da realidade evidentes para essas pessoas (e profundamente importantes para elas) com o discurso da extrema-direita. E que, evidentemente, o discurso da esquerda não captura esses fatos, e consequentemente não dialoga com as preocupações dessa massa de trabalhadores. Se quisermos virar o jogo, precisamos nos dedicar mais seriamente à tarefa de uma melhor caracterização do eleitorado bolsonarista, sua realidade e suas preocupações, para aí então construir um discurso cujos pontos de partida possam produzir a abertura necessária ao diálogo.

Acontece que se esse "diálogo" tiver por horizonte a defesa da democracia, será definitivamente breve e inútil, porque a falência desse sistema é para a maior parte deles, um fato evidente e inquestionável. E eles estão corretos em pensar assim!

f) universidade pública brasileira: servidão ou transformação

Qualquer um que acompanhe as manifestações da Andifes sobre a situação das instituições federais de ensino, cansou-se do disco arranhado. As demandas de investimento acumuladas são insustentáveis e a precarização, vergonhosa. Nós, docentes, vivemos isso diariamente em nosso trabalho, além de sentir no bolso.

Mas a resposta que temos dado a essa crise é constrangedora. Falar da importância da universidade pública para o país, dos riscos que equipamentos e estruturas valiosíssimos correm sem a devida manutenção (vide museu nacional) etc., chega a ser infantil. "A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto", e não é de hoje. Fazer esses apelos, como se sensibilizar o coração dos governantes fosse capaz de mudar nossa realidade orçamentária, revela que a classe dos cientistas brasileiros não compreende a sua própria realidade.

O sistema educacional, como o conhecemos, foi uma invenção do capitalismo, e o foi com um propósito: dar aos futuros trabalhadores exatamente o nível de formação que necessitarão para ocupar os postos de trabalho que lhe são destinados. Nem acima, nem abaixo. Mas a esquerda liberal acredita no discurso sentimentalista segundo o qual investir na educação é o caminho para mudar o futuro do país. Não sabe e não compreende que não é a existência de uma educação de qualidade que viabiliza um projeto de desenvolvimento. É a existência de um projeto de desenvolvimento que demanda, e por isso viabiliza, a formação de uma educação de qualidade.

Uma vez que estamos sendo limitados ao papel de produtor de commodities e em processo de desindustrialização, a universidade pública brasileira, com toda a sua estrutura de formação profissional e pesquisa científica, tornou-se anacrônica. Aí reside a causa de sua crise orçamentária e da desvalorização de seus profissionais.

Mas ainda que por um milagre o orçamento das nossas instituições fosse recomposto aos patamares ideais, estaríamos longe de resolver a questão para nós colocada. A rede federal de ensino é um patrimônio da classe trabalhadora brasileira, conquistado através de suas lutas e custeado pelos impostos que, sabemos, os pobres pagam mais. Porém, a sua forma atual de organização e funcionamento está muito longe de atender aos interesses da classe trabalhadora. Nossa categoria está profundamente cooptada pela lógica do produtivismo acadêmico, desenhada para subordinar a ciência aos interesses capitalistas. Precisamos de uma transformação profunda, e esta passa por uma disputa pela consciência da categoria docente para o engajamento na construção de um projeto de sociedade que supere as contradições da ordem capitalista.

Essa disputa é a principal tarefa do nosso movimento sindical. Mas longe de estarmos dedicados a ela, o que se vê no Andes-SN é a subordinação da luta sindical aos interesses das organizações políticas que disputam o seu controle. Ocupar o espaço político de quem fala sobre a transformação social se tornou mais importante do que fazer o que efetivamente é preciso para a transformação social.

Esta acomodação burocrática é vista em grande parte dos sindicatos. Os ares de renovação e o surgimento do chamado "Novo Sindicalismo", nos anos 1980, foi sendo boicotado, deixado de lado. Sindicatos como o Andes-SN, que foram criados e se organizaram a partir da perspectiva de classe naquele período de grande mobilização popular, foram sendo vergados, e hoje estão cada vez mais dominados pela burocracia. Há mais de uma década que o Militância Classista vem fazendo essa denúncia, buscando o debate e levando para as instâncias do Sindicato as mudanças que têm sido operadas por correntes que tentam transformar o Andes, de forma continuada nos últimos 15 anos, numa entidade passiva, esvaziada e vulnerável ao aparelhismo. Subjacente a isto, assistimos disputas por

hegemonia entre correntes políticas que não se distinguem nem no discurso e nem na práxis; se organizam, se movimentam e têm as mesmas práticas burocráticas e antiéticas, chegando ao uso de trapaças, métodos truculentos e de assédios.

O rompimento com este quadro deve se iniciar com a autocrítica e o reconhecimento necessário para a renovação e mobilização de um movimento docente classista, radical, combativo, democrático e ético. E isso não pode ser dissociado de um debate sério sobre o papel das organizações representantes dos trabalhadores, seu modo de organização desde a militância de base, seus coletivos e o funcionamento de todas as instâncias do Sindicato. Em especial, o debate sobre os métodos de suas lideranças. A crítica à reprodução dos vícios do Estado capitalista nas organizações dos trabalhadores deve ser enfrentada em toda sua profundidade.

O Andes-SN já foi uma entidade que, articulada com outros sindicatos e movimentos sociais, protagonizou grandes lutas, com grandes conquistas e que impediram um avanço maior da direita. Mais do que nunca necessitamos de sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais fortes, preparados para o enfrentamento às ameaças aos direitos dos trabalhadores.

Nosso Sindicato poderia desempenhar um papel importante na reflexão e na busca de uma retomada do protagonismo dos movimentos que defendem uma outra sociedade. É preciso abrir um debate que enfrente a crise do chamado "sistema democrático de direito", tendo em vista a construção de um projeto da classe trabalhadora para a mudança da sociedade, por meio da retomada das utopias socialistas.

Essas utopias foram traduzidas, em parte, nos princípios e fundamentos originários do Andes-SN, e representam os valores mais elevados construídos pelo Movimento Docente em sua curta história. O momento atual requer, portanto, muito engajamento para resgatar a consciência de classe em nossa categoria, que possa se expressar num movimento verdadeiramente combativo e construtivo, cujas lutas venham a recolocar as instituições públicas de ensino superior e tecnológico do país a serviço de um projeto emancipatório.

O Andes-SN precisa resgatar a radicalidade de seus princípios classistas, da autonomia, da democracia, da combatividade construídos pelo Movimento Docente na sua história.

TEXTO 14

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).

O MUNDO VIVE, DE UM LADO, UMA NOVA OFENSIVA DO IMPERIALISMO, O NORTE-AMERICANO À CABEÇA, E A RESISTÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA.

TEXTO DE APOIO

O segundo mandato de Trump, e ascensão da extrema direita, são resultados do aprofundamento da desintegração da ordem pós-segunda guerra mundial e que são produtos da crise do capitalismo, colocando em risco o futuro da própria humanidade. Não sem enfrentar a reação das massas que se expressa em várias partes do mundo contra o genocídio do povo palestino, como por exemplo nas greves gerais na Itália, as manifestações de centenas de milhares na Inglaterra, as greves da Espanha, manifestações no Peru, da juventude na Sérvia, Marrocos e outros.

A resistência em solo estadunidense hoje é ligada aos crescentes movimentos que vêm dos anos anteriores, com as renovações sindicais e greves vitoriosas, expressa politicamente na manutenção da rede de sindicatos pelo Cessar-Fogo na Palestina, a jornada de 500 mil "Hands Off", e as manifestações de 7 milhões no "No Kings", que aconteceram contra os cortes de verbas na saúde, o ataque a autonomia das universidades e as deportações de migrantes.

A ascensão da direita em vários países é resultado da falência da chamada "humanização da globalização", política sustentada pelos aparelhos internacionais por anos. Política que levou ao beco sem saída dos que pretendiam negociar com o imperialismo no seu terreno. Na Europa a consigna "O inimigo está em nosso próprio país, é o nosso governo" demarca a questão do combate contra a política de guerra que sequestra os orçamentos públicos e dá a dimensão da ruptura com aqueles que buscam dividir a classe trabalhadora. Já Trump, quando reúne 800 generais para declarar "guerra ao inimigo interno" em conexão com a guerra em Gaza e na Ucrânia, está declarando guerra aos trabalhadores, migrantes e oprimidos.

A exigência de aumento para 5% do PIB dos gastos militares dos países membros da OTAN, garante a venda de armas dos EUA e mantém a política de guerra e pilhagem, como a guerra da Ucrânia.

Nos anos 90, a chamada globalização, a busca pela apropriação da mais-valia, alimentou a relocalização industrial, principalmente de empresas estadunidenses. Isso, associado ao mecanismo de endividamento dos EUA provocou a desindustrialização e gerou uma redução das exportações, a origem do déficit financeiro e comercial nos EUA.

Trump hoje quer fazer que todos paguem o gigantesco déficit dos EUA através das taxações, eliminando barreiras às suas mercadorias, favorecendo a compra de armas dos EUA e a realocação de fábricas no país. Tudo isso para manter o dólar como moeda de reserva mundial. Por outro lado, a China disputa o mercado mundial com os EUA.

No acordo feito com a Europa, Trump já declarou que, se o compromisso de investimento US$ 600 bilhões nos EUA em três anos não for cumprido, ele imporá tarifas de 35%, em vez dos 15% acordados.

Dentro dos EUA a política imperialista de Trump desencadeou a maior perseguição aos migrantes da história. Já são 180 mil deportações, pouco maior no semestre que no período equivalente do governo Obama, mas diferente porque, com Obama, a maioria das deportações foram na fronteira, não era a caçada fascista urbana e rural do ICE. Ações do ICE que provocam resistência localmente e não raramente, explodem em grandes manifestações como ocorreu em Los Angeles. O orçamento do ICE passou de US$ 8,7 bilhões para aproximadamente US$ 27,7 bilhões, podendo chegar a US$ 75 bilhões de dólares nos próximos quatro anos, o maior aumento já destinado para o ICE, supera o orçamento do FBI e é maior que os orçamentos militares anuais de países como a Turquia, Espanha, México. Uma verdadeira política de guerra interna.

Na Palestina, o “plano de paz” de Trump, impôs um governo de ocupação supervisionado por um "Conselho de Paz" liderado por Trump e o ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. O plano mantém a política de dois estados e poucas exigências são feitas a Israel e ao seu exército que continua a bombardear a Palestina. O plano tem o objetivo de consolidar Israel como um Estado de apartheid sem dar o direito de autodeterminação ao povo palestino ou a sua soberania, e conta com o apoio dos governos árabes. A solidariedade ativa ao povo palestino segue sendo uma necessidade de primeira ordem.

Na América Latina, nada é mais urgente do que a defesa da Venezuela e da Colômbia contra a agressão estadunidense

O governo Trump intensifica sua política intervencionista nos países do continente e tem como principal porta voz o Secretário de Estado Marco Rubio. Rubio e o governo estadunidense reintegraram Cuba na lista de países terroristas agravando o bloqueio. Uma nova medida que, somada às sanções econômicas e ao não reconhecimento das eleições presidenciais, aumenta o torniquete sobre a Venezuela: Trump enviou uma esquadra e bombardeou embarcações venezuelanas e colombianas em águas internacionais. Trump vinha fazendo ameaças de invasão com acusações a Maduro e a Petro de chefiarem cartéis de drogas. Na madrugada do dia 3 de janeiro de 2026, ele tenta concretizar as ameaças com o bombardeio de Caracas e o sequestro de Maduro!

Não aos ataques à Venezuela! Não ao sequestro de Maduro e de sua esposa! A defesa da soberania da Venezuela contra a ameaça de agressão militar dos EUA é a 1ª tarefa da luta antimperialista no continente na qual o movimento operário deve ser o protagonista. É parte dessa luta cobrar em particular dos governos ditos “progressistas” – Claudia, Xiomara, Lula – uma tomada de posição e, neste caso de agressão ao território, medidas imediatas conjuntas de retaliação bilateral.

No Brasil, prolongar as mobilizações que marcaram o segundo semestre de 2025.

A mobilização popular do dia 21 de setembro, com os trabalhadores, estudantes e setores populares retomando a maioria nas manifestações de rua, mudou a situação política do país. Na esteira da revolta que se seguiu contra o andamento do Projeto de Lei da Anistia e a aprovação da PEC da Blindagem, a extrema-direita apresentou um recuou.

Nos últimos meses o governo Lula se aproximou de bandeiras populares. No 1º de maio, Lula defendeu a isenção do Imposto de renda para quem ganha até 5 mil e o fim da escala 6X1 e, na sequência,

ocorreu o choque com a maioria reacionária do congresso com o IOF quando, no 02 de julho, em Salvador, Lula levantou o cartaz do “Taxação dos Super-Ricos”.

A ofensiva de Trump, por meio das sobretaxações e das sanções contra autoridades brasileiras, ajudou a forjar uma ampla mobilização anti-imperialista que obrigou a um recuou dos EUA.

Por outro lado, contudo, demissões ocorreram. Segundo a FIEMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais), elas podem chegar a 170 mil em dois anos. Informações que grande mídia esconde, pois os interesses patronais pressionam para que Lula e Trump cheguem em algum acordo - possibilidade que se abriu depois do encontro deles na ONU - para reduzir tarifas, mesmo que custe a soberania nacional na entrega de setores do mercado brasileiros, como a extração de Terras Raras.

O governo anunciou medidas elementares numa situação como esta (créditos e benefícios a empresas atingidas pelo tarifaço) que giram em torno de R$ 30 bilhões, elas se colocam fora do Arcabouço Fiscal, via fundos garantidores de Investimentos (FGI) e de exportações (FGE) e outros recursos, mas, mesmo tímidas, estas iniciativas geraram uma oposição ferrenha da Faria Lima, mesmo que elas, por exemplo, não trouxessem qualquer garantia de proteção ao emprego.

O que quer o setor patronal da indústria, além de linhas de créditos, é a flexibilização nos contratos trabalhistas, como a permissão para férias coletivas e redução de salário com redução de jornada, ou seja, repetir o programa do bolsonarismo da pandemia. A Câmara governamental criada com participação tripartite no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Medida Provisória 1381, não garante diretamente os empregos das empresas taxadas, ela apenas media conflitos entre patrões e sindicatos para evitar demissões, sem qualquer indicação de punição para os patrões que demitirem.

Diante deste cenário, uma atitude independente do movimento sindical, e, nele, do ANDES-SN, é a única garantia de proteção dos interesses dos trabalhadores.

Participar ativamente de todas as ações contra a reação da extrema-direita não se opõe, longe disso, se completa pela luta urgente para derrotar a PEC 38oitão do Congresso Inimigo do Povo, pela revogação do arcabouço fiscal que permita o cumprimento dos acordos de greve, o que deve incluir a batalha permanente pela carreira, pelo salário e pelas condições de trabalho.

As lutas próprias da docência, parte da luta geral dos trabalhadores, concretizam nossa posição contra a anistia para golpistas e por uma faxina geral nas instituições por meio de uma reforma política assentada na soberania popular.

Parte da luta política da classe trabalhadora, enfrentaremos em 2026 com as eleições. Uma discussão política sobre o tema deve ser, desde já, aberta no sindicato. De cara, o Andes deve afirmar a defesa de sua plataforma própria no âmbito das eleições, o que, por óbvio, nos leva desde já a nos opor às alternativas reacionárias de extrema-direita.

TEXTO 15

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).

CONTRA O ATAQUE IMPERIALISTA À VENEZUELA E À AMÉRICA LATINA

TEXTO DE APOIO

Na madrugada deste sábado 3 de janeiro, o território da República Bolivariana da Venezuela foi bombardeado por aviões dos Estados Unidos, numa grave violação da soberania do país vizinho: um verdadeiro ato de guerra ao arrepio de qualquer norma do direito internacional.

Desde setembro do ano passado iniciou-se uma escalada agressiva contra a Venezuela com a concentração inédita de forças navais militares dos EUA no Mar Caribe, que já havia provocado a destruição de mais de 30 embarcações em nome de um pretenso combate ao narcotráfico, com o saldo de mais de cem mortos. Em seguida houve os casos de pirataria praticados pelo governo Trump ao sequestrar navios com petróleo venezuelano.

Agora essa operação, que visa derrubar o governo Maduro para botar a mão nas riquezas do país, atinge diretamente o solo venezuelano, com ataques aéreos em Caracas e nos estados de Miranda, Arágua e La Guaira.

Trata-se de uma ação de guerra que afeta toda a América Latina e Caribe e que deve ser rechaçada por todos os governos que defendem a soberania nacional e a paz, não só em nossa região, mas em todo o mundo. O que pede uma ação comum de governos como os de Lula, Petro, Sheinbaum e outros em defesa da Venezuela agredida.

É preciso exigir também, diante do anúncio feito pela vice-presidente da Venezuela Delci Rodrigues de que o paradeiro do presidente Nicolás Maduro e sua esposa Cília Flores é desconhecido, e de notícias que ambos foram sequestrados por agentes dos EUA, o seu aparecimento e libertação imediata.

O povo venezuelano resiste em todo o país para enfrentar a agressão imperialista, exigindo que "Devolvam Maduro". A defesa da soberania da Venezuela contra a ameaça de agressão militar dos EUA é a 1ª tarefa da luta anti-imperialista no continente na qual o movimento docente e o ANDES-SN devem

ser protagonistas, juntando-se às mobilizações em defesa da Venezuela e de seu governo contra a agressão do governo Trump, o mesmo que prometeu acabar com as guerras no mundo e só faz aumentá-las, como se vê nas ameaças atuais ao Irã e agora nos ataques ao território venezuelano.

Um ataque à Venezuela é um ataque à soberania de todos os povos da América Latina e como tal deve ser rechaçado. A hora é da mobilização contra o imperialismo estadunidense personificado por Trump, em solidariedade ao povo irmão da Venezuela.

O 44º Congresso do ANDES-SN deve, em ampla unidade das teses apresentadas, intensificar a mais ampla e unitária solidariedade ao povo da Venezuela e ao seu governo que Trump pretende substituir por um governo títere.

De imediato, no momento em que redigimos este texto, nosso Sindicato deve atender ao chamado de mobilização, como deve também, levantando a bandeira de defesa da Venezuela e contra Trump, fortalecer as manifestações de 8 de janeiro.

UEMG: QUEM CONHECE, DEFENDE!
UEMG É PATRIMÔNIO DO POVO MINEIRO!
TREM BÃO É COISA BOA, COISA BOA É A UEMG!
ANDES SINDICATO NACIONAL
UEMG É DO POVO MINEIRO
UEMG e UNIMONTES
UNIVERSIDADES ESTADUAIS PATRIMÔNIO DO POVO MINEIRO!
ADUEMG
ANDES
QUEM ESTUDA NA UEMG, VOLTA PRA CUIDAR DO SEU POVO
O MEIO AMBIENTE PEDE SOCORRO!
TEMA II
PLANO DE LUTAS DOS SETORES
REFORMA ADMINISTRATIVA
É PÉSSIMO PARA O BRASIL!
ADUF Dourados
REFORMA ADMINISTRATIVA
se é ruim para o Serviço Público
É PÉSSIMO para o BRASIL

TEMA II – PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES

TEXTO DE APOIO

UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL: QUEM CONHECE, DEFENDE! UM PLANO DE LUTAS QUE INTENSIFIQUE A DEFESA DAS IEES/IMES/IDES.

O Setor das IEES/IMES/IDES em movimento!

No dia em que este texto estava sendo finalizado, a Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduepb) aprovava o encerramento de uma vitoriosa greve de dois meses e meio, com a qual avançaram em vários pontos importantes para a categoria, envolvendo salário, carreira e financiamento. Na defesa da carreira e na luta por reajuste salarial, docentes da UENF e UPE também deflagraram Estado de Greve. O setor das IEES/IMES/IDES está em movimento e em uma luta crescente contra os ataques dos governos estaduais, municipais e distrital.

Saudamos a Greve da UEPA, que mobilizou a categoria e pressionou o governo do MDB dos Barbalhos, diante do qual a categoria se posicionou com firmeza: respeite a UEPA e garanta a nossa pauta! Isso, inclusive, demonstra a força do setor das Estaduais na base do ANDES-SN. Entre os anos de 2023 e 2025 este setor fez greves e paralisações, seções sindicais aprovaram Estado de Greve e obtiveram conquistas importantes para a carreira e os salários. Ou seja, iniciamos 2025 em greve!

Na atual conjuntura, é fundamental registrar o papel das Universidades Estaduais, Municipais e Distrital na expansão e interiorização da educação superior. Entretanto, com o passar das décadas, a criação de Universidades Estaduais, Municipais, Distrital e cursos de graduação foi se tornando moeda de troca entre governos estaduais, municipais e parlamentares. Geralmente, a expansão universitária não teve como fundamento uma efetiva política de democratização da educação superior ou um projeto pedagógico, para os cursos de graduação, pensado para atender às demandas regionais. Ao contrário, muitas vezes a expansão ocorreu, sem a efetiva base infraestrutural, para favorecer as oligarquias políticas no interior do país. O foco da criação de um campus ou curso universitário era o ganho das oligarquias e a garantia de sua permanência no controle do poder local.

A expansão da educação superior e a multicampia trouxeram também desafios para a organização sindical. Um elemento que vem assumindo centralidade nas lutas do setor é a luta pela autonomia universitária, pois são recorrentes as situações em que diferentes direitos são negados por interferência do poder político dos governos estaduais, municipais ou distrital. Promoções e progressões previstas na carreira são negadas por suposta ausência de recursos para pagamento ou pela imposição de cotas por classe docente. Concursos públicos são desautorizados, mesmo havendo vagas disponíveis; projetos de privatização avançam com a justificativa de ajuste fiscal e de adesão a regimes de austeridade, tais como o PROPAG (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados/Lei Complementar n° 212/2026); e as leis de Cotas Raciais, quando existentes, são burladas sob argumentos diversos.

A agenda nacional do segundo semestre de 2025 foi marcada pela luta em defesa da UEMG. Foram organizadas caravanas do interior de Minas Gerais, assim como de outros estados, com a participação da base dos dois setores do ANDES-SN (IFES e IEES/IMES/IDES), que realizaram diversas atividades na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para pressionar pelo arquivamento dos projetos que autorizavam a venda dos bens imóveis do estado e a extinção da UEMG. Nessa agenda, também realizamos agitações em defesa da UNIMONTES. Nos dias 10 e 11 de setembro de 2025, as seções sindicais do ANDES-SN estavam nas lutas e nas ruas em defesa das universidades estaduais mineiras e contra a Reforma Administrativa.

E a nossa pressão resultou numa vitória muito significativa. No último dia 8 de outubro, os imóveis da UEMG e parte dos imóveis da UNIMONTES foram retirados do projeto de lei do governo Zema (Novo). A mudança no PL 3.733/2025 ocorreu na Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Isso não significa que a guerra acabou, vencemos uma batalha, mas a luta continua.

Também seguimos em defesa da democracia sindical e da autonomia de organização da categoria docente na Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES), em que o governo Renato Casagrande (PSB) se nega a reconhecer a legitimidade da nossa seção sindical. Os governos estaduais temem nossa categoria, pois nossas lutas e greves apresentam para a população as contradições dos governos estaduais, municipais e distrital, das Câmaras Municipais, das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital.

Em 25 de setembro de 2025, fizemos reunião conjunta dos setores, marcando a organização do ANDES-SN no enfrentamento da Reforma Administrativa, além da luta em defesa do orçamento para as Universidades, IFs e CEFETs. Acumulou-se no debate o entendimento de que as contrarreformas expressam o projeto conservador, neoliberal e da extrema direita, que tenta impor, a partir da pauta moral, ataques à democracia, aos serviços públicos e ao funcionalismo público nas esferas federal, estadual, municipal e distrital. Barrar a PEC calibre 38/2025 que reestrutura o trabalho do funcionalismo público, com o objetivo de corroer o acesso aos direitos sociais, é uma tarefa para nossa categoria, de todas, todos, todes servidores(as) públicos(as) e da população em geral. E, no dia 9 de dezembro de 2025, foi realizado, em conjunto com o setor das IFES, o Dia Nacional de Luta contra a Lista Tríplice, conforme deliberação do 68º Conad.

Diante disso, não podemos renunciar ao acúmulo que a categoria construiu no último período sobre a carreira única e a reivindicação por um piso salarial adequado como elementos centrais da nossa luta, nem à defesa da adoção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) da educação básica como piso gerador também para o ensino superior. Mesmo com as tentativas dos governos estaduais de não garantirem o piso nacional para a educação básica, amadurecemos esse debate e aprovamos a seguinte resolução:

> O Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11.738 de 2008) como referência do piso gerador da malha salarial, assumindo percentual igual ou superior a 50% de seu valor como piso gerador para 20 (vinte) horas semanais.[1]

É urgente intensificarmos a campanha nacional pela adoção do piso, transformando-a numa bandeira de luta da nossa categoria. O acúmulo do 15º CONAD e as resoluções aprovadas neste importante espaço, referendadas no 43º Congresso, não podem se perder, precisam ganhar corpo e tornar-se parte dos debates da categoria. A luta pela carreira única deve produzir implicações nas condições de trabalho, de forma a reverter o atual quadro de adoecimento, insegurança, desgaste físico, emocional e esgotamento, fortemente presentes no setor. Devemos defender a adoção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e agitar a campanha para conquistar corações e mentes e avançarmos nessa luta.

Diante do exposto, faz-se necessária a continuidade dos Encontros do Setor das IEES/IMES/IDES, espaços de formulação e elaboração das políticas sindicais e do plano de lutas do setor, que se configuram também em espaços de acúmulo sobre as realidades das nossas seções sindicais e das pautas das IEES/IMES/IDES de todo o país.

Em defesa das IEES/IMES/IDES: A luta por orçamento e a nova reforma tributária

As Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (IEES/IMES/IDES) constituem pilar essencial para a democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, além de desempenharem papel estratégico no desenvolvimento regional e na interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade, produtor de ciência e tecnologia. Apesar dessa relevância, historicamente, essas instituições enfrentam graves desafios decorrentes do subfinanciamento por parte

dos governos locais, o que se traduz em sucateamento da infraestrutura, precarização das condições de trabalho docente e obstáculos para o acesso e a permanência estudantil.

No setor, aprofunda-se o debate sobre uma política nacional de financiamento para as universidades estaduais, municipais e distrital, sem que isso implique em desobrigação dos governos estaduais, municipais e distrital com o financiamento das universidades. Na mesma linha, embora em alguns estados existam mecanismos de vinculação orçamentária, ainda que nem sempre cumpridos pelos respectivos governos, em outros estados onde não há essa vinculação, o movimento docente defende um piso para o financiamento, com critérios de não redução no valor real do orçamento de um ano para o outro. Questões locais e regionais têm grande influência neste aspecto.

O debate sobre financiamento das IEES/IMES/IDES no âmbito do ANDES-SN tem trajetória significativa. Desde 1996, quando o sindicato passou a defender o financiamento integral dessas instituições como responsabilidade dos governos, já se reconhecia a necessidade de garantir aportes adequados de recursos. Contudo, naquele momento, ainda não havia uma preocupação sistemática com a obtenção e análise dos dados orçamentários.

A partir de 2005, o tema ganhou centralidade nos congressos do ANDES-SN, consolidando a compreensão de que o acesso aos dados dos orçamentos públicos era condição fundamental para fortalecer a resistência aos sucessivos processos de redução de financiamento. Em 2013, o 33º Congresso aprovou a orientação para que as seções sindicais solicitassem informações sobre a execução orçamentária dos últimos dez anos. Contudo, a dependência da iniciativa local e da disponibilidade de órgãos públicos em fornecer dados limitou os resultados.

Em 2014, o sindicato redefiniu sua estratégia, deslocando para a diretoria nacional – com assessoria do DIEESE – a responsabilidade pela sistematização e análise das contas públicas das IEES/IMES/IDES. No 38º Congresso do ANDES-SN (2019), constatou-se que o DIEESE não correspondia à demanda e o Sindicato Nacional contratou sua própria equipe de pesquisa orçamentária, conforme deliberação do 64º CONAD. Foi incorporada a necessidade de monitorar os dados sobre a dívida pública dos estados e municípios e suas implicações para o financiamento da educação superior. Esse movimento foi consolidado nas deliberações dos congressos de 2015, 2016 e 2017, que reafirmaram a importância de um amplo levantamento nacional e da produção de um caderno de textos com análises qualificadas sobre o setor, sendo que em 2020 teve início o efetivo levantamento dos dados.

Desde então, a pesquisa avançou e atualmente abrange dados de 20 estados, um município e o Distrito Federal, totalizando 42 instituições. A sistematização inclui informações sobre gastos com pessoal, custeio, investimentos, dívida pública, recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), além da execução dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em série histórica desde 2007. Esses dados têm se consolidado como instrumento fundamental para a compreensão da realidade das instituições e como subsídio qualificado para os processos de negociação com os governos, bem como fortalecem o debate nos espaços de encontros regionais, setoriais e reuniões com as seções sindicais, onde são apresentados e disponibilizados os dados da pesquisa.

Diante da aprovação da Reforma Tributária, a discussão sobre o financiamento das IEES/IMES/IDES assume ainda maior relevância. A substituição do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) altera profundamente a estrutura de receitas de estados e municípios. Nesse contexto, torna-se urgente entender como se darão essas alterações e como elas impactarão o orçamento das universidades nos estados e no Distrito Federal, seja onde há subvinculação, seja onde o movimento defende um parâmetro mínimo de financiamento.

Nesse sentido, a manutenção e a expansão da pesquisa são decisivas para o fortalecimento do setor das IEES/IMES/IDES dentro do ANDES-SN e das direções junto à categoria. A consolidação de dados e análises, permanentemente atualizados e acessíveis, será instrumento fundamental para orientar as campanhas salariais e embasar as denúncias de desfinanciamento, subsidiando a formulação de propostas alternativas de financiamento público no novo cenário pós-reforma tributária. Assim, mais do que um produto técnico, a pesquisa se afirma como parte da mobilização docente, reforçando a unidade de ação e conferindo maior capacidade de intervenção política à nossa categoria em todas as esferas de luta. As emendas parlamentares para as IEES/IMES/IDES também têm sido fator de preocupação, considerando as disputas internas nos campi por recursos para infraestrutura, projetos de extensão e pesquisa, que ameaçam a perspectiva da universidade alicerçada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como imprescindível ao processo de formação humana e profissional.

Diante da conjuntura de aperto orçamentário, decorrente de políticas que limitam os investimentos públicos, e, ao mesmo tempo, de uma reforma tributária que extingue os parâmetros tributários da subvinculação orçamentária onde ela é prevista em lei, devemos continuar a pesquisa sobre financiamento das IEES/IMES/IDES dedicando especial atenção aos temas referentes à vinculação, à desvinculação orçamentária e à reforma tributária. Desse modo, a expansão da pesquisa ganha caráter estratégico nas lutas do setor, inclusive para o acúmulo sobre um fundo federal destinado ao ensino superior nos moldes do fundo da educação básica, com um percentual mínimo de investimento da União, que considere a efetivação do Regime de Colaboração com a divisão equilibrada de responsabilidades, uma vez que a União é o ente que mais arrecada. O debate se coaduna com a pauta da consolidação de um verdadeiro Sistema Nacional Articulado de Educação, para enfrentar a proposição atual que dá continuidade à organização da educação nacional em sistemas, tal como previsto desde a Constituição Federal de 1988. As pautas de financiamento devem servir para atuarmos no sentido de combater a tendência neoliberal de retirada de investimentos e de escoamento de recursos públicos para a iniciativa privada. E também para defender a obrigatoriedade, a vinculação e a indexação como pressupostos da luta por um financiamento público que possibilite a democratização efetiva do ensino superior, pautados na qualidade, na reparação e na articulação com os outros direitos sociais.

A Luta por reparação e ações afirmativas: urgente e necessária no setor das IEES/IMES/IDES!

O setor das IEES/IMES/IDES vem avançando na luta em defesa das cotas étnico-raciais nos concursos públicos. Atuamos intensamente para a aprovação da lei 15.142/2025, compreendendo que o Brasil tem uma dívida impagável com a população negra, quilombola e indígena. É fundamental lutar para que estados, municípios e o Distrito Federal implementem, no seu espaço legislativo, leis que garantam as cotas étnico-raciais nos concursos públicos. Para além disso, é necessário disputar, nos Conselhos Superiores, as resoluções locais que regulamentam os concursos, para assegurar que não haja a burla da legislação que garante as cotas étnico-raciais. Precisamos também debater e disputar a composição das comissões de heteroidentificação, um dos entraves, inclusive, para o ingresso de estudantes e docentes negros(as) nas universidades, IFs e CEFETs.

O ANDES-SN entrou nessa disputa, ao solicitar sua incorporação como *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1.245/2025, que questiona a adoção de sorteio para aplicação de cotas raciais em concursos públicos e processos seletivos da União, de universidades e de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal. O sorteio é a institucionalização de uma prática meritocrática de burla da política de cotas nos serviços públicos nas instâncias federal, estadual e municipal, por isso é necessário combatê-la e revogá-la!

Nos últimos anos, o ANDES-SN tem realizado, com muito sucesso e impacto, a campanha "UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAIS: QUEM CONHECE DEFENDE", que dialoga com as comunidades internas e externas das nossas IES, mostrando a importância dessas instituições através, principalmente, da divulgação do alcance e do impacto das ações desenvolvidas. Essa campanha tem evidenciado a necessidade de valorizar nossas IES. Como acontece durante o mês de maio de cada ano, a campanha contribui para a luta por recursos públicos, uma vez que é nesse período em que estados, municípios e distrito federal elaboram e enviam os seus orçamentos para suas assembleias e câmaras legislativas.

A fim de fortalecer a defesa das pautas do setor, temos estreitado o diálogo com a ABRUEM (Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) sobre pautas como o cumprimento da Lei de Cotas nos concursos públicos, o financiamento das IEES-IMES-IDES e a perseguição a docentes. Esse diálogo abriu portas para a participação do ANDES-SN em uma audiência pública sobre a temática.

No segundo semestre dos últimos anos, nosso Setor das IEES/IMES/IDES tem realizado seus encontros, o que possibilita a discussão de temas relevantes e permite que nossas seções sindicais tragam suas demandas e desafios. Assim, podemos buscar soluções, caminhos e estratégias de lutas conjuntas, fortalecendo e contribuindo ainda mais com o nosso setor.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

I – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SETOR DAS IEES-IMES-IDES

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realizar o XXI Encontro do Setor IEES-IMES-IDES, nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2025, com o tema: Salário, carreira e condições de trabalho, sediado na UEPB, no Campus de Campina Grande - PB.
2. Que o ANDES-SN produza, no segundo semestre de 2025, um InformANDES especial com o tema: As lutas por Salário, carreira e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital, como uma das atividades da campanha "Universidades Estaduais: quem conhece defende".
3. Que o ANDES-SN publique uma sessão fotográfica na revista Universidade e Sociedade com o tema: Salário, carreira e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital.
4. Que as secretarias regionais e seções sindicais intensifiquem a luta contra o confisco dos recursos dos fundos de previdência estaduais, a exemplo do que aconteceu com o RioPrevidência, e pela restituição desses recursos onde o confisco já ocorreu, a exemplo do Paraná.
4.1 - Que as secretarias regionais e as seções sindicais lutem pela revogação das contribuições previdenciárias compulsórias dos aposentados e pensionistas nos estados, Distrito Federal e municípios onde essa prática acontece.
5. Que a discussão sobre a proposta, a falso pretexto de transferência e sua privatização da UEMG para a União, feita pelo governo de Minas Gerais, no bojo da negociação feita entre o governo de Romeu Zema e o governo federal, sejam parte de painel na reunião do setor das IEEM/IMES/IDES sobre Federalização e Propag.
6. Que o ANDES-SN intensifique o apoio político, financeiro, jurídico e estrutural à luta em defesa da UEMG contra os projetos de lei (3.733/2025 e 3.738/2025) do Governo Zema (NOVO) que visam à destruição da Universidade.
7. Que o setor das IEES, IDES, IMES lute contra e promova debate acerca do PL 3.733 que autoriza o Poder Executivo Estadual a vender para a iniciativa privada e/ou transferir para a União os bens imóveis da UEMG, da UNIMONTES e de outras fundações, autarquias e empresas públicas
8. Que o ANDES-SN dentro da campanha "Universidades Estaduais: quem conhece defende", produza materiais e um dia nacional de luta em defesa da UEMG.
9. Continuar e intensificar o apoio financeiro via Fundo Único do Andes-SN para viabilizar a mobilização da comunidade universitária nas ações e lutas em defesa da UEMG.
10. Desenvolver uma campanha nacional de solidariedade à UEMG e em defesa da Autonomia Universitária.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES/IDES

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Continuar com a pesquisa sobre o Financiamento das IEES-IMES-IDES até o 44º Congresso do ANDES-SN, avançando na coleta de informações sobre as isenções fiscais, perdas salariais, LOA e emendas parlamentares, a serem coletadas nos estados, municípios e DF pelo GT verbas, fóruns e seções sindicais, com auxílio de bolsistas contratados pelo ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN dê continuidade ao combate do desfinanciamento das IEES-IMES-IDES, que ocorrem por meio de RRF nos estados, Propag, Lei Kandir, desoneração fiscal nos estados e a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros.
3. Que o ANDES-SN mantenha e fortaleça a campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!", até o 44º Congresso do ANDES-SN, com produção de material sobre:
3.1. A defesa dos concursos públicos com DE e garantia de cotas afirmativas étnico-raciais, de pessoas trans (transsexuais, travestis e transgênero) e de pessoas com deficiência, regulamentadas em legislações estaduais.
3.2. Questões e problemas locais, com materiais personalizados por regionais;
3.3. A luta pela revogação das leis estaduais, municipais e distrital que versem sobre a Lista Tríplice, para garantir que o processo de escolha das reitorias se inicie e se encerre no âmbito das IEES-IMES-IDES.
4. A continuidade da campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!" com proposta orçamentária de aproximadamente R$ 100.000,00, com possibilidade de variação de valor, desde que não ultrapasse 10% do valor orçado inicialmente.
5. Que o ANDES-SN realize a semana de lutas do setor das IEES-IMES-IDES no primeiro semestre de 2025.
6. Que o ANDES-SN realize o XXI Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES-IDES no segundo semestre de 2025.

7. Que o ANDES-SN lute para que todas as classes e níveis nas atuais carreiras, enquanto elas se mantiverem, sejam acessíveis a todes, todas e todos docentes, sem a necessidade de concurso externo ou limitação por cotas/vagas.
8. Que as seções sindicais do setor se envolvam no planejamento e execução da campanha pela implementação do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério.
9. Que se estimule as seções sindicais e a realizar projeções do documentário "Lutas e Organização do ANDES-SN no Setor das Estaduais, Municipais e Distrital", e que esta projeção ocorra também nos encontros regionais a serem realizados no primeiro semestre de 2025.
10. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das IEES/IDES/IMES, organize um Dia Nacional de Luta pelo fim da lista tríplice, orientado pelo princípio da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN, em defesa da autonomia universitária, de processos de escolha de reitores(as) com, no mínimo, a paridade, e mantenha a mobilização de pressão no parlamento, em conjunto com o Setor das IFES.

TR – 16

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Denunciar como os Governos Estaduais, Municipais e o Distrital atacam a autonomia política, financeira e acadêmica das IEES/IMES/IDES;

2. Que o ANDES-SN acumule e engaje o debate com as Seções Sindicais do Setor sobre a criação de um Fundo orçamentário da União para as IEES/IMES/IDES, pensando a instauração de um Sistema Nacional de Educação e sobre como garantir que governos estaduais, municipais e o distrital cumpram suas obrigações com o financiamento das IEES/IMES/IDES;

3. Intensificar a luta por no mínimo 10% do PIB para a educação pública de gestão pública, excluindo qualquer repasse de recurso público para a iniciativa privada, como previsto nas estratégias da meta 19 do novo PNE, que prevê a ampliação de programas que promovem processos de financeirização do ensino superior;

4. Que as seções sindicais lutem para que estados, municípios e o Distrito Federal implementem a Lei 15.142/2025, incluindo a defesa de cotas para a população Trans/Travesti, nos concursos públicos;

5. Que o ANDES-SN proponha a criação de Frente em defesa das IEES/IMES/IDES em conjunto com os sindicatos dos(as) técnicos(as), organizações estudantis e ABRUEM;

6. Intensificar a luta contra o arcabouço fiscal e a subjugação do financiamento das políticas sociais à lógica do teto de gastos e às políticas neoliberais de austeridade fiscal;

7. Construir materiais com o histórico de conquistas das IEES/IMES/IDES e de como o movimento docente do setor vem garantindo direitos;

8. Lutar contra a plataformização do trabalho docente e da educação pública;

9. Que as secretarias regionais do ANDES-SN impulsionem o debate de carreira única e suas diretrizes pensando o setor das IEES/IMES/IDES;

10. Que as seções sindicais intensifiquem o debate e a campanha em defesa do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) da educação básica como piso gerador também para o ensino superior;

11. Construir ações conjuntas com o setor das IFES e fortalecer a luta contra a Reforma Administrativa com outras entidades do funcionalismo público das esferas federal, estadual, municipal e distrital;

12. Que as seções sindicais aprofundem a discussão e os estudos da enquete sobre a saúde do(a) trabalhador(a) docente em suas bases, e ampliem as análises a partir dos dados já compilados;

13. Aprofundar os debates e estudos sobre o PROPAG e o sistema da dívida, para subsidiar Seções Sindicais e a categoria com conhecimentos sobre o assunto;

14. Monitorar a transição tributária, acompanhando a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços;

15. Aprofundar o debate sobre percentuais mínimos de financiamento, com base em indicadores que garantam estabilidade e progressividade no repasse às instituições;

16. Dar continuidade à campanha "UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAIS: QUEM CONHECE DEFENDE";

17. Realizar o XXII Encontro do Setor das IEES/IMES/IDES no segundo semestre de 2026.

18. Sobre financiamento:

18.1. Acumular no debate sobre financiamento, vinculação orçamentária, limite inferior de financiamento e índice para disputar o orçamento, considerando a Reforma Tributária (fim do ICMS) e parâmetros como Receita Líquida de Impostos (RLI), Receita corrente líquida (RCL), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Valor Agregado (IVA), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS);

18.2. Continuar a pesquisa sobre financiamento das IEES/IMES/IDES, com o objetivo de fazer levantamento das legislações locais que garantem vinculação orçamentária às universidades do setor, de suas modalidades e do cumprimento dos mecanismos previstos nessas legislações;

18.3. Aprofundar os debates e estudos sobre o PROPAG e o sistema da dívida, para subsidiar Seções Sindicais e a categoria com conhecimentos sobre o assunto;

18.4. Continuar a pesquisa sobre financiamento das IEES/IMES/IDES, observando os elementos sobre financiamento nos demais itens desta Resolução;

18.5. Monitorar a transição tributária, acompanhando a atuação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços;

18.6. Aprofundar o debate sobre percentuais mínimos de financiamento, com base em indicadores que garantam estabilidade e progressividade no repasse às instituições.

---

[1] Resolução aprovada no 15º CONAD Extraordinário e referendado no 43º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 17

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ary Gertes (ADUNEMAT), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Bruna Freitas (ADUNEMAT), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Dinairan Dantas Souza (ADUNEMAT), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adupb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luciene Neves (ADUNEMAT), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe).

AMPLIAR A NACIONALIZAÇÃO DAS LUTAS DAS IES ESTADUAIS

TEXTO DE APOIO

As lutas dos/das docentes das IEES, IMES e IDE tem diferenças em relação àquelas travadas pelos/pelas docentes das IFES. A principal característica a marcar a diferença é o fato da patronal (os governos estaduais, municipais e distrital de diferentes matizes) ter comportamento diversificado diante das reivindicações e adotar táticas variadas frente a elas.

De outro lado é perceptível que as principais reivindicações do setor girem em torno de salários rebaixados, carreiras não respeitadas, ruins ou precarizadas, notadamente com grande número de professores substitutos e com longos períodos sem realização de concurso, além de condições de trabalho também precarizadas, em geral resultante de orçamentos insuficientes, somando características notáveis de unidade entre as IES do setor.

Mais recentemente soma a essas questões o fato de que alguns governos estaduais passaram a questionar a própria oferta de ensino superior pelo ente estadual, argumentando que essa é uma atribuição que deve ser assumida pela União, inclusive recorrendo à Constituição Federal como justificativa.

A luta recente dos/das docentes da UEMG com resultado vitorioso, cuja pauta de reivindicações a diretoria do ANDES nacionalizou, chamando um ato nacional em Belo Horizonte e dando a essa luta a dimensão correspondente à sua importância, mostrou a sua eficácia exatamente por sinalizar para o conjunto dos/das docentes do setor a unidade da categoria e a solidariedade nacional a uma luta que, tendo uma ação concreta em escala estadual, tem efetivamente o conteúdo nacional.

Esse exemplo de nacionalização da luta dos/das docentes da UEMG ajudou na resistência dessa universidade contra os planos destruidores do governador Romeu Zema e, ao mesmo tempo,

enfraqueceu os planos de outros governos estaduais que, diante de eventual êxito do governo mineiro, poderiam seguir o seu exemplo.

A luta dos/das companheiras da UEPB, no entanto, não teve a mesma retaguarda e efetivamente não foi nacionalizada, ainda que tenha havido uma campanha de solidariedade do ADNES-SN à greve dirigida pela seção sindical local, cuja pauta trazia as reivindicações básicas que apontamos acima (salário defasado, carreira precarizada, ausência de concurso e recomposição no orçamento da universidade).

Insistimos em reafirmar a necessidade de generalizar a nacionalização das lutas dos/das docentes do setor das IEES, IMES e IDE, reforçando essas lutas, dando a elas visibilidade política nacional e ajudando os/as companheiros/companheiras do setor a enfrentar os seus governos e conquistar as reivindicações que podem reforçar a luta de todos.

TR – 17

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN deve, sempre que possível, nacionalizar as lutas dos/das docentes do setor das IEESs, IMESs e IDE, dando a essas lutas uma dimensão que permita a sua generalização e o seu reforço, combatendo o isolamento que muitos governos estaduais submetem essas lutas e permitindo que a vitória de uma AD do setor ajude a alavancar a vitória de outras.

TEXTO 18

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

UNIFICAR AS CAMPANHAS PELA REPOSIÇÃO DAS PERDAS SALARIAIS ACUMULADAS E PELA DERRUBADA DA CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA

TEXTO DE APOIO

O ataque aos salários dos docentes e técnicos das universidades estaduais e municipais é generalizado. Ocorre em todos os estados e está chegando a níveis intoleráveis. Os cálculos expressos nas pautas de reivindicação das diversas AD's variam de 12% a mais de 50% acumulados em 8 anos de arrocho. Os governos aproveitaram a Emenda Constitucional *do fim do mundo* de Temer (EC 95/2016) para aplicar um violento arrocho salarial sobre o funcionalismo em geral, aproveitando para asfixiar as universidades públicas, além do ataque aos serviços sociais, por meio de cortes no orçamento e privatizações.

Os docentes têm reagido e mantido uma luta de resistência, embora desigual, em quase todas as universidades ao longo desses anos, protagonizando heroicas greves e outras formas de luta. No ano de 2025 registraram-se greves no Ceará, na Paraíba, no Pará e no Rio Grande do Norte. Os resultados, no entanto, foram escassos. A maior dificuldade é a falta de unificação com o conjunto do funcionalismo. Contra este princípio cardinal da organização dos trabalhadores conspiram as burocracias sindicais – algumas do próprio ANDES – que se recusam a unificar as lutas, manobram para dividir as categorias, priorizam os métodos jurídicos e de pressão parlamentar, formulam "alternativas" às lutas pela reposição das perdas como as alterações nas carreiras e/ou rastejam para conseguir que os estados reservem um percentual da arrecadação de impostos para financiar o que eles chamam de "autonomia universitária" imaginando que essa panaceia resolveria todos os problemas, sem o olhar para a situação de penúria das estaduais paulistas que gozam desse "privilégio".

Dentre os ardis mais perniciosos fabricados pela burocracia está a tentativa de substituir a reposição salarial pela mudança nas carreiras. Este recurso, normalmente utilizado pelos governos, quando acuados pelas mobilizações para dividir as categorias do funcionalismo, tornou-se agora a panaceia no ANDES-SN. A equiparação do piso da nossa carreira ao piso da carreira do magistério, que já constava nas pautas de algumas universidades estaduais antes do ANDES incorporá-la [Paraná], começou a ser assimilada por seções sindicais de outras estaduais e passou a pautar inclusive a reivindicação das federais. A "alternativa", que se apresenta como o supra-sumo da esperteza, imagina que essa forma de apresentar a reivindicação salarial poderia enganar os governos, ou ao menos, indicar a eles uma alternativa mais barata, pois concederia reajustes não a todo o funcionalismo, mas apenas aos docentes do ensino superior. Trata-se de uma iniciativa que mostra todo o desespero de uma parte da burocracia sindical por conseguir algum resultado, qualquer que seja, configurando propriamente o sindicalismo de resultados. Não lhes passa pela cabeça que ao postular esse atalho se sinaliza ao inimigo a impotência do movimento, facilitando o trabalho do governo e, se declarando antecipadamente derrotado. Ao mesmo tempo, é uma declaração de corporativismo dos mais atrasados, isso num sindicato em que quase todo mundo se autodeclara "classista". É uma das manifestações da política de colaboração de classes.

Nem dentro do Sindicato Nacional se promovem iniciativas para unificar as lutas das estaduais e municipais pela reposição salarial e muito menos a pressão para unificar com o conjunto do funcionalismo. O que se vê, então, é uma pulverização de iniciativas espalhadas pelos estados, encontrando-se as mais variadas reivindicações como: luta pela retomada dos adicionais de quinquênio e anuênio, licença – prêmio, licença sabática, adicional de insalubridade e periculosidade, destinação de 30% das receitas do estado, critérios e pontuações de acesso à classe Titular, creche, espaços infantis, cota racial, PCD e trans para concurso docente e outros que, embora justos, dissolvem a reivindicação salarial no meio desse conjunto variado de demandas, desviando a energia da categoria mobilizada da necessária concentração na luta pela reposição salarial que, junto com a luta pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária e derrubada da contrarreforma administrativa é a que pode nos unificar com o conjunto do funcionalismo, unidade decisiva para derrotar os governos e arrancar a reposição.

Os ataques à autonomia universitária são cada vez mais agressivos e profundos, na inversa medida do recuo do movimento docente em defesa da universidade pública, gratuita e autônoma. Ao invés de se avançar na conquista do autogoverno, limitando a ingerência dos governos e do capital, o que vem se colocando é a reivindicação de conseguir um percentual fixo da arrecadação para financiar as universidades. Esta alternativa é designada como autonomia financeira. Ora, a autonomia financeira é uma proposta do Banco Mundial para a educação básica, transposta para as universidades, cujo objetivo é a desresponsabilização do financiamento da universidade pública pelo Estado. A autonomia financeira não é da comunidade universitária, mas irá favorecer a alta burocracia universitária. Pelo contrário, a autonomia universitária significa o autogoverno da comunidade universitária e é incompatível com a estrutura atual que subordina a alta cúpula (reitorias) aos governos, nessa medida celebrar supostas leis de autonomia, contribui para mistificar o verdadeiro sentido da autonomia, em cujo centro está a decisiva participação dos estudantes no comando das instituições. Por isso, a defesa coerente da autonomia universitária exige a substituição do poder da burocracia universitária pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária que delibera pelo voto universal. Para responder à precarização e esmagamento das condições de trabalho docente não basta exigir concursos públicos ou audiências públicas com reitores e deputados. Há que forçar as próprias universidades, no

exercício de sua autonomia, a efetivar os docentes temporários, muitos dos quais são "temporários" há mais de dez anos e passem a ter os mesmos direitos dos professores efetivos. Estas bandeiras permitirão a unidade com os estudantes e técnicos para enfrentar os governos de estado e municípios e também com os movimentos operário e do funcionalismo público.

TR – 18

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Unificar as campanhas pela reposição das perdas salariais acumuladas das estaduais e municipais, em conjunto com os sindicatos do funcionalismo.

2. Em defesa da autonomia universitária, defender a substituição da burocracia universitária pelo governo tripartite subordinado à Assembleia Geral Universitária que delibera pelo voto universal.

3. Exigir do Estado o financiamento integral das IEES/IMES conforme orçamento aprovado pelas Assembleias Gerais Universitárias.

4. Pela luta unitária com o conjunto do funcionalismo para revogar as contrarreformas da previdência e trabalhista nos estados e municípios e impedir a aprovação da Reforma Administrativa (PEC 38) ou medidas com o mesmo conteúdo.

TEXTO 19

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira

(Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).

OUSAR LUTAR POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR, COM AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, MAIS INVESTIMENTOS, MELHORES SALÁRIOS E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO PARA OS (AS) DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAIS.

TEXTO DE APOIO

As universidades estaduais, distrital e municipais brasileiras ocupam um lugar estratégico na formação humana, científica, cultural e social do povo trabalhador. Espalhadas por regiões interioranas, cidades médias e territórios historicamente negligenciados pelo Estado e pelo capital, essas instituições constituem, em muitos casos, o principal - quando não o único - polo de produção científica, formação intelectual e elaboração crítica em certas áreas do território nacional. Ainda assim, sua existência se dá sob condições profundamente desiguais, marcadas por assimetrias regionais, orçamentos cronicamente insuficientes e permanente instabilidade institucional.

A distribuição territorial das universidades expressa uma lógica histórica de concentração do desenvolvimento técnico-científico nos grandes centros urbanos, reproduzindo um padrão de acumulação que subordina regiões periféricas à dependência econômica, tecnológica e a doses de colonialismo. De fato, mesmo quando presentes nesses territórios, as universidades estaduais são frequentemente pressionadas a cumprir um papel limitado: formar força de trabalho para o mercado local, reproduzir currículos padronizados e responder a demandas imediatas do capital nas regiões, sem condições materiais suficientes para desenvolver projetos científicos, pedagógicos e extensionistas comprometidos com a transformação social.

Essa contradição é central para o debate sobre Universidade Popular. As universidades estaduais possuem um potencial singular para se constituírem como espaços de formação crítica da classe trabalhadora, de produção de conhecimento socialmente referenciado e de articulação com movimentos sociais e populares. Pela sua capilaridade advinda de seu enraizamento territorial, cumprem um papel decisivo na interiorização de forma presencial do ensino superior público e de qualidade em nosso país. E podem contribuir com formatos pedagógicos diversos, adequados às condições concretas de vida, trabalho e organização dos sujeitos da classe trabalhadora.

Experiências como a pedagogia da alternância, amplamente desenvolvida pelo Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem Terra (MST), demonstram que é possível organizar processos formativos presenciais articulados ao trabalho, à vida comunitária e à luta social, especialmente quando houve políticas públicas de financiamento, como no caso do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que deveriam se tornar ações permanentes e com recursos ampliados para sustentar o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência e permanência estudantil. Vemos a importância das universidades estaduais na formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde e para a educação básica nos interiores do país, ao mesmo tempo que se desenvolvem ações de extensão, pesquisa, formação continuada desses trabalhadores que possibilitam a disputa pela qualidade no atendimento dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Essas experiências revelam que a interiorização do ensino superior não exige a substituição da presença universitária por plataformas digitais, mas sim vontade política, orçamento público e compromisso com um projeto popular de educação.

Expansão do ensino superior sob hegemonia neoliberal e mercantilização do direito à educação

Os exemplos apresentados são apenas germinais. A realidade é que a expansão do ensino superior no Brasil ocorreu sem a consolidação de um projeto estratégico da classe trabalhadora para a educação. O crescimento das matrículas foi hegemonizado pelo setor privado, sustentado por volumosos repasses do fundo público e pela consolidação de grandes conglomerados educacionais e de tecnologia. Esses grupos operam sob uma lógica tecnocrática e mercantil, baseada na plataformização do ensino e na expansão do ensino a distância como modelo dominante.

O ensino a distância tem sido apresentado ideologicamente como mecanismo de "democratização" e "ampliação do acesso" ao ensino superior para aqueles que não teriam condições de frequentar cursos presenciais. Na realidade concreta, trata-se de um processo de precarização do ensino e do trabalho, que transfere recursos públicos para conglomerados educacionais e empresas de tecnologia, ao mesmo tempo em que submete estudantes a uma formação empobrecida, fragmentada e profundamente desigual. O acesso é formalmente ampliado, mas o direito à educação superior de qualidade é negado.

No ensino superior público - e particularmente nas universidades estaduais - a expansão ocorreu de forma subordinada a essa mesma lógica neoliberal. As instituições cresceram com orçamentos rebaixados, sem investimentos proporcionais em infraestrutura, assistência estudantil e políticas de permanência. Simultaneamente, avançaram formas precárias de contratação docente e técnicos universitários, contratos temporários e terceirizações, aprofundando a fragmentação da classe trabalhadora no interior das universidades.

A produção do conhecimento passou a ser cada vez mais orientada por métricas produtivistas, rankings e editais competitivos, esvaziando seu sentido social e subordinando a pesquisa às demandas imediatas do mercado ou à lógica da competição individual. A extensão universitária, quando não marginalizada, assume frequentemente um caráter assistencialista, dissociado de um projeto político-pedagógico transformador. A universidade passa a operar essencialmente como um espaço de certificação em massa, com pequenas "ilhas de excelência" cercadas por uma formação precarizada.

Esse processo expressa o crescimento da universidade nos marcos do neoliberalismo. Ainda que amplie o acesso e produza ciência, a universidade permanece funcional à reprodução da sociabilidade capitalista, mantendo e aprofundando a divisão social do trabalho, as hierarquias de classe e as ideologias dominantes.

Por outro lado, é inegável que essas contradições alimentam resistências internas protagonizadas por estudantes, trabalhadores e movimentos sociais, que tensionam permanentemente o cotidiano acadêmico. É preciso ter atenção e ação para articular essas resistências em um movimento comum na defesa de um projeto de universidade popular, que atenda verdadeiramente os interesses da classe trabalhadora

Atualidade dos ataques neoliberais nas universidades: precarização do trabalho e destruição da autonomia universitária

Os ataques às universidades estaduais não são episódicos, mas parte de um projeto político de subordinação da educação pública à lógica do ajuste fiscal e do capital financeiro. Dois exemplos, dentre muitos outros que poderiam ser citados, demonstram como se desenvolvem estes projetos privatistas:

Minas Gerais - A luta em defesa da Autonomia Universitária e do Patrimônio das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES).

Os sete anos de gestão do Governador Romeu Zema (NOVO) foram marcados pela aplicação de um modelo ultraliberal e autoritário que ameaçou a sobrevivência e a existência das universidades estaduais mineiras. Zema foi eleito governador em 2018 e tomou posse em 2019, sendo reeleito em 2022 e reempossado em 2023. O Governo Zema se caracterizou pelo ultraliberalismo e pelo autoritarismo. Zema não respeitou à Autonomia Universitária prevista na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Zema não cumpriu o acordo de greve homologado em 2018 inviabilizando mudanças no Plano de Carreira dos(as) docentes do Ensino Superior do Estado de Minas Gerais. Promoveu uma reforma

administrativa que reduziu a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia a uma subsecretaria de ensino superior e posteriormente a uma subsecretaria de assuntos educacionais. E manteve uma nefasta política salarial capaz de conceder para ele próprio e seus secretários um reajuste de 298% e garantir reajuste salarial somente no ano de 2022, ano marcado pelas eleições gerais e pela sua reeleição. Faltando um pouco mais de um ano para o término do seu mandato de governador de Minas Gerais Zema, através de seu porta-voz Matheus Simões, apresentou dois projetos de lei na Assembleia Legislativa que se aprovados significarão a venda do Patrimônio de Minas Gerais (350 imóveis), incluindo todos os imóveis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o fim da autonomia universitária da UEMG com a possibilidade objetiva de sua extinção.

Após uma mobilização histórica da ADUEMG, que envolveu docentes, estudantes, técnicos-administrativos, analistas, pós-graduandos, diretores(as) de todas as vinte duas unidades acadêmicas da UEMG localizadas em dezenove cidades de diversas regiões do Estado de Minas Gerais, a comunidade universitária derrotou o principal projeto privatista de Zema. A vitoriosa campanha "UEMG: quem conhece, defende!" conseguiu também formular e apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 59/2025) que visa assegurar a Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES).

A ausência da Autonomia Universitária descaracteriza, fragiliza, precariza e sucateia nossas universidades abrindo o caminho para a privatização e no caso específico da UEMG possibilita a reversão do processo de estadualização da UEMG. A ausência de uma dotação orçamentária específica impede o desenvolvimento institucional da UEMG, com os investimentos necessários em infraestrutura, na construção de novos laboratórios, prédios e campus. E, inviabiliza a garantia de valorização profissional e salarial da categoria docente, dos técnicos-administrativos e analistas.

A PEC 59/2025, apresentada durante o Seminário Nacional sobre Autonomia Universitária promovido pelo ANDES-SN juntamente com a ADUEMG e a ADUNIMONTES no dia 10 de setembro de 2025, abre a possibilidade de avanços nesta conquista primordial que é a garantia da Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Mineiras (UEMG e UNIMONTES). A resistência contra os ataques neoliberais é necessária, porém é insuficiente. Precisamos fortalecer nossa mobilização, unidade e luta e avançar rumo a novas conquistas.

PARANÁ - A luta contra a Lei Geral das Universidades e a precarização do trabalho docente.

No Paraná, o governo de Ratinho Junior (PSD) aprofundou um modelo de controle autoritário sobre as universidades. O congelamento salarial por mais de oito anos, com defasagem superior a 47%, soma-se à destruição da autonomia promovida pela Lei Geral das Universidades. A gestão de pessoal centralizada no governo por plataforma privada (Meta4), a determinação de leis que definem cargos e funções gratificadas para universidades e formas de gestão dos hospitais universitários, e a constante subordinação de orçamento e ações da universidade a "encomendas governamentais" operadas pela SETI (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) consolidam um modelo de intervenção política direta que, até o momento, teve pouco enfrentamento radical.

Ainda no Paraná, a situação dos docentes com contratos temporários expressa de forma aguda a precarização do trabalho acadêmico. Em algumas universidades, esses docentes representam mais de 30% do corpo docente e ministram mais da metade das aulas da graduação, sustentando o funcionamento cotidiano das instituições. Submetidos a cargas didáticas abusivas e proibidos de atuar em regime de dedicação exclusiva, são pressionados a manter uma produtividade acadêmica para além da sua jornada de trabalho, às custas da sua saúde física e mental, pois, sem isso, perdem as condições de disputar as vagas escassas nos concursos públicos.

Houve uma importante vitória judicial com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), também encampada pelo ANDES-SN, que retirou da Lei Geral das Universidades o artigo que determinava carga horária mínima de 18 horas semanais de aulas para docentes temporários. No entanto, as administrações universitárias seguem fazendo vistas grossas a essa decisão e mantêm regulamentos internos e práticas institucionais que perpetuam a exploração e a desigualdade entre docentes efetivos e

temporários. Trata-se de um exemplo claro de como ações judiciais vitoriosas, desacompanhadas de mobilização, não promovem alteração concreta no cotidiano do trabalho.

Como dissemos acima, muitos outros exemplos - de estados igualmente afetados pela condução ultraliberal da educação, poderiam ser citados. Mas pensamos que esses dois exemplos já demonstram a profundidade do problema que as universidades estaduais enfrentam sob a lógica da austeridade e do privatismo.

Autonomia universitária, orçamento público e o papel estratégico das universidades estaduais na construção de um projeto popular

De toda a experiência histórica concreta que tivemos, está claro que a autonomia universitária não pode ser compreendida como um princípio abstrato, jurídico ou meramente administrativo. Sob o capitalismo, ela tende a se reduzir a uma formalidade permanentemente corroída pelos mecanismos de controle orçamentário, pelas amarras legais impostas pelos Executivos e pela subordinação da universidade às demandas do mercado. Do ponto de vista da classe trabalhadora, a autonomia só adquire sentido real quando articulada a um projeto estratégico da própria classe, sustentado na mobilização popular, na ação concreta da luta política pelo fundo público e na construção de espaços de participação popular e de democratização efetiva das decisões universitárias.

O orçamento é hoje o principal instrumento de intervenção dos governos sobre as universidades estaduais. É por meio dele que se impõem prioridades, se estrangula o desenvolvimento de projetos populares ou com potencial crítico, se restringem contratações, se precarizam as condições de trabalho e se fragmenta a categoria. A disputa orçamentária, apesar de seus contornos técnicos, é profundamente política, pois expressa a correlação de forças entre capital e trabalho no interior do Estado. Assim, defender orçamento para as universidades é disputar o uso do fundo público contra a lógica de favorecimento do grande capital, operada por meio de negociatas políticas, renúncias fiscais e do pagamento de juros, entre outros mecanismos.

Nesse cenário, as universidades estaduais ocupam um lugar absolutamente estratégico. Pelo seu enraizamento territorial, tem o potencial de se constituir como instrumentos coletivos de elaboração intelectual da classe trabalhadora, articulando formação crítica, pesquisa comprometida com os problemas concretos da sociedade e extensão vinculada às lutas populares. Uma Universidade Popular não se constrói apenas ampliando vagas, mas redefinindo o sentido social da formação universitária, rompendo com a lógica da certificação em massa e afirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como prática social transformadora.

A autonomia que defendemos não é a autonomia das cúpulas administrativas, mas aquela construída a partir da base, com participação ativa de docentes, técnicos administrativos e estudantes, em diálogo permanente com a classe trabalhadora organizada. Projetos estatuintes ou reformas que não estejam enraizadas na mobilização popular tendem a se converter em instrumentos de gestão da crise ou em plataformas para oportunismos individuais.

As lutas sindicais desempenham papel central nesse processo. As reivindicações econômicas são fundamentais, mas insuficientes. Um sindicato classista deve fazer da luta sindical também um espaço de formação política e pedagógica da classe trabalhadora, articulando as lutas imediatas a um projeto histórico de superação da sociabilidade capitalista.

Nesse horizonte, o ANDES-SN possui um papel estratégico insubstituível. Defender orçamento, autonomia e condições dignas de trabalho nas universidades estaduais é, ao mesmo tempo, disputar o caráter da universidade e afirmar um projeto de sociedade fundado na emancipação humana.

Ousar lutar por uma Universidade Popular é ousar transformar as universidades estaduais em espaços vivos de formação crítica, organização popular e produção de conhecimento comprometido com os interesses históricos da classe trabalhadora.

TR – 19

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN defenda a elaboração de projetos de lei que busquem assegurar a autonomia universitária para as universidades estaduais, a exemplo do que fez a ADUEMG, articulando a disputa da LOA e da LDO a processos construídos, debatidos e deliberados no interior da comunidade universitária, com participação efetiva de docentes, estudantes e técnicos-administrativos.

2. Que o ANDES-SN debata no setor da IEES/IMES/IDES, em diálogo com o GTPE, a construção de ações articuladas para a garantia da defesa de orçamento público e da autonomia universitária nas constituições de estados, com base nos princípios do Caderno 2.

3. Que o ANDES SN realize em 2026 um curso/oficina nacional sobre orçamento público, com o objetivo de fortalecer a luta nos estados por meio da formação política e técnica da base, capacitando docentes para a análise crítica do orçamento das universidades estaduais, municipais e distrital.

3.1. O curso deverá abordar a estrutura do orçamento público e das leis orçamentárias, bem como a leitura e sistematização de dados a partir de relatórios governamentais, balanços contábeis e portais de transparência.

3.2. A oficina deve orientar os participantes na apresentação de uma análise detalhada do orçamento de suas universidades, a ser sistematizada em relatório nacional para apresentação e debate com toda a categoria.

4. Que o ANDES-SN, no âmbito da campanha "Universidades estaduais, municipais e distrital: quem conhece, defende", desenvolva estratégia de busca ativa, sistematização e divulgação de projetos de ensino, pesquisa e extensão de caráter popular, articulados às lutas sociais e às necessidades da classe trabalhadora.

5. Que o ANDES-SN intensifique a denuncie sobre as formas precárias de contratação nas universidades estaduais, municipais e distrital, especialmente os contratos temporários, como mecanismo permanente e estrutural de substituição da força de trabalho docente nas universidades.

6. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela isonomia plena entre todos os docentes, inclusive para aqueles ainda submetidos a formas de contrato precários, como temporários, garantindo igualdade salarial, acesso ao regime de dedicação exclusiva, distribuição equitativa dos encargos didáticos e condições reais para o exercício indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.

7. Que o ANDES-SN incentive, apoie e promova em articulação com as seções sindicais ações e mobilizações nas universidades estaduais, municipais e distrital onde existam as contratações temporárias de forma estrutural, exigindo do Estado e das administrações universitárias a imediata abertura de concurso, bem como a isonomia nas condições de trabalho para os que ainda estão submetidos a contratos precários.

8. Que o ANDES-SN intensifique e fortaleça a luta em defesa dos concursos públicos com a garantia de direitos, o pagamento por titulação e a dedicação exclusiva.

TEXTO 20

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Amancio Cezar (Asduerj), Andre Luis Albuquerque dos Reis (Asduerj), Beatriz Pascoal (Asduerj), Bruno Rogens Ramos Bezerra (SINDUEMA), Carlos Felipe Nunes Moreira (Asduerj), Cláudio Palmeiro do Amaral (Asduerj), Eduardo Pinto e Silva (Adufscar), Fabio Vieira de Araújo (Asduerj), Gabriel Barruci da Silva (Asduerj), Guilherme Loriato Potratz (Asduerj), Helena Antunes (Asduerj), Igor Costa (Adur-RJ), Jefferson Lee de Souza Ruiz (Asduerj), Jéssica Renata Bastos Depianti (Asduerj), João Batista Silva dos Santos (Asduerj), José Renato Nogueira (Asduerj), Luciane Nascimento (Asduerj), Luis Paulo C. Borges (Asduerj), Luiz Claudio de Santa Maria (Asduerj), Maria Angélica Coutinho (Adur-RJ), Maria Lúcia Lopes da Silva (AdUnb), Maria Virgínia Alves Martins (Asduerj), Michele Schultz (Adusp), Rafael Araujo (Asduerj), Renata M. A. Gama (Asduerj), Renata Rebouças (Asduerj), Rigler Aragão (Sindunifesspa), Roberto Bitencourt da Silva (Adesfaetec), Rodrigo Lamosa (Adur-rj), Sérgio Bergamaschi (Asduerj), Simone Eliza do Carmo Lessa (Asduerj).

PROPAG: UM NOVO REGIME DE IMPLOSÃO FISCAL.

TEXTO DE APOIO

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi criado com o objetivo de reestruturar e refinanciar as dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União, apresentando-se como substituto do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Para compreender o Propag, é fundamental recuperar o histórico do RRF, caracterizado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) como um verdadeiro "Regime de Implosão Fiscal". Instituído no governo Temer, o RRF constitui um conjunto de medidas e dispositivos legais que restringem a autonomia financeira e política dos estados classificados como endividados e impõem contrarreformas — como a administrativa e a previdenciária — responsáveis por retirar direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Esse regime foi inicialmente instituído por meio da Lei Complementar Federal nº 159/2017, no âmbito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nele, abriu-se a possibilidade de o estado devedor permanecer por três anos sem pagar a dívida com a União. Posteriormente, em 2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi instituída uma nova edição do RRF (Lei Complementar Federal nº 178/2021), ampliando para nove anos o tempo total de permanência e de "reequilíbrio financeiro" dos estados submetidos ao regime, com a suspensão do pagamento da dívida no ano de adesão. Nos anos seguintes, seria aplicado um percentual progressivo de pagamento da dívida.

Não é sem razão que o RRF é denominado "Regime de Implosão Fiscal" pela ACD. A título de exemplo, a dívida em setembro de 2017 do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro — primeiro estado a aderir a este regime —tinha, como valor inicial, cerca de R$ 9,4 bilhões. Já em novembro de 2025, o montante saltou para R$ 89,7 bilhões[17]. Entretanto, de 1999 a 2019, o Estado do Rio de Janeiro pagou à União R$ 29,6 bilhões em juros e amortizações[18] . Ou seja, o Estado do Rio de Janeiro já havia desembolsado um montante financeiro equivalente ao valor da dívida original e, ainda assim, permanece na condição de devedor.

A origem da dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União (Lei 9.496/1997) também é outro elemento questionável. Porque possui diversos e graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades – como exemplo: majoração devido à assunção de dívidas do setor privado –,[19] que deveriam ser investigados por meio de uma profunda auditoria, com a participação da sociedade civil. As dívidas dos estados devem ser questionadas e os regimes implementados pelo governo Temer, com continuidade e edição

[17] https://portal.fazenda.rj.gov.br/tesouro/relatorios/divida-publica/ https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/01/14/renegociacao-de-dividas-dos-estados-e-sancionada

[18] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/nota-tecnica-2-2022-divida-do-estado-do-rj/

[19] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/novela-da-divida-dos-estados-demanda-urgentemente-uma-completa-auditoria/#:~:text=Maria%20Lucia%20Fattorelli.%20A%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a,aus%C3%AAncia%20de%20transpar%C3%AAncia%2C%20aus%C3%AAncia%20de%20contrapartida%20e

no governo Bolsonaro/Paulo Guedes, não recuperaram as supostas contas dos estados ditos inadimplentes. Isso se dá porque foi criado um "sistema da dívida", em que não importa o quanto os estados paguem as dívidas, a dívida continuará existindo e se multiplicando.

Por outro lado, a exemplo do PROER e do PROES do governo de FHC, o Estado protege as instituições financeiras e seus donos com programas estatais que usam dos recursos públicos oriundos dos impostos cobrados da classe trabalhadora e/ou da subtração de políticas de redistribuição de renda e/ou da subtração dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores.

O que é o Propag?

Em 2024 o congresso nacional apresentou o projeto de lei do Propag, de autoria do senador Rodrigo Pacheco, aprovada como Lei Complementar (n° 212/2025), que institui uma autorização para que o Poder Executivo estadual venha aderir ao programa, viabilizando a saída formal do RRF e propõe uma nova forma dos estados "renegociarem" as suas supostas dívidas com a união. O Propag propõe um refinanciamento da dívida em 360 prestações mensais (30 anos), seguindo o modelo da Tabela Price, atualização monetária anual pelo IPCA,[20] e inclui um dispositivo referente à redução dos juros de 4% ao ano, para 2%, 1% ou até mesmo 0%.

A redução nos juros depende do pagamento ainda em 2025 de grande parte da questionável dívida, da entrega de empresas estatais e/ou do aporte anual de até 4% da dívida para o "Fundo de Equalização Federativa" (FEF) que em tese seria para investimentos "em educação profissional técnica de nível médio, nas universidades estaduais em infraestrutura para universalização do ensino infantil e educação em tempo integral, e em ações de infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública".

Conforme especificado no Decreto nº 12.433/2025, art. 71, o presumido investimento em educação pode se dar por meio de parcerias com o setor privado. Isso é reiterado no art. 44 do referido decreto, no qual 10% do FEF irá, necessariamente, para o "Fundo Garantidor Federativo" (FGF), no qual serão liberadas operações em parcerias público-privadas. O fundo será constituído pelo aporte que o próprio estado, supostamente devedor, deverá realizar, sendo essa uma condição para a permanência do estado no programa. Além disso, o FEF é um fundo único, comum a todos os estados que aderirem ao Propag, e a distribuição dos recursos do fundo se dará de forma inversa à relação entre Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida (Decreto nº 12.433/2025, art. 46).

Problemas envolvidos no Propag.

O Programa não questiona a origem das dívidas, não leva em consideração o montante já pago pelos estados, pelo contrário, consolida a dívida e prevê que o pagamento das dívidas se dê mediante a entrega de empresas estatais e outros patrimônios dos estados, tais como os valores obtidos em troca da cessão de créditos públicos no mecanismo da "Securitização". O Propag também insta os estados a seguir a política de austeridade nos termos da Lei Complementar Federal n° 200/2023 (conhecido como "Novo Arcabouço Fiscal"), implementando um teto de gastos que limita o crescimento real dos investimentos sociais a 70% ou 50% do crescimento real da arrecadação. Esses tetos estarão condicionados ao cumprimento (70%) ou não (50%) da meta fiscal de manter a relação entre dívida pública e PIB, entre 0,25% para mais ou para menos do PIB. Ademais, o limite de crescimento de investimento não poderá ultrapassar a faixa de 0,60 e 2,5% da inflação. Esta política de austeridade prejudica o funcionalismo público e a população em geral.

Caso o estado queira abandonar o teto de gastos, terá que realizar um superávit primário monstruoso ou implementar as exigências do art. 167-A da Constituição, que são: proibição de concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração para o funcionalismo público; vedação da criação de cargo, emprego ou função; proibição de alteração de estrutura de carreira; vedação da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título; proibição da

[20] Fonte: Dieese (2025)

realização de concurso público; vedação à criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório; dentre outras vedações. Tais medidas são duríssimas e nefastas para o funcionalismo público[21].

Relações entre o Propag e o RRF.

Tanto o RRF de Temer e Bolsonaro, como o Propag, uma espécie de RRF versão 3.0, servem para tirar a autonomia dos estados e impor o pagamento de uma dívida nunca auditada. Esses regimes promovem uma transferência de recursos públicos para bancos e com o argumento da suposta dívida, o Estado Brasileiro tem carta branca para exigir medidas pesadas de retirada de direitos, atingindo diretamente os servidores públicos, que ao fim e ao cabo, impacta a população em geral. Lembrando que com o argumento de implementar o RRF do Bolsonaro em 2021, a assembleia legislativa do Rio de Janeiro aprovou a contrarreforma da previdência, retirou os triênios dos novos servidores, aprovou um teto de gastos e posteriormente houve a privatização da CEDAE.

Mais recentemente, já no contexto do Propag, houve a proposta de federalização da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais). O que significava concretamente a privatização e risco à existência da universidade, com os seus bens podendo ser usados para o pagamento da dívida[22]. O projeto de lei de federalização da UEMG não assegurava a incorporação dos servidores estaduais no quadro federal, deixando os servidores numa condição de insegurança, com vínculos precários, correndo grave risco de terem seus cargos e carreiras em extinção. Esse elemento faz parte da previsão inserida no Propag de implementar a transferência de bens móveis ou imóveis como instrumento para o pagamento da dívida com a União.

No Rio de Janeiro, foram cerca de 48 imóveis postos à venda pelo governo de Cláudio Castro, no âmbito do PLC nº 40/2025, em relação direta com o Propag. Esses imóveis englobam prédios históricos e terrenos, incluindo a sede do "Grupo Tortura Nunca Mais" do Rio de Janeiro. No dia 07/09/2025, houve um processo de remoção violenta, com uso de força policial e agressões a parlamentares, da ocupação "Palestina Luísa Mahin", assentada em um desses imóveis de interesse.

De forma comparativa, o Propag se apresenta com juros menores e prazo mais longo de pagamento (30 anos), apontando uma narrativa de uma suposta perspectiva de quitação da dívida. Já o RRF se estruturava a partir da suspensão inicial dos pagamentos, garantindo alívio imediato de caixa, ainda que à custa de um regime severo de austeridade fiscal. Na prática, enquanto o RRF adiava o pagamento e aprofundava a austeridade, o Propag cobra desde o primeiro ano e condiciona essa quitação à venda de ativos e patrimônio público, transferindo o ônus do ajuste para os estados e para a população, sem enfrentar as origens estruturais do endividamento.

Reações ao Propag.

A tese de que o Propag é menos agressivo aos estados tem abrandado a luta política contra esse programa, dando lugar a uma narrativa de que seria possível uma disputa por dentro do Propag, desconsiderando o fato de que ele mantém a essência neoliberal de desmonte do Estado de bem-estar social. Para o Estado inserido no Propag alcançar o suposto "investimento em educação, saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública", precisaria contar com um aporte anual de 4% do estoque da dívida, o que equivale à atual despesa com juros reais, o que já implicaria uma sobrecarga orçamentária aos estados, podendo repercutir em arrochos nos serviços públicos. Também seria necessária a "entrega à União de alguns de seus bens", o que implica, concretamente, o desmonte do serviço público estadual, a federalização e privatizações.

Mesmo assim, essa possibilidade de "investimento" tem seduzido alguns setores, tornando-se um "ovo da serpente", transformando a luta contra o Propag em algo difuso e, consequentemente, menos unificado. Não é possível disputar o Propag, assim como não se pode cogitar disputar, a título de

[21] https://auditoriacidada.org.br/conteudo/congresso-aprova-propag-que-consolida-questionaveis-dividas-ja-pagas-varias-vezes/
[22] https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Propag-Evento-ANDES-SN-em-MG-30.05.2025.pdf

exemplo, a contrarreforma administrativa a nível federal. Faz-se necessário que o Andes-SN siga firme na luta contra o Propag, em coerência com o TR-9 deliberado no 43º Congresso do Andes-SN.

O Propag segue a mesma lógica do RRF. A implementação do Propag significa a consolidação de uma dívida ilegítima, acompanhada da retirada de direitos. Sobre o último, na ocasião da votação do Propag na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (18/12/2025), as emendas apresentadas, que contemplavam os servidores e fortalecem a educação — a exemplo do retorno dos triênios e do cumprimento da Lei Estadual nº 9.436/2021, sobre o pagamento da recomposição salarial —, foram excluídas. É importante avaliar esse retrocesso de forma conjugada com o que se tornou a grande maioria das casas legislativas: antros reacionários e de matiz de extrema-direita.

O Propag não é a solução. É urgente uma auditoria da dívida dos estados, com participação social. É necessário inverter a política tributária taxando as grandes fortunas, e instituindo impostos progressivos, além de acabar com os juros abusivos. Assim, devemos também denunciar os esquemas de financeirização/securitização, que inclusive levaram o Estado do RJ à bancarrota em 2016/2017, e buscar construir uma opinião pública contrária ao Propag, como uma dimensão da política de austeridade.

PROPAG não é a solução! Auditoria cidadã da dívida já!

TR – 20

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes-SN mantenha a luta contra o Propag, enfrentando sua estrutura, que privilegia os bancos em detrimento de políticas fundamentais como a saúde e a educação, atualizando, na política para o ano de 2026, o avanço nefasto que esse projeto já alcançou.

2. Que o Andes-SN produza materiais, a exemplo daqueles elaborados sobre a contrarreforma administrativa, com o objetivo de expor os efeitos nocivos do Propag para os servidores/serviços públicos, assim como as suas implicações para a população em geral.

3. Que o Andes-SN inclua este tema na pauta da reunião do GTVerbas e do setor das IEES/IMES/IDES.

4. Que o Andes-SN incentive e promova discussões nas seções sindicais e em diferentes fóruns, objetivando construir uma síntese de um novo formato de relação entre a União e os estados, sob a ótica dos trabalhadores, que confronte a narrativa de endividamento dos estados e envolva a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).

TEXTO 21

Diretoria do ANDES-SN:

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O movimento docente federal adentra 2026 sob uma conjuntura de intensa complexidade, caracterizada, sobretudo, pela subsistência de uma situação de desrespeito às conquistas obtidas no âmbito da Greve Docente Federal de 2024 e consignadas no Acordo de Greve nº 10/2024, bem como pelo cerco de uma ofensiva neoliberal contra os serviços públicos, expressa pela tentativa de fazer aprovar no Congresso Nacional uma Contrarreforma Administrativa, a partir da tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 38/2025. Essas duas frentes de luta, que galvanizaram a atenção e os esforços de luta do setor das IFES do ANDES-SN ao longo de 2025, combinam-se a um quadro de gravíssima deterioração das condições de trabalho e de comprometimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no interior das nossas instituições, provocada por uma crise orçamentária que se aprofundou significativamente na última década e se intensificou sob a égide do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), para além de se desenvolverem em Instituições Federais de Ensino (IFEs) sob relevantes ameaças à autonomia universitária, violações à gestão democrática, processos de privatização interna e em um cenário de esvaziamento dos *campi*, tanto quanto de intensificação e plataformização crescente do trabalho. Temos diante de nós, portanto, um quadro que não é o de desafios isolados, mas sim de um projeto coordenado de deterioração e desprestígio das nossas Universidades, Institutos Federais e CEFETs, que reclama a conversão da vigilância em mobilização permanente para defender direitos e a própria existência dos serviços públicos, notadamente da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada.

Nos primeiros meses de 2025, a morosidade do Governo Federal em enviar ao Congresso Nacional uma proposta legislativa que permitisse efetivar as parcelas de reajuste remuneratório previstas no Acordo de Greve nº 10/2024 obrigou o conjunto da categoria a empreender substanciais esforços de mobilização durante o processo de tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, caracterizando uma situação de desrespeito e negligência em relação aos termos pactuados no Acordo que segue sendo a tônica do tratamento dos itens pendentes. A edição tardia da Medida Provisória (MP) 1.286/2024 (de 31 de dezembro de 2024), posteriormente convertida em Projeto de Lei (PL) nº 1.466/2025, que, aprovado, resultou na Lei nº 15.141/2025, garantiu, por fim, a implementação retroativa da parcela remuneratória prevista para janeiro de 2025 e a previsão daquela a ser incorporada em abril de 2026; suas características, todavia, geraram impacto negativo para docentes que se aposentaram em classes e níveis que deixaram de existir por força da aglutinação que engendrou a atual classe de entrada, impondo ainda mais pressão para que sejam encaminhados os elementos do Acordo referentes à luta específica por reposicionamento de aposentadas e aposentados e pela isonomia.

A Greve da Educação Federal de 2024, envolvendo mais de 60 instituições da base do ANDES-SN, representou uma das principais lutas da classe trabalhadora brasileira em período recente, reafirmando a autonomia e independência da nossa categoria diante de um quadro de considerável intransigência por parte do governo. O movimento paredista forçou negociações e conquistou avanços importantes. Contudo, decorridos quase dois anos desde a assinatura do Acordo de Greve nº 10/2024, em 27 de junho de 2024, o que se observa é uma tática de protelação e desgaste por parte do governo, que tem utilizado dispositivos burocráticos de dilação dos encaminhamentos a serem dados aos itens do acordo, de modo a esvaziar as conquistas.

A pressão pelo cumprimento do Acordo foi objeto de atos públicos, como aqueles realizados ao longo de fevereiro e março de 2025, durante a realização da 2ª Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP) junto ao MEC (em julho de 2025) e da 12ª Reunião da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) dos servidores e servidoras do executivo federal junto ao MGI (em outubro de 2025). O desafio de intensificar a mobilização quanto ao tema se torna imperativo para o

movimento docente federal, sobretudo porque a situação em relação à implementação integral do Acordo é, no momento, a seguinte:

TEMA	ANÁLISE DO ANDAMENTO E AÇÕES
Progressões/promoções	Obteve-se revisão dos procedimentos restritivos da Instrução Normativa (IN)/MGI nº 66/2022, garantindo progressão multinível e efeitos financeiros retroativos à data do cumprimento do interstício. Pareceres jurídicos da CGU, do MEC e Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN e o Parecer 02/2024/ CFEDU/SUBCONSU/PGF/AGU confirmaram esse avanço, que foi implementado na maioria das IFES, não obstante uma parte das instituições resista em aplicar as novas regras. O ANDES-SN tem apoiado seções sindicais na luta local, divulgando os pareceres e cobrando que Comissões Permanentes de Pessoal Docente (CPPDs) procedam a adequação dos procedimentos.
Controle de Frequência EBTT	O Acordo de Greve nº 10/2024 previa a alteração do Decreto nº 1.590/1995 para isentar docentes EBTT do controle de frequência, garantindo isonomia com o Magistério Superior. Esse é um tema em que se observa até o momento flagrante descumprimento do acordo. Representantes do MEC e do MGI afirmam que a minuta de alteração do decreto está pronta, mas a mesma permanece "engavetada" sob responsabilidade do Ministro-Chefe da Casa Civil Rui Costa. O ANDES-SN enviou as Cartas nº 350/2025 e nº 352/2025 cobrando a publicação imediata. A pressão sobre a Casa Civil deve ser intensificada, responsabilizando o Ministro pelo desrespeito ao acordo.
Revogação da Portaria MEC nº 983/2020	Obteve-se a Revogação da Portaria em questão, substituída pela Portaria MEC nº 750/2024, e foi instalado GT, cujos trabalhos foram encerrados em janeiro de 2025, de modo a elaborar uma Portaria substitutiva que garantisse avanços importantes, como a redução de carga horária mínima de ensino para 8 horas para docentes EBTT. Embora a portaria substitutiva esteja pronta, o governo não providenciou a publicação, retida sob responsabilidade do Ministro Camilo Santana, que alega processo de revisão técnica da consultoria jurídica do MEC. Essa situação é inaceitável e foi objeto de ato público realizado durante a 2ª reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP) junto ao MEC e também da Carta nº 351/2025, que exigia a publicação imediata do substitutivo.
RSC para aposentadas e aposentados	O Acordo de Greve nº 10/2024 previa que o Governo declinaria de recorrer de decisões judiciais que garantissem o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para aposentadas e aposentados da categoria EBTT. Apesar do compromisso, a Advocacia Geral da União (AGU) seguiu recorrendo em diversos processos, contrariando o que foi pactuado. O ANDES-SN atuou política e juridicamente, ingressando como amicus curiae em processos que tramitaram na justiça federal para garantir essa conquista e denunciar a postura contraditória do governo. Em maio de 2025, transitou

	em julgado o Tema Recorrente nº 1.292, no STJ, que definiu o direito de aposentadas e aposentados ao RSC.
Grupos de Trabalho (GTs) sobre "entrada lateral" e "reenquadramento de aposentadas e aposentados"	Os GTs pactuados foram aglutinados em um único grupo de trabalho junto ao MEC, incorporando ainda o tema da revogação da IN MGI nº 15/2022, sobre os adicionais de insalubridade. O GT teve até o momento apenas duas reuniões, a última decorrendo em maio de 2025, depois de ter sido instalado com extremo atraso. Essa lentidão é nitidamente uma estratégia de desmobilização, pela qual o governo parece esperar que as pautas morram de inanição. O ANDES-SN enviou a Carta nº 348/2025, cobrando que o MGI e o MEC apresentem um cronograma e exigindo que se proceda uma definição de prazos para o efetivo funcionamento do GT e encaminhamento de medidas práticas.

Ainda no espectro dos temas debatidos no âmbito dos Acordos de Greve nº 10/2024 (EBBT e Magistério Superior) e 11/2024 (TAE), um tema importante, na perspectiva da construção da carreira única docente defendida pelo ANDES-SN, seria a unificação das duas carreiras do Magistério Federal, a carreira do magistério superior (MS) e a carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT). O debate sobre a eventual unificação das carreiras MS e EBTT, entretanto, não está na ordem do dia do governo federal.

No caso dos(as) colegas técnicos(as)-administrativos(as) em educação, como possuem uma única carreira para todas as IES, existe uma comissão permanente no Ministério da Educação que trata de todos os temas vinculados à carreira TAE. A Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira (CNSC) é uma comissão que acompanha, assessora e avalia o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). Ela é composta por representantes do Ministério da Educação (MEC), de dirigentes de Instituições Federais de Ensino, Andifes e Conif, e de entidades de servidores, como a Fasubra e o Sinasefe. Suas atribuições incluem propor normas, acompanhar a implementação e avaliar o plano de carreira dos(as) técnicos(as)-administrativos(as) em educação.

A sugestão é propor ao governo federal a criação de uma comissão semelhante para as carreiras MS e EBTT, que reúna o governo, através do MGI e do MEC, as associações de dirigentes das IFEs, como a Andifes, o Conif, o Condicap e o Condetuf, e as entidades sindicais nacionais representativas dos(as) docentes federais, ANDES-SN e Sinasefe.

A partir da criação de uma Comissão Nacional da Carreira Docente, haveria um fórum específico para avaliar a reestruturação e tratar de qualquer alteração no projeto de carreira docente. Na perspectiva do ANDES-SN e do Sinasefe Nacional, sindicatos defensores de projeto de carreira única do Magistério Federal, tal comissão poderia contribuir para avançar no debate de unificação das carreiras MS e EBTT.

Enquanto se omite em cumprir pontos do acordo, o governo avança com ataques infralegais que aprofundam o controle sobre o trabalho docente. A IN SRT/MGI nº 71, de 19 de fevereiro de 2025, é o exemplo mais explícito desse problema. A norma vincula o pagamento do auxílio-transporte a um "controle de comparecimento do servidor", estabelecendo na prática uma forma velada de controle de frequência. Essa medida viola diretamente o Decreto nº 1.590/1995, que é hierarquicamente superior e dispensa os docentes do Magistério Superior do controle de ponto, direito que o Acordo de Greve nº 10/2024 previa que deveria ser estendido à categoria EBTT. O ANDES-SN enviou a Carta nº 346/2025 ao MEC, solicitando um posicionamento oficial do Ministério contra a aplicação dessa norma à categoria docente, por sua ilegalidade e por representar mais um ataque à autonomia universitária e às condições de trabalho. Além disso, a AJN preparou minuta de ação jurídica contra a implementação da medida, disponibilizada ao conjunto das seções sindicais para que se procedesse ao ingresso de ações em âmbito local na Justiça Federal dos estados.

As questões expressas pela atual situação de protelação do Acordo de Greve nº 10/2024 e pelo avanço da IN SRT/MGi nº 71 no quadro das IFEs não podem ser dissociadas quer da postura geral

assumida pelo Governo em relação às negociações travadas com o conjunto das entidades sindicais representativas do funcionalismo do executivo federal, quer com aquele que foi o principal tema das nossas mobilizações ao longo de 2025, notadamente no segundo semestre, diante da tentativa do Congresso Nacional de fazer aprovar uma proposta de Contrarreforma Administrativa de teor neoliberal, desestruturante e a serviço dos interesses do financismo nacional e internacional.

Por um lado, o governo tem sistematicamente desrespeitado o regimento pactuado com as entidades para o desenvolvimento das Mesas Centrais da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), atrasando de forma recorrente a convocação das reuniões, deixando de enviar pautas e obrigando o conjunto do movimento sindical a processos decisórios precários, dada a inviabilidade de proceder a respostas qualificadas nos prazos apresentados. Essa tática, que foi a tônica, por exemplo, da 12ª reunião da Mesa Central, realizada em outubro de 2025, resultou na imposição de discussões que não contemplaram nenhum dos pontos centrais constantes da pauta apresentada em janeiro de 2025 pelas entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), especialmente aquelas relativas à isonomia entre servidoras(es) da ativa e aposentadas(os), à equiparação de benefícios entre servidoras(es) dos três poderes e ao chamado "Revogaço" das medidas autoritárias e contrárias ao serviço público promulgadas durante os governos Temer e Bolsonaro. Além disso, implicou em uma proposta de reajuste de benefícios, implementada a partir de dezembro de 2025, que desconsiderou os princípios fundamentais reivindicados pelas entidades e que foi imposta em termos que só podem ser descritos como típicos de uma chantagem. Esse desrespeito foi objeto de manifestação de repúdio, via ofício, por parte do Fonasefe e deve ser considerado no aprofundamento da nossa luta comum para viabilizar o atendimento das pautas do conjunto do funcionalismo.

Por outro lado, o que a IN SRT/MGI nº 71/2025 sintetiza é a tentativa de viabilizar uma "Reforma Administrativa por dentro", constituída por instrumentos infralegais e imposta com alheamento do diálogo com as entidades sindicais. Essa reforma "infraconstitucional" se materializa em normativas que, sob o disfarce da "modernização", implementam uma lógica gerencialista e precarizante das condições de trabalho no âmbito dos serviços públicos. Medidas como o Decreto nº 12.374/2025 e a IN MGI nº 122/2025, que padronizam a avaliação do estágio probatório, centralizam critérios de avaliação de desempenho e retiram autonomia das IFEs, impondo plataformização e padronização negativa dos critérios de desempenho, representam um comprometimento de setores do Governo com a agenda de desestruturação do serviço público. Essa tendência já se aprofundava, inclusive, na tentativa de expandir o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (SIDEC), que foi objeto de Carta remetida pelo ANDES-SN ao MGI (Carta nº 347/2025).

É nesse contexto que o Legislativo, conjugando uma aliança perniciosa entre o gerencialismo neoliberal e privatizante e os interesses sub-reptícios da extrema direita, encontrou espaço para avançar na tentativa de fazer aprovar uma Reforma Administrativa, reapresentando elementos que já haviam sido colocados no debate público durante a discussão da PEC nº 32/2020 e ousando um maximalismo em relação à destruição dos serviços públicos no Brasil, que deita suas raízes no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE), iniciativa do então ministro Bresser Pereira durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, e que pretende, no fundo, minar os direitos sociais consignados na Constituição Federal de 1988.

A discussão sobre a Contrarreforma Administrativa foi relançada na conjuntura atual a partir do Grupo de Trabalho (GT) constituído na Câmara dos Deputados para tal fim, sob coordenação do Deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) e relatoria do Deputado Zé Trovão (PL-SC). O GT instalou seus trabalhos em junho de 2025, tendo realizado apenas sete sessões, nas quais ouviu apenas sete entidades sindicais, e apresentou relatório final no início de outubro de 2025, sob forte influência de entidades atreladas ao lobby antisserviços públicos, subsidiadas pelo mercado financeiro, tais como o Movimento Pessoas à Frente (MPàF) e o República.org. Da atuação desse Grupo de Trabalho resultaram três propostas legislativas: uma PEC, que posteriormente obteve, a princípio, as 171 assinaturas necessárias e passou a tramitar como PEC nº 38/2025 (uma atualização mais intensa de elementos já presentes na PEC nº 32/2020, que foi objeto de nossa forte resistência), um Projeto de Lei Complementar (PLP) da "Responsabilidade por Resultados" e um Projeto de Lei Ordinária (PL) do "Marco Legal da Administração Pública". Representando um substancial ataque a garantias contidas nos Artigos 37, 41 e 165 da Constituição Federal de 1988, a PEC nº 38/2025 tem como eixos principais:

a) Fim da estabilidade: a proposta prevê a perda de cargo por insuficiência de desempenho, regulamentada por meio de programas de gestão e avaliação. Além disso, flexibiliza drasticamente as regras para contratações temporárias, eliminando a exigência de "excepcional interesse público", o que abre as portas para o privilegiamento da "execução indireta", isto é, da terceirização, bem como para a precarização generalizada e o apadrinhamento político, com potencial extinção da figura dos concursos públicos;

b) Desestruturação das carreiras e salários: propõe a organização dos cargos em um sistema de "posto/posição", acabando com as progressões baseadas no tempo de carreira. Em seu lugar, introduz a lógica de bônus por desempenho, vinculando parte da remuneração a metas de avaliação, conjugada à instituição de uma tabela única remuneratória por poder e esfera da administração pública, achatando salários e destruindo a estrutura das carreiras;

c) Controle e produtivismo: o modelo centralizado de desempenho torna-se um instrumento central de controle, vinculado não apenas à progressão e à promoção, mas também à própria permanência no cargo. A criação de uma estrutura encadeada de captura gerencial por sistema de metas generalizado fragiliza a autonomia técnica e, no caso do magistério, ataca frontalmente a liberdade de cátedra.

A proposta em tela representa não apenas um ataque às servidoras e aos servidores públicos e aos seus direitos historicamente consolidados, mas aos serviços públicos em si mesmos e à forma pela qual, por meio deles, efetivam-se direitos sociais essenciais, o que redunda representar uma afronta à própria democracia.

Em reação a essa tentativa de destruição dos serviços públicos no Brasil, o ANDES-SN buscou consolidar uma ampla unidade das entidades sindicais dos serviços públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como no Distrito Federal. No âmbito do Fonasefe, realizamos em meados de agosto de 2025 um Seminário Nacional sobre a Reforma Administrativa, que foi seguido de paralisação de 48 horas convocada em conjunto com o Sinasefe e a Fasubra, em 10 e 11 de setembro de 2025. O desenvolvimento da luta, ao longo dos meses seguintes, incluindo a reunião conjunta dos setores das IFEs e das IEEs/IMEs/IDEs e duas convocações da Comissão Nacional de Mobilização (CNM), culminou com a construção da Marcha Nacional dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa, realizada em 29 de outubro de 2025, que, com a participação do conjunto das Centrais Sindicais brasileiras e entidades de servidoras e servidores das três esferas da administração pública, reuniu mais de 20 mil pessoas em Brasília-DF. Como resultado dessa ampla campanha de lutas, mais de duas dezenas de deputados retiraram suas assinaturas da PEC nº 38/2025, produzindo um quadro de extrema dificuldade política e relativo isolamento dos seus proponentes que impediu até o momento que a proposta fosse objeto de apreciação pelas Comissões ordinárias da Câmara dos Deputados ou que acabasse apensada à PEC nº 32/2020 de modo a ser apreciada diretamente em plenário. É certo que tal ameaça, no entanto, segue pairando sobre o conjunto de servidoras e servidores públicos e demanda o contínuo esforço de mobilização em defesa de nossos direitos e do papel central desempenhado pelos serviços públicos em relação ao conjunto da classe trabalhadora brasileira. Nesse sentido, o fortalecimento dos espaços de articulação política das entidades sindicais dos serviços públicos, como o Fonasefe, deve ocupar um lugar estratégico no nosso plano de lutas.

Ao envolver-se no debate da Contrarreforma Administrativa sem um posicionamento contrário em concreto e, ao mesmo tempo, imiscuindo na administração pública brasileira um conjunto de medidas infralegais consonantes com a lógica geral da PEC nº 38/2025, concomitantemente à atitude de se omitir de cumprir integralmente aquilo que foi pactuado com a categoria docente (o que replica uma conduta geral em relação aos Acordos pactuados com 52 categorias do funcionalismo público federal em 2024), o Governo força o movimento docente a atuar em diversas frentes. Essa escolha política nitidamente visa dispersar energia e mitigar a nossa capacidade de mobilização, tornando o cenário de lutas ainda mais complexo e desafiador. Ademais, o exercício do trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino confronta-se cotidianamente com problemas estruturais que não podem ser negligenciados no curso das nossas lutas. Dentre eles, destaca-se, indubitavelmente, a crise orçamentária em que as IFEs estão mergulhadas há mais de uma década e, em conexão direta com esse problema, as tensões em relação ao instituto da autonomia universitária e agravos que decorrem de um quadro de limitações ainda muito severas à democracia interna nas nossas instituições.

Apesar do processo de expansão da rede federal de ensino, a última década caracteriza-se por uma fortíssima depreciação do financiamento público, com declínio das verbas discricionárias, retração quase total da capacidade de investimentos e estagnação das massas salariais de docentes e técnicos administrativos em educação. Essa crise se reflete em uma deterioração das estruturas existentes, inconclusão da instalação de novas estruturas, particularmente nas instituições mais recentes, com intenso impacto sobre as condições de trabalho, afetando a continuidade de atividades de ensino, pesquisa e extensão, ampliando a evasão, repercutindo em queda contínua das taxas de matrícula, esvaziamento das Universidades, Institutos Federais e CEFETs e produzindo um quadro endêmico de adoecimento nas nossas instituições.

Considerando-se, por exemplo, o conjunto das verbas discricionárias das Universidades Federais, a LOA de 2025 previu a disponibilização de recursos que corresponderam a apenas o equivalente deflacionado de 45% do montante executado em 2014. O ano de 2025 iniciou-se com um corte de R$ 310 milhões no orçamento das Universidades Federais, agravado pelo contingenciamento brutal imposto pelo Decreto 12.448/2025, de abril de 2025, que limitou os repasses mensais a 1/18, bloqueando mais de 30% do orçamento previsto. Após forte pressão, o Governo editou o Decreto 12.477/2025, restituindo o repasse mensal de 1/12 e adicionando R$ 400 milhões, dos quais, no entanto, dado o corte inicial realizado durante a tramitação do PLOA, apenas R$ 55 milhões constituíram efetivamente recomposição orçamentária, o que representa um valor absolutamente irrisório.

Não é possível mitigar ou negligenciar os efeitos dessa política de asfixia que foi duramente imposta, sobretudo, a partir da vigência de mecanismos como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 e, posteriormente, o chamado Novo Arcabouço Fiscal (NAF/Lei Complementar nº 200/2023). Os recursos destinados a investimentos nas Universidades Federais brasileiras retraíram-se em 2025 para apenas 5% daquilo a que correspondiam em 2014, apesar de a Greve da Educação Federal ter arrancado compromissos do governo que, por meio do chamado PAC da Educação, previram pouco mais de R$ 300 milhões de recursos para investimentos pela primeira vez em uma década. Do mesmo modo, a queda de mais de 58% nos recursos destinados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), quando comparados os valores executados em 2024 àqueles disponíveis em 2016, antes da EC 95, conexa à queda no custo-aluno anual (que foi de 58,3%, quando comparados os anos de 2014, em que cada aluno representava anualmente R$ 11.800 do orçamento das Universidades Federais, e de 2025, com este valor despencando para apenas R$ 4.900), resulta emuma situação de inviabilidade da garantia de qualidade nas nossas instituições.

Esse quadro tem aberto cada vez mais espaço para um generalizado ataque à autonomia universitária e para o avanço de uma lógica de privatização interna das IFEs. Por um lado, as Universidades, Institutos Federais e CEFETs são cada vez mais dependentes de fontes de financiamento sazonais e fora do controle comunitário, notadamente aquelas provenientes de emendas parlamentares e da atuação de fundações de direito privado. Enquanto, em 2016, as emendas representavam cerca de 6,7% do orçamento das Universidades Federais (totalizando R$485 milhões em valores atualizados), hoje esse total se aproxima dos 12% (somando perto de R$653 milhões). Iniciativas como o PL nº 3.817/2019, que autoriza as IFES a venderem parte de seu patrimônio para liquidar despesas correntes, assim como tentativas liberalizantes de regulamentar o Artigo 207 da CF/1988, descaracterizando a autonomia universitária em favor da ação de Organizações Sociais (OSs), fundações de apoio (que já movimentam mais de 15% do total de recursos no interior das IFEs) e outros agentes privados, exprimem à perfeição a face perversa de uma crise orçamentária para a qual a destruição da Universidade pública tem sido apresentada como uma cínica solução.

É nesse contexto que a luta pela garantia da autonomia e pela efetiva democratização das IFEs passa a ocupar um lugar cada vez mais crucial. A persistência do entulho autoritário, proveniente da Ditadura Empresarial-Militar, que ainda determina um modelo de escolha de dirigentes baseado na Lei nº 5.540/1968, enseja a possibilidade de novas intervenções, como as mais de 20 registradas entre 2019 e 2023, demandando nossa contundente ação. O PL nº 1.621/2023, que visa extinguir a chamada "Lista Tríplice" e instituir um modelo, no mínimo, paritário entre os segmentos da comunidade acadêmica para a escolha de dirigentes, representa um importante avanço nesse sentido, mas é preciso intensificar não apenas a luta para sua efetiva apreciação no Congresso Nacional, onde já se encontra aprovado na Comissão de Educação da Câmara, mas também para que seja objeto de emendas, principalmente visando garantir um processo de escolha de dirigentes efetivamente democrático e que se inicie e se encerre dentro das IFEs.

O enfrentamento simultâneo ao desrespeito consubstanciado no descumprimento, até o momento, do Acordo de Greve nº 10/2024, à tentativa de realizar uma Contrarreforma Administrativa, ao subfinanciamento das IFEs e ao déficit democrático que persiste em nossas instituições, com graves ataques à autonomia, exige um plano de lutas robusto, pautado na mais ampla unidade entre os setores da educação federal, incluindo entidades sindicais (Sinasefe, Fasubra) e o conjunto do movimento estudantil, e capaz de nos fazer passar da resistência à ofensiva, para combater a captura gerencialista dos serviços públicos, a lógica do produtivismo e a naturalização da precariedade.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

II - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO SETOR DAS IFES

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES–SN, em conjunto com o Fonasefe, pressione o governo por respostas às pautas dos servidores, em especial, aqueles referentes ao "revogaço", perdas históricas salariais, equiparação dos benefícios, medidas antissindicais, dentre elas o direito de greve e a reforma administrativa.
1.1 Que o ANDES-SN, em conjunto com o Fonasefe, pressione o governo e o congresso nacional contra a reforma administrativa e envide esforços para a articulação de sindicatos das três esferas em defesa do Serviço Público contra a reforma administrativa.
2. Que o ANDES-SN construa uma agenda de luta com indicativo de dias de mobilização e paralisação no segundo semestre de 2025, além de jornadas de luta, datas de reuniões dos GTs sobre os itens do acordo ou a partir de calendário de luta construído em unidade com as entidades da educação federal.
3. Que o ANDES-SN proponha ao SINASEFE a realização de uma campanha e ações conjuntas, em níveis nacional e local, pela publicação da alteração do Decreto 1.590/1995, acerca do controle de frequência da categoria EBTT, responsabilizando o Ministério da Casa Civil e nomeando Rui Costa como inimigo dos(as) docentes EBTT.
4. Que o ANDES-SN organize reunião entre a coordenação do setor das IFES e as seções sindicais em que vigora o controle de frequência para avaliar estratégias de luta em articulação com o Sinasefe.
5. Que o ANDES-SN construa iniciativas nacionais e locais contra o controle de frequência das categorias EBTT e do Magistério Superior, inclusive a aferição de presencialidade relacionada ao auxílio transporte.
6. Que o ANDES-SN denuncie e lute pela revogação da IN 71/2025, que muda as regras para receber o auxílio-transporte, vedando o uso de transporte próprio e vinculando a concessão ao controle de presença.
7. Que o ANDES-SN realize, em conjunto com o Fonasefe, ações e discussão de estratégias para a revogação da IN 71/2025, incluindo a tomada de medidas jurídicas.
8. Que o ANDES-SN construa, em parceria com FASUBRA, SINASEFE e entidades estudantis, um calendário de lutas em defesa da recomposição dos orçamentos das IFES, em articulação com a luta pela revogação do novo arcabouço fiscal e quaisquer medidas de cortes e contingenciamentos.
9. Que o ANDES-SN realize reunião com ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CONEDUF, entidades da educação federal, para discutir uma campanha unificada pela recomposição dos orçamentos da IFES e inicie o debate sobre o orçamento de 2026.
10. Que as seções sindicais promovam atividades de debate e mobilização nos locais de trabalho, em articulação com as demais entidades da educação, sobre a luta pela recomposição dos orçamentos das IFES e para pressionar que as direções das IFES disponibilizem dados atualizados sobre os impactos dos cortes e contingenciamentos nas atividades acadêmicas.
11. Que o ANDES-SN intensifique a defesa da instalação no âmbito das negociações com o governo, de Grupo de Trabalho para discutir as questões de carreira.
12. Que o ANDES-SN entre com ação judicial coletiva pela implementação dos reflexos financeiros retroativos a 2022 do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para docentes EBTT.
13. Que o ANDES intensifique: 13.1 A luta pelo reenquadramento dos aposentados(as) no nível equivalente ao da sua aposentadoria. 13.2 A luta pela devolução dos recursos confiscados relativos a contribuição previdenciária dos aposentados(as) 13.3 A luta pelo não pagamento da contribuição previdenciária debatendo os projetos de lei sobre o tema que tramitam no congresso nacional.
14. Que o ANDES, por meio dos Setores da IFES, IEES, IMES e Distritais promova no segundo semestre de 2025, a divulgação de materiais de comunicação, dando visibilidade à extinção de lista tríplice, em consonância com o Dia Nacional de Luta pelo Fim da Lista Tríplice, aprovado no 43º Congresso e ressaltando as mazelas causadas pelas intervenções autoritárias nas universidades públicas.

Recomendação: *Que o ANDES-SN paute em suas reuniões, a possibilidade dos TAEs se candidatarem a cargos de Reitores e Diretores de Unidade.*

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, por meio do setor das federais, intensifique as cobranças ao governo, realizando ações em âmbito nacional e local nas IFES, pelo cumprimento da integralidade dos itens do Acordo de Greve 10/2024, incluindo ações de comunicação, mobilização, atos e dias de paralisação, em articulação com as demais entidades da educação e do conjunto dos(as) servidores(as) públicos(as).
1.1. Que o ANDES-SN, por meio do setor das IFES, mobilize pelo fim do ponto eletrônico nas IFES e pressione pela publicação da reedição do Decreto 1.590/1995, para garantir condições isonômicas de trabalho entre docentes EBTT e do Magistério Superior Federal, bem como pelo reconhecimento do trabalho acadêmico realizado por docentes EBTT.
1.2. Que o ANDES-SN lute para que a previsão de regras nacionais e a uniformização de procedimentos de progressão e promoções previstas no termo do Acordo de Greve 10/2024 respeite os períodos de interstícios cumpridos, incluindo a situação de períodos retroativos e progressões múltiplas.
1.3. Que o ANDES-SN lute por um desenvolvimento vertical (progressão funcional) da carreira docente mediante a avaliação pelos pares, orientado prioritariamente pelo cumprimento do regime de trabalho docente para o período de interstício e contra o estabelecimento de métricas produtivistas e de competição que imponham quaisquer travas ao exercício do direito de progressão funcional.
2. Que o ANDES-SN mantenha a mobilização da categoria para pressionar o governo Lula e o congresso nacional pela efetivação do Termo de Acordo de Greve e que, no caso de descumprimento do reajuste salarial em janeiro de 2025, realize rodada de assembleias para avaliar a construção de greve.
2.1. Que o ANDES SN realize reunião do setor das federais, com data indicada para o final de fevereiro de 2025, para avaliar as ações diante do andamento da aprovação da LOA 2025.
3. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais lutem para derrotar os ataques aos(às) servidores(as) públicos(as) e às políticas sociais previstos no pacote fiscal de novembro de 2024, uma consequência direta do Novo Arcabouço Fiscal (NAF).
4. Que o Andes-SN continue a luta contra o tripé macroeconômico de metas da inflação, superavit primário e câmbio flutuante.
4.1. Que o ANDES-SN empreenda a luta contra desvinculação dos mínimos constitucionais da saúde e educação e a luta contra o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que imporá ataques aos direitos adquiridos para o seu cumprimento. Isto foi demonstrado pelo pacote de medidas anunciado pelo Governo Federal em novembro de 2024, que ataca os direitos da classe trabalhadora em geral (restrição ao crescimento do salário mínimo, BPC, Abono Salarial, Bolsa Família).
4.2. Que o ANDES SN enfrente a restrição de concursos públicos em 2025, assim como a previsão de bloqueio de aumento salarial acima de 0,6% da inflação a partir de 2027.
5. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais organizem a luta contra medidas infralegais e normativas de caráter assemelhado da proposta de reforma administrativa 32/2020, tais como: IN 24/2023 - Teletrabalho - Programa de Gestão e Desempenho (PGD) que gera maior sobrecarga com precariedade de recursos, a Portaria 619/2023 que dificulta a redistribuição de servidores do Executivo Federal, bem como a instabilidade pela contratação por vínculo temporário de aprovados no concurso nacional unificado e o incremento de produtivismo previsto na Portaria 5.127/2024 que define diretrizes para a reestruturação de carreiras.
5.1. Que o ANDES-SN, inclua nessa agenda a mobilização contra os elementos de ataque ao serviço público na perspectiva da contrarreforma administrativa presentes na MP 1286/24, entre esses a expansão sistema de desenvolvimento na carreira (SIDEC) para outras carreiras, lógica de pontuação e avaliação de desempenho individual.
6. Que o ANDES-SN construa agendas com a FASUBRA e o SINASEFE nas pautas relacionadas à educação federal; em sentido semelhante, deve impulsionar mobilização que envolva o conjunto do funcionalismo representados pelo FONASEFE.
7. Que o ANDES-SN publique materiais abordando a situação orçamentária, destacando o subfinanciamento, ao longo de décadas, relacionado ao custeio, investimento e pessoal das IFES, assim como os impactos da atualização do pacote fiscal de novembro de 2024 sobre o Novo Arcabouço Fiscal.
8. Que o ANDES-SN continue a luta pelo reposicionamento e reenquadramento na carreira, de modo a resguardar: a) a posição do(a) docente aposentado(a) na nova carreira no nível correspondente ao topo em que

se encontrava no momento da aposentadoria; b) as resoluções do Conad Extraordinário sobre Carreira, de modo que nenhum(a) aposentado(a) tenha prejuízos em função das mudanças na carreira.
9. Que o ANDES-SN, por meio do setor das IFES, denuncie e lute contra o PL 3.817/2019, que trata da "ampliação de fonte" de receitas para financiamento às universidades e instituições de pesquisa federais.
10. Que o Setor das Federais realize um painel, com representação da coordenação do GTPE, sobre o papel das universidades virtuais e demais modalidades de teletrabalho e de ensino com contratação precária por bolsas e tutoria.
11. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, organize painel e publicações sobre as condições de trabalho e aspectos de infraestrutura das IFES, a partir dos relatos das seções sindicais.
12. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, atualize o levantamento acerca das intervenções e outras arbitrariedades em processos de eleição de dirigentes Universidades, Institutos Federais e Cefets.
13. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, organize um Dia Nacional de Luta pelo fim da lista tríplice, orientado pelo princípio da gestão democrática do Caderno 2 do ANDES-SN, em defesa da autonomia universitária, de processos de escolha de reitores(as) com, no mínimo, a paridade, e mantenha a mobilização de pressão no parlamento.
14. Que na primeira reunião do Setor das IFES, após 43º Congresso, seja pautado debate sobre formas enfrentamento, entre as quais, o boicote ao controle de frequência para a carreira EBTT, com vistas a garantir o cumprimento do acordo com o Governo Federal.
14.1 Que o ANDES-SN construa agenda com SINASEFE incluindo iniciativas e mobilizações a fim de garantir a isenção do controle de frequência para carreira EBTT.

TR – 21

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, atue junto ao Sinasefe Nacional e à Fasubra Sindical para construir um calendário unificado de paralisações no primeiro semestre de 2026, realizando ações em âmbito nacional e local nas IFEs, de modo a pressionar o Governo pela integral e imediata implementação dos itens pendentes do Acordo de Greve nº 10/2024, intensificando as ações de mobilização e de comunicação sobre o tema e buscando unificar essa luta com o conjunto do funcionalismo do executivo federal, sobretudo tendo em conta o descumprimento de acordos pactuados com diversas categorias ao longo de 2024 e 2025.

2. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais e buscando a unidade com o Sinasefe Nacional, intensifique as ações de pressão pela publicação imediata da alteração do Decreto nº 1.590/1995, responsabilizando publicamente o Governo Lula-Alckmin, a Casa Civil e o ministro-chefe Rui Costa pela postergação e desrespeito ao Acordo de Greve nº 10/2024, assim como dê visibilidade à exigência de publicação do substitutivo da Portaria MEC nº 750/2024, com responsabilização pública do ministro Camilo Santana, empreendendo uma campanha pela garantia de condições isonômicas entre as carreiras do Magistério Superior (MS) e EBTT e pelo reconhecimento do trabalho acadêmico desenvolvido por docentes EBTT.

3. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, intensifique ações jurídicas e políticas, construídas em conjunto com as entidades sindicais nacionais do serviço público federal, reunidas no Fonasefe, pela revogação da IN SRT/MGI nº 71/2025, fortalecendo as ações locais que confrontam a sua aplicação e denunciando essa e quaisquer outras formas veladas ou explícitas de controle do trabalho e da frequência docente.

4. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, fortaleça o apoio às seções sindicais na luta local pela implementação das novas regras de progressão e promoção, pressionando as reitorias e CPPDs que ainda resistem em aplicar os entendimentos favoráveis à categoria.

5. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais e em conjunto com o Sinasefe Nacional, proponha ao Governo o estabelecimento de uma Comissão Nacional da Carreira Docente, nos moldes da Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira (CNSC), que acompanha, assessora e avalia o desenvolvimento do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), de modo a tratar dos temas específicos do Magistério Superior (MS) e do Magistério da Educação

Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), com o objetivo de avaliar a reestruturação, propor normativas e implementar ações para as carreiras do Magistério Federal.

6. Que o ANDES-SN exija, através de provocações administrativas e mobilizações, a retomada imediata do Grupo de Trabalho (GT) previsto no Acordo de Greve nº 10/2024, com o estabelecimento de um cronograma definido e com prazos para a apresentação de propostas concretas, em especial no que se refere à questão do reenquadramento de aposentadas e aposentados no nível equivalente ao de sua aposentadoria, tendo em conta os novos efeitos da Lei nº 15.141/2025.

7. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais e em conjunto com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), atue para denunciar o sistemático descumprimento por parte do Governo dos termos do regimento da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), intensificando a luta para que sejam encaminhadas as pautas apresentadas pelo conjunto das entidades, notadamente no que diz respeito aos itens do "Revogaço", à equiparação de benefícios entre os poderes, às perdas salariais e às medidas antissindicais que atingem o direito de organização sindical e o direito de greve.

8. Que o ANDES-SN fortaleça a unidade de ação com as demais entidades do funcionalismo público federal, no âmbito do Fonasefe, buscando ampliá-la para o conjunto do movimento sindical dos serviços públicos nas esferas estadual, municipal e distrital, seguindo com a construção de jornadas de luta em Brasília e no nível local, calendários de paralisação unificada e outras ações que visem derrotar a PEC nº 38/2025, avaliando a construção de uma Greve Geral dos Serviços Públicos, caso tal medida venha a ser apreciada em plenário no Congresso Nacional ao longo de 2026.

9. Que o ANDES-SN intensifique a campanha contra a Contrarreforma Administrativa, enfatizando o diálogo com a sociedade, no sentido de explicitar os graves prejuízos da Reforma e como os efeitos da desestruturação dos serviços públicos atingem o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

10. Que o ANDES-SN inclua, no âmbito da luta contra a Contrarreforma Administrativa, uma firme denúncia e ações jurídicas e políticas contra o conjunto de medidas infralegais de reforma gerencialista e neoliberal do Estado levadas a cabo atualmente pelo Governo Federal, com atenção particular para o Decreto nº 12.374/2025, a IN SRT/MGI nº 122/2025, a Portaria MGI nº 5.127/2024 e a IN SERES-SGPRT/MGI nº 24/2023, bem como para o Projeto de Lei de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal e o conjunto do Programa de Reorganização e Transformação do Estado, a cargo do Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (MGI).

10.1 – Que o ANDES-SN lute pela revogação da IN nº 261/2025, especificamente o artigo 46, que se configura como um retrocesso histórico, pois o sorteio das vagas para as cotas étnico-raciais respaldado oficialmente pelo MGI impõe a lógica da aleatoriedade – baseada na sorte – para determinar quem merece ou não o acesso à ação afirmativa.

11. Que o ANDES-SN, por meio do Setor das Federais, realize estudos mais amplos sobre a dimensão e o impacto das emendas parlamentares no orçamento discricionário das IFEs, intensificando a denúncia do seu caráter de solução mitigadora, que não enfrenta o quadro de desfinanciamento grave e crônico da educação federal e que atenta contra o efetivo exercício da autonomia universitária.

12. Que o ANDES-SN, em conjunto com as entidades sindicais da educação federal (Sinasefe e Fasubra) e com o movimento estudantil, atue para a construção de uma campanha nacional pela recomposição orçamentária das IFEs, destacando a grave situação das despesas relacionadas a custeio, investimentos e pessoal, a asfixia dos programas de assistência estudantil, o quadro de precariedade da infraestrutura e das condições de trabalho e a luta contra iniciativas como o PL nº 3.817/2019 e demais medidas que visam a desestruturação e privatização das IFEs.

13. Que o ANDES-SN estabeleça uma campanha permanente pela democracia nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs e em defesa da autonomia universitária, incluindo novas jornadas de luta contra a Lista Tríplice, pela efetiva gestão democrática, por processos de escolhas de dirigentes iniciados e encerrados dentro das instituições e com a garantia, no mínimo, da paridade entre os segmentos da comunidade acadêmica, fortalecendo a pressão sobre o parlamento e denunciando quaisquer iniciativas de intervenção e arbitrariedades similares.

TEXTO 22

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPB

O RSC COMO RECONHECIMENTO DOS/AS DOCENTES E SEU TRABALHO JUNTO AO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO.

TEXTO DE APOIO

O/a professor/a EBTT possui, em geral, uma tripla atuação, na medida em que exerce suas atividades no Ensino, na Pesquisa e na Extensão. O RSC (Reconhecimento de Saberes Docentes) avalia o conjunto dessas acões valorizando os feitos dos docentes na comunidade interna e externa, e não apenas sua produção acadêmica tradicional. O RSC é um tema central na carreira do Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) nos IF`s e algumas IFES, possuindo uma sólida base legal e pedagógica. Instituído pela Lei n° 12.772/2012 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal), constitui em um importante mecanismo que permite a progressão e a promoção na carreira docente, de forma alternativa ou complementar à titulação acadêmica formal. O RSC possui como finalidade principal o reconhecimento da experiência, do conhecimento técnico-profissional e das qualificações não formais (como cursos de extensão, participação em projetos, publicações, etc.) que o docente adquire ao longo de sua trajetória. Por isso, é muito plausível que se reivindique uma equivalência, em que o RSC pode conceder equivalência a até três níveis de progressão, o que significa que o docente pode alcançar classes e níveis de remuneração mais altos sem a necessidade imediata de obter novos títulos (como mestrado ou doutorado). Nesse sentido, o RSC se apoia em uma visão mais ampla e contemporânea do que constitui o "saber docente", reconhecendo que a excelência na docência não se resume apenas a diplomas acadêmicos. Desta forma, promove a Valorização da Experiência Profissional e dos Saberes Práticos, na medida em que os/as docentes dos IF`s e IFES trabalham em uma rede que abrange o ensino básico, técnico e superior. O RSC valoriza a experiência acumulada no chão da escola, em laboratórios, na orientação de TCCs, na extensão e na gestão. Possuindo um forte vínculo com a esfera do trabalho**,** os IFs são constituídos, em sua forma, atrelados ao setor produtivo e ao mundo do trabalho. O RSC reconhece as competências e saberes específicos (muitas vezes adquiridos fora da academia) que são cruciais para a formação técnica e tecnológica dos estudantes. Por essa razão, o RSC é um instrumento de reconhecimento da atuação e do saber docente, que deve se constituir em defesa, além de representar um ganho financeiro importante para o/a docente. Além disso, existe um contingente de quase 8 mil docentes no Magistério Superior, que poderiam ser beneficiados pelo acesso a degraus na carreira se pudessem se submeter ao processo do RSC.

Dada a situação apresentada, o 44º Congresso do ANDES-SN delibera que:

TR – 22

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN promoverá a defesa do RSC (Reconhecimento de saberes e competências) dos/as docentes que necessitarem utilizar desse recurso para promover sua ascensão e progressão na carreira docente, estendendo essa possibilidade aos/às docentes aposentados/as (na luta em curso sobre o reposicionamento na carreira) e em atividade também no magistério superior.

TEXTO 23

Contribuição das(os) sindicalizadas(os) do Sindcefet-MG: Adilson Mendes Ricardo, Anselmo Paulo Pires, Carlos Antônio Rufino, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Gabriel Fagundes Camargo, Gustavo Henrique Barbosa, Katalin Carrara Geocze, Kecia Aline Marques Ferreira, Lilia Maria de Oliveira, Mabel Rocha Coto, Marcos Prado Amaral, Roberta Abalen Dias.

CARGA HORÁRIA MÁXIMA DOCENTE PARA A CARREIRA EBTT

TEXTO DE APOIO

A Portaria MEC 750/2024, que revoga a Portaria MEC nº 983/2020, que estabelece diretrizes complementares à Portaria MEC nº 554/2013, para a regulamentação das atividades docentes no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, determina que o regulamento das instituições deverá prever, na composição da carga horária de aulas "no mínimo, 10 horas e, no máximo, 20 horas semanais para os docentes em regime de tempo integral".

Ao mesmo tempo a mesma Portaria determina que "são consideradas atividades docentes aquelas relativas ao Ensino, à Pesquisa Aplicada, à Extensão e às de Gestão e Representação Institucional. " Já as Atividades de Ensino "são aquelas diretamente vinculadas aos cursos e programas ofertados pela instituição, em todos os níveis e modalidades de ensino, tais como: a) aulas em disciplinas de cursos dos diversos níveis e modalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, presenciais ou a distância, regularmente ofertados pela instituição com efetiva participação de alunos matriculados; b) atividade de preparação, manutenção e apoio ao ensino; c) participação em programas e projetos de Ensino; d) atendimento, acompanhamento, avaliação e orientação de alunos, incluindo atividades de orientação de projetos finais de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação bem como orientação profissional nas dependências de empresas que promovam o regime dual de curso em parceria com a instituição de ensino; e e) participação em reuniões pedagógicas".

A Portaria MEC 750/24 define diretrizes, porém o detalhamento é feito por regulamentos próprios de cada IFE, como resoluções do Conselho Superior. Assim é aplicada usualmente uma proporção em que para cada hora em aula é, usualmente, prevista uma hora para atividades extraclasse. Tal proporção permite o planejamento, correção de provas, atendimento a alunos, reuniões pedagógicas, pesquisa, extensão, gestão e demandas vindas dos Núcleos de Acessibilidade e Apoio à Inclusão.

Porém a expansão da Rede Federal tem ocorrido sob uma lógica que combina crescimento quantitativo com redução de pessoal e orçamento. A ausência de concursos suficientes e os congelamentos de vagas resultaram em um cenário no qual o discurso da expansão se sustenta, na prática, à custa da intensificação do trabalho. É nesse contexto que emerge a exigência que docentes EBTT assumam a carga horária máxima determinada na Portaria MEC 750/24, de 20 horas semanais de aulas dentro de uma jornada de 40 horas. O Estado expande sua oferta educacional sem garantir a reposição mínima de força de trabalho necessária para sustentá-la. A sobrecarga docente funciona como mecanismo de ajuste interno para compensar o déficit permanente de vagas, mascarando a insuficiência de concursos e a falta de investimento.

A atuação de um docente EBTT com **20 horas semanais em sala de aula** gera **graves implicações acadêmicas e de saúde.** Com tal carga horária máxima o docente enfrenta elevado número de turmas e de estudantes com reduzido tempo disponível para preparação de aulas, correção de atividades e provas, atendimento aos alunos e planejamento pedagógico. **Quanto mais horas em sala, menos tempo para preparar aulas com qualidade**, o que prejudica o ensino e aumenta o desgaste.

Essa carga horária máxima impede **o docente de exercer plenamente sua carreira que, conforme** a Lei 12.772/2012, definem que o EBTT atua em ensino, pesquisa, extensão, gestão institucional e formação continuada. Com metade da jornada só em aula, **não há tempo** para

desenvolver projetos de pesquisa, participar de editais, elaborar projetos de extensão, orientar estudantes, participar de colegiados e nem mesmo cumprir demandas administrativas, como participar de reuniões de departamento.

A carga máxima de 20 horas semanais é um risco para saúde docente, havendo forte correlação entre o acúmulo de tarefas e a exaustão emocional, representando desgaste da voz, mais deslocamento, mais estresse contínuo, menos tempo para descanso cognitivo e, finalmente, maior probabilidade de adoecimentos como burnout, ansiedade, depressão, doenças osteomusculares (como as lesões por esforços repetitivos) e distúrbios do sono.

Outro fator crítico é que a sobrecarga de aulas **prende o docente nos níveis mais baixos da carreira**, já que para a progressão, principalmente para o último nível da carreira, precisará comprovar pesquisa, extensão, formação continuada, participação de atividades administrativas e produção técnica e científica. Com a carga horária máxima estipulada atualmente pela Portaria MEC 750/2024, torna-se quase impossível produzir artigos, coordenar projetos e atender exigências para progressão.

TR – 23

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN se posicione contrário à carga horária máxima de 20 horas de aulas prevista na Portaria MEC 750/2024, bem como em sua substitutiva, mobilizando seções sindicais para denunciar a sobrecarga imposta ao EBTT e seus impactos na saúde docente, na qualidade do ensino e na tríade ensino–pesquisa–extensão;

2. Que o ANDES-SN defenda a adoção, na portaria substitutiva à MEC 750/2024, de parâmetros nacionais que limitem significativamente a carga horária máxima para a carreira EBTT, tomando como referência a proposta de 8 horas semanais elaborada pelo próprio GT instituído pelo MEC;

3. Que o ANDES-SN pressione o MEC e o MGI pela recomposição imediata do quadro de docentes e a realização de concursos públicos para evitar que a falta de pessoal continue sendo compensada pelo aumento de aulas;

4. Que o GT Carreira trabalhe numa proposta de luta por uma regulamentação que assegure condições de ascensão na carreira docente que não prejudique docentes EBTT que, devido a elevada carga horária em sala de aula, não tiveram oportunidade de produzir artigos, coordenar projetos e atender exigências para progressão.

TEXTO 24

Contribuição da Diretoria da Sedufsm

POR UM BANCO NACIONAL DE REDISTRIBUIÇÃO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

Prestar concurso público em mais de um estado é comum, considerando que nem sempre a vaga pretendida está no estado pretendido, na época pretendida. E, com isso, muitos/as docentes trabalham em outras regiões que não as de sua origem ou em localidades que não desejariam inicialmente. Mas, passados alguns anos, por questões de saúde, familiares ou outras motivações, pode haver a necessidade de movimentação.

O direito à remoção e à redistribuição está previsto na Lei nº 8.112/90, conforme interesse da Administração Pública. No entanto, a lei garante a mudança para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.

Apesar disso, a remoção e, sobretudo, a redistribuição, não é uma prática comum nas Universidades Federais. E, nestes casos, muitos/as docentes acabam por realizar novo concurso público, o que tem significado recomeçar a carreira, mesmo continuando ser servidor/a federal. Diante desta realidade, a chamada entrada lateral (com seu reposicionamento na carreira) foi pauta da greve nacional docente de 2024. E, como resultado da paralisação nas Universidades e Institutos Federais, no dia 27 de junho de 2024, o Andes e demais sindicatos da educação federal firmaram o Acordo de Greve 10/24 em que, em sua cláusula **5ª, alínea b, prevê a** criação de GT para tratar das demandas específicas do magistério superior, entre elas, a entrada lateral (entrada e reposicionamento na carreira). No entanto, passado mais de um ano e meio da assinatura do acordo, esta demanda não teve andamento dentro do governo federal.

Paralelamente, o 68º CONAD, em Manaus, deliberou pela realização um levantamento, nas Seções e nas IES, entre outras fontes, de dados sobre evasão, vacância, remoção e redistribuição na multicampia e em campus de fronteira. Constatou-se, em nossa instituição, por exemplo, que tem três campi além da sede, que no período de quatro anos (2020-24) foram solicitadas 14 vacâncias e 8 redistribuições, número que, somado, se equivale às remoções (quase na totalidade para o campus sede – apenas uma para outro campi). Os dados deste exemplo nos mostram a dificuldade da realização da redistribuição dentro das IES e, diante desta realidade, a necessidade de realização de novo concurso e, portanto, reinício da carreira. Ou da judicialização da redistribuição, o que implica em custo financeiro e emocional.

Neste sentido, faz-se necessário o levantamento das vacâncias, remoções e redistribuições, independente da problemática da multicampia. Inclusive para se considerar a questão da relação do adoecimento docente com o local de trabalho.

Diante destes números, o Andes pode ter a real dimensão de como a chamada entrada lateral é importante, de modo a municiar o GT criado no acordo de greve. Mas, paralelamente, estes dados podem ser usados para debater outro tema: a criação de um banco nacional de redistribuição docente.

Muitas instituições de ensino superior criaram o chamado Banco de Interesse por Redistribuição (BIRE) em que servidores/as se cadastram para a redistribuição. No entanto, se a movimentação não ocorre dentro da sua instituição, os/as interessados/as que devem buscar, em redes diversas, as permutas e cadastrá-las no BIRE. A proposta aqui apresentada é que o Andes indique para o Ministério da Educação sobre a criação de um Banco Nacional de Redistribuição Docente, que interligue os BIREs das IES, de modo que a mudança de órgão seja facilitada.

TR – 24

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pelo levantamento nacional de redistribuição, vacância e remoção de docentes, independente da multicampia;

2. Pela proposição ao Ministério da Educação, de um Banco Nacional de Redistribuição Docente, interligando os Bancos de Interesse por Redistribuição (BIREs) das IES.

TEXTO 25

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFS-SS Sergipe

URGÊNCIA DA PAUTA SALARIAL EM 2026: PROPOSTA DE MALHA SALARIAL ESTRUTURADA, EQUILIBRADA E VALORIZADA PARA A CARREIRA DO MAGISTÉRIO FEDERAL

TEXTO DE APOIO

Em abril de 2026, os docentes federais quase não perceberão aumentos em suas remunerações, quando será implementada a correção correspondente à última parcela prevista no Termo de Acordo salarial que pôs fim à greve de 2024 (9% a partir de janeiro de 2025 e 3,5% a partir de abril de 2026).

Lastimar o passado é um exercício que não modifica nada, mas revisitá-lo serve de lição para não repetir caminhos equivocados. A condução da greve de 2024 pelo ANDES-SN foi repleta de desencontros. No tocante à pauta salarial, um dos primeiros movimentos foi protocolar junto ao MEC documentos desatualizados contendo a proposta de Carreira aprovada em 2011 (Congresso de Uberlândia). Logo em seguida, aderiu-se à reivindicação geral do funcionalismo público federal, buscando-se uma correção parcial de perdas acumuladas notadamente nos governos Temer e Bolsonaro. Conforme já destacado no Texto 29 (contribuição da ADUFS ao Caderno de Textos do 68º CONAD, realizado de 11 a 13 de julho em Manaus-AM): "O histórico das reivindicações salariais foi marcado por uma falta de firmeza nos índices pleiteados. Inicialmente, o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) expôs levantamento mostrando as perdas salariais tomando como referência o mês de julho de 2010. Considerando a inflação passada e projeções de inflação para 2024, 2025 e 2026, mostrou-se a necessidade de recomposição salarial de 53,05% (bloco de servidores que conseguiram reajuste em 2016 e 2017) e de 39,82% (bloco de servidores que conseguiram reajuste em 2016, 2017, 2018 e 2019, caso dos Professores Federais).

Como estratégia de negociação, considerando a possibilidade de negociar a recomposição salarial nos anos restantes do governo Lula 3, propôs-se um esquema de reivindicação em três parcelas (2024, 2025 e 2026). Para o caso dos docentes, caberia solicitar 11,82% (2024), 16,29% (2025) e 16,29% (2026). Mas, em função de dificuldades na Mesa Nacional de Negociação Permanente, passou-se a reivindicar o índice emergencial de 22,71% (perdas acumuladas desde 1º de setembro de 2016 até dezembro de 2023, acrescidas das projeções inflacionárias para os anos de 2024 e 2025) em três parcelas iguais de 7,06% (2024, 2025 e 2026). Mesmo este índice rebaixado, longe de repor as perdas recentes, encontrou total desconsideração pelo governo, levando os docentes federais a uma forte greve, iniciada em 15/04/2024, na base do ANDES-SN. Dada a intransigência do governo, em 13/05/2024, o ANDES-SN protocolou contraproposta, mantendo o índice de 22,71% em três parcelas: 7,06% (2024), 9% (janeiro de 2025) e 5,16% (maio de 2026), e substituída depois por nova contraproposta, em 27/05/2024, solicitando os índices de 3,69% (agosto de 2024), 9% (janeiro de 2025) e 5,16% (maio de 2026). Apesar de tantas flexibilizações, o governo não cedeu e a greve foi encerrada mediante assinatura, em 27/06/2024, pelo ANDES-SN e SINASEFE, de um Termo de Acordo salarial prevendo reajuste zero para o ano de 2024, reajuste de 9% a partir de janeiro de 2025 e reajuste de 3,5% a partir de abril de 2026".

Os reajustes salariais resultantes do acordo da greve de 2024 (9% em 2025 e 3,5% em 2026) somados aos 9% concedidos como índice emergencial a todos os servidores públicos federais em 2023, após o congelamento imposto pelo governo Bolsonaro, correspondem a um percentual total acumulado de 22,97%. Isso significa que durante o governo Lula 3 teremos conseguido basicamente repor a inflação oficial do período, considerando que a projeção para a inflação acumulada no quadriênio 2023-2026 é de 19,11% (conforme notícia veiculada pela Folha de São Paulo em 03/11/2025). Já a inflação acumulada no governo Bolsonaro, quadriênio 2019-2022, somou 26,94%.

A correção das remunerações dos servidores ao menos pelos índices de inflação oficial é preceito constitucional que os governos têm deixado de cumprir. Além da luta necessária para não ver seus salários congelados e perdendo para a inflação ano a ano, os Professores Federais precisam conquistar uma reposição que dê conta das grandes perdas históricas que ao longo do tempo foram defasando e desvalorizando sua condição salarial.

Dada a conjuntura de fortalecimento da extrema direita em nosso país, o ano eleitoral de 2026 promete ser tenebroso em termos políticos. É nesse cenário que os docentes federais precisam empreender, com urgência, ainda em 2026, uma campanha salarial organizada e forte para conquistar ainda no atual governo mudanças legislativas que atualizem a Carreira do Magistério Federal e que assegurem ganhos salariais previsíveis a partir de janeiro de 2027. Essa é uma luta fundamental que precisa ser aprovada no 44º Congresso e que o Sindicato Nacional precisa transformar em pauta objetiva para a luta da categoria em 2026. Há elementos para a construção de uma pauta objetiva e firme.

Depois da grande frustração com os resultados salariais insuficientes, decorrentes do Termo de Acordo da greve de 2024, consolidados na Lei 15.141, de 02 de junho de 2025, a categoria retomou o debate sobre Carreira.

O 15º CONAD Extraordinário, realizado em Brasília de 11 a 13 de outubro de 2024, debateu e atualizou deliberações sobre Carreira, as quais integram o documento intitulado "Deliberações do 15º CONAD Extraordinário: Diretrizes Gerais da Carreira Docente". Decidiu-se pela aprovação de 50% do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11.738/2008) como Piso Gerador da Malha Salarial (docente em regime de 20 h com Graduação). Textos apresentados e debatidos no 43º Congresso do ANDES-SN, realizado em Vitória-ES, de 27 a 31 de janeiro de 2025, expuseram problemas com a adoção desse piso, sobretudo quanto a tomar apenas 50% do seu valor como Piso Gerador da Malha Salarial (docente em regime de 20h com Graduação). A adoção nesses termos implicaria em rebaixamento do piso do Professor Graduado em regime de 20h frente à situação vigente (Lei 15.141, de 02 de junho de 2025). O GT-Carreira do ANDES-SN apresentou sua proposta de anteprojeto de lei de Carreira Única incluindo tabelas remuneratórias tomando 50% do Piso Salarial Nacional Profissional como piso gerador, mas a deliberação que

prevaleceu foi remeter a questão ao 44º Congresso. Foi, sem dúvida, um recuo motivado pelos diversos apontamentos de inadequações na proposta do GT-Carreira do ANDES-SN.

No 68º CONAD, novas contribuições foram apresentadas sobre Carreira com atenção à questão da estruturação da malha salarial. Uma delas foi aquela da ADUFS, já mencionada acima, e publicada como Texto 29 no Caderno de Textos do 68º CONAD ("Reafirmando uma proposta de malha salarial estruturada, equilibrada e valorizada para a carreira do magistério federal").

A implementação da última parcela de reajuste em abril de 2026 dará concretização ao termo de acordo da greve de 2024, obrigando os docentes federais a buscarem perspectivas salariais para o próximo período. Nesse sentido, coloca-se aqui uma proposta para as considerações do 44º Congresso do ANDES-SN, como um caminho efetivo para construir uma reivindicação objetiva para a urgente campanha salarial de 2026.

Como paramétrica para a malha salarial da Carreira do Magistério Federal propõe-se:

1. Piso Gerador igual a 100% do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público;
2. Relação entre os regimes de trabalho: 40 h = 2xT20 h, 40 h-DE = 2,7xT20 h;
3. Retribuição por Titulação: Aperfeiçoamento = 10%, Especialização = 20%, Mestrado = 50% e Doutorado = 100%;
4. 10 níveis com interstício de 2 anos, sem distinção de classes; e,
5. "Step" fixo de 5% entre os níveis.

Trata-se de uma proposta que preserva a estrutura atual da carreira (10 níveis), o que permite enquadramento direto; mantém a duração de 2 anos como interstício de permanência em cada nível, o que evita o aceleramento das atividades docentes para fins de avaliação. Com isso, tem-se uma Carreira com percurso de 18 anos para ir do primeiro ao último nível. De fato, a redução a 10 níveis pode ser considerada um aspecto positivo da última rearrumação feita na Carreira, uma mudança benéfica ao servidor e que se choca com a proposta atual de Reforma Administrativa, a qual prevê a multiplicação de níveis nas carreiras do funcionalismo público.

A adoção do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público como Piso Gerador da Carreira do Magistério Federal introduz um mecanismo de correção anual, uma vez que o PSNP é reajustado em janeiro de cada ano.

A paramétrica proposta valoriza todas as posições na carreira, o que está em consonância com a natureza das atividades dos docentes federais. O envolvimento dos docentes com as atividades acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão e gestão) independem do seu nível na carreira.

Os Anexos a este Texto de Apoio mostram as tabelas com a situação salarial atual para os anos de 2025 e 2026 (Lei 15.141/2025) e as tabelas com a situação salarial que ocorreria para uma malha com a paramétrica acima proposta e que se encontra expressa ao final como Texto de Resolução para o 44º Congresso do ANDES-SN.

O ANDES-SN precisa conferir centralidade à pauta salarial em 2026, construindo um processo focado e objetivo de reivindicação para que a categoria alcance a consolidação de um dispositivo legal estabelecendo sua situação remuneratória a partir de 2027.

Aqui, apresentou-se como contribuição uma proposta de malha salarial que se vincula ao Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público da Educação Básica. Mas há infinitas possibilidades. Por exemplo, até mesmo uma reivindicação simples de reajustes sucessivos de 9%, preservando-se a estrutura da malha salarial vigente, em janeiro dos próximos quatro anos (2027, 2028, 2029 e 2030) poderia ser uma pauta salarial bastante satisfatória, que provavelmente garantiria a reposição da inflação futura e mais alguma compensação de perdas históricas. É preciso construir e definir a pauta salarial para 2026 e empreender a luta. É isso que a categoria espera do Sindicato Nacional. E dar centralidade à urgência da pauta salarial não significa deixar de lado as outras grandes lutas que são parte da história de resistência e sobrevivência da Universidade Pública e que devem ser travadas cotidianamente.

ANEXOS AO TEXTO DE APOIO: TABELAS SALARIAIS

ANEXO A – TABELAS CORRESPONDENTES À MALHA SALARIAL VIGENTE (Lei nº 15.141, de 02 de junho de 2025) [Correspondência do nível com as designações para o Magistério Superior: Nível 1 = Assistente-1 (nível único), Nível 2 = Adjunto-1, Nível 3 = Adjunto-2, Nível 4 = Adjunto-3, Nível 5 = Adjunto-4, Nível 6 = Associado-1, Nível 7 = Associado-2, Nível 8 = Associado-3, Nível 9 = Associado-4, Nível 10 = Titular-1 (nível único)]

Com a vigência da Lei 15.141/2025, a Carreira do Magistério Superior[23], passou a ter 10 níveis, sendo o primeiro (nível único da "Classe de Assistente") com interstício de 3 anos (tempo correspondente ao Estágio Probatório) e os demais com interstício de 2 anos. O percurso é de 19 anos para atingir o topo da carreira (nível único da Classe de Titular). Os regimes de trabalho são de 20 h (T20 h), 40 h e 40 h-DE, com a relação: 40 h=1,4xT20 h e 40 h-DE = 2xT20 h. Os percentuais de titulação são diferenciados entre os regimes de trabalho. Para o regime de 20h: Aperfeiçoamento = 5%, Especialização = 10%, Mestrado = 25% e Doutorado = 57,5%. Para o regime de 40h: Aperfeiçoamento = 7,5%, Especialização = 15%, Mestrado = 37,5% e Doutorado = 87,25%. Para o regime de 40h-DE: Aperfeiçoamento = 10%, Especialização = 20%, Mestrado = 50% e Doutorado = 115%. Quanto aos percentuais entre os níveis ("steps"), estes são indicados na tabela abaixo.

Nível na Carreira	Denominação	Nível na Classe	"Step" (a partir janeiro de 2025)	"Step" (a partir de abril de 2026)
10	Titular	1	10,00%	10,00%
9	Associado	4	4,50%	5,00%
8		3	4,50%	5,00%
7		2	4,50%	5,00%
6		1	23,50%	22,50%
5	Adjunto	4	4,50%	5,00%
4		3	4,50%	5,00%
3		2	4,50%	5,00%
2		1	5,50%	6,00%
1	Assistente	1	-	-

Valores brutos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025

REGIME DE TRABALHO: 40h-DE (2xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (115%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**11.536,10**	1.153,61	**12.689,71**	2.307,22	**13.843,32**	5.768,05	**17.304,15**	13.266,52	**24.802,62**
9	**10.487,35**	1.048,73	**11.536,08**	2.097,47	**12.584,82**	5.243,68	**15.731,03**	12.060,46	**22.547,81**
8	**10.035,75**	1.003,57	**11.039,32**	2.007,15	**12.042,90**	5.017,87	**15.053,62**	11.541,11	**21.576,86**
7	**9.603,58**	960,35	**10.563,93**	1.920,72	**11.524,30**	4.801,79	**14.405,37**	11.044,13	**20.647,71**
6	**9.190,03**	919,00	**10.109,03**	1.838,01	**11.028,04**	4.595,02	**13.785,05**	10.568,54	**19.758,57**
5	**7.441,32**	744,13	**8.185,45**	1.488,27	**8.929,59**	3.720,66	**11.161,98**	8.557,52	**15.998,84**
4	**7.120,88**	712,09	**7.832,97**	1.424,18	**8.545,06**	3.560,44	**10.681,32**	8.189,02	**15.309,90**
3	**6.814,24**	681,42	**7.495,66**	1.362,85	**8.177,09**	3.407,12	**10.221,36**	7.836,38	**14.650,62**
2	**6.520,81**	652,08	**7.172,89**	1.304,16	**7.824,97**	3.260,40	**9.781,21**	7.498,93	**14.019,74**
1	**6.180,86**	618,08	**6.798,94**	1.236,17	**7.417,03**	3.090,43	**9.271,29**	7.107,99	**13.288,85**

REGIME DE TRABALHO: 40h (1,4xT20h)

	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado

[23] As tabelas apresentadas neste texto consideram a carreira do Magistério Superior. A situação para o Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é completamente equivalente, ocorrendo apenas mudanças na nomenclatura de algumas classes.

Nível		(7,5%)		(15%)		(37,5%)		(86,25%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**8.075,27**	605,64	**8.680,91**	1.211,30	**9.286,57**	3.028,22	**11.103,49**	6.964,91	**15.040,18**
9	**7.341,15**	550,58	**7.891,73**	1.101,18	**8.442,33**	2.752,93	**10.094,08**	6.331,73	**13.672,88**
8	**7.025,02**	526,87	**7.551,89**	1.053,76	**8.078,78**	2.634,38	**9.659,40**	6.059,07	**13.084,09**
7	**6.722,51**	504,19	**7.226,70**	1.008,38	**7.730,89**	2.520,94	**9.243,45**	5.798,16	**12.520,67**
6	**6.433,02**	482,47	**6.915,49**	964,96	**7.397,98**	2.412,38	**8.845,40**	5.548,48	**11.981,50**
5	**5.208,93**	390,67	**5.599,60**	781,34	**5.990,27**	1.953,34	**7.162,27**	4.492,69	**9.701,62**
4	**4.984,62**	373,84	**5.358,46**	747,70	**5.732,32**	1.869,23	**6.853,85**	4.299,23	**9.283,85**
3	**4.769,97**	357,75	**5.127,72**	715,50	**5.485,47**	1.788,74	**6.558,71**	4.114,09	**8.884,06**
2	**4.564,56**	342,34	**4.906,90**	684,69	**5.249,25**	1.711,71	**6.276,27**	3.936,93	**8.501,49**
1	**4.326,60**	324,49	**4.651,09**	648,99	**4.975,59**	1.622,47	**5.949,07**	3.731,69	**8.058,29**

REGIME DE TRABALHO: 20h

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (5%)		Especialização (10%)		Mestrado (25%)		Doutorado (57,5%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**5.768,05**	288,40	**6.056,45**	576,80	**6.344,85**	1.442,01	**7.210,06**	3.316,63	**9.084,68**
9	**5.243,68**	262,18	**5.505,86**	524,37	**5.768,05**	1.310,92	**6.554,60**	3.015,12	**8.258,80**
8	**5.017,87**	250,89	**5.268,76**	501,79	**5.519,66**	1.254,47	**6.272,34**	2.885,28	**7.903,15**
7	**4.801,79**	240,08	**5.041,87**	480,18	**5.281,97**	1.200,45	**6.002,24**	2.761,03	**7.562,82**
6	**4.595,02**	229,75	**4.824,77**	459,50	**5.054,52**	1.148,75	**5.743,77**	2.642,14	**7.237,16**
5	**3.720,66**	186,03	**3.906,69**	372,06	**4.092,72**	930,17	**4.650,83**	2.139,38	**5.860,04**
4	**3.560,44**	178,02	**3.738,46**	356,04	**3.916,48**	890,11	**4.450,55**	2.047,25	**5.607,69**
3	**3.407,12**	170,35	**3.577,47**	340,71	**3.747,83**	851,78	**4.258,90**	1.959,10	**5.366,22**
2	**3.260,40**	163,02	**3.423,42**	326,04	**3.586,44**	815,10	**4.075,50**	1.874,73	**5.135,13**
1	**3.090,43**	154,52	**3.244,95**	309,04	**3.399,47**	772,61	**3.863,04**	1.777,00	**4.867,43**

Valores brutos vigentes a partir de 1º de abril de 2026

REGIME DE TRABALHO: 40h-DE (2xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (115%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**12.245,03**	1.224,50	**13.469,53**	2.449,01	**14.694,04**	6.122,51	**18.367,54**	14.081,78	**26.326,81**
9	**11.131,83**	1.113,18	**12.245,01**	2.226,37	**13.358,20**	5.565,92	**16.697,75**	12.801,61	**23.933,44**
8	**10.601,75**	1.060,17	**11.661,92**	2.120,35	**12.722,10**	5.300,87	**15.902,62**	12.192,01	**22.793,76**
7	**10.096,90**	1.009,69	**11.106,59**	2.019,38	**12.116,28**	5.048,45	**15.145,35**	11.611,44	**21.708,34**
6	**9.616,10**	961,61	**10.577,71**	1.923,22	**11.539,32**	4.808,05	**14.424,15**	11.058,51	**20.674,61**
5	**7.849,87**	784,98	**8.634,85**	1.569,98	**9.419,85**	3.924,94	**11.774,81**	9.027,36	**16.877,23**
4	**7.476,07**	747,60	**8.223,67**	1.495,22	**8.971,29**	3.738,04	**11.214,11**	8.597,48	**16.073,55**
3	**7.120,07**	712,00	**7.832,07**	1.424,01	**8.544,08**	3.560,03	**10.680,10**	8.188,08	**15.308,15**
2	**6.781,02**	678,10	**7.459,12**	1.356,20	**8.137,22**	3.390,51	**10.171,53**	7.798,17	**14.579,19**
1	**6.397,19**	639,72	**7.036,91**	1.279,44	**7.676,63**	3.198,59	**9.595,78**	7.356,77	**13.753,96**

REGIME DE TRABALHO: 40h (1,4xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (7,5%)		Especialização (15%)		Mestrado (37,5%)		Doutorado (86,25%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**8.571,52**	642,86	**9.214,38**	1.285,73	**9.857,25**	3.214,31	**11.785,83**	7.392,93	**15.964,45**
9	**7.792,28**	584,42	**8.376,70**	1.168,85	**8.961,13**	2.922,10	**10.714,38**	6.720,84	**14.513,12**
8	**7.421,22**	556,59	**7.977,81**	1.113,19	**8.534,41**	2.782,95	**10.204,17**	6.400,80	**13.822,02**
7	**7.067,83**	530,08	**7.597,91**	1.060,18	**8.128,01**	2.650,43	**9.718,26**	6.096,00	**13.163,83**
6	**6.731,27**	504,84	**7.236,11**	1.009,69	**7.740,96**	2.524,22	**9.255,49**	5.805,71	**12.536,98**
5	**5.494,91**	412,12	**5.907,03**	824,24	**6.319,15**	2.060,59	**7.555,50**	4.739,36	**10.234,27**
4	**5.233,25**	392,49	**5.625,74**	784,99	**6.018,24**	1.962,47	**7.195,72**	4.513,67	**9.746,92**
3	**4.984,05**	373,80	**5.357,85**	747,61	**5.731,66**	1.869,02	**6.853,07**	4.298,74	**9.282,79**
2	**4.746,71**	356,00	**5.102,71**	712,01	**5.458,72**	1.780,01	**6.526,72**	4.094,03	**8.840,74**
1	**4.478,03**	335,85	**4.813,88**	671,71	**5.149,74**	1.679,26	**6.157,29**	3.862,30	**8.340,33**

REGIME DE TRABALHO: 20h

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (5%)		Especialização (10%)		Mestrado (25%)		Doutorado (57,5%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**6.122,51**	306,12	**6.428,63**	612,25	**6.734,76**	1.530,63	**7.653,14**	3.520,45	**9.642,96**
9	**5.565,92**	278,29	**5.844,21**	556,59	**6.122,51**	1.391,48	**6.957,40**	3.200,40	**8.766,32**
8	**5.300,87**	265,04	**5.565,91**	530,09	**5.830,96**	1.325,22	**6.626,09**	3.048,00	**8.348,87**
7	**5.048,45**	252,42	**5.300,87**	504,84	**5.553,29**	1.262,11	**6.310,56**	2.902,86	**7.951,31**
6	**4.808,05**	240,40	**5.048,45**	480,80	**5.288,85**	1.202,01	**6.010,06**	2.764,63	**7.572,68**
5	**3.924,94**	196,24	**4.121,18**	392,49	**4.317,43**	981,23	**4.906,17**	2.256,84	**6.181,78**
4	**3.738,04**	186,90	**3.924,94**	373,80	**4.111,84**	934,51	**4.672,55**	2.149,37	**5.887,41**
3	**3.560,03**	178,00	**3.738,03**	356,00	**3.916,03**	890,01	**4.450,04**	2.047,02	**5.607,05**
2	**3.390,51**	169,53	**3.560,04**	339,05	**3.729,56**	847,63	**4.238,14**	1.949,54	**5.340,05**
1	**3.198,59**	159,93	**3.358,52**	319,86	**3.518,45**	799,65	**3.998,24**	1.839,19	**5.037,78**

ANEXO B: TABELAS CORRESPONDENTES À MALHA SALARIAL PROPOSTA (Simulações considerando a adoção do Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério Público como Piso Gerador da Carreira do Magistério Federal)

Situação que ocorreria a partir de 1º de janeiro de 2025 (Piso Salarial Nacional Profissional: R$ 4.867,77)

REGIME DE TRABALHO: 40h-DE (2,7xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**20.389,08**	2.038,91	**22.427,99**	4.077,82	**24.466,90**	10.194,54	**30.583,62**	20.389,08	**40.778,16**
9	**19.418,17**	1.941,82	**21.359,99**	3.883,63	**23.301,80**	9.709,08	**29.127,25**	19.418,17	**38.836,34**
8	**18.493,49**	1.849,35	**20.342,84**	3.698,70	**22.192,19**	9.246,75	**27.740,24**	18.493,49	**36.986,98**
7	**17.612,85**	1.761,29	**19.374,14**	3.522,57	**21.135,42**	8.806,43	**26.419,28**	17.612,85	**35.225,70**
6	**16.774,14**	1.677,41	**18.451,55**	3.354,83	**20.128,97**	8.387,07	**25.161,21**	16.774,14	**33.548,28**
5	**15.975,37**	1.597,54	**17.572,91**	3.195,07	**19.170,44**	7.987,69	**23.963,06**	15.975,37	**31.950,74**
4	**15.214,64**	1.521,46	**16.736,10**	3.042,93	**18.257,57**	7.607,32	**22.821,96**	15.214,64	**30.429,28**
3	**14.490,14**	1.449,01	**15.939,15**	2.898,03	**17.388,17**	7.245,07	**21.735,21**	14.490,14	**28.980,28**
2	**13.800,13**	1.380,01	**15.180,14**	2.760,03	**16.560,16**	6.900,06	**20.700,19**	13.800,13	**27.600,26**
1	**13.142,98**	1.314,30	**14.457,28**	2.628,60	**15.771,58**	6.571,49	**19.714,47**	13.142,98	**26.285,96**

REGIME DE TRABALHO: 40h (2xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)
10	**15.103,02**	1.510,30	**16.613,32**	3.020,60	**18.123,62**	7.551,51	**22.654,53**	15.103,02	**30.206,04**
9	**14.383,83**	1.438,38	**15.822,21**	2.876,77	**17.260,60**	7.191,91	**21.575,74**	14.383,83	**28.767,66**
8	**13.698,88**	1.369,89	**15.068,77**	2.739,78	**16.438,66**	6.849,44	**20.548,32**	13.698,88	**27.397,76**
7	**13.046,55**	1.304,66	**14.351,21**	2.609,31	**15.655,86**	6.523,28	**19.569,83**	13.046,55	**26.093,10**
6	**12.425,29**	1.242,53	**13.667,82**	2.485,06	**14.910,35**	6.212,65	**18.637,94**	12.425,29	**24.850,58**
5	**11.833,61**	1.183,36	**13.016,97**	2.366,72	**14.200,33**	5.916,80	**17.750,41**	11.833,61	**23.667,22**
4	**11.270,10**	1.127,01	**12.397,11**	2.254,02	**13.524,12**	5.635,05	**16.905,15**	11.270,10	**22.540,20**
3	**10.733,43**	1.073,34	**11.806,77**	2.146,69	**12.880,12**	5.366,72	**16.100,15**	10.733,43	**21.466,86**
2	**10.222,32**	1.022,23	**11.244,55**	2.044,46	**12.266,78**	5.111,16	**15.333,48**	10.222,32	**20.444,64**
1	**9.735,54**	973,55	**10.709,09**	1.947,11	**11.682,65**	4.867,77	**14.603,31**	9.735,54	**19.471,08**

REGIME DE TRABALHO: 20h

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)	RT	Total (VB+RT)

10	**7.551,51**	755,15	**8.306,66**	1.510,30	**9.061,81**	3.775,75	**11.327,26**	7.551,51	**15.103,02**
9	**7.191,91**	719,19	**7.911,10**	1.438,38	**8.630,29**	3.595,96	**10.787,87**	7.191,91	**14.383,82**
8	**6.849,44**	684,94	**7.534,38**	1.369,89	**8.219,33**	3.424,72	**10.274,16**	6.849,44	**13.698,88**
7	**6.523,28**	652,33	**7.175,61**	1.304,66	**7.827,94**	3.261,64	**9.784,92**	6.523,28	**13.046,56**
6	**6.212,65**	621,26	**6.833,91**	1.242,53	**7.455,18**	3.106,32	**9.318,97**	6.212,65	**12.425,30**
5	**5.916,80**	591,68	**6.508,48**	1.183,36	**7.100,16**	2.958,40	**8.875,20**	5.916,80	**11.833,60**
4	**5.635,05**	563,51	**6.198,56**	1.127,01	**6.762,06**	2.817,53	**8.452,58**	5.635,05	**11.270,10**
3	**5.366,72**	536,67	**5.903,39**	1.073,34	**6.440,06**	2.683,36	**8.050,08**	5.366,72	**10.733,44**
2	**5.111,16**	511,12	**5.622,28**	1.022,23	**6.133,39**	2.555,58	**7.666,74**	5.111,16	**10.222,32**
1	**4.867,77**	486,78	**5.354,55**	973,55	**5.841,32**	2.433,89	**7.301,66**	4.867,77	**9.735,54**

Situação que ocorreria a partir de 1º de janeiro de 2026

(Piso Salarial Nacional Profissional, considerando a correção do seu valor em janeiro de 2026 pela projeção do IPCA (de dezembro de 2024 a novembro de 2025) para 2025 (4,46%): R$ 5.084,87)

REGIME DE TRABALHO: 40h-DE (2,7xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**
10	**21.298,42**	2.129,84	**23.428,26**	4.259,68	**25.558,10**	10.649,21	**31.947,63**	21.298,42	**42.596,84**
9	**20.284,21**	2.028,42	**22.312,63**	4.056,84	**24.341,05**	10.142,10	**30.426,31**	20.284,21	**40.568,42**
8	**19.318,29**	1.931,83	**21.250,12**	3.863,66	**23.181,95**	9.659,15	**28.977,44**	19.318,29	**38.636,58**
7	**18.398,37**	1.839,84	**20.238,21**	3.679,67	**22.078,04**	9.199,19	**27.597,56**	18.398,37	**36.796,74**
6	**17.522,26**	1.752,23	**19.274,49**	3.504,45	**21.026,71**	8.761,13	**26.283,39**	17.522,26	**35.044,52**
5	**16.687,87**	1.668,79	**18.356,66**	3.337,57	**20.025,44**	8.343,93	**25.031,80**	16.687,87	**33.375,74**
4	**15.893,21**	1.589,32	**17.482,53**	3.178,64	**19.071,85**	7.946,60	**23.839,81**	15.893,21	**31.786,42**
3	**15.136,39**	1.513,64	**16.650,03**	3.027,28	**18.163,67**	7.568,19	**22.704,58**	15.136,39	**30.272,78**
2	**14.415,61**	1.441,56	**15.857,17**	2.883,12	**17.298,73**	7.207,80	**21.623,41**	14.415,61	**28.831,22**
1	**13.729,15**	1.372,92	**15.102,07**	2.745,83	**16.474,98**	6.864,58	**20.593,73**	13.729,15	**27.458,30**

REGIME DE TRABALHO: 40h (2xT20h)

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**
10	**15.776,60**	1.577,66	**17.354,26**	3.155,32	**18.931,92**	7.888,30	**23.664,90**	15.776,60	**31.553,20**
9	**15.025,34**	1.502,53	**16.527,87**	3.005,07	**18.030,41**	7.512,67	**22.538,01**	15.025,34	**30.050,68**
8	**14.309,85**	1.430,98	**15.740,83**	2.861,97	**17.171,82**	7.154,92	**21.464,77**	14.309,85	**28.619,70**
7	**13.628,42**	1.362,84	**14.991,26**	2.725,68	**16.354,10**	6.814,21	**20.442,63**	13.628,42	**27.256,84**
6	**12.979,45**	1.297,95	**14.277,40**	2.595,89	**15.575,34**	6.489,73	**19.469,18**	12.979,45	**25.958,90**
5	**12.361,38**	1.236,14	**13.597,52**	2.472,28	**14.833,66**	6.180,69	**18.542,07**	12.361,38	**24.722,76**
4	**11.772,75**	1.177,27	**12.950,02**	2.354,55	**14.127,30**	5.886,37	**17.659,12**	11.772,75	**23.545,50**
3	**11.212,14**	1.121,21	**12.333,35**	2.242,43	**13.454,57**	5.606,07	**16.818,21**	11.212,14	**22.424,28**
2	**10.678,23**	1.067,82	**11.746,05**	2.135,65	**12.813,88**	5.339,11	**16.017,34**	10.678,23	**21.356,46**
1	**10.169,74**	1.016,97	**11.186,71**	2.033,95	**12.203,69**	5.084,87	**15.254,61**	10.169,74	**20.339,48**

REGIME DE TRABALHO: 20h

Nível	Graduação	Aperfeiçoamento (10%)		Especialização (20%)		Mestrado (50%)		Doutorado (100%)	
	VB	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**	RT	**Total (VB+RT)**
10	**7.888,30**	788,83	**8.677,13**	1.577,66	**9.465,96**	3.944,15	**11.832,45**	7.888,30	**15.776,60**
9	**7.512,67**	751,27	**8.263,94**	1.502,53	**9.015,20**	3.756,33	**11.269,00**	7.512,67	**15.025,34**
8	**7.154,92**	715,49	**7.870,41**	1.430,98	**8.585,90**	3.577,46	**10.732,38**	7.154,92	**14.309,84**
7	**6.814,21**	681,42	**7.495,63**	1.362,84	**8.177,05**	3.407,11	**10.221,32**	6.814,21	**13.628,42**

6	**6.489,73**	648,97	**7.138,70**	1.297,95	**7.787,68**	3.244,86	**9.734,59**	6.489,73	**12.979,46**
5	**6.180,69**	618,07	**6.798,76**	1.236,14	**7.416,83**	3.090,35	**9.271,04**	6.180,69	**12.361,38**
4	**5.886,37**	588,64	**6.475,01**	1.177,27	**7.063,64**	2.943,19	**8.829,56**	5.886,37	**11.772,74**
3	**5.606,07**	560,61	**6.166,68**	1.121,21	**6.727,28**	2.803,03	**8.409,10**	5.606,07	**11.212,14**
2	**5.339,11**	533,91	**5.873,02**	1.067,82	**6.406,93**	2.669,56	**8.008,67**	5.339,11	**10.678,22**
1	**5.084,87**	508,49	**5.593,36**	1.016,97	**6.101,84**	2.542,44	**7.627,31**	5.084,87	**10.169,74**

TR – 25

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Aprovar a seguinte estrutura de malha salarial, com vigência a partir de janeiro de 2027, para a Carreira do Magistério Federal, como pauta fundamental de reivindicação salarial em 2026:

1.1. Carreira com 10 (dez) níveis com interstício de 2 (dois) anos, sem distinção de classes;

1.2. Adoção de 100% do Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público como Piso Gerador da malha salarial da Carreira do Magistério Federal (Vencimento Básico do Professor Graduado em regime de 20h);

1.3. Relação entre os regimes de trabalho: 40 h = 2xT20 h e 40 h-DE = 2,7xT20 h;

1.4. Percentuais de Retribuição por Titulação sobre o Vencimento Básico: Aperfeiçoamento = 10%, Especialização = 20%, Mestrado = 50% e Doutorado = 100%;

1.5 “Step” fixo de 5% entre os níveis.

TEXTO 26

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

CONSTRUIR A GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL PELO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO ACORDO DE GREVE, POR MAIS ORÇAMENTO PARA A REDE FEDERAL E CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

TEXTO DE APOIO

Iniciamos o ano de 2026 com a continuidade do desrespeito do governo federal ao acordo de greve de 2024, com anúncio de mais cortes no já estrangulado orçamento da Educação Federal e com a

Reforma Administrativa ainda em tramitação no Congresso Nacional. O 44º Congresso do ANDES-SN tem a tarefa de traçar um plano de lutas à altura dos ataques em curso. O eleitoralismo será um obstáculo que deve ser enfrentado com a defesa da independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos populares perante a burguesia, seus governos e candidaturas. A ofensiva do imperialismo na América Latina aponta para o aprofundamento do saque das riquezas nacionais por meio do sistema da dívida pública, imposição de contrarreformas e controle de fontes de matérias primas, com impactos diretos nas condições de vida, trabalho e estudo.

Unificar as entidades e categorias da Educação Federal

A greve de 2024 foi desmantelada e o acordo de greve esteve muito aquém das reivindicações referentes à reposição salarial, reestruturação da carreira, recomposição orçamentária, reenquadramento dos docentes aposentados e revogação das contrarreformas. O governo e o Congresso Nacional ficaram à vontade para protelar o cumprimento das alterações nas carreiras, levando a mais perdas. Segue pendente o cumprimento de cláusulas sem impacto orçamentário, como o fim de controle do ponto dos docentes EBTT e os técnico-administrativos seguem lutando pelo Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-TAE). O governo encaminhou ao Congresso o PL 6.170/2025, que incluiu o RSC, porém com várias cláusulas restritivas. Diante disso, a categoria representada pela Fasubra e Sinasefe rejeita esse projeto de lei e propõe um substitutivo condizente com o acordo de greve. O 37º Congresso do SINASEFE (CONSINASEFE) aprovou em 14 de dezembro, por unanimidade, o indicativo de greve para 2026. A Plenária Nacional de 28 de fevereiro de 2026 deverá votar a deflagração da greve caso o governo Lula não cumpra integralmente os acordos de greve. A Fasubra também aprovou indicativo de greve para fevereiro de 2026, com a mesma pauta de cumprimento do acordo de greve. Em 2024 foram assinados 52 acordos com diferentes categorias do funcionalismo federal, a maioria deles tem pontos descumpridos, base sobre a qual deveria se erguer um forte movimento unitário.

No caso do acordo assinado pelo ANDES-SN em 27 de junho de 2024 – após um vergonhoso desmantelamento da greve por parte da direção (ALB) e Renova Andes –, seguem sem resposta sobretudo os pontos referentes aos docentes EBTT e aos aposentados. A conduta do governo de submissão ao capital financeiro, com suas exigências crescentes de ajustes, faz pairar uma incerteza até mesmo em relação ao cumprimento da parcela de reajuste a ser implementada em abril de 2026 (3,5%). A ausência de uma real mobilização unitária da Educação federal, amparada em ações coordenadas a partir das bases, propicia que o governo reforce o autoritarismo. A 12ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) foi mais uma demonstração da conduta antissindical do governo, ocultando pautas, informações sobre projetos de lei e impondo prazos para respostas que desconsideram a necessidade de consulta às bases e a possibilidade de contrapropostas. A discussão do direito de greve dos servidores públicos, a pretexto de regulamentação da convenção nº 151 da OIT, certamente levará a maiores restrições e criminalização das greves do funcionalismo, o que exigirá uma forte campanha pelo direito irrestrito de greve (bandeira outrora defendida pela CUT). Na reunião da MNNP o secretário de Relações do Trabalho do MGI, José Lopes Feijóo, ex dirigente da CUT, traidor da classe operária, alegou necessidade de sigilo para não mostrar o texto completo do PL que deve ser apresentado pelo governo Lula ao Congresso Nacional nos primeiros meses de 2026. A reivindicação de equiparação dos benefícios e criação do "auxílio-nutrição" para aposentados foi desconsiderada pelo MGI, sendo apresentado apenas o reajuste de 17,5% no auxílio alimentação (R$175,00 a mais) e deixando os aposentados de fora. A postura do governo é de imposição e não de negociação. A reivindicação de "auxílio-nutrição" por parte das direções sindicais, acaba servindo como cobertura para o abandono da reivindicação de reajuste inflacionário linear ao funcionalismo, o que unificaria todas as carreiras, abrangendo servidores da ativa ou aposentados. Em relação à Reforma Administrativa, as entidades do funcionalismo cobraram do governo um posicionamento contrário à PEC 38. O fato é que há uma unidade entre Executivo, Legislativo e Judiciário na imposição da contrarreforma administrativa, seja ela por meio de julgamentos do STF, como o que considerou constitucional a contratação por fora do "Regime Jurídico Único", por meio de propostas legislativas ou mecanismos infralegais, como o MGI vem fazendo e alardeando como sua reforma administrativa.

Em resposta ao direcionamento da unidade pelo alto, entre os grupos políticos que dirigem os sindicatos do funcionalismo e permanecem sob a política governista, mesmo com queixas pelo mau tratamento dispensado pelo governo, será fundamental que o 44º Congresso do ANDES-SN aponte para medidas de unidade de baixo para cima, articulando pelas bases docentes, técnicos e estudantes em

defesa da Educação Pública, dos salários e direitos. Pelo cumprimento dos acordos de greve, por mais orçamento para a Educação Federal e contra a reforma administrativa.

O tema do orçamento deveria ter um papel central no ano de 2026. Desde 2014, as verbas discricionárias estão em queda. Atualmente, as Universidades Federais operam com menos da metade do orçamento de 2013. Para piorar, o Congresso Nacional, ao aprovar a Lei Orçamentária para 2026 cortou R$488 milhões das Universidades Federais, R$186,8 milhões da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e R$300 milhões da CAPES, dentre outros cortes, a exemplo de R$ 6,2 bilhões para a previdência social. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) perdeu R$ 99,9 milhões, o que equivale a uma redução de 7,3% no orçamento originalmente previsto.

Ou seja, se em 2025 a situação das universidades e institutos federais já estava insustentável, com problemas de manutenção, climatização, demissões e sobrecarga dos trabalhadores terceirizados e bloqueios à permanência estudantil, o cenário previsto para 2026 é ainda pior, com uma queda de R$ 390 milhões no orçamento, em comparação com o que foi executado em 2025 (em valor nominal, portanto, sem a correção inflacionária). É preciso rejeitar as falsas soluções de suprir a falta de orçamento com a corrida por emendas parlamentares ou formas de privatização interna, mediante prestação de serviços e subordinação de pesquisas ao mercado.

Os cortes estão ligados à finalidade de turbinar as emendas parlamentares, que alcançaram o valor escandaloso de R$61 bilhões em pleno ano eleitoral (um crescimento de R$ 44,2 bilhões em relação a 2022), e, sobretudo, garantir as metas de superávit primário, da ordem de R$34 bilhões, ao mesmo tempo em que foi reservado R$ 1,8 trilhão para pagamento de juros da dívida pública. Lula sancionou o orçamento aprovado pelo Congresso “inimigo do povo”, mantendo os cortes e as emendas turbinadas e vetando o aumento no fundo eleitoral. O veto ainda passará por análise do Congresso Nacional.

Diante do cenário que está posto, precisamos de um plano de lutas que traga não só nossos “desejos”, mas principalmente os métodos e táticas condizentes com o enfrentamento ao imperialismo e aos governos burgueses em defesa da Educação Pública, contra os cortes no orçamento, em defesa do cumprimento do acordo de greve, pela reposição salarial e contra a destruição de direitos, pela revogação das contrarreformas e para derrubar a contrarreforma administrativa (PEC 38 e as medidas do MGI que caminham no mesmo sentido).

TR – 26

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a diretoria oriente as seções sindicais das federais a realizarem rodada de assembleias para apreciar o indicativo de greve para o primeiro quadrimestre de 2026, considerando os indicativos da Fasubra e Sinasefe.

2. Que as seções sindicais convidem as entidades representativas de técnicos e estudantes para constituir comitês de mobilização unificados em torno da luta por mais orçamento, permanência estudantil, cumprimento dos acordos de greve e combate à reforma administrativa. Nas localidades onde há mais de uma instituição federal de educação, buscar integrá-las em comitês municipais ou estaduais.

3. Que todas as instâncias do ANDES-SN (diretoria nacional, secretarias regionais e seções sindicais) atuem de forma coordenada para fortalecer/criar fóruns do funcionalismo de todos os níveis contra a reforma administrativa, propondo um calendário de lutas que inclua assembleias unificadas, atos e jornadas de lutas unificadas com paralisações e ações diretas coletivas.

4. Que a diretoria do ANDES-SN faça um chamado público às centrais sindicais e demais sindicatos pela convocatória de um dia nacional de lutas, com paralisações e ações de rua, em defesa dos empregos, dos direitos, contra os cortes na educação, contra as privatizações e pela derrubada da Reforma Administrativa.

TEMA III
PLANO GERAL DE LUTAS
O FUTURO É INDÍGENA
SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NÃO ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO. É CONSTRUÇÃO COLETIVA!
MARCO TEMPORAL: GENOCÍDIO E DIVERSIDADE
NÃO AO MARCO TEMPORAL
1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS
IV Marcha das Mulheres Indígenas
NÃO A PL 2159/2021
DEMARCAÇÃO

TEMA III – PLANO GERAL DE LUTAS

TEXTO 27

Diretoria do ANDES-SN:

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN se incorporou à luta pelo fim da jornada 6x1 e pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, resolução aprovada no 68º CONAD, e, a partir disso, construímos e participamos do Plebiscito Popular por Justiça Tributária, organizado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, em articulação com entidades dos movimentos sindical e social. O plebiscito obteve mais de 2,1 milhões de votos.

Essa pauta vem garantindo que a classe trabalhadora pense sobre o mundo do trabalho, sobre a importância do tempo livre como direito e questione a produtividade como sinônimo de ser "útil". O impacto da jornada exaustiva de trabalho nos tira o tempo de estarmos com nossa família, nossos(as) amigos(as), ter vida além do trabalho.

Nossa participação nos atos em defesa do fim da escala 6x1 mobilizou nossa categoria a participar do plebiscito, mas também a ocuparmos as ruas e as lutas contra esse Congresso Nacional hegemonizado pela extrema direita, um congresso inimigo do povo. Derrotamos e barramos diversos ataques da extrema direita, a exemplo da PEC da Blindagem e da Anistia dos(as) Golpistas, reafirmando o lugar do Sindicato Nacional: nas ruas e nas lutas.

Seguimos lutando contra a PEC 38/2025, de forma unificada com outros setores do funcionalismo público das esferas Federal, Estadual, Municipal e Distrital. Essa articulação resultou em várias agendas nacionais e locais, uma delas foi a reunião conjunta dos setores das IFES, IEES/IMES/IDES, que contribuiu na construção da Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa, que aconteceu em 29 de outubro de 2025.

A Marcha foi construída pelo ANDES-SN, em articulação com as demais entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). O Sindicato Nacional, junto com as suas seções sindicais e secretarias regionais, mobilizou mais de 20 caravanas, vindas de diversas regiões do país, que se somaram à luta na capital federal para derrotar a PEC 38/2025.

A ocupação das ruas no Distrito Federal e os atos locais em todo o país resultaram na retirada de mais de 20 assinaturas de parlamentares da PEC 38/2025, que tinha sido protocolada no dia 24 de outubro com 171 assinaturas. A PEC 38 é um ataque à democracia e aos serviços públicos, é a desestruturação do SUS, da Educação Pública, dos direitos básicos constitucionais, além de abrir a porteira para a privatização dos serviços públicos. Seguimos lutando para enterrar a PEC 38/2025!

Nosso Sindicato Nacional não se furtou a entrar na campanha em defesa da soberania nacional brasileira, num contexto de agressões da vertente trumpista do imperialismo dos EUA. A defesa da soberania nacional reacendeu na esquerda liberal o discurso da "luta de classe", com um conjunto de peças de comunicação que colocaram a contradição entre a riqueza de uns e a pobreza da maioria e evidenciaram que os ricos buscam preservar e ampliar privilégios – evitando impostos como o IOF e, também, a diminuição do imposto de renda para quem ganha até R$ 5.000,00 por mês. O discurso da "soberania" também ajudou a criar uma melhora no quadro político em geral, além de uma animação para a luta popular.

Diante disso, está colocada como tarefa para o ANDES-SN, e para todos os setores combativos, derrotar a extrema direita e todos os seus ataques à democracia, aos nossos direitos e à soberania nacional. Isso significa intensificar a campanha "Lutar não é crime", colocando como mote central a defesa da democracia nas Universidades, IFs e CEFETs e a liberdade de cátedra, enfrentando os ataques de parlamentares e lideranças da extrema direita contra a comunidade acadêmica e nossas Instituições de Ensino, bem como lutando contra a criminalização da produção do conhecimento e a negação da ciência. Considerando esses elementos, construir a luta do ANDES-SN e da ADUNB em defesa da liberdade de cátedra, por meio da reprodução, em âmbito nacional, do *Guia prático sobre gravações indevidas e ataques contra a atividade docente****[1]***, produzido pela seção sindical, de modo a orientar a

categoria sobre como se defender dos constrangimentos e ataques da extrema direita em sala de aula e a defender a autonomia e a democracia universitária.

Essa luta não pode se reduzir à condenação dos golpistas e à prisão de Bolsonaro - deve apontar a necessidade de radicalizar a defesa de um projeto político que garanta nossos direitos, os serviços públicos e uma educação pública, gratuita, laica, diversa, com financiamento 100% público, antirracista, antimachista, antilgbtfóbica, anticapacitista e anticapitalista!

A necessidade de uma frente internacionalista de defesa da Educação Pública

O ANDES-SN participou, com uma delegação, do IX Encontro continental de solidariedade a Cuba, entre 9 e 12 de outubro de 2025, na cidade do México. O evento reuniu 556 delegados e delegadas de 35 países da América Latina e do Caribe. Participaram também representações dos Estados Unidos, Canadá, Espanha, França, Escócia, Irã e Polônia.

Dos encaminhamentos aprovados, destacamos: aprofundar a denúncia ao bloqueio econômico a Cuba; incentivar o turismo à ilha; criar mais comitês de solidariedade a Cuba; usar a criatividade nas formas de defesa de Cuba e das conquistas da revolução; conquistar mais pessoas que possam defender Cuba e o povo cubano; ampliar a presença nas universidades, sugerindo cátedras como a José Martí; e participar, em 2026, em Cuba, das atividades que marcarão o centenário de nascimento de Fidel Castro.

A atividade no México foi um momento de articulação internacional de diversas entidades sindicais, coletivos e movimentos sociais. Além do Sindicato Nacional, houve a presença de outras entidades e movimentos brasileiros, como o MST, entidades sindicais e dos movimentos sociais mexicanos no encontro, o que demonstrou, inclusive para nós do ANDES-SN, um espaço importante de articulação política, pensando a luta em defesa da educação pública. Aproveitamos o espaço para tratar do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação.

No processo de atualização do Caderno 8 e de análise das últimas atividades internacionais organizadas pelo Sindicato Nacional, além das que participou na organização, observou-se a necessidade de construirmos uma linha política internacionalista do ANDES-SN para disputarmos nosso projeto de educação presente no Caderno 2, nosso projeto de carreira única e defender a educação pública em conjunto com outras entidades e sindicatos do setor a partir da organização do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação.

Nesse sentido, a Direção do ANDES-SN se reuniu com o sindicato Trabalhadores da educação da Universidade de Birzeit da Palestina. Foi um espaço para evidenciarmos nossa solidariedade ao povo Palestino, de informarmos as ações que o ANDES-SN vem fazendo de apoio à Palestina. Também foi um espaço para as e os docentes palestinos(as) apresentarem a situação atual das universidades: de total vigilância do Estado de Israel, da falta de autonomia e liberdade de cátedra; do genocídio; do epistemicídio, com os ataques às Universidades em Gaza.

Tratamos do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, a partir da concepção de que o combate ao neoliberalismo é o combate ao imperialismo, e que o IV Congresso pode cumprir um papel de construirmos um espaço de unidade de ação em defesa da educação pública, da liberdade de cátedra, do fim das ações imperialistas e colonialistas na Palestina e em todos os países da América Latina e da África.

Além do IV Congresso, debatemos a necessidade de intercâmbio das experiências sindicais docentes, considerando as fases marcadas por governos autoritários no Brasil e as experiências de luta sindical do povo palestino sob o permanente ataque do Estado de Israel. A proposta está em construção e devemos iniciá-la em 2026, tendo como objetivo construir ações conjuntas e garantir a presença das(os) companheiras(os) no Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação.

Além do sindicato da Universidade de Birzeit, reunimo-nos com o Sindicato Nacional de Professores de Angola (SINPROF), em novembro de 2025. Foi uma reunião de articulação e do início de diálogo entre o ANDES-SN e o sindicato docente do continente africano, O SINPROF é o sindicato dos(as) docentes da educação básica de Angola, que nos demandou apoio para uma escola de formação política, de modo a garantir maior participação das mulheres nos espaços do sindicato, além de debater carreira e formação acadêmica dos(as) docentes em parceria com Universidades brasileiras. Encaminhamos de construirmos uma proposta dos módulos de formação, além de inserirmos este importante sindicato no IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação.

No sentido de fortalecer essa articulação internacional, o ANDES-SN participará da I Conferência Internacional Antifascista, que reunirá ativistas, militantes, organizações políticas e sindicais, movimentos sociais, partidos políticos, de vários países, da América Latina, dos EUA, Europa, da Ásia e da África, com o objetivo de fortalecer a luta do movimento antifascista em nível internacional, considerando a necessidade da reação da classe trabalhadora ser também internacional contra a extrema direita.

Essas agendas são parte das tarefas para cumprirmos a resolução sobre a articulação do ANDES-SN com entidades sindicais e setores da educação internacionais. Compreendemos que a organização do IV Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação é um espaço oportuno para isso.

IV Congresso Mundial contra o neoliberalismo na Educação

A partir da deliberação no 68º CONAD, construímos uma agenda organizativa para preparar o IV Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação. Com o ANDES-SN representando o Brasil, reunimo-nos com entidades da educação do México, Porto Rico, Argentina e Venezuela. Além das questões organizativas, fizemos um breve debate de conjuntura e evidenciou-se um elemento comum enfrentado pelos sindicatos docentes: os ataques à previdência, a transformação das aposentadorias em fundos de pensão e a forma como esse processo precarizou o trabalho docente.

Durante a agenda de organização do IV Congresso, fizemos reuniões com sindicatos da Cidade do México, Morelos, além de visitar alguns espaços que podem sediar o evento. Também participamos de reunião com o Chefe da Autoridade Federal de Educação na Cidade do México, Francisco Luciano Concheiro Bórquez, para tratar da estrutura do Congresso, abrir diálogo com o Ministério do Exterior mexicano buscando garantir os vistos dos(as) participantes, além de abordar questões sobre transporte e infraestrutura no período do evento.

Pensando em organizar o evento, houve a indicação de participarmos do pré-congresso em 2026, na Cidade do México. Foi construído um calendário de reuniões mensais entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026. A indicação é que o IV Congresso aconteça em dezembro de 2026.

Na reunião de outubro, as entidades organizadoras deliberaram:

1. Tema do Congresso:IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação: Por um futuro para a educação pública! Em defesa da Previdência Social, da carreira docente e da educação presencial;
2. Constituição do IV Congresso na UNAMI e pré-congresso em Morelos;
3. Eixos / Princípio:
    a) Previdência e fundo de pensões;
    b) Programa para uma educação emancipadora e uma pedagogia libertária; projeto educativo alternativo;
    c) A formação da juventude para se tornarem docentes;
    d) Educação pública, financiamento, inclusão e acessibilidade;
    e) Carreira docente, estabilidade e condições de trabalho;
    f) Direito humano à educação presencial;
    g) Mapa das lutas do magistério no mundo;
    h) Movimento contra-hegemônico para romper com Internacionalização do projeto do capital para educação superior, para construção de uma Universidade diversa, sem precarização e mercantilização do ensino, pesquisa e extensão

Compreendemos que o IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação está colocando o ANDES-SN no cenário internacional, possibilitando a construção de um espaço de unidade de ação internacional de luta contra o capitalismo, o imperialismo e os ataques à educação pública, bem como de defesa da carreira docente e de construção de um projeto internacionalista de defesa da educação pública.

Questões Organizativas, Administrativas, Políticas e Financeiras do ANDES-SN: debater, acumular para formular um novo funcionamento do Sindicato Nacional

No 68º CONAD, a base apresentou proposta de Seminário para debatermos a estrutura do ANDES-SN, tendo como temas centrais: composição da Diretoria - majoritariedade e proporcionalidade; novo formato para o rateio; mudanças no funcionamento dos espaços deliberativos e em sua metodologia. O Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN foi sediado pela ADUNIFESP entre os dias 28 e 30 de novembro de 2025. Participaram 47 seções sindicais, 122 representações de base e 33 diretores(as). Para garantir a diversidade de posições nas mesas de debate, utilizou-se como metodologia convidar as seções sindicais e os(as) sindicalizados(as) que apresentaram TRs sobre esses temas para compor a programação e contribuir com o debate.

De forma democrática, a categoria fez a opção de esgotarmos todas as discussões, o que significou garantir as falas de todas as pessoas inscritas em todas as mesas, qualificando as discussões e permitindo que diversas posições fossem colocadas em debate. Sobre a organização da Classe Trabalhadora e a superação da crise no movimento sindical, as exposições tocaram na necessidade da reorganização da classe trabalhadora, do papel do sindicato na organização da classe trabalhadora e no combate ao capital.

Importante frisar que, em junho de 2025, o GTPFS organizou o II Encontro de reorganização da classe trabalhadora, no auditório da Adunb, garantindo acúmulo nas estratégias para enfrentarmos o capitalismo a partir das experiências de diversas categorias e sindicatos, e colocando para o ANDES-SN o desafio de contribuir na reorganização da classe trabalhadora para enfrentarmos de forma unificada a extrema direita e a política neoliberal em curso no país.

Esse acúmulo se expressou no debate teórico da mesa 1 do seminário, que apontou a necessidade de pensarmos nossas táticas na luta de classes, considerando os avanços e recuos da classe trabalhadora, além do modo como isso vem reorganizando a forma de resistência da classe trabalhadora. Esse seminário foi uma deliberação da nossa categoria para repensar nossos espaços. Precisamos avançar na organização da classe para superar o capitalismo, além de construir uma concepção de sindicato que não hostilize militantes e dirigentes que se organizem em partidos. É urgente enfrentarmos a crise do movimento sindical e o privatismo que incide na nossa fragmentação. É necessário trabalho de base, defesa do Sindicato Nacional e de suas seções sindicais, o que torna premente uma campanha nacional de sindicalização.

Outro tema importante foi o debate sobre concepção sindical, que antagonizou Federação e Sindicato Nacional. Nas exposições, fez-se um histórico do ANDES-SN, desde sua origem como associação até sua conformação como sindicato nacional, marcado desde o início pela concepção de sindicato de luta em oposição a um caráter mais acadêmico, defendido por alguns setores que compunham a base.

Foram destacados princípios defendidos desde a sua criação, tais como autonomia, independência, internacionalismo, luta da classe trabalhadora, luta de gênero, raça e etnia. Ressaltou-se que a presencialidade é fundamental, que o ANDES-SN se organiza no chão dos locais de trabalho. Também foi apresentado um panorama do movimento sindical brasileiro e o modo como o ANDES-SN se insere nesse quadro.

Em relação ao ANDES-SN, destacou-se o nível de autonomia das Seções Sindicais, o significado dessa autonomia, o papel do rateio, e o modelo de Sindicato Nacional. Foram apresentados três princípios da organização do sindicalismo no Brasil: unicidade, territorialidade (menor base territorial possível), segmentação (privilegiar menor especificidade possível), bem como os tipos de entidades sindicais: de 1º grau (relação direta com a base, sindicatos); de 2º grau (federações e confederações); de grau superior (centrais). Relatou-se que o ANDES-SN é a maior entidade sindical de 1º grau do Brasil, representando 258.600 pessoas, com cerca de 67 mil filiados. A taxa de sindicalização é de 25,91%, significativamente superior à média do serviço público brasileiro, de 19%. A sindicalização no Brasil despencou nos últimos 10 anos, passando de 16% para 8%. De 2023 para 2024, houve um pequeno aumento. O ANDES-SN é o único sindicato que reúne federais, estaduais, municipais e distrital. Patrimônio a ser defendido e aprimorado.

Discutimos o modelo de rateio entre as seções sindicais, nas atividades deliberativas do ANDES-SN, como o congresso e os CONADs e seu caráter solidário de potencializar a participação de seções com menor orçamento, mas também pensamos em formas de aumentar o caráter solidário desse mecanismo, de otimizar o uso dos recursos financeiros do nosso sindicato. Pudemos também reafirmar

a importância do caráter organizativo de sindicato nacional, modo como o ANDES se organiza, e as diferenças com o modelo federativo, de participação indireta da base da categoria.

Por fim, discutimos os espaços deliberativos do ANDES, em particular os CONADs, de modo que se constituam naquilo que o estatuto de nossa entidade dispõe que sejam e que se dinamize os debates, tornando-os menos extenuantes, sem perdermos a qualidade e a profundidade com que merecem e devem ser tratados.

O debate revelou que, em muitas narrativas sobre a necessidade de mudança no formato do Sindicato Nacional, os princípios partiam da experiência de Federação, desde a metodologia dos espaços deliberativos ao formato do rateio. No debate, ficou explícito que o modelo de Sindicato Nacional que temos hoje é o que representa a categoria, e os ajustes que devemos formular no próximo período devem ter como baliza os fundamentos de solidariedade, autonomia, independência de classe que sustentam o ANDES-SN.

O seminário nos demonstrou que pode ser bastante proveitosa e necessária a convocação de um CONAD extraordinário, para pautarmos esses temas e acumularmos coletivamente sobre as melhores formas de lidar com as questões organizativas, administrativas, financeiras e políticas.

Majoritariedade e Proporcionalidade: um debate sobre democracia sindical?

A forma organizativa pela qual os sindicatos se forjaram no Brasil e no mundo é bastante variada e, muitas vezes, tem a ver com questões de cultura sindical que se organiza a partir de diversos fatores.

Entretanto, os sindicatos considerados “de luta” têm em comum certas características: se constituem em frente única, ou seja, uma frente de trabalhadores(as) que, mesmo com diferenças políticas, atuam sob um mesmo objetivo, pautados por amplas democracia interna, independência e autonomia frente a governos, patrões e partidos políticos. Nesse sentido, a forma organizativa que garanta essas característicasserá a melhor forma que determinado sindicato pode adotar para organizar a luta de sua categoria.

Acerca do critério de composição da diretoria (majoritariedade e proporcionalidade), não é correto afirmar, de forma apriorística, que a proporcionalidade é a garantia da democracia sindical. Caso essa relação esteja correta *a priori*, também estará a afirmação de que todos os sindicatos dirigidos pelo critério de majoritariedade em sua diretoria são, automaticamente, antidemocráticos, o que estaria completamente equivocado.

Entendemos que o debate sobre a proporcionalidade ou majoritariedade está sim no campo do debate democrático, mas, antes, se encontra no escopo do debate tático acerca da forma mais adequada de como uma diretoria deve ser constituída. Nesse sentido, é importante pensarmos quais elementos podemos apresentar para a discussão da democracia sindical. Dentre esses elementos podemos falar, por exemplo, dos mecanismos de participação democrática da base:

- Assembleia de trabalhadores(as): quando as seções sindicais convocam os(as) filiados(as) a discutir e decidir aspectos importantes da nossa luta. Vimos na greve de 2024 quantas assembleias foram convocadas e como elas construíram o movimento paredista nacional, a partir do local de trabalho;
- Eleições diretas: a cada dois anos, o ANDES organiza eleições livres e diretas para a sua diretoria, que mobilizam toda a categoria. Uma eleição presencial e direta em um sindicato nacional, como o nosso, é uma das manifestações mais democráticas que podemos ter;
- Participação ativa e mobilização de base: em todas as grandes campanhas, e temos visto isso agora na luta contra a PEC-38, a participação da base da categoria é evidenciada. Assim como ocorreu no grande ato de 29 de outubro, em Brasília, com caravanas de todas as regiões do país;
- Organização de greves: tivemos um movimento muito importante do setor das federais em 2024, que nos proporcionou reajuste salarial (ainda que aquém do que solicitamos), pequenos ganhos em alguns auxílios e vitórias, também, para a carreira EBTT. No setor das Estaduais, as greves no Piauí, no Ceará e em Minas Gerais arrancaram vitórias salariais e na carreira, e importantes conquistas na UNEB (Bahia) com relação à pauta

> interna. Além disso, o ANDES demonstrou toda a sua capacidade de fazer a luta direta e, ao mesmo tempo, participar ativamente das negociações de greve, as quais foram muito difíceis com um governo (MGI) que o tempo todo demonstrou a intenção de não ceder às nossas reivindicações. Governo que recorreu, inclusive, à ajuda da Proifes que, ao primeiro aceno, sentou à mesa para assinar um acordo rebaixado, mesmo suas bases tendo votado o contrário.

Esses são alguns exemplos de como tem sido democrática a condução da política no interior do ANDES-SN, cuja diretoria majoritária não usa de mecanismos que possam impedir a participação da base e de setores organizados em seu interior. Por que, então, haveria de ser a proporcionalidade, na diretoria do ANDES, o fiel da balança para caracterizar a sua democracia interna?

Antes de tratarmos da resposta a essa questão, é importante lembrar que o debate sobre a proporcionalidade já apareceu outras vezes em nossos espaços deliberativos, como por exemplo: no 34º Congresso (2015) e no 37º Congresso (2018). Recentemente, no 43º Congresso, ocorrido em janeiro de 2025 em Vitória/ES, e no 68º CONAD, ocorrido em julho de 2025, em Manaus-AM, foram apresentados TRs defendendo a aprovação de proporcionalidade para a eleição da direção nacional do ANDES e, em ambos os casos, essas posições foram rejeitadas pelos(as) delegados(as).

Não nos parece correto aprovar a proporcionalidade para a direção do ANDES-SN porque, em primeiro lugar, não entendemos que não haja democracia em nosso sindicato, ainda que possamos e devamos o tempo todo aprofundar práticas democráticas nele, e, em segundo lugar, porque, em sendo tático, o problema da proporcionalidade torna-se político, ou seja, se temos mais de um programa apresentado no processo eleitoral pelas chapas aptas a dirigir o sindicato, qual o programa vai, de fato dirigi-lo?

Na proporcionalidade, todas as chapas aptas a indicarem diretores(as) terão, democraticamente, o direito de dirigir o sindicato. Logo, uma política não consensuada entre as forças expressas nas chapas poderá não ser implementada ou o será de forma parcial. Esse elemento pode desagregar a luta unitária do sindicato e, no caso do ANDES, um sindicato de dimensões do tamanho do Brasil, poderá significar a sua total desarticulação, acentuando as divisões internas entre as correntes que comporão a sua diretoria.

Não se trata, portanto, de "responsabilidade" ou "maturidade" das correntes, mas de uma disputa programática para a condução da direção da entidade e, nesse sentido, nos parece que a majoritariedade é a forma organizativa que melhor mantém a unidade de ação do ANDES-SN. Podemos e devemos seguir discutindo formas de ampliar a participação de base e a democracia interna no ANDES-SN, mas não podemos correr o risco de produzirmos uma luta interna que produza a fragmentação do nosso sindicato nacional.

Contudo, há setores no Sindicato Nacional que defendem a proporcionalidade como instrumento democrático, com o objetivo da Direção Nacional refletir a diversidade de sua base, o que é legítimo. Mas, como seria a implementação da proporcionalidade? Faz-se necessário aprofundarmos esse debate para permitir à categoria reflexões e espaços formativos que contribuam para a escolha direta e democrática de como será a composição da sua diretoria nacional, das suas seções sindicais e os rumos do Sindicato Nacional.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

TRs REMETIDOS DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN AO 68º CONAD

I - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN incentive as Seções Sindicais a tomarem iniciativas para concretizar as deliberações em relação ao BDS, conforme aprovado no 42º Congresso.
2. Que o ANDES-SN proponha uma agenda de atos e encontros periódicos das entidades sindicais da educação federal com o objetivo de garantir o cumprimento dos acordos pelo MGI e MEC, bem como de fortalecer a ampliação das lutas em defesa das IFES.

3. Diante do genocídio contra a Palestina, genocídio que todos nós somos testemunhas, é preciso que o 43º Congresso do ANDES-SN decida que:
3.1. É urgente implementar com firmeza política a campanha BDS em todas as universidades do país, a exigir o fim de todo e qualquer contrato entre as Instituições de Ensino Superior e as empresas e instituições do regime nazisionista de Israel;
3.2. É necessário denunciar toda e qualquer tentativa de lobby sionista em nossas instituições de ensino, e que nossas seções sindicais devem se colocar de forma real em solidariedade ao povo palestino e a todos aqueles que são perseguidos por defender a Palestina histórica.
3.3. Ao lado da campanha BDS, indicar às seções sindicais que ao lado da campanha BDS realizem manifestações, palestras e debates que possam ajudar na propaganda em defesa da luta do povo palestino e na denúncia contra o Genocídio em Gaza. Reafirmar a luta para fazer das IES territórios livres de aparatheid. Reafirmar/Implementar Campanha de Boicote, Desinvestimento, Sanções contra Israel! Reafirmar/Implementar Campanha por uma Palestina onde os trabalhadores islâmicos, judeus e cristãos possam viver em paz Reafirmar/Implementar Campanha Palestina Livre, laica, socialista, do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo!
4. O Andes recomenda boicote acadêmico às universidades, docentes e estudantes de Israel, devido à sua cumplicidade com políticas de apartheid e ocupação.
5. O Andes recomenda:
5.1. O estabelecimento de parcerias acadêmicas com universidades e centros de pesquisa Palestinos;
5.2. A divulgação de trabalhos e pesquisas Palestinos;
5.3. O apoio às publicações de pesquisadores palestinos e/ou que pesquisam a Palestina;
5.4. O incentivo a pesquisa sobre a Palestina na graduação e pós-graduação.

V - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e as seções sindicais apoiem política e financeiramente os esforços para garantir que os(as) estudantes palestinos(as) selecionados(as) no marco do programa do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) possam, no segundo semestre de 2025, realizar o traslado desde seus territórios até o Brasil, e continue pressionando o governo federal para garantir recursos para esses traslados e permanência dos estudantes no Brasil.
2. Que o ANDES-SN intensifique, junto com as entidades sociais, sindicais e redes de solidariedade com o povo da Palestina, a luta para que o governo federal, e os governo estaduais e municipais, rompam efetivamente as relações comerciais, militares e acadêmicas com o governo sionista de Israel.
3. Que o ANDES-SN, através do GTPFS e da Encarregatura de Relações Internacionais, realize articulação político-sindical com sindicatos e movimentos sociais de educadores(as) do continente africano.
4. Que o ANDES-SN organize um painel em reunião do GTPFS sobre solidariedade internacional, convidando como palestrantes entidades nacionais que atuam nas lutas em relação a Cuba, Palestina e países do continente africano, além de representação sindicais desses países.
5. Que o ANDES-SN componha a Comissão Organizadora do IV Congresso Mundial contra o neoliberalismo na Educação.
6. Que o ANDES-SN participe do IV Congresso Mundial contra o neoliberalismo na Educação, garantindo:
a. delegação de diretores(as) do sindicato;
b. custeio da participação de três convidados internacionais - preferencialmente de países africanos, de Cuba e da Palestina;
c. custeio de quatro convidados nacionais do evento.
7. Incorporar ao calendário de lutas do ANDES-SN, e de todas suas seções sindicais, o dia 8 de outubro como Dia de solidariedade internacional anti-imperialista contra as políticas neoliberais no campo da educação.
8. Intensificar o diálogo com o Fonasefe na construção do seminário sobre os impactos da reforma administrativa e na construção de agendas unificadas de combate à reforma administrativa e aos ataques ao orçamento público.
9. Intensificar a luta contra a Reforma Administrativa e todas as medidas infraconstitucionais que caracterizam uma reforma em andamento, em conjunto com as outras entidades do serviço público federal, estadual e municipal, intensificando a campanha contra a Reforma Administrativa, nas seções sindicais e nos encontros das secretarias regionais.
10. Intensificar ações de comunicação que denunciem as articulações entre governo Lula-Alckmin e Congresso Nacional para aprovar medidas de Reforma Administrativa, tais como o GT sobre esse tema criado pelo presidente da Câmara Hugo Motta e lançado em evento com o MGI.
11. Que o ANDES-SN proponha, no âmbito do Fonasefe, a construção de jornadas de lutas contra a Reforma Administrativa, com atividades em Brasília e nos locais de trabalho, e a proposta de um dia nacional de luta contra a Reforma Administrativa.

12. Participar da iniciativa do plebiscito popular, a ser realizado no mês de setembro, contra a escala de trabalho 6 x 1; pela taxação dos super-ricos, com tributação sobre quem ganha mais de R$ 50 mil; pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial e pela isenção do pagamento do imposto de renda (IR) para quem recebe até R$ 5 mil.
13. Intensificar as ações políticas e de comunicação em defesa do mandato do deputado Glauber Braga, ameaçado de cassação no Congresso Nacional.
14. Que o GTPFS, em conjunto com as encarregaturas sindical e relações internacionais realizem painel sobre as entidades que organizam a luta internacional em defesa da educação para acúmulo e posterior deliberação sobre a filiação, ou não do ANDES-SN em uma destas entidades.
15. Construção, no âmbito do GTPFS, em conjunto com a Encarregatura de Relações Internacionais, de um painel sobre as organizações internacionais da classe trabalhadora autônomas e independentes no primeiro semestre de 2026.
16. Que o ANDES-SN e suas Seções Sindicais integre a organização do Plebiscito Popular: por um Brasil mais justo;
17. Que o ANDES-SN, convide outras entidades da educação, para via Secretaria Regionais e Seções Sindicais, realizar debates sobre os temas do Plebiscito nas instituições de ensino, divulgando a ação, ampliando o debate e buscando mobilizar.
18. Que o ANDES-SN participe do IX Encuentro Continental de Solidaridad con Cuba "Cultivando una rosa blanca" a ser realizado do dia 9 até 12 de outubro de 2025 na Cidade do México, também com o objetivo de construir articulações políticas com entidades do campo educacional visando a preparação do IV Encontro Mundial contra o neoliberalismo na Educação, que acontecera no México em 2026.
19. Que o ANDES SN produza materiais e InformANDES Especial sobre as ações do ANDES-SN de solidariedade ao povo cubano, contendo as resoluções aprovadas sobre tema ao longo da história do sindicato nacional, destacando o legado da Revolução Cubana e a chamada pelo fim do bloqueio.
20. Que o setor de produção de audiovisual da imprensa do ANDES digitalize e publique o vídeo da saudação de Fidel Castro no 38º Conad em seus canais de comunicação, com a incorporação de instrumentos de acessibilidade, tais como legendagem e interpretação de libras.
21. Que o ANDES-SN intensifique seu diálogo e participação em eventos internacionais, organizado por entidades classistas e anti-imperialistas no campo da educação com o objetivo de ampliar a articulação com as lutas de solidariedade anti-imperialista nos territórios afetados pelo neocolonialismo.
22. Que o Andes participe da ação emergencial de solidariedade ao povo cubano, organizada pelo MST, para a compra de remédio e demais insumos médicos essenciais e de assistência a saúde para hospitais cubanos.
22.1 - Que o ANDES, por meio de circular, recomende as seções sindicais que apoiem essa ação de solidariedade.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, no contexto do Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação:
1.1 Faça, em reunião/painel no GTPFS, no primeiro semestre 2025, o balanço da participação do ANDES-SN no III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação, a partir de suas perspectivas políticas, financeiras e organizativas;
1.2 Participe da Conferência, em abril de 2025, de preparação do IV Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação;
1.3 Delibere no 68º Conad sobre sua participação e o caráter dessa participação no IV Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação.
2. Que o ANDES-SN participe como observador do espaço de articulação sindical e gremial de trabalhadores e trabalhadoras da educação, disparado no III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação, com vistas a acumular elementos a serem trazidos à categoria no 44º Congresso para uma efetiva deliberação quanto à participação.
3. Que o ANDES-SN divulgue e participe das ações de solidariedade política e material ao povo cubano promovidas por movimentos sociais populares parceiros, no contexto das consequências do bloqueio agravadas pela passagem recente de furacões na ilha em 2024.
4. Que o ANDES-SN participe da 27ª Convenção Nacional de Solidariedade a Cuba, que acontecerá entre os dias 19 e 21 de junho de 2025, no Campus da UFES em Vitória(ES).
5. Que o ANDES-SN intensifique a luta contra a Reforma Administrativa e todas as medidas infraconstitucionais que caracterizam uma reforma em andamento, em conjunto com as outras entidades do serviço público, intensificando a campanha contra a Reforma Administrativa, que já está em andamento.

6. Que o ANDES-SN realize seminário, em conjunto com o Fonasefe, para discutir impactos da Reforma Administrativa para todos os segmentos do serviço público, as perspectivas de terceirização do serviço público, já viabilizadas por meio de OS desde 2015, e a recente permissão do STF para contratação direta pela administração de trabalhadores pelo regime da CLT.
7. Que o ANDES-SN envide esforços no âmbito do Fonasefe para construir uma agenda de luta em 2025 que envolva: a luta contra as propostas de reformas administrativas e a unidade dos servidores federais contra os ataques ao serviço público.
8. Que as secretarias regionais e seções sindicais impulsionem a organização e fortalecimento dos fóruns e espaços regionais, estaduais e locais em defesa dos serviços públicos e de luta pela educação pública.

TR – 27

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais intensifiquem a luta pelo fim da jornada 6x1;

2. Que o ANDES-SN, via suas secretarias regionais e a coordenação do GTPFS, faça debates para acumularmos sobre a construção de um espaço de unidade de ação de defesa internacionalista da educação pública;

3. Que o ANDES-SN, no interior do GTPFS, aprofunde o debate sobre as lutas por formulação de políticas públicas de acolhimento de estudantes imigrantes e refugiados em nossas IES que garantam acesso e permanência, e apresente proposta à ANDIFES, à ABRUEM e ao Ministério das Relações Exteriores.

3.1. Que o GTPFS, por meio das Seções Sindicais, faça um levantamento sobre as ações que já vêm sendo realizadas nessa direção pelas IES.

4. Que o ANDES-SN intensifique os diálogos com outros sindicatos da educação - que atuem de forma classista, autônoma e independente de governos, partidos e reitorias (ou algo equivalente) - em nível internacional, participando e construindo atividades de formação sindical e intercâmbio entre as entidades;

5. Que o ANDES-SN construa agenda unificada em 2026 com FONASEFE, FONACATE, Fóruns estaduais, municipais, distrital do funcionalismo público e movimentos sociais de luta contra a Reforma Administrativa;

6. Que o GTPFS, em conjunto com o GTPE, promova painel com os eixos temáticos do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, como etapa preparatória da participação do ANDES-SN e suas seções sindicais nessa agenda;

7. Que o ANDES-SN construa um CONAD Extraordinário em 2026 para aprofundar o debate sobre questões organizativas, administrativas, financeiras e políticas do ANDES-SN;

8. Que o ANDES-SN intensifique a campanha Lutar não é crime, colocando como mote central a defesa da democracia nas Universidades, IFs e CEFETs e da liberdade de cátedra, enfrentando os ataques da extrema direita contra a comunidade acadêmica;

9. Que o ANDES-SN reproduza o Guia prático sobre gravações indevidas e ataques contra a atividade docente, construído pela ADUNB, como instrumento nacional de orientação sobre como a categoria pode se defender dos constrangimentos e ataques da extrema direita em sala de aula.

10. Que o ANDES-SN proponha, em conjunto com o SINASEFE Nacional e FASUBRA Sindicato, ações unificadas de defesa das Universidades, IFs e CEFETs contra os ataques da extrema direita.

---

[1] Fonte: https://adunb.org/conteudo/3241/guia-pratico-sobre-gravacoes-indevidas-e-ataques-contra-a-atividade-docente-e-lancado-pela-adunb, acessado em 12 de dezembro de 2025.

TEXTO 28

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Angela Maria Venturini (Adesfaetec), Antonio Cícero Cassiano Sousa (Adesfaetec), Joana d'Arc Souza Feitoza Varejão (AdesFaetec), Maria Carolina Granato da Silva (Adesfaetec), Roberto Bitencourt da Silva (Adesfaetec), Ronaldo da Costa Formiga (Adesfaetec).

NECESSÁRIA PARTICIPAÇÃO DO ANDES-SN EM CAMPANHAS DE SOLIDARIEDADE ANTI-IMPERIALISTA A VENEZUELA

TEXTO DE APOIO

O Andes-SN, por intermédio das suas seções sindicais, dos seus respectivos dirigentes e representantes dos seus movimentos de base, em diferentes instâncias deliberativas e decisórias, tem oportunamente dedicado uma especial atenção às adversidades sofridas pelos povos da Palestina e de Cuba. Por conseguinte, o Andes-SN tem aprovado resoluções e encetado esforços para envolver-se em atos de solidariedade a estes dois povos tão castigados pela covardia e a agressividade imperialista ocidental.

Contudo, a Venezuela, país coirmão sul-americano, não tem recebido a devida atenção do nosso sindicato. Convivendo há décadas com sistemáticas ações de desestabilização política e econômica, os sucessivos governos de extração anti-imperialista, socializante e democratizante, têm se deparado *ad nauseam* com um indisfarçável ingerencismo praticado pelo imperialismo estadunidense. A voracidade pelo roubo do petróleo, recurso natural do povo venezuelano e administrado pelo governo do país sul-americano, essa ganância é o que principalmente tem guiado a infame ofensiva ianque.

Grosso modo, dois fatores perturbam as relações entre EUA e Venezuela, sob o exclusivo enfoque da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos:

1) De um lado, a notória escolha dos governos chavobolivarianos pela estatização de setores da economia. Igualmente a contumaz aplicação das receitas do petróleo no custeio de direitos sociais – como o acesso universal à moradia – e seu direcionamento também voltado ao financiamento de direitos trabalhistas (melhorias das prerrogativas dos trabalhadores frente ao capital).
2) De outro lado, chamam a atenção os estímulos políticos e jurídicos para elevar o grau de participação dos de baixo, o que tem permitido gestar uma engenharia social que ultrapassa os limites da democracia representativa: a socialização dos meios de produção normativa faz com que a cidadania ativa das massas introduza ingredientes participativos na democracia. Os processos constituintes, que reformularam radicalmente a Constituição venezuelana e que têm contado com ampla representação popular (muito maior do que a representação conferida legalmente a setores da burguesia local), bem como os institutos do plebiscito e do referendo, assim como a expansão da experiência do poder comunal, correspondem todas a iniciativas que têm reformulado a democracia do país.

Ambas as características dos processos sociais e políticos do país vizinho, cuja trajetória já alcança quase 30 anos, são motivo de aberta hostilidade do capital e do governo estadunidenses, bem como de oposição ferrenha das burguesias locais vende-pátria. Nas últimas semanas do ano de 2025, o governo estadunidense tem elevado a escalada de agressões a Venezuela, com a adoção de um bloqueio naval, sob a estapafúrdia alegação de um pretenso combate ao "narcoterrorismo". Na verdade, a intenção é dupla: derrubar o governo nacionalista e anti-imperialista de Nicolás Maduro e apropriar-se do maná do petróleo venezuelano. De fato, práticas de banditismo estatal imperialista dos EUA! Tudo isso, é claro, à revelia do direito internacional!

Há mais de 10 anos o país convive com os efeitos sociais e economicamente deletérios das sanções econômicas. Estas foram e têm sido impostas por diferentes presidentes dos EUA: Obama, Trump e Biden. Trata-se de sanções que impossibilitam a Venezuela de ter acesso a insumos para fabricação de remédios e alimentos, sanções que restringem demasiadamente as condições de realizar transações financeiras regulares em âmbito internacional. Sanções que tornam impraticável a venda e o transporte

do petróleo venezuelano, já que um dos fundamentos das sanções consiste em uma norma estadunidense com poder extraterritorial: toda e qualquer empresa de um país que faça negócios com a Venezuela estará impedida de fazer operações de mercado com empresas que possuam alguma fração de capital estadunidense.

Toda uma série de barbaridades que violam flagrantemente o direito internacional, que desrespeitam o direito do país sul-americano ao comércio internacional e que maltratam o princípio da autodeterminação nacional! Ademais, colocam *nuestra* América Latina na rota de uma plausível guerra abertamente militarizada!

Contra a odiosa guerra imperialista promovida pelo putrefato capitalismo militar e racista dos EUA! Em defesa do princípio da autodeterminação dos povos e do direito internacional! Pela solidariedade das organizações populares brasileiras com o povo venezuelano e com o legítimo governo de Nicolás Maduro!

Sugestões de leitura:

De La Cruz, Claudia; De Los Santos, Manolo; Prashad, Vijay. *Viviremos*. Buenos Aires: Batalla de Ideas: Tricontinental Instituto de Investigación Social, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3IR5hqf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

Kovalik, Dan. *The plot to overthrow Venezuela*. Nova Iorque: Hot Books, 2019.

Lugo, Carlos R. Além do constituinte e do constitucional: por uma teoria materialista do processo social constitutivo. Niterói: *Revista Culturas Jurídicas*, v.5, n.12, set./dez. 2018, p.23-41.

Morales, Rafael González. *Estados Unidos y la "guerra 4G" contra Venezuela*. S/l: Ocean Sur, 2019.

Pinheiro, Jair. *A construção do poder popular na Venezuela*. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.

Sachs, Jeffrey; Weisbrot, Mark. Economic sanctions as collective punishment: the case of Venezuela. Washington: *Center for Economic and Policy Research*, abr. 2019. Disponível em: <https://cepr.net/images/stories/reports/venezuela-sanctions-2019-04.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2025.

Santos, Roberto S. Venezuela: breve história e análise da revolução bolivariana. In: Santos, Roberto S.; `Pitillo, João C.P.; Villamar, María C. (orgs.), *América Latina na encruzilhada*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 69-108.

Scheidt, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. Marechal Cândido Rondon-PR: *Tempos Históricos*, Unioeste, v.21, 1º sem. 2017, p.261-291.

TR – 28

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes-SN e as suas seções sindicais participem, promovam ou intensifiquem campanhas de solidariedade a Venezuela, contra a barbárie praticada pelo imperialismo estadunidense.

TEXTO 29

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adelson Fernandes Moreira (SINDCEFET-MG), Adilson Mendes (SINDCEFET-MG), Gabriel Fagundes (SINDCEFET-MG), Fábio Bezerra (SINDCEFET-MG) , Lilia de Oliveira (SINDCEFET-MG) , Kécia Ferreira (SINDCEFET-MG) , Marcos Prado Amaral (SINDCEFET-MG , Mabel Rocha Couto (SINDCEFET-MG)

PELA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA SOLIDARIEDADE AOS ESTUDANTES PALESTINOS.

TEXTO DE APOIO

O contexto de crise que o modo de produção capitalista atravessa tem imposto severas condições à classe trabalhadora mundialmente. Temos assistido, com grande repulsa, a escalada de violência que o Imperialismo, como sistema de imposição de força das grandes potências capitalistas mundiais, vem submetendo diversos povos aos horrores do recrudescimento de guerras e massacres, ataques aos direitos humanos, promoção de diásporas forçadas, pressões econômicas e militares sobre a soberania nacional e popular, a usurpação de territórios e genocídios.

Nesse contexto, o exemplo mais emblemático nesses últimos anos tem sido o massacre indiscriminado da população palestina pelo Estado sionista de Israel, com o apoio dos EUA e a cumplicidade de grande parcela da burguesia árabe e seus governos submissos aos interesses imperialistas.

É importante ressaltar que esse processo determina o avanço da precarização e da subjugação da vida e impulsiona a imigração forçada, o que aumenta o grau de miséria e vulnerabilidade social destes povos.

O sistema capitalista alimenta e se retroalimenta da barbárie, estimulando discursos ideológicos que semeiam: o ódio religioso, o xenofobismo, o racismo ou outras formas de preconceitos que tentam justificar tanto a perseguição étnica, os massacres e violações de direitos humanos, encobrindo as reais causas desse fenômeno trágico, que sob o genocídio do povo palestino, escancarou a lógica nefasta do imperialismo e do sionismo.

É necessário compreender que a solidariedade ao povo palestino, assim como outros povos oprimidos, é também um ato de resistência e combate ao avanço da barbárie capitalista, ao fenômeno do neofascismo e seus agentes de plantão, sejam eles governos ou instituições políticas e econômicas.

O ANDES-SN sempre manteve uma postura crítica e combativa contra as diversas formas de opressão e subjugação impostas pela ordem do Capital.

No 42º Congresso, ocorrido em Fortaleza-CE, foi aprovado uma resolução que além da solidariedade ao povo palestino exigia também a ruptura diplomáticas e comercial dentre outras, do governo brasileiro com o Estado sionista de Israel, promotor do primeiro genocídio televisionado do século XXI.

No dia 29 de novembro de 2024, (Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino), o ANDES-SN e outras entidades sindicais, além de membros da Frente Universitária de Solidariedade a Palestina e o presidente e vice- presidenta da Federação Árabe-Palestina do Brasil (FEPAL), estiveram no Itamaraty e entregaram um conjunto de documentos solicitando a ruptura das relações diplomáticas com Israel, reafirmando nossos laços de solidariedade com o povo palestino. No último CONAD, realizado em julho de 2025 em Manaus, foi aprovado por ampla maioria que o ANDES-SN custeasse as passagens dos estudantes palestinos que foram selecionados no edital do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB) possibilitando que esses estudantes ingressassem nas universidades selecionadas e dessem início aos estudos em graduação e pós-

graduação, como uma oportunidade de recomeço para suas vidas profundamente afetadas pela máquina de destruição sionista.

Nossas instituições de ensino possuem um grande potencial de apoio para com aqueles(as) que ressentem os impactos nefastos de conflitos, guerras e/ou outras situações ambientais que forçam o exílio desses povos emigrantes, que buscam no Brasil uma forma de recomeçar a vida e qualificando-se para o sonho de retorno ao país de origem e ajuda em sua reconstrução.

Entendemos que entre tantos valores que norteiam nossa militância sindical, há um em especial que sempre esteve presente nas lutas do conjunto da classe trabalhadora, o princípio da solidariedade internacional, tão necessário em tempos que exigem compromisso dobrado contra a barbárie do capitalismo o avanço das agressões imperialista contra a autodeterminação dos povos.

Nesse sentido, por tudo exposto acima, defendemos:

TR – 29

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o 44º Congresso do ANDES-SN, a exemplo do que ocorreu no CONAD em 2025, delibere pela manutenção de todo o apoio necessário à vinda de novos estudantes palestinos que possam ser selecionados em futuros editais de cooperação acadêmica e humanitária.

2. Que o ANDES-SN, através das suas sessões sindicais, estimulem a ampliação de acordos acadêmicos entre as universidades públicas brasileiras e as universidades palestinas;

3. Que o ANDES-SN estimule a participação das sessões sindicais na campanha **"Boicote, desinvestimento e sanções" (BDS)** uma campanha global que preconiza a prática de boicote econômico, acadêmico, cultural e político ao Estado sionista de Israel.

4. A denúncia e a campanha firme pelo fim dos contratos firmados por universidades públicas brasileiras com as empresas e universidades israelenses.

5. Todo apoio a consolidação e ampliação dos comitês universitários de solidariedade ao povo palestino

TEXTO 30

Contribuição da Diretoria da ADUnB.

POR UMA PARALISAÇÃO NACIONAL DE APOIO À PALESTINA

TEXTO DE APOIO

Há um consenso internacional em construção de que as ações do Estado de Israel no território de Gaza constituem genocídio. Para além da realocação forçada dos milhares de mortos e inválidos e da destruição da infraestrutura civil, a fome passou a ser usada como arma de guerra nos últimos meses. Como lembrou o filósofo Paulo Arantes em palestra recente, é um fato histórico inédito que pessoas que estão em fila esperando comida sejam alvejadas por um exército profissional. Na contramão do esforço internacional por alguma pausa no massacre, Israel nunca parou os ataques, mesmo após o estabelecimento de um cessar-fogo que não tem sido respeitado, chegando ao absurdo de negociar a realocação de palestinos para o território da Somalilândia, em notícia recente.

O governo brasileiro tem agido com uma diplomacia sóbria e assertiva, que intervém na arena internacional a favor da paz e não aceita agressões de nações estrangeiras. No caso do Estado de Israel, o completo desrespeito pelas normas internacionais mais fundamentais exige um aprofundamento da postura soberana. O ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) tem se posicionado ao lado das forças democráticas e populares que defendem a paz entre os povos e denunciam o apartheid israelense. Agora, é urgente que o país rompa as relações diplomáticas com o Estado de Israel. Esta é a postura ética necessária frente ao genocídio sendo praticado, já que a diplomacia e o diálogo não conseguiram interromper a destruição do território de Gaza e a morte de seus habitantes.

Em face da responsabilidade do ANDES-SN na arena política nacional, a Diretoria da ADUnB-S.Sind. traz ao Congresso desta entidade a proposta de construção de uma paralisação nacional em apoio à Palestina e contra o genocídio. A proposta partiu da base da seção sindical e foi aprovada em Assembleia, que deliberou que fosse levada às instâncias regulamentares do ANDES-SN.

TR – 30

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN construa, no primeiro semestre de 2026, uma paralisação nacional em apoio à Palestina e contra o genocídio.

TEXTO 31

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Costa de Oliveira (ADUFPEL); André Meyer Alves de Lima (ADUFRJ); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Ângela Siqueira (ADUFF);Antônia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Francisco Lopes Dias (ADCESP); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Rerisson Rocha da Costa (ADCESP); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Rogério Mauch (ADUFPel); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Ceres Torres (Adufpel); Claudia March (ADUFF); Deyvison Rodrigues Lima (ADUFPI); Edivaldo José Bortoleto (ADUFES); Elaine da Silva Neves (ADUFPEL); Eliana Pereira de Carvalho (ADCESP); Enilce de Oliveira Fonseca Sally (ADUFF); Erlenia Sobral do Vale (Sinduece);Fabiana Fátima Cherobin (ADUFES); Fabiola Bouth Grello Kato (ADUFPA); Fernando Bilhalva (ADUNIR); Francisco Santiago (SINDUFAP); Gean Cláudio de Souza Santana (ADUFS-BA); Gilberto Silva (APUG); Gisele Masson (ADUEL); Giselle Souza da Silva (ADUNIRIO); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Ilma Barleta (SINDUFAP); Janete Brito (ADCESP); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Liliane Soares (SINDUFAP); Lívia de Cássia Godoi Moraes (ADUFES); Lorena Moraes (ADCESP); Luciana Peil (ADUFRJ); Luciano Coutinho (Adufrj); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Luiz Paiva Carapeto (Adufpel); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Coutinho (ADUR-RJ); Maria Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Edilene S. Ribeiro (ADUFPA); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Jacqueline Girão (ADUFRJ); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Maurício José Siewerdt (SINDUFFS); Milena Martinez (APUFPR); Norlai Alves Azevedo (ADUFPel); Odete da Cruz Mendes(ADUFPA); Olgaíses Maués (ADUFPA); Patrícia Martins Santos Freitas (ADUFES); Paulo Afonso da Silva Oliveira (SESDUF-RR); Priscila Monteiro Chaves (ADUFES); Raquel Angela Speck (APUFPR); Regiana Blank Wille (ADUFPEL); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rosana Maria Gemaque Rolim (Adufpa); Rosangela Assunção (ADCESP); Sandra Alessi (APUFPR); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Soraya Mendes R. Adorno (ADUSB); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Valdelaine Mendes (ADUFPEL); Veronica Fernandez (ADUFF); Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (SINDICEFET-MG); Vitor Benvindo (APUB); Viviane Narvaes (ADUNIRIO); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO, ABAIXO A REFORMA ADMINISTRATIVA!

TEXTO DE APOIO

A falácia argumentativa do Congresso e o apoio da população

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha[24] em junho de 2025 revela que 86% da população brasileira avaliam bem e, portanto, valorizam o serviço público. Em relação à nota que dariam ao serviço, 46% das(os) entrevistadas(os) atribuíram notas entre 8 e 10, sendo que a nota 10 foi a mais escolhida. Para 92%, as(os) servidoras(es) públicas(os) poderiam ofertar melhores serviços se tivessem melhores condições de trabalho. Tal dado reforça a importância do desenvolvimento contínuo das servidoras e dos servidores e a valorização das carreiras do funcionalismo mostrando que a população brasileira tem uma percepção próxima às suas reivindicações. Outra informação importante colhida pela petsquisa é que 75% das entrevistadas(os) compreendem que a estabilidade no emprego é um mecanismo importante no combate à corrupção, à proteção dos funcionários públicos contra eventuais pressões, perseguições ou atrelamento dos empregos públicos a projetos partidários eleitoreiros, como transformar os serviços públicos em "cabide de empregos". 83% compreendem que os supersalários devem acabar. Supersalário aqui é compreendido como os valores salariais brutos que superam o teto constitucional cujo valor atual é R$43.366,19. No entanto, apenas 1% dos servidores públicos recebe salário acima do teto constitucional[25], praticamente restrito aos servidores do poder judiciário. Na verdade, 70% dos

[24] https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/maioria-da-populacao-reconhece-a-importancia-e-valoriza-o-servico-publico-no-brasil1

[25] https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/11/supersalarios-beneficiam-menos-de-1-dos-servidores-e-queimam-o-filme-dos-outros-99.shtml

servidores ganham até R$ 5 mil por mês[26]. Por outro lado, os percentuais do rendimento médio dos servidores públicos brasileiros em comparação aos servidores de alguns países são os seguintes: 32% (Estados Unidos), 37% (Canadá), 44,6% (Austrália), 66,4% (Chile), 64,8% (Turquia) e 85% (Colômbia), conforme levantamento do IPEA[27].

Tabela 1 – Rendimento médio dos servidores de alguns países e do Brasil – 2023[28]

País	Rendimento médio (US$)
Estados Unidos	5.597,61
Suíça	4.921,89
Canadá	4.921,89
Austrália	4.063,44
Turquia	2.793,16
Chile	2.727,25
Colômbia	2.133,39
Brasil	1.810,70

Fizemos questão de iniciar nosso texto com essas informações para mostrar ao conjunto da categoria que a população brasileira reconhece e valoriza o serviço público. Compreendemos que esses resultados são uma surpresa para a maioria de nós. Certamente não por não reconhecermos a qualidade dos serviços prestados por nós, servidoras e servidores públicos da educação, mesmo diante da escassez de recursos financeiros e das precárias condições de trabalho. Claramente, por conta da propaganda contra os serviços públicos realizada pelos meios de comunicação hegemônicos e pela maioria dos deputados federais e senadores que vociferam a favor do projeto das frações capitalistas para o serviço público: reconfigurar o papel do Estado para canalizar uma generosa parcela do fundo público para a minoria capitalista deixando a classe trabalhadora desalentada e sem direitos e serviços. Conforme o Relatório elaborado pelos membros do GT da Comissão da Reforma Administrativa[29], o objetivo principal da reforma é a "institucionalização de uma revisão de gastos públicos" ou "uma revisão de gastos robusta alinhada com uma Reforma Administrativa do Estado". Os principais argumentos brandidos são os de que a máquina pública brasileira é inchada, cara e ineficiente. Contra esses argumentos, os dados falam mais alto! Até mesmo aqueles dados que são utilizados no Relatório do GT da Reforma Administrativa[30] desmentem essa falácia. De acordo com o levantamento realizado pelo IPEA[31], por exemplo, 12,20% das(os) trabalhadoras e trabalhadores brasileiras(os) são do serviço público; na Dinamarca esse percentual é de 30,22%; na Noruega, 32,31%; na média dos países da OCDE, 23,48%; nos Estados Unidos, 13,41%, no Chile, 13,03% e na Argentina, 18,15%.

Tabela 2 – Percentual das trabalhadoras(es) de alguns países no serviço público – 2023[32]

País	%
Dinamarca	30,22
Noruega	32,31

[26] https://www.ipea.gov.br/atlasestado/
[27] https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/262
[28] idem
[29] https://infograficos.camara.leg.br/wp-content/uploads/2025/10/Fichario-Reforma-Administrativa.pdf
[30] Idem.
[31] https://www.ipea.gov.br/atlasestado/
[32] Idem.

Média dos países da OCDE	23,48
Argentina	18,15
Estados Unidos	13,41
Chile	13,03
Brasil	12,20

Outro dado frequentemente manipulado é o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) gasto com o funcionalismo. No Brasil, esse gasto gira em torno de 13% do PIB, segundo dados do Tesouro Nacional e da Instituição Fiscal Independente (IFI). Mas essa conta inclui ativos, aposentados e pensionistas — algo que muitos países não fazem. Quando se considera apenas os servidores ativos do governo federal, o custo, ou investimento, cai para cerca de 4,3% do PIB — abaixo de diversos países da própria OCDE[33]. Se avaliarmos o número de trabalhadores em relação à população brasileira, constata-se que o Brasil está abaixo de países como Estados Unidos, Chile, Canadá e Austrália, conforme Tabela[34,35].

Tabela 3 – Número de trabalhadores do serviço público a cada 100 habitantes e custo com a folha de pessoal em relação ao PIB em percentual – 2023[36,37]

País	Número de trabalhadores do serviço público a cada 100 habitantes	% do custo da folha de pessoal em relação ao PIB
Austrália	13,43	8,45
Canadá	10,27	-
Suíça	8,44	6,14
Estados Unidos	6,20	-
Chile	5,90	6,82
Brasil	5,69	4,30
Argentina	5,29	-
México	5,19	3,77

Sabedor dessas informações e defensor do mercador financeiro, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmou, no início do relatório da Reforma Administrativa que "é chegada a hora de nos dedicarmos à estruturação de um Estado que entregue eficiência e justiça aos seus cidadãos, um Estado que opere serviços de boa qualidade e na velocidade exigida pelos brasileiros"[38]. É óbvio que a população brasileira deseja uma melhora nos serviços públicos brasileiros porque vivencia postos de saúde lotados, escolas sem estrutura e lentidão dos serviços essenciais. Mas a PEC da Reforma Administrativa (38/2025), o PLP da Lei de Responsabilidade por Resultados (s/n/2025) e o PL do Marco Legal da Administração Pública (s/n/2025), em vez de corrigir e trazer melhoria à classe trabalhadora brasileira, desestruturam o Estado. Abrem caminho para a substituição de servidores e servidoras

[33] Idem.

[34] https://www.ipea.gov.br/atlasestado/consulta/262

[35] https://ofator.com.br/opiniao/pec-32-uma-ameaca-disfarcada-de-reforma/

[36] idem

[37] https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2025/11/supersalarios-beneficiam-menos-de-1-dos-servidores-e-queimam-o-filme-dos-outros-99.shtml

[38] https://infograficos.camara.leg.br/wp-content/uploads/2025/10/Fichario-Reforma-Administrativa.pdf

concursados(as) por contratos temporários e cargos comissionados, enfraquece a estabilidade funcional e retira a autonomia de órgãos estratégicos. Em síntese, é uma proposta de remodelar o Estado brasileiro para atender os interesses do capital, em especial o capital financeiro, em detrimento da maioria da população brasileira.

Reformas administrativas parciais, ataques às carreiras e achatamento salarial

De um modo geral, os ataques aos serviços públicos se iniciaram após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Portanto, não se trata de uma novidade de conteúdo para nós docentes, pois desde a década de 1990 estamos lutando contra a reconfiguração do Estado. E juntamente com outros servidores e servidoras públicos e movimentos sociais, nós do movimento docente acumulamos várias lutas, estudos, compreensões e debates com o governo federal a respeito do financiamento das políticas públicas, das relações do Estado com os órgãos públicos, do Estado com a sociedade e para nós, particularmente, do trabalho docente. Nos últimos anos, governos estaduais e municipais seguiram implementando ações com efeitos de reforma administrativa. As terceirizações e contratos precários são exemplos de como o desmonte dos serviços públicos que se pretende com a Reforma Administrativa vem sendo aplicado nos entes federados. Diversas universidades estaduais, municipais e distrital sofrem com o alto índice de docentes temporários, com restrições de acesso ou cancelamentos de direitos como licença prêmio, anuênio e licença sabática. Tem sido prática de chefes dos executivos municipais, distrital e estaduais a redução da folha de pagamento a partir do arrocho salarial. A expansão de docentes substitutos e com contratos temporários compromete a continuidade didático-pedagógica do tripé ensino-pesquisa-extensão, além de criar um ambiente propício para o uso político da máquina pública. O volume de contratos temporários e terceirizados, sem a barreira do concurso público, facilita a contratação por indicação, minando a impessoalidade e a moralidade administrativas. Na prática, estamos trabalhando mais e recebendo menos. A enquete docente realizada pelo Sindicato Nacional denuncia os efeitos nefastos dessas mudanças no ambiente laboral na saúde da trabalhadora e do trabalhador docente.

A atual proposta de Reforma Administrativa é constituída de três medidas legislativas: uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC (38/2025), uma Proposta de Lei Complementar – PLP e um Projeto de Lei Ordinária – PL que estão tramitando no Congresso Nacional. A Reforma Administrativa está estruturada em quatro eixos: 1) Estratégia, Governança e Gestão; 2) Transformação Digital; 3) Profissionalização do Serviço Público e 4) Extinção dos Privilégios. Vamos focar nossa avaliação em pontos do eixo 3 e 4 que concentram os ataques ao Art. 37 e a regulamentação do Art. 41 da Constituição Federal de 1988. Os principais e importantes ataques ao serviço público são: a) implantação de mecanismos de restrição aos concursos públicos e medidas para implantação estrutural das terceirizações e contratos precários; b) ameaça explícita à estabilidade com a regulamentação do Art. 41 da CF, com base na qual servidores podem ser demitidos por desempenho lastreado em critérios estabelecidos por sistema de metas e Programas de Gestão de Desempenho (PGD com conteúdo gerencialista e com lógica empresarial); c) achatamento estrutural de carreiras e salários por meio da tabela única remuneratória e do estabelecimento de critérios para bônus por metas; d) estabelecimento de "teto de gastos" no serviço público, condicionando a elevação de despesas em 2,5% a.a., independente de evolução de receita (o que é uma incorporação dos marcos do arcabouço fiscal) e vinculando orçamentos aos sistemas de avaliação de resultados por metas e f) estabelecimento de estruturas administrativas centralizadas para regulação de carreiras e salários Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas (SINAP) e Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (COPAR) com prejuízo à especificidade de setores e das três diferentes esferas da administração.

No eixo 3, "Profissionalização", estão os principais ataques às carreiras e aos salários das(os) servidoras(es) públicas(os). O texto inicia afirmando que a "implantação desse modelo, comum em países como Portugal e Estados Unidos, é uma das medidas mais revolucionárias da Reforma Administrativa. A inovação vem da possibilidade de todos os servidores se enxergarem na mesma tabela – do porteiro ao Presidente da República"[39]. Retórica escrita com argumentos razoáveis, como se vê em outras passagens ao longo do texto do Relatório, podendo até ser sedutor para quem os lê, mas que esconde o conteúdo principal da Reforma Administrativa: a desestruturação de todas as carreiras em substituição a uma única carreira; achatamento salarial com redução da folha de pessoal e ampliação de

[39] Idem.

contratos precários e mais precarizados em substituição aos concursos públicos; restrições de acesso a direitos ou eliminação de direitos como licença prêmio, anuênio, licença sabática. Semelhante prática vem sendo implementada paulatinamente em vários estados e municípios, como mencionado.

No tocante aos concursos públicos, exige-se estudo técnico preliminar, dimensionamento da força de trabalho, levando-se em consideração a evolução dos últimos 10 anos e a projeção para os próximos 10 anos, adoção de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) em substituição a tarefas exercidas por servidoras(es) públicas(os). Todas essas ações têm o objetivo de reduzir a força de trabalho no serviço público. O Relatório da Reforma Administrativa vislumbra uma redução de até dois terço (⅔) da força de trabalho atual. Para alcançar essa redução será necessário impor ao conjunto das(os) servidoras(es) públicos uma superexploração, avançar na precarização das condições de trabalho com consequente comprometimento da saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público. Os resultados da Enquete Docente do Andes já sinalizam que a saúde da trabalhadora da nossa categoria tem sido comprometida por conta das condições de trabalho atual.

A Reforma Administrativa defende a "priorização de carreiras transversais aptas a atuar em diversos órgãos e entidades, movimentação de pessoal entre órgãos e entidades públicas do respectivo Poder ou Órgão autônomo, com alteração da lotação e do exercício de agentes públicos de acordo com as necessidades da Administração Pública identificadas no dimensionamento da força de trabalho". Compreendemos que é importante investigar os efeitos dessa mudança na vida do servidor público. De imediato, tal mudança irá provocar insegurança e instabilidade emocional na trabalhadora e no trabalhador, porque sua vinculação a um órgão poderá ser revista e sofrer mudança de forma imperativa. Há a possibilidade de abrir um flanco para a atuação de assediadores e perseguição no ambiente de trabalho com ameaças veladas ou explícitas de mudar de órgão a qualquer momento, utilizando-se a justificativa de uma melhor racionalização do emprego da força de trabalho.

Segundo o texto do Relatório, existem carreiras similares ou idênticas no serviço público federal, mas com remunerações díspares. Mas, ao invés de balizar por cima, reconhecendo a defasagem salarial histórica na grande maioria das carreiras, sinalizam que o balizamento deverá ser por baixo, rebaixando e arrochando mais ainda os salários dos servidores. Segundo o Relatório, "o Brasil mantém um modelo de serviço público baseado principalmente em carreiras, com multiplicação da quantidade e dos tipos de carreiras, que resulta em um serviço público complexo e caro de administrar"[40]. É explícito no texto do Relatório a intenção de baratear o valor pago à força de trabalho nos serviços públicos. Para isso, a proposta proíbe adicionais exclusivamente por tempo de serviço (quinquênios, anuênios), licença prêmio, progressão ou promoção na carreira exclusivamente por tempo, conversão em pecúnia de férias e licenças não gozadas, condiciona adicionais de insalubridade e periculosidade à prova pericial de habitualidade e permanência, dificultando sua concessão.

Os planos de carreira deverão prever período mínimo de vinte anos para o alcance do nível final da carreira, com interstício mínimo de um ano entre cada progressão ou promoção. A remuneração inicial de cada cargo não poderá superar 50% (cinquenta por cento) do valor do último nível da carreira, além de determinar que cada ente institua tabela remuneratória única como referência para todas as carreiras e poderes do mesmo ente. Uma novidade é a instituição do **bônus de resultado**, a ser pago anualmente para agentes públicos podendo alcançar o limite individual de até quatro remunerações para os ocupantes de cargos em **comissão e funções de confiança estratégicas.** No bojo dessas iniciativas, é proposta a criação do Conselho Nacional de Remuneração do Serviço Público Federal (CONAREM) que teria as seguintes funções: I) realizar estudos técnicos sobre a evolução remuneratória no setor público e privado; II) propor diretrizes para a fixação e a estrutura das tabelas remuneratórias; III) emitir parecer técnico sobre propostas de reestruturação de carreira que impliquem impacto orçamentário; IV) sugerir, com base em critérios de sustentabilidade fiscal, inflação, mercado de trabalho e variação do Produto Interno Bruto (PIB), percentuais de reajuste para o serviço público federal e para a tabela única remuneratória federal, quando instituída; V) emitir parecer técnico sobre propostas de alteração no quantitativo de cargos efetivos. Propõe a eliminação da promoção ou progressão na carreira exclusivamente por tempo de serviço.

No tocante ao trabalho docente, temos convicção de que a carreira docente está intimamente ligada ao modelo de universidade que se quer construir. Por isso, este tema é central para o movimento docente (MD) e para a sociedade! Defendemos uma carreira que projete o curso da vida profissional

[40] Idem.

como fator de construção do projeto institucional da universidade pública. Em linhas gerais, com base no acúmulo que construímos ao longo do tempo, a carreira deve garantir a valorização equilibrada para o desenvolvimento do docente na carreira, do tempo de serviço, da formação continuada/titulação e, como parte da avaliação institucional, avaliação no espaço acadêmico da execução do plano de trabalho aprovado pelo seu departamento, de forma que considere a diversidade de ênfase no percurso acadêmico e da área de conhecimento. Os incrementos remuneratórios decorrentes da incidência desses fatores devem fazer parte do corpo permanente do salário e não distinguidos como gratificações ou vantagens extraordinárias. Somos contrários ao desenvolvimento na carreira dissociado de qualquer tipo de avaliação produtivista ou vinculada ao atendimento de metas quantitativas, como propõe a Reforma Administrativa. Defendemos a valorização da Dedicação Exclusiva (DE) como regime preferencial. Em síntese, a proposta da Reforma Administrativa é a antítese da carreira, da universidade e do serviço público que defendemos. É mais um ataque à Classe Trabalhadora.

Em mais um momento de lucidez seletiva, o texto do relatório afirma que "os trabalhadores terceirizados são normalmente vistos como uma força de trabalho de menor *status* em relação aos servidores efetivos, sem políticas de valorização, capacitação ou proteção diferenciada. Isso leva à manutenção de jornadas extensas, salários mais baixos e incerteza sobre férias e benefícios, reforçando desigualdades estruturais dentro do serviço público federal e perpetuando a vulnerabilidade desses profissionais"[41]. Se realmente os proponentes da Reforma tivessem preocupação com as condições de trabalho dos(as) terceirizados(as), a solução indicada seria a redução da contratação por essa modalidade e o estabelecimento de concurso público já! Mas ela promove justamente a consolidação desse tipo de contratação por ser a mais barata. É dito, por exemplo, que "há vantagens financeiras [na contratação de terceirizados], pois o custo das contratações temporárias é menor, se comparado à contratação de servidores estatutários ou empregados celetistas[3]". Em outras palavras, vantagem para o Estado é contratar e pagar menos para um mesmo serviço realizado por um concursado. A preocupação é com "a urgência de um marco nacional que estabeleça parâmetros mínimos e reduza a insegurança jurídica"[42] aos gestores.

Em outro momento, o texto do Relatório cita "as práticas clientelistas e patrimonialistas ainda presentes em muitas instituições públicas brasileiras" como um dos motivos que comprometem a qualidade dos serviços prestados à população. Mas – pasmem – o remédio apontado pelos texto e PLs vem justamente piorar a situação ao propor a ampliação do quantitativo de terceirizados ao invés da ampliação de concursos públicos e a eliminação da terceirização no serviço público.

É urgente intensificarmos a luta!

Para além do rebaixamento da massa salarial, retirada de direitos, fragilização de vínculos, a Reforma Administrativa abre espaços para todos os tipos de assédios em detrimento de imposições econômicas aos(às) trabalhadores(as), oriundas da visão neoliberal, que impõe uma racionalidade gerencial e de controle individual. A consequência é a descontinuidade da prestação de serviços públicos, incluídos os que são essenciais à vida, deixando a população, sobretudo a mais pobre, à sua própria sorte. Trata-se de um dos maiores ataques às servidoras e servidores públicas(os), aos serviços públicos e, principalmente, à classe trabalhadora que, em sua grande maioria, depende dos serviços ofertados pelo Estado.

Ressaltamos, mais uma vez, a aprovação dos serviços públicos pela grande maioria da população brasileira, a entrada via concurso público, a compreensão que investimentos e qualificação profissional melhoram os serviços ofertados. É crucial usar esses elementos na defesa dos serviços públicos. Compreendemos que, apesar do Congresso Nacional e dos meios de comunicação hegemônicos realizarem uma intensa propaganda contra os serviços públicos, o cenário é favorável para o avanço da nossa luta, pois contamos com apoio de um ator importante: a Classe Trabalhadora!

A caravana e a marcha nacional contra a contrarreforma administrativa em 29 de outubro demonstrou nas ruas a força e a organização na defesa do serviço público e dos direitos do servidores. A pressão dos trabalhadores e trabalhadoras resultou no recuo parlamentar: pelo menos de 30 deputados federais retiraram formalmente seus nomes de apoiadores da PEC. No entanto, os propositores da PEC

[41] Idem.
[42] Idem.

já iniciaram os debates da Reforma Administrativa no Congresso e, cogitam a possiblidade de "enxertar" as propostas da PEC 38 em outra PEC para agilizar a votação no plenário. Será necessário mais força e organização nas mobilizações e em todas as formas de luta.

Diante dessa gravidade, é urgente avançar na luta contra essa Reforma e outras que virão. Precisamos sair da defensiva e irmos à ofensiva, apresentando ao conjunto da população o projeto de educação e serviços públicos que defendemos com base no acúmulo das várias lutas que travamos, dos estudos, compreensões e debates realizados ao longo do tempo em conjunto com outras entidades sindicais e movimentos sociais.

TR – 31

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as próximas atividades a serem convocadas pela diretoria do Andes – SN (Encontros Regionais, reunião e encontro dos setores, Seminários) tenham painéis temáticos abordando/compartilhando informações sobre o serviço público no Brasil e em outros países, a opinião da população sobre o serviço público e as consequências da Reforma para os servidoras(es) públicas(os) e para a classe trabalhadora.

2. Que as seções sindicais continuem pautando em seus boletins, jornais, informativos, rádios, dentro outros veículos de comunicação, temas relacionados à Reforma Administrativa e ao serviço público;

3. Que a diretoria nacional intensifique as ações de conscientização e de enfrentamento contra a Reforma Administrativa tanto junto à base da categoria como aos demais trabalhadoras (es);

4. Que a diretoria do ANDES –SN articule com as seções sindicais para propor aos Conselhos Superiores notas de rejeição ou repúdio à Reforma Administrativa;

5. Que a diretoria do ANDES-SN, em articulação com entidades sindicais da educação e do serviço público, centrais sindicais e movimento estudantil, proponha a necessidade de construir uma agenda de lutas para barrar a Reforma Administrativa.

TEXTO 32

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFS-SS Sergipe

A GÊNESE E A NATUREZA DOS PROBLEMAS QUE DEVEMOS ENFRENTAR

TEXTO DE APOIO

A conjuntura que se inaugura no final dos anos setenta e início dos oitenta do século XX, tem dois elementos fundamentais. De um lado, a crise estrutural e conjuntural do capitalismo que tem início no período1973/75 e, de outro, a volta do liberalismo agora neoliberalismo.

Do ponto de vista estrutural foi o esgotamento de um padrão de acumulação, que gerara os "Anos Dourados" do capitalismo no período de 1945/75 aproximadamente, onde tendo por fundamento a intervenção do Estado e o Planejamento, construiu-se o Estado do Bem Estar Social, no mundo

desenvolvido, e, foi um período de pleno emprego, salários reais crescentes, lucros reais e receitas públicas também crescentes em termos reais. Tudo, tendo por base as políticas Keynesianas de garantia da demanda agregada e das finanças administradas. Foi o auge do que se convencionou chamar de Economia Mista, qual seja, economia de mercado com planejamento e intervenção do Estado, quer diretamente na economia, quer na regulamentação dos diversos mercados.

Esse padrão de acumulação fora baseado na mundialização do consumo de bens duráveis, a globalização do "*american way of life*", que resultou em geração de uma massa de investimentos em inúmeras atividades e setores, com maciça introdução de progresso técnico e implicou na criação de novos produtos, novas formas de organização industrial, novos mercados, etc.

As finanças administradas tinham como base o famoso Sistema de Bretton Woods, onde, em 1944, se organizara a governança da economia internacional, com a criação do FMI e do BIRD - Banco Mundial, que foi seguido da criação da ONU em 1945 e do GATT em 1947, que em 1995 se transformou em OMC – Organização Mundial do Comércio.

O sistema tinha como fundamento, o Ouro e o Dólar conversível, com taxas de câmbio fixas, à medida que todas as moedas eram referenciadas no ouro, e os bancos Comerciais como os grandes atores do mercado financeiro, que tinham suas atividades regulamentadas e monitoradas pelo Estado.

Esse sistema entra em crise em 1968 e é liquidado com a decretação da inconversibilidade do dólar em 15/08/1971, pelo Presidente Richard Nixon.

A partir desse marco, o sistema foi reorganizado nos Acordos Monetários e Financeiros Internacionais de 1973 em diante.

As taxas de câmbio passam a ser flutuantes, contrariamente ao sistema anterior, que eram fixas, posto que referenciadas em ouro. A partir desse momento é que o mercado cambial passa a ser um mercado especulativo por excelência e, o câmbio a rigor foge do controle dos governos.

O sistema financeiro em geral deixa de ser administrado e passa para o regime de finanças de mercado e, os Bancos Comerciais perdem sua primazia com o advento de novas instituições financeiras não bancárias.

Concomitantemente, assiste-se a crise estrutural e conjuntural do sistema produtivo, que mergulha o capitalismo naquilo que Hobsbawn chamou de décadas de crise, que foi aprofundada com a crise de 2008 e chega aos nossos dias.

É nessa conjuntura que ressurge na década de 80 o liberalismo com Thatcher, Reagan, Kohl e seus epígonos. Desde o início atacam a intervenção do Estado na economia, mormente o Estado do Bem Estar Social e as regulamentações estatais nos diversos mercados. Justificavam a volta ao livre mercado na falência e incompetência do Estado na gestão da estabilidade e do crescimento. Propunham, portanto, a retirada do Estado, tanto na intervenção direta, quanto da regulamentação dos mercados na economia e, a necessidade de construção do Estado Mínimo do Liberalismo, onde o Estado só teria as funções de criação das leis e cuidar para que fossem cumpridas. O Estado não deveria ter nenhuma função social, daí o ataque logo de início ao Estado do Bem Estar Social.

Nesse período as grandes massas de capital produtivo desempregadas, como consequência da crise do sistema produtivo e, as massas de capital especulativo herdadas dos mercados de Eurodólar e Petrodólar, etc., buscam "desesperadamente" fontes alternativas de valorização e, então, embora liberais buscam o Estado para criar condições de novos negócios, que irão se concretizar com as privatizações, a desregulamentação e, também, o que viria a ser a grande galinha dos ovos de ouro do capital desempregado: A DIVIDA PÚBLICA.

Quando a grande crise se instala na segunda metade da década de setenta, com a retração da produção e da circulação as receitas públicas também se reduzem drasticamente, porque as receitas reais caiam, mas os gastos com o "*welfare state*", não só não caiam, mas aumentavam devido principalmente ao aumento do desemprego.

Esse movimento é que gerou a base para transformação da Dívida Pública na galinha dos ovos de ouro da valorização dos capitais desempregados, dada a crise, e do capital financeiro especulativo. Esse movimento passa então a garantir a solvabilidade dos capitais alocados na Dívida Pública que para tanto se torna necessário o outro lado da moeda, o Superavit Fiscal Primário, que no Brasil se consubstanciou nos famosos Ajustes Fiscais, Teto de Gastos, e hoje o Arcabouço Fiscal. Com o

Consenso de Whashington isso tomou a forma de um receituário impositivo. Qualquer país que recorresse aos créditos do tesouro americano, BIRD e FMI teriam que implantar o receituário do Consenso de Whashington.

Até 1981, somente duas dívidas públicas eram abertas a capitais de todo o mundo – Grã-Bretanha e USA, enquanto todas as demais eram abertas apenas aos capitais nacionais. Tem início, então, a desregulamentação financeira com a abertura das dívidas públicas dos países capitalistas desenvolvidos na década de oitenta e, nos anos noventa esse movimento atinge o "Terceiro Mundo".

Como corolário dessa nova situação surge a exigência do grande capital, de um dos elementos que seria a partir de então, um dos eixos fundamentais da política econômica do capital que é o chamado Ajuste Fiscal, depois Teto dos gastos e agora Arcabouço Fiscal que têm como meta o Superávit Fiscal Primário para dar garantia a rentabilidade e solvência dos capitais aplicados na Dívida Pública.

Concomitantemente, a política de liberdade de movimento de capitais tem início com a desregulamentação generalizada, nos mercados financeiros nacionais e internacionais. Esse movimento de desregulamentação generalizada do mercado de capitais e da dívida pública, exigiam também um sistema de câmbio livre e flutuante, que nada mais é que a chamada flutuação suja, onde ao sabor dos interesses econômicos dominantes, os Bancos Centrais intervêm no mercado cambial, tentando evitar flutuações que comprometam a estabilidade e a rentabilidade dos capitais, produtivos e especulativos, que giram no mundo.

Inaugura-se, então, o regime de finanças de mercado, que vai impor a ditadura dos credores na elaboração das políticas econômicas.

É a construção do Estado Mínimo do Liberalismo, que se expressa na tentativa de supressão do Estado Social, ao tempo em que se realiza, gera grandes negócios ao capital, com privatizações e desregulamentação em geral. E no momento atual atinge os mercados de trabalho, previdência, educação, saúde, políticas públicas e reforma do Estado, Reforma Administrativa, entre outras.

Essa conjuntura chega ao Terceiro Mundo na década de noventa, sob os auspícios do Consenso de Washington, cujos elementos são: 1- Ajuste fiscal; 2 – Privatizações; 3 – Livre movimento de capitais e de bens e serviços; e 4 – Reformas Estruturais. Esse é o receituário exigido pelo FMI; Banco Mundial; Tesouro Americano, etc., para empréstimos de estabilização dos países endividados. A crise do petróleo no final dos anos setenta e início dos oitenta do século passado líquida com o Balanço de Pagamentos de praticamente todos os países que para solucionar o problema recorrem ao Tesouro americano, BIRD e FMI, sendo forçados a aceitar o receituário do Consenso de Whashington. Então a política liberal agora neoliberal passa impositivamente praticamente no mundo todo. Essa política, ainda hoje, está fazendo terra arrasada na periferia da Europa -Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda, bem como no Brasil e outros países. No Brasil essa política começa com o governo Collor, continuando com FHC, Lula e Dilma, Temer, Bolsonaro e agora Lula novamente.

O que no Andes-SN se convencionou chamar de "Desmonte do Estado", nada mais é do que a tentativa de construção do Estado Mínimo do Liberalismo. O caminho é grosso modo liquidar o Estado de Bem Estar Social com: Ajuste Fiscal; Teto dos gastos e agora Arcabouço Fiscal; Privatizações; Liberdade de Movimento de Capitais; e Desregulamentação Geral, começando pela Desregulamentação dos Mercados Financeiros Nacionais e Internacionais; da Dívida Pública, Bolsa de Valores e finalmente a desregulamentação chega as Relações de Trabalho, Previdência, retirada do Estado da Educação, Saúde e Políticas Públicas. É o Estado Mínimo em construção que agora com a Reforma Administrativa ao tempo em que liquida com os serviços públicos gera grandes negócios ao capital.

Por outro lado, temos a reestruturação produtiva que ao tempo em que desemprega em massa com a automação crescente queimando postos de trabalho que nunca mais retornarão, não geraram um novo padrão de acumulação capaz de criar um ciclo expansivo a la "anos dourados", o que faz com que o desemprego, agora estrutural, aumente muito e tem como corolário o incremento da miséria.

Isso acoplado as crises cíclicas com destaque para 2008, tem, entre outros, dois grandes resultados: aumenta violentamente o desemprego, e exacerba a especulação, agora principalmente dos capitais produtivos sem aplicação nos seus ramos de negócio. Veja o exemplo da abertura da Dívida Pública, o Tesouro Direto no Brasil, com o discurso de democratização, que foi mecanismo de facultar as empresas aportarem seus capitais na valorização da Selic, sem intermediários. Hoje, das 250 maiores empresas que operam no Brasil, 247 tem departamentos específicos de negociação com títulos públicos.

O Grande capital produtivo na busca da recomposição de suas margens de lucro enceta a chamada Reestruturação Produtiva, com introdução de progresso técnico, o que ao tempo em que recompõe as suas margens de lucro geram desemprego, que agora já é entendido como estrutural, pois não acontece o surgimento de novas atividades que absorvam o desemprego já existente e a nova massa de desempregados resultante da inovação tecnológica. Não recupera os desempregados da crise e gera mais desemprego.

No Brasil a reestruturação produtiva tem um exemplo "clássico" no sistema bancário, na década de 80 e 90, onde com a informatização foram queimados 500 mil postos de trabalho. Vejam bem, isso representa um milhão de desempregados, os 500 mil diretamente e 500 mil que iriam substituí-los.

Na conjuntura nacional devemos mostrar como esses elementos se desdobraram gerando os problemas que temos que enfrentar.

Ao tempo em que se constrói o Estado Mínimo se abre grandes negócios para o capital financeiro e/ou produtivo "desempregado" através das privatizações e desregulamentação. Junte-se a isso o Ajuste Fiscal/Teto dos Gastos e/ou Arcabouço Fiscal/ Superávit Fiscal Primário que exigem, e dá o suporte que garante a rentabilidade na retaguarda. Vejam bem, a dívida pública brasileira já pagou e ainda paga bem mais que a rentabilidade da indústria de transformação nos USA, e para sua solvência, tenta liquidar os serviços públicos, sendo a bola da vez a Reforma Administrativa.

No Brasil desde Collor o caminho foi mais ou menos o seguinte: Privatizações; Liberdade de Movimento de Capital, com câmbio livre para viabilizar; Abertura da Dívida Pública; da Bolsa de Valores e da Participação Estrangeira no Sistema Financeiro em geral; Ajuste Fiscal, Tetos dos Gastos e Arcabouço Fiscal (superávit fiscal primário), aqui atingindo Saúde, Educação, Previdência, Programas Sociais, Ciência e Tecnologia; e, finalmente a Desregulamentação geral do mercado de câmbio e financeiro e agora do mercado de trabalho com a Reforma Trabalhista e Lei das Terceirizações; Reforma da Previdência que abrem grandes negócios ao capital financeiro (fundos de pensão) etc. e hoje a Reforma Administrativa. Não esquecendo que esse receituário todo estava já inscrito, determinado no Consenso de Washington.

É a dinâmica da conjuntura resultante da implementação do Estado Mínimo pelos neoliberais, que acaba por gerar as grandes questões com as quais temos que nos haver. Por exemplo: EC 95/Teto dos Gastos e agora Arcabouço Fiscal; Reforma Trabalhista; Reforma da Previdência; saída das Políticas Públicas e agora a Reforma Administrativa, Reforma do Ensino Médio, PEC 32, privatizações, etc., que balizarão nossa ação no período próximo.

Assim sendo, pensávamos que a Reforma da Previdência nos era extremamente cara porque foi a única que o movimento teve condições de impedir, e, portanto, funcionaria como referencial político para nós em relação a população em geral, ou como gostam alguns para a classe.

Taticamente teríamos que nos preparar para dar o combate definitivo à Reforma da Previdência e com isso estaríamos acumulando forças para os embates mais violentos que se seguiriam. Aqui falhamos, conseguimos segurar sua tramitação e afrouxamos e então seis meses depois o governo reintroduziu na pauta e foi aprovada praticamente sem luta nenhuma. Mas não foi isso que aconteceu, baixamos a guarda com a retirada de tramitação da Reforma da Previdência e meses depois o governo reintroduziu a Reforma da Previdência na pauta que foi aprovada quase sem nenhuma luta.

As formas de luta, a história de 2017 desde o famoso 08/15/30 de março, já deixou claro, e isso é importante que se frise, que houve um salto de qualidade na concepção e aceitação das ações diretas com unidade de ação como instrumento fundamental de nossa luta. E temos que ter claro que é essa que deve ser a nossa "prática" política cotidiana.

Desde a crise conjuntural de meados da década de 1970 e crise estrutural do capitalismo que se instala na mesma época, o grande capital produtivo e especulativo, à medida que não deslancham um novo padrão de acumulação, voltam os olhos para o Estado, cujo desmonte poderia gerar grandes negócios, e , nesse caso, a política ideal para dar conta da questão era o liberalismo que volta, então, a informar as políticas de Estado e de Governos na direção de gerar o Estado Mínimo e Grandes negócios, dois lados da mesma moeda, e a grande aspiração dos capitais financeiros e produtivos desocupados com a dupla crise que se instalou e que se aprofunda com a crise de 2008.

O papel do Estado, em que pese o liberalismo, é fundamental na geração de negócios com as privatizações e a desregulamentação geral, bem como o papel de garantidor da valorização em última

instância com a dívida pública. Até 1981, apenas duas dívidas públicas eram abertas a nível mundial e a todos os capitais, a da Grã-Bretanha e dos USA e a partir dessa data começam as aberturas das dívidas públicas, primeiro dos países desenvolvidos do hemisfério Norte e Japão e a partir da década de 1990 dos países do chamado Terceiro Mundo. No Brasil, chegou-se ao requinte de emissão de dívida dolarizada para evitar o risco de perda cambial dos especulares estrangeiros.

Assim sendo, o enfrentamento da política do capital no plano da luta econômica é a luta **por nenhum direito a menos** que se consubstancia na luta pela revogação da EC 95, hoje Arcabouço Fiscal, pedra angular da política de liquidação do Estado Social e construção do Estado Mínimo no Brasil, que gera grandes negócios para o capital privado na educação, saúde, previdência, políticas públicas, etc. Concomitantemente a desregulamentação chega aos mercados de trabalho – Reforma Trabalhista e Lei das Terceirizações, Reforma da Previdência, e agora o Arcabouço Fiscal – Reforma Administrativa que juntamente com o superávit fiscal primário, são elementos fundamentais da política econômica do capital na conjuntura atual no Brasil, consubstanciados no Arcabouço Fiscal.

Portanto, a revogação do Arcabouço Fiscal, da Reforma Trabalhista, Lei de Terceirização, Reforma da Previdência e Reforma Administrativa, é de fundamental importância para os trabalhadores.

Portanto, esses são os elementos de centralidade da nossa luta no que diz respeito a pauta econômica, que se fecham com a luta pela Auditoria da Cidadã da Dívida Pública, contra a corrupção desenfreada na Dívida Pública, e contra as privatizações.

Dessa forma, a centralidade da luta no que diz respeito a pauta econômica é a luta pela revogação da EC 95 hoje Arcabouço Fiscal; Reforma Trabalhista; Lei das Terceirizações; da Reforma da Previdência, contra as Privatizações, defesa ferrenha das Políticas Públicas, e pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública e seu redimensionamento. No Brasil, além do papel de garantir a rentabilidade sem risco aos capitais ali aportados, a Dívida Pública tornou-se maior esquema de corrupção e desvios de toda natureza do fundo público.

Mas, taticamente não temos condições de encetar essas lutas todas de uma só vez, portanto julgamos que a centralidade deve ser a revogação do Arcabouço Fiscal, da Reforma trabalhista, da Reforma da Previdência, a famigerada Reforma Administrativa.

Arcabouço Fiscal e Reforma Administrativa devem, portanto, ser a centralidade da nossa luta no próximo período.

TR – 32

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes-SN tenha como centralidade em 2026 a luta contra o Arcabouço Fiscal e sua manifestação conjuntural a Reforma Administrativa.

TEXTO 33

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

ABAIXO A PEC 38 DA REFORMA ADMINISTRATIVA! *SOMENTE A GREVE GERAL UNIFICADA DO FUNCIONALISMO DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS, DF E UNIÃO PODE ENFRENTAR O ATAQUE BRUTAL À ESTABILIDADE E AOS SALÁRIOS. ABAIXO A PRIVATIZAÇÃO E DEMOLIÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS! NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA!*

TEXTO DE APOIO

No dia 2 de outubro foi divulgado o conjunto de propostas legislativas que dão forma ao projeto de Contrarreforma Administrativa do Congresso Nacional. O pretexto é a modernização e o combate aos privilégios, porém a finalidade real é de cortar gastos com os serviços sociais, restringindo o orçamento, rebaixando salários e destruindo direitos. Caso seja aprovada, os vínculos trabalhistas serão mais precários, a avaliação de desempenho servirá como um chicote nas mãos das chefias e gestores, facilitando a quebra da estabilidade e intensificando a privatização dos serviços públicos. Quem sairá ganhando será a burguesia, sobretudo os credores da dívida pública, enquanto a maioria explorada sofrerá com o sucateamento dos serviços públicos e acesso dificultado por meio da burocratização e das barreiras digitais.

O "combo" inclui:

1) A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Reforma Administrativa que traz mais de 250 alterações na Constituição, veda direitos, constitucionaliza o arcabouço fiscal, altera as carreiras levando a rebaixamento salarial e maior disparidade com aposentados, restringe concursos e amplia a digitalização de serviços.
2) O PLC (Projeto de Lei Complementar) da Lei de Responsabilidade por Resultados da Administração Pública brasileira, que impõe mecanismos gerenciais de avaliação de políticas públicas e avaliação de desempenho de servidores, criando bonificações e podendo levar a demissões (quebra da estabilidade).
3) O PL (Projeto de Lei) do marco legal da administração pública, que dificulta a realização de concursos públicos; facilita as contratações precárias e temporárias, as terceirizações e a "digitalização" de serviços; e busca padronizar as carreiras de servidores, rebaixando salários e destruindo conquistas.

Os principais ataques se concentram nas modificações do Artigo 37 da Constituição Federal (CF), que rege os concursos e remuneração dos servidores e na regulamentação do Art. 41 da CF. O PLC completa a demolição iniciada por Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a EC 19/1998, que previa a possibilidade de demissão do servidor efetivo "mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho". Com o sistema de metas e os Programas de Gestão de Desempenho (PGD), será possível ferir de morte o direito à estabilidade.

A contrarreforma administrativa estende a toda administração pública os mecanismos do Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/2023), tornando-o um dispositivo constitucional, e generaliza uma série de ataques que vêm se desenvolvendo em prefeituras, estados e governo federal. A PEC expressa um movimento de centralização autoritária, afrontando o "pacto federativo" desenhado na Constituição, na

medida em que a União passa a ser responsável por legislar sobre a administração pública dos estados, Distrito Federal e municípios, em relação ao dimensionamento da quantidade de servidores necessários, quantidade de secretarias, formas de contratação, estágio probatório, cargos comissionados, remuneração, avaliação de desempenho e reconhecimento por resultados. As carreiras e salários passam a ser regulados por estruturas administrativas centralizadas, com a criação do SINAP (Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas) e do COPAR (Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal).

Sob a máscara de eficiência e gestão técnica, com o estabelecimento de "metas objetivas" e "modernização" por meio da digitalização e extinção de cargos "obsoletos", oculta-se o imperativo de cortar gastos sociais e destinar mais recursos para a sustentação da dívida pública. ***Os problemas identificados nos serviços sociais, cada vez mais subfinanciados e precários, não serão solucionados com o gerencialismo privatista, mas sim com o controle operário coletivo.***

O combate aos privilégios é uma farsa. Pontos como a vedação de pagamento de indenizações que permitem romper o teto salarial do funcionalismo e fim da aposentadoria compulsória como sanção têm enfrentado um forte lobby das associações ligadas à alta cúpula do Judiciário e tendem a ser retirados da proposta, conforme confidenciam os próprios membros do GT da Reforma Administrativa. O discurso de moralização busca ocultar que o ataque será direcionado à massa do funcionalismo. Segundo dados de 2022 (Atlas do Estado Brasileiro/IPEA), 70% dos servidores recebiam até R$5 mil, ou seja, menos do que o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE.

Obstáculos aos concursos, terceirização generalizada e digitalização

Se a PEC for aprovada, a reposição de pessoal e a abertura de novas vagas serão dificultadas ao máximo. Serão necessários um detalhado planejamento e justificativa do concurso e estudos quanto à digitalização e terceirização. É evidente que isso fará os concursos serem cada vez mais raros, o que tem amparo na decisão do STF na ADI 2.135 de fim da obrigatoriedade de regime jurídico único. As reposições serão parciais e lentas, o que favorecerá a generalização dos vínculos temporários e da terceirização e a sobrecarga dos servidores em exercício.

Na primeira versão da PEC, no inciso II-D do art. 37, havia a possibilidade de concurso para cargo de estatutário temporário, com estabilidade de 10 anos. Porém, houve um recuo na segunda versão do texto. Em conformidade com as iniciativas de centralização de concursos, como o CNU, chamado de ENEM dos concursos, se estabelece a possibilidade de entes subnacionais aproveitarem as notas de concursos feitos pela União, inclusive para a seleção de temporários. Os cargos de direção (comissionados ou de confiança) passam a ser preferencialmente preenchidos via processo seletivo, sendo que os servidores efetivos ocuparão pelo menos metade dos cargos, o que é ampliado para 60% em caso de áreas ditas estratégicas. Dificulta-se ainda mais a possibilidade de chefias eleitas pelos próprios servidores. Os cargos de confiança e comissionados estarão sujeitos a exigências particulares de cobranças de resultados, com bonificações que poderão chegar ao valor de quatro salários no ano. Novas regras do estágio probatório dificultarão a conquista da estabilidade. A extinção de funções ou cargos públicos poderá ser realizada por ato do Presidente da República, mesmo que sejam cargos ocupados.

A normalização da extinção de cargos, a terceirização e os contratos temporários golpearão a maioria do funcionalismo. É importante reconhecer que o abandono das centrais e sindicatos da defesa da estabilidade a todos os trabalhadores, inclusive do setor privado (extinta sob a ditadura), pesa hoje em favor da destruição da estabilidade dos servidores públicos. A defesa da estabilidade no movimento operário é uma forma de proteger a fonte de sobrevivência dos trabalhadores diante da instabilidade da economia capitalista, com suas mudanças tecnológicas e crises. ***É urgente romper com o corporativismo da justificativa da estabilidade apenas para os servidores e conectar a luta contra a reforma administrativa com a defesa da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como da lei da terceirização. Defendemos a efetivação sem concurso de trabalhadores terceirizados e contratados de forma precária e a redução da jornada sem redução de salários, garantindo emprego a todos os aptos a trabalhar.***

Ataque brutal aos salários, bonificação instável e abandono dos aposentados

De acordo com a contrarreforma administrativa proposta pelo Congresso Nacional, cada ente da Federação deverá, no prazo de 4 anos, reorganizar suas carreiras, com eliminação de cargos e remanejamento de pessoal entre os órgãos. A tendência é agregar os servidores em poucas carreiras "transversais", separando as consideradas típicas de Estado (estratégicas) e a massa dos servidores. No prazo de 10 anos, as novas carreiras serão posicionadas em uma tabela remuneratória única com faixas salariais do salário mínimo ao teto do referido ente. O salário inicial deve ter um valor de até 50% do salário do final, as carreiras devem ter 20 níveis com interstício de no mínimo um ano. Só poderá haver progressão funcional dos agentes públicos do órgão ou entidade se houver o *planejamento estratégico para resultados*, o *acordo de resultados anual* e o *plano de avaliação periódica de desempenho anual*. Qualquer morosidade na criação desses instrumentos retardará a progressão e o pagamento retroativo estará vetado. O recebimento de adicional de insalubridade e periculosidade será desvinculado de cargos e dependerá de perícia documentada. Para receber o bônus por metas, será necessário estar em efetivo exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ressalvado os 30 dias de férias. Qualquer greve ou paralisação, por exemplo, mesmo que não leve a cortes de salários já impede o bônus. A bonificação é instável, pois depende dos limites de despesa de pessoal. A disparidade entre servidores da ativa e aposentados será ampliada. A nova carreira estará desconectada da carreira vigente, o que fará os aposentados regredirem em relação ao patamar em que estavam na carreira ao se aposentar. As licenças ou progressões por tempo de serviço, preservadas em algumas categorias, serão eliminadas. Será vedada a extensão de qualquer direito, benefício ou vantagem específica de uma carreira a outra.

A PEC ainda proíbe o aumento de remuneração ou indenizações com efeitos retroativos, a não ser em caso de decisão judicial transitada em julgado e baseada em precedente qualificado dos Tribunais Superiores. Perdas históricas serão cristalizadas com a mudança constitucional. Será aberta a possibilidade de se adotar o regime de banco de horas, com controle do ponto, para compensar o acúmulo de funções, proibindo a concessão de folgas ou licenças. O Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal (COPAR) será consultivo e terá a atribuição de, dentre outros pontos, "sugerir, com base em critérios de sustentabilidade fiscal, inflação, mercado de trabalho e variação do Produto Interno Bruto (PIB), percentuais de reajuste para o serviço público federal e para a tabela única remuneratória federal". O reajuste da tabela dependerá, portanto, de lei específica, e somente o nível inicial acompanhará a variação do salário mínimo. A prática dos governos de desconhecer o direito à reposição inflacionária passará a ser a regra.

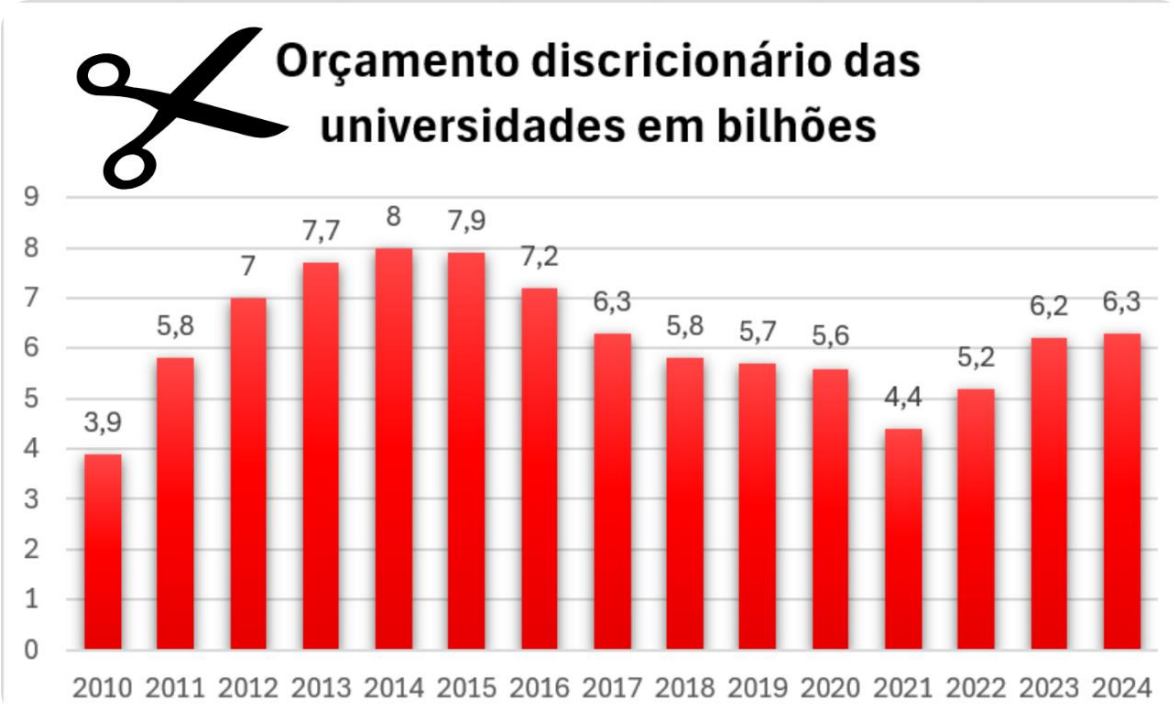
Mais do que nunca será necessário retomar a defesa de que nenhum trabalhador, inclusive o servidor público, receba menos do que o salário mínimo vital, na ausência do cálculo por parte das assembleias de trabalhadores, que seja adotado o salário do DIEESE. A substituição da luta geral por reposição da inflação pelas mudanças corporativas nas carreiras leva a uma quebra da força coletiva do funcionalismo, quebra do vínculo com os trabalhadores do setor privado. O combate à Reforma Administrativa deve ser feito em conjunto com a defesa do Salário Mínimo Vital e da Escala Móvel de Reajustes.

Ajuste fiscal permanente

É enorme a pressão do capital financeiro para desvincular receitas direcionadas a áreas sociais. A PEC facilita a realocação de recursos para "políticas públicas prioritárias, mais eficazes e eficientes". Assim, em vez de se mexer na enorme fatia do orçamento dedicada ao pagamento da dívida pública, passa-se a tirar verbas de uma política para outra, por exemplo: cortar do Ensino Superior com o pretexto de valorizar a Educação básica.

A PEC estende as regras do Novo Arcabouço Fiscal para todos os entes federativos e inclui na CF o conceito de "receita ajustada" para fins de apuração de déficits. Ao eliminar receitas resultantes de concessões, dividendos, participações, exploração de recursos naturais e programas de recuperação fiscal, será mais fácil caracterizar o déficit primário e acionar os gatilhos limitadores de gastos com as áreas sociais. Mesmo quando as contas forem consideradas superavitárias, o investimento não poderá ultrapassar um crescimento de 2,5% ao ano. Em caso de déficit, o teto impedirá reajustes salariais e abertura de concursos. Após mais de uma década de profundos cortes, desde 2014, essa regra manterá o quadro de estrangulamento orçamentário que atravessa todas as áreas sociais. As Universidade Federais,

por exemplo, sobrevivem com um orçamento que corresponde a 43% do que recebiam em 2013. Aplicando-se a correção inflacionária, para que o orçamento de 2024 fosse equiparado ao de 2013 precisaria alcançar o montante de R$14,6 bilhões.



Fonte: Painel Andifes de Execução Orçamentária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pelo Congresso Nacional indica a piora do quadro. O valor nominal de 2025 do orçamento discricionário das 69 federais, em 2025 foi de R$ 6,826 bilhões. A LDO aprovada para 2026 passou por um corte de R$488 milhões nas verbas das universidades, destinando apenas R$ 6,436 bilhões. Além disso a CAPES sofreu um corte de R$ 300 milhões. É pura hipocrisia o Congresso Nacional falar de eficiência nos gastos públicos, quando, na prática, se lambuza com a farra das Emendas Parlamentares, com gastos puramente eleitoreiros e em benefício próprio. As emendas para 2026 foram elevadas para o valor astronômico de R$ 61 bilhões, e o fundo eleitoral foi majorado em 400%, alcançando R$ 5 bilhões. Enquanto isso, o valor reservado para o refinanciamento da dívida pública alcançou a cifra astronômica de R$1,83 trilhão na LDO 2026.

A luta por financiamento estatal integral dos serviços sociais é indissociável do combate pelo não pagamento da dívida pública, mecanismo que captura a maior fatia do orçamento estatal em benefício do capital financeiro. Está claro que essa bandeira atinge o capital financeiro e conta com a reação do imperialismo. Essa luta é parte do enfrentamento ao grande capital nacional e internacional.

De FHC a Lula 3: continuidade das contrarreformas

Muitas das medidas propostas na contrarreforma administrativa já são aplicadas em setores do funcionalismo. A terceirização se alastra há tempos, os contratos temporários já são a maioria nas redes estaduais de ensino. Formas de bonificação por metas já são aplicadas nas Escolas de Referência em Pernambuco desde 2004. Os Programas de Gestão de Desempenho já foram introduzidos em setores administrativos substituindo da jornada fixa por metas de produtividade que mais adiante poderão justificar demissões. O teletrabalho/home-office atomiza os servidores públicos, reduz o atendimento nos órgãos públicos e desresponsabiliza o Estado em fornecer todos os meios necessários à realização do trabalho.

O Governo federal vem implementando uma Reforma do Sistema de Carreiras com a criação de carreiras transversais e a transformação de cargos, que amplia a terceirização, elimina funções públicas

ditas “obsoletas” e facilita movimentações arbitrárias. A uniformização da Avaliação de Desempenho e da Política de Desenvolvimento de Pessoas padroniza regras e sistemas, como o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec). Já está em curso a digitalização da administração pública, que substitui força de trabalho por pacotes de tecnologia, restringe o atendimento presencial e cria barreiras aos usuários.

A convivência com essas formas de controle e precarização não devem servir para naturalizá-las, mas sim para lutarmos com todas as forças para impedir que a demolição dos serviços sociais e direitos avance e para recuperarmos o terreno perdido, revogando as contrarreformas.

A política de desmonte do Estado tem como centro irradiador os países imperialistas e as receitas neoliberais, cuja finalidade é a de impor cortes nos gastos sociais em nome da sustentação da dívida pública. Submetidos aos imperativos do mercado, FHC aprovou a Lei de Responsabilidade Fiscal e fez sua Reforma Administrativa (EC 19/1998) e Previdenciária, possibilitou a privatização de serviços sociais por meio das Organizações Sociais e terceirizações; Lula golpeou a aposentadoria dos servidores públicos, abriu caminhos para a previdência complementar e acabou com a paridade entre ativos e aposentados; criou a Lei das Parcerias Público-Privadas (11.079/2004) e elevou a meta fiscal. Dilma implementou o FUNPRESP e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e, com formas de contratação via CLT sem estabilidade. O golpista Temer impôs a brutal Emenda do “Teto dos Gastos”, a Contrarreforma Trabalhista e a Lei da terceirização, que pressionam por um nivelamento por baixo entre setor público e privado. Sob seu mandato, o Banco Mundial divulgou o relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, com várias propostas que hoje são implementadas por diferentes governos e constam na PEC 38. Bolsonaro aprovou mais uma Reforma da Previdência e deixou engatilhado um projeto de Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Lula iniciou o terceiro mandato remodelando o teto dos gastos com o Novo Arcabouço Fiscal e já realizou 38 mudanças infralegais via Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), impulsionando sua própria contrarreforma administrativa. Apesar das diferenças políticas e dos diferentes graus e ritmos, todos esses governos deram seu aporte às contrarreformas.

A promessa do governo Lula era de “equilibrar as contas” aumentando a arrecadação, com tributação de grandes fortunas e altos rendimentos e redução das isenções fiscais. A voracidade do capital e das oligarquias políticas em torno ao orçamento estatal inviabilizam essas medidas. Apesar da propaganda de enfrentamento aos “super-ricos”, a realidade é que para conceder algum benefício eleitoreiro aos setores mais pobres, a exemplo da isenção de imposto de renda para quem recebe abaixo de R$5 mil, será necessário impor cortes em outras áreas, sendo a reforma administrativa uma parte desse processo. Apesar da crise política e de divergências em torno a questões pontuais, há uma unidade entre os vários níveis de governo e esferas quanto à contrarreforma administrativa. O Judiciário avaliza a violação da CF, julgando constitucionais as OSs, a quebra do RJU etc. O governo Lula/Alckmin, desde o início do mandato se comprometeu a realizar uma reforma administrativa, e a ministra Ester Dweck elogiou as propostas de Pedro Paulo, indicando apenas que seriam de difícil execução. Há uma confluência entre essas iniciativas. Muitos aspectos perversos da Contrarreforma Administrativa já vêm sendo implementados pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos por meio de portarias e instruções normativas.

O lobby empresarial pela reforma administrativa

Por trás das iniciativas legislativas da Reforma Administrativa, revela-se a presença da coalizão empresarial “Movimento Pessoas à Frente” (MPF). Assim como na Educação, formou-se o “Todos pela Educação” em que fundações empresariais impulsionam as contrarreformas e abrem novos campos de valorização do capital. Por meio da expansão da mercantilização e desnacionalização, o MPF tem se dedicado a influenciar os rumos da política de gestão pública, sendo composto pela Fundação Lemann, República.org e Instituto Humanize, que inclui também a Fundação ligada ao banco Itaú, dentre outras. Esses lobistas se queixavam de que as mudanças da PEC 32 não eram suficientes e agora aplaudem a proposta apresentada ao Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, há uma mudança discursiva, que evita tratar os servidores como marajás ou parasitas, fazendo crer que atingirão apenas os privilegiados. Ocultam a quebra da estabilidade para não provocar alardes, mas falam em espaços restritos que essa regra já existe, no artigo 41 da CF, modificado por FHC. Basta, portanto, regulamentar a gestão de desempenho.

A República.org já tem desenvolvido instrumentos de mensuração da administração pública, como o Índice de Qualidade da Burocracia Pública (IQB). Quem está à frente do Instituto Humanize é a ex-secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Aécio Neves e Anastasia (PSDB), que ajudou a arquitetar as reformas administrativas em Minas Gerais e atuou como consultora da gestão de Romeu Zema (Novo). Em 2018, Zema e Renata participaram de um curso na Inglaterra, a convite da Fundação Lemann, sobre mecanismos de seleção de pessoas para cargos de liderança na administração pública. Além de o capital financeiro se beneficiar com o redirecionamento de verbas do orçamento social para o pagamento dos custos da dívida, há também o interesse em oferecer produtos para a gestão pública, considerando as novas exigências de planejamentos, estudos, métricas, acordos de resultados e gestão de desempenho. O peso dos interesses do capitalismo monopolista e sua capacidade de influenciar as iniciativas legislativas, votos, propaganda midiática e as redes é um fator importante a se levar em consideração no debate sobre as táticas e métodos de luta contra os ataques.

A luta é urgente, não há tempo a perder

A PEC da Reforma Administrativa já chegou ao mundo por meio de uma manobra. Foi apresentada como fruto do GT de Reforma Administrativa, mas a maioria dos integrantes denunciou que nem mesmo teve acesso ao texto previamente. Na manhã do dia 02/10, foi divulgada com a autoria do deputado Pedro Paulo (PSD) e horas depois teve uma nova versão, divulgada pelos canais oficiais da Câmara, assinada pelos Deputados Zé Trovão (PL), Marcel Van Hatten (Novo), Julio Lopes (PP), Fausto Santos Jr (UB) e Neto Carletto (Avante). A mudança teve como objetivo preservar Pedro Paulo para ser o relator da proposta, o que seria impedido caso estivesse entre os autores. No fim do dia 24 de outubro, às 18h12, a PEC foi protocolada, contando com exatamente as 171 assinaturas necessárias, o que corresponde a 1/3 dos deputados federais. O presidente da Câmara, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), se empenhou diretamente para conseguir os votos e acelerar a tramitação. Obtendo as assinaturas, a tramitação pode seguir o rito regimental ou cortar caminho ao ser apensada a outro projeto. O cenário de crise política, a proximidade das eleições e a magnitude da contrarreforma, que pode atingir interesses das oligarquias, por meio da centralização autoritária da gestão pública, têm se colocado como obstáculos à tramitação da proposta. Mais de 30 deputados retiraram a assinatura da PEC 38, apontando para dificuldades nos planos de Hugo Motta acelerar a tramitação.

Nenhuma confiança no terreno jurídico-parlamentar, construir a greve geral do funcionalismo

As direções sindicais têm colocado a mobilização exclusivamente no campo do inimigo, apostando todas as fichas na "sensibilização" de parlamentares. Seguem realizando ações em aeroportos e visitas a gabinetes de deputados, impulsionam campanhas de "se votar, não volta", afirmando que "vão cobrar nas urnas". A tática não é nova e não impediu a aprovação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. A não apreciação da PEC 32/2020, em um cenário de profunda crise política a partir da pandemia de Covid/19, é apresentada como prova de sucesso do método de pressão parlamentar. Com tantos interesses em jogo, pelo alinhamento com as diretrizes do imperialismo, é importante infundir no funcionalismo a confiança nos métodos históricos de luta da classe operária, na ação direta coletiva, com greves, bloqueios, ocupações e grandes manifestações. A marcha em Brasília, em 29 de outubro, sem expressar uma forte construção unitária de baixo para cima, seguiu presa às ilusões no parlamento. Um vitorioso exemplo a ser seguido é o da mobilização no Pará no início de 2025, que impôs a revogação da Reforma do Estatuto do Magistério através da ocupação da Secretaria da Educação pelos povos indígenas e da greve de trabalhadores da educação.

Cabe às direções dos sindicatos ligados ao funcionalismo em todas as esferas convocar instâncias e ações unificadas, como reuniões, assembleias, comitês, fóruns, atos, paralisações e greves. É preciso romper a situação em que os dirigentes fazem atos por delegação em Brasília, voltados em grande medida para as redes sociais, enquanto as bases permanecem passivas. É fundamental unir a luta com os trabalhadores terceirizados, do setor privado, precarizados e desempregados, não só alertando sobre a destruição dos serviços sociais, mas também incorporando as reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos, pela revogação das contrarreformas e contra as privatizações. Que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro dia nacional de luta, que seja um primeiro passo para preparar a greve geral. Que rompam com o governismo e o

eleitoralismo. A resposta proletária à contrarreforma administrativa passa pela constituição da frente única anti-imperialista.

TR – 33

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Conectar a luta contra a reforma administrativa com a defesa da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como da lei da terceirização.

2. Reivindicar a efetivação sem concurso de trabalhadores terceirizados e contratados de forma precária e a redução da jornada sem redução de salários, garantindo emprego a todos os aptos a trabalhar.

3. Vincular o combate à Reforma Administrativa com a defesa do Salário Mínimo Vital e da Escala Móvel de Reajustes. Que nenhum trabalhador, inclusive o servidor público, receba menos do que o salário mínimo vital, na ausência do cálculo por parte das assembleias de trabalhadores, que seja adotado o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE.

4. Lutar por financiamento estatal integral dos serviços sociais e pelo não pagamento da dívida pública.

5. Que a diretoria do ANDES-SN e das seções sindicais proponham aos fóruns e sindicatos se servidores públicos em todas as esferas a convocatória de instâncias e ações unificadas, como reuniões, assembleias, comitês, fóruns, atos, paralisações e greves.

6. Exigir que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro dia nacional de luta, que seja um primeiro passo para preparar a greve geral.

TEXTO 34

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira

(Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).

SEM ANISTIA PARA OS GOLPISTAS, CONTRA A REFORMA NEOLIBERAL DO ESTADO E PELA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL ANTI-IMPERIALISTA: SOLIDARIEDADE COM O POVO DA VENEZUELA E VIVA OS 100 ANOS DE FIDEL CASTRO!

TEXTO DE APOIO

O 44º Congresso do ANDES-SN se realiza em um momento de profunda inflexão na luta de classes no Brasil e no mundo. A derrota eleitoral do projeto neofascista em 2022 não significou o desmonte de suas bases políticas e ideológicas, que seguem atuantes, seja na tentativa de blindar os responsáveis pelo atentado golpista de 8 de janeiro, seja na pressão por um ajuste das contas públicas do arcabouço fiscal que descarrega nos ombros da classe trabalhadora a conta de uma crise econômica estrutural.

Internacionalmente, assistimos a uma escalada do imperialismo, com a persistência de bloqueios econômicos criminosos, guerras de agressão e novas doutrinas de segurança que reeditam o intervencionismo da "América para os americanos" sob novas roupagens. Derrotas eleitorais significativas das forças da esquerda no nosso continente como na Bolívia e no Chile completam um quadro de dificuldades. O caso chileno é exemplar: foi aí que, há 50 anos, começou o casamento entre neoliberalismo e fascismo, e hoje, com o triunfo eleitoral da extrema-direita, o casamento se renova. Não se trata exatamente do mesmo processo; o fascismo e o neoliberalismo encontram-se num nível diferente, mais avançado. Naquele momento, o fascismo foi a forma política, a ditadura aberta de Estado, que introduziu o neoliberalismo. Agora, essa forma política, que ainda não adquiriu a forma de ditadura aberta de Estado, tem como uma de suas funções principais defender e radicalizar o neoliberalismo na etapa tecno-financeira ou em um capitalismo de plataforma.

A invasão do governo dos EUA à Venezuela para sequestrar o seu presidente e a sua esposa no início deste ano revela mais uma vez a natureza imperialista da política dos EUA em relação ao nosso continente. Trata-se da velha doutrina Monroe, de "América para os Americanos", formulada em 1823 e atualizada sucessivamente até aos dias de hoje, que considera a América do Sul o quintal dos EUA. Com base nesta doutrina e com a cumplicidade das oligarquias agrárias e financeiras locais, os sucessivos governos dos EUA têm decidido à força o destino dos nossos povos. O Plano Condor, que em 2025 completou 50 anos desde sua efetivação no Chile, constitui um produto direto dessa doutrina e permanece como uma memória histórica que não pode ser apagada.

Neste cenário, o movimento docente não pode se furtar a seu papel histórico. Como trabalhadores intelectuais, educadores e produtores de conhecimento, temos a obrigação de analisar, denunciar e atuar sobre as raízes dos problemas que atingem a educação pública superior, que não se separam do projeto de sociedade. A precarização do serviço público, o subfinanciamento das instituições de educação superior e da educação como um todo e o ataque aos direitos sociais são faces da mesma moeda: um projeto de Estado mínimo para os pobres e máximo para o capital.

Entendemos que as propostas aqui apresentadas para deliberação deste Congresso no âmbito do GTPFS constituem uma resposta política coerente e necessária a este quadro desafiador. Elas estão alicerçadas em quatro eixos estratégicos indissociáveis: a defesa intransigente da democratização real da sociedade e do Estado, a punição aos responsáveis pela tentativa de golpe do 8 de janeiro de 2023, a resistência organizada ao neoliberalismo e a solidariedade internacionalista classista e anti-imperialista.

1. Sem anistia para os golpistas! Verdade, memória e justiça, a luta pela reorganização da classe trabalhadora e pelo poder popular

A luta pela ampliação das liberdades democráticas para a classe trabalhadora exige superar suas limitações e seu formato atual. Este processo é incompatível com qualquer forma de anistia ou relativização da gravidade do atentado golpista de 8 de janeiro de 2023, um ataque direto à vontade popular. A verdade histórica é um bem público. Por isso, é imperativo honrar, nesta hora que os círculos mais belicosos do imperialismo dos EUA atualizam a Doutrina Monroe de "*América para os americanos*", que faz dos povos do continente Sulamericano o "quintal" dos EUA, a memória de todos(as) que lutaram contra as ditaduras no Cone Sul, denunciando a operação criminosa do Plano Condor e seus mártires. Defender a democracia e mobilização popular como caminho estratégico da classe operária é também combater narrativas securitárias importadas, como a falsa categoria de "narcoterrorismo", que serve apenas para justificar a militarização da vida e a ingerência estrangeira, como evidenciado na recente intervenção militar dos EUA na Venezuela. A verdade, justiça, memória e reparação são antídotos fundamentais contra a repetição dos horrores do passado.

2. Unidade contra o aprofundamento dos ataques neoliberais aos serviços públicos e empresas estatais. Reorganizar a classe trabalhadora e construir Poder Popular!

A ofensiva neoliberal visa desmantelar o Estado público, transformando direitos em mercadorias. A chamada "reforma administrativa" (PEC 38/2025) é o cavalo de Tróia para a precarização dos vínculos laborais, a extinção das carreiras e a deterioração dos serviços essenciais à população. A PEC da "reforma administrativa" é um dos dez pontos do Consenso de Washington que, desde o governo de FHC na década de 1990, vem sendo implementado gradualmente.

Recordamos a Emenda Constitucional n.º 19/1998, que extinguiu a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único (RJU) e abriu a possibilidade de contratação pelo regime CLT, cuja constitucionalidade foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal em 2024. Em 2018, o STF também considerou que a terceirização é lícita em todas as atividades, inclusive na administração pública, tendo também acabado com a distinção entre atividades-fim e atividades-meio. Em suma, a administração pública pode contratar empresas para executar até mesmo atividades relacionadas com a sua finalidade principal. O STF manteve a obrigatoriedade de realização de concurso público apenas para as funções típicas e permanentes do Estado, tal como estava previsto na proposta de reforma de Bresser-Pereira de 1995, no âmbito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

A criação da Ebserh em 2011, durante o governo da ex-presidente Dilma, é a expressão concreta da reforma neoliberal do Estado, já que nessa empresa todos os trabalhadores são regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mesmo tendo sido aprovados em concurso público.

No governo de Bolsonaro, foi apresentada a PEC 32/2020, que tem o mesmo objetivo da atual PEC 38/2025, nomeadamente aprofundar a reforma neoliberal do Estado. A PEC 38/2025 segue a linha da Emenda Constitucional n.º 19/1998, que já havia flexibilizado o Regime Jurídico Único. O objetivo é criar uma força de trabalho pública mais flexível, com maior rotatividade e sujeita a regras de gestão de desempenho mais próximas do setor privado. Para esse efeito, entre outros dispositivos, estabelece a "contratação por tempo determinado (sem estabilidade)" para a generalidade dos trabalhadores do serviço público, com exceção dos ocupantes de cargos públicos das carreiras consideradas "típicas do Estado".

Até o momento nem o governo, nem o PT e seus aliados concordam com esta PEC - embora a própria ministra do MGI, Esther Dweck, tenha afirmado que a reforma do estado já está em andamento, o que pode ser constatado pelas medidas infraconstitucionais que o Governo avançou contra o serviço público até então. Entretanto, à luz da história recente com relação a pautas neoliberais impopulares, pode ser que esta pauta seja a primeira pauta do próximo governo, junto com uma nova reforma da previdência que venha a consolidar o regime de capitalização, para assim completar o ciclo de contrarreformas do cardápio do Consenso de Washington.

O Brasil é signatário da Convenção n.º 151 da OIT (Convenção sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública), que trata da proteção do direito de sindicalização e do fomento da negociação

coletiva para os trabalhadores do setor público. A convenção foi ratificada em 2010, durante o segundo governo de Lula da Silva, e promulgada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto n.º 7944/2013, durante o primeiro governo de Dilma Rousseff. No entanto, apesar de o Brasil ser signatário e a convenção estar em vigor no país, esta ainda não foi totalmente regulamentada por meio de uma lei específica que defina os procedimentos e garanta efetivamente o direito à negociação coletiva em todos os níveis (federal, estadual e municipal). O tema está na MNNP junto ao Governo Federal desde o início do governo Lula 3, e até agora nada de concreto foi apresentado no sentido de sua regulamentação.

Diante desta ofensiva, a fragmentação da classe trabalhadora é simultaneamente causa e resultado da nossa derrota. Apontamos para a necessidade urgente de construir a unidade sindical e popular entre os trabalhadores dos serviços públicos das três esferas e das empresas estatais, bem como de estabelecer um diálogo com os movimentos populares e a juventude. No 42° Congresso em Fortaleza a categoria aprovou a seguinte resolução:. "*Que o ANDES-SN, via GTPFS e encarregatura sindical, envide esforços para rearticular o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e a CNESF*". O fortalecimento do FONASEFE, a continuação da reconstrução da CNESF, a realização de encontros nacionais, bem como a reativação e ampliação de frentes de luta, constituem passos concretos para criar uma correlação de forças favorável.

Destacamos também a necessidade de participação do sindicato na Frente Povo sem Medo. Esta frente foi criada em 2015, durante o governo de Dilma Rousseff, com o objetivo de contrariar a onda conservadora dos movimentos de extrema-direita que surgiram após as Jornadas de Junho de 2013, bem como os ataques aos direitos sociais no país, originados pelo próprio governo da altura. Recordamos a participação de Joaquim Levy, um notório neoliberal, no cargo de ministro das Economia durante o ano de 2015. Apesar de todos os problemas evidentes e reconhecidos, este espaço constitui uma oportunidade para o sindicato participar e propor ações de mobilização, enquanto avança na construção de espaços mais amplos, unitários e classistas que unam as forças dos trabalhadores e dos movimentos populares, apontando para uma frente sindical e popular, a realização de um Enclat e outras ações organizativas.

3. Solidariedade Internacional anti-imperialista: Palestina livre do rio ao mar. Contra a Doutrina Monroe! Solidariedade com o povo da Venezuela! Viva Cuba e Fidel Castro!!

A luta dos trabalhadores não conhece fronteiras nacionais, religiosas, étnicas ou de qualquer outro tipo. O imperialismo, em sua fase atual, tecnológica e financeira, atua de forma combinada, pressionando países soberanos como Cuba, Colômbia, Venezuela e Palestina. Estamos propondo a realização de um evento internacional, que tenha também o significado de homenagem ao grande revolucionário Fidel Castro, que é muito mais que um ato de memória; é reafirmar a atualidade do legado de um líder que enfrentou o imperialismo e abriu o caminho para a soberania popular e o socialismo da Nossa América. A "atualização" recente da Doutrina Monroe por parte do governo dos EUA e a intervenção militar descarada na Venezuela para sequestrar o presidente Maduro é mais um motivo para a realização deste evento e de muitas outras ações de solidariedade internacional anti-imperialista. As propostas de resoluções expressam nosso compromisso ativo e material com a solidariedade a Cuba, incluindo a luta pelo fim do criminoso bloqueio econômico e pela retirada do governo de Cuba dos estados patrocinadores do terrorismo (tal como aprovada no nosso 43º Congresso).

Em novembro de 2025, completaram-se 50 anos da formalização do Plano Condor, selado em uma reunião realizada em Santiago do Chile, provavelmente em 28 de novembro de 1975. Estiveram presentes representantes dos serviços de segurança da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, com o Brasil figurando como "observador" - posição que reflete seu papel de laboratório antecipado da repressão no Cone Sul. Por trás dessa coordenação interestatal de sequestros, torturas e assassinatos políticos atuavam os serviços de inteligência dos Estados Unidos, principais arquitetos e patrocinadores dessa engrenagem repressiva continental.

Infelizmente, essa data de enorme relevância histórica passou despercebida e não foi devidamente lembrada na perspectiva da luta pela memória, verdade, justiça e reparação, da qual nosso sindicato faz parte historicamente. Em função da relevância ético-política desse acontecimento - cujos efeitos ainda incidem sobre a vida política contemporânea -, propomos a efetivação de uma resolução já aprovada no 39º Congresso, realizado em 2020, no sentido de promover, em articulação com entidades

de familiares de ex-presos políticos, exilados e desaparecidos, bem como com organizações sociais e pesquisadores, uma publicação própria de denúncia sobre o Plano Condor.

Os graves acontecimentos que estão ocorrendo em nosso continente, Abya Yala, não devem relegar a segundo plano o genocídio que continua a ser perpetrado contra o povo palestino. Nesse sentido, entendemos que é imperativo manter e ampliar a denúncia e mobilização contra o genocídio, rejeitando falsas soluções que, sob o pretexto de "pacificação", visam consolidar a ocupação colonial promovida pelo movimento sionista.

Para fortalecer essa trincheira global, o ANDES-SN deve retomar e aprofundar sua inserção em entidades internacionais comprometidas com a luta classista e anti-imperialista, alinhadas com nossas melhores tradições. É inadmissível a participação do sindicato em eventos e movimentos que tenham uma posição dúbia sobre processos de luta anti-imperialista, como é o caso da complexa situação do governo da Venezuela. A intervenção militar e política direta dos EUA não deixam dúvidas sobre o caráter dos acontecimentos neste país e da necessária articulação com entidades sindicais e populares com nítido posicionamento anti-imperialista.

Por fim, no âmbito das relações internacionais e da ligação aos trabalhadores africanos, consideramos importante aprofundar a relação política com entidades sindicais do setor da educação. Há, no continente africano, uma situação política, económica, social, muito tensa, tanto derivada de intervenção colonial europeia como do imperialismo contemporâneo e das lutas de classes. Destacamos a guerra interna no Sudão, muito pouco noticiada, mas que já provocou intensa migração, calculada em 14 milhões entre deslocados internos e refugiados. No Congo também está em curso uma guerra interna muito séria. Os países do Sahel, ex-colônias francesas, estão ainda em processo de ruptura, inclusive no campo monetário, dos vínculos de opressão colonial com a França. Neste cenário, e pela importância das lutas dos povos africanos, será fundamental avançarmos com ações de solidariedade internacionalista com os trabalhadores e as entidades sindicais do continente, particularmente os vinculados ao campo da educação.

4. Unidade, organização, solidariedade e luta!

Estas propostas de resoluções formam um todo orgânico. A luta contra a anistia aos golpistas se conecta com a luta contra as reformas neoliberais, pois ambas atacam as bases da democratização da sociedade e da soberania popular. A formação política de nossa base se complementa com a ação sindical unitária e se projeta na solidariedade internacional. Defendemos um sindicato, fiel à sua melhor história sindical e internacionalista, que escolhe o lado da classe trabalhadora, da justiça e da verdade histórica, de todos os oprimidos, do feminismo classista, antipatriarcal, da soberania dos povos, da luta para "além do capital" e da construção do socialismo.

Pretendemos que as deliberações deste 44º Congresso fortaleçam nosso sindicato como uma ferramenta afiada de luta, guiada pela firme vontade política da conquista de um outro modo de viver e de produzir para a humanidade, e nós, trabalhadores e trabalhadoras das universidades, institutos técnicos federais e Cefets temos um papel relevante para contribuir em unidade com amplos setores da classe trabalhadora e da juventude.

TR – 34

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN reafirme a luta contra a anistia aos golpistas do 8 de Janeiro de 2023, seja na forma de dosimetria ou de qualquer outra modalidade.

2. Que o ANDES-SN intensifique a luta contra a reforma administrativa (PEC 38/2025) e contra propostas congêneres que visam aprofundar a reforma neoliberal do Estado, envidando esforços para a construção, junto às entidades do serviço público das três esferas, de uma jornada de lutas no primeiro semestre de 2026 com paralisações e greves no serviço público para derrotar essa medida.

3. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela regulamentação e efetivação da Convenção da OIT n° 151 para os trabalhadores do setor público no âmbito das mesas nacionais de negociação com o governo.

4. Que o ANDES-SN envide esforços para fortalecer e ampliar o FONASEFE, fóruns regionais, estaduais e locais de servidores, avançando na construção de iniciativas de unidade e luta sindical e espaços representativos dos(as) trabalhadores(as) do serviço público nas três esferas de governo.

5. Que o ANDES-SN empenhe esforços para propor no âmbito da articulação com outras entidades e espaços do serviço público, a realização de um Encontro Nacional das entidades sindicais dos(as) trabalhadores(as) dos serviços públicos e das empresas estatais das três esferas, com o objetivo de organizar lutas unificadas contra o aprofundamento da reforma neoliberal do Estado.

6. Que o ANDES-SN continue com os esforços de construção de espaços unitários como o Fórum Sindical, Popular, de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas e que participe na Frente Povo Sem Medo, com vistas a fortalecer a construção de uma ampla frente sindical e popular, unitária, de mobilização e luta que se oponha à extrema-direita, às políticas neoliberais e ao imperialismo.

7. Que o ANDES-SN execute a deliberação aprovada no 39º congresso realizado em 2020:

> "*Organizar junto com entidades de familiares de ex-presos políticos, exilados e desaparecidos, organizações sociais e pesquisadores, publicação própria de denúncia sobre o Plano Condor*".

8. Que o ANDES-SN realize um evento internacional de solidariedade anti-imperialista, como parte das homenagens ao centenário de nascimento de Fidel Castro, em apoio às lutas dos povos de Cuba, Venezuela, Colômbia e Nicarágua no enfrentamento da Doutrina Monroe, com a participação de convidados(as) de sindicatos da educação de Cuba.

9. Que o ANDES-SN dê continuidade o apoio ativo, tanto político quanto material, ao povo cubano, a fim de contribuir para o fim do bloqueio imperialista dos EUA e seus aliados.

10. Que o ANDES-SN participe da comemoração do 1º de Maio em Cuba e das atividades complementares, estimulando também a participação das seções sindicais

11. Que o ANDES-SN mantenha e aprofunde a solidariedade internacional contra o genocídio do povo palestino, denunciando a imposição sionista e seus aliados de falsos planos de "paz".

12. Que o ANDES-SN dê continuidade aos debates e acúmulos sobre a filiação a uma entidade internacional no campo dos sindicatos da educação, ampliando seu diálogo no ano de 2026 com espaços e organizações no campo anti-imperialista.

13. Que o ANDES-SN estabeleça relação com entidades sindicais da educação dos países africanos e convide representantes da Federação Internacional de Sindicatos da Educação (FISE) para uma agenda de trabalho no Brasil com o ANDES-SN.

Unidade Classista, futura socialista!

TEXTO 35

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).

FEDERALIZAÇÃO DAS CHACINAS

TEXTO DE APOIO

A violência policial tem marcado o cenário nacional de forma assustadora. A impunidade destas ações e a falta de clareza nas suas investigações tem permeado cada episódio há anos, como nos casos da chacina do Cabula, na Bahia, e a Operação Escudo, em São Paulo. Esta realidade é extremamente complexa e reflete a falta de políticas públicas em diferentes setores.

A ausência de uma política de segurança, acarretando a carência de formação dos profissionais de segurança, submetidos a turnos exaustivos em condições de estresse contínuo, associado à falta de suporte psicológico, é um exemplo desta deficiência. Soma-se a isso, a expansão da extrema direita, ocupando cargos de gestão de políticas de segurança, implementando ações milicianas em defesa de interesses específicos, como o episódio ocorrido no RJ, em outubro de 2025, que o governador do estado Cláudio Castro tratou como política de combate ao tráfico e ao terrorismo, para atrair a atenção de Trump, com o foco de sua política intervencionista na América do Sul, colocando em risco a soberania do país.

Porém, este cenário é ainda mais alarmante quando analisamos o perfil da maioria das vítimas destas chacinas. De acordo com dados da Fiocruz, para os anos de 2022 e 2023, em ações policiais que resultaram em mortes violentas no cenário nacional, 73% das vítimas foram jovens negros, homens, entre 20 e 24 anos, que vivem na informalidade. Segundo a FGV, a taxa de desemprego no país para jovens entre 18 e 29 anos é o dobro do que para 30 e 59 anos. Esta situação se deve à baixa qualificação dos jovens, levando à precarização do trabalho e à informalidade. O maior índice de analfabetismo está entre os jovens negros em relação aos jovens brancos, uma vez que apenas 48,3% finalizam o ensino médio e 19,3% dos jovens negros que acessam o ensino superior, o concluem.

A mudança deste cenário de violência policial impune, focada principalmente na juventude negra, a partir de investigações claras, conduzida em âmbito federal deve ser uma pauta de todos nós. Ao mesmo tempo em que a luta pela criação de oportunidades para qualificação e colocação destes jovens no mercado, por meio de maiores e mais efetivos investimentos em políticas públicas em educação, por meio de revogação da reforma trabalhista e da lei de terceirizações, é premente e deve continuar pautada em nossas ações.

TR – 35

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES – SN apoiará a campanha pela federalização das investigações das chacinas, iniciada pelos movimentos e organizações sociais, conforme carta a seguir:

*"**Chega de chacina e da violência policial! Federalização das investigações já!***

No dia 28 de outubro, o Brasil ficou estarrecido com o massacre que ocorreu no Complexo do Alemão e Complexo da Penha. A Operação Contenção, autorizada pelo governador Cláudio Castro, já é a ação policial mais violenta da história, com mais de 130 mortos, em sua maioria, jovens negros e pobres, moradores de periferia. Os corpos enfileirados, foram manchete em diversos jornais pelo mundo. Marcas de tortura e execução comprovam que não foi uma operação; foi um massacre! Em 28 de julho de 2023 foi deflagrada a Operação Escudo no estado de São Paulo. Foi a segunda operação coordenada mais violenta da história do estado, estando atrás somente do massacre do Carandiru. No dia 6 de fevereiro de 2015, ocorreu na Bahia a chacina do Cabula. Chacina essa que marcou a vida da população baiana com 12 jovens negros mortos por policiais. A mesma se soma a diversas outras, nos números da escalada da violência da polícia baiana que a levou, hoje, ser a mais letal do país. Contraditoriamente, o estado é governado pelo PT, com números inaceitáveis. No dia 6 de maio de 2021, aconteceu, na cidade do Rio de Janeiro, o massacre da favela do Jacarezinho. Uma das operações mais violentas da história do Rio, com 28 mortos.

*O que presenciamos nestes estados é o reflexo nacional da violência policial. Um reflexo da escalada da violência, principalmente, contra negros, sejam eles jovens, crianças, trabalhadores ou mulheres. O que há em comum entre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, assim, como, geralmente, em quase todas as ações de violência policial, é a **impunidade**.*

Em São Paulo, o Ministério Público mandou arquivar 23 das 27 investigações sobre as mortes cometidas pela PM na Operação Escudo. O governador Tarcísio de Freitas defendeu a operação e deu a ela todo apoio e suporte. O resultado dessa defesa, somada ao arquivamento da investigação pelo MP, contribuiu para a escalada, nos últimos meses, da violência policial desenfreada. Resultando na execução covarde de crianças e jovens como Ryan, de 4 anos, Marco Aurélio, de 22 anos, estudante de medicina, Gabriel Renan, entre outros jovens, como Peterson Conti Senoreli, João Vitor de Ávila Carvalho, Mateus Vieira, Thiago Gomes e outros, de uma lista fatalmente longa. Sob administração dos militares do Governador Tarcísio de Freitas e o Secretário de Segurança, Guilherme Derrite, que deram luz verde e promoveram a violência policial com frases maquiavélicas e genocidas, a letalidade policial de jovens mais que dobrou. Resultando aos olhos do mundo afora em uma vergonha para o Brasil continental.

A desmilitarização da polícia e o fim a tutela militar são fundamentais no combate pela vida da população. A PM funciona como uma máquina de guerra contra o povo. É da sua natureza institucional militarizada estar em guerra em todo o território nacional, principalmente, nas periferias. Da mesma forma que é preciso desmilitarizar e pôr fim à tutela militar, é importante a punição.

Deixar de punir os crimes e excessos praticados pela polícia é uma sinalização dos governos dos estados para continuação da barbárie. Nos últimos 3 anos, 2427 crianças foram mortas em ação policial. 2023 foi o ano que a polícia brasileira mais matou crianças, uma a cada cinco foram vítimas de operações policiais. Frear e responder à altura esses números passa por investigação e punição de todos os crimes.

Acreditamos que hoje, a Bahia — tendo a polícia que mais mata no Brasil —, SP, — principal estado econômico e político nacional — e o Rio de Janeiro representam, concentradamente, o que vem vivendo a população pobre do país, principalmente, a negra, nos últimos anos. Por isso viemos, por meio desta, ***exigir a federalização da investigação dos crimes do Massacre no Complexo da Penha e Alemão; Operação Escudo (SP); Massacre do Jacarezinho (RJ) e, da chacina do Cabula (BA),*** *como uma resposta, contundente, do governo Lula para situação, para que se investigue e puna todos os que cometeram crimes contra o povo.*

Também solicitamos, com urgência, um decreto para criação e execução de ações de socorro e acolhimento das famílias, cujas lágrimas são intermináveis e cuja angústia por justiça, sem esperança, é destrutiva. Para aliviar seu sofrimento emocional, psicológico e material; direito atualmente inexistente ao nível municipal, estadual ou federal, que viola os direitos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, que em seu artigo 5º, garante a inviolabilidade do direito à vida a todos os cidadãos, o direito de não ser morto e a uma existência digna.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSerdz2IvlsD2HSEQ9Iw6h9eS8IsSZ4fP512p9SOmlJ52k2mrQ/viewform?pli=1"

2. O ANDES – SN intensificará discussões sobre a violência policial contra a juventude negra;

3. O ANDES – SN intensificará campanhas de políticas educacionais que garantam espaço para jovens em situações vulneráveis no ensino superior público de qualidade e pelas revogações da reforma trabalhista e da lei de terceirizações.

TEXTO 36

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

ENFRENTAMENTO À CONTINUIDADE E APROFUNDAMENTO DA REFORMA EMPRESARIAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

No contexto da greve das federais, no ano de 2024, e de outras lutas do campo da educação, o governo Lula-Alckmin operou, como resultado das reivindicações e da pressão popular em torno do REVOGAÇO, algumas alterações na política educacional herdada de governos anteriores, como BNCC, Novo Ensino Médio (NEM) e BNC-Formação. No entanto, tais alterações se mostram insuficientes para reverter a expansão de um projeto de educação com crescente viés mercantil-empresarial-gerencialista, baseado em expressivo escoamento de fundos públicos para o setor privado, com consequente aprofundamento da exclusão e das desigualdades no acesso à educação, conforme temos denunciado nas duas últimas décadas.

No segundo semestre de 2025, a luta do ANDES-SN ocorreu em um cenário marcado por novas ameaças de destruição dos serviços públicos por parte do Congresso Nacional, como a possibilidade de votação da Contrarreforma Administrativa e o contingenciamento de recursos para a educação pública. De modo concomitante, houve significativo aumento do uso de emendas parlamentares para viabilizar o funcionamento das IES, colocando em xeque a autonomia dessas instituições, tal como prevista na Constituição Federal de 1988, e fortalecendo os currais eleitorais e o clientelismo, por meio do orçamento secreto. Tais emendas chegaram a representar 25% do Orçamento Discricionário da União.

Considerando as deliberações do 43º Congresso e do 68º CONAD, o GTPE realizou duas reuniões no segundo semestre de 2025. Na primeira reunião (Circular 387/2025 - Relatório) foram debatidos: Enade das Licenciaturas (Portarias MEC Nº 610/2024 e Nº 611/2024), Prova Nacional Docente – PND (Portaria MEC Nº 96, de 11 de fevereiro de 2025, por meio do Decreto Nº 12.358/2025), novo Marco Regulatório da EaD (Decreto Nº 12.456/2025 e Portaria Nº 506/2025) e as deliberações oriundas do 68º CONAD. Já na segunda reunião (Circular 550/2025 - Relatório), o debate ocorreu sobre os seguintes temas: desafios para a identificação de dados orçamentários das IES nos diferentes instrumentos de execução orçamentária (organizado conjuntamente por GTPE e GT Verbas e Fundações); elaboração da V Cartilha sobre o Projeto do Capital para a Educação e a atualização das Cartilhas sobre EaD e sobre Novo Ensino Médio e Itinerários Formativos (Lei Nº 14.945/2024 e Resolução CNE/CEB Nº 04/2025), definindo equipes para elaboração desses materiais, a partir de nossos acúmulos. Discutimos também a realização de seminários ou painéis para aprofundamento do debate e das lutas pela inclusão de pessoas com deficiência e pelo direito à escola regular (articulação entre GTPCEGDS, GT Carreira, GTSSA e GTPE), bem como sobre a violência nas escolas e nas IES. Por fim, realizamos, nesta segunda reunião do GTPE, o painel sobre Sistema Nacional de Educação - SNE, e Plano Nacional de Educação – PNE, com exposição e debate com o Prof. Dermeval Saviani.

ATUAÇÃO DO ANDES-SN NAS DISCUSSÕES SOBRE SNE e PNE

Em relação à atuação do ANDES-SN no processo de construção e tramitação do novo PNE, no 43º Congresso foi deliberado que continuássemos defendendo a destinação de 10% do PIB para a educação pública e a supressão do Novo Arcabouço Fiscal - NAF, além de ratificarmos a não participação no Fórum Nacional de Educação - FNE. Retomando o processo histórico de nossas deliberações, destacamos que no 41º Congresso (fevereiro de 2023), em Rio Branco, no Acre, votamos pela participação do ANDES-SN como observador no Fórum Nacional Popular da Educação - FNPE. Posteriormente, no 67º CONAD (julho de 2024), em Belo Horizonte, Minas Gerais, deliberamos por nossa participação como efetivo.

Naquele contexto de eleição do atual governo Lula, a atuação do FNPE já demonstrava dificuldades, agravadas pelo envolvimento das entidades que o compunham na construção da Conferência Nacional da Educação, a CONAE de 2024, culminando em sua desmobilização. Nesse cenário, é muito importante analisarmos as dificuldades históricas nos processos de lutas conjuntas, como também aconteceu na construção do PNE da Sociedade Brasileira, para o enfrentamento da conjuntura política, em especial, nos contextos de governos de "conciliação".

No 68º CONAD deliberamos pela realização de análise das emendas ao PL do PNE, com participação nas audiências públicas e atuação com as entidades que apresentaram emendas ao PL do PNE em defesa da educação pública, fazendo um cotejamento com as posições do PNE da Sociedade Brasileira, aprovado em 1997, e com as deliberações do ANDES-SN.

Nessa perspectiva, acompanhamos o debate do SNE e do PNE, com a presença de representantes da Diretoria do ANDES-SN nas audiências públicas, oportunidades em que foram levadas as deliberações acumuladas por nosso Sindicato Nacional, conclamando o conjunto das entidades do campo educacional e de outros setores sociais a retomarem a discussão e a organização de um amplo espaço em que possamos formar trincheira para a defesa firme, efetiva e intransigente da educação pública no país, considerando a persistente interferência do setor empresarial na definição e implementação do projeto educacional vigente. Manifestamos ainda nossa disposição em atuar com as entidades propositoras de emendas ao PL do PNE em defesa da educação pública, em acordo com os posicionamentos do ANDES-SN.

Nessas audiências, confirmamos que a disputa pelo projeto de educação que defendemos ocorre no confronto com proposições vindas tanto do poder executivo quanto do poder legislativo. Esse confronto se explicita, principalmente, nos dois instrumentos centrais de regulamentação da legislação educacional brasileira: pela já aprovada Lei Complementar N° 220, de 31/10/2025, que institui o SNE e fixa normas de cooperação entre União, Estados e Municípios para elaboração e implementação de políticas, programas e ações educacionais; e pelo PL N° 2.614/2024 que trata do PNE para o decênio 2024-2034, aprovado pela Comissão Especial da Câmara em 10/12/2025, que segue para apreciação e aprovação no Senado.

A aprovação do PNE, por unanimidade, no âmbito da Comissão Especial da Câmara, apesar de todas as contradições expressas nas discussões e no documento, explicita a dimensão da luta a enfrentarmos. Considerando que o Sistema Nacional de Educação (SNE) está aprovado e o PNE está em fase conclusiva, conclamamos a um esforço coletivo de aprofundamento e debate sobre a defesa da educação pública para romper com a lógica tecnocrática de construção de políticas públicas, o que só será possível no fortalecimento das lutas, por meio da ampliação da articulação com os demais setores da classe trabalhadora.

Na audiência ocorrida antes da aprovação do SNE, o ANDES-SN apresentou seu posicionamento defendendo a organização de um Sistema Nacional de Educação, em conformidade com o PNE da Sociedade Brasileira. Nessa audiência, mais uma vez, ficou evidente o propósito do setor empresarial de ficar de fora do SNE, com prerrogativa de total liberdade de organização de normas e regulações dos serviços educacionais por ele ofertados.

O SNE aprovado, especificamente em sua Subseção IV (artigos 16 a 23), impõe limitações à efetividade do controle social no Sistema Nacional de Educação (SNE). Embora no artigo 16 estejam reconhecidos formalmente os Fóruns, as Conferências e os Conselhos como instâncias integrantes do Sistema, e no artigo 19 se delegue aos Fóruns a coordenação de conferências e o monitoramento de Planos Educacionais, o texto legal subtrai destes qualquer poder deliberativo real. Essa restrição é consolidada no artigo 23, cujo parágrafo único confina a atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social às funções consultivas, propositivas e fiscalizadoras. Ao excluir, deliberadamente, a capacidade de decisão vinculante, a norma subordina a participação popular à lógica da recomendação, preservando a centralidade decisória no Poder Executivo e esvaziando o princípio constitucional da gestão democrática. Em última análise, os dispositivos criam um mecanismo que, embora institucionalmente legitimado, permanece politicamente fragilizado e incapaz de exercer influência direta sobre as diretrizes e os rumos estratégicos da educação nacional.

O SNE aprovado está longe de representar um avanço para a consolidação do projeto de educação pública defendido historicamente pelos movimentos sociais, pois não possibilita uma articulação orgânica e solidária entre os entes federados para a promoção da efetiva democratização do

direito social à educação em todos os níveis e modalidades de ensino. Na prática mantém as indefinições do controle social sobre o SNE e a ausência de responsabilização ao descumprimento de compromissos por parte de governos, secretarias e gestões educacionais.

Além disso, a lei incorpora instrumentos de gestão orientados por metas e resultados, alinhados à lógica de avaliação padronizada e ao gerencialismo educacional. Esse modelo reforça uma visão tecnocrática que não enfrenta as desigualdades estruturais do sistema, não garante financiamento adequado e abre brechas para parcerias público-privadas em áreas estratégicas, como formação docente, avaliação e gestão escolar. O papel dos Conselhos de Educação também é reduzido e se distancia da concepção histórica de SNE defendida pelos movimentos sociais, que pressupõe cooperação federativa efetiva, responsabilização compartilhada e instâncias permanentes e deliberativas de participação.

Já nos debates sobre o PNE, expusemos os posicionamentos históricos do ANDES-SN, especialmente aqueles relacionados à educação superior, denunciando que a tramitação do PL do Executivo para o Plano Nacional de Educação (2024-2034) não tem garantido a ampla participação de todos os setores envolvidos na defesa da educação pública, desprezando, inclusive, as indicações oriundas da CONAE - 2024. Denunciamos ainda a descontinuidade e a protelação do cumprimento das metas, triste legado histórico das políticas de educação no Brasil, evidenciada pelos estudos de pesquisadoras(es) e evidenciada por estudos que revelam a não implementação da maioria das metas e dos programas previstos no referido PNE.

Em nota do ANDES-SN, do dia 25/11/2025, diante da possível aprovação da versão de substitutivo do PNE, denunciamos como graves consequências: 1) a redução do investimento público em educação para 7,5% do PIB, abrindo margem para que 3,5% fossem financiados por recursos privados, contrariando a defesa histórica de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública; 2) a precarização do trabalho docente, com uma equiparação salarial considerada insuficiente e a permissão de que até 30% dos vínculos empregatícios fossem feitos por meio de contratações temporárias ou terceirizadas; 3) a ausência de cronograma e financiamento para a superação do analfabetismo, compatíveis com o passivo histórico, além do subdimensionamento da Educação de Jovens e Adultas(os) - EJA; e, por fim, 4) a manutenção de uma lógica voltada para resultados, restringindo o direito social à educação às métricas de desempenho.

A partir dessas constatações, reafirmamos a defesa de nossos princípios históricos de uso dos recursos públicos exclusivamente para a educação pública de gestão pública, com a referência de 10% do PIB definido no PNE da Sociedade Brasileira, com a perspectiva de ampliação, a partir de análises atuais acerca do direito à educação no Brasil. Reiteramos também a valorização das(os) professoras(es) e a estabilidade como regra e não como exceção; o fortalecimento das estruturas das instituições de ensino; a importância da EJA e da Educação do Campo, Indígena e Quilombola; a Educação Inclusiva; as políticas de ações afirmativas - antirracistas, anti-lgbtfóbicas, anti-transfóbicas, anti-misóginas e anti-capacitistas; e a firme defesa da autonomia político-pedagógica para a construção de currículos e avaliações.

Ainda que na versão do Substitutivo aprovada pela Comissão Especial da Câmara Federal em dezembro de 2025 tenha acontecido a reintegração da previsão dos 10% do PIB para a educação, manteve-se a margem de destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, intensificando os processos de financeirização. Manteve-se também a substituição da escolha democrática de dirigentes por processos de seleção meritocrática, vínculos precários de trabalho e uma concepção de valorização de profissionais da educação com exclusão das(os) técnicas(os).

A forma como está definida a questão orçamentária para a educação no PL do próximo PNE anuncia a permanência das dificuldades de garantia de verbas para a manutenção e expansão das IES. Esse desfinanciamento leva as instituições a aceitarem e até mesmo a buscarem alternativas que comprometem o seu caráter público, democrático e autônomo, como, por exemplo, as emendas parlamentares, as parcerias público-privadas e a criação de fundações ditas de apoio. Essa situação tem fragilizado ainda mais o *ethos* acadêmico que deve constituir nossas relações de trabalho. Nesse processo, retorna a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Superior (FUNDES) como um meio para mitigar o desfinanciamento das instituições. A nossa reivindicação continua sendo pela garantia de orçamento público adequado para a manutenção e expansão das instituições (PPA, LDO e LOA).

A análise do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) 2024-2034 revela um preocupante retrocesso na pauta de direitos humanos e da educação inclusiva, materializado na rejeição de menções explícitas a gênero, diversidade e políticas de combate à discriminação. Este movimento repete a disputa ideológica observada na tramitação do PNE 2014-2024, quando a supressão do termo "gênero" foi acompanhada pela disseminação do discurso falacioso da "ideologia de gênero" e por profundo desconhecimento, incompetência e irresponsabilidade, que chegaram a questionamentos e à retirada até mesmo de termos como "gênero literário" e “gênero alimentício”. Paralelamente a essa exclusão programática, a tramitação do PNE é marcada pela pressão de setores conservadores que buscam incorporar proposições como a regulamentação da educação domiciliar e a criação de mecanismos de financiamento privado, como os vales educacionais. A retirada desses pontos fundamentais de nossa agenda de lutas, em troca da não inclusão de propostas ultraconservadoras, explicita a gravidade da “barganha política” que tem pautado a condução dos trabalhos no Congresso Nacional, consolidando um modo reiterado e grave de atuação do "Congresso Inimigo do Povo".

No que se refere mais especificamente ao ensino superior, o ANDES-SN esteve presente, como convidado, na audiência pública sobre a Política Nacional de Educação Superior (PNEDS), realizada em dezembro de 2025, na CAPES. A PNEDS foi apresentada como iniciativa do Ministério da Educação, em processo de elaboração e ainda sem lei específica que a institua. Seu pretenso objetivo é organizar, de forma integrada, diretrizes para o sistema de educação superior, articulando acesso, permanência, qualidade, financiamento, avaliação e regulação, em diálogo com a LDB e o Plano Nacional de Educação.

No Seminário Nacional PNEDS: construção participativa da Política Nacional de Educação Superior do Brasil, convocado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, em atendimento ao Acórdão TCU Nº 658/2023, articulado às Metas 12 (taxa de matrícula na educação superior) e 13 (qualidade da educação superior e formação na pós-graduação - mestrado e doutorado) do Plano Nacional de Educação, reuniram-se representantes de entidades nacionais e órgãos governamentais para debater eixos estruturantes dessa política.

As implicações institucionais de uma Política Nacional de Educação Superior, produzida na mesma perspectiva neoliberal tecnocrática recorrente, maquiada de processo participativo, reforçam a necessidade de acompanhamento permanente e qualificado por parte do ANDES-SN e evidenciam incertezas quanto a efeitos sobre a autonomia universitária, mecanismos de regulação e financiamento do setor, que certamente provocarão ainda maiores impactos estruturais sobre a organização do ensino superior brasileiro.

PELA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: FORMAÇÃO, PISO SALARIAL E CARREIRA DOCENTE!

O ANDES-SN há tempo tem realizado diferentes ações de denúncias por meio de publicações, campanhas e lutas contra a expansão da privatização da educação pública no Brasil, materializada na redução orçamentária; no desvio de verbas do FUNDEB para fins diferentes daqueles para os quais foi criado; no avanço de projetos e ações conservadoras; na mercadorização e financeirização do fazer educativo; no controle da educação em sua estrutura, organização institucional e dimensões didático-pedagógicas; na militarização de estabelecimentos de ensino; em um modelo de formação docente de caráter aligeirado e tecnicista; e na definição de uma proposta produtivista para a carreira e salários.

As práticas da extrema direita, o movimento escola sem partido e os ataques aos cursos de licenciaturas vêm impactando profundamente a juventude, causando desinteresse em fazer uma graduação, e a procura por cursos de formação docente. A BNCC, a Reforma do Ensino Médio e a imposição de um projeto neoliberal para a educação, com a incorporação da ideia de “notório saber” desvalorizando ainda mais as(os) profissionais da educação, vêm sendo usadas para desarticular e desmontar as licenciaturas e a própria LDBEN de 1996. Logo, como resultado desse processo, cresce o adoecimento docente, com mortes no exercício do trabalho; aumenta a evasão de profissionais do magistério e de estudantes das Licenciaturas e diminui o número de ingressantes para esses cursos. Alguns dados escancaram a gravidade dessa crise anunciada: 50% de estudantes não conseguem permanecer nos cursos de Licenciaturas, metade das(os) professoras(es) se aposentarão até 2034, aumento dos adoecimentos decorrentes das condições de trabalho na rede pública de ensino (relações

desiguais de poder, carga horária excessiva, baixa remuneração, infraestrutura precária). Faz tempo que se denuncia o apagão de professoras(es) no Brasil!

Seguem as consequências desastrosas da contrarreforma do Ensino Médio, imposta durante o governo Temer por meio da MP 746/2016, que suspendeu de modo abrupto as discussões que vinham sendo realizadas, culminando na aprovação da Lei 13.415/2017. Devido ao acúmulo de críticas, a Política Nacional de Ensino Médio foi reestruturada e instituída por meio da Lei nº 14.945/2024, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, posteriormente, foi refeita pelo atual governo como reforma da reforma. A "nova" norma, instituída em 31 de julho de 2024, revogou parcialmente a Lei nº 13.415/17, sem alterações significativas. Trata-se, portanto, de um aprofundamento do dualismo educacional que afeta questões de acesso, permanência e garantia de conclusão pelas e pelos estudantes. O "Novo" Ensino Médio compromete sobremaneira a democratização do acesso da juventude ao conhecimento historicamente acumulado, substituído por um currículo fragmentado e alicerçado no modelo de competências, incluindo o conteúdo das competências socioemocionais para o (des)emprego e toda sorte de relações informais de trabalho, sob a falácia do discurso do empreendedorismo.

Uma expressiva manifestação dos graves problemas enfrentados pelas e pelos estudantes desse nível de ensino tem sido denunciada, por exemplo, pela Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico (FENET), por meio de diferentes formas de luta, como a paralisação realizada, em novembro de 2025, em vários municípios, de modo a fortalecer as reivindicações pela construção de restaurantes nas instituições, medida prioritária para a garantia da permanência estudantil. O ANDES-SN publicou nota de apoio à paralisação da FENET (Circular 523/2025), solicitando que o MEC abrisse negociação imediata com a entidade.

A OFENSIVA REGULATÓRIA CONTRA A FORMAÇÃO DOCENTE

No ano de 2024, as políticas regulatórias sobre a formação docente sofreram pequenos ajustes pelo MEC/CNE (das DCN/2019 para as DCN/2024), sem contudo apresentarem mudanças significativas em relação às reivindicações feitas pelo ANDES-SN e outras entidades do campo da educação, como o retorno às DCN/2015 e a abertura a um efetivo trabalho de debate e construção coletiva, evidenciando que o eixo estruturante de todo esse conjunto de reformas educacionais é a reafirmação e implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, base a serviço do capital para impor seu projeto de formação para a exploração no mercado de trabalho.

No âmbito do PNE para o próximo decênio, definem-se as políticas relacionadas à formação e à valorização do trabalho docente (Objetivo 16). O PL reitera princípios como a formação superior específica e os planos de carreira referenciados no piso, mas introduz formulações problemáticas. A Meta 16.b, por exemplo, fala em "equiparar o rendimento médio" do magistério ao de ocupações com escolaridade equivalente, o que é visto como ambíguo e insuficiente para recuperar perdas históricas ou enfrentar o rebaixamento salarial estrutural, podendo consolidar um teto mediano. A Meta 16.e também é criticada por reforçar a centralidade em avaliações padronizadas, ao usar resultados quantitativos do ENADE como marcadores de "desempenho adequado" de concluintes das Licenciaturas. Essa métrica ignora as condições de oferta (como tempo remunerado extraclasse e infraestrutura pedagógica) e reduz a complexidade da formação docente a uma classificação.

Diante dessa conjuntura, o ANDES-SN, em seus espaços deliberativos, se posicionou contrariamente aos instrumentos que instituem a política de formação docente vigente, tais como as DCN de Formação (2024), o ENADE das Licenciaturas, o Programa Mais Professores (Decreto Nº 12.358/2025) e a Prova Nacional Docente.

Para fazermos esses embates, é importante fortalecer a organização com vários setores que organizam trabalhadoras e trabalhadores da educação pública no país. Em virtude dos constantes ataques do capital e de políticas de governos de conciliação de classes, que provocam a desmobilização e a desarticulação de entidades da classe trabalhadora, inclusive no campo educacional, precisamos fortalecer, nos âmbitos nacional, estadual e local, as relações com entidades do campo da educação que busquem a superação dessa situação, tendo por eixo de aglutinação a luta contra o desmonte e a privatização da educação pública.

Nessa direção, o ANDES-SN tem participado, para a construção de lutas coletivas, de muitos encontros e diálogos, por exemplo, o Painel de Entidades no X Encontro Nacional das Licenciaturas - ENALIC e IX Seminário Nacional do PIBID, em dezembro de 2025, que teve a participação também de

representação da ANFOPE, do Forumdir e de representação estudantil dos movimentos em defesa do PIBID. Importante lembrar que o ANDES-SN somou forças às lutas em 2018, no governo Temer, contra os ataques ao PIBID e contra a proposta de Residência Pedagógica - esta última acabou sendo extinta. Importante destacar que, em outubro de 2021, por meio da Circular 396/2021, o ANDES-SN manifestou repúdio ao corte das bolsas, tanto do PIBID como da Residência, pela CAPES, corte que compôs o pacote dos ataques do Governo Bolsonaro à ciência. Enfatizamos, nesses processos, a necessidade de proteger discentes e docentes dos ataques promovidos pelo governo e atuamos em solidariedade às e aos estudantes bolsistas que dependiam desses recursos para permanecer em seus cursos.

No XIII Encontro Nacional, em 2025, da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA, a participação do ANDES-SN, na abertura do evento, foi importante reforço à articulação histórica entre a produção acadêmica crítica e a ação sindical. O sindicato atuou na defesa de uma educação pública, estatal e gratuita, denunciando o impacto das políticas de austeridade e o avanço da privatização no financiamento educacional.

Essa união de esforços é vital para enfrentar retrocessos como a Medida Provisória nº 1.303/2025, que desvia recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para programas assistenciais, comprometendo a meta de 10% do PIB para a educação pública e a valorização profissional.

"NOVO" MARCO REGULATÓRIO DA EaD: MAIS FRAGMENTAÇÃO, MAIS PLATAFORMIZAÇÃO E MAIS PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O "Novo" Marco Regulatório da EaD, instituído pelo Decreto Nº 12.456/2025 e pela Portaria Nº 506/2025, reconfigura tanto a EaD quanto o ensino presencial, ao instituir novas regras e introduzir a categoria "semipresencial", que diferencia atividades síncronas e assíncronas mediadas por tecnologia. Esse "marco" ainda é consequência do uso do trabalho remoto durante a pandemia, experiência que segue sendo usada para maior precarização do trabalho docente e para aumento da presença da EaD em cursos presenciais.

A necessidade de adoção de medidas de distanciamento social no Brasil, no início de 2020, devido à pandemia de Covid-19, levou as instituições educacionais a utilizarem de forma generalizada, inclusive na Educação Básica e em cursos de graduação, estratégias de "ensino remoto" que se disseminaram e se tornaram permanentes. Esse contexto implicou em formas ainda mais precarizadas e problemáticas de EaD, especialmente por parte do setor privado, ignorando desigualdades estruturais, como a falta de acesso à internet banda larga e a computadores por grande parte da população, especialmente em áreas rurais ou periferias.

A política incorpora a figura de "mediador pedagógico" e determina que cada unidade curricular tenha, no mínimo, uma avaliação presencial com peso ampliado, mesmo nos cursos ofertados em EaD. As implicações dessas normativas são graves: aprofundamento da privatização, precarização e disseminação da lógica plataformizada, que atinge não apenas a EaD, mas todo o trabalho docente, propiciando ainda mais o desvio de recursos públicos para as grandes corporações tecnológicas, ao contrário do discurso de moralização adotado pelo governo.

A imposição dessa modalidade não assegura isonomia ou igualdade de acesso e não se traduz em inclusão social, sendo que grupos mais vulneráveis, como mulheres, negras(os), indígenas e quilombolas, são os mais prejudicados, agravando a retirada de direitos sociais e o desmonte dos serviços públicos.

A política fragmenta de maneira intensa o trabalho docente ao multiplicar funções — coordenação, professoras(es) regentes, professoras(es) conteudistas —, e ao submeter o trabalho a mediadoras(es) pedagógicas(os) e tutoras(es), que também assumem tarefas administrativas, reforçando a precarização das condições de trabalho e aprofundando a hierarquização entre cursos. Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, por exemplo, permanecem majoritariamente presenciais (mínimo de 70% da carga horária), enquanto as Licenciaturas são liberadas para oferta massiva em EaD. Apesar das propostas do governo com o discurso de trazer seriedade aos cursos em EaD, tal flexibilização é interpretada como parte de um pacote mais amplo de políticas regressivas voltadas à desvalorização e ao aligeiramento da formação docente.

A situação é alarmante: grande número de cursos de Licenciaturas já são ofertados no país na modalidade EaD (68,5% dos cursos de Licenciatura em EaD - INEP, outubro de 2024), com uma realidade de evasão próxima de 60%. Ainda assim, o governo insiste na expansão desse modelo, direcionando recursos públicos e estimulando a adesão das IES, frequentemente via Universidade Aberta do Brasil (UAB), chegando, inclusive, à realização de concursos específicos para atuação na EaD. Pela primeira vez, em 2024, o número de matrículas no Ensino à Distância superou o presencial no Brasil, com 50,7% dos mais de 10 milhões de estudantes de graduação matriculadas(os) em EaD, segundo o Censo da Educação Superior do INEP. A criação de polos e parcerias público-privadas ampliam a lógica privatista de controle avaliativo e de mercantilização da educação. Uma realidade que se espraia cada vez mais pela educação pública.

UNIFICAR A LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

A realidade da desagregação do tecido social manifestada, entre outros aspectos, pelo aumento preocupante da violência na sociedade brasileira, tem se tornado cada vez mais cotidiana no interior das instituições de ensino, inclusive nas que atuam na educação superior. Temos acompanhado com horror, indignação e tristeza as graves situações violentas e brutais que assolam essas instituições.

Na última década, o discurso de ódio orquestrado pela extrema direita tem potencializado ataques às instituições de ensino. Desde o ataque à Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano, em 2001, até 2024, houve 42 ataques de violência extrema em escolas do Brasil. Esse é um fenômeno grave e que evidencia uma das mais graves violências contra as escolas. Depois da pandemia, as IEs também têm sofrido constantes ataques; invasão de aulas virtualmente; feminicídio de estudantes; ataques a professoras(es), entre outros.

Não se trata de incidentes isolados, mas de uma crise estrutural que se revela em assassinatos praticados por estudantes contra colegas e trabalhadoras(es) das escolas e na morte de professoras(es) em pleno exercício do trabalho. No ensino superior, a situação é igualmente alarmante, com a presença de ataques promovidos pela extrema direita e grupos fascistas (como nos casos da UnB, USP e do CEFET-MG). A diretoria do ANDES-SN tem registrado e denunciado estas violências nas Universidades.

A violência no ambiente educacional brasileiro tem se agravado, especialmente na educação básica. Houve um crescimento significativo entre 2019 e 2022 da violência nas escolas e contra as escolas, inclusive com o uso de armas de fogo. Dados do MEC e do Ministério dos Direitos Humanos publicados em 2024, do Atlas da Violência (2024) e do IBGE indicam que durante o Governo de extrema direita a violência no espaço escolar aumentou 40,5%, em 30 anos esses números triplicaram. Segundo registros do Sistema Único de Saúde (SUS), divulgados pela imprensa, o número de vítimas de violência interpessoal em escolas cresceu 254% entre 2013 e 2023, passando de 3,7 mil para 13,1 mil casos notificados; sendo que aproximadamente 11% de estudantes, o equivalente a 6,7 milhões de crianças e adolescentes, relatam ter sofrido algum tipo de violência escolar no último ano.

O ensino superior público também enfrenta desafios severos relacionados à violência, muitas vezes invisibilizados, em decorrência de todo o discurso de ódio que vem sendo veiculado contra as universidades. Pesquisas indicam que 81% das(os) estudantes nas universidades, que presenciaram ou sofreram violência, não formalizaram denúncias, refletindo barreiras institucionais e sociais à denúncia e à responsabilização de agressores. Este dado revela que a violência no ambiente universitário é mais frequente do que os registros oficiais sugerem, e que há uma cultura de silêncio e subnotificação que dificulta a elaboração de políticas eficazes de prevenção e enfrentamento.

A violência contra educadores e educadoras também é ampla. De acordo com pesquisa do Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE/UFF), nove em cada dez docentes afirmam ter sido alvo ou testemunha de violência, incluindo censura, assédio e intimidação. Esses dados demonstram que tanto escolas quanto universidades públicas enfrentam um contexto permanente de insegurança que compromete o direito à educação e à integridade das comunidades acadêmicas.

Esta realidade tem sido objeto de proposição de projetos de leis que tramitam no Congresso Nacional. A resposta dos setores conservadores à escalada de violência nas escolas tem sido a militarização, abordagem que o ANDES-SN tem repudiado e caracterizado como uma das tantas situações que desviam o foco dos reais desafios estruturais da educação.

A militarização das escolas representa uma das expressões mais evidentes do projeto neoconservador e do capital para a educação, buscando impor uma lógica de disciplina, hierarquia e controle que é intrinsecamente violenta e contrária à formação humana crítica. Essa política educacional, que se alinha a propostas regressivas como a "Escola sem Partido", desvirtua o papel social da escola como espaço de pluralidade e gestão democrática, promovendo um retrocesso civilizatório e pedagógico. No plano jurídico, a inconstitucionalidade do modelo está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), como as ADIs 7.662, 7.675 e 7.809, que apontam o desvio de função por militares, a violação da gestão democrática e a disparidade de investimentos em detrimento das demais escolas da rede. É preciso enfrentar e denunciar os desdobramentos dessas ações de militarização das Escolas!

DISPUTAR AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM DEFESA DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Por meio da ação da Assessoria Parlamentar do ANDES-SN, acompanhamos o número considerável de proposições em tramitação ou já aprovadas no Congresso Nacional e no STF que demandaram e continuam demandando a análise crítica e de luta pelas entidades representativas de trabalhadoras(es) da educação, considerando a incidência direta destas políticas sobre nossas condições de trabalho, carreira e financiamento da educação pública em todos os seus níveis e modalidades.

Dentre as mais recentes, destacamos: a) licença remunerada para qualificação docente por professoras(es) da educação básica, b) transparência na execução do FUNDEB por meio de relatórios anuais dos gestores, para garantia de transporte escolar, alimentação e acesso à água potável nas escolas; c) acúmulo de cargos e regulamentações complementares/permissão ampliada de acumulação de funções; d) decisão do STF reconhecendo que recreios e intervalos integram a jornada docente e devem ser remunerados; e) proposta de Educação Familiar; f) Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições - atenção especial à prevenção e combate à violência contra crianças e adolescentes; notificação e registro de casos de violência contra crianças e adolescentes em âmbito escolar, envolvendo profissionais da educação; permissão do uso dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica; correção anual das bolsas de estudo da Capes e do CNPq; inclusão social de ex-estudantes do FIES e PROUNI com isenção de taxas para inscrição em concursos públicos; criação de novos cargos nas universidades federais.

Destacamos, também, que é fundamental que o GTPE se debruce sobre situações recentes que impactam a Rede Federal de Educação, como: a) o acompanhamento dos processos de transformação dos CEFET MG e RJ em universidades tecnológicas, em especial seus impactos sobre o Ensino Médio Integrado (EMI); b) a análise do PL 5.013/2024, que visa incluir os Colégios de Aplicação na Rede Federal de Educação.

Ademais, outro campo em que o ANDES-SN deve continuar atuando e ampliando suas ações é o da consolidação de uma política de inclusão das pessoas com deficiência fundamentada numa perspectiva anticapacitista. Nesse contexto, torna-se imperativo o acompanhamento e análise de diversas iniciativas parlamentares, como é o caso da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Decretos 12.773/2025 e 12.686/2025), e de outras leis e políticas públicas como a proposta de redução de jornada de trabalho de servidoras(es) públicas(os) (federais, estaduais, distrital e municipais) que são mães, pais ou responsáveis legais de pessoa com deficiência; a Lei Nº 12.256/2025 que incentiva a realização da investigação diagnóstica do transtorno do espectro autista em pessoas adultas e idosas; no campo da educação, o PL 4.622/25 que propõe criar normas gerais sobre a valorização remuneratória de professoras(es) do magistério da Educação Básica que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, como professoras(es) de apoio/mediadoras(es) ou funções correlatas de inclusão de estudantes com deficiência; e também o PL 1.392/25, que altera a Lei 14.113 de 25/12/2020, que trata da Inclusão de Equipes Multiprofissionais no FUNDEB, visando alterar a remuneração de profissionais que atendem pessoas com espectro autista e com doenças raras.

Esse cenário exige a atuação coordenada do ANDES-SN com as entidades da educação para assegurar que mudanças normativas reforcem, e não fragilizem, o projeto de educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada que defendemos. Nesse sentido, precisamos organizar o levantamento,

via assessoria parlamentar do ANDES-SN, do conjunto dessas iniciativas para compôr um dossiê que sirva de subsídio para a formulação de ações conjuntas.

A URGENTE NECESSIDADE DE UM AMPLO MOVIMENTO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A partir da configuração do quadro educacional que se estabelece em direção contrária ao projeto histórico que o ANDES-SN defende, compreendemos a necessidade de reforçarmos nossas articulações com o conjunto das entidades que organizam as trabalhadoras e os trabalhadores que atuam no setor e com as demais entidades que reivindicam a defesa da educação pública. Nessa direção, retomamos as reuniões, em formato híbrido, com a Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública - CONEDEP. A primeira reunião ocorreu em 3 de setembro de 2025, e contou com as entidades presentes: ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, UBES, CSP-CONLUTAS, UNEe FENET. A segunda reunião ocorreu no dia 1º de outubro de 2025 com a presença do ANDES-SN, do MUP, da UNE, da UBES, da FASUBRA e da FENET. A pauta tratada foi a retomada da organização de uma Plenária Nacional de Educação, antecedida por Plenárias Estaduais. As entidades que estiveram presente relataram dificuldades em definir posições, devido à extensa agenda de mobilização para organizar as várias lutas impostas pelos sucessivos ataques à categoria docente, à educação pública, à classe trabalhadora em geral e ao processo democrático.

Após a primeira reunião, as representações ficaram com a incumbência de consultar suas direções para, em uma nova reunião, fechar indicações de prazos, temáticas e questões infraestruturais para a realização da Plenária Nacional. Entretanto, na segunda reunião, houve diminuição da participação e, novamente, a informação pelas pessoas presentes da impossibilidade de fechar um posicionamento em relação à pauta indicada, em virtude da continuidade das dificuldades de reunir as direções. O ANDES-SN continua a envidar esforços para a realização de novas reuniões e para a realização da Plenária Nacional da Educação.

Se, por um lado, precisamos compreender as dificuldades dessa rearticulação, por outro precisamos nos esforçar para encontrar formas de superação dessa situação. Nesse sentido, devemos continuar insistindo junto à CONEDEP sobre a necessidade de nos reunirmos para a definição de uma Plenária Nacional da Educação, buscando ampliar nossa articulação com outras entidades que organizam a luta em defesa da educação pública, diante da conjuntura e enfrentamentos que se acirrarão e nos desafiarão neste ano de 2026. Devemos continuar a fortalecer o Seminário Estado e Educação como espaço estratégico do ANDES-SN para a formulação de políticas sindicais e educacionais, a confrontar as políticas de destruição da educação pública, para além das nossas atuações junto à CONEDEP, a debater a possibilidade de envolver outras entidades da educação pública na realização do IX Seminário Estado e Educação, que acontecerá no 1º semestre de 2027.

Para além dos esforços no âmbito nacional, seguimos com nossas articulações no campo internacional, conforme deliberações congressuais de darmos continuidade à construção dos Congressos Mundiais contra o Neoliberalismo na Educação. Dessa forma, estabelecemos um importante diálogo com outros sindicatos docentes como a Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE) e o Sindicato de Professores da UNAMI. O ANDES-SN participou da reunião de outubro de 2025, no México, que consolidou o planejamento do IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, definindo tema, eixos temáticos, calendário de reuniões e elegendo como tema central: "Por um futuro para a educação pública! Em defesa da Previdência Social, da carreira docente e da educação presencial". Na ocasião, foi estabelecido um calendário, que inclui reuniões preparatórias mensais entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026, culminando no pré-congresso na Cidade de Morelos e na realização do IV Congresso.

A estrutura programática do evento foi organizada em oito eixos temáticos que abordam desde a defesa da Previdência e fundos de pensões, Carreira docente, estabilidade e condições de trabalho, até a construção de um programa para uma educação emancipadora e uma pedagogia libertária. Além disso, o congresso constituirá importante espaço para mapear as lutas do magistério no mundo e para fomentar um movimento contra-hegemônico que busca romper com a internacionalização do projeto do capital na educação, combatendo a precarização e a mercantilização do ensino. O ANDES-SN, como membro da comissão organizadora, irá acompanhar e construir, com os demais sindicatos docentes e movimentos sociais de várias partes do mundo, essa relevante atividade política que tem se consolidado com um

espaço de fundamental importância para a nossa inserção nas lutas internacionais de educadoras(es) contra o projeto destrutivo do capital para a educação pública.

RESOLUÇÕES DO 68 CONAD DO ANDES-SN

IV – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN produza análises referentes às emendas apresentadas ao PL 2.614/2024, com o objetivo de confrontar o seu conteúdo ao PNE da Sociedade Brasileira, e às resoluções aprovadas nos espaços deliberativos do ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN continue participando das audiências públicas e debates relacionados ao PL 2614/2024 defendendo o PNE da Sociedade Brasileira e suas formulações históricas relacionadas ao tema, e às resoluções aprovadas nos espaços deliberativos do ANDES-SN.
3. Que o ANDES-SN lute pela revogação da Portaria MEC nº 96, de 11 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a aplicação da Prova Nacional Docente - PND, no âmbito do Programa Mais Professores para o Brasil e do ENADE das Licenciaturas.
4. Que o ANDES-SN produza análises sobre as Portarias MEC nº 315/2025 e nº 359/2025, que versam sobre a "Matriz de Referência do componente de Formação Geral Docente, no âmbito do ENADE das Licenciaturas e da PND, a partir da edição 2025" e sobre as "diretrizes e regulamentos referentes ao ENADE", respectivamente, para subsidiar a atuação das seções sindicais nas lutas pela revogação do ENADE das Licenciaturas e da PND.
5. Que o ANDES-SN produza análises do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, sobre o Novo Marco Regulatório da EaD, de forma a fundamentar a luta contra a privatização e a precarização da educação, especialmente, promovida por meio da plataformização.
6. Que o ANDES-SN lute contra políticas complementares ao NEM, a exemplo dos Parâmetros Nacionais para a Oferta de Itinerários Formativos de Aprofundamento no Ensino Médio, Resolução CNE/CEB nº 4, de 12 de maio de 2025.
7. Que o ANDES-SN analise e produza material sobre o impacto das emendas parlamentares no orçamento das universidades públicas.
8. Com o advento do Decreto 12.456/2025, que o ANDES-SN mobilize o GTPE para, já em sua primeira reunião pós-CONAD, discutir a normatização, acumulando sobre seus elementos essenciais para: 1. Atualizar a cartilha propondo formas de combater os novos mecanismos de normalização de atividades não presenciais no ensino presencial; 2. Mapear os impactos da normatização nas universidades, IFs e CEFETs, com o objetivo de denunciar a precarização no ensino, extensão e pesquisa.
9. Que o ANDES-SN paute no âmbito da CONEDEP que a Plenária da Educação prevista para este ano de 2025 tenha como tema central a construção de uma agenda de luta das entidades da educação e estímulo à construção de plenárias estaduais em torno da questão do orçamento público, a partir da bandeira histórica dos 10% do PIB para a educação pública e da construção de um PNE que atenda às necessidades educacionais da classe trabalhadora.
10. Atuar de forma articulada com as organizações científicas e outros movimentos sociais que já apresentaram emendas ao PNE em defesa da educação pública, sintonizadas com as deliberações do nosso sindicato, fortalecendo a luta pela aprovação.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN se paute nos princípios constitutivos do PNE da Sociedade Brasileira para defender as bases do novo PNE, incluindo a bandeira dos 10% do PIB para a educação pública e gratuita de forma imediata, que pressupõe a supressão do NAF.
2. Que o ANDES-SN não solicite ingresso no FNE.
3. Que o ANDES-SN lute pela revogação da Resolução CNE/CP 4/2024 no âmbito da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções, com as entidades nacionais do campo educacional, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores(as);

4. Que o ANDES-SN lute pela revogação do ENADE das Licenciaturas, buscando estabelecer unidade com as entidades nacionais do campo educacional, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores(as) nas licenciaturas.
5. Que o ANDES-SN construa uma Plenária Nacional da Educação em conjunto com as entidades da CONEDEP.
6. Que o ANDES-SN, em conjunto com as seções sindicais, estabeleça parceria com os sindicatos da educação básica na luta contra as diferentes formas de privatização das escolas.
6.1. Que o ANDES-SN, em conjunto com as seções sindicais, debata com a sociedade sobre os desmontes generalizados da concepção histórica de escola pública e o avanço da privatização, que torna cada vez mais o direito à educação uma mercadoria.
7. Que o ANDES-SN mantenha as lutas contra a militarização da educação pública brasileira, exigindo do MEC, dos governos estaduais, municipais e distrital, o posicionamento contrário a esse modelo, propondo a imediata desmilitarização das instituições existentes, e avançando na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater as escolas cívico-militares.
8. Que o ANDES-SN continue atuando na luta em defesa da educação, atuando e participando junto com outras entidades na luta contra os avanços de projetos conservadores e ataques à educação, promovendo a construção de estratégias e ações com as demais entidades para combater o avanço da mercadorização, da financeirização e do controle da educação que ocorrem no âmbito pedagógico, estrutural e institucional das escolas brasileiras.
9. Reafirmar o Fundeb como subvinculação de recursos para o financiamento da educação básica nas ações classificadas como manutenção, desenvolvimento do ensino e valorização dos profissionais da educação pública, conforme a Constituição federal e a LDB, e lutar para que programas de assistência social e assistência estudantil, como o programa pé de meia, tenham recursos próprios no orçamento público.
10. Que o ANDES acompanhe o Novo Marco Regulatório do Ensino a Distância e reafirme sua luta contra a implantação da Educação a Distância junto às seções sindicais.
11. Realizar o VIII Seminário Estado e Educação no primeiro semestre de 2025.
11.1 Recomenda que o VIII Seminário Estado e Educação tenha como um dos temas Antropoceno, Currículo e Educação.
12. Continuar a lutar pela valorização docente, o que inclui formação, salário, carreira, contrapondo-se aos projetos governamentais que não atacam diretamente o problema da desvalorização, como o Programa Mais Professores para o Brasil (Decreto Nº 12.358/2025).

TR – 36

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN organize um painel, no 1º semestre de 2026, no âmbito da reunião do GTPE, em conjunto com os Setores e GT Verbas e Fundações, para discutir a questão orçamentária das IES e a proposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior, convidando FASUBRA, SINASEFE, ANDIFES, ABRUEM, CONIF, UNE e ANPG.

2. Que o ANDES-SN continue o processo de rearticulação da CONEDEP e faça reunião de avaliação deste, com as entidades participantes, no sentido de ampliar o número de entidades na CONEDEP e apontar alternativas de organização de espaço para a realização da Plenária Nacional da Educação em 2026, antecedida por encontros estaduais.

2.1. Que neste processo, o ANDES-SN defenda, junto à CONEDEP, uma ampla articulação com as entidades sindicais do campo da educação, entidades representativas do movimento estudantil e os movimentos sociais comprometidos com a defesa e luta pela educação pública, para a organização e a participação na Plenária.

2.2 Que o ANDES-SN organize um cronograma de diálogo com UNE, ANPG, ANPED, ANFOPE, FINEDUCA e outras entidades e movimentos sociais para a construção da agenda coletiva na defesa da educação pública!

3. Que o ANDES-SN continue produzindo material crítico às reformas curriculares de cunho neoliberal, como a Reforma do Ensino Médio, o PCN e a BNCC, denunciando o uso de vultosos recursos para a sua execução, bem como sua subsunção ao projeto de mercantilização da educação.

4. Que o ANDES-SN continue defendendo de forma intransigente a imediata aplicação de 10% do PIB na educação pública, com garantia de um financiamento público adequado e exclusivo para a educação pública de gestão pública, desvinculado de fundos e de condicionamento a metas de qualidade, combatendo os mecanismos de austeridade fiscal que comprometem o orçamento da educação.

5. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais realizem debates sobre nossos posicionamentos e participação no processo de criação da Política Nacional de Ensino Superior - PNEDS.

6. Que o ANDES-SN lute pelo aumento e planejamento de vagas docentes e para pessoal técnico-administrativo educacional em concursos efetivos, bem como por políticas que assegurem a permanência estudantil, vinculados à meta de 40% de taxa líquida de matrículas para expansão no ensino superior público

7. Que o ANDES-SN fortaleça a luta em defesa da valorização do trabalho docente, tendo por referência o PSPN, uma carreira estruturada com carga horária abrangendo tempo pedagógico extra-classe, vínculos estáveis por meio de concursos públicos e vedando a terceirização da atividade docente.

8. Que o ANDES-SN defenda o caráter deliberativo e a redefinição do CNE/CEE/CME como órgãos normativos do SNE, incluindo mecanismos efetivos de controle social.

9. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais continuem acompanhando as consequências do "novo" Marco Regulatório da EaD nas instituições, promovendo debates e ações políticas de enfrentamento, e deem continuidade às análises sobre EaD nas instituições de educação.

10. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais articulem com as demais entidades representativas do campo da educação pública a realização de um Dia Nacional de Luta pelo Enfrentamento à Violência nas instituições e contra a militarização das instituições de educação pública.

TEXTO 37

Contribuição da Diretoria da ADUFF/SSind e do GTPE da ADUFF/SSind

AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS LICENCIATURAS E AS LUTAS NECESSÁRIAS ANTE SUA IMPLEMENTAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A resolução CNE/CP n° 4/2024 estabeleceu novas diretrizes curriculares para as licenciaturas. A publicação desse documento reforça as contradições do governo Lula no que concerne à política educacional. De um lado, a resolução atende ao pleito imediato da Frente pela revogação das BNC - Formação, que era a revogação das resoluções CNE/CP Nº 02/2019 (BNC-Formação) e CNE/CP Nº 01/2020, elaboradas no governo Bolsonaro. De outro, frustrou o sentido principal da demanda da Frente, que era a retomada da Resolução CNE/CP 02/2015. Diferente das resoluções de 2019, 2020 e 2024, o documento publicado em 2015 havia sido fruto de um amplo debate popular.

No 67º CONAD, o ANDES-SN aprovou uma resolução que determinou a luta pela revogação da Resolução CNE/CP 4/2024. Como avaliado na reunião do GTPE realizada em 28 e 29 de setembro, a resolução "está pautada pela **matriz das competências e habilidades para formação de professores/as**, pragmatista, utilitária, sem articulação entre formação inicial, formação continuada e trabalho docente, esvaziada de uma visão crítica da educação e da sociedade". Em que pese a menção a autores do campo crítico e a reiterada defesa da articulação entre teoria e prática, na realidade o currículo apresentado pela resolução repete o "**modelo de formação baseado na BNCC".**

Os dois últimos anos foram, portanto, de luta pela revogação da Resolução CNE/CP 4/2024. Apesar da atuação do ANDES-SN, da ANPEd e de diversos outros atores políticos, o Ministério da Educação permaneceu inerte. O MEC do governo Lula 3, comandado por Camilo Santana, cumpre o papel de implementar as políticas educacionais defendidas pelos grupos empresariais, seja diretamente, seja via seus institutos e fundações. Com isso, segue vigente o prazo estabelecido no Parecer CNE/CP nº 5/2025 para que as novas diretrizes sejam implementadas até 1° de julho de 2026.

Dessa maneira, ao longo de 2025, colegas de diferentes seções sindicais relataram, em reuniões do GTPE, que se sentiam num lugar contraditório. Por um lado, enquanto parte do sindicato nacional, faziam a luta contra a resolução do governo Lula. Por outro lado, enquanto docentes, coordenadoras de curso, membros de NDEs e/ou de colegiados de curso, viam-se incumbidas da responsabilidade institucional de implementar as novas diretrizes curriculares para as licenciaturas.

Na UFF, a Pró-Reitoria de Graduação estabeleceu novembro de 2025 como o prazo final para aprovação da nova base comum curricular das licenciaturas da Universidade, atendendo à resolução, sem questionamentos quanto à pertinência de sua implementação. Com isso, foi posta em marcha a discussão acelerada de uma nova base curricular.

Como forma de resistência interna, a Faculdade de Educação iniciou uma série de debates no sentido de construir uma proposta que pudesse atender à resolução, mas mitigar seus principais problemas. A FEUFF também buscou soluções pedagógicas para o que corria o risco de ser mera adaptação administrativa. A discussão foi ampliada no Colegiado Geral das Licenciaturas, que repensou a proposta a partir da realidade de cada curso e, sobretudo, de cada campus.

A primeira medida aprovada com base nessa construção foi a criação da disciplina "Introdução à Docência", de 20h, no formato de seminários com profissionais da educação básica. Essa disciplina visa cumprir o disposto na resolução, que impõe o estágio no primeiro período da graduação. Nesse sentido, termina por eliminar o problema de direcionar às escolas milhares de estudantes recém ingressos na universidade, o que poderia acabar por sobrecarregar as escolas, por um lado, e por outro sobrecarregar os/as docentes responsáveis pela supervisão do estágio, com a criação de dezenas de novas turmas. Ao fim e a cabo, essa disciplina pode ser uma boa introdução do/a estudante à lógica do trabalho docente.

Em segundo lugar, o documento elaborado na UFF não atende de imediato ao dispositivo contido na resolução de implementação da extensão obrigatoriamente nas instituições de ensino básico. Como a extensão é regida por regulação específica na Universidade, a opção foi por não mexer naquele texto. A avaliação dos/as docentes é de que seria impossível cumprir essa disposição, por falta de capacidade de recepção dos/as estudantes nas escolas e também por dificuldade de organização de sua inserção por parte da Universidade.

Em terceiro lugar, a Faculdade de Educação construiu uma proposta para atender aos cursos de licenciatura de Niterói no que concerne à ampliação da carga horária de formação geral básica. Na UFF, essa carga horária era composta pelas seguintes disciplinas no currículo anterior: Didática (60h), Organização da Educação no Brasil (60h), Psicologia da Educação (60h), Libras I (30h) e uma disciplina optativa de formação pedagógica (30h). A proposta mantém as quatro disciplinas básicas, acrescentando mais três, além de outras disciplinas optativas ou obrigatórias para cumprir a carga horária do Núcleo I.

Com isso, três novas disciplinas se tornarão obrigatórias nas licenciaturas da UFF: Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Especial Inclusiva e Educação de Jovens e Adultos. No caso de Niterói, as três têm carga horária de 60h e as duas primeiras são obrigatórias para todas as licenciaturas. Nos demais campi, é obrigatória pelo menos uma dessas disciplinas, com carga horária de 30h.

Essas disciplinas foram defendidas por movimentos internos à UFF e também por mobilizações nacionais, e expressam demandas urgentes da realidade enfrentada pelos professores e pelas professoras

das instituições básicas de ensino. Além disso, essas disciplinas contribuem para instituir na prática políticas educacionais antirracistas, inclusivas e democratizantes que em muitos aspectos constam apenas na letra da lei.

Todavia, a mudança curricular enfrenta desafios quando se consideram as condições de trabalho necessárias para sua efetivação. A ampliação da carga horária de formação geral básica se fará, na UFF, por meio do sobretrabalho docente. O compromisso político com a introdução dessas disciplinas fará com que colegas assumam os custos da implementação das novas diretrizes, com ampliação de oferta de vagas e turmas. Além desse impacto individualizado, haverá também um impacto estrutural nos departamentos, dada a necessidade de distribuição das disciplinas. Assim, intensifica-se o trabalho docente sem a realização de concursos.

As dificuldades da implementação pelo sobretrabalho se expressam também na impossibilidade de tornar obrigatórias as três disciplinas em todos os campi da UFF. Além disso, outras disciplinas defendidas nesse processo, como Gêneros, Sexualidades e Educação, sequer contam com professor concursado específico, o que inviabilizou a construção de sua obrigatoriedade - em que pese a pertinência da temática em meio ao cenário de violência de gênero e de feminicídio nas instituições de ensino.

Nesse sentido, a ADUFF defende que a instituição da obrigatoriedade dessas três disciplinas é um avanço do ponto de vista pedagógico e político. Por isso, defendemos também que o ANDES-SN se insira nas mobilizações nacionais pela implementação obrigatória dessas disciplinas no currículo das licenciaturas.

Da mesma maneira, a ADUFF entende que é incontornável para a implementação da nova base curricular das licenciaturas a abertura de novos concursos docentes. Essa luta tem sido empreendida pela seção sindical na cobrança face à reitoria, mas é necessário que o Sindicato Nacional faça essa luta junto ao MEC.

TR – 37

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN faça um levantamento sobre a implementação das mudanças curriculares nas licenciaturas decorrentes da resolução CNE/CP 4/2024;

2. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais defendam a obrigatoriedade das disciplinas Educação de Jovens e Adultos, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Especial Inclusiva nas licenciaturas.

3. Que o ANDES-SN demande ao MEC a abertura de novas vagas para a implementação das novas diretrizes curriculares para as licenciaturas.

TEXTO 38

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

POR UM SISTEMA ÚNICO DE EDUCAÇÃO PÚBLICO, GRATUITO, LAICO, PRESENCIAL, AUTÔNOMO, VINCULADO À PRODUÇÃO SOCIAL E SOB O CONTROLE DOS QUE ESTUDAM E TRABALHAM

TEXTO DE APOIO

No dia 31 de outubro de 2025, o presidente Lula sancionou a Lei Complementar 220/2025 que instituiu o Sistema Nacional de Educação (SNE), chamado de "SUS da Educação", com a promessa de integrar municípios, estados e União em prol de combater as desigualdades educacionais, fortalecer a participação social e a gestão democrática. O feito foi apresentado como uma conquista histórica, na medida em que um Sistema Nacional de Educação foi demandado pelo menos desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, previsto na Constituição Federal de 1988 e no Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, para assegurar o cumprimento de suas metas e estratégias a partir de 2016.

Alimenta-se a ilusão de que sob o capitalismo em decomposição, por meio de legislações como a do SNE ou dos PNEs será possível resolver as tarefas democráticas pendentes em torno do direito à educação. O fato é que, como fenômeno superestrutural, o apodrecimento do sistema capitalista, a educação também sofre um processo de decomposição, como se vê no esvaziamento do processo de transmissão e expansão dos conhecimentos conquistados pela humanidade de uma geração a outra, fechamento de escolas e salas de aulas, avanço do obscurantismo e militarização. Diante da tendência de que a maior parte da juventude não seja aproveitada produtivamente como força de trabalho, avança a barbárie social com suas chacinas periódicas. A juventude trabalhadora vai sendo progressivamente expulsa do ambiente escolar com as metas de ampliação do ensino em tempo integral e a destruição do ensino noturno. Ao mesmo tempo, a educação vai sendo moldada ao objetivo de abrir novos campos de valorização do capital, por meio da privatização, seja por meio de expansão da rede privada com base em incentivos estatais, como por meio da plataformização, apostilas, ensino a distância e até mesmo leilões da gestão das escolas públicas, a exemplo da política do direitista Tarcísio de Freitas, em São Paulo, financiada pelo BNDES do governo Lula.

O PNE aprovado na Câmara e remetido para a apreciação do Senado amplia o estímulo à privatização em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior, amparado nos investimentos públicos, parcerias público-privadas, modalidades de isenções de impostos em troca de bolsas e financiamento estudantil e recursos públicos para bolsas em instituições privadas. Em consonância com a proposta de contrarreforma administrativa, elimina-se a possibilidade de eleição de diretores de escola, restringindo a seleção de "gestores" por critérios meritocráticos. A promessa de ampliar o investimento público em educação em 7,5 % do Produto Interno Bruto (PIB) até o sétimo ano de vigência do PNE, e 10% do PIB até o final do decênio tem baixas probabilidades de se efetivar diante das políticas fiscalistas.

O PNE 2014-2024 foi prorrogado até 2025 e, sem nenhuma consequência, os governos seguem descumprindo as metas progressistas como a de universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos ou valorização dos profissionais da educação. O piso salarial do magistério segue sob ataque dos governos e judiciário e a maioria dos professores das redes estaduais de ensino vivencia a instabilidade dos contratos temporários e precários.

Apesar das discussões em torno do SNE ou dos PNEs mobilizarem as direções reformistas e despertarem muitas ilusões, a experiência histórica mostra que o terreno institucional não é a via para se enfrentar os graves problemas educacionais do Brasil, ancorados em nossa formação social, com suas desigualdades raciais e regionais. As legislações em questão, assim como a Constituição Federal de

1988, se estruturam sobre a base da coexistência do sistema público e privado, que leva à expansão crescente do privado, atendendo ao interesse de oligopólios educacionais entrelaçados com o capital financeiro.

É preciso debater, portanto, como conseguiremos resolver tarefas democráticas elementares como o fim do analfabetismo. Cerca de 9,1 milhões de brasileiros são analfabetos, totalizando 5,3% da população acima de 15 anos (IBGE/2024) e 29% dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade são analfabetos funcionais e não conseguem compreender textos ou operações matemáticas simples (INAF/2024).

O sistema educacional no Brasil permanece excludente. Apenas 56% das pessoas acima de 25 anos concluem o ensino médio e somente 20% concluem o ensino superior. Os principais motivos do abandono da escola ainda são a necessidade de trabalhar, sendo que entre as mulheres, a gravidez comparece como o segundo motivo. O percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham alcança 18,5%, totalizando 48 milhões de pessoas. A destruição da educação está conectada com a destruição da própria força de trabalho e a juventude tem sentido na carne esse fenômeno, seja por meio do extermínio físico em meio às disputas entre facções e violência policial, ou por meio de outras formas de mutilação com dados alarmantes de adoecimento psíquico e esvaziamento do processo educacional, acentuado com a implementação do Novo Ensino Médio. A contrarreforma educacional imposta pela ditadura civil de Michel Temer foi implementada (com modificações cosméticas) pelo governo Lula/Alckmin, que se apoiou no controle das organizações estudantis e do magistério para desmontar o movimento de resistência que se ergueu no início do seu mandato.

No Ensino Superior, as mudanças legais desde o governo FHC, e impulsionada pelos governos do PT deram vazão ao processo de desnacionalização, mercantilização e monopolização do ensino superior. O percentual de matrículas privadas segue em expansão, saltou de 74,43% em 2010 para 79,25% em 2024. O percentual de instituições privadas permanece na faixa dos 88%. Mais um sintoma de decomposição é o avanço do ensino a distância, além das várias modalidades de hibridização do ensino presencial, expressando adaptações à falta de orçamento, levando à precarização do trabalho docente e esvaziamento da formação em benefício de grandes monopólios educacionais e da área de tecnologia. Atualmente, as matrículas de cursos EaD já superaram as presenciais. Quando se observa os ingressantes, nota-se a dimensão do problema, na medida em que 66,8% dos que iniciaram seus estudos em nível superior em 2024 o fizeram em cursos a distância.

Apesar da falência histórica do programa reformista para o país e para a educação, as propostas reformistas continuam a ser levantadas. O projeto de educação do ANDES-SN, sistematizado no Caderno 2[43] e ancorado no PNE da Sociedade Brasileira expressa a permanência do programa reformista, com sua ilusão de enfrentar o ensino privado por meio de verbas públicas para a educação pública e maior orçamento para a educação. No Caderno 2, chega-se a defender a existência do ensino privado, desde que tenha um padrão unitário de qualidade controlado pelo Estado. O EaD também é tolerado, com algumas regras, como não se dar na formação inicial. As formulações originárias do projeto de educação do ANDES-SN de se propor a "desprivatizar" a educação, com bloqueio à abertura de novas vagas privadas, foram abandonadas. Os mesmos dirigentes sindicais que cantam "educação não é mercadoria" rechaçam as bandeiras de fim do ensino privado, revelando a política possibilista que se adapta aos limites impostos pela burguesia e seus governos sem nem ao menos se propor a tensioná-los.

As respostas da burguesia à crise econômica são de destruição das forças produtivas, que se encontram em choque com as relações de produção monopolistas e as fronteiras nacionais. Adaptar-se ao curso ditado pela burguesia implica em tentar reformar o que é irreformável, a tentar atenuar as contradições que empurram a humanidade para as guerras, o colapso ambiental, a fome e o desemprego. Não há como separar a desagregação da Educação desta base material.

Diante deste quadro, as burocracias sindicais canalizam o movimento para o governismo e eleitoralismo, priorizando o terreno jurídico-parlamentar e as ações voltadas às redes sociais.

O movimento docente tem pela frente a tarefa de fortalecer ações unitárias com demais trabalhadores e juventude em torno das reivindicações já aprovadas nos espaços deliberativos do ANDES pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização, dos

[43] Recomendamos a leitura do texto apresentado ao 43º Congresso do ANDES-SN intitulado "Crítica ao Caderno 2 do ANDES-SN: por uma defesa da educação pública com o programa de estatização da rede privada", disponível em: https://bit.ly/3PGhqRw e vídeo da formação realizada pela Corrente Proletária na Educação: youtube.com/watch?v=JatyQHsmaK8&feature=youtu.be

governos Temer e Bolsonaro; revogação do Novo Ensino Médio; ampliação do orçamento para a educação, saúde e outros serviços essenciais; fim da militarização das escolas; dentre outras.

Junto a estas bandeiras, defendemos as respostas programáticas à crise da educação. Em oposição ao privatista Sistema Nacional de Educação, defendamos um Sistema Único de Educação público, gratuito, laico, universal, vinculado à produção social (que una teoria e prática) e sob controle dos que estudam e trabalham. Precisamos combater o avanço da plataformização, com o reforço do EaD que ampliam a separação entre teoria e prática, ampliando o divórcio entre teoria e prática, na medida em que distancia ainda mais o sujeito do objeto do conhecimento. Uma saída progressista para a crise depende de as massas conseguirem se unir em torno de suas reivindicações, inclusive referentes à educação, e recuperarem sua força coletiva. Para isso, precisam recorrer aos métodos de luta próprios dos explorados, que correspondem à ação direta das massas, ou seja, as greves, manifestações massivas, ocupações etc. As tarefas democráticas no plano da Educação não serão cumpridas pela burguesia e seu Estado, passaram, há muito, para as mãos da classe operária. A solução integral destas tarefas encontra-se condicionada pela capacidade das massas exploradas e oprimidas conduzirem, com independência de classe e por métodos próprios, a luta por suas reivindicações democráticas. Na fase imperialista do capitalismo, e na particularidade da formação social brasileira, essas reivindicações democrático-burguesas estão em choque com o modo de produção capitalista, o que faz com que a luta por elas se dê combinada ao programa de transformação socialista.

TR – 38

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Fim do ensino privado! Estatização, sem indenização, de toda a rede privada de educação. Por um sistema único, público, gratuito, laico e universal. Pelo fim de todo tipo de mercantilização do ensino. Fim do ensino a distância e expropriação das empresas que lucram com as plataformas e virtualização e hibridização da educação.

2. Fim imediato do vestibular. Nenhuma barreira para a juventude oprimida acessar ao ensino superior;

3. Por uma educação vinculada à produção social. Unir a teoria e prática. Aprendizado integrado no trabalho e na escola;

4. Emprego a toda a juventude, com todos os direitos e estabilidade garantidos e jornada compatível, combinando os estudos com o trabalho;

5. Creches para as mães estudantes, e moradia estudantil;

6. Pelo governo tripartite nas universidades. Que os estudantes, professores e trabalhadores elejam, por voto universal, seus representantes com mandatos revogáveis;

7. Por financiamento estatal integral da Educação pública conforme orçamento aprovado pelas assembleias gerais universitárias!

8. Pelo não pagamento da dívida pública;

9. Fim da terceirização com efetivação imediata dos terceirizados;

TEXTO 39

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi (Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).

PENSAR UMA UNIVERSIDADE POPULAR: CAMINHOS PARA UM PROJETO CLASSISTA PARA A EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

No apagar das luzes de 2025, recebemos a notícia de mais um corte no orçamento para o Ensino Superior brasileiro, na cifra dos quase 500 milhões de reais, operado pelo congresso mais conservador da história da república, que hoje executa em um nível nunca antes visto de gangsterismo contra a classe trabalhadora e contra a educação pública. Esse cenário, mais do que previsível, diante da frágil correlação de forças que o campo de esquerda enfrenta no congresso nacional, denota um agravamento do que hoje já é uma situação trágica para as universidades, Institutos Federais e CEFETs em todo o Brasil. O cenário se reproduz em cascata e/ou mimetiza o que já ocorre com os cortes sucessivos de recursos para as universidades estaduais, que hoje amargam, na sua grande maioria, pouco orçamento, corpo docente precarizado, e fragilizado pelos contratos temporários.

O cenário brevemente descrito acima é apenas um fotograma do longo filme de terror que têm sido os sucessivos ataques que a educação pública vem sofrendo na mão dos diversos governos neoliberais e conservadores, em nível municipal, estadual e federal. A disputa pela educação pela via do roubo do fundo público pelo capital se dá a céu aberto, com pouca ou nenhuma incidência robusta dos setores populares e sindicais organizados. É aí que está o campo de batalha fundamental do ANDES-SN, o maior sindicato docente do Ensino Superior da América Latina. O confronto existencial com a universidade que queremos, com a necessidade de um projeto de educação que tome a escola e a universidade como um espaço complexo de reprodução das relações sociais que está sob absoluto ataque da agenda do capital, do neofascismo e das ideologias que naturalizam a exploração e a opressão da classe trabalhadora.

A universidade atual, e a brasileira em especial, é, portanto, um campo de disputa - no qual a classe trabalhadora tem sofrido derrotas, mesmo com as resistências de estudantes e trabalhadores. Hoje a universidade é marcada por pequenas ilhas de excelência, com formação precarizada em massa. A

extensão é atividade marginal e, muitas vezes, assistencialista, e custa e se constituir como princípio fundante de uma concepção de educação. A universidade brasileira encontra-se no paradoxo da "autonomia" sob o capitalismo: amplia o acesso, forma setores profissionais, produz ciência e desenvolve novas tecnologias, mas mantém e aprofunda o domínio da sociabilidade burguesa e suas ideologias, sendo funcional para a reprodução da divisão social característica da vida e do trabalho no modo de produção capitalista. Não podemos perder de vista que todo esse processo é atravessado por contradições que se expressam nas iniciativas de grupos, coletivos, movimentos sociais, organizações de trabalhadores e estudantes que tensionam o dia a dia da academia e, de certa maneira, alimentam os resultados positivos e com impacto social e popular das instituições de ensino superior no Brasil.

A conjuntura educacional e os desafios enfrentados nos últimos anos

A derrota eleitoral de Bolsonaro a partir da eleição da chapa Lula-Alckmin foi impulsionada pela mobilização de amplos setores dos movimentos populares, sindicais e de juventude. Nesse processo, trabalhadores da educação e estudantes estiveram na linha de frente, organizando mobilizações e comitês que foram fundamentais para impedir um novo mandato da extrema direita no Brasil.

Durante a gestão de Bolsonaro, a educação vivenciou o aprofundamento de medidas privatizantes, cortes nos orçamentos e a intensificação de ataques conservadores a trabalhadores (as) e estudantes. O ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes tentou emplacar proposta de voucher na educação básica que tinha como objetivo a transferência de recursos públicos para o mercado educacional, retirando orçamento da manutenção da educação pública. Weintraub, que foi ministro de Bolsonaro de 2019 a 2020, mantinha uma narrativa diária de ataque às universidades, consideradas por ele como local de balbúrdia. Saiu do governo em 20 de junho de 2020 e logo em seguida assumiu o cargo de diretor executivo do Banco Mundial como um sinal de que os ataques ideológicos do ministro de Bolsonaro estavam alinhados aos interesses econômicos do capital mundial.

A pandemia da COVID-19 foi vista pelo governo nesse período como uma oportunidade de ampliação da EAD, com destaque para a proposta do Reuni Digital que pretendia acelerar os processos de plataformização da educação em articulação com as bigtechs. Tais medidas eram apresentadas como saídas para a crise orçamentária que o governo alimentava a partir de cortes nos recursos das IFES denominados de contingenciamentos. A lógica era ampliar a retirada de recursos públicos das políticas públicas mantendo o ritmo de estrangulamento da Emenda Constitucional 95, mecanismo de roubo da riqueza nacional para lógica financeira do capital.

No chão da luta concreta, a vivência de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da educação nesse período alimentou a necessidade de derrotar Bolsonaro nas urnas e produziu a expectativa que um novo governo Lula pudesse dar respostas para os problemas que se acumulavam.

Naquele momento já apontávamos que era necessário uma articulação dialética entre os esforços imediatos de mobilização para derrotar eleitoralmente Bolsonaro, ao mesmo tempo que a ação da classe trabalhadora deveria estar centrada na ocupação das ruas, com atos, greves e paralisações que teriam o papel de dar densidade a batalha eleitoral, fortalecer germes de instrumentos de unidade para enfrentar a lógica do capital em geral e avançar no projeto da classe trabalhadora para construção do poder popular.

O novo governo Lula-Alckmin, com Camilo Santana à frente do Ministério da Educação, indicava que a agenda dos empresários da educação teria prioridade diante das demandas populares. Com as consequências desastrosas da EC 95 para manutenção de direitos básicos da população, o governo envernizou a política de ajuste fiscal criando o chamado Novo Arcabouço Fiscal. Haddad à frente do Ministério da Economia, respaldado pela perspectiva de conciliação *sui generis* (prioridade para os ricos e manutenção contida de políticas sociais para os mais pobres) de Lula nos governos do Partido dos Trabalhadores, ajustaram a planilha do gasto do governo para dar mais racionalidade tecnicista a opção de privilegiar o sistema da dívida retirando dinheiro da saúde, educação, previdência, dentre outras área sociais.

Na visão da ANDIFES, em reportagem de dezembro de 2023, final do primeiro ano do governo Lula 3, "os recursos insuficientes repassados às universidades federais em 2023, somados à falta de repasses para acompanhar o essencial e justo aumento das bolsas de graduação e pós-graduação feito este ano pelo MEC e MCTI, colocaram as universidades em uma situação crítica no último trimestre do ano, à beira da insustentabilidade" (https://www.andifes.org.br/2023/12/15/99691/).

O panorama das universidades estaduais, municipais e distrital também tem sido crítico. A derrota de Bolsonaro acelerou a disposição de governos estaduais liderados pela extrema direita como em Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás em demonstrar apetite para cumprir a agenda neoliberal como pré-requisito para uma possível substituição em futuras candidaturas presidenciais. Romeu Zema a frente de Minas Gerais radicalizou essa posição ao anunciar em 2025 a venda do patrimônio da Universidade do Estado de Minas Gerais, impedido até agora pela aguerrida luta de trabalhadores e estudantes da universidade em articulação com demais movimentos sociais com forte protagonismo da ADUEMG, seção sindical do ANDES SN.

Mesmo governos liderados pela chamada centro esquerda, como o caso da Bahia de Jerônimo do PT, Piauí com Rafael Fonteles também do PT, João Azevêdo Lins Filho do PSB na Paraíba, foram exemplares no último período na aplicação das métricas neoliberais em que a conta pela manutenção dos interesses do capital recaí sobre a classe trabalhadora, como demonstraram as greves de docentes da UNEB, UESPI e UEPB. Tais mobilizações indicaram que os governos estão dispostos a atacar salários, condições de trabalho e carreira dos servidores para alimentar o "bom humor do mercado".

Nesse mesmo processo, vemos que a autonomia universitária e os orçamentos das universidades estaduais, municipais e distrital têm sido cada vez mais ameaçados pelos governos. Nesse sentido, dentre diversas lutas nos estados por essas pautas, a ADUEMG propôs uma emenda à constituição de Minas Gerais de modo a garantir orçamento público e autonomia universitária para as universidades estaduais de Minas Gerais, tanto a UEMG como a UNIMONTES. Essa é uma iniciativa que pode ser ampliada para outros estados através de uma ação articulada do ANDES-SN e suas seções sindicais.

Mesmo reconhecendo que no último período tivemos importantes manifestações da resistência contra os ataques da extrema direita à educação, bem como da lógica do capital em governo identificados como progressistas, compreendemos ser fundamental darmos um salto qualitativo na organização de luta do campo da educação.

Tanto em âmbito nacional, como em contexto regionais, estaduais e locais, a capacidade de ação articulada de trabalhadores da educação no último período apontou caminhos para fortalecer a agenda da classe trabalhadora para nossas escolas, universidades, institutos federais e demais espaços formativos da nossa classe. Ao mesmo tempo, novos desafios estão presentes, como a virtualização da vida cotidiana que traz os riscos do esvaziamento dos espaços de construção presenciais, tão fundamentais na história da defesa da educação pública e popular.

A riqueza das greves, mobilizações, atos, reivindicações e articulações que vivenciamos no último período devem superar o risco da dispersão para construir a unidade na diversidade. Tal objetivo só será alcançado a partir das rearticulações de espaços em que possamos nos ouvir, discutir e nos encontrar. É nesse sentido que reivindicamos as experiências dos Encontros Nacionais de Educação, bem como outros processos de unidade das lutas regionais, estaduais e locais. Nesse ano de 2025, a mobilização em torno do Plebiscto Popular contra escala 6x1 e a taxação dos super ricos produziu resultados importantes e pode ajudar a aglutinar esses lutadores e lutadoras para construção de uma pauta unitária na educação.

Entendemos que a retomada das reuniões da Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP) foram também importantes passos nessa direção e devem avançar conforme apontamento feito no **VIII Seminário Estado e Educação do ANDES-SN**, realizado nos dias 4 e 5 de abril de 2025, na Sede da ADUFU, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em que o **Grupo de Trabalho 2 – O Projeto de Educação para a Classe Trabalhadora: propostas em disputas –** indicou que a unidade da classe, passa também pela **"**articulação a partir da CONEDEP e do fortalecimento de fóruns populares para a construção do 4º ENE ou outros instrumentos de luta e mobilização" (Circular nº 450/2025).

Antes do último CONAD em Manaus, realizamos uma Plenária da Educação Federal em Brasília no dia 11 de junho de 2025 em que trabalhadores e estudantes apontaram os desafios das nossas IFES. Já no CONAD a categoria reforçou a necessidade de realizarmos uma Plenária Nacional da Educação em duas resoluções:

> *5. Que o ANDES-SN construa uma Plenária Nacional da Educação em conjunto com as entidades da CONEDEP.*

9. Que o ANDES-SN paute no âmbito da CONEDEP que a Plenária da Educação prevista para este ano de 2025 tenha como tema central a construção de uma agenda de luta das entidades da educação e estímulo à construção de plenárias estaduais em torno da questão do orçamento público, a partir da bandeira histórica dos 10% do PIB para a educação pública e da construção de um PNE que atenda às necessidades educacionais da classe trabalhadora.

O potencial dessas deliberações está em efetivar uma agenda que possibilite que trabalhadores da educação, estudantes e demais setores da nossa classe possam se encontrar para dialogar e construir a resistência e o fortalecimento de um projeto de educação popular da nossa classe. É nesse sentido que reforçamos a necessidade que o ANDES-SN envide esforços no âmbito da CONEDEP e em outros espaços de articulação nacional, regional e local para retomar a construção do IV Encontro Nacional de Educação. Nesse mesmo movimento, conforme apontado pelo Professor Demerval Saviani em atividade no GTPE, podemos estimular o fortalecimento de espaços unitários como "Fóruns em Defesa da Educação Pública em todos os níveis, incluindo movimentos populares e sindicatos das categorias" (Circular nº 550/2025). Um grande desafio é articular a luta popular e sindical na educação básica e no ensino superior. O ANDES-SN tem em sua base docentes que atuam na educação básica, técnica e tecnológica e superior, e a partir dos espaços de diálogos entre ANDES, SINASEFE e FASUBRA podemos ampliar e fortalecer a luta com os sindicatos da educação básica dos estados e municípios, bem como o movimento estudantil na UNE, UBES e FENET.

De modo conjunto, entendemos que o ANDES-SN tem acúmulo histórico e capacidade para fortalecer o debate sobre Universidade Popular como concepção classista da ação de nossa categoria nesses processos e como proposição estratégica com força de aglutinar amplos setores da nossa classe. No final de 2023, cumprindo decisão da categoria, o ANDES-SN por meio do GTPE realizou painel que abordou o tema da Universidade Popular.

Por que defendemos uma Universidade Popular?

A tradição revolucionária é um guia imprescindível para a necessária crítica aos limites da educação na sua forma burguesa. Muito da perspectiva que se desenvolveu no último século no campo da educação crítica tem como parte de sua concepção estruturante a máxima Leninista lançada aos jovens revolucionários de que "Não devemos tomar da velha escola o método que consistia em sobrecarregar a memória dos jovens com uma quantidade desmesurada de conhecimentos, inúteis em nove décimos e adulterados em um décimo". Diante de um cenário de avanço sem precedentes do capital sobre a educação pública, precisamos retomar o esforço de crítica dialética da universidade, para da crítica implacável à universidade que temos para chegarmos à construção da universidade que queremos.

Entendemos que um forte e amplo Movimento por uma Universidade e uma Escola Popular é central para pensar a universidade a partir de uma concepção que dispute a hegemonia colocando no centro as necessidades e interesses fundamentais da classe trabalhadora, em ruptura com a lógica de mercado, privatista, individualistas e fragmentária que domina nossos espaços de educação no atual estágio do desenvolvimento e da crise do modo de produção capitalista.

Ao retomarmos aquele debate feito pelo GTPE ao final de 2023, percebemos que é cada vez mais nítido que o capital avança para que as universidades, Institutos Federais e CEFETs respondam suas necessidades a partir de uma concepção de ensino, pesquisa e extensão pautada pela lógica individualista, mercantil e privatizante. Por certo, não são essas as palavras que aparecem nos textos das políticas para o ensino superior, nos planos de desenvolvimento institucional, nos projetos pedagógicos de curso, nas propostas de pesquisa e extensão. Os interesses do capital hoje aparecem na defesa de uma universidade pública, mas que os recursos do estado possam ser trocados pelo dinheiro das chamadas parcerias público-privadas. A gratuidade poderia ser mantida se a exclusão dos filhos e filhas da classe trabalhadora puder ser operada por ações de assistência e permanência estudantil que não sejam universais, mas focadas e limitadas "naqueles que mais precisam", ajustadas ao "bom uso"de um orçamento cada vez mais estrangulado. O capital defende uma universidade de qualidade que significa o atendimento midiático dos rankings, ou os projetos pagos por grandes empresas, como nos casos das mineradoras que usam as universidades para limpar a imagem de seus crimes ambientais. A qualidade

aqui nesse caso está permeada pelo espírito "inovador", pelo atendimento do "setor produtivo", conceitos chaves na ideologia dos empresários da educação.

A defesa histórica de nosso sindicato de 10% do PIB para educação pública, pauta central da elaboração do Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira, se atualiza nesse momento em que vemos mais uma vez o congresso dominado pela direita, com seus deputados ligados aos grandes empresários de negócios do campo e da cidade, e governo com sua pauta de ajuste neoliberal querendo desidratar as proposta elaboradas na última Conferência Nacional da Educação. Sabemos que o PNE é mais que um documento, pois expressa as disputas e interesses de classe que se materializam também no âmbito educacional. O ANDES-SN participou de audiências e debates sobre o PNE e devemos ampliar esse debate com toda a categoria e demais entidades da educação. Financiamento, salário dos trabalhadores da educação, carreira, assistência e permanência estudantil são questões que podem envolver espaços de articulação e luta que tem o potencial de criar ferramentas para a intervenção imediata da categoria no processo de discussão do novo PNE e também animar os debates de fundo que estão para além da política imediata.

É nesse momento em que essa disputa ganha contorno mais complexos que entendemos que a rica tradição da luta operária, dos movimentos sociais, da América Latina, das lutas anticoliniais, da pauta anticapitalista, antimachista, anti-LGBTfóbica, antirracista, anticapacitista e de muitas outras lutas populares se tornam fontes de um projeto de Universidade Popular para as Instituições de Ensino Superior no Brasil. Nosso sindicato é parte fundamental dessa tradição latino-americana de processos pautados pelo questionamento da universidade existente como o levante universitário de Cusco em 1909, passando pela Reforma de Córdoba em 1917, as experiências de Universidades Populares com o envolvimento do comunista José Carlos Mariátegui no Peru em 1921, e do movimento estudantil e operário em Cuba liderado pelo fundador do primeiro Partido Comunista na ilha caribenha, Julio Antonio Mella em 1923. Anos mais tarde, já sob a vitoria da classe trabalhadora em Cuba, em 1962 a Reforma Universitária na ilha socialista seria um dos pilares de uma das mais importantes experiências de construção de uma educação pautada pelos interesses da classe trabalhadora.

No Brasil, a Universidade Popular como projeto da classe trabalhadora reivindica a luta do povo negro para derrubar os obstáculos de políticas educacionais racistas que desde o Estado Colonial impediam a entrada da maioria da população nos bancos escolares e em seguida nos corredores universitários. São parte desse caminho os processos de auto organização de ações educativas do movimento operário no início do século XX, bem como a experiência da Universidade do Povo com envolvimento dos comunistas na década de 40 e 50 do século passado. As lutas estudantis e dos movimentos populares na década de 1960 por reformar a universidade e por alfabetizar trabalhadores da cidade e do campo também são pilares de um projeto de universidade popular. É parte desse fio de rebeldia e projeto de classe, a resistência contra a ditadura que alimentou a organização dos docentes das universidades que fundaram primeiro a ANDES e depois o ANDES-SN que teve papel fundamental nos debates educacionais da redemocratização no Brasil. Não podemos deixar de citar a auto organização dos trabalhadores sem terra que criou a Escola Nacional Florestan Fernandes, que em 2025 completou 20 anos, ainda a luta dos movimentos populares pelas cotas étnico-raciais, bem como diversas outras experiências educativas que se pautam pela demandas e necessidades históricas da classe trabalhadora por uma educação para além do capital.

Defendemos uma universidade que se coloque como ferramenta intelectual coletiva da classe trabalhadora para resolver seus problemas concretos, com o compromisso de socializar o conhecimento histórico acumulado pelo trabalho, a partir de uma perspectiva crítica que desvele as relações de poder, a exploração de classe, o racismo, o patriarcado, a LGBTfobia e a destruição ambiental inerentes ao capitalismo, a partir de esforços coletivos de investigação, diálogos de saberes, da indissociabilidade entre teoria e prática. Uma Universidade Popular e uma Escola Popular são aquelas que têm no acesso e permanência não a constituição de uma massa de indivíduos atomizados. Devemos lutar por um aumento pela garantia à universalidade no acesso associado a políticas de permanência robustas (moradia, alimentação, transporte, lazer, cultura, assistência psicológica etc.) de modo a superar a lógica excludente do vestibular. A Universidade Popular será popular porque será construída por e para sujeitos coletivos organizados que trazem suas lutas para dentro e transformam a instituição a partir delas. Será popular porque seu compromisso intelectual e prático estará com os reais interesses dessa classe.

No 15º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN em que discutimos e atualizamos diversos elementos de nossa concepção de carreira, a categoria deliberou por "atualizar o Capítulo III -

Plano de Carreira e Política de Capacitação Docente presente no caderno 2 - Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira - em consonância com as deliberações da categoria no 15º Conad extraordinário". Ao mesmo tempo, deliberou "indicar aos setores e GTs do sindicato que debatam a necessidade de atualização de demais itens do Caderno 2". Essa nos parece ser uma boa oportunidade para iniciarmos uma atualização do Caderno 2 que dentre outras questões pode avançar para dar corpo a defesa de uma Universidade Popular pelo ANDES-SN como proposta orientadora do nosso projeto de educação para as instituições de ensino superior brasileiras

A bandeira da Universidade Popular é patrimônio da classe trabalhadora e deve orientar os esforços da categoria docente e do nosso sindicato para resistir aos ataques do capital e fazer avançar um novo projeto de formação humana e de sociedade.

TR – 39

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN dê continuidade aos esforços de diálogo com as entidades da educação e demais movimentos sociais para realizar a Plenária Nacional da Educação, se possível ainda no primeiro semestre de 2026 como parte do processo de retomada das articulações para a construção do IV Encontro Nacional da Educação.

a) que as secretarias regionais e seções sindicais em articulação com demais entidades de luta pela educação realizem seminários, mesas de debates, plenárias e atividades em âmbito regional, estadual e local como ações preparatórias.

b) que o ANDES-SN proponha a incorporação de representações regionais e/ou estaduais nas reuniões da CONEDEP para enraizar e fortalecer a construção da Plenária Nacional e do processo do IV ENE.

c) que o ANDES SN produza materiais de comunicação para dar visibilidade a esse processo de articulação com os seguintes temas: pautas históricas de trabalhadores e estudantes para educação brasileira; a realização de ENEs anteriores e a divulgação das agendas unitárias de lutas.

d) Que o ANDES-SN paute no âmbito da CONEDEP que a Plenária da Educação tenha como tema central a construção de uma agenda de luta das entidades da educação e estímulo à construção de plenárias estaduais em torno da questão do orçamento público, a partir da bandeira histórica dos 10% do PIB para a educação pública e da construção de um PNE que atenda às necessidades educacionais da classe trabalhadora.

2. Que o ANDES-SN organize um painel em reunião conjunta dos Setores das IFES e das IEES/IMES/IDES sobre a necessidade de atualização da proposta do ANDES-SN para as Instituições de Ensino Superior contida no Caderno 2.

a) que nesse debate seja considerado os acúmulos do nosso sindicato sobre a concepção de Universidade Popular

b) que sejam incorporados os acúmulos referente às pautas anticapitalistas, antimachistas, antirracistas, antiLGBTfóbicas, anticapacitistas e sociomabientais.

b) que as seções sindicais acumulem sobre o tema em suas assembleias, grupos de trabalhos e atividades formativas da categoria

c) que as secretarias regionais abordem o tema nos encontros regionais

3. Que o ANDES-SN debata no setor da IEES/IMES/IDES, em diálogo com o GTPE, a construção de ações articuladas para a garantia da defesa de orçamento público e da autonomia universitária nas constituições de estados, com base nos princípios do Caderno 2.

4. Que o ANDES-SN publique uma edição da Revista Universidade e Sociedade tratando sobre o tema da Universidade Popular

TEXTO 40

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA PELO PAPEL DO ANDES-SN NO PROJETO DE EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA: O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2024-2034) E O AVANÇO DA EXTREMA-DIREITA

TEXTO DE APOIO

Articular uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e um Plano Nacional de Educação (PNE), com temporalidade definida de 10 anos, com ampla participação da sociedade, seja na elaboração, seja na avaliação, foi uma luta que vem de muito tempo.

Em diversos momentos da história do Brasil, observam-se movimentos de luta em defesa da educação pública, gratuita e obrigatória. Essas lutas se refletirão em todas as Constituições brasileiras, desde a de 1824, no Império. Infelizmente, sem eficácia. De todas as constituições, as discussões que mais se destacam são a da laicidade e a do financiamento.

A Constituição de 1988 resulta dessa luta secular, efetivando em seu texto esses dois elementos fundamentais - laicidade e financiamento público - para fazer avançar a educação pública, gratuita, laica, de qualidade social e com financiamento apontado em lei ordinária. Mas o texto constitucional não garantiu a prática social necessária. Por isso, é preciso continuar lutando pelo seu cumprimento na íntegra.

Foi nesse espírito que avançamos, e construímos o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, pela Lei 10.172/2001, que em razão da conjuntura, não teve muita eficácia na prática da educação brasileira. Ainda assim, o plano já trazia uma disputa de projetos muito evidente.

Em 2010, o Governo Federal desenvolveu diversas estratégias de participação popular, dentre elas, a Conferência Nacional de Educação, que promoveu debates em todo o país, culminando na elaboração de um projeto de educação para o povo brasileiro.

O projeto incomodou o poder político no Congresso Nacional, onde permaneceu por 3 anos, com quase 3000 emendas do Parlamento, tendo sido aprovado apenas em 2014, por meio da Lei 13.0005/2014, deixando um vácuo de 3 anos, o que já apontava que havia uma disputa que não era mais no campo personalíssimo, mas sim, ideológica. A direita brasileira começava a se insurgir mais uma vez.

A disputa ideológica culminou no impedimento da presidente Dilma Rousseff, por meio de um golpe que levou à consequente ascensão do vice, Michel Temer, à presidência da República, cuja primeira ação foi promover o desmonte do Fórum Nacional de Educação (FNE), importante espaço de representação da sociedade civil no debate sobre política Educacional. O Fórum, como todo espaço institucional, tem limitações. Ainda assim, constituiu-se como um espaço fundamental de articulação dos movimentos sociais da educação.

Foi justamente por isso que a intervenção e consequente esvaziamento do FNE mirou sobretudo nos movimentos sociais. Por isso, sua nova composição privilegiou organizações da iniciativa privada em detrimento aos movimentos sociais, populares e científicos. Desta forma, aqueles movimentos que não foram excluídos, mas que entendiam que o Fórum deveria representar a educação cidadã preconizada pela Constituição Federal, para todos, pública, gratuita, laica e de qualidade social, se retiraram da nova composição.

Entretanto, o Plano Nacional de Educação precisava ser efetivado, acompanhado e avaliado sistematicamente, conforme previsão na Lei 13.005/2014, para este, fim a sociedade civil, excluída do espaço institucional do FNE durante o governo Temer, se organizou e criou o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), em 2017.

O Fórum Nacional Popular de Educação envidou esforços para garantir a continuidade do debate amplo e democrático acerca da educação, realizando em 2018, a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE), em Belo Horizonte.

Mantido o procedimento antidemocrático com a eleição de Bolsonaro, que recrudesceu ainda mais a ausência de diálogo, ampliando a imposição de uma política educacional excludente, discriminatória, racista, machista, misógina, homofóbica, baseada no fundamentalismo religioso, o FNPE ampliou a sua base e promoveu encontros e debates permanentes nos espaços sociais e educacionais.

Em 2020, mais uma vez, as organizações sociais e populares, lideradas pelo FNPE, realizaram conferências municipais, intermunicipais, estaduais e nacional. A Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) aconteceu em Natal/RN, com ampla participação, oferecendo para a sociedade um projeto de educação voltada para a formação crítica, com base em conhecimentos científicos, com vistas à transformação da sociedade.

Com a eleição de Lula, em 2022, após o sombrio período golpista, acendeu-se a luz da esperança de retomada de um projeto de educação soberano, democrático e popular. A organização do Fórum Nacional de Educação foi retomada com representações do campo social, popular e científico e, durante o ano de 2023, foram realizadas as conferências municipais, intermunicipais e estaduais, com a convocação de uma Conferência Nacional de Educação Extraordinária para os dias 28, 29 e 30 de janeiro de 2024.

A derrota da extrema-direita na eleição de 2022 trouxe esperança, mas não significou uma imediata retomada do projeto democrático e popular. A ascensão da extrema direita ao governo do país deixou graves sequelas. Promoveu um levante de ideias nazifascistas que já se pensava superadas com os movimentos pós Segunda Guerra Mundial, mas que ressurgiram com muita força, evidenciando que não bastava eleger um governo de esquerda, sobretudo quando o parlamento tem ampla maioria entre defensores de ideias conservadoras e fundamentalistas centradas na oligarquia eurocêntrica, machista, eugenista, homofóbica, entre outras da mesma dimensão.

Nesta conjuntura de disputa de projetos de educação e sociedade, entendemos e defendemos a realização das conferências de educação desde a sua primeira versão em 2010 e assim nos mantivemos quando o governo golpista tentou de todas as formas implementar um projeto dual de educação,

educação para a elite e educação para a classe trabalhadora, como ficou evidente na Reforma do Ensino Médio.

Desde o Golpe de 2016 e a necessidade de criação do Fórum Nacional Popular de Educação, temos trazido para as instâncias de decisão do ANDES a necessidade de participação de nosso sindicato nacional no FNPE e, depois, no FNE. Entretanto, há uma grande resistência dos setores que compõem a direção em fazê-lo, sob diversas argumentações, que entendemos não se fazem necessárias neste texto.

Como consequência desse esforço, em 2023, no 41º Congresso do ANDES-SN realizado em Rio Branco/Acre, conseguimos enfim aprovar uma resolução congressual para que o ANDES-SN participasse do Fórum como convidado. Infelizmente, esta participação não se deu de forma preponderante, não houve mobilização para participação nas conferências locais e na conferência nacional, exceto, por iniciativa das ADs que entenderam que o nosso projeto de educação deve ser defendido em todos os espaços. Pois só assim faremos chegar aos mais longínquos lugares as nossas ideias de educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada, cuja defesa nunca foi tão necessária quanto agora, no contexto de aprovação do Plano Nacional de Educação 2024-2034.

Nesse processo de debate e aprovação do Plano Nacional de Educação, a direção do ANDES-SN silenciou quase trezentos mil docentes da educação superior, Colégios de Aplicação e EBTTs, cuja voz só não está totalmente apagada porque as ADs participam em seus respectivos estados, entendendo que a categoria não pode ficar de fora dessa disputa de projeto tão importante para a educação do país.

A citada direção, hegemonizada por um determinado segmento, ignorou todos os debates empreendidos pela CONAPE, pela retomada da CONAE em 2023, com a realização da Conferência Nacional de Educação Extraordinária (CONAEE), de 20 a 30 de janeiro de 2024, com o tema "Plano Nacional de Educação 2024-2034: Política de Estado para garantia da educação como direito humano com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável", após a discussão realizada em conferências regionais, estaduais e municipais.

Dessa Conferência, resultou o Documento com o mesmo tema supracitado, sistematizado pelo Ministério da Educação e entregue ao Congresso Nacional em junho de 2024, que foi apresentado como Projeto de Lei (PL) 2.614/2024, que estabelece o novo Plano Nacional de Educação brasileiro. Esse plano iniciou a sua tramitação em outubro de 2024, ano de término da vigência do PNE em vigor e que para que não houvesse um vácuo político e jurídico, foi prorrogado até dezembro de 2025.

Dentro da lógica da disputa ideológica premente, diversas organizações de movimento sociais e entidades científicas propuseram alterações no documento base que foram acolhidas por deputados federais e transformadas em emendas. O Projeto de Lei (PL) 2.614/2024 , recebeu 3.068 propostas de emendas de Deputadas/os Federais de 17 partidos, conforme dados disponíveis na página da Comissão Especial do PNE da Câmara dos Deputados em 21/05/2024.

Entidades como a Campanha em Defesa da Educação Pública, ANPAE, ANPED, dentre outras fizeram várias emendas. Importante frisar que a diretoria do ANDES SN assina também algumas das propostas, mas continua se eximindo de orientar as ADs na participação nos processos de construção dos planos de educação, como se esta fosse uma questão menor, o que é lamentável.

Especialmente porque o debate do PNE (2024-2034) foi marcado pelo avanço da extrema-direita, que elegeu a educação como uma das suas áreas prioritárias, promovendo a censura, o negacionismo, a perseguição, a precarização e o combate ao pensamento crítico.

A conjuntura atual e a que se avizinha em 2026 indica o recrudescimento da disputa ideológica que, em si, poderia ser saudável, não fosse o potencial destrutivo e ameaçador da extrema-direita brasileira. Por isso, a disputa vem sendo paulatinamente agressiva, doentia e perigosa, sobretudo para a classe trabalhadora, e em especial, no âmbito da educação pública, sobretudo nas universidades públicas eleitas por eles como inimiga pública principal.

Nosso sindicato Nacional não pode se calar diante do que se avizinha em 2026. Temos que nos organizar e compor a frente das organizações que defendem a educação pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada.

TR – 40

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Considerando o avanço da extrema-direita sobre o PNE, o ANDES-SN deve unir forças com as demais entidades do setor da educação e, formalmente, solicitar representação no Fórum Nacional de Educação;

2. A Diretoria do ANDES-SN deve orientar as Seções Sindicais e ADs a compor os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação;

3. A Diretoria do ANDES-SN deve produzir um balanço sobre o novo PNE e o avanço da extrema-direita.

TEXTO 41

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE MULTICAMPIA E FRONTEIRA

TEXTO DE APOIO

O processo de implementação de multicampia e fronteira se desenvolveu de formas díspares ao longo do país. Enquanto, o sistema de Institutos Federais nasce multicampi, em muitos casos através da transformação dos Cefets e Escolas Agrotécnicas, o fenômeno se manifesta de formas diferenciadas nas universidades estaduais e federais. Das 41 Universidades Públicas Estaduais, 24,4% foram criadas no século XXI[44], em geral a partir de estruturas multicampi, como UERGS, UESPI, UEA e UEG, dentre outras. A multicampia das universidades federais foi impulsionada a partir de 2006 com o Reuni, que ocasionou a multiplicação de campi fora de sede, em um movimento que, se por um lado permitiu a ampliação de vagas, por outro, resultou em processos de precarização das condições de trabalho e de vida dos e das docentes, problemas até hoje não equacionados. Nesse aspecto, os desdobramentos reiteram as críticas históricas do ANDES-SN ao REUNI de que a expansão se daria concomitantemente à precarização do trabalho de docentes e TAEs.

Os sucessivos ajustes fiscais, em nível federal e nos estados, privilegiam o pagamento da dívida em detrimento do investimento em políticas públicas e sociais. A diminuição dos recursos discricionários e o aumento dos serviços de luz, água, segurança patrimonial, transporte, limpeza e assistência estudantil, dentre outros, contribuem para aprofundar o panorama de degradação nas condições de trabalho e de estudo nas universidades, institutos federais e CEFETs. A luta em defesa da educação superior pública, em contraposição à educação privatista do capital, enfrenta recursos orçamentários restritos, tanto para a manutenção e o investimento em universidades, institutos federais e CEFETs, quanto para o provimento de vagas de docentes e de equipe técnica, o que afeta as condições

[44] Informações obtidas através de consulta ao MEC por intermédio da Lei de Acesso à Informação-LAI nº 12.527/2011, a resposta ocorreu em 24/10/2025. Importante destacar que o MEC classifica a Universidade do Distrito Federal-UnDF na categoria administrativa de Pública Estadual.

de trabalho e impacta no adoecimento de todas as categorias. Esse contexto enfatiza a compreensão de que a luta empreendida pelo ANDES-SN nas questões de multicampia e fronteira são lutas coletivas imprescindíveis.

O ANDES-SN tem acumulado no debate sobre multicampia e fronteira desde, pelo menos, o 32º Congresso realizado em 2013 no Rio de Janeiro, quando foi apresentada uma proposta sobre adicional de fronteira e de municípios de difícil acesso[45], e o 33º Congresso, quando se aprovou a discussão sobre a organização sindical e a problemática de multicampia foi um dos pontos de destaque. A partir de 2015, no 34º Congresso, o debate sobre multicampia e fronteira entra na agenda de forma consistente. Inclusive, como expressão do avanço do tema no SN, em março de 2025, em Boa Vista, foi realizado o II Seminário de Multicampia e Fronteira do ANDES-SN.

A relevância dessa temática evidencia-se em um conjunto de vinte duas deliberações nos Congressos do ANDES-SN entre os anos de 2015 e 2024 e em inúmeros debates nos setores das IFES, IEES, IMES e Distrital, que culminaram na criação do GT MultiFront no 42º Congresso, em Fortaleza. Assim, a partir do 67º Conad, realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), com o GT-MultiFront sendo implementado, o debate ganha contornos mais destacados e participação importante das seções sindicais nas reuniões do pleno e no segundo seminário.

Neste último período, um dos eixos principais do debate foi a regulamentação do adicional de atividades penosas que, respaldado pelas deliberações no 43º Congresso e nos dois CONADs realizados até o presente, ora se apresenta como uma proposta para debate da categoria.

A luta pela **regulamentação do adicional por atividades penosas** está diretamente alinhada ao projeto de carreira única do ANDES-SN. Essa iniciativa está em estrita conformidade com o item VII das Diretrizes Gerais da Carreira Docente, que aborda isonomia, condições de trabalho e o combate à precarização (Deliberações do 15º CONAD Extraordinário, p. 23-25).

15º CONAD Extraordinário

Deliberações sobre a carreira única docente

VII. Isonomia, condições de Trabalho e luta contra a precarização

A defesa da isonomia é um princípio inegociável para o ANDES-SN, e implica na defesa de uma carreira única para toda a categoria docente, com as mesmas possibilidades de ascensão, de valorização da titulação e de reconhecimento de direitos. O trabalho docente é da mesma natureza na graduação, na pós-graduação, no ensino superior e na educação básica.

A defesa da isonomia implica considerar que também docentes com vínculos temporários devem ter as mesmas condições de trabalho e o reconhecimento de direitos como adicional de titulação e regime de dedicação exclusiva. Não é possível admitir que numa mesma instituição exista um segmento que seja mais precarizado e explorado, que tenha piores condições de trabalho e uma remuneração inferior à dos docentes efetivos em início de carreira. Esses profissionais devem cumprir um papel específico dentro da instituição, de substituição em caso de licenças e capacitação docente, e a eles e a elas devem ser garantidos todos os direitos do exercício profissional enquanto durar seu vínculo.

DIRETRIZES:

1. Todos/as/es docentes das IES, IFs e CEFETs, que desenvolvem o mesmo trabalho, devem ser valorizados da mesma forma.

(...)

7. Docentes que desenvolvem suas atividades em condições nocivas devem ter garantido o direito ao seu correspondente adicional – insalubridade, periculosidade, **penosidade** e outros – independente da carga horária em tais condições.

(...)

[45] A proposta não foi aprovada.

O projeto de carreira única docente do ANDES-SN, desde a concepção do PUCRCE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos), nunca se opôs à percepção de adicionais ocupacionais destinados a atividades específicas, desde que devidamente previstas na legislação.

O conceito histórico de linha única no contracheque, defendido pela entidade, fundamenta-se na constituição de um padrão remuneratório comum a toda a categoria, integrando na remuneração global tanto o vencimento básico quanto as gratificações e vantagens aplicáveis ao conjunto dos docentes.

A percepção de adicionais relacionados a atividades ocupacionais que envolvam uma parcela da categoria, em razão do exercício em locais, atividades ou condições de trabalho específicas, não contradiz, e nunca contradisse, o projeto de carreira única do ANDES-SN.

Recentemente, o 68º CONAD aprovou a defesa da regulamentação do adicional por atividades penosas nas mesas de negociação em âmbito federal.

68º CONAD do ANDES-SN

Política de Multicampia e Fronteira

Que o ANDES-SN apresente como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do Art. 71 da Lei 8.112/90.

Entretanto, torna-se essencial a construção de uma proposta ampla que possa ser aplicada a toda a base do ANDES-SN, não se restringindo apenas aos docentes das carreiras do magistério federal. Tal proposição deve ser apta a ser pautada nas mesas de negociação com a União, Estados e Municípios, abordando a dificuldade de fixação de profissionais em localidades que sediam unidades acadêmicas de instituições de ensino superior.

A regulamentação do adicional por atividades penosas, conforme proposta do ANDES-SN, deve estender sua aplicação ao conjunto dos profissionais da educação pública. Isso confere um caráter classista e inclusivo à medida, visando a melhoria global das condições de ensino e de trabalho dos educadores nas regiões abrangidas pelo regulamento.

Em âmbito federal, o adicional de penosidade encontra previsão legal no Art. 61-IV da Lei nº 8.112/1990, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União. Apesar de estar previsto desde 1990, o adicional ainda carece de regulamentação específica para os servidores do Poder Executivo. Contudo, carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público da União obtiveram regulamentações recentes.

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2025, o projeto de lei 6.170 que cria a "indenização de fronteira" para servidores e servidoras de alguns órgãos vinculados ao Poder Executivo, tais como IBAMA, ICMBio e ABIN, e introduz aspectos importantes da PEC 38/2025. Tal previsão, entretanto, não atinge as carreiras docente e de técnico-administrativos em educação no âmbito federal.

Para encaminhar sua regulamentação no contexto da educação pública, sugere-se uma definição que previna o enquadramento do adicional como um incremento salarial destinado a toda a categoria em atividade. Essa precaução é vital para evitar um descompasso com a proposta de carreira do ANDES-SN, que é contrária à efetivação de rubricas de natureza indenizatória que excluam os/as aposentados/as.

Desse modo, a presente proposta sugere que o incremento do adicional se dê nas seguintes áreas do país, conforme suas respectivas definições legais: (1) Zonas de Fronteira, (2) Amazônia Legal e (3) Semiárido Nordestino.

Figura 1 - Zonas de Fronteira

Fonte: IBGE, 2024.

As Zonas de Fronteira (Figura 1) são definidas pela Constituição Federal de 1988 como a faixa com até 150 km de largura estabelecida a partir da linha divisória terrestre do Brasil com países vizinhos. É relevante notar que essa delimitação abrange apenas duas capitais do país: Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR).

O conceito também incide sobre municípios que sediam instituições de ensino superior, especialmente na região Sul, como: Foz do Iguaçu (UNILA), Cascavel (UNIOESTE), Chapecó (UFFS), Bagé (UNIPAMPA), Rio Grande (FURG) e Pelotas (UFPel).

A Amazônia Legal (Figura 2) corresponde a aproximadamente 5 milhões km², equivalente a 59% do território brasileiro. Essa delimitação geográfica abrange a integralidade de oito estados - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, além da parte oeste do Maranhão.

Figura 2 - Amazônia Legal

Fonte: IBGE, 2020.

É fundamental destacar que a área delimitada como Amazônia Legal compreende todas as capitais dos estados citados, incluindo São Luís (MA). Consequentemente, todos os *campi* das Instituições de Ensino Superior (federais, estaduais ou municipais) localizados nessa região estariam abrangidos por uma proposta de regulamentação do adicional por penosidade.

O Semiárido Nordestino (Figura 3) é composto por parcelas dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

A definição vigente do Semiárido exclui as seguintes capitais dos estados que o integram: Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte e Vitória. A exceção é Teresina, capital do Piauí, que está incluída na delimitação atual da região.

Figura 3 - Semiárido Nordestino

Fonte: Sudene, 2021.

É pertinente salientar que, das três regiões supracitadas, apenas a região Zonas de Fronteira possui definição expressa na Constituição Federal. As delimitações da Amazônia Legal e do Semiárido Nordestino são estabelecidas por legislação infraconstitucional, o que confere maior suscetibilidade a atualizações e alterações conceituais ao longo do tempo.

Se neste sentido o acúmulo feito é importante, sua continuidade depende de duas táticas que nos parecem complementares, a ampliação do debate na categoria docente em articulação com Fasubra e Sinasefe em nível nacional, mas principalmente à articulação pela base, promovendo debates e mobilizações conjuntos entre Universidades, Institutos Federais e CEFETs nos seus locais de trabalho e pressionado as autoridades institucionais e parlamentares em ano eleitoral.

Outro aspecto relevante é a produção de dados que permitam subsidiar a política do sindicato, envolvendo as diversas situações de infraestrutura, condições de trabalho, saúde e fixação de docentes nos diferentes *campi*, o que se articula, por sua vez, com as dificuldades de desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão em contextos de fronteira e em regiões de difícil acesso, seja por falta de recursos financeiros, restrições de deslocamento, plurilinguismo, e outras dificuldades típicas de multicampia e fronteira.

Um último eixo relaciona-se com a possibilidade de propostas de transformação de *campi* em universidades, como contemplado na aprovação do PL 3.455/2023, no âmbito da Comissão de Educação do Senado Federal, em 22 de novembro de 2025. O PL propõe que o campus binacional da Universidade Federal do Amapá, em Oiapoque, seja transformado em Universidade Federal da Fronteira Norte (Unifron).

Os processos de transformação de *campi* em novas universidades são guiados por interesses políticos e/ou particulares, seja no âmbito nacional, regional ou local, mas também, em alguns casos, podem conquistar a adesão da comunidade universitária, de docentes, técnicas/os em educação e de estudantes, que têm a expectativa de resolver os problemas enfrentados cotidianamente, que vão da fixação de professores/as e técnicas/os em educação até a melhoria das condições de infraestrutura e de trabalho, a partir da obtenção do status de universidade.

No 43º Congresso foi deliberado acompanhar "os trabalhos da Rede de Universidades de Fronteiras – Rede Unifronteiras, e iniciativas similares no Setor das IEES-IMES-IDES, e incidir nos debates a partir do seu plano de lutas, para que as pautas centrais da categoria sejam consideradas nessa nova articulação." À Rede Unifronteiras, formada por 14 universidades federais no momento de sua criação, somou-se a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Essa rede apresentou, em 21 de agosto de 2025, uma carta para a Comissão de Educação e a Comissão Especial de elaboração do Plano Nacional de Educação, propondo um conjunto de medidas para serem incluídas no PNE 2024-2034, dentre as quais destacam-se o acesso ao ensino técnico e superior para migrantes, bem como o desenvolvimento de programas estruturados de acolhimento, formação e integração de migrantes em todas as universidades e institutos federais localizados nas fronteiras. É fundamental acompanhar o desenrolar dessas propostas, pois se vierem a integrar o PNE trarão impactos nas IFES de fronteira.

DELIBERAÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

IX – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE MULTICAMPIA E FRONTEIRA

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, a partir do levantamento realizado pelo GT MultiFront e dos acúmulos do GT e do Sindicato Nacional, produza uma cartilha sobre as realidades diversas do trabalho em multicampia fora de sede e regiões de fronteira, com centralidade para questões estruturais, salariais, de carreira, de permanência e de fixação docente.
2. Que o ANDES-SN siga acompanhando o trabalho da Rede Unifronteiras e incida na política construída por essa Rede a partir dos acúmulos da categoria docente.
3. Que o ANDES-SN faça um levantamento junto às Seções e às IES, entre outras fontes, de dados sobre evasão, vacância, remoção e redistribuição na multicampia e em campi de fronteira.
4. Que o ANDES-SN continue o diálogo com o Sinasefe e a Fasubra para pensar ações conjuntas acerca dos desafios do trabalho em multicampia e zonas de fronteira.
5. Que o ANDES-SN realize um dia de lutas por condições de trabalho, estudo, permanência e fixação na multicampia e na fronteira.
6. Que o Andes apresente como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90;

DELIBERAÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

X - POLÍTICA DE MULTICAMPIA E FRONTEIRA

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA*:*

1. Que o ANDES-SN acompanhe os trabalhos da Rede de Universidades de Fronteiras – Rede Unifronteiras, e iniciativas similares no Setor das IEES-IMES-IDES, e incida nos debates a partir do seu plano de lutas, para que as pautas centrais da categoria sejam consideradas nessa nova articulação.
2. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais aprofundem o debate acerca das políticas de fixação docente nas instituições com multicampia e em região de fronteira, com ênfase na defesa do concurso público e da garantia do adicional de penosidade ou de localidade de difícil fixação.
3. Que o GT Multicampia e Fronteira, em conjunto com o GT Verbas e Fundações, realize um painel sobre a disputa do orçamento público, sua relação com a implementação e/ou consolidação da multicampia, e seus impactos nas condições de trabalho e infraestrutura das Universidades, Institutos Federais e Cefets, além das políticas de assistência estudantil, inclusão e diversidade.

4. Que o GT Multicampia e Fronteira realize um painel sobre os desafios do plurilinguismo, das políticas de circulação em regiões de fronteira e das legislações restritivas para o trabalho de ensino, pesquisa e extensão nessas regiões.
5. Que o GT Multicampia e Fronteira aprofunde o debate sobre os processos de desmembramento de campi universitários e de institutos federais.
6. Que o GT Multicampia e Fronteira busque, junto às seções sindicais, dados acerca das remoções, redistribuições e vacância de docentes nas IES multicampi e de fronteira.
7. Que o GT Multicampia e Fronteira, junto com a AJN, apresente no 68° CONAD posição sobre o adicional de atividades penosas previsto no artigo da Lei 8.112/90 e em legislações estaduais, a gratificação de localidade e a contagem de tempo diferenciada para efeitos de progressão na carreira quanto a sua aplicação aos docentes que trabalham em campi de fronteira e localidades de difícil permanência.

TR – 41

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN lutará pela implementação de regulamento que contribua para melhorar as condições de fixação de profissionais da educação pública em regiões e localidades específicas, contemplando:

1.1 A concessão de adicional de atividade penosa a ser pago aos integrantes das carreiras do Magistério Público da União, dos Estados e dos Municípios, sejam docentes com vínculo efetivo ou temporário, em todos os níveis de ensino, bem como aos demais profissionais da educação pública, em exercício nas unidades de lotação localizadas nas Zonas de Fronteira, na Amazônia Legal e no Semiárido Nordestino.

1.2 O adicional de atividade penosa configura-se como percepção decorrente da localidade de exercício do cargo, cujo valor será estabelecido a partir de 20% (vinte por cento) do vencimento básico mensal para docentes das carreiras do Magistério Público da União, dos Estados e dos Municípios, e para as demais carreiras, cargos e funções exercidas por profissionais da educação pública.

1.3 O pagamento do adicional de atividades penosas será devido a partir do início do exercício da atividade de servidor(a) docente e demais servidore(a)s da educação pública, na localidade que ensejar a concessão, e será interrompido temporariamente nos casos de afastamento legal, com exceção daqueles considerados como de efetivo exercício do cargo.

1.4 O pagamento do adicional de atividades penosas cessará quando ocorrer vacância do cargo público ou a efetiva movimentação do(a) servidor(a) para outra localidade não alcançada pela definição do regulamento de atividades penosas.

1.5 O adicional de atividade penosa não será considerado para a base de cálculo da contribuição previdenciária.

2. Que o ANDES-SN promova a defesa da implementação do adicional de atividades penosas, preferencialmente em conjunto com Fasubra, Sinasefe e demais entidades sindicais que representem trabalhadoras e trabalhadores da educação pública, para pressionar os governos a inserirem o adicional de penosidade nas pautas das mesas de negociação.

3. Que o ANDES-SN, através de suas seções sindicais, realize um levantamento dos projetos existentes no âmbito dos legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, voltados à transformação de *campi* em novas universidades.

4. Que o GT MultiFront realize, em 2026, um painel sobre os impactos econômicos, políticos e sociais dos projetos em andamento para transformar *campi* em novas universidades e sobre o processo de expansão de IES, IFs e CEFETs.

5. Que o GT MultiFront, em 2026, realize um painel sobre a rede Unifronteiras e seu trabalho sobre plurilinguismo, bem como sobre as dificuldades do tripé ensino, pesquisa e extensão nas regiões de fronteira.

TEXTO 42

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Tássio Túlio Braz Bezerra (ADUFMS); Maria Audirene de Souza Cordeiro (ADUA); Laura Miranda de Castro (ADUA-SS); Guy Amado (ADUA – ICSEZ); María Eliane de Oliveira Vasconcelos (ADUA); Angela Maria da Silva Lehmkuhl (ADUA); Max de Souza Pinheiro (ADUA-SN); Felipe Dartagan Maropo Teixeira de Castro (ADUFMS); Cibelle Dória da Cunha Bueno (ADUA/UFAM); Carlos Carvalho da Silva (ADUA); Waldson Luciano Corrêa Diniz (ADUFMS); Soriany Simas Neves (ADUA); Itiara Veiga (APROFURG); Edelir Salomão Garcia (ADUFMS); Luana Cristina da Silva Campos (ADUFMS); Jefferson da Cruz (ANDES/ADUA); Antonia Ivanilce Castro da Silva (ADUA); Gladson Rosas (ADUA); Leidi Cecília Friedrich (APUFPR); Daniel Silva Pinheiro (SINDIUFSB); Robson Fernando Missio (APUFPR); Jovanir Inês Müller Fernandes (APUFPR); Alessandro Jefferson Sato (APUF); Leandro Portz (APUFPR); Luiz Carlos Dias (APUF-PR); Alexandre Leseur dos Santos (APUFPR); Benedito Rodrigues Brazil (ADUFMS); Fabiana Portela de Lima (ADUFMS/Secção Sindical ANDES); Erica Cristina Bueno do Prado Guirro (APUFPR); Jéfer Benedett Dörr (APUFPR); Welton Yudi Oda (ADUA); Flavio Shigueru Jojimna (APUFPR); Nei Moreira (APUFPR); Janislene Mach Trentin (APUFPR); Angela Rocio Poveda Parra (APUFPR); Joanna Durand Zwarg (ADUFMS); Luis Fernando Souza Gomes (APUFPR); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Edna Tereza de Lima (APUFPR); Eduardo Luis Cupertino Ballester (APUFPR); Everaldo Machado Portela (SINDUFOPA); Andre Muniz Afonso (APUFPR); Ana Paula Ramão da Silva (APIFPR); Maristela de Cássia Seudo Lopes (APUB UFPR); Veridiana Vizoni Scudeller (ADUA); Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior (SESDUF-RR); Olicies da Cunha (APUFPR); Adriana dos Santos Ormond (ADUFMS); Maria Gracimar Pacheco de Araújo (ADUA); Vanessa Catherina Neumann Figueiredo (ADUFMS PANTANAL); Milena Sávio Pastorini Paz (UFPR - Setor Palotina); Carolini Cássia Cunha Bezerra (ADUFMS – Corumbá); Márcia Santos de Menezes (APUFPR); Marilene Machado Silva (APUFPR); Aguinaldo Rodrigues Gomes (ADUFMS); Janan Bolívia Schabib Hany (ADUFMS); Jorge De Souza Pinto (ADUFMS); Mariele Pasuch de Camargo Cremonez (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimaraes (ADUFMS); Patrícia da Costa Zonetti (APUFPR); Suzana Stefanello (APUFPR); Vilson Luis Kunz (APUFPR); Simone Francisco Ruiz (APUF PR); Roberto Luis Portz (APUFPR); Rodrigo Sequinel (APUFPR); Francielle Brustolin de Lima Simch (APUFPR); Julio Cezar da Silva Ferreira (APUFPR-SSind); Marco Aurélio Stefanes (ADUFMS); Regina Baruki Fonseca (ADUFMS); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Elisabete Takiuchi (APUFPR); Ronny machado de Moraes (ADUFMS); Aline de Marco Viott (ANDES); Maria Elizabeth Araújo Ajalla (ADUFMS); Alexandra Maria Almeida Carvalho (ADUFMS); Manoela Marchezan Piva Puf (UFPR); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); Edilson Caron (APUFPR/ANDES); Sandra Moaraes da Silva Cardozo (SESDUF/Roraima); Fernando Willyan Trevisan Leivas (APUFPR); Magno Pinheiro de Almeida (ADUFMS); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Alessandro Carvalho Bica (Sesunipampa); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Clarissa Lopes Suzuki (ADUA); Irailde Correia de Souza Oliveira (ADUFAL); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Fabio Siqueira Pitaluga de Godoi (ADUA); Adriana dos Santos Ormond (ADUFMS); Roberta Chiesa Bartelmebs (APUFPR); Tiago Venturi (APUFPR); André Rodrigues da Cunha Barreto vianna (APUFPR); Ricardo Matos de Souza (Adufms); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Paola Cavalheiro Ponciano (UFPR Setor Palotina/ APUFPR); Jolise Saad Leite (UFMS); Eliane Hermes (APUF-PR); Margarita Victoria Rodriguez (ADUFMS); Augusto Vaghetti Luchese (APUFPR); Sandra Damasceno da Rocha (ADUA); Rodrigo André Schulz (APUFPR); Flávia Akemi Ikuta (ADUFMS Campo Grande/MS); Vinicius Cunha Barcellos (APUFPR); Yara Moretto (APUFPR); Geane Maciel Pagliosa (APUFPR); Angela Varela Brasil Pessoa (ADUFMS); Solano da Silva Guerreiro (ADUA); Adriana Kazue Takako (Sindiufsb); Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado (ADUFMS); Elaine Gomes Ferro (ADUFMS); Michel de Lucena Costa (ADUERN); Tania Sila Campioni Magon (APUFPR); Adriana da Silva Posso (Adufms); Benedito do Espírito Santo Pena Maciel (Adua-inc); Valmir Flores Pinto (ADUA); Luana Celia Stunitz da Silva (APUFPR); Anamaria Santana da Silva (ADUFMS); Maria Lucia Paniago Lordelo Neves (ADUFMS); Tharcisio Cruz (ADUA); Everton Cristo de Almeida Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará - Sessão Sindical (SINDUFOPA); Ilidio Roda Neves (ADUFMS); Lucí Helena Zanata (ADUFMS); Valmiene Florindo Farias Sousa (ADUA); Soraya Farias de Andrade Freitas ADUA; Patrícia dos Santos Trindade (ADUA); Josiara Reis Pereira (ADUA); Patricio Azevedo Ribeiro (ADUA/UFAM/PARINTINS); Edilanê Mendes dos Santos (ADUA); Márcia Regina do Nascimento Sambugari (ADFMS Pantanal); Charles Maciel Falcão (ADUA-SS); Helder Ronan de Souza Mourão (ADUA); Fabiana Caroline Zempulski Volpato (APUFPR); Anderson Luiz de Carvalho (APUFPR); Fernanda Priscila Alves da Silva (ADUA); Elton Sarmanho (ADUFPA); Adelson da Costa Fernando sim; Adelson da Costa Fernando Associado; Corina Fátima Costa Vasconcélos (ADUA); Roberto Câmara de Araújo (Sesduf-RR); Roseane Oliveira do Nascimento (ADUA ICSEZ/UFAM); Mariana Pereira de Andrade (ADUA); Marcelo Rocha Radicchi (ADUA UFAM); Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS – Aquudauana); Jonildo Viana dos Santos (SESDUF-RR); Diogo Silva do Nascimento (ADUA); Graciene Silva de Siqueira (ADUA); Gilse Elisa Rodrigues (ADUA); Joani Silvana Capiberibe de Lyra (Sesduf); Edelir Salomão Garcia (ADUFMS); Wilson Ferreira de Melo (ADUFMS/Cpan); Herundino Ribeiro do Nascimento Filho (SESDUF RORAIMA);Valdineia Ferreira dos Santos (ADUA); Suzana Vinicia Mancilla Barreda (ADUFMS); Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDUF-RR); Alexsandra dos Santos

Oliveira (ADUFF); Maria Ana Farinaccio (ADUFMS); Ana Maria de Vasconcelos Silva (ADUFMS); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Dário Ferreira Sousa Neto (ADUFMS); Dulce Maria Sucena da Rocha (ADUnB); Simão Farias Almeida (SESDUF RR); Luciano dos Santos Bersot (APUFPR); Alexandre Leandro Pereira (APUFPR); Juliano Cordeiro (APUFPR); Raul Eiji Inui (ADUA); Roberta Azeredo Murta da Fonseca (ADUFMS); Libia de Jesus Miléo (ADUA); Patrício Freitas de Andrade (ADUA); Francisco Olímpio de Souza (ADUA – UFAM); Ciderjânio Farling Salvador da Costa (ADUA); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA); Maria das Graças Pereira Soares (ADUA); Mônica Kanashiro Oyafuso (APUFPR; Ananda Machado (SESDUF-RR); Leandro Paiola Albrecht (APUFPR); Ariel ORtiz Gomes (ADUFMS); Maria Auxiliadora Cesar (ADUnB/SS); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA).

TRABALHO DOCENTE EM ZONA DE FRONTEIRA E LOCAIS DE DIFÍCIL PERMANÊNCIA: A LUTA PELA INDENIZAÇÃO EDUCACIONAL DE FRONTEIRA E PELA PROGRESSÃO/PROMOÇÃO DIFERENCIADA.

TEXTO DE APOIO

Nós últimos anos, foi possível observar o reconhecimento e a intensificação do debate sobre as especificidades das condições do trabalho docente realizado em zona de fronteira e locais de difícil fixação.

A criação do GT Multicampia e Fronteira, aprovada no 42º Congresso do ANDES-SN, realizado em 2024, na cidade de Fortaleza, a partir de ampla mobilização da base da categoria, foi um importante marco para tornar possível articular a luta de docentes espalhados pelos rincões do país, atuando nas mais diversas condições de precariedade, mas que possuíam um ponto em comum, a realização do trabalho docente em condições de difícil permanência.

Muitas reuniões do GT Multicampia e Fronteira foram realizadas e permitiram o compartilhamento de diversas experiências, vivências e realidades dos docentes que atuam especialmente fora das sedes das instituições federais de educação superior, o que permitiu a construção de um quadro de dificuldades e o reconhecimento da importância da pauta para a construção de estratégias conjuntas de enfrentamento.

Deve-se destacar a realização do II Seminário Multicampia e Fronteira, na cidade de Boa Vista-RR, no ano de 2025, que possibilitou um grande diálogo no interior da categoria e reafirmou a importância e o acerto da criação do GT, em âmbito nacional, especialmente considerando a necessidade de o ANDES dialogar diretamente com a base dos professores, com destaque para a crucial aproximação com os novos docentes, que quase sempre ingressam nas IFES em unidades do interior do país e têm pouco contato com os sindicatos da categoria. Tal fato, aliado ao momento de refluxo do sindicalismo, faz com que muitos dos docentes ingressantes não consigam compreender a importância da luta sindical. Nesse sentido, as discussões da multicampia e fronteira tocam diretamente na realidade vivenciada por muitos professores e professoras espalhados pelo Brasil, aproximando-os do sindicato.

Foi nesse contexto de amadurecimento da discussão no interior de nossa categoria que no 68º CONAD, realizado em Manaus-AM, no ano de 2025, foi aprovado o item I do TR 35, nos seguintes termos:

> Que o Andes apresente como pauta nas mesas de negociação nacional e setorial a regulamentação do adicional de atividades penosas, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90;

É importante destacar que a proposta aprovada foi efetivamente encampada pelo ANDES que formalizou junto ao MEC e ao MGI, no dia 9 de dezembro de 2025, o pedido de implementação e regulamentação do adicional de atividades penosas em localidade de difícil fixação, nos termos do art. 71 da Lei nº 8112/90, conforme noticiado no Ofício Circular nº 513/2025.

É necessário notarmos que a luta em torno das demandas dos docentes que atuam fora das sedes da IFES, com desta para a zona de fronteira e outras localidades de difícil permanência, têm avançado no âmbito do ANDES. É chegado o momento de discutirmos questões no interior da categoria, com impacto direto na concepção da carreira docente.

Este texto mantém nossa posição política em sensibilizar o ANDES-SN para respeitar o princípio da equidade e considerar as condições diferenciadas do trabalho docente no território nacional. Como já explicamos, a defesa de linha única do contracheque não pode precarizar ainda mais a vida dos docentes que atuam em locais de difícil fixação em zonas de fronteira geográfica.

Isso porque o trabalho docente nessas condições é realizado com dificuldades geopolíticas e econômicas significativas e ainda completa e justificadamente desconhecidas pelos demais profissionais de educação que não atuam nestes territórios. Esse duplo desconhecimento é porque o próprio conceito de fronteira geográfica e de local de difícil permanência pode variar de forma significativa de região para região brasileira e porque nossas condições de trabalho não nos permitem pensar para além das preocupações hodiernas.

Somos um sindicato nacional. Muitos defendem a diversidade. O respeito à divergência. Mas fecham os olhos para precarização dos colegas que vivem em condições muito adversas. Já é notória a dificuldade de fixação de docentes nesses espaços territoriais. Justamente onde a população tem menos condições de acessar o ensino superior.

Nas cidades localizadas no interior do estado Pará, do Amazonas e de Mato Grosso do Sul, e em outros territórios da Amazônia, do Pantanal e do Semiárido Nordestino, além da zona de fronteira, a fixação dos docentes é a única esperança de quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros povos tradicionais acenderem social, econômica e politicamente, por meio da qualificação profissional. Sem qualquer atrativo financeiro, sem recursos médicos, sem meio de transporte, e sem aparelhos de lazer ou condições de participar de evento científicos, a maioria dos docentes que passam em concursos para atuar nesses locais, em pouco mais de dois anos, pedem remoção, redistribuição, vacância e/ou exoneração.

Importante destacar que a excessiva rotatividade de pessoal tem como consequência o comprometimento da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, impactando em algumas situações a própria continuidade do serviço público. Inclusive, é possível constatar o desinteresse de muitos candidatos em ingressar como professor em alguns campi do interior. Cite-se como exemplo concurso público realizado no ano de 2023 para o provimento de cargo efetivo de magistério superior federal de vaga para o Curso de Psicologia, no Campus do Pantanal/CPAN, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, na cidade de Corumbá-MS, no qual nenhum dos candidatos inscritos compareceu para realizar a prova escrita.

Assim a concessão Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Fixação aos servidores técnico-administrativos e docentes das instituições federais de ensino é justificada pelos benefícios sociais, econômicos e educacionais que essa medida pode proporcionar, contribuindo para a construção de uma educação superior mais inclusiva e distribuída de maneira estratégica em todo o território nacional.

A título de comparação, a Lei nº 12.855/2013, estabelece a Indenização para o Combate de Delitos de Fronteira, que beneficiou carreiras do executivo federal envolvidas na segurança pública em regiões de fronteira, a exemplo dos policiais federais, policiais rodoviários federais, auditores fiscais e fiscais agropecuários federais. Tal direito pode ser considerado como parâmetro para outras categorias de servidores, como é o caso das Carreiras de Docentes e Técnico-Administrativos da Instituições Federais de Ensino que, por igual razão, desempenham trabalhos complexos, incluindo pesquisas de campo e atuação em locais remotos, como aldeias indígenas, povoados ribeirinhos, e demais localidades desses municípios.

A utilização de dados quantitativos permite compreender a necessidade do adicional para docentes que atuam nesses locais bem como o benefício da progressão diferenciada como ferramentas estratégicas para reduzir o "turnover" (rotatividade) docente em regiões remotas.

O adicional incide diretamente no custo de vida elevado e na carência de serviços em zonas isoladas. Atualmente, esse valor do adicional é fixado em R$ 91,00 por dia de trabalho efetivo para carreiras como Polícia Federal e PRF. Essa verba pode representar um acréscimo líquido de até R$ 2.184,00 mensais. Além disso, por ter natureza indenizatória, o valor não sofre retenção de 27,5% de Imposto de Renda, o que maximiza o rendimento líquido real em comparação a um aumento salarial comum de mesma magnitude.

A progressão/promoção diferenciada, por sua vez, utiliza o tempo como moeda de valorização. Atualmente, a progressão e a promoção ocorrem após o cumprimento do intervalo de 24 meses, nos termos da Lei º 12.772/2012, que estrutura a carreira do magistério federal. Nesse sentido, a nossa proposta apresenta um modelo diferenciado no qual a progressão e a promoção para os docentes em efetivo exercício em zona de fronteira e locais de difícil permanência ocorreriam em interstício de tempo reduzido, a exemplo de 18 meses.

Com salários iniciais de docentes com doutorado projetados para atingir até R$ 13.753,00, em 2026, a progressão e a promoção em menor tempo permite que o professor alcance o topo da carreira (Classe Titular) mais cedo, compensando as limitações de infraestrutura e isolamento geográfico dessas regiões.

Esses mecanismos visam transformar áreas de "passagem" em locais onde os docentes se sintam mais incentivados a permanecer a longo prazo. O objetivo é garantir que as universidades em regiões de difícil acesso e fronteiriças, como as localizadas na Amazônia Legal, possam reter seus profissionais qualificados, evitando a perda de doutores e mestres para instituições em regiões com melhores infraestruturas e oportunidades, logo após a sua posse. Ao oferecer benefícios financeiros e de carreira, busca-se mitigar os desafios de trabalhar e viver nessas áreas, tornando-as mais atrativas para a fixação de professores e pesquisadores.

A regularização desse benefício a categoria docente incidiria de forma determinante na redução da vacância e rotatividade. Dados históricos e projeções de 2025 mostraram que a ausência de incentivos gera um ciclo de "concurso-ponte", ou seja, em localidades sem o benefício, a média de permanência de novos servidores costuma ser inferior a 3 anos, tempo suficiente apenas para cumprir o estágio probatório ou aguardar novos concursos em capitais. Isso implica na mitigação de outro fator grave: a redistribuição. O novo servidor faz concurso para esses locais, depois consegue uma redistribuição. Ainda que haja devolução da vaga, ele causará prejuízos de diversas ordens para as IES já com o orçamento estranguladores. Realizar um concurso público para docente efetivo envolve custos elevados pois o processo é complexo, descentralizado por áreas e exige bancas examinadoras altamente qualificadas. Por regra, a taxa de inscrição não deve exceder 2,5% da remuneração inicial do cargo. Como o salário de um doutor em dedicação exclusiva chegou a 13.288,85 em 2025, o teto teórico seria em torno de R$ 332,00. Cada área exige uma banca de, no mínimo, três professores doutores (frequentemente dois externos à instituição para garantir imparcialidade). A universidade arca com passagens aéreas e diárias para os membros externos. Para concursos em regiões de fronteira ou difícil acesso (como a UFRR, UFAM ou UFMS), esse custo logístico pode superar a arrecadação das taxas de inscrição devido aos altos preços das passagens aéreas. Diferente de concursos administrativos, o de docente possui múltiplas etapas presenciais que demandam infraestrutura por longos períodos.

Assim o adicional de fronteira e a progressão/promoção diferenciada são instrumentos de valorização docente voltados a mitigar a rotatividade em regiões de difícil acesso e fronteiriças. Em 2025, o cenário legislativo avançou com propostas para estender a docentes benefícios já consolidados em outras carreiras federais.

Tradicionalmente, a Lei nº 12.855/2013 instituiu essa indenização para servidores envolvidos em prevenção e repressão de crimes transfronteiriços. Contudo, em 2025, discussões legislativas (como emendas ao PL 1.213/2024 e PL 1.466/2025) buscam formalizar a Indenização Educacional de Fronteira.

O benefício foca em municípios na faixa de fronteira (até 150 km da linha divisória), na Amazônia Legal, no Semiárido Nordestino e em locais com dificuldade de fixação de efetivo. O modelo baseia-se em carreiras que já recebem o benefício, como: Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), Auditores-Fiscais da Receita Federal e do Trabalho, Servidores do MAPA e, mais recentemente, articulações para inclusão da ABIN e da FUNAI.

Diferente da indenização financeira, a progressão/promoção diferenciada atua no tempo de serviço ou nos critérios para avanço funcional. Em locais de difícil fixação, propõe-se que o tempo para progressão e promoção seja reduzido ou que o docente receba pontuação extra em concursos de remoção e promoções. Defendemos a regulamentação do adicional de penosidade (previsto na Lei 8.112/90) como uma forma de compensação para quem atua em zonas de fronteira em locais de difícil fixação.

Enquanto a indenização financeira aguarda sanção ou regulamentação específica para a educação, as regras de progressão dependem frequentemente de atos conjuntos entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Gestão (MGI) para definir o rol de localidades contempladas.

Nesse sentido, seguem abaixo os seguintes TRs, como propostas a serem encaminhadas para o Congresso do ANDES:

TR – 42

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes lute pela criação/instituição de Indenização Educacional de Fronteira e de Localidade de Difícil Permanência para docentes que atuam em zona de fronteira e localidades de difícil fixação;

2. Que o Andes defenda a contagem de tempo diferenciada para progressão e promoção na carreira aos docentes que trabalham em zona de fronteira e localidades de difícil permanência.

TEXTO 43

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): 1. Maria Audirene de Souza Cordeiro (ADUA); 2. Soraya Farias de Andrade Freitas (ADUA); 3. Jordeanes do Nascimento Araújo (ADUA); 4. Tássio Túlio Braz Bezerra (ADUFMS); 5. Patrício Azevedo Ribeiro (ADUA); 6. Gladson Rosas Hauradou (ADUA); 7. Ilídio Roda Neves (ADUFMS); 8. Laura Miranda de Castro (ADUA); 9. Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA); 10.Sandra Damasceno da Rocha (ADUA); 11.Josiara Reis Pereira (ADUA); 12.Maria da Conceição Rosa Cabral (ADUFPA); 13.Mariateresa Muraca (ADUFPA); 14.Everaldo Machado Portela (SINDUFOPA); 15.Sérgio Farias (SINDUFOPA); 16.Adelson da Costa Fernando (ADUA); 17.Célia Verginia Fernandes Maia (ADUA); 18.Roberto Camara de Araújo (SESDUF-RR); 19.Jarliane da Silva Ferreira (ADUA); 20.Helder Ronan de Souza Mourão (ADUA); 21.Antonia Ivanilce Castro da Silva (ADUA); 22.Guy Amado (ADUA); 23.Clarissa Lopes Suzuki (ADUA); 24.Carlos Carvalho da Silva (ADUA); 25.Angela Maria da Silva Lehmkuhl (ADUA); 26.Elton Augusto Lehmkuhl (ADUA); 27.Corina Fátima Costa Vasconcelos (ADUA); 28.Cibelle Dória da Cunha Bueno (ADUA); 29.Jeferson da Cruz (ADUA); 30.Maria Eliane de Oliveira Vasconcelos (ADUA); 31.Sandro Simas de Jesus (ADUA); 32.Jarliane da Silva Ferreira (ADUA); 33.Patrício Freitas de Andrade (ADUA); 34.Jorge Luís de Freitas Lima (ADUA); 35.Solano da Silva Guerreiro (ADUA); 36.Luiz Fernando Correia de Almeida (ADUA); 37.Edilanê Mendes dos Santos (ADUA); 38.Vairton Radmann (ADUA); 39.Merlotti Fabiano (ADUA); 40.Eurícléia Gomes Coelho (ADUA); 41.Eliane Regina Martins Batista (ADUA); 42.Valmir Flores Pinto (ADUA); 43.Charles Maciel Falcão (ADUA); 44.Jorge Almeida de Menezes (ADUA); 45.Viviane Braz Nogueira (ADUA); 46.Dalva Santos (ADUFPA); 47.Plácido Magalhães (ADUFPA); 48.Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio (ADUA); 49.Max de Souza Pinheiro (ADUA); 50. Marcelo Rocha Radicchi (ADUA/UFAM); 51. Francisca Chagas da Silva Barroso (ADUA); 52. Valdenildo Alves de Araújo (ADUA); 53. Hildemberg Agostinho Rocha de Santiago (ADUA); 54. Natasha Verdasca Meliciano (ADUA); 55. Perla Joana Souza Gondim (ADUA); 56. Ariceneide Oliveira da Silva (ADUA); 57. Elis Regina Fernandes Alves (ADUA); 58. Thiago Pereira Lima (UFMA); 59. Carlos Luis Ferreira da Silva (ADUNIR); 60. Carlos Augusto Zimpel Neto (ADUNIR); 61. Vasco Pinto da Silva Filho (ADUNIR); 62. Marcelo Dayron Rodrigues Soares (ADUA); 63. Edilson Lobo do Nascimento (ADUNIR); 64. Claudio Sampaio Barbos (ADUA).

POLÍTICA PÚBLICA DE CIÊNCIA REGIONALMENTE ENGAJADA PARA AS IES MULTICAMPI DO NORTE

TEXTO DE APOIO

As Instituições de Ensino Superior (IES) públicas da Região Norte desempenham papel estratégico para o desenvolvimento científico, econômico, social e ambiental do Brasil, sobretudo na Amazônia, território marcado por elevada biodiversidade, diversidade sociocultural e profundas desigualdades estruturais. Apesar da produção científica relevante, persiste o desafio de converter esse conhecimento em impacto social direto, especialmente junto às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Bem como junto às populações periféricas urbanas. Infelizmente, é nas periferias urbanas que se aloja quem é obrigado a migrar paras as cidades.

Nesse contexto, torna-se urgente a construção de uma Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada, que reconheça as especificidades territoriais, logísticas e socioculturais das IES multicampi do Norte. Essa política deve enfrentar as assimetrias históricas na distribuição de recursos, infraestrutura e oportunidades acadêmicas em relação às regiões Sul e Sudeste, garantindo soberania científica e democratização do acesso ao ensino superior de qualidade.

Os indicadores recentes evidenciam o chamado "custo Amazônia": manutenção predial mais onerosa, logística fluvial complexa, dependência energética, dificuldades de conectividade e maior evasão estudantil em campi interiorizados. De acordo com indicadores de 2025 sobre o custeio das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o valor necessário para manter um campus multicampi no interior do Amazonas ou do Pará é significativamente superior ao de um campus em áreas metropolitanas do litoral, devido aos gastos com logística fluvial, energia e conectividade. Enquanto o gasto médio anual por aluno no Brasil é de cerca de US$ 3.668 (aproximadamente R$ 20,5 mil), estudos

para 2025 indicaram que garantir a "qualidade mínima" em regiões afastadas exige um aporte adicional bilionário (estimado em R$ 61,3 bilhões para o sistema educacional como um todo) para cobrir lacunas de infraestrutura básica que os campi metropolitanos já possuem consolidada. Esses fatores elevam o custo por aluno diplomado e comprometem a execução de projetos de pesquisa e extensão. Assim, políticas nacionais uniformes mostram-se insuficientes para assegurar equidade territorial.

Além disso, a concentração de bolsas de pós-graduação, programas stricto sensu, depósitos de patentes e investimentos em inovação no Sudeste aprofunda a desigualdade científica nacional. A Região Norte permanece com baixa densidade de doutores e limitada capacidade de retenção de talentos, o que reforça a dependência externa e a vulnerabilidade institucional. Enquanto o Sudeste concentra 79,5% de todos os depósitos de patentes no Brasil, a Região Norte detém apenas 1%. Essa métrica é um indicador crítico da dificuldade em converter pesquisa em inovação tecnológica e produtos de mercado. No Índice de Inovação dos Estados em 2025, São Paulo manteve a liderança isolada, enquanto estados do Norte, como o Acre (0,122), figuram nas últimas posições do ranking nacional. Além disso, o Sudeste possui a maior densidade de programas de pós-graduação, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam os menores índices de cobertura em seus municípios. Embora o número de doutores no Brasil tenha crescido 271% em duas décadas (2001-2021), a interiorização desses profissionais na Amazônia ainda enfrenta gargalos estruturais.

Para superar esse cenário, o Governo Federal prevê investir R$ 2,49 bilhões nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste até 2026, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, visando descentralizar a inovação e fortalecer a ciência local. O edital Pró-Amazônia 2025, voltado para a região da Amazônia Legal, disponibilizará R$ 150 milhões para equipamentos, serviços, bolsas de pesquisa e propostas voltadas para as áreas de biotecnologia e valorização da biodiversidade, energias renováveis, gestão de recursos hídricos, desenvolvimento urbano sustentável, saúde pública e tecnologia da informação e comunicação (TICs), inteligência artificial e conectividade.

Mas como assegurar que esses recursos cheguem realmente aonde precisam chegar? Propondo uma Política Pública que assegure não apenas investimentos, mas determinando a participação efetiva de grupos de pesquisas das IES da região Norte, Centro-Oeste e Nordeste, nessa ordem, e de organizações quilombolas e indígenas dos territórios etnoeducacionais. Para tanto, as IES que mantêm campi nos locais de difícil fixação da Região Norte precisam se antecipar e ajudar na construção dessa política que precisa ser um guarda-chuva para contemplar programas de pós-graduação, de pesquisa e de extensão.

O GT Multicampia e Fronteira congrega professores(as)-sindicalistas-pesquisadores(as) de todas essas regiões do país. Daí, esse GT ser o espaço privilegiado para gestação e gerenciamento da proposta. O Andes-SN, nessa perspectiva, concretiza sua Missão de ser um sindicato combativo e propositivo que atua também para construção de um projeto de educação superior regionalmente engajado.

No sentido de contribuir efetivamente, este texto propõe diretrizes para uma política pública que integre pós- graduação, pesquisa e extensão, orientada por impacto social, conservação ambiental e valorização dos saberes tradicionais, a ser defendida no âmbito do ANDES-SN e incorporada aos instrumentos de planejamento governamental, como o Plano Plurianual (PPA).

EIXO I – PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA REGIONALMENTE ENGAJADAS

A política de pós-graduação voltada às áreas de difícil fixação deve superar o isolamento disciplinar e geográfico, adotando a interdisciplinaridade como princípio estruturante. A ciência produzida na Amazônia precisa articular biotecnologia, ciências humanas e saberes tradicionais, garantindo inovação ética, contextualizada e socialmente responsável.

Um dos pilares centrais é a retenção e fixação de talentos. Para isso, propõe-se a criação de bolsas de pós- doutorado e auxílios a pesquisadores com valores diferenciados para atuação no interior da Amazônia, reconhecendo os custos adicionais e os desafios logísticos. Complementarmente, a implantação de laboratórios modulares, remotos ou nômades permitirá a realização de pesquisas diretamente no território, reduzindo a dependência de grandes centros urbanos.

Outro elemento estratégico é a constituição de redes de colaboração por meio de consórcios interuniversitários da Amazônia Legal. O compartilhamento de grandes equipamentos, a mobilidade acadêmica e a criação de uma nuvem integrada de dados sobre biodiversidade, clima e aspectos sociais otimizam recursos públicos e fortalecem a cooperação científica regional.

A internacionalização adicionalmente, deve assumir um caráter pan-amazônico, priorizando parcerias Sul–Sul com países que compartilham o bioma amazônico. A criação de observatórios internacionais e de programas de dupla titulação fortalece a diplomacia científica, contribuindo para a compreensão integrada dos sistemas ecológicos transfronteiriços.

EIXO II – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E IMPACTO SOCIAL

A efetivação de uma Ciência Regionalmente Engajada exige que a universidade amplie sua presença no território, reorganizando suas práticas acadêmicas em diálogo permanente com as comunidades locais. Nesse sentido, a curricularização da extensão na pós-graduação emerge como estratégia fundamental.

Propõe-se a destinação mínima de 10% da carga horária dos cursos de mestrado e doutorado para vivências territoriais integradas, envolvendo comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Essas experiências devem ir além da coleta de dados, promovendo a residência temporária de pesquisadores e a aplicação prática de soluções construídas de forma participativa.

A transferência de tecnologia social constitui outro eixo central. Em lugar de modelos urbanos inadequados, a universidade deve desenvolver soluções adaptadas às dinâmicas amazônicas, como sistemas de biossaneamento compatíveis com regimes de cheia e vazante e projetos de energia solar descentralizada para comunidades isoladas. O foco passa da patente industrial para a tecnologia social, registrada e passível de incorporação por políticas públicas locais.

O diálogo de saberes representa uma mudança paradigmática, reconhecendo o conhecimento tradicional como ciência ancestral. Metodologias participativas, certificação acadêmica de práticas tradicionais e inclusão de mestres dos saberes como formadores fortalecem identidades culturais e contribuem para a proteção de direitos territoriais e ambientais.

EIXO III – GOVERNANÇA, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

Para garantir a sustentabilidade da política, é imprescindível um modelo de financiamento estável e sensível às especificidades amazônicas. Propõe-se a criação de um Fundo Setorial Amazônico, alimentado por royalties da exploração de recursos naturais de áreas já degradadas, como forma de compensação socioambiental. Esse fundo permitiria investimentos de longo prazo em pesquisas estratégicas, fundamentais para o monitoramento climático e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A gestão do fundo deve ser regionalizada, envolvendo as Fundações de Amparo à Pesquisa da Região Norte, assegurando que os recursos gerados no território retornem como investimento em inteligência local. Paralelamente, torna-se necessária a redefinição dos indicadores de sucesso acadêmico.

Os atuais modelos de avaliação, centrados na produtividade bibliométrica, são insuficientes para mensurar o valor da ciência amazônica. Propõe-se a incorporação de métricas de impacto no desenvolvimento humano local, preservação ambiental e valorização de tecnologias sociais, atribuindo a essas dimensões peso equivalente ao das publicações internacionais.

A logística de pesquisa também deve ser contemplada como componente estrutural da política. A implantação de barcos-laboratórios e bases avançadas de pesquisa permitirá levar a universidade a territórios isolados, reduzindo custos de deslocamento e ampliando a profundidade das investigações científicas no bioma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada representa mais que um ajuste institucional: trata-se de uma estratégia de soberania científica e justiça territorial. Ao integrar excelência acadêmica, saberes tradicionais e presença efetiva no território, as universidades do Norte podem se consolidar como polos de inovação sustentável, capazes de gerar desenvolvimento com a floresta em pé.

A defesa dessa política no âmbito do ANDES-SN e sua incorporação ao PPA, à LDO e à LOA são passos fundamentais para assegurar sua efetividade. Diante da crise climática e das desigualdades regionais, não basta produzir ciência de alto nível; é necessário produzir ciência útil, territorialmente situada e socialmente comprometida. A escolha por uma ciência engajada é, em última instância, a escolha pela vida e pelo futuro da Amazônia.

Considerando o exposto, seguem abaixo os TRs, como propostas a serem encaminhadas para o 44º CONGRESSO DO ANDES:

TR – 43

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que ANDES-SN aprove a construção da proposta de Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada, com os seguintes desdobramentos:

2. Que o ANDES -SN promova a criação de um grupo no GT Nacional de MULTICAMPIA e FRONTEIRA para construir estratégias que visem à implementação da Política Pública de Ciência Regionalmente Engajada, considerando o PPA, a LOA e demais instrumentos orçamentários governamentais.

3. Que o ANDES-SN insira no Plano de Lutas a implementação da Política de Ciência Regionalmente Engajada pelo Governo Federal.

TEXTO 44

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

POLÍTICA PARA A CARREIRA ÚNICA DOCENTE

Proposta de Lei da Carreira Única

A proposta para a carreira única do ANDES-SN deverá ser implementada em todas as unidades federativas onde existam instituições de ensino superior, tendo como base as Diretrizes Gerais aprovadas no 15º CONAD Extraordinário e referendadas no 43º CONGRESSO do ANDES-SN.

Tal como está previsto no Caderno 2 do ANDES-SN, "**a carreira única para todos os docentes das IES, nos três níveis, é uma das aspirações históricas do Movimento Docente**".

De acordo com as deliberações do 43º CONGRESSO do ANDES-SN, no que se refere a política de carreira docente, dentre os temas que ficaram pendentes para deliberação está a proposta de Lei da Carreira Única.

43º CONGRESSO

VI – Deliberações de Política de Carreira

9. Que o ANDES-SN delibere, no 44º CONGRESSO, sobre a proposta de Lei de Carreira Única para a categoria docente.

Como está descrito no Caderno de Deliberações do 15º CONAD Extraordinário, atualizado após o 43º CONGRESSO, as proposições aprovadas na forma de diretrizes e de uma proposta de lei da carreira devem contribuir para a construção da histórica aspiração de uma carreira única nas IES para docentes federais, estaduais, distritais e municipais.

RESOLUÇÕES DO 15º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN
TEMAS GERAIS DE CARREIRA, DIRETRIZES E PRINCÍPIOS

O 15º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN DELIBERA QUE O ANDES-SN:

1 - A carreira docente em todas as IES, sejam Estaduais, Municipais, Distritais ou Federais, assim como nos Institutos Federais e Cefets, deve estar ancorada na defesa da educação pública, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada, e ser balizada na indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir dos interesses da classe trabalhadora.
2 - A carreira docente deve ser exercida em consonância com os princípios de autonomia das Universidades, Institutos Federais e CEFETs presentes nos artigos 206 e 207 da Constituição Federal, em especial a garantia do padrão unitário de qualidade do ensino, a valorização dos(as) profissionais da educação, o piso salarial nacional e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
3 - A carreira docente deve ser estruturada de forma a permitir que todas, todes e todos docentes alcancem o topo da carreira independentemente da titulação.
3.1 - Os avanços nos níveis devem se dar de forma independente e paralela à titulação e seu reconhecimento via adicional, de forma que a mudança na titulação não produza retrocesso no enquadramento de nível.
4 – Que sejam eliminadas as classes e denominações para evitar a ideia de hierarquização e efeitos simbólicos nas lutas para melhoria na carreira.
5 - O trabalho docente deve envolver:

a. as atividades pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem a formação crítica, a relação trabalho-educação, a produção e socialização do conhecimento, a relação com as demandas da classe trabalhadora, a justiça social e ambiental, a inclusão, a ampliação e socialização do saber e da cultura;
b. as atividades relacionadas à formação continuada e à participação em eventos científicos;
c. as atividades relacionadas à atuação sindical, associativa e em entidades científicas, artísticas e culturais cujo exercício não deve implicar qualquer prejuízo remuneratório ou descontinuidade do tempo de serviço.
6 – A valorização da titulação deve se dar na forma de adicional de titulação e não implica em aceleração ou bloqueio nos níveis da carreira.
7 – Quaisquer percentuais incorporados ao vencimento devem ser mantidos para a aposentadoria.
8 - O tempo de percurso na carreira para chegar ao último nível deve ser próximo a 18 a 20 anos, de forma a permitir o desenvolvimento do(a) docente ao longo do tempo.
9 - O tempo de permanência em cada nível deve ser de no mínimo 18 meses e de no máximo 24 meses.
10 - A valorização do tempo de serviço se dará de duas formas:
a) percentuais de acréscimo salarial automáticos, por meio de anuênios, biênios, triênios ou quinquênios;
b) ascensão de nível e intervalos definidos, mediante processo de avaliação entre pares, definidos a partir de construção pública e democrática, com processos sistemáticos, isonômicos, críticos e socialmente contextualizados.
11 – A percepção dos anuênios, biênios, etc. deve ser continuada para docentes que mudem de instituições, além da averbação do tempo de serviço;
12 - A avaliação para ascensão de nível na carreira deve ser feita entre pares, considerando questões de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual, e abarcando o conjunto das atividades docentes, valorizando igualmente ensino, pesquisa, extensão e sem uma lógica produtivista, considerando também o tempo dedicado à atividade sindical e à gestão acadêmica. Professores da educação básica, da graduação e da pós-graduação devem ser valorizados da mesma forma e seguir a mesma carreira.
13 - Deve-se lutar pela uniformidade de critérios gerais para progressão, com prioridade para processos não produtivistas de progressão funcional.
14 – A carreira deve estar desvinculada da estrutura de cargos na gestão.
15 – Os cargos na gestão devem ser considerados na carreira, contudo, não podem adquirir um peso maior que as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
16 - Na carreira devem estar garantidas as exigências de condições de trabalho que não comprometam a saúde e a segurança do(a) docente, com garantias de salubridade profissional;
17 - O desenvolvimento na carreira docente não deve ser condicionado a questões orçamentárias.
18 - As variáveis da conformação da carreira e definição do salário docente e Piso Gerador da malha salarial devem ser as seguintes:
a) Piso da remuneração para 20 horas (salário básico gerador),
b) Percentuais de adicional de titulação,
c) Número de níveis,
d) Tempo de permanência em cada nível,
e) Percentual de avanço por nível,
f) Percentual de DE,
g) Acréscimos decorrentes de anuênios, biênios, triênios ou quinquênios.
19 - O Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11.738 de 2008) deve ser adotado como referência do piso gerador da malha salarial, assumindo 50% de seu valor como piso gerador para 20 (vinte) horas semanais;
20 - Organize uma campanha por um piso nacional unificado da educação, indicando que o GT Carreira apresentará o planejamento da campanha para deliberação no 43º Congresso.
21 - Os percentuais de certificação ou titulação devem ser incorporados como direitos estáveis e não inferiores a:
a) Aperfeiçoamento: 10%;
b) Especialização: 25%;
c) Mestrado: 50%;
d) Doutorado: 100%.
22 – Que a variação da remuneração entre os níveis da carreira seja homogênea, não sendo inferior a 5% (no caso de avanço a cada 18 meses) e 7% (no caso de avanço a cada 24 meses).
23 - A Dedicação Exclusiva, com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, deve ser o regime preferencial de trabalho, previsto já nos concursos públicos.
24 - As Universidades e suas Escolas/Colégios de Aplicação, CEFETs e IFs, priorizando o regime de trabalho de DE, devem ter autonomia para a concessão da DE e para elevação de regime de trabalho.
25 – O regime de trabalho na carreira docente deve ser de 40 horas com Dedicação Exclusiva, preferencialmente. Admitindo-se, em casos específicos e excepcionais, regimes de 20 horas.

26 – Os níveis remuneratórios da Carreira de Professor, quanto ao regime de trabalho a que está submetido o professor, serão acrescidos ao piso gerador (20h) em 210% (duzentos e dez por cento) para o regime de trabalho de Dedicação Exclusiva.
27 – Que o ANDES-SN intensifique os esforços em garantir o regime de dedicação exclusiva em todo as IES de sua base em todo território nacional.
28 - Não deve haver obstáculo nas IES, Institutos Federais e Cefets para a capacitação/formação continuada dos docentes, com condições adequadas, por meio de uma política de qualificação.
29 - As políticas de formação continuada devem contemplar a possibilidade de afastamento para o gozo de todas as licenças de capacitação, com garantia de contratação de docentes substitutos durante o período de afastamento. Todas, todes e todos docentes devem ter direito ao afastamento de suas funções, para além dos casos previstos em lei, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da atividade docente, nas seguintes situações:
a. Para qualificação ou capacitação, inclusive formação pedagógica, em instituição nacional ou estrangeira, podendo ser a mesma instituição do(a) docente, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos;
b. Para prestar colaboração a outra instituição de ensino, pesquisa ou extensão;
c. Para comparecer à congresso ou reunião relacionada com atividades acadêmicas;
d. Para participar de órgão de deliberação coletiva, atividades sindicais, associativas, em entidades relacionadas com o campo de conhecimento do docente ou outros relacionados com as funções acadêmicas.
30 - Não deve haver concorrência em editais internos e obstáculos de tempo de trabalho para a formação continuada;
31 - A carga horária de ensino, bem como seu tempo de planejamento, não pode criar impedimentos e dificuldades para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão;
31.1 - Deve ser assegurado ao docente o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, tendo reconhecida a carga horária de trabalho;
32 – A carga horária mínima é de 8 horas de aula semanais, considerando todos os níveis de ensino, e deve ser tomada como referência geral, não devendo ser estabelecidas exigências superiores a isto.
33 - Devem ser garantidas as condições infraestruturais para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
34 - Deve ser estabelecido um quantitativo de docentes efetivos suficiente para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a Autonomia Universitária na definição dos critérios de distribuição de carga horária, que devem ser considerados na definição do quantitativo docente.
35 - Todos/as/es docentes das IES, IFs e CEFETs que desenvolvem o mesmo trabalho devem ser valorizados da mesma forma.
36 - Docentes do ensino Básico, Técnico e Tecnológico, dos IFs e das Escolas e Colégios de Aplicação, bem como os atuantes no magistério superior, devem ter tratamento isonômico em relação à carreira.
37 - O ingresso na carreira se dará, exclusivamente, por concurso público com garantia de cotas étnico-raciais, incluindo pessoas trans, travestis, transgêneras, e para pessoas com deficiência, enfrentando meios de burla e constrangimento de ações afirmativas.
38 – A contratação de docentes substitutos deve ser feita como forma de garantia de direitos, exclusivamente, para licenças (maternidade, paternidade, de saúde, especial, capacitação, sabática, entre outras) e afastamentos (qualificação de docentes, atividades sindicais e gestão).
39 - Docentes substitutos devem receber o mesmo salário dos demais docentes, incluindo adicional de titulação e dedicação exclusiva, excetuando-se apenas os avanços relativos a níveis e tempo de carreira; e devem ter condições de trabalho isonômicas às de docentes efetivos, devendo também ter direito a carga horária para desenvolvimento de pesquisa e extensão.
40 - O corpo docente das IES, IFs e CEFETs será constituído apenas pelos integrantes da Carreira Docente - docentes efetivos(as), visitantes e substitutos(as) -, com total isonomia remuneratória, e com prioridade para a contratação de docentes efetivos(as).
a. A contratação de docente visitante, quando ocorrer, se dará pelo prazo de 2 (dois) anos, renovável no máximo por mais 2 (dois) anos, por uma única vez;
b. A contratação de docente substituto(a) se dará pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos na mesma instituição, incluindo as renovações e prorrogações, sem restrição de que o(a) docente exerça o trabalho de forma subsequente em outra instituição do sistema.
41 - São inaceitáveis todas as formas de precarização do trabalho docente, como trabalho voluntário, atividades de ensino desenvolvidas por estagiários de pós-doutoramento, entre outras.
42 – Na carreira docente deve haver paridade na remuneração e nos direitos entre ativos e aposentados.
43 - O enquadramento de aposentados não deve acarretar perdas financeiras.
44 – Nos casos de mudança nos planos de carreiras as regras de equivalência devem garantir o reenquadramento dos aposentados e ativos de forma a que não tenham nenhum prejuízo.
45 - Propostas que visem minimizar a defasagem salarial através do estabelecimento de abonos, auxílios e outras rubricas de natureza indenizatória não devem ser efetivadas.

46 - A carreira docente deve ser baseada no Regime Jurídico Único (RJU) em todas as esferas.
47 - Docentes que desenvolvem suas atividades em condições nocivas devem ter garantido o direito ao seu correspondente adicional – insalubridade, periculosidade, penosidade e outros - independente da carga horária em tais condições.
48 - Deve ser garantida a movimentação docente, temporária ou permanente (remoções, redistribuições, entradas laterais), entre IES, IFs e CEFETs, resguardados os direitos e o desenvolvimento da carreira do(a) docente em mobilidade, por solicitação do(a) docente, dependendo da concordância das instituições envolvidas.
49 - Todos os(as) docentes devem ter garantia do direito de férias anuais de 45 (quarenta e cinco) dias.
50 – É necessário intensificar a luta contra assédio moral e sexual e práticas de opressão racial, sexual, de gênero e capacitistas que trazem impacto no desenvolvimento da carreira docente.

É fundamental reforçar a luta em defesa do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), como piso gerador que unifique a luta do magistério em todas as unidades federativas e em todos os níveis do ensino público. Um piso único, com data-base definida, aplicado desde a educação infantil até o ensino superior - nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal.

A aplicação do PSPN deve estar ancorada na garantia da irredutibilidade salarial, na aplicação para os diferentes regimes de trabalho existentes, na isonomia salarial do valor pago por hora-trabalhada para docentes nos regimes sem dedicação exclusiva, na valorização efetiva da dedicação exclusiva (DE), em uma carreira estruturada com padrões remuneratórios definidos e com uma única linha única de remuneração salarial.

O valor pago para docente em regime de trabalho de 40h semanais (T-40), portanto, deve ser o dobro do valor pago para docente no regime de trabalho de 20h semanais (T-20), para a mesma titulação e posição na carreira, como forma de garantir o mesmo valor da hora-trabalhada. E a relação de respeito ao valor da hora-trabalhada deve existir para todos os demais regimes de trabalho eventualmente existentes, com exceção da dedicação exclusiva (DE).

No que se refere ao regime de dedicação exclusiva (DE), a malha salarial deve estabelecer um incremento no valor da hora-trabalhada, em comparação com os demais regimes de trabalho, como forma de garantir a relação histórica estabelecida pelo ANDES-SN, e mantida por deliberação do 15º CONAD Extraordinário e do 43º CONGRESSO, de acréscimo de 210% em relação ao regime de trabalho de 20h semanais (T-20), equivalendo a 55% de variação em relação ao regime de trabalho de tempo integral de 40h semanais (T-40).

A construção dessa proposta de lei da carreira não implica, necessariamente, na apresentação de um único projeto de lei (PL) para ser levado aos parlamentos de todas as unidades federativas que possuam instituições de ensino superior. Em cada unidade federativa deverá ser avaliada as condições específicas, as correlações de força, os riscos e as possibilidades de construção efetiva de um projeto de lei, seja no conjunto das seções sindicais do setor das federais ou nos respectivos fóruns estaduais, mantendo em aberto a possibilidade de negociação que propicie avanços orientados pelas Diretrizes Gerais da Carreira Docente do ANDES-SN.

Nas situações concretas em que não for viável a apresentação de um projeto completo, deve-se trabalhar sempre na perspectiva de aproximação com o objetivo da carreira única, seja para um setor, fórum estadual ou instituição específica.

As propostas de lei que vierem a ser apresentadas pelo ANDES-SN, construídas por seus setores, suas seções sindicais e fóruns estaduais, devem necessariamente pautar todas as Diretrizes Gerais da Carreira Docente, definindo as bases gerais da carreira, a estrutura da carreira, o piso e a malha salarial, a prioridade para a dedicação exclusiva, a política de capacitação docente, a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, a isonomia, as condições de trabalho e a luta contra a precarização, os assuntos de aposentadoria e o ingresso por concurso público com garantia de mobilidade docente.

Não necessariamente haverá avanços em todas as Diretrizes Gerais da Carreira Docente em uma dada mesa de negociação, mas será fundamental a construção de uma proposição que tenha a carreira única como horizonte, como no caso da conquista de uma só carreira para as instituições federais de ensino ou de apenas uma carreira para todas as universidades de um mesmo estado, no distrito federal ou em um município.

Diferentemente da proposta do 30º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Uberlândia (MG), em 2011, que elaborou um Projeto de Lei criando o Plano de Carreira e Cargo de Professor Federal, que dispunha sobre a reestruturação e unificação das carreiras e cargos exclusivamente para o magistério da União, a presente proposição visa construir a proposta de lei da carreira única a partir das Diretrizes Gerais da Carreira Docente, aprovadas no 15º CONAD Extraordinário, que possa ser apresentada às mesas de negociação em cada unidade federativa onde existir Instituição de Ensino Superior.

Implicações do RSC para todo o conjunto do magistério federal

De acordo com as deliberações do 43º CONGRESSO do ANDES-SN, no que se refere a política de carreira docente especificamente para o setor das federais, o GT Carreira em conjunto com o Setor das IFES, deveria avaliar a possibilidade da aplicação do mecanismo de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o conjunto do magistério federal.

RESOLUÇÕES DO 15º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS PARA A CARREIRA DOCENTE DO SETOR DAS FEDERAIS

7. Lute pelo restabelecimento de uma linha salarial única, como a soma do Vencimento Básico e da Retribuição por Titulação, para docentes do Magistério Federal.
7.1. A possibilidade de implementação do RSC para a carreira unificada do Magistério Federal, por um período de transição, deve ser avaliado pelo GT Carreira e GTPE, com vistas a futura deliberação congressual a partir da síntese destes acúmulos.

43º CONGRESSO

VI – Deliberações de Política de Carreira

6. Promover, por meio das Seções Sindicais do Setor das IFES, o debate sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC);
6.1. Pautar, em reunião conjunta do GT Carreira e Setor das Federais, o debate sobre as implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal, com realização de painel temático.

Desde 1º de março de 2013, o RSC é aplicado apenas para a carreira federal do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT). A partir de 2026, um mecanismo semelhante, igualmente denominado RSC, será aplicado para o PCCTAE (Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação), como parte da conquista da Greve da Educação Federal de 2024.

O Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC) aplicado à carreira EBTT, em linhas gerais, busca viabilizar o pagamento de valores equivalentes aos adicionais de titulação a partir da avaliação da trajetória de trabalho de cada docente, ainda que não tenham obtido a qualificação indicada pelo respectivo adicional. Atualmente, na carreira EBTT, existem três tipos de RSC:

RSC I: tem como pré-requisito a graduação ou o aperfeiçoamento e, quando concedido, remunera o/a docente de forma equivalente a quem possui certificação de especialista.

RSC II: tem como pré-requisito a especialização e, quando concedido, remunera o/a docente de forma equivalente a quem possui título de mestrado.

RSC III: tem como pré-requisito o mestrado e, quando concedido, remunera o/a docente de forma equivalente a quem possui título de doutorado.

Aquelas e aqueles que possuem RSC na carreira EBTT acessam todas as classes e níveis atuais, com exceção do topo da carreira (classe de titular), para o qual há exigência legal de doutorado. Portanto, o mecanismo do RSC é usado meramente para fins remuneratórios, sem substituir a titulação

eventualmente exigida, na Legislação, tanto para o desenvolvimento na carreira quanto para qualquer outra finalidade, como participação em editais que exigem determinada titulação.

O RSC foi introduzido na carreira EBTT a partir da Lei 12.772/2012, após acordo assinado pela federação Proifes com o governo federal, à revelia das deliberações da categoria docente em greve. No ANDES-SN, as críticas ao RSC sempre foram no sentido de apontar seu eventual uso como mecanismo de desestímulo à capacitação docente. Apesar das críticas, não há qualquer resolução de encontro deliberativo do ANDES-SN que se coloque em contraposição ao RSC.

Para avaliar se o mecanismo do RSC poderia ser aplicado à carreira federal do magistério superior (MS), há que se considerar, inicialmente, o contingente de docentes MS, tanto na ativa quanto aposentadas e aposentados, que poderiam usufruir de tal direito, para estimar o impacto e o alcance do RSC na carreira MS.

Segundo dados de 2023 do relatório MEC/INEP, o total de professoras e professores da ativa na carreira MS é de aproximadamente 87 mil docentes. Cerca de 11,5% destes docentes não possuem doutorado, o que indicaria que aproximadamente 10 mil professores e professoras da ativa poderiam usufruir do mecanismo de RSC. O mesmo estudo revela um contingente de cerca de 36 mil aposentados e aposentadas na carreira MS, com cerca de 43,9% posicionados nas classes auxiliar, assistente e adjunto, indicando que se aposentaram sem a titulação de doutorado. Isso indica que um quantitativo de cerca de 15.800 aposentados e aposentadas da carreira MS poderia ter direito ao RSC, a exemplo do que já acontece com inativos/as da carreira EBTT. Há, portanto, na carreira MS, um contingente superior a 25 mil docentes que poderiam usufruir do mecanismo de RSC.

A diferença de valor, apenas para efeito de comparação, da retribuição por titulação de mestrado para doutorado, na posição de Adjunto 4 no regime de dedicação exclusiva, equivale hoje a R$ 4.836,86 mensais.

Sugere-se manter o debate sobre a extensão da aplicação do RSC para a carreira federal do magistério superior (MS) em 2026, a partir de acúmulos do Setor das IFES e do GT Carreira.

O processo de desenvolvimento na carreira docente

O desenvolvimento na carreira, compreendido como o processo de ascensão de níveis mediante avaliação entre pares, é parte fundamental na valorização do trabalho docente. A avaliação para ascensão de nível deve abarcar o conjunto das atividades docentes, valorizando de forma igualitária o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a gestão acadêmica e as atividades sindicais, associativas, científicas e culturais.

É essencial lutar para garantir processos de ascensão funcional desatrelados de questões orçamentárias e desvinculados do produtivismo acadêmico, construindo uma uniformidade mínima de critérios gerais que possam ser aplicados ao conjunto da categoria, respeitadas as especificidades de cada instituição de ensino superior.

É importante elaborar uma proposta, a ser apreciado no CONGRESSO de 2027, que estabeleça critérios gerais para a progressão funcional e que possa ser utilizada para balizar a construção de resoluções internas sobre o desenvolvimento na carreira docente em todas as IES da base, como parte integrante do projeto de carreira única docente do ANDES-SN.

Um documento construído de forma conjunta pelo GT Carreira, pelo setor das IFES e pelo setor das IEES, IMES e IDES servirá de base para a definição de processos de desenvolvimento funcional. Esse documento desdobra as diretrizes gerais para a ascensão de nível aprovadas no 15º CONAD Extraordinário, como atividades de ensino, pesquisa e extensão, dentre outras, aportando questões de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual, além de trazer contribuições para a progressão de docentes cuidadores(as), docentes integrantes de famílias atípicas e docentes com deficiência.

A luta em defesa de docentes cuidadores(as), integrantes de famílias atípicas e docentes com deficiência deve estar atrelada, ainda, à redução da carga horária de trabalho e sua adequação às demandas de cuidados e terapias.

Aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional nas IEES, IMES e IDES

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), de acordo com o previsto na Lei nº 11.738/2008, deveria ser a referência como piso formador e como data-base para docentes que atuem em educação básica em todas as unidades federativas, inclusive nas instituições de ensino superior estaduais, municipais e distrital, aplicando seu valor para a remuneração básica no posicionamento inicial do regime de trabalho de 40h semanais.

No 68º CONAD aprovamos uma resolução que apontava a necessidade de ingressar com ações judiciais para docentes federais da carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico (EBTT), pois os valores do piso estavam acima do quantitativo do vencimento básico para o regime de trabalho de 40h semanais desde 2022.

Ao longo de 2025, o GT Carreira, em conjunto com o Setor das IEES, IMES e IDES, avaliou a possibilidade de aplicar o mesmo conceito para as unidades acadêmicas de educação básica existentes nas instituições estaduais de ensino superior. O que se verificou é a existência de defasagem entre a remuneração básica paga para 40h semanais e o valor do PSPN em algumas IEES.

Cabe ao ANDES-SN e suas seções sindicais requerer a garantia do cumprimento do piso quando as professoras e os professores das unidades de educação básica das IEES possuírem vínculo com as universidades, sendo parte do quadro docente da respectiva instituição.

O Quadro 1 apresenta a variação do PSPN ao longo do tempo, desde sua criação em 2009 até a recomposição ocorrida em janeiro de 2025, segundo valores anuais divulgados pelo MEC.

Quadro 1. Variação do PSPN

Variação do PSPN		
Ano	Piso (R$)	Variação (%)
2009	950,00	-
2010	1.024,67	7,86
2011	1.187,00	15,84
2012	1.451,00	22,24
2013	1.567,00	7,99
2014	1.697,00	8,30
2015	1.917,78	13,01
2016	2.135,64	11,36
2017	2.298,80	7,64
2018	2.455,35	6,81
2019	2.557,74	4,17
2020	2.886,24	12,84
2021	2.886,24	0,00
2022	3.845,63	33,24
2023	4.420,55	14,95
2024	4.580,57	3,62
2025	4.867,77	6,27

Fonte: MEC

Variação de 2009 à 2025	412,40%

Para saber se é possível requerer a aplicação do PSPN para a educação básica das IEES, se faz necessário verificar dois pressupostos fundamentais para docentes que atuam nas unidades acadêmicas de educação básica em universidades estaduais. Será possível requerer a aplicação do PSPN e seu reflexo na demais estruturas da carreira quando:

1. A remuneração básica para docente no regime de 40h semanais estiver abaixo do valor do PSPN em algum momento da linha do tempo mostrada no Quadro 1.

2. Existe legislação que estabelece a existência de padrões remuneratórios no respectivo ente federado ou na instituição específica (tais como: relação de 40h com dedicação exclusiva; relação entre classes ou níveis, relação da remuneração básica com adicionais de titulação, dentre outros padrões eventualmente previstos em Lei).

Sendo possível comprovar o atendimento simultâneo dos pressupostos anteriores, ficaria caracterizada a possibilidade de aplicar o entendimento estabelecido pelo judiciário (Tema 911 do STJ), nas instituições do Setor das IEES, IMES e IDES que tenham unidades acadêmicas de educação básica, tal como foi proposto para carreira federal da educação básica, técnica e tecnológica (EBTT).

A possibilidade da conquista do PSPN para professoras e professores que atuam em unidades acadêmicas de educação básica nas IEES, IMES e IDES poderia colocar o debate das carreiras das universidades estaduais, municipais e distrital na perspectiva da luta pela isonomia nas mencionadas instituições do setor, aproximando as referidas carreiras da proposta do ANDES-SN de uma única carreira docente, com possíveis reflexos para outras instituições nos estados que tenham uma única legislação de carreira para todas as universidades daquele ente federado.

Fortalecer a campanha pelo piso salarial para toda a categoria

No 43º CONGRESSO foram aprovadas resoluções que incorporam a luta pelo Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN) ao projeto de carreira única do ANDES-SN, amplificando as deliberações do 15º CONAD Extraordinário.

RESOLUÇÕES DO 42º CONGRESSO DO ANDES-SN
POLÍTICA DE CARREIRA
O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

2. Realizar uma campanha pela adoção do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) como referência do piso gerador da malha salarial dos(as) docentes da base do ANDES-SN, com previsão orçamentária de até 100 mil reais para produção de ações de divulgação;
2.1. Que a execução da Campanha de Valorização do Piso da Educação Básica envolva articulação com sindicatos da educação pública dos estados, municípios e do Distrito Federal.

A partir da deliberação congressual, o ANDES-SN lançou no 68º CONAD a campanha "**Magistério Unido, Piso Garantido**", fomentando a luta pelo piso salarial nacional, desde a educação infantil até o ensino superior, em todos os entes federativos.

Como parte das deliberações congressuais, que abordaram a temática do piso e da data-base, foi realizado em 05/12/2025 o Seminário Nacional Sobre Carreira Docente, em Campinas/SP, organizado pelo ANDES-SN e pela ADUNICAMP Seção Sindical.

O seminário, com o tema "**A Luta pelo Piso Salarial Nacional para o Magistério Público**", contou com a participação de representantes da APEOESP e do SINTEPS, sindicatos que representam, respectivamente, a educação básica e a educação técnica e tecnológica no estado de SP.

É importante ressaltar, ainda, que estava na agenda do STF, para julgamento no período entre 12 e 19 de dezembro de 2025, o tema de repercussão geral nº 1218, que trata "da adoção do piso nacional estipulado pela Lei 11.738/2008 como base para o vencimento inicial da carreira do magistério da Educação Básica, com reflexo nos demais níveis, faixas e classes da carreira escalonada". O julgamento foi adiado para 2026.

No próximo período, portanto, precisamos continuar reforçando a pauta do piso salarial e da data-base para toda a categoria docente da educação pública, desde a educação infantil até o ensino superior, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

VII – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES PARA CARREIRA DOCENTE

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN dê continuidade ao levantamento sobre procedimentos de progressão e promoção funcional e sobre carga horária para preparação de aula;
2. Que o ANDES-SN, por meio de suas seções sindicais, promova discussões sobre os impactos das alterações nos critérios do estágio probatório contidas no Decreto nº 12.374/2025 da Casa Civil da Presidência da República e na instrução normativa SGP/MGI nº 122, de 21 de março de 2025, e em regulamentações similares nos estados, municípios e Distrito Federal;
3. Que o ANDES-SN, por meio das Secretarias Regionais e das seções sindicais, dê a máxima divulgação à Campanha em defesa do PSPN e busque envolver em sua execução os sindicatos da educação pública dos estados, municípios e do Distrito Federal;
4. Que o ANDES-SN, por meio do GTPCEGDS e do GT Carreira, aprofunde o debate acerca das políticas afirmativas no projeto de carreira única, debatendo o impacto do machismo, racismo, capacitismo, etarismo e LGBTI+fobia nas carreiras docentes, tendo em vista a construção de medidas concretas de garantia de igualdade de condições no processo de progressão e promoção de carreira.
5. O ANDES-SN e suas Seções Sindicais promoverão ações diretas e indiretas, de natureza administrativa, jurídica e política, junto ao MGI e Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas das IFES, para fins da defesa intransigente da dedicação exclusiva e pela revogação de toda e qualquer forma de controle de frequência, tais como a ora vigente Instrução Normativa SRT/MGI Nº 71, de 19 de fevereiro de 2025.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

VI– POLÍTICAS E AÇÕES PARA A CARREIRA DOCENTE

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN deverá lutar para estabelecer os seguintes limites de atividades laborais para docentes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
1.1. Mínimo de 8h semanais, não devendo ser estabelecidas exigências superiores a isto;
1.2. Garantir carga horária semanal para dedicação à pesquisa e extensão, preservando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
2. O ANDES-SN deverá lutar para estabelecer a correlação mínima de uma hora e meia (1h30min) para as atividades de elaboração, preparação, apoio ou acompanhamento e manutenção didática, para reuniões pedagógicas e para a orientação e o atendimento de estudantes, em relação a cada uma hora (1h) de aula ministrada na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
3. Realizar ações formativas sobre carreira durante o ano de 2025:
3.1. Estimular a realização de reuniões locais do GT Carreira, onde eles existam, e sua criação nas Seções Sindicais onde não existam, pautando o Projeto de Carreira Única do ANDES-SN;
3.2. Realizar, no segundo semestre de 2025, um Seminário Nacional sobre Carreira Docente, precedido de etapas regionais, em articulação com sindicatos da educação básica dos Estados, Municípios e Distrital pautando a Luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) e sua adoção como referência para a Carreira única do ANDES-SN.
4. Realizar uma campanha pela adoção do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) como referência do piso gerador da malha salarial dos(as) docentes da base do ANDES-SN, com previsão orçamentária de até 100 mil reais para produção de ações de divulgação;
4.1. Que a execução da Campanha de Valorização do Piso da Educação Básica envolva articulação com sindicatos da educação pública dos estados, municípios e do Distrito Federal.
5. Que a diretriz sobre o piso gerador passe a ter a seguinte redação: "O Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (Lei 11.738 de 2008) deve ser adotado como referência do piso gerador da malha salarial, assumindo percentual igual ou superior a 50% de seu valor como piso gerador para 20 (vinte) horas semanais".
6. Promover, por meio das Seções Sindicais do Setor das IFES, o debate sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC);

6.1. Pautar, em reunião conjunta do GT Carreira e Setor das Federais, o debate sobre as implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal, com realização de painel temático. 5. Realizar o V Encontro EBTT no segundo semestre de 2025.
7. Realizar o V Encontro EBTT no segundo semestre de 2025.
8. Que o GT Carreira do ANDES-SN realize levantamento e reúna os melhores procedimentos que regem as progressões e promoções nas Universidades Federais, CEFETS, Institutos e Colégios de Aplicação para subsidiar propostas de avaliação em consonância com as diretrizes.
9. Que o ANDES-SN delibere, no 44º CONGRESSO, sobre a proposta de Lei de Carreira Única para a categoria docente.

TR – 44

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais, no contexto das negociações para alteração nas legislações sobre carreira docente em nível federal, estadual, distrital e municipal, lutem para garantir um projeto de lei de carreira para as instituições de ensino superior (IES), em cada unidade federativa, a partir das Diretrizes Gerais da Carreira Docente aprovadas no 15º CONAD Extraordinário e referendadas no 43º CONGRESSO.

2. Que o GT Carreira, em conjunto com o Setor das IFES e o Setor das IEES, IMES e IDES, apresente ao 45º CONGRESSO um protocolo para o desenvolvimento na carreira docente que possa ser defendido junto ao órgão deliberativo máximo de cada instituição de ensino superior.

2.1 Que o ANDES-SN contemple no protocolo de desenvolvimento na carreira propostas que atendam as especificidades de cuidadores(as), famílias atípicas, professores(as) com deficiência e responsáveis de pessoa com deficiência.

2.2 Que o ANDES-SN contemple propostas que atendam especificidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidade no protocolo de desenvolvimento na carreira docente.

3. Que o ANDES-SN lute para que docentes cuidadores(as) de famílias atípicas e docentes com deficiência possam reduzir sua carga horária e ajustar horários de trabalho, priorizando dias e horários adequados às demandas de terapias e cuidados.

4. Que o ANDES-SN entre com ação judicial coletiva pela implementação dos reflexos financeiros do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para docentes que atuam na educação básica nas IEES, IMES e IDES.

5. Que o ANDES-SN fortaleça a campanha "Magistério Unido, Piso Garantido", pela adoção do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público (PSPN), por meio de ações articuladas com as secretarias regionais e suas respectivas seções sindicais.

TEXTO 45

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Jean Ramos (APESJF); João Roorda (APESJF); João Vitor Moreira (APESJF); Luciana Tasse (APESJF); Renato Gonçalves (APESJF); Thiago Gondim (APESJF).

ISONOMIA E CONDIÇÕES DE TRABALHO: CUSTEIO DE REGISTROS PROFISSIONAIS OBRIGATÓRIOS NO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TEXTO DE APOIO

O Regime de Dedicação Exclusiva (DE) é o regime preferencial de trabalho docente, nos termos do Caderno 2 do Andes-SN. Esse regime, por definição, impede o(a) docente de exercer atividades remuneradas alheias ao vínculo público. No entanto, para o ingresso e exercício da docência em atividades práticas em diversas áreas específicas — como Direito, Engenharia, Química, Serviço Social, Enfermagem, Contabilidade, entre outras —, exige-se a manutenção ativa do registro junto aos respectivos Conselhos de Classe e Ordens Profissionais.

Ocorre que a manutenção do registro profissional impõe um custo anual significativo ao(à) docente (normalmente, em anuidades), valor este que é retirado de seus vencimentos. Cria-se, assim, uma distorção e uma quebra de isonomia, na qual docentes no mesmo nível e classe da carreira, ambos em DE, possuem rendimentos líquidos distintos. Aquele(a) que, por exigência do cargo ou da natureza da disciplina (ex: prática jurídica, responsabilidade técnica de laboratórios), precisa manter o registro e, portanto, sofre uma redução salarial de fato em comparação ao(à) docente que não possui tal obrigação.

A atual situação impõe uma precarização salarial ao(à) docente. O docente em regime de DE, impedido de exercer a profissão no mercado privado, não deve ser onerado pelos Conselhos da mesma forma que um profissional liberal. Por se tratar de utilização do registro para função exclusivamente pública e acadêmica, a solução estrutural e definitiva deve ser política: a isenção da cobrança.

Ocorre que, por se tratar de um processo político longo que envolve negociação com órgãos diversos, os custos do exercício profissional não podem continuar a ser suportados por docentes. Se a instituição de ensino exige a habilitação para que o(a) docente ministre aulas práticas ou assine laudos técnicos institucionais, a "ferramenta de trabalho" (o registro profissional) deveria ser custeada pela instituição de ensino.

Faz-se necessário, portanto, uma atuação em duas frentes:

Nacionalmente: Negociar a isenção de anuidades para docentes em regime de Dedicação Exclusiva junto aos Conselhos Federais, visto que a atuação se restringe ao âmbito do serviço público.

Localmente (Transitório): Enquanto a isenção não for conquistada, garantir que o ônus financeiro não recaia sobre o trabalhador, exigindo que as instituições arquem com as despesas decorrentes de exigências que elas mesmas impõem para o exercício do cargo.

TR – 45

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes envide esforços políticos e jurídicos junto aos Conselhos Federais e Ordens Profissionais (OAB, CFQ, CREA, etc.) visando o reconhecimento da especificidade do trabalho docente em Dedicação Exclusiva, com o objetivo de garantir a isenção ou imunidade do pagamento de anuidades para docentes impedidos de exercer a atividade profissional privada, utilizando o registro exclusivamente para fins acadêmicos e institucionais.

2. Que as seções sindicais incluam em suas pautas de reivindicação locais a exigência de que as Instituições de Ensino arquem integralmente com os custos de manutenção de registros profissionais sempre que estes forem exigidos para o ingresso, permanência ou exercício de atividades de ensino, pesquisa e extensão do docente em regime de Dedicação Exclusiva.

TEXTO 46

Contribuição da Diretoria da ADFAMEMA – Seção Sindical

TEXTO DE APOIO

A FAMEMA foi estadualizada pela Lei n° 8.898 de 1994. O quadro docente e o técnico que atuavam nesse período, contratados pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília (FUMES), continuaram trabalhando na Faculdade como "prestadores de serviços" (segundo a mesma lei). O quadro técnico aguarda aprovação de lei própria (Projeto de lei Complementar nº 53/2022) e o quadro docente foi criado pela Lei n° 1.072 de 2008. No entanto, os concursos para compor o corpo docente só começaram a ser realizados a partir de 2022 e as convocações começaram no fim de 2023.

A demora na realização dos primeiros concursos "congelou" os salários dos docentes no ano de 2008. Em comparação com a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (FAMERP), que é uma instituição que tem uma história semelhante à da FAMEMA (também estadualizada em 1994 e com quadro docente criado em 2008), é possível ver uma discrepância entre salários para cargos similares (Tabelas 1 e 2), pois a FAMERP compôs seu quadro docente e seu salário foi recebendo ajustes ao longo do tempo.

Existe uma proposta de um plano de carreira em negociação com o governo, mas que ainda não é registrada como Projeto de Lei. A proposta (ao menos na situação atual) tem acordo e aprovação da categoria, mas falha pela demora no trâmite da aprovação.

Além da defasagem salarial de quase 20 anos, a falta de um plano de carreira tem provocado exonerações da categoria e impactos significativos na qualidade do ensino público oferecido pela FAMEMA. Assim, reiteramos a urgência da aprovação do Plano de Carreira dos Professores da FAMEMA e que o ANDES apoie a organização da categoria.

Tabela 1. Remuneração mensal que compõe a Faculdade de Medicina de Marília:

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
L.C. Nº 1.072/08 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - FAMEMA

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES - PESSOAL DOCENTE

REGIME DE TRABALHO PARCIAL - RTP - 20 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	2.650,36
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	4.419,66
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	5.328,64

REGIME DE TRABALHO COMPLETO - RTC - 30 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	3.975,55
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	6.629,47
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	7.992,98

REGIME DE TRABALHO INTEGRAL - RTI - 40 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO	GRDIDP	REMUNERAÇÃO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	4.609,33	691,39	5.300,72
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	7.686,36	1.152,95	8.839,31
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	9.267,22	1.390,08	10.657,30

Mês de referência - Julho/25

Disponível em: https://sggd.sp.gov.br/sgp/normas_e_legislacao/educacao (Acesso em dezembro de 2026)

Tabela 2: Remuneração mensal que compõe da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto:

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
L.C. Nº 1.042/08 - FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES - PESSOAL DOCENTE

REGIME DE TRABALHO PARCIAL - RTP - 20 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	3.736,74
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	6.231,27
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	7.512,86

REGIME DE TRABALHO COMPLETO - RTC - 30 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	5.605,11
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	9.346,89
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	11.269,30

REGIME DE TRABALHO INTEGRAL - RTI - 40 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGOS	REF.	VENCIMENTO	GRDIDP	REMUNERAÇÃO
3870	PROFESSOR ASSISTENTE MESTRE	DS-1	6.498,71	974,80	7.473,51
3871	PROFESSOR ADJUNTO DOUTOR	DS-2	10.837,00	1.625,55	12.462,55
3872	PROFESSOR TITULAR	DS-3	13.065,84	1.959,87	15.025,71

Mês de referência - Julho/23
JORNADA DE TRABALHO 40 HORAS
O conteúdo desta Tabela não substitui a publicação original da legislação, tendo caráter meramente informativo.

Disponível em: https://sggd.sp.gov.br/sgp/normas_e_legislacao/educacao (Acesso em dezembro de 2026)

TR – 46

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Em defesa da aprovação urgente do plano de carreira dos professores da Faculdade De Medicina de Marília (Famema)

TEXTO 47

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

PRECISAMOS SEGUIR EM MARCHA CONTRA AS OPRESSÕES DE CLASSE, DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS, CAPACITISTAS E LGTBI+FÓBICAS: AVANÇOS E ACÚMULOS DO GTPCEGDS FRENTE À ESCALADA DAS VIOLÊNCIAS

Vivemos uma conjuntura marcada por genocídios, feminicídios em escala epidêmica, guerras e intensificação do imperialismo. Diante disso, é necessário permanecermos lutando em defesa do revogaço, do fim da PEC do teto de gastos e por políticas públicas e investimento do Estado em ações que protejam as vidas das mulheres, da juventude negra e periférica, da população indígena, PCD e LGBTI+.

A existência de uma política de extermínio e invisibilização das pautas do movimento de mulheres, feministas, indígenas, negras, LGBTI+ e PCD coloca-nos diante de várias tarefas, por exemplo, a defesa das políticas de reparação das vagas negadas para cotistas, considerando que intelectuais negros e negras ainda são marginalizados(as) em nossas universidades, IFs e CEFETs. A letalidade do Estado e de seu projeto genocida de segurança pública precisa ser denunciada e os governos responsáveis por chacinas devem pagar por seus crimes. Não podemos tolerar a normalização de chacinas em favelas e periferias, justificadas por uma "guerra às drogas"; não podemos naturalizar os feminicídios. É necessário disputarmos nossa categoria e toda a comunidade acadêmica para essas pautas, pois nos queremos vivas! Para o ANDES-SN, todas as vidas importam!

E isso significa intensificar a luta pelo fim da escala 6x1! A escala 6x1 não nos permite viver, sonhar, amar. É uma escala desumana, pautada na exploração da mão de obra e no uso de opressões e violências no mundo do trabalho.

A escala 6x1 e o contingenciamento orçamentário na educação pública, que diminuiu as bolsas e políticas de assistência e permanência estudantil, atingem centralmente a juventude preta e impactam os números de evasão estudantil na graduação. Dados do INEP, do Censo da Educação Superior e do IBGE (2019) evidenciam o racismo institucional Apesar do crescimento de 52% nas matrículas de pessoas negras e pardas nas Universidades, IFs e CEFETs, as desigualdades permanecem. A proporção de pretos e pardos entre 18 e 24 anos de idade cursando o ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018, em contrapartida, o percentual de brancos de mesma faixa etária na educação superior é de 78,8% (IBGE, 2019, p.08). O crescimento não significa a existência de equilíbrio nesses percentuais. Quando consideramos a evasão e a desistência dos cursos de graduação, o IBGE apontou também que mais de 40% desse público é negro.

A burla por parte das administrações das universidades, IFs e CEFETs à lei 12.990/2014 impediu que um número significativo de docentes negros(as) ingressassem no serviço público, inclusive na categoria docente. Atualmente, há 316.792 docentes na educação superior. Destes, as professoras negras representam 26.770 (8,5%) e os professores negros 31.541 (9,95%). A lei 15.142/2025, que foi uma vitória importante, pois ampliou o percentual das vagas em concursos públicos de 20% para 30%, incluindo quilombolas e indígenas, meses depois sofreu um grande golpe do MGI e do MEC, ao implementarem o sorteio das vagas para cotistas em concursos públicos.

Outros elementos que demandam nossa atenção são as composições das bancas de heteroidentificação e a necessidade de debatermos o processo de composição étnico-racial do povo brasileiro diante dos efeitos da violência colonial, bem como os limites e desafios que esse processo

impõe à construção dos parâmetros utilizados pelas bancas de heteroidentificação, de modo a garantir o pleno usufruto das cotas raciais pelo povo negro, indígenas e quilombola, a quem essa política pertence por direito. Inclui-se, ainda, a defesa da reparação das vagas negadas à população negra nos serviços públicos e a pauta pelo fim da escala 6x1. Também importante, é a necessidade de intensificar, na campanha "Sou Docente Antirracista", a luta contra o genocídio da população negra e a letalidade do Estado.

A campanha "Sou Docente Antirracista" é muito necessária, dado o retrocesso ocorrido na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que aprovou, no dia 10 de dezembro de 2025, um projeto de lei que proíbe a adoção de cotas raciais e outras ações afirmativas pelas universidades estaduais. O projeto, do deputado estadual Alex Brasil (PL), impede ainda a implementação da lei 15.142/2025 em concursos públicos. Esse projeto de lei expressa o racismo estrutural e os ataques a todas as políticas de reparação e às ações afirmativas. Não permitiremos que os legislativos estaduais ataquem as conquistas do movimento negro, indígena e quilombola! Cota não é esmola!

FAMÍLIAS ATÍPICAS, UMA PAUTA DO GTPCEGDS E DO GT CARREIRA!

Os diálogos produzidos no 43º Congresso do ANDES-SN constituem um marco decisivo para o fortalecimento das discussões sobre o direito das famílias atípicas nas instituições de ensino e sobre o papel do Sindicato Nacional na defesa desses direitos. Em consonância com as deliberações, durante o IV Seminário Integrado do GTPCEGDS do ANDES-SN, realizado de 24 a 26 de abril de 2025, sediado pela ADUSP em São Paulo/SP, ocorreu a mesa "Por uma educação inclusiva: Vivências e desafios de famílias atípicas", ampliando o debate político sobre o tema.

Dando continuidade às discussões, no dia 4 de outubro de 2025, realizou-se uma Reunião Conjunta dos GT Carreira e GTSSA, com participação da Coordenação do GTPCEGDS, com o objetivo de iniciar o acúmulo sobre os direitos e necessidades de família atípicas, conforme as deliberações do 43º Congresso:

> Que o ANDES-SN intensifique, no âmbito do GTSSA, os debates sobre a revisão das normativas de carga horária, garantindo que cuidadores(as), famílias atípicas e mães/pais/responsáveis solo possam desenvolver ensino, pesquisa e extensão de forma equilibrada, sem sobrecarga;
>
> Que o GT Carreira e o GTSSA debatam especificidades e produzam materiais e instrumentos que contribuam com a garantia dos direitos e necessidades de professoras(es) com deficiência, pais/mães/responsáveis solo, famílias atípicas e seus cuidadores.

Além disso, no âmbito da Reunião do GTPCEGDS, o ANDES-SN reforçou a importância estratégica do tema Famílias Atípicas realizando o painel: "Famílias atípicas e os direitos de docentes nas Universidades, IFs e CEFETs". O painel revelou um cenário desafiador para a garantia de direitos: o direito à redução de carga horária sem compensação de horas e sem perda salarial é garantido pela Lei nº 8.112/90 (Estatuto do Servidor Federal) para docentes que possuem deficiência ou que cuidam de familiar dependente (cônjuge, filho/a) com deficiência. Embora a Lei nº 8.112/90 (Federal) garanta o direito de redução de jornada, sendo seu princípio estendido por jurisprudência a servidores estaduais e municipais, a legislação é vaga e não especifica a carga horária a ser reduzida. Essa lacuna exige que o sindicato aprofunde a reflexão sobre como as instituições de ensino podem e devem estabelecer parâmetros e regras internas para garantir a efetividade deste direito.

A superação desse desafio exige um esforço coletivo, especialmente porque é fundamental assegurar resoluções específicas em cada instituição de ensino que garantam a efetividade dos direitos das famílias atípicas, conforme previsto na Lei nº 8.112/90. Nesse processo, a participação ativa das seções sindicais é indispensável, seja no acompanhamento, na proposição ou na avaliação das normativas internas. Além disso, os acúmulos realizados nos espaços do ANDES-SN indicam que nossa ação deve se orientar pelo deliberado no 68º CONAD, que determina:

Que o ANDES-SN amplie as discussões e fomente ações sobre a garantia de redução da jornada de trabalho e prioridade na escolha da distribuição dos encargos didáticos para mães, pais, responsáveis e tutores de famílias atípicas, assegurando que o exercício desse direito não gere prejuízos na carreira, especialmente em relação às promoções e progressões.

Portanto, o desafio vai além da garantia da justa redução de carga horária, é preciso assegurar que docentes cuidadores(as) tenham condições de continuar exercendo suas funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão sem qualquer impacto negativo sobre seus processos de progressão e promoção. Do mesmo modo, deve ser assegurada a prioridade na escolha dos encargos, considerando a necessidade de adequar a jornada de trabalho ao tempo de cuidado que lhes é demandado. Tais medidas, embora não detalhadas na legislação, constituem garantias fundamentais para docentes cuidadores(as) em famílias atípicas e devem orientar a luta sindical no próximo período.

O debate sobre famílias atípicas fortalece o papel do sindicato na luta anticapacitista. Nesta perspectiva, é urgente denunciar a precarização da acessibilidade pedagógica nas Universidades, IFs e CEFETs: cada vez mais, estudantes PCDs têm sido acompanhados por bolsistas/monitores de graduação, os quais, na maioria das vezes, não possuem a formação adequada para o exercício dessas funções essenciais. Esse quadro configura um aprofundamento da precarização dos serviços públicos. Nesse contexto, a ação sindical deve debater e articular estratégias para reverter esta situação, garantindo a criação de código de vagas para concurso público de intérpretes, auxiliares de classe e profissionais de apoio, contribuindo, assim, para o estabelecimento de condições de acessibilidade pedagógica plena nessas instituições.

Diante da crescente apropriação do tema das famílias atípicas pela extrema direita, que impõe uma lógica de tutela e defende um modelo familiar nuclear monogâmico e cisheterossexual, torna-se imprescindível que o ANDES-SN fortaleça o debate em uma perspectiva classista e crítica. Disputar o sentido político do que é família é central para construir consciência de classe, pois são as famílias da classe trabalhadora que mais vivenciam os efeitos da precarização e das desigualdades estruturais. Assim, ampliar essa discussão no movimento sindical é condição estratégica para fortalecer a luta coletiva e a defesa dos direitos de todas as formas de família. Como desdobramento desse processo, uma ação política fundamental é estudar e acompanhar os Projetos de Lei em tramitação que tratam dos direitos das famílias atípicas e das pessoas com TEA, de modo a garantir incidência qualificada e defesa ativa desses direitos no âmbito legislativo.

POR REPARAÇÃO E BEM VIVER, MARCHAMOS!

O ANDES-SN ao longo da sua trajetória dos 44 anos tem contribuído com a luta e a organização da classe trabalhadora. Para tanto, temos realizado eventos e elaborado materiais como cadernos, cartilhas, revistas e jornais, que servem como base para nossa atuação na luta. A discussão sobre gênero, raça e diversidade sexual também têm acompanhado essa trajetória desde a constituição de um grupo de trabalho específico para discutir as opressões que infelizmente atravessam a classe trabalhadora. A opressão é uma ferramenta utilizada pelo sistema capitalista para a burguesia se manter no poder. As aprovações das cotas nas diversas esferas da universidade são uma tática de classe para que consigamos a reparação das mazelas causadas por esse modelo de sociedade. Estamos avançando, sim, como um sindicato antirracista e antimachista, lentamente, mas avançando. Necessitamos que nossa categoria e a própria classe entendam que essas pautas são nossas e que não iremos avançar nas conquistas de direitos e de uma sociedade anticapacitista, comunista e socialista, se não compreendemos que essas não são questões menores e identitárias, são pautas da classe trabalhadora.

A esquerda brasileira demorou muito para compreender a necessidade de aprofundar e atuar no combate às opressões. Continuar na reflexão se o que discutimos é identitarismo ou não, é um atraso e leva ao divisionismo. Precisamos avançar, o identitarismo é uma armadilha que o capitalismo colocou no colo da classe trabalhadora. Será que a pauta por reparação e bem viver, não é uma pauta da classe trabalhadora? Será que quando uma mulher negra conquista direitos numa sociedade capitalista, toda a classe trabalhadora não avança em seus direitos? Professoras e professores, vamos sair dos nossos armários, das correntes que nos aprisionam, e vamos enfrentar o chão de fábrica e as favelas, sem medo

de ser feliz. Só conseguiremos a felicidade plena se acabarmos com a pobreza e todas as mazelas desta sociedade,portanto, precisamos de táticas. Nós, docentes do GTPCEGDS, durante o ano de 2025, fizemos mais um seminário integrado, produzimos o protocolo de combate ao assédio nas instituições de ensino, participamos de diversos eventos, especialmente do COPENE sudeste que se mostrou uma experiência muito promissora.

O ANDES-SN executou a resolução sobre organização e participação na II Marcha Nacional das Mulheres Negras. Investimos para garantir a presença massiva das mulheres negras, e o esforço político e financeiro do Sindicato Nacional contribuiu para termos 300 mil mulheres no dia 25 de novembro em Brasília, inclusive mobilizando nossa base, que participou dessa importante agenda. As professoras e professores que participaram da marcha saíram emocionadas(os), além de convencidas(os) de que precisamos continuar marchando! Nenhuma pessoa se declara racista ou machista, mas reproduz essas opressões pois a sociedade é estruturada nas opressões e, infelizmente, ninguém, ninguém mesmo está livre desse legado.

A II Marcha Nacional das Mulheres Negras teve um papel importante na conjuntura nacional, pois pautou a defesa do povo negro, o combate ao racismo religioso, os impactos da letalidade do Estado na vida das mulheres negras, a necessidade de investimento em políticas públicas para as mulheres negras, além de erguer a bandeira antirracista como elemento tático na luta pelo fim do capitalismo. O papel do ANDES-SN na construção da marcha contribuiu para fraturar o pacto da branquitude, que persiste em nossas universidades, IFs e CEFETs, em nossas seções sindicais, bem como na esquerda, que também ainda não conseguiu superar o pacto da branquitude. E, por isso, continuamos marchando!

A LUTA CONTRA A MISOGINIA, O MACHISMO E OS CRIMES DE ÓDIO CONTRA AS MULHERES EM TODA SUA DIVERSIDADE, É TAMBÉM PAUTA DO MOVIMENTO SINDICAL!

O ANDES-SN vem, há pelo menos uma década, aprovando, em congressos e CONADs, medidas que enfrentam diretamente o machismo e a misoginia dentro do sindicato e das instituições de ensino. No 38º Congresso (2019), por exemplo, a categoria aprovou a paridade de gênero na diretoria nacional, entendida como mecanismo concreto para ampliar a presença de mulheres em espaços de decisão e combater a naturalização da desigualdade de gênero na vida sindical. No 43º Congresso aprovamos a seguinte resolução:

> Que o ANDES-SN em conjunto com as seções sindicais cobrem administrações as IES, IFs e CEFETs que cumpram o que está estabelecido na Lei Maria da Penha, não penalizando, revitimizando as vítimas de violência doméstica com exigência de documentação, inclusive com Processos Administrativos Disciplinares (PAD), garantindo o acolhimento imediato e quando for necessário, licença saúde, medidas protetivas, remoção para outra instituição de ensino, com deliberação num período de máximo 15 dias.

A nossa categoria reconheceu a necessidade do sindicato nacional incorporar a luta contra a violência doméstica e de gênero, bem como o combate ao feminicídio, como bandeiras do nosso plano de lutas. O ódio às mulheres vem marcando todas as formas de assédios e violências institucionais presentes em nossas universidades, IFs e CEFETs. Não podemos minimizar ou naturalizar essas violências nem normatizar o feminicídio, ou pior, criar uma patologização dos feminicidas. O machismo mata todos os dias. É urgente que as nossas seções sindicais lutem pela implementação do nosso "Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, Lgbtfobia e qualquer discriminação e violência" nas universidades, IFs e CEFETs, de modo a buscar garanti o acolhimento às vítimas.

A ausência de protocolos e do enfrentamento aos assédios e ao machismo marcou as cenas de medo e desespero vividos no dia 28 de novembro de 2025 pela comunidade acadêmica do CEFET Maracanã, quando o feminicídio vitimou Allane de Souza Pedrotti Matos, diretora e coordenadora da equipe pedagógica, integrante do Grupo Quilombo Urbano, e Layse Costa Pinheiro, psicóloga da instituição, ambas assassinadas por um colega de trabalho que não aceitava ser chefiado por mulheres.

Em 29 de novembro, uma mulher de 31 anos foi atropelada e arrastada pelo ex-namorado por mais de um quilômetro na marginal Tietê, em São Paulo, após se recusar a conversar com ele. Taynara Souza Santos foi vítima de tentativa de feminicídio e teve as pernas amputadas como consequência dessa violência. O agressor foi preso no domingo, dia 30. Em 23 de novembro, Catarina Kasten, de 31 anos, estudante de pós-graduação da UFSC, foi vítima de feminicídio quando estava indo à natação. Esses casos são exemplos de feminicídio que, no Brasil, é uma epidemia.

Em Brasília, no dia 5 de dezembro de 2025, a militar Maria de Lourdes Freire Matos, de 25 anos, com a patente de Cabo e musicista do Regimento, foi encontrada morta e carbonizada após um incêndio nas dependências do 1° Regimento de Cavalaria de Guardas (1° RGC), esse crime é investigado como feminicídio. O suspeito do crime é um soldado do mesmo quartel que, preso, confessou o crime à polícia.

No dia 6 de dezembro de 2025, Rhianna Alves, mulher trans de 18 anos, foi vítima de feminicídio. A jovem foi morta por um motorista de aplicativo que confessou ter matado Rhianna Alves, o nome do assassino não foi revelado e, o mais grave, o feminicida levou o corpo da jovem à delegacia, confessou o crime e foi liberado pelos policiais após prestar depoimento. A Secretaria de Segurança Pública da Bahia não se manifestou sobre o crime de transfeminicídio e a improbidade administrativa cometida pelos agentes de segurança pública, que desprezaram a vida de uma mulher Travesti e liberaram seu assassino.

Em 13 de dezembro de 2025, outra companheira tombou. Odara Victor Moreira, funcionária da APP-Sindicato, foi mais uma vítima de feminicídio. Odara foi assassinada a facadas pelo ex-marido em sua casa, na capital de Curitiba. Na sexta-feira, dia 12 de dezembro, também em Curitiba, a empresária Priscila França, que já havia solicitado medida protetiva contra o marido, foi espancada até a morte na frente do filho de 8 anos. Os feminicídas, ambos, foram presos.

Os casos citados são alguns poucos exemplos de feminicídio que, no Brasil, é uma epidemia. Essa epidemia evidencia problemas que precisam ser enfrentados pelo Estado, como a precarização das condições de trabalho; o esgarçamento do tecido social agravado pelo estímulo ao armamento; a insuficiência de políticas públicas de saúde mental e a fragilidade dos mecanismos de segurança. Esses fatores aprofundam riscos especialmente para mulheres, mães e meninas, e demonstram a urgência de fortalecer políticas de proteção e prevenção.

Sobre os feminicídios ocorridos no CEFET/RJ, repudiamos essa estrutura machista e misógina que vitimou as duas companheiras, mas é urgente um enfrentamento duro a essa estrutura machista que é institucionalmente jogada para debaixo do tapete, devemos cobrar as investigações e que os(as) responsáveis por esse crime respondam por ele! Se houve omissão e improbidade administrativa que resultaram nos feminicídios, esses precisam ser enfrentados, reafirmando nosso compromisso permanente com a defesa da vida, dos direitos e da dignidade das trabalhadoras e dos trabalhadores.

É ocupar as ruas e lutar contra o feminicídio! É participar e construir ações de defesa da vida das mulheres!

Allane Matos e Layse Pinheiro, presentes!

Tendo em vista essa dura realidade e considerando nossas deliberações, devemos transformar essas resoluções em prática cotidiana nas seções sindicais e nos campi. Isso passa por: criar ou fortalecer GTs locais inspirados no GTPCEGDS; pressionar as reitorias e direções a adotarem protocolos institucionais contra assédio e discriminação alinhados às decisões do ANDES-SN; garantir paridade e representatividade de mulheres, pessoas negras, LGBTI+ e pessoas com deficiência nas direções e comissões; organizar formações continuadas sobre gênero e misoginia voltadas para docentes, estudantes e TAEs; e estruturar canais seguros de acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência de gênero. O enfrentamento à misoginia não se limita a moções e notas. Exige que cada base sindical assuma essas deliberações como compromisso político, organize suas próprias práticas

feministas e cobre das instituições políticas concretas de prevenção, garantia de apoio aos cuidados com saúde mental, proteção e reparação.

A LUTA POR COTAS PARA A POPULAÇÃO TRANS/TRAVESTI E DE COMBATE À TRANSFOBIA!

Nossa luta por cotas e políticas de reparação e ações afirmativas para a população Trans/Travesti considera o atual perfil da nossa categoria, desvelado pela Enquete Nacional sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente, em que participaram 110 seções sindicais e 136 instituições, num total de 4.714 docentes e aposentados em exercício. Sobre a identificação de gênero: 54,5% eram mulheres cisgênero e 40,2% homens cisgênero. Mulheres transexuais ou travestis somaram 0,1% e somente uma pessoa é homem trans. Assinalaram como não binário 0,5% das(os) respondentes. Assinalaram outros, preferiram não responder ou não sabiam 4,7%.

Esses dados evidenciam algo que o movimento LGBTI+ e a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) afirmaram no último período: os espaços escolares, formativos e da educação superior são violentos para a população Trans/Travesti. O que deixa evidente que o Sindicato Nacional precisa se posicionar na defesa da vida e das condições de trabalho de uma parte da categoria (0,1%) que cotidianamente tem sua existência negada institucionalmente.

Diante da atual conjuntura no país e no mundo, é perceptível que vivemos um contexto histórico marcado por intensas disputas relacionadas à defesa dos direitos humanos, em que a população trans e travesti se encontra no centro de um projeto político, jurídico, social e econômico que tem como objetivo erradicar sua existência da vida pública. Esse projeto que tenta exterminar a população Trans/Travesti é marcado pela proliferação de leis e políticas que, em vez de promover a inclusão e a dignidade, buscam criminalizar, marginalizar, silenciar e apagar as vivências Trans/Travesti.

Apesar desses setores conservadores e de extrema direita tentarem nos matar, nós escolhemos lutar e viver! O avanço de uma agenda antitrans no Brasil, impulsionada por esses setores, é resultado do crescimento do bolsonarismo e dos avanços da extrema direita no país e ao redor do mundo. No Brasil, a Lgbtfobia é crime, e os ataques às e aos docentes Trans/Travesti da base do ANDES-SN devem ser enfrentados com o rigor necessário, pois não toleraremos nem aceitaremos crimes de ódio contra a nossa categoria! Por isso, reafirmamos nossa luta por cotas em concursos públicos para população Trans/Travesti e o combate à Transfobia.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

VI – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN amplie as discussões e fomente ações sobre a garantia de redução de jornada de trabalho e prioridade na escolha das distribuições dos encargos didáticos para mães, pais, responsáveis e tutores de famílias atípicas, de maneira a garantir que o exercício deste direito não tenha impactos negativos na carreira dos(as) docentes, não afetando, portanto, suas promoções e progressões;
2. Que o ANDES-SN divulgue amplamente o "Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de assédio moral e sexual, racismo, LGBTfobia e qualquer discriminação e violência", enviando-o também a instituições de representação nacional na educação, como MEC, CNPq, CONIF, ANDIFES, ABRUEM, CONDICAp e CONDETUF;
3. Que o ANDES-SN, a partir do "Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração de assédio moral e sexual, racismo, LGBTfobia e qualquer discriminação e violência", contribua para que as instituições possam construir espaços de denúncia e apuração específicos para violência de gênero e violência étnico-racial, como ouvidorias ou núcleos permanentes;
4. Que o ANDES-SN, no processo de construção, organização e participação da Marcha das Mulheres Negras, insira materiais e atividades relacionadas à Campanha Sou Docente Antirracista, pautando a campanha em ações preparatórias para a Marcha por meio de suas seções sindicais;

5. Que o ANDES-SN promova ações de divulgação do documentário "Povo Negro Fica: a luta pelas cotas étnico-raciais" não apenas no âmbito da categoria docente do sindicato, mas também para o conjunto dos movimentos sociais;
6. Que o ANDES-SN fortaleça as discussões sobre políticas afirmativas para pessoas trans no ingresso e permanência em universidades, IFs e CEFETs, e também sobre o processo de organização e funcionamento das comissões de heteroidentificação no âmbito das políticas de cotas para essa população;
7. Que o ANDES-SN realize diálogos com a ABPN sobre a construção da Campanha Sou Docente Antirracista, de modo a estreitar as relações entre as instituições na constituição de ações antirracistas;
8. Que as seções sindicais pautem discussões sobre os desafios e os direitos das PCDs da categoria docente e famílias atípicas como espaço formativo e informativo, com o objetivo de organizar a categoria na disputa nas Universidades, IF e CEFET a garantia dos direitos previstas na Constituição Federal.
9. Que o ANDES-SN se posicione firmemente contra e articule ações para a eliminação do mecanismo de sorteio na seleção de cotistas para políticas afirmativas, abrangendo as cotas raciais para pessoas negras, quilombolas, indígenas, para Pessoas com Deficiência (PcD), e para pessoas trans, nos concursos públicos e processos seletivos simplificados, defendendo a utilização exclusiva de critérios classificatórios por mérito e qualificação; de maneira a garantir que as políticas de cotas cumpram seu papel de justiça reparatória e de acesso qualificado.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

III - POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN realize, no primeiro semestre de 2025, o IV Seminário Nacional Integrado, que inclua: o V Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN; o IV Seminário Nacional de Diversidade Sexual e o V Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas do ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN aprofunde o debate sobre a presença dos povos originários nas instituições públicas e fortaleça a luta pelo cumprimento da lei de cotas para seu ingresso nas IES, IFs e CEFETs, bem como para o fortalecimento de políticas de permanência.
3. Que o ANDES-SN, em articulação com os movimentos de mulheres e feminista, intensifique a luta pela legalização do aborto, contra o PL 1.904/2024, a PEC 164/2012 e quaisquer outros projetos que ataquem os direitos sexuais e reprodutivos de meninas, mulheres e pessoas que gestam.
4. Que o ANDES-SN, em parceria com suas seções sindicais e secretarias regionais, promova debates e ações sobre o abolicionismo penal, práticas antipunitivistas, desmilitarização das polícias, e a luta contra o encarceramento em massa, articulando-se com movimentos sociais.
5. Que o GTPCEGDS, e GTPFS, articule atividade formativa durante IV Seminário Integrado para abordar temas como o abolicionismo penal, a luta pelo desencarceramento, a luta antirracista e o protagonismo de mulheres trans, travestis, ciganas, indígenas, negras, quilombolas e do campo nas Universidades, IFs e CEFETs.
6. Que o ANDES-SN intensifique a luta por JUSTIÇA PARA MARIELLE FRANCO E ANDERSON GOMES, exigindo que os mandantes sejam responsabilizados!
6.1 Que esta consígna esteja presente nos materiais do ANDES para o 8M e que nossa militância nas plenárias de construção do 8 de março proponham a mesma como um dos eixos.
7. Que o GTPCEGDS promova painel sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de construir políticas sindicais que garantam os direitos de docentes com deficiência nas Universidades, IFs e CEFETs.
8. Que o GT C&T, em conjunto com GTPCEGDS, promova debates sobre maternidade e parentalidade, articulados à carreira docente e às condições de trabalho.
9. Que o ANDES-SN crie a proposta de protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, lgbtfobia e qualquer discriminação e violência nas Universidades, IFs e CEFETs, garantindo o acolhimento às vítimas.
10. Que o ANDES-SN, via GTPCEGDS, setores das IEES/IMES/IDES e das IFES, inclua o protocolo na pauta de reivindicações da categoria.
11. Que o ANDES-SN e SSind atuem no debate interno das suas instituições para a construção de normatizações internas e protocolos de combate, prevenção, acolhimento, enfrentamento e apuração de assédios (moral e sexual), racismo, lgbtfobia e todas as formas de violência e discriminação. Este Congresso

aprova o texto ora elaborado como subsídio para o debate e construção na categoria no âmbito dos conselhos superiores das instituições.
Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo e qualquer discriminação e violência nas Universidades, IFs e CEFETs, do ANDES-SN;
Considerando a Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023, que instituiu o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal; e a Portaria Conjunta MGI/CGU nº 79, de setembro de 2024;
Considerando a Lei n° 10.224 de 15 de maio de 2001, que criminalizou o assédio sexual, a Lei n° 4.742, de 2001, que criminalizou o assédio moral, a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que tornou racismo crime, e a interpretação da lei pelo STF que por equiparação passou a considerar LGBTfobia crime, o ANDES-SN propõe o seguinte protocolo para o enfrentamento, prevenção e apuração de assédios moral e sexual, racismo e quaisquer formas de discriminação, no âmbito das Universidades, IFs e CEFETs;
Entendemos que essa proposta deverá servir como subsídio para as seções sindicais apresentarem nas instâncias das Universidades, IFs e CEFETs. O(a) Presidente(a) do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições, RESOLVE:
Art. 1º Instituir normas e procedimentos no âmbito de uma política institucional de prevenção e combate aos assédios e racismo e quaisquer discriminações a serem adotados em Universidades, IFs e CEFETs, sendo de responsabilidade da administração da instituição a divulgação da política, dos canais de denúncia e atendimento.
Parágrafo único. Considera-se espaço da Universidade, IF ou CEFET qualquer local, físico ou virtual (redes sociais, e-mail, aplicativos de mensagens, serviços de conferências remotas; ambientes virtuais de aprendizagem e afins) onde sejam desenvolvidas atividades presenciais ou remotas da Instituição relacionadas a Ensino, Pesquisa, Extensão, Desenvolvimento, Inovação e Administração e interação acadêmica.
Art. 2º Assédio Moral: forma de violência que se manifesta por meio de gestos, palavras e atos que desrespeitam, a integridade física e/ou psicológica de uma pessoa ou grupo, na relação entre membros da comunidade acadêmica. Consiste na exposição de ocorrência única ou repetida de servidores/trabalhadores e estudantes a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes, praticadas por uma ou mais pessoas, por meio de comportamentos com o objetivo de: humilhar, ofender, ridicularizar, inferiorizar, culpabilizar, amedrontar, punir ou desestabilizar emocionalmente os trabalhadores e os estudantes, colocando em risco a sua saúde física e psicológica, além de afetar o seu desempenho e o próprio ambiente de trabalho ou estudo. Considera-se o assédio moral em suas manifestações diversas: assédio moral vertical descendente e ascendente; horizontal, misto; organizacional, cyberbullying.
Art. 3º São situações que caracterizam o assédio moral, entre outras:
I - alterar, sem a devida fundamentação no interesse público, as condições de trabalho ou estudo de uma pessoa ou grupo específico;
II - desqualificar, intimidar ou fazer críticas infundadas a alguém;
III - atuar para isolar alguém do restante do grupo ou tirá-lo(a) das funções;
IV - deixar de prestar informações necessárias à execução de alguma atividade;
V - ameaçar ou dificultar o usufruto de direitos, a exemplo de horários, férias,
VI - fazer ligações ou enviar mensagens, em meios não oficiais, exceto quando autorizado pelo(a) servidor(a), solicitando demandas fora do horário de expediente;
VII - controle de jornadas abusivas com exigência de envio de fotos da estação de trabalho de maneira reiterada e desproporcional, nas ocasiões de trabalho remoto;
VIII - ofender, espalhar boatos, fazer críticas ou brincadeiras sobre a vida pessoal, particularidades físicas, intelectuais/mentais, de gênero, emocionais e/ou sexuais de alguém.
IX - desqualificar, ironizar ou ridicularizar de forma direta ou indireta posicionamentos políticos, ideológicos, sindicais ou pedagógicos, incluindo-se abordagens didáticas e opções teórico-metodológicas.
X - Ações perseguidoras, a abertura de forma indiscriminada de Processos Administrativos Disciplinares (PAD) com o objetivo de privar direitos de docentes por motivo de convicção/posição filosófica ou política, por conta da sua produção intelectual e científica, que pensa um projeto de educação pública diversa, gratuita, laica e popular deve ser combatida, denunciada e enfrentada.
XI - gravar e divulgar trechos de aulas ou outras atividades acadêmicas sem o consentimento expresso do(a) professor(a) e demais envolvidos(as).
Art. 4º Importunação Sexual – nos termos do artigo 215-A do Código Penal, prática contra alguém e sem a sua anuência de ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou de terceiros ou favorecimento sexual.
Art. 5º Assédio Sexual: delito tipificado no artigo 216-A do Código Penal, também se configura por um comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar, ou constranger pessoa, afetar sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador. Para efeitos dessa normativa, a terminologia "assédio sexual",

quando adotada, inclui os casos de importunação sexual previstos no artigo 215-A do Código Penal, entre outras:
I - aproximar-se fisicamente de forma inoportuna, tocar ou criar situações de contato corporal, sem consentimento recíproco, com conotação sexual;
II - constranger com piadas e frases de duplo sentido, fazer alusões que produzam embaraço e sensação de vulnerabilidade ou perguntas indiscretas sobre o corpo e a vida privada;
III - fazer ameaças de perdas significativas ou promessas de obtenção de benefícios em troca de favores sexuais;
IV – constranger, questionar e/ou violar o direito à liberdade sexual de colegas e interferir no desenvolvimento das atividades laborais da pessoa vitimada;
Art. 6º Racismo - qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias e práticas que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial. O racismo engloba não apenas o preconceito e a discriminação, mas também todas as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas que desfavorecem uma pessoa ou grupo por conta de sua raça;
Art. 7º Capacitismo - toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas;
Art. 8º Lgbtfobia – todas as formas de violência contra pessoas LGBTI+ em que a motivação principal é sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, equiparada ao crime de racismo, nos termos da Lei n. 7.716/98.
Art. 9º XENOFOBIA - manifestações de aversão, hostilidade ou ódio contra pessoas que são estrangeiras ou são vistas como forasteiras. Isso inclui intolerância religiosa e cultural.
Art. 10º ETARISMO - estereótipos, preconceitos e discriminação direcionados às pessoas com base na idade que têm.
GORDOFOBIA - qualquer forma de desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos, incluindo omissão e recusa de adaptações razoáveis.
Art. 11 Discriminação de gênero – qualquer ação ou omissão baseada no gênero com o qual a pessoa se identifica que cause morte, agressão e/ou abuso físico, psicológico, sexual e dano moral ou patrimonial.
Art. 12 Considera-se discriminação toda conduta que tenha por objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais, a partir do entendimento de que certas características e/ou condições individuais seriam fundamento legítimo para a inferiorização de pessoas e grupos sociais.
Art. 13 São consideradas atitudes discriminatórias quaisquer manifestações baseadas em preconceitos de: raça, etnia, sexo, religião, identidade e modalidade de gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade, regionalismo, área de formação acadêmica, maternidade/parentalidade, condição física e intelectual, classe social, categoria funcional e/ou acadêmica entre outros.
Art. 14 Assédio moral, sexual, racismo, preconceito e atitudes discriminatórias praticadas por gestor(a), servidor(a) docente, ou técnico-administrativo ou por estudante, estarão sujeitos a apuração e penalidades, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente e a partir das normas das Universidades, IFs e CEFETs.
Parágrafo único: incluindo terceirizados(as); cedidos(as); público externo; universidade deve incluir no contrato das empresas de terceirização sobre a formação e o combate ao assédio e as diversas violências; as crianças e adolescentes que frequentam os espaços das IES – ECA.
Art. 15 Será constituída uma Comissão Permanente de Prevenção e Apuração dos casos de assédio moral, sexual, racismo e quaisquer formas de discriminação no âmbito da Universidade, IF ou CEFET.
Parágrafo único: A comissão mencionada no caput deste artigo terá o mandato de xx anos e será composta por no mínimo três membros titulares e três suplentes com direito a voz e voto e duas representações da Administração Central como ouvintes com direto a voz, sendo indicados: um titular e um suplente da categoria dos(as) Técnicos(as); um titular e um suplente da seção sindical docente; um titular e um suplente estudantil.
Art. 16 Competirá à Comissão Permanente de Prevenção ao assédio moral, sexual, racismo e quaisquer formas de discriminação:
I – em conjunto com o setor de comunicação da Universidade, IF ou CEFET desenvolver campanhas preventivas e educativas de combate ao assédio moral, sexual, racismo e quaisquer formas de preconceito.
II - realizar oitivas, analisar a documentação/provas e apuração das denúncias devendo produzir parecer com as possíveis indicações de resolução, para as instâncias da Universidade, IF ou CEFET avaliar e deliberar.
§ 1º - Para as oitivas, as partes serão previamente intimadas a comparecer em dia e local indicados pela comissão.
§ 2º - Caso seja possível, realizar audiência de conciliação e produzir termo de ajuste de conduta.
§ 3º - Caso não haja comparecimento de qualquer uma das partes, ou não ocorra a conciliação, o processo deverá ser encaminhado aos Conselhos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

§ 4º - Para a realização de suas atividades, a comissão permanente deverá contar com a infraestrutura necessária, fornecida pela administração da IES, inclusive previsão orçamentária, que lhe permita funcionar de forma autônoma e independente.

Art. 17 As denúncias devem ser formalizadas ao órgão/canal específico, vinculado à Comissão Permanente de Prevenção e Apuração dos casos de assédio moral, sexual, racismo e quaisquer formas de discriminação no âmbito da Universidade, IF ou CEFET, ou Direção/chefia de Departamento e/ou Instituto, de Colegiado, por provocação da parte ofendida, por representação ou de ofício pela autoridade que tiver conhecimento da prática de assédio moral, sexual, racismo e quaisquer formas de discriminação.

§1º - O órgão/canal específico encaminhará imediatamente as denúncias relacionadas a assédio moral, sexual, racismo ou preconceito à Comissão Permanente de Prevenção e Apuração para providências.

§2º - Os fatos devem ser relatados da forma mais completa possível, indicando o nome das pessoas envolvidas, local, data ou período, documentos, eventuais registros escritos, de áudio ou vídeo e testemunhas, caso existentes.

§3º - Os setores responsáveis pelo acolhimento, registro e apuração da denúncia deverão garantir o sigilo de todas as informações.

Art. 18 Nenhum(a) servidor(a) do quadro técnico, trabalhador(a) terceirizado(a), docente ou estudante da Universidade, IF ou CEFET poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou sanção por ter denunciado ou testemunhado atitudes definidas neste protocolo, salvo em caso comprovado de relato inverídico, falsidade ideológica ou má-fé.

Art. 19 Em havendo sindicância ou processo administrativo disciplinar e necessidade de preservação da integridade da vítima, a autoridade competente poderá solicitar a realocação da vítima a seu pedido, e/ou afastamento do(a) acusado(a) de sua unidade/órgão de origem, em caráter provisório ou, se for o caso, definitivamente.

Art. 20 As pessoas vítimas de assédio moral, sexual, racismo, lgbtfobia e outras discriminações deverão receber da Universidade, IF ou CEFET acolhimento, serviço psicológico e acompanhamento institucional enquanto perdurar o processo e/ou for demandada pela(o) solicitante.

Art. 21 As unidades, institutos e órgãos das Universidades, IFs e CEFETs na pessoa de seus agentes públicos, ficam obrigados(as) a tomar as medidas necessárias para prevenir e combater, o assédio moral, sexual, racismo, lgbtfobia e outras discriminações, conforme definido no presente protocolo.

Art. 22 A Universidade, IF ou CEFET, com base na legislação vigente, criará programas de formação, na modalidade presencial ou a distância, que abranjam os seguintes conteúdos mínimos:

a) causas estruturantes do assédio sexual, racismo, lgbtfobia demais crimes contra a dignidade sexual e violência sexual;

b) consequências para a saúde das vítimas;

c) meios de identificação, modalidades e desdobramentos jurídicos;

d) direitos das vítimas, incluindo o acesso à justiça e à reparação;

e) mecanismos e canais de denúncia;

f) instrumentos jurídicos de prevenção e de enfrentamento ao assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e a todas as formas de violência sexual disponíveis no ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1º Qualquer pessoa que tiver conhecimento da prática de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual, tem o dever legal de denunciar e de colaborar com os procedimentos administrativos internos e externos.

§ 2º Para fins do disposto neste protocolo, serão apuradas eventuais retaliações contra:

I - vítimas de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual;

II - testemunhas;

III - auxiliares em investigações ou em processos que apurem a prática de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual.

Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pelas instâncias das Universidade, IFs e CEFETs.

Art. 24º Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação.

12- Que o ANDES- SN e suas seções sindicais, intensifiquem os esforços de acompanhamento do cumprimento da lei 12.990/2014, visando denunciar o não cumprimento da mesma e mobilizar a categoria para seu efetivo cumprimento.

13 - Que nos Estados que ainda não tenham lei específica sobre cotas nos concursos públicos, o Andes-SN e suas seções sindicais, intensifiquem ações para que este fato não seja limitador do cumprimento da legislação federal e que se utilize os dispositivos constitucionais de autonomia universitária para realização dos concursos públicos e a cota, tomando como base, no mínimo o percentual da lei 12.990/2014.

14 - Que o ANDES-SN e suas seções sindicais tornem a campanha "Sou Docente Antirracista" de forma permanente até que as vagas perdidas pelo descumprimento da lei 12.990/2014 sejam completamente reparadas nas universidades, IF's e CEFET's com avaliação a cada congresso.

15- Que o ANDES- SN e suas seções sindicais promovam a luta por ações afirmativas nos modelos de progressão na carreira de docentes nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs.
16- Que o ANDES- SN realize durante o V Seminário Nacional de Reparação Afirmativas uma mesa como o tema: "Desafios para o ingresso, permanência e progressão de carreira para o povo negro nas IES, IFs e CEFET", buscando não apenas seguir acumulando sobre a urgente defesa da 12.990/2014, como analisar estratégias de permanência de docentes negros/as e possibilidades de construção de ações afirmativas nos modelos de progressão, tendo como referências nas diretrizes de carreira única do ANDES-SN.
17 - Que o ANDES–SN e suas seções sindicais, promovam a luta por ações afirmativas no ensino, pesquisa e extensão pelas universidades, IF's e CEFET's ou agências de fomento, visando a inclusão de docentes pretos, pardos e indígenas (PPIs) e docentes trans, travestis e PCD no financiamento público.
18 - Que o ANDES-SN em conjunto com as seções sindicais cobrem administrações as IES, IFs e CEFETs que cumpram o que está estabelecido na Lei Maria da Penha, não penalizando, revitimizando as vítimas de violência doméstica com exigência de documentação, inclusive com Processos Administrativos Disciplinares (PAD), garantindo o acolhimento imediato e quando for necessário licença saúde, medidas protetivas, remoção para outra instituição de ensino, com deliberação num período de máximo 15 dias.
19. Que o ANDES/SN continue acumulando discussões sobre o direito de pessoas com deficiência, realizando durante o IV Seminário Nacional Integrado do GTPCEGDS um painel com o tema: "Vivências e desafios de famílias atípicas", incluindo neste debate as questões que atravessam a vivência de docentes que sejam mães e pais atípicos.
20. Que o ANDES/SN, em conjunto com suas seções sindicais defendam que as IES, IF e CEFET garantam o cumprimento do Estatuto da Pessoa com Deficiência para a comunidade acadêmica e que concedam horário especial ao servidor(a) público(a) que tenha cônjuge, filho(a) ou dependente com deficiência de qualquer natureza, sem exigência de compensação de horário, conforme as Leis 8.112/1990 e 13.370/2016 para servidores(as) federais, e decisão do STF de repercussão geral, com extensão de direito aos servidores(as) públicos estaduais e municipais.
21. Que o GT Carreira e o GTSSA debatam especificidades e produzam materiais instrumentos que contribuam com a garantia dos direitos necessidades dos professoras(es) com deficiência, pais/mães/responsáveis solo, famílias atípicas e seus cuidadores.
22. Que o ANDES-SN construa uma campanha nacional de conscientização sobre as especificidades docentes vividas por docentes cuidadoras(es).
23. Que o ANDES intensifique os debates no âmbito do GTSSA sobre a revisão das normativas de carga horária, garantindo que cuidadores(as), famílias atípicas, e mães/pais/responsáveis solo possam desenvolver ensino, pesquisa e extensão de forma equilibrada, sem sobrecarga.

TR – 47

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais promovam debates, acumulem conhecimento e disseminem informações sobre o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial, acompanhando a PEC 27/24 com apoio da assessoria parlamentar.

2. Continuar lutando pela revogação do teto de gastos do arcabouço fiscal, como condição fundamental para qualquer política pública estruturante. Exigir o REVOGAÇO! Exigir a não aprovação da Reforma Administrativa!

3. Incidir politicamente nas pautas de justiça climática, denunciando a violência estrutural e o impacto da emergência climática na vida da população negra, periférica, dos(as) camponeses(as), e de ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

4. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais construam ações e participem de atos e manifestações contra as chacinas praticadas pelos governos estaduais via agentes de segurança pública, pautando a

guerra às drogas, a criminalização da pobreza e o racismo institucional, que atingem populações periféricas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

5. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais promovam espaços formativos por meio de atividades de caráter educativo que abordem a questão da xenofobia, definida como manifestações, atitudes e práticas de preconceito e hostilidade contra indivíduos ou grupos por sua origem nacional, étnica ou cultural, levando à discriminação e à violação de direitos humanos.

6. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais cobrem das administrações das Universidades, IFs e CEFETs, medidas que evitem feminicídios, agressões e qualquer tipo de violências a trabalhadoras; investimentos em espaços formativos, a partir do "Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, Lgbtfobia e qualquer discriminação e violência" nas universidades, IFs e CEFETs; garantias de acolhimento às vítimas, preservando a autonomia universitária e a não militarização dos espaços das Universidades, IFs e CEFETs.

7. Que as Secretarias Regionais, em conjunto com as seções sindicais, façam ações nas Universidades, IFs e CEFETs, de divulgação e implementação do "Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, Lgbtfobia e qualquer discriminação e violência" nas universidades, IFs e CEFETs, garantindo o acolhimento às vítimas.

8. Que o GTPCEGDS, em conjunto com os setores das IFES, IEES/IMES/IDES, construa um dia de luta em defesa da implementação do "Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, Lgbtfobia e qualquer discriminação e violência" nas universidades, IFs e CEFETs, garantindo o acolhimento às vítimas.

9. Que o ANDES-SN produza materiais formativos e de mídia de combate ao feminicídio e, em 25 de novembro de 2026, realize um ato nacional, nas Universidades, IFs e CEFETs, de combate à violência de gênero e ao feminicídio.

10. Que o GTPCEGDS, em reunião no primeiro semestre de 2026, faça um painel para debater o processo de composição étnico-racial do povo negro sob a pespectiva da educação antirracista, com o objetivo de ampliar o letramento racial das bancas de heteroidentificação.

11. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais pautem, junto às suas bases, a defesa das cotas para pessoas Trans/Travestis e a necessidade de enfrentar crimes de ódio contra essa população nas Universidades, IFs e CEFETs.

12. Debater estratégias, em conjunto com sindicatos representativos dos técnico-administrativos, que visem garantir códigos de vaga para concurso público de intérpretes de libras, auxiliares de classe e profissionais de atendimento educacional especializado, contribuindo para as condições de acessibilidade pedagógica nas Universidades, IFs e CEFETs.

13. Que o ANDES-SN, via GTPCEGDS e GTCA, amplie as discussões sobre os parâmetros e condições para a produção de materiais de mídia acessíveis, garantindo comunicação inclusiva e alinhada ao projeto político do Sindicato Nacional, com vistas aos princípios da preservação digital e acessibilidade.

14. Que o ANDES-SN solicite levantamento, junto às seções sindicais, das vagas perdidas pela burla da política de cotas, nos concursos públicos de Universidades, IFs e CEFETs, com o objetivo de articularmos a luta por reparação com a disponibilização de vagas.

15. Que as seções sindicais, via os GT Carreira, GTPCEGDS e GTPE locais, constituam comissão para elaboração de propostas junto às Pró-reitorias de gestão de pessoas, ao setor responsável pelos concursos públicos e aos conselhos universitários, com o objetivo de evitar o fracionamento de vagas e outros mecanismos de burla, tendo em vista a efetividade da lei de cotas 15.142/2025.

16. Que o ANDES-SN estabeleça diálogo com a ABPN para a construção de campanhas de inclusão, nos currículos, de disciplinas que tratem das relações étnico-raciais.

17. Que o ANDES-SN fortaleça ações em defesa dos direitos da população trans, com ênfase em políticas afirmativas e de permanência na educação pública, e inclua na sua agenda de lutas a construção e participação na Marcha Nacional Trans.

TEXTO 48

Contribuição da Diretoria da ADUFF/SSind e do GTPCEGDS da ADUFF/SSind

A LUTA PELA REPARAÇÃO DAS VAGAS PERDIDAS COMO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL NAS IES

TEXTO DE APOIO

Dentro do que temos vivido nos últimos anos, é preciso reconhecer que nosso Sindicato Nacional e suas seções sindicais têm avançado na luta antirracista; todavia ainda temos vivenciando de forma constante e crescente situações de racismo no interior das Instituições de Ensino Superior, o que nos exige compreender que a contribuição mais efetiva para a mudança dessa realidade ainda é um grande desafio para o sindicalismo. Nos deparamos com situações que demonstram que apesar do avanço obtido, essa não é uma questão assumida como prioritária na pauta do sindicalismo brasileiro, inclusive para uma parcela do movimento docente.

Enfrentamos um legado de ideias de um setor da esquerda que afirmava, de forma simplista, que essas questões não são relevantes para a luta de classe e que na sociedade socialista esses problemas deverão ser superados. Na prática, negavam a existência de hierarquizações raciais e de gênero na estruturação da totalidade das relações sociais no nosso país, esquecendo-se dos diversos lugares de pertencimentos da classe trabalhadora.

Portanto, não admitiam, e alguns ainda não admitem, a existência de relações de opressões também na Universidade, as quais precisam ser reconhecidas e combatidas desde já, porque só vai haver transformação real nessa sociedade se compreendermos que o capitalismo para sobreviver se nutre da exploração e da opressão em todas as esferas da vida social. Ou seja: *não é o Feminismo e as lutas antirracistas que dividem a nossa classe e sua luta. Quem divide a classe trabalhadora é o racismo, o sexismo, o machismo, a xenofobia, a lgbtfobia, entre outros mecanismos utilizados para estimular a divisão entre trabalhadoras e trabalhadores.*

Dentre as tantas expressões da existência do racismo na sociedade e sua reprodução nas instituições, se destaca a existência de tão poucas negras/os na Universidade (principalmente na função de docente), o que se configura como racismo institucional. A universidade brasileira é uma instituição historicamente criada para formar os/as filhos/as da classe dominante do país. Assim sendo, não estão imunes às relações sociais marcadas pelo racismo da estrutura social brasileira. Ao contrário, a maioria dos/as estudantes, docentes e técnicos/as administrativos/as e, sobretudo, trabalhadores/as terceirizados negros/as sofreu, sofre e/ou presenciou racismo dentro destas Instituições. Este ocorre por meio de ofensas diretas, piadas, segregação nas atividades acadêmicas, tratamento diferenciado, dentre outras formas.

Há ainda outra manifestação de racismo nas instituições de ensino superior que é, igualmente, perversa e, até pouco tempo, naturalizada e não percebida, que desconhecem, por ignorância ou posição assumida ideologicamente, sobre os valores civilizatórios africanos que herdamos e que ajudaram a constituir a sociedade brasileira. Trata-se da exclusão de autores e autoras negros como referências bibliográficas, currículos e das prateleiras das bibliotecas. Autores e autoras, como por exemplo, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, dentre tantos outros/as intelectuais negros(as) que são invisibilizados(as). Trata-se também, na Universidade, da exclusão, em seus currículos para a formação profissional e humana, sobre o processo de produção de conhecimento apresentado por negros/as. Negam-se as suas epistemologias, seus pensares e fazeres, suas cosmogonias, suas ancestralidades, suas cosmopercepções e suas relações homem-natureza. Da mesma forma que poderíamos apresentar essas mesmas questões para os povos originários.

A população negra é discriminada por meio de um discurso e de práticas que são estabelecidas pelos dominantes, às quais a população negra é constantemente pressionada a se adaptar e a se moldar. Tal prática gera impactos diretos na saúde dos indivíduos e no seu rendimento escolar ou laboral porque as nossas subjetividades não se fazem ao acaso, não são substâncias em si mesmas, ao contrário, são construídas por meio das relações sociais.

O racismo resulta do processo histórico de consolidação de um capitalismo dependente e periférico que, por escolha das classes dominantes brasileiras, atualiza e adensa as formas de produção e reprodução de uma opressão racial cotidiana, profundamente, naturalizada e estruturante da totalidade das relações sociais.

Mas, é muito importante ressaltar que esse sofrimento não é vivido sem resistência. Todavia, é comum nos depararmos com críticas às manifestações de denúncia das práticas racistas, como se essas fossem exageradas e raivosas. Sem dúvida alguma, os nossos protestos são movidos por legítimos sentimentos de raiva, revolta e indignação e seu propósito é lutar contra a tentativa constante e cotidiana de nos desumanizar e de nos inferiorizar.

Desde a escravidão os escravizados/as utilizaram diversas estratégias para resistir. Durante o período pós abolição as lutas se seguiram e a esta se somaram aliados das batalhas contra a discriminação racial. Mas, foi em 1978, em resposta à crueldade da ditadura militar contra os setores oprimidos e contra todas/os que lutavam pela democracia, que as diversas organizações de movimentos negros se unificaram em torno de uma pauta única. Desafiando a ditadura, representantes das organizações denunciaram nas ruas o preconceito racial e social, a diferença salarial e, sobretudo, combateram o "mito da democracia racial". Durante a década de 1970 a 1980, um grupo de mulheres negras se convenceu da necessidade de brandir simultaneamente contra o racismo e o sexismo, já que essas duas formas de opressão se interligam, e se organizaram para soltar suas vozes e brigar por espaço de representação, tanto no movimento negro, como no movimento feminista, o que resultou no enegrecimento do movimento feminista e na ampliação do protagonismo das mulheres no movimento negro (Carneiro, 2003)[46].

Essas lutas dos movimentos negros levaram a algumas conquistas importantes. Entre estas destacamos: a Lei 10.639/03, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", a política de cotas e a Lei n. 12.990/14 que reserva 20% de vagas para negros/negras nos concursos públicos; ampliada para 30% pela lei 15.142/2025.

Sabemos que a conquista da política de cotas para estudantes negros/as e de reserva de vagas para concursos públicos para trabalhadores/as negros/as não esgota os desafios para o enfrentamento das iniquidades raciais. Ainda que tais políticas constituam uma conquista social e uma das medidas importantes de combate ao racismo e suas mazelas, ressaltamos que o fato da sua implantação ter se dado em um contexto de reestruturação neoliberal do Estado brasileiro dificulta a sua efetivação plena. Lamentavelmente, as políticas de reparação histórica são vivenciadas em um cotidiano de precarização das condições de trabalho, franca deterioração da estrutura física das instituições de ensino, baixo financiamento para pesquisa e extensão, ausência de uma política consistente de assistência estudantil, bem como é parte deste contexto de perda de direitos, sucateamento das políticas públicas, criminalização da pobreza e política de extermínio da juventude negra nas periferias.

O enfrentamento ao racismo no interior das instituições de ensino por meio da luta pelo cumprimento integral da reserva de vagas da Lei de Cotas em Concursos Públicos, da luta pela ampliação da reserva de cotas raciais e por políticas de permanência estudantil são imprescindíveis. Para fortalecer essa luta é necessário tomarmos consciência de que o racismo existe e nos divide e essa divisão favorece aqueles que querem que a classe trabalhadora dispute entre si para entrar na universidade ou no mercado de trabalho e acredite que é assim porque sempre foi assim. Quando a negação prevalece, essa realidade é interpretada como decorrência natural e inevitável das desigualdades sociais do Brasil e não se consegue enxergar suas verdadeiras causas.

[46] Carneiro, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do Outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

Na ADUFF, como parte das deliberações de 43º Congresso do ANDES-SN, o GTPCEGDS criou uma comissão para fazer a contagem das vagas perdidas tanto pela não implementação da lei de cotas (com o fracionamento das vagas) quanto pela falta de mecanismos efetivos para sua execução. Nesse sentido, descobrimos que 130 vagas para cotas PPI foram perdidas entre 2014-2019, período em que se fracionada os concursos, e outras 45 vagas não foram preenchidas por cotistas entre 2020-2025, fazendo com que a universidade não atinja os 20% de cotistas nomeados nesse período. No total, a UFF deve 175 vagas ao povo negro!

Como parte do nosso engajamento com a campanha Sou Docente Antirracista, a diretoria levou a demanda de preencher esse déficit de vagas para a reitoria. Na reunião, as pró-reitorias reconheceram a importância da pauta, mas disseram temer a "insegurança jurídica" de tomar medidas para solucionar o déficit. A menção à insegurança jurídica veio pouco antes de o MPF do Rio de Janeiro ter recomendado à UNIRIO a tomada de medidas para reaver as vagas perdidas pela não implementação da lei de cotas. Isso fez com que a ADUFF optasse por acionar o MPF no início de 2026, para instar a UFF a promover a reparação.

O pedido da ADUFF ao MPF traz uma dimensão mais complexa da efetivação da lei de cotas, que é o fato do não preenchimento do percentual legal, mesmo após solucionado o fracionamento. No meio do processo, descobrimos que há entraves burocráticos que precisam ser sanados. Um exemplo é de que um candidato aprovado fora da margem prevista acaba não sendo convocado, mesmo tendo sido aprovado, dada a forma pelas quais as etapas estão estabelecidas nos editais.

Para além de questões burocráticas, há questões propriamente sociais e políticas. O fato é que em muitos concursos não temos candidatos/as aprovados/as. Um motivo sem dúvidas é o racismo funcionando diretamente, seja pela não inscrição de candidatos/as negros/as, por não se sentirem aptos/as a disputarem uma vaga em Instituição de Educação Superior, seja pela reprovação de todos/as candidatos/as cotistas nas primeiras etapas dos concursos. Essa situação revela, outrossim, o despreparo de candidatos/as cotistas para concorrer às vagas.

Nesse sentido, temos debatido no âmbito da ADUFF que a efetivação da lei de cotas raciais para docentes passa também por requerer a preparação de candidatos/as negros/as. Tarefa que precisamos empreender em conjunto com os movimentos negros e coletivos das Universidades. Nos processos seletivos para mestrado e doutorado, muitos coletivos negros Brasil afora têm lançado mão de cursos preparatórios para candidatos/as negros/as e também oficinas de produção de projetos. Acreditamos que o Sindicato Nacional tem capacidade de estabelecer um projeto de tal envergadura, em construção com os movimentos sociais, contribuindo para a efetiva aprovação de candidatos/as negros/as.

Outra questão que merece igual atenção ao movimento docente são as contradições que ainda temos enfrentado no que se refere às Comissões de Heteroidentificação, em especial para ingresso de estudantes negros/as nas IES. Em levantamento solicitado pela ADUFF à Pró-reitoria de Graduação da UFF (Prograd), levando em conta o período de 2017 a 2025, *90% dos estudantes optantes das cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI) são considerados aptos ao fim do processo de heteroidentificação*. Esse percentual, porém, diz respeito aos *69% de estudantes cotistas que enviaram os documentos requeridos no edital*. Onde estão os 35% de candidatos/as negros/os que se inscreveram? Outro dado identificado é o de que *65% dos candidatos cotistas fizeram recurso à decisão inicial de indeferimento da banca e, destes, 54% tiveram seu recurso também indeferido*. Na UFF, desde a pandemia de Covid-19, as bancas de heteroidentificação são realizadas de forma online. Defendemos a realização de bancas presenciais, garantida em todos os campi das IES, em especial, as bancas responsáveis por julgamento de recursos. Precisamos ainda aprofundar o debate sobre a composição das comissões de heteroidentificação nas IES, seu funcionamento, capacitação de seus membros, debatendo a importância das Comissões para a efetivação da garantia de acesso a negros/as nas IES, mas também o conjunto de contradições e retrocessos que têm impactado a política de reparação.

TR – 48

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que a campanha Sou Docente Antirracista em 2026 permaneça com o foco no resgate das vagas perdidas pela não implementação efetiva da lei de cotas para os concursos docentes, intensificando suas ações;

2. Que o GTPCEGDS crie uma comissão para articulação da contagem das vagas perdidas nas IES, em parceria com o Observatório das Políticas Afirmativas Raciais da Univasf - OPARÁ;

2.1. Que essa comissão avalie os entraves burocráticos e políticos que permanecem mesmo com a implementação da lei;

2.2. Que se faça um levantamento de como as IES têm construído estratégias para reparação das vagas perdidas, como material de subsídio para pressionarmos as reitorias que ainda não apresentaram proposta de planejamento para a reposição dessas vagas

3. Que o GTPCEGDS discuta a possibilidade de criação de estratégias nas seções sindicais para acompanhamento dos concursos docentes em que haja vaga para cotistas inscritos/as, no sentido de promover a preparação de candidatos/as negros/as em articulação com movimentos negros locais;

4. Que o ANDES-SN avalie a tomada de ações jurídicas para reaver as vagas perdidas, seja pela via do MPF ou do STF;

5. Que o GTPCEGDS faça um painel sobre as comissões de heteroidentificação.

TEXTO 49

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Ailton Cotrim Prates (ADUFAL), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (ADUPB), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisanil Patrocínio (ADUNEMAT), Lisleandra Machado (APESJF), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (ADUFSCAR), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Márcia Luzia Cardoso Neves (APUR), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (APUB/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (ADUFPB), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE), Paulo José Riela Tranzilo - (ADUFS BA), Pedro Silva (SINDUECE), Rita Porto (ADUFPB), Rogério Añez (ADUNEMAT), Sandra Luna (ADUFPB), Sarah Munck Vieira (APESJF), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (ADUNEB), Silvina Liliana Carrizo (APESJF),

Tarcisio Augusto Alves da Silva (ADUFERPE), Teresinha Weiller (SEDUFSM), Tiago Fávero de Oliveira (APESJF), Uiran Gebara da Silva (ADUFERPE).

PROPOSTAS PARA O ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, INSTITUTOS FEDERAIS, CEFETS E COLÉGIOS DE APLICAÇÃO.

TEXTO DE APOIO

O enfrentamento do assédio moral e sexual é uma questão sindical urgente e estratégica, que demanda ação coordenada, formação política e articulação institucional. O ANDES-Sindicato Nacional, enquanto entidade representativa da categoria docente, tem o dever e a capacidade de liderar esse processo, contribuindo para garantir a construção de ambientes de trabalho livres de violência e opressão.

Entende-se como assédio moral e sexual um conjunto de práticas reiteradas ou pontuais que violem a dignidade, a integridade física, psíquica e moral dos(as) trabalhadores (as), produzindo danos individuais e/ou coletivos no ambiente de trabalho e na organização institucional.

A construção de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada passa necessariamente pelo respeito à dignidade humana e pela erradicação de todas as formas de violência no trabalho.

Este documento propõe um conjunto de ações estratégicas para o enfrentamento do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho das Universidades Públicas, Institutos Federais, CEFETs e Colégios de Aplicação.

Conforme evidências midiáticas e acadêmicas recentes, casos de violência de gênero, assédio e até feminicídio têm ocorrido no âmbito de instituições educacionais. Tais práticas estão profundamente relacionadas a assimetria de poder, hierarquias institucionais e desigualdades de raça, gênero e classe, que atravessam o cotidiano das instituições públicas de ensino e revelam: (i) Fragilidade nos mecanismos institucionais de denúncia e apuração; (ii) Cultura organizacional que naturaliza práticas abusivas; (iii) Falta de formação específica para gestores e comissões de apuração, e; (iv) Necessidade de articulação entre sindicato, instituições e movimentos sociais.

Considerando:

A crescente preocupação com casos de assédio moral e sexual, inclusive aqueles que podem evoluir para feminicídio, como exemplificado em episódios reportados em instituições públicas de ensino;

A necessidade de criação de ambientes de trabalho seguros, dignos e equânimes nas IES e IFs;

O papel fundamental do ANDES-Sindicato Nacional na defesa dos direitos das(os) docentes e na promoção de políticas institucionais preventivas e protetivas.

TR – 49

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-Sindicato Nacional estabeleça ações para o:

1.1 Fortalecimento da Assessoria Jurídica Especializada

1.1.1. Criar um núcleo jurídico especializado em assédio moral, sexual e violência de gênero no trabalho, com atendimento prioritário às vítimas.

1.1.2. Reforçar, nas instituições de ensino, a cartilha-protocolo combate ao assédio para o atendimento inicial, acolhimento e encaminhamento de denúncias.

1.2. Campanhas Permanentes de Sensibilização e Formação

1.2.1. Desenvolver campanhas internas e públicas sobre os tipos de assédio, canais de denúncia e direitos trabalhistas e penais;

1.2.2. Promover ciclos de formação para as direções sindicais, representantes de seção sindical e docentes sobre: Legislação aplicável; Métodos de acolhimento sem revitimização e Interseccionalidade (raça, gênero, sexualidade, deficiência).

1.3. Pressão por Políticas Institucionais Efetivas

1.3.1. Exigir que todas as instituições públicas implementem: Comissões de apuração paritárias, com formação específica e independência; Canais de denúncia seguros, confidenciais e com garantia de não retaliação e Protocolos claros e céleres para investigação e decisão.

1.4. Articulação com Coletivos e Redes de Apoio

1.4.1. Estabelecer parcerias com coletivos feministas, anti-racistas, LGBTQIAP+ e de mães/pais dentro das instituições públicas.

1.4.2. Criar uma rede de apoio sindical entre docentes para suporte psicossocial e acompanhamento de casos.

1.5. Pesquisa e Produção de Dados

1.5.1. Realizar um levantamento nacional, por meio das seções sindicais, sobre a incidência de assédio moral e sexual no ambiente docente.

1.5.2. Publicar relatórios periódicos para embasar campanhas e negociações.

1.6. Atuação em Fóruns de Controle Social

1.6.1. Incluir a pauta do assédio como item permanente nas mesas de negociação com o MEC, SETEC e reitorias.

1.6.2. Participar ativamente de fóruns, Comitês de Gênero e Observatórios da Violência contra a Mulher.

TEXTO 50

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Ailton Lima Miranda (ADUFPA); Edivania Santos Alves (ADUFPA); Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA); Daniely Meireles do Rosário (ADUFPA); Francilene do Carmo Cardoso (ADUFPA); Francisco Ednard Duarte (ADUFPA); Jackson Costa Pinheiro (ADUFPA); Joselene Ferreira Mota (ADUFPA); Lilian Simone Amorim Brito (ADUFPA); Mario Júnior de Carvalho Arnauld (ADUFPA); Sheila Costa Vilhena Pinheiro (ADUFPA); Sônia Cristina de Albuquerque Vieira (ADUFPA); Vanja Vago Vilhena (ADUFPA).

ENEGRECER A EDUCAÇÃO BRASILEIRA, NÃO É FAVOR. É REPARAÇÃO HISTÓRICA!

TEXTO DE APOIO

O racismo estrutural e institucional presente na sociedade brasileira também se manifesta de forma perversa nas universidades públicas e privadas, Institutos Federais (IFs) e CEFETs, evidenciando que as desigualdades em nosso país se organizam de maneira indissociável entre classe, gênero e raça. Sendo assim, não é possível denunciá-las e combatê-las de forma isolada, o que exige da militância sindical uma compreensão interseccional e uma articulação política permanente.

Embora a composição étnico-racial da população brasileira seja formada majoritariamente por pessoas negras (pretas e pardas), representando cerca de 55,5% da população (Censo 2022), sendo 45,3% pardas e 10,2% pretas, os dados do INEP/IBGE (2022) revelam uma profunda desigualdade no corpo docente das universidades, IFs e CEFETs. Do total de 316.792 docentes concursados, apenas 26.770 (8,5%) são professoras negras e 31.541 (9,95%) são professore(a)s negro (a)s. Esses números confirmam o alcance e a eficácia dos mecanismos raciais de exclusão, que operam em favor da população branca, permitindo que mantenha o controle quase absoluto da produção e socialização do conhecimento científico, preservando lógicas e discursos racistas e higienistas baseados em hierarquias de raça e gênero.

É de conhecimento público que, recentemente, docentes negras e negros, em diferentes instituições de ensino superior, têm sofrido tentativas de impedimento de ingresso e permanência no serviço público, mesmo após aprovação em concurso. São exemplos a situação da professora Lorena Pinheiro (UFBA), a professora que precisou recorrer ao Judiciário; as violências verbais, simbólicas e tentativas de descredenciamento profissional vivenciadas pela professora Jacyara Paiva; o caso do professor Iguatemi Rangel (UFES); e, de forma particularmente grave, a anulação do concurso público da professora Érica Bispo, por decisão do Conselho Universitário da USP. Tais episódios não constituem fatos isolados, mas integram um padrão recorrente de sabotagem institucional da política de ações afirmativas e da presença negra no magistério superior.

Portanto, faz-se necessário e urgente uma educação antirracista como princípio político-pedagógico da Educação, pela exigência ao cumprimento das políticas de ações afirmativas tais como a Lei 15.142/2025 (Lei das Cotas) nos concursos públicos, o cumprimento das Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08 (ambas tratam da obrigatoriedade da inserção da história e cultura das populações afrodescendentes e indígenas no currículo da educação básica), assim como cumprimento das seguintes normativas: Resolução CNE/CP nº 1/2004 (que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para formação de professore(a)s e do Parecer CNE/CEB nº 14/2015 (que define diretrizes operacionais para a implementação da história e culturas dos povos indígenas na Educação Básica).

Diante desse cenário, torna-se necessária e urgente a afirmação da educação antirracista como princípio estruturante da Educação brasileira, assim como o cumprimento rigoroso de todas as leis e normativas que tratam das Políticas de Ações Afirmativas, pois reparação não é um favor, é direito inegociável! Embora tenhamos aprovado, com ousadia, no 42º Congresso do ANDES-SN, a campanha SOU DOCENTE ANTIRRACISTA, reconhecemos que sua efetivação ultrapassa ações simbólicas, como o uso de camisetas ou bottons. Trata-se de uma tarefa sindical necessária e estruturante, que exige organização cotidiana, enfrentamento político e compromisso coletivo para derrotar o racismo e construir uma sociedade baseada na igualdade e na justiça social.

Considerando o exposto, seguem abaixo as propostas de TR a serem encaminhadas ao 44º Congresso do ANDES-SN:

TR – 50

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN em conjunto com as Seções Sindicais engajem-se na campanha nacional da Associação Nacional de Pesquisadoras(es) Negras(es) – ABPN que propõe que seja cumprida a Resolução CNE/CP nº 1/2004.

2. Que o GTPCEGDS, juntamente com o GTPE, possa promover espaços formativos, via painéis, seminários, entre outros, que exponham dados que tratam do cumprimento da Resolução CNE/CP nº 1/2004 na educação superior, assim como das Leis 10. 639/03 e Lei 11.645/08 na educação básica.

3. Que o ANDES-SN indique ao Ministério da Educação, aos Conselhos Estaduais e Municipais a obrigatoriedade de, no mínimo dez por cento, de questões da educação das relações étnico-raciais no conteúdo dos concursos públicos e processos seletivos das universidades públicas de todas as esferas, IF’s e CEFET’s.

4. Que o ANDES-SN em conjunto com as Seções Sindicais identifiquem para coibir os mecanismos e estratégias institucionais de sabotagem e burla da política de cotas nos concursos públicos, tomando como base o percentual da lei 15.142/2025 por meio de ação política nos conselhos superiores universitários e nas pró-reitorias de planejamento e gestão de todas universidades de esferas públicas, IF’s e CEFET’s.

TEXTO 51

Contribuição da Diretoria do ADUFDourados – SSIND.

DIREITOS LINGUÍSTICOS DOS PROFESSORES SURDOS: NADA SEM NÓS, SOBRE NÓS!

TEXTO DE APOIO

O 44º Congresso do ANDES-SN reafirma seu compromisso com a unidade da categoria, reconhecendo que a valorização do docente deve ser plena e inclusiva. No entanto, o cotidiano de **professores/as surdos/as concursados/as** tem sido marcado por uma barreira invisível, mas intransponível: a negligência linguística institucionalizada.

Docentes surdos têm enfrentado situações que evidenciam: insuficiência histórica de Tradutores/Intérpretes de Libras (TILs); persistência de barreiras comunicacionais e institucionais; impactos negativos sobre ensino, pesquisa, extensão e administração; violação de direitos linguísticos assegurados por legislação federal; riscos à saúde e ao exercício da docência, mesmo diante de legislações garantidas, os docentes surdos têm enfrentado uma série de negligências linguísticas no dia a dia.

Não há valorização profissional sem acessibilidade linguística. O docente surdo, ao ser privado de intérpretes qualificados ou ao enfrentar a precariedade de contratos terceirizados, é colocado em uma posição de subordinação comunicativa que compromete sua saúde mental e sua progressão na carreira e seu trabalho como docente.

A presença de docentes surdos nas IES não é apenas uma conquista de inclusão, mas o exercício de um direito garantido pela Lei Federal nº 10.436/2002 e pelo Decreto nº 5.626/2005. Reivindicamos que a **acessibilidade linguística** seja compreendida como condição básica de trabalho. Não há autonomia acadêmica ou liberdade de cátedra se o docente surdo é privado de intérpretes de Libras para expressar seu pensamento, interagir com seus pares e exercer sua gestão institucional.

Reivindicar **"Nada sem nós, sobre nós!"** é exigir que o ANDES-SN incorpore a pauta linguística como uma pauta de classe. A Libras é o suporte do pensamento e do trabalho do docente surdo. Defender os direitos linguísticos e incentivar a participação plena dos surdos no sindicato é fortalecer toda a categoria contra o capacitismo e a precarização.

É urgente que o ANDES-SN compreenda que a luta pelos direitos linguísticos é uma luta de classe. Quando o Estado falha em prover condições de trabalho acessíveis, ele retira do docente surdo sua dignidade profissional e sua saúde mental, transformando a carreira em um percurso de exclusão. **"Nada sem nós, sobre nós!"** é o chamado para que a nossa categoria ocupe todos os espaços, com a garantia de que nossa voz — expressa em Libras — seja ouvida e respeitada.

TR – 51

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Garantia Integral de Acessibilidade Linguística: Exigir que as IES garantam a presença de intérpretes de Libras e condições adequadas de trabalho em todas as esferas da atuação docente, sem exceções: no Ensino, na Pesquisa, na Extensão, na administração acadêmica e nas representações institucionais (reuniões de colegiado, conselhos superiores, encontros, reuniões, sala de aula e seminários).

2. Acessibilidade no Espaço Sindical: Determinar que o ANDES-SN, em nível nacional e em suas Seções Sindicais, garanta acessibilidade linguística plena (intérpretes de Libras e tradução de materiais) em todas as atividades sindicais (assembleias, congressos, reuniões de GTs e mobilizações), assegurando que o docente surdo não seja apenas um espectador, mas um sujeito político ativo.

3. Incentivo à Participação Plena: Instituir políticas de incentivo e fortalecimento para a participação de docentes surdos/as nas instâncias sindicais, visando a criação de coletivos específicos que possam pautar as demandas de acessibilidade e direitos linguísticos de forma permanente na agenda de lutas da categoria.

4. Concurso Público para TILS: Lutar pela contratação de Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS) exclusivamente por meio de concurso público (RJU), combatendo a precarização e a rotatividade da terceirização, que prejudicam a continuidade do trabalho acadêmico e pedagógico dos docentes surdos.

5. Combate ao Capacitismo[47] na Carreira: Incluir nas pautas de negociação com o Governo Federal e entes federativos a denúncia de que a falta de acessibilidade linguística constitui barreira para o reenquadramento e progressão funcional, exigindo que as avaliações de desempenho considerem as especificidades da docência em Libras.

6. Formação Sindical sobre Direitos Linguísticos: Produzir materiais de formação e realizar debates sobre a importância da Libras como direito humano e profissional, combatendo o preconceito e a invisibilidade dos docentes surdos dentro e fora da universidade.

7. Coletar quantitativos de professores surdos nas IES: fazer um formulário e levantamento em rede nacional quantos são professores surdos efetivos e substitutos nas IES, afim de promover também a participação nas lutas , como sujeito político.

8. Direito à Identidade Docente (CNDB): Garantir que o direito à Carteira Nacional de Docente do Brasil (CNDB) seja assegurado a todos/as os/as docentes surdos/as, combatendo qualquer restrição documental que ignore sua condição linguística ou funcional.

9. Formação e Denúncia: criar grupo de trabalho e promover formações em nível nacional, sobre a situação dos docentes surdos, articulando a pauta à crítica às políticas de austeridade que comprimem o fundo público e atacam os recursos destinados à acessibilidade nas universidades e as barreiras linguísticas nas IES.

TEXTO 52

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Dinalva de Jesus Santana Macedo (ADUNEB), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Elaine de Oliveira Souza (ADUNEB), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira

[47] Categoria sociopolítica que designa a opressão estrutural, sistêmica e institucional exercida contra pessoas com deficiência. Fundamenta-se na lógica da "normalidade" produtiva, em que o corpo/mente padrão é estabelecido como parâmetro de funcionalidade e valor social. No contexto acadêmico, o capacitismo manifesta-se pela imposição de barreiras linguísticas e arquitetônicas, e pela valorização de ritmos de produção que desconsideram a diversidade funcional e linguística, resultando na exclusão, invisibilização e subalternização do docente surdo em suas plenas faculdades intelectuais e políticas.

(Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lílian Fátima Barbosa Marinho (ADUNEB), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Marco Antonio Araújo Silvany (ADUNEB), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Ronalda Barreto Silva (ADUNEB), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (ADUNEB), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Iwanoska Gama (Aduferpe).

EM DEFESA DA REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEM REDUÇÃO SALARIAL PARA DOCENTES UNIVERSITÁRIAS/OS MÃES E PAIS ATÍPICAS/OS

TEXTO DE APOIO

A docência no ensino superior se caracteriza por assentar-se em uma tríplice e exigente demanda na integração entre ensino, pesquisa e extensão, compondo a rotina de professoras e professores que são mães ou pais de filhos neurodivergentes (significa ter um funcionamento cerebral que difere do padrão considerado "típico" ou "normal", abrangendo condições como Autismo (TEA), TDAH, Dislexia, entre outras variações neurológicas), onde o processamento de informações, comunicação e interação social ocorrem de maneiras únicas, não como patologias, mas como diversidade natural da mente humana, com pontos fortes e desafios diferentes.

Nesse sentido, inúmeros desafios ocorrerão dos acompanhamentos frequentes nas terapias e consultas médicas até nas necessidades da logística familiar complexa e emocionalmente desgastante. A manutenção da produtividade acadêmica sob essas condições, sem um suporte institucional adequado, pode levar ao esgotamento, à estagnação da carreira e, em última instância, à perda de talentos qualificados para o sistema universitário.

Para mães e pais de indivíduos neurodivergentes no Brasil há um movimento crescente, focado na garantia de direitos trabalhistas, flexibilidade de jornada e apoio para conciliar trabalho e cuidados. Assim, considerando o papel sindical, argumentamos em defesa da preservação da igualdade substantiva e da excelência acadêmica, pela redução da carga horária de trabalho, sem a correspondente redução salarial. Para essas/es docentes, isso não se configura como um privilégio, mas um mecanismo necessário de equidade.

O objetivo é garantir que professoras e professores, mães e pais de filhas/os neurodivergentes, bem como professoras/es neurodivergentes, possam manter seu compromisso com o trabalho acadêmico, sem que suas responsabilidades familiares, se tornem um obstáculo intransponível para o desenvolvimento de sua carreira.

A sustentação legal baseia-se na proteção da família, o que se pode ver, por exemplo, no Artigo7º, XVIII, da Constituição Cidadã, a garantia do direito à licença à gestante. Este é um princípio que deve se estender, ou se adaptar, às necessidades da criança neurodivergente, desde o seu nascimento. A redução de carga horária deve funcionar como licença parental estendida ou condição adaptada, assegurando o sustento da família, sem prejuízo da renda.

A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Artigo 98, determina a concessão, à mãe ou ao pai, que tenha sob seus cuidados pessoa com deficiência, o direito a redução da jornada de trabalho, sem prejuízo do salário, caso essa necessidade seja comprovada. Este é o precedente legal mais direto. Para professores universitários, a aplicação deste princípio significa ajustar a carga horária de aulas e atividades administrativas imediatas, preservando o tempo e a energia para a pesquisa e a orientação, pilares da carreira acadêmica. Negar um ajuste razoável a um profissional devido às suas responsabilidades familiares neurodivergentes configura, na prática, uma discriminação indireta.

A concessão de redução de carga horária sem redução salarial para docentes universitárias/os mães e pais de filhas/os neurodivergentes é a aplicação concreta do princípio constitucional de proteção à família. Ao adotar tal medida, as universidades estarão investindo na sustentabilidade da carreira acadêmica.

TR – 52

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN promova ações no sentido de:

1.1. Pressionar para que as instituições estabeleçam normas para a implementação de regime de redução de carga horária para mães e pais atípicas/os, biológicas/os ou adotivas/os, sem a consequente redução salarial.

1.2. Pressionar para que as IES disponibilizem canais para escuta, assistência para doenças e agravos aos docentes universitárias/os mães e pais de filhas/os neurodivergentes, visto que a atenção integral à saúde destinada à pessoa com deficiência pressupõe uma assistência específica à sua condição, ou seja, serviços estritamente ligados à sua deficiência ou neurodivergência.

1.3. Conscientizar sobre os direitos e necessidades das/os docentes universitárias/os mães e pais de filhas/os, como fator preponderante para que a inclusão possa ser efetivada, uma vez que a legislação brasileira, instituída pela Lei nº 13.146/2015, visa assegurar e promover os direitos e a inclusão social das pessoas com deficiência.

1.4. Promover seminário com tema único a fim de conhecer e debater a realidade das IES, pois diferentes entendimentos da questão têm sido adotados, bem como dar maior visibilidade para o tema.

TEXTO 53

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Seguridade social e aposentadoria: ampliação e institucionalização dos ataques

O neoliberalismo avança no Brasil em diferentes frentes, tendo como marca frequente um processo contínuo de precarização e instabilidade. Ainda que absolutamente relacionados e funcionando em uma dinâmica que se autoalimentam, podemos afirmar que há pelo menos três formas distintas de verificar os impactos do neoliberalismo: no campo da organização do trabalho, o estabelecimento de metas rígidas, ritmos intensos e a expectativa de disponibilidade permanente configuram um cenário de pressão constante. No campo da economia, um conjunto de políticas e práticas que buscam a austeridade estatal no campo das políticas sociais e uma intensificação da lógica privatista, que aparecem ora sob a forma de utilização de recursos públicos para a iniciativa privada, ora como uma política de isenções fiscais e perdões de dívidas. No campo da ideologia, a intensificação da individualidade e a fragilização dos vínculos também dificultam a própria organização do enfrentamento a tal cenário.

Neste cenário, a seguridade social, que integra políticas de saúde, previdência e assistência social é um importante campo de disputas, representando, por um lado a defesa de condições adequadas de vida para a classe trabalhadora como direito universal e, por outro, a pressão pelas demandas de contenção fiscal, privatização e flexibilização, típicas das formas hegemônicas de acumulação capitalista. É um terreno em que se confrontam projetos antagônicos: o da garantia de direitos versus a subordinação das políticas sociais à lógica do mercado. Cada reforma previdenciária, representa a redução de financiamento público e cada avanço de modelos de gestão privatizantes expressa movimentos de disputa sobre quem deve financiar a proteção social, quem tem acesso a ela e em que condições. Justamente por isso esse campo tem sofrido constantes e intensos ataques com o avanço que o neoliberalismo teve no Brasil principalmente nos últimos 30 anos.

Neste contexto, o SUS é um dos campos de luta mais intensos desse embate. Criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pelas Leis Orgânicas da Saúde de 1990 (leis nº 8.080 e nº 8.142), nasceu em um contexto marcado pela guinada neoliberal na condução do Estado e na organização das políticas públicas. Seus princípios garantem acesso universal, equânime e integral à saúde e busca afirmar-se como uma política que caminha na contramão desse processo. No entanto, sob o argumento de aumentar a eficiência e reduzir gastos, consolidaram-se medidas como privatizações em larga escala, flexibilização das relações de trabalho, ajuste fiscal permanente e a retração do papel estatal na provisão direta de serviços. Esse movimento, fortemente alinhado a organismos internacionais de financiamento, redefiniu prioridades governamentais, enfraqueceu mecanismos públicos de proteção social e ampliou a dependência de soluções de mercado.

Portanto, não é por acaso que o sistema, ao longo dos anos, vem sofrendo sucessivos constrangimentos orçamentários. Tais como:

i) Descumprimento do propósito constitucional de aplicar 30% do orçamento federal na seguridade social;

ii) Aprovação tardia da Emenda Constitucional 29/2000, que definiu como cada ente federado deveria contribuir para o financiamento tripartite, bem como a ausência de seu cumprimento;

iii) Não aprovação da proposta que previa destinar 10% da Receita Corrente Bruta (RCB) para a saúde, conhecida pelo movimento “Saúde + 10”.

iv) Aprovação da Emenda Constitucional 95 que impôs prejuízos profundos à manutenção dos serviços públicos de saúde. Entre 2018 e 2020, os recursos do SUS foram reduzidos em cerca de 64,8 bilhões de reais em decorrência dessa emenda.

v) Novo arcabouço fiscal que restringiu o investimento público a 70% da variação real da receita do ano anterior, limitando o crescimento das despesas a, no máximo, 2,5%. Na prática, esse limite funciona como um novo teto, que passa a ficar condicionado ao percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) e não ao piso constitucional.

Todas essas medidas contribuíram para asfixiar ainda mais o financiamento do SUS, desencadeando sérias repercussões na sua capacidade de cumprir os princípios constitucionais. Mas é importante destacar que, se por um lado o financiamento público em saúde vem sofrendo restrições, por outro, o Estado brasileiro tem ampliado cada vez mais os incentivos e/ou promovido sua institucionalização em favor da iniciativa privada. Entre 2003 e 2015, o governo subsidiou o setor privado de saúde por meio de renúncia fiscal que somou cerca de R$331,5 bilhões. Apenas em 2023, o governo deixou de arrecadar R$568,1 bilhões — um montante quatro vezes maior que o orçamento federal da saúde. Dados do Tribunal de Contas da União estimam que até o final de 2025 os gastos tributários atinjam R$ 544,5 bilhões: mais que o triplo do orçamento do Bolsa Família, quase a metade das despesas previdenciárias do INSS e mais que o dobro de todos os investimentos públicos federais previstos para o mesmo ano. Vale lembrar que o Brasil segue sendo o único país do mundo com um sistema universal de saúde em que os investimentos privados (55%) superam os públicos (45%).

O fortalecimento da presença do setor privado se expressa também por meio das Organizações Sociais de Saúde (OSS), do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), e de entidades como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Criada em 2011, por meio da lei 12.550, a Ebserh é uma empresa pública de direito privado e faz parte das estratégias de ataques ao SUS por meio da privatização não clássica. Com o discurso de resolver o impasse com o TCU sobre a contratação irregular de trabalhadoras(es)por meio de fundações de apoio pelos hospitais universitários, a EBSERH tem cumprido seu papel de, entre outros, suprimir as(os) trabalhadoras(es) dos hospitais universitários federais contratados pelo Regime Jurídico Único e substituí-los por profissionais contratados via CLT. Com processos de adesão marcados por truculência e falta de transparência, os hospitais universitários federais convivem com os problemas amplamente denunciados pelo ANDES-SN: assédios, precarização do trabalho, fragmentação da luta da classe trabalhadora, perda da autonomia das universidades em relação aos HU, terceirização e quarteirização da contratação de trabalhadoras(es) e de serviços, barreira de acesso de estudantes e professores para atividades de ensino, pesquisa e extensão. O fechamento, redução e/ou abertura de serviços com justificativas fundamentadas na lógica do mercado em detrimento da qualidade da assistência e do ensino fazem parte do cotidiano dos HU sob gestão da EBSERH. Ainda, persistem a infraestrutura deficitária e a força de trabalho insuficiente. As questões que envolvem a Ebserh revelam a necessidade de um debate amplo e transparente sobre os possíveis modelos de gestão em saúde e suas consequências, o que também não vem acontecendo. A participação de diversos setores da sociedade nesta discussão ainda é incipiente, desafiando novamente a premissa da participação da comunidade no âmbito do SUS. Vale destacar que alguns HU estão sob gestão da EBSERH há mais de uma década, período em que alguns contratos de gestão deveriam ser avaliados para "suposta renovação". Este processo vem ocorrendo sem a participação da comunidade universitária no processo de avaliação do período de gestão e deliberação sobre manutenção ou encerramento do contrato. Esta última possibilidade deveria ser a mais provável pelo fato de que cláusulas dos contratos não têm sido cumpridas.

Há ainda outro elemento muito importante no debate sobre o SUS: as emendas parlamentares. A impositividade dessas emendas no orçamento do Executivo Federal teve início em 2014, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. No ano seguinte, com a aprovação da EC 86/2015, as Emendas Individuais passaram a ter execução obrigatória, correspondendo a até 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior, valor que corresponde a metade desse percentual (0,6%) destinada às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). Vale ressaltar que esse montante passou a ser contabilizado no cálculo da aplicação mínima constitucional em saúde.

Em 2019, as emendas de bancada estadual também se tornaram impositivas, e as emendas de relator — conhecidas como "orçamento secreto" devido à sua falta de transparência — passaram a ter

participação crescente no financiamento do SUS. Em 2023, o limite de execução das emendas individuais foi ampliado para 2% da RCL, mantendo-se a destinação de metade desse valor às ASPS.

Entre 2014 e 2024, as despesas em ASPS via emendas parlamentares saltaram de R$5,1 bilhões para R$24,8 bilhões. Para além do crescimento vertiginoso, também se observam mudanças no objeto de financiamento das emendas. Se antes as emendas cumpriam um papel de custear, sobretudo, despesas referentes a investimentos, hoje financiam de forma predominante as despesas de incremento (custeio) de serviços de saúde, com destaque para os serviços de atenção especializada, nível de atenção do SUS operado com a forte presença do setor privado. Essa situação tem conferido ao parlamento uma forte influência sobre o financiamento do SUS, uma vez que nos últimos anos o volume de recursos destinados a este sistema via emendas parlamentares foi maior que o orçamento das despesas discricionárias do Ministério da Saúde.

O aumento dessas verbas pode parecer um avanço, no entanto, trata-se de um repasse de recursos de forma irregular, prejudicando o planejamento em saúde. Há também distorções e distribuição desigual desses recursos, que não atendem uma lógica pautada nos vazios assistenciais e vulnerabilidades das localidades — aspectos que coadunam com o princípio da equidade — mas, a critérios meramente políticos. Destaca-se também a perda de autonomia da gestão local que, além de não poder utilizar os recursos das emendas para atender as reais necessidades do território, precisa fazer a mediação com parlamentares e prestadores privados de serviços de saúde, principais destinatários finais dos recursos oriundos das emendas. Vale ressaltar a falta de transparência sobre onde e como esses recursos estão sendo executados, com destaque para as entidades sem fins lucrativos e o uso dos recursos públicos destinados às emendas para interesses eleitorais.

Em 2025, o Ministério da Saúde lançou o Programa Agora Tem Especialistas (Portaria GM/MS Nº 7.307, de 25/06/25), com o discurso de reduzir a fila de atendimento na atenção secundária e terciária. Entretanto, trata-se de mais uma estratégia para drenar recursos do SUS para o mercado, pois prevê a emissão de "Certificado de Valor de Créditos Financeiros" — CVCF para hospitais privados com e sem fins lucrativos que realizarem atendimento aos usuários do SUS. Estes Créditos Financeiros serão usados para quitação tributária junto ao Ministério da Fazenda. Ainda, o programa prevê a troca de dívidas de operadoras de planos de saúde por atendimento especializado no SUS (Portaria Conjunta MS/AGU Nº 7.702 de 28/07/2025). Em dezembro de 2025, foi anunciado um "mutirão" para realizar mais de 61 mil cirurgias e exames com a participação de santas casas, instituições filantrópicas e hospitais sob gestão da EBSERH. Entretanto, estas medidas populistas estão sendo realizadas sem articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS, o que indica que não existe garantia de acompanhamento pós-cirúrgico e nem resolução dos problemas identificados nos exames.

Outra expressão dessa privatização da saúde acontece na Política de Saúde Mental, particularmente com a ampliação das Comunidades Terapêuticas (CTs), que se apresentam como dispositivos de acolhimento para pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas. Na prática, são um modelo privado de instituição de atenção que vai radicalmente contra a Lei nº 10.216/2001, marco da Reforma Psiquiátrica brasileira, que estabelece o cuidado em liberdade, a centralidade dos direitos humanos, a excepcionalidade das internações e a prioridade de serviços comunitários e territorializados. As práticas recorrentes das CTs incluem internações prolongadas, privação de liberdade, imposição de regras disciplinares rígidas, trabalho compulsório revestido de "laborterapia", ausência de projetos terapêuticos singulares e de equipes multiprofissionais qualificadas. O relatório *As comunidades terapêuticas em evidência: o que dizem as avaliações e fiscalizações do estado brasileiro?,* publicado em 2025, fez um mapeamento e sistematização dos principais trabalhos de avaliação e fiscalização das Comunidades Terapêuticas (CTs) realizados por órgãos e entidades estatais, sobretudo no âmbito federal. O documento revelou que todas as 205 CTs inspecionadas cometeram violações de direitos e/ou possuíam irregularidades, incluindo maus-tratos, punições, restrição de contato com familiares e cerceamento da autonomia, evidenciando que não se trata de exceções, mas de um padrão institucional.

Apesar dessas evidências, os incentivos governamentais às CTs permanecem significativos, com transferência de recursos públicos para serviços não estatais, pouco transparentes e fragilmente regulados. Como exemplo, o governo federal criou o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, com ampliação de financiamento das CTs por meio de editais e de qualificação de novos serviços. Desta

forma, foi instituída uma política pública, que reconhece as CTs como alternativa privada à rede pública, em detrimento do fortalecimento do SUS e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), deslocando o cuidado do território e da lógica do direito para espaços fechados e segregados.

Diversos movimentos antimanicomiais, conselhos profissionais, sindicatos, pesquisadores e entidades de direitos humanos têm constantemente denunciado as CTs como novos manicômios, criticam o uso de recursos públicos em instituições violadoras de direitos e reivindicam o fortalecimento da RAPS, dos CAPS e de políticas baseadas em cuidado em liberdade, redução de danos e participação social. Entre essas ações está o Manifesto contra as Comunidades Terapêuticas, construído pela ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental) e um conjunto de entidades e do qual o ANDES-SN foi signatário, que marcou o dia 10 de outubro de 2025 como o Dia de Luta contra as Comunidades Terapêuticas. Importante registrar que a ABRASME foi notificada extrajudicialmente pela Advocacia-Geral da União (AGU) em 03/12/2025, solicitando retratação e retirada de conteúdos das redes sociais. Tal ação tem um claro caráter intimidatório e representa uma tentativa de criminalização da luta contra as CTs, indicando também que, em que pese o montante de denúncias e a clara contradição aos princípios Antimanicomiais e mesmo à Lei nº 10.216/2001, o Governo segue incentivando e defendendo as CTs.

Dito isso, o SUS, enquanto política pública de Estado, enfrenta riscos substantivos decorrentes, entre outros, do persistente processo de desfinanciamento, da criação de estratégias de privatização clássicas e não clássicas, da crescente influência de interesses parlamentares e do mercado sobre os recursos destinados ao SUS e da substituição de políticas públicas antimanicomiais por CTs.

Política de Assistência Social como direito: caminho do desmonte?

Historicamente, o avanço do neoliberalismo também incide profundamente na Assistência Social, que sofre ameaças de redução de recursos destinados para programas de transferência direta de renda e a sustentabilidade do benefício sob a égide da austeridade fiscal.

No documento do Banco Mundial, "DOIS POR UM: Políticas para Atingir Sustentabilidade Fiscal e Ambiental, revisão das finanças públicas do Brasil", apesar do anúncio de garantia de "responsabilidade social", a análise das finanças públicas brasileiras que aponta para a necessidade de o país enfrentar a tendência de crescimento da dívida pública em relação ao PIB, intenciona repercutir na "contrarreforma" do serviço público, a denominada "reforma administrativa", que reduz a prestação das políticas públicas. Segundo o documento, esse enfrentamento exige mudanças estruturais nos programas responsáveis pelos maiores gastos do governo federal: Previdência Social, Regime Próprio de Previdência Social e BPC/LOAS. Argumenta que estes benefícios vão aumentar rapidamente pelo envelhecimento da população e indexação do valor dos benefícios ao salario mínimo. Entre as propostas para equilíbrio fiscal, o relatório indica a desvinculação de benefícios sociais do salário mínimo.

Observa-se o movimento do governo federal na perspectiva das medidas apontadas pelo Banco Mundial. Por exemplo, a emissão do Decreto 12.534/2025 redefine as regras de concessão, continuidade e suspensão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC/LOAS), e essa é a primeira medida mais direcionada à "contenção de gastos sociais", que intensifica a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, agudizando sua pauperização. Os principais pontos de atenção deste decreto são: 1 - Definições de Renda Familiar: redefine "família incapaz de prover a manutenção" como aquela cuja renda mensal bruta familiar dividida pelo número de integrantes seja igual ou inferior a um quarto do salário-mínimo. Nesse sentido, merece ressalva a revogação dos incisos II e V, do § 2.º do art. 4.º, que incluía, entre as excepcionalidades para o cálculo, programas de transferência de renda (tal como o Bolsa Família), bem como rendas de natureza eventual ou sazonal. Implica dizer que estas alterações contribuirão para deixar de fora do benefício diversas famílias que antes eram contempladas, em especial aquelas unipessoais, que recebem recursos do programa de transferência de renda do governo federal - Bolsa Família; 2 - Estabelece também que o BPC, concedido por via administrativa ou judicial, será revisto periodicamente para avaliação do preenchimento dos requisitos constantes da legislação e da continuidade das condições que lhe deram origem, e o processo de reavaliação passará a integrar o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada. Contudo, o Decreto não traz informações sobre qual será o período e como será feita essa revisão, mas os procedimentos de reavaliação já foram iniciados pelo INSS, responsabilizando a própria pessoa beneficiária pelos agendamentos da avaliação social e da perícia médica.

Ainda, este documento tenta adequar as exigências da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), porém o que assistimos na prática, no INSS, no processo de avaliação da deficiência das pessoas que buscam pelo BPC, é a negação desta avaliação biopsicossocial em, pelo menos, dois momentos distintos: 1) com a utilização do padrão médio — em que a análise social é feita por meio de algoritmos, sem a presença da(o) assistente social. Isso ocorre quando a pessoa passa pela perícia médica federal e esta reconhece a existência de impedimento grave; 2) quando a perícia médica federal entende que não se trata de impedimento de longo prazo, ocasião em que o requerimento é indeferido na hora, sem sequer levar em consideração ou mesmo passar pela análise social feita pela(o) assistente social do INSS. Nestas situações, a Lei 15.077, que redefine a LOAS e o Programa Bolsa Família, na perspectiva de maior controle institucional do Estado e restrição do acesso aos benefícios sociais tem-se uma análise puramente biomédica e não biopsicossocial, conforme preconizado na LBI (CFESS, 2025).

O impacto do arcabouço fiscal já pode ser identificado a partir das exigências impostas aos demandantes do BPC/LOAS, condensadas neste decreto. Ele integra um conjunto de orientações do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e Orçamento, que, com a dificuldade de manter as metas estabelecidas no arcabouço fiscal, têm tentado cortar investimentos principalmente das políticas sociais, como saúde, educação e assistência social. Cabe relembrar que, ainda em 2024, o governo federal já havia mudado regras para aumentar a fiscalização e impor normas mais rígidas, principalmente para a concessão do BPC.

O mais recente desses ataques aconteceu em 2025, quando o Ministério de Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicaram a Portaria Conjunta MDS/MPS/INSS Nº33, de 05/08/2025, que regulamenta e reatualiza normas do Benefício de Prestação Continuada - BPC, em especial, a reavaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência beneficiária(o) do BPC. Trata-se de uma estratégia para controlar a assistência social enquanto política de direito, reduzindo sua ação à gestão da extrema pobreza, ou seja, daquelas(es) com renda per capita igual ou inferior a ¼ do salário mínimo.

O cenário descrito acima evidencia a redução dos recursos para a política de assistência social, tornando ainda mais vulnerável a situação da população em condição de desigualdade social e, ao mesmo tempo, o governo Lula busca enfatizar uma lógica de "boa gestão financeira" dos recursos públicos. Desta forma, um dos ataques à assistência social tem sido a restrição de orçamento à proteção social básica e especial do Sistema Único da Assistência Social - SUAS e ao acesso de usuários ao Benefício de Prestação Continuada-BPC. Como sabemos, o BPC é o maior benefício, em montante de recurso e em capilaridade, na área da assistência social. Contudo, as restrições orçamentárias impostas a partir da implementação do Regime Fiscal de 2019 e, posteriormente, em 2023, têm impactado na redução drástica do orçamento da assistência no último biênio.

A Política de Previdência Social Pública: lutar e garantir direitos previdenciários

No século XX consolidou-se um dos maiores ganhos da humanidade: a longevidade, caracterizada pelo aumento da expectativa de vida da população em mais de trinta anos. No censo de 1900, a população total brasileira era de 17.438.434, sendo 558.399 o total de pessoas com idade entre 60 e 70 anos ou mais. Por outro lado, o Censo do IBGE de 2022 registra uma população total de 203.080.756, cuja população com idade entre 60 e 70 anos ou mais, corresponde a 32.113.490 pessoas. Nesse mesmo Censo de 2022, registra-se que o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em relação a 2010, totalizando cerca de 22,2 milhões de pessoas, o que representa 10,9% da população total.

A lógica de seguro social estrutura os direitos da previdência social em praticamente todos os países capitalistas. Em alguns países como França, Inglaterra e Alemanha, a lógica do seguro sustenta também a política de saúde. No Brasil, a lógica do seguro estruturou e estabeleceu os critérios de acesso da previdência e da saúde desde a década de 1923, com a Lei Eloy Chaves, que marcou formalmente o início da Previdência Social no Brasil por meio de incipientes benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão) para trabalhadores ferroviários, os quais sofreram algumas alterações e ampliações ao longo das décadas que seguiram, sendo o direito restrito às(aos) contribuintes. Apenas na década de 1980, com

a promulgação da Constituição Federal em 1988, a Previdência Social foi ampliada e incorporada à Seguridade Social, compondo a Proteção Social brasileira, junto com a saúde e a assistência social.

Em 1990, a Lei 8.213/1990 estabeleceu os Planos de Benefícios da Previdência Social e definiu, no art. 1º, os princípios básicos e finalidade da previdência como uma política contributiva que tem como finalidade assegurar aos seus "beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Todavia, a intensificação dos ataques neoliberais provoca o desmonte do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, sucessivos ataques à previdência social, os quais se materializam em políticas econômicas, marcadas por Tetos de Gastos e Arcabouços Fiscais, que impõem contrarreformas.

A previdência social, então, sofre reincidentes ataques com a política de austeridade imposta pelo avanço das políticas neoliberais. As contrarreformas da previdência estão sendo intensificadas desde os anos 1990: a EC 20/1998 do governo FHC, elevou requisitos de aposentadoria; a EC 41/2003 do governo Lula instituiu a contribuição de aposentados(as) e reduziu o valor dos benefícios; a EC 47/2005 restringiu regras de transição; a Lei 12.618/2012 e a Lei 13.183/2015 do governo Dilma instituiu, respectivamente, a Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos da União (FUNPRESP) e tornou automática a adesão da(o) servidora(or). Finalmente, em 2019, a contrarreforma do governo Bolsonaro (EC 103/2019) consolidou o modelo de austeridade ao impor idade mínima e ampliar o tempo de contribuição. Atualmente, parte significativa da classe trabalhadora sequer consegue acessar o direito de aposentadoria, seja pela condição de precarização do trabalho, sem filiação ao RGPS/INSS, com carteira assinada ou como contribuinte individual. Mas, é importante considerar que mesmo entre os que têm essa possibilidade, não existem garantias de que as regras não serão alteradas.

Condições de trabalho e saúde docente

Além dos impactos na seguridade social, a política neoliberal também incide diretamente no campo das relações de trabalho. Um dos mais diretos ataques foi a Reforma Trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467), que representou a maior mudança na legislação trabalhista brasileira desde a criação da CLT, em 1943, e significou um profundo ataque aos direitos das(os) trabalhadoras(es). Ela foi aprovada em um contexto de forte crise política, sob o argumento de modernizar as relações de trabalho, reduzir a informalidade e estimular a geração de empregos, porém, transcorrido quase 10 anos, nada disso aconteceu.

A particularidade do trabalho docente também imprime desafios específicos devido às condições próprias do trabalho docente. Em primeiro lugar, a carreira é marcada por alta carga de trabalho intelectual e emocional, incluindo pressão por produtividade, múltiplas jornadas (ensino, pesquisa, extensão, administração) e exposição prolongada a situações de estresse, adoecimento psíquico e doenças relacionadas à voz. Esses fatores tornam o processo de envelhecer no trabalho especialmente desgastante. Muitos docentes chegam à fase pré-aposentadoria com quadros acumulados de exaustão, ansiedade, burnout, problemas osteomusculares e limitações funcionais que dificultam a permanência na atividade, especialmente após as reformas que ampliaram o tempo de contribuição. Além disso, a aposentadoria no magistério envolve desafios ligados à identidade profissional. Para muitos professores, o trabalho docente é parte central de sua vida social e intelectual; por isso, o desligamento da rotina universitária pode gerar sentimentos de perda de pertencimento, isolamento e descontinuidade de projetos acadêmicos.

Na categoria docente, o neoliberalismo reorganiza profundamente as instituições acadêmicas e redefine o sentido do trabalho. A lógica da competição, da produtividade mensurável e da eficiência permanente têm estruturado o trabalho, transformando atividades historicamente formativas, tais como o ensino, a reflexão crítica e a pesquisa de longo prazo, em tarefas submetidas a métricas, rankings e avaliações incessantes. A intensificação do trabalho, que também caracteriza-se pelo aumento de atividades administrativas; a pressão por resultados rápidos e publicações contínuas; o acúmulo de funções e a precarização dos vínculos tornam-se elementos centrais do cotidiano universitário, contribuindo para o sofrimento e o adoecimento.

Foi diante desse contexto que a categoria demandou por um levantamento sobre o tema, que culminou na Enquete Nacional sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente do ANDES-SN. Baseada na Enquete Operária de Marx, a enquete possibilitou que o ANDES-SN, por meio do Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria - GTSSA -, coletasse informações relevantes para subsidiar as lutas da categoria. O levantamento sobre as condições de trabalho, demandas, exigências e cotidiano profissional verificou: o perfil sociodemográfico, o uso do tempo de trabalho; as percepções das condições de saúde docente diante do seu processo de trabalho; a utilização de tecnologias digitais e atividades remotas; as relações de trabalho e a organização sindical dos(as) docentes da base do ANDES-SN.

O objetivo da Enquete Nacional do ANDES-SN foi analisar as condições de trabalho e saúde docente nas instituições públicas de ensino superior. A primeira etapa, realizada em 2023, abarcou 11 instituições, englobando universidades federais, estaduais, municipais e instituto federal de todas as regiões do país. A coleta de dados ocorreu do dia 22 de maio ao dia 22 de junho de 2023, e contou com a participação de 1.874 docentes. Desta etapa, foi apresentado um relatório descritivo preliminar sistematizando alguns dos resultados e apresentando a apuração de 18 questões, dentre as 74 que constituíram a enquete. Considerando ser esta a primeira fase, de caráter experimental, visou-se testar o questionário e as condições de aplicação em um número limitado de instituições, para, na sequência, expandir a todas as instituições da base do ANDES-SN.

A segunda etapa de aplicação do instrumento ocorreu entre 16 de setembro e 19 dezembro de 2024, tendo o prazo sido estendido até 19 de fevereiro de 2025, voltada para docentes do ensino superior e do ensino básico, técnico e tecnológico, que atuam nas universidades federais, estaduais e municipais, nos institutos federais e Cefets e ampliou a consulta às(aos) aposentadas(os) que já não desenvolvem atividades. O total de docentes que participaram da enquete foram 5149, sendo que 4783 eram professores ativos (62% do setor das IFES e 38% do setor IEES, IMES, IDES) e 366 aposentados (68% do setor das IFES e 32% do setor IEES, IMES, IDES). As e os docentes estão lotados em 144 instituições. Após a realização da segunda etapa, no mês de abril de 2025, os dados *foram enviados a todas as se*ções *sindicais* que participaram da enquete e o conjunto dos dados foram tratados globalmente pela equipe técnica, em âmbito nacional. O conjunto de dados permite que sejam feitas análises em âmbito regional ou por instituições de ensino, servindo, assim, como um importante instrumento de diagnóstico e mobilização política.

As análises preliminares apontam que os efeitos da precarização das condições de trabalho e do sucateamento da infraestrutura se evidenciam no crescente desempenho de tarefas e funções que não são próprias da atividade docente. Verificou-se também que os(as) docentes passaram a assumir tarefas não específicas do seu trabalho, sendo relatado por 75,2% dos participantes. Além disso, 75,1% afirmaram que trabalham para além do regime de trabalho, quase 69% trabalham nos fins de semana e 57,3% nos feriados frequentemente ou sempre.

Além da piora referente a intensificação e das condições de trabalho, outro dado alarmante diz respeito a reposição salarial. Para 82,8% dos respondentes não houve nos últimos cinco anos reposição salarial igual ou acima da inflação. Um dos possíveis efeitos de todo esse processo de precarização tem levado mais de um terço (35%) dos respondentes a exercerem outras atividades para a complementação da renda e 67,7% terem contraído alguma dívida. A condição de endividamento se mostrou bem distinta se comparado com os aposentados, cujo endividamento foi relatado por menos da metade dos participantes (44,8%).

Outro ponto que chamou a atenção foi referente à saúde. Em ambos os setores (IFES e IEES, IMES e IDES) a percepção sobre a saúde no momento atual se encontra regular, porém quando questionado sobre a evolução da própria saúde no último ano, a maioria respondeu que piorou (51,9%). Essa piora se expressou nos altos índices de adoecimento relatados pelos(as) docentes, cerca de 86%. Destacaram-se entre os problemas de saúde, as doenças de caráter psicológico e emocional. A enquete abre espaço para inúmeras análises, que estão em realização, principalmente por meio do cruzamento de dados e informações coletadas.

Em diversos Congressos e CONADs do ANDES-SN, foram apresentadas resoluções que denunciaram o avanço das políticas neoliberais sobre o sistema de seguridade social, especialmente, a saúde, previdência e assistência social. Perante a intensificação e diversificação desses ataques, torna-

se necessário seguir envidando esforços contra a privatização das políticas públicas. É necessário seguir denunciando e enfrentando os diferentes ataques e a frequente restrição do estado neoliberal ao direito à assistência social e ao acesso aos serviços socioassistenciais, principalmente para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Precisamos fortalecer as lutas contra a privatização do SUS, enfrentar os regimes de previdência complementar sob a lógica dos seguros sociais orientados pelos interesses do capital, e defender a previdência social pública como direito de aposentadoria conquistado pela classe trabalhadora.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

PARTE 1 – TRs REMETIDOS DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN AO 68º CONAD

II - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Dar continuidade à Campanha "Funpresp: garantia de incertezas" até o final do 1º semestre 2025, procurando expandir o seu alcance, com apoio das seções sindicais.
1.1. Aprofundar o debate sobre a situação dos(as) docentes que entraram na carreira após 04 de fevereiro de 2013, no novo cenário previdenciário, de modo a dialogar com as demandas da categoria.
2. Assistência Social:
2.1. Reforçar as lutas em defesa do BPC no valor de um salário mínimo, sem elevação da idade nem falseamento de renda familiar per capita (como proposto no pacote contra gastos sociais, dez - PL 4.614/20242025, transformado em Lei 15.027/24) no valor mínimo de um salário mínimo, sem elevação da idade para pessoa idosa, e sob a concepção de deficiência expressa na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, ratificada pelo Brasil, em 2008 - pela não aprovação do PL 4.614/2024 BPC/PCD.
3. Que o ANDES-SN realize o debate acerca de uma política de acessibilidade que amplie a participação nos espaços do sindicato por idosos(as), PCD e com mobilidade reduzida.
4. Que o ANDES-SN, por meio do GTSSA, realize debate sobre medidas de atenção, no âmbito das IES direcionadas aos(às) docentes idosos(as). Fomente debate interno, com a sociedade e com o MEC e as instituições de ensino (estas últimas na condição particular de contratante da força de trabalho) em torno de uma política dee atenção aos(às) servidores(as) públicos(as) idosos(as).
5. Que o ANDES-SN continue a luta pelo reposicionamento e reenquadramento na carreira de modo a resguardar:
5.1. a posição do(a) docente aposentado(a) na nova carreira no nível correspondenteao topo ao que se encontrava no momento da aposenntadoria;
5.2. as resoluções do Conad extraordinário sobre carreira, de modo que nenhum(a) aposentado(a) tenha prejuízo em funçaõ das mudanças na carreira.
5.3. Que o ANDES-SN participe e fortaleça as lutas e manifestações em defesa da aposentadoria integral e com paridade, juntamente com outras entidades do serviço público federal.

VIII – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Previdência Social
1.1. Denunciar as fraudes e negligencias contra os(as) segurados(as) do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), exigindo que a apuração ocorra de modo transparente à sociedade, com as devidas reparações de prejuízos às pessoas lesadas e a responsabilização dos culpados.
1.2. Denunciar e lutar contra o desmonte da Seguridade Social (Saúde, Previdência Assistência Social e Educação) estabelecido no Documento do Banco Mundial "Dois por um: política para atingir sustentabilidade fiscal e ambiental – revisão das finanças públicas do Brasil", de 26 de junho de 2025.
1.3. Dar continuidade às lutas em defesa do "revogaço" das contrarreformas da previdência e denunciar novas tentativas de aprofundamento da contrarreforma da previdência.
2. Saúde:

2.1. Associar à luta de defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS) 100% público, gratuito e universal a denúncia do projeto de "popularização de planos de saúde" como instrumento de corrosão do SUS para favorecer o setor privado;
2.2. Que os resultados da enquete sobre condições de trabalho e saúde docente sejam amplamente divulgados junto à categoria, e que sejam incentivados análises e aprofundamentos em âmbito local, regional e nacional, servindo assim como um importante instrumento de diagnóstico e mobilização política.
2.3. Denunciar o processo de privatização da saúde por meio de isenções fiscais e outras estratégias que visem beneficiar, o setor privado, a exemplo do "Programa Agora tem Especialistas".
3. Que o ANDES-SN e seções sindicais encampem a defesa dos docentes que precisem de apoio institucional para carga horária e progressões funcionais adequadas às suas necessidades assistenciais em saúde e/ou de seus dependentes neurodivergentes ou com doenças graves.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

VII– POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1 - Saúde
1.1. Continuar a luta para que a gestão dos Hospitais Universitários fique no âmbito das universidades, sem ingerências dos governos federal, estaduais e municipais e do setor privado, em que se inclui a não contratualização com a EBSERH.
1.2. Defender a manutenção da vinculação constitucional de saúde no mínimo nos termos previstos no art. 198, § 2º, Inciso I da Constituição Federal.
1.3. Concluir a coleta de dados, garantir análises preliminares e divulgar amplamente os resultados da segunda etapa da enquete sobre Condições de Trabalho e Saúde Docente.
1.4. Realizar o IX Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador, no primeiro semestre de 2025, no qual deverão ser apresentados e debatidos os resultados da 2 etapa da enquete sobre condições de trabalho docente.
1.4.1. Debater os impactos do produtivismo acadêmico e da lógica de aferição de desempenho nos processos de avaliação, inclusive dos programas de pós-graduação, sobre a saúde docente.
1.5. Exigir das IES a responsabilidade pelas condições de trabalho que preservem a saúde docente.
2. Previdência Social
2.1. Lutar pela não retomada do artigo 40-A da PEC 66/2023, que estende as regras referentes às aposentadorias e pensões dos servidores públicos federais aos servidores estaduais e municipais, permitindo aos estados e municípios definirem regras ainda mais severas em relação às contribuições.

2.2. Realizar levantamento sobre a instituição, instalação e funcionamento dos Fundos de Pensão dos estados e municípios, que ainda não tinham fundos criados, antes da Emenda Constitucional 103/2019.
2.3. Lutar contra a aprovação da PEC 139/15, que propõe acabar com o abono permanência.
3. Assistência Social
3.1. Defender a concepção de deficiência da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008, equivalente à Emenda Constitucional, para todos os fins em que a pessoa com deficiência seja objeto.
3.2. Fortalecer a luta em defesa da ampliação do critério de renda familiar per capita para fins de acesso ao BPC, no valor de, no mínimo, um salário mínimo.

TR – 53

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Saúde:

1.1. Que o ANDES-SN, em conjunto com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, promovam:

1.1.1. Ações que evidenciem o avanço da presença do setor privado no SUS bem como o crescimento das emendas parlamentares no seu financiamento;

1.1.2. Um levantamento, por meio das seções sindicais, da situação dos contratos dos HUs com a EBSERH, bem como os processos de renovação dos mesmos;

1.1.3. O fortalecimento dos Fóruns Estaduais e/ou Municipais Contra a Privatização do SUS por meio da mobilização nas universidades, IFs e CEFETS e da participação das SSIND nesses espaços de organização política em defesa do SUS;

1.2. Que o ANDES-SN, por meio do GTSSA, aprofunde a análise da enquete nacional, buscando evidenciar a relação entre a precarização das condições de trabalho com o adoecimento docente, e produza materiais para ampla divulgação junto às seções sindicais;

1.3. Que o ANDES-SN realize um painel durante a reunião do GTSSA em defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira e do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), denunciando as violações aos direitos e o uso de recursos públicos pelas CTs;

2. Previdência Social e Assuntos de Aposentadoria:

2.1. Que o ANDES-SN e as seções sindicais realizem um diagnóstico sobre as condições de acolhimento, apoio e suporte aos docentes aposentados nas instituições de ensino;

2.2. Que o ANDES-SN amplie e fortaleça a campanha "FUNPRESP: garantia de incertezas", promovendo estudos sobre os riscos associados ao fundo, os níveis de adesão e os impactos sobre docentes que ingressaram após a Lei nº 13.183/2015, que tornou a adesão compulsória, lutando ainda pela revogação das contrarreformas da previdência e contra a privatização da previdência pública;

2.3. Que o ANDES-SN realize o X Seminário Nacional de Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente em conjunto com o IV Seminário de Assuntos de Aposentadoria em 2026;

2.4. Que o ANDES-SN, por meio do GTSSA e em conjunto com o setor das IEES, IMES, IDES, faça um levantamento do processo de privatização dos regimes próprios de previdência dos estados, municípios e Distrito Federal.

TEXTO 54

*Contribuição das(os) sindicalizadas(os) do Sindcefet-MG: Adilson Mendes Ricardo, Anselmo Paulo Pires, **Carlos** Antônio Rufino, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Gabriel Fagundes Camargo, Gustavo Henrique Barbosa, Katalin Carrara Geocze, Kecia Aline Marques Ferreira, Lilia Maria de Oliveira, Mabel Rocha Coto, Marcos Prado Amaral, Roberta Abalen Dias.*

ADOECIMENTO E PROTEÇÃO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

O adoecimento docente é um problema grave e crescente no Brasil, amplamente reconhecido por pesquisas acadêmicas, por diversos sindicatos da categoria, incluindo o ANDES-NS, e órgãos públicos. As Principais evidências do problema estão nos altos índices de afastamento do trabalho, onde professores e professoras, principalmente da educação básica, estão entre os profissionais que mais se afastam por motivos de saúde, sobretudo por transtornos mentais (ansiedade, depressão, síndrome de burnout) e doenças osteomusculares.

Em um estudo realizado na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com 397 professores da educação básica, abrangendo docentes de escolas públicas e privadas de diversos estados, verificou-se um quadro alarmante de adoecimento. A pesquisa, divulgada pela própria instituição, apontou que 32,75% dos participantes apresentavam prevalência de Burnout, condição reconhecida recentemente

como fenômeno ocupacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em termos simples, um em cada três professores já manifesta sintomas compatíveis com Burnout, índice que se eleva ainda mais quando se analisam componentes específicos como exaustão emocional ou sofrimento psíquico ampliado (https://dci.unifesp.br/assessoria-de-imprensa-e-jornalismo/releases/sindrome-de-burnout-atinge-professores-as-da-educacao-basica?utm_source=chatgpt.com).

O estudo também revelou que a dimensão denominada "exaustão pessoal", associada a um profundo cansaço físico e emocional, não restrito apenas às atividades profissionais, atingiu **55,92%** dos docentes avaliados, evidenciando de forma contundente que o desgaste docente ultrapassa em muito os limites da escola, **não podendo ser reduzido a fragilidades individuais**. Pelo contrário trata-se de um fenômeno estruturado pelas condições de trabalho, que invade os tempos de vida, compromete o descanso e deteriora as relações sociais e familiares.

Outros fatores frequentes de adoecimento docente são a pressão por resultados e a intensificação do trabalho, caracterizado pelo excesso de burocracia, múltiplas turmas, turmas superlotadas, sobrecarga emocional, metas externas (avaliações em larga escala), condições de trabalho inadequadas, falta de infraestrutura e recursos insuficientes, que aumentam o desgaste e reduzem a autonomia docente.

A saúde mental, a qualidade de vida e as condições de trabalho têm que ser parte central das nossas negociações sindicais, com atenção também para quem está em processo de capacitação. É urgente cobrar que as Instituições adotem políticas de prevenção como o controle de carga de trabalho, a limitação de exigências de produtividade sem oferta de condições condizentes para tal, suporte psicológico, regulamentação da orientação de mestrado/doutorado e a distribuição equilibrada das tarefas.

O adoecimento docente afeta a saúde física e mental de professores e professoras, a qualidade das aulas, a aprendizagem dos estudantes, a permanência dos profissionais na carreira, agravando a falta de professores em algumas áreas. E esse adoecimento docente, na rede pública brasileira, não é um fenômeno isolado nem fruto de fragilidades individuais. Ele é, antes de tudo, expressão direta das políticas educacionais que, nas últimas décadas, têm intensificado a precarização do trabalho do professor, tratado pelo poder público como algo "normal", quando na verdade representa a exaustão planejada de uma categoria que sustenta sozinha a maior parte das responsabilidades pedagógicas.

A política educacional dominante reforça mecanismos de responsabilização individual, pressionando docentes por resultados padronizados enquanto ignora as condições concretas em que o trabalho acontece: escolas sem infraestrutura, salas superlotadas, falta de apoio pedagógico, ausência de equipes multiprofissionais e gestão escolar muitas vezes autoritária. O professor é cobrado como se fosse o único agente do processo educativo, mas é abandonado quando sofre agressões, enfrenta conflitos, lida com estudantes em situação de extrema vulnerabilidade ou adoece mentalmente pela falta de suporte institucional.

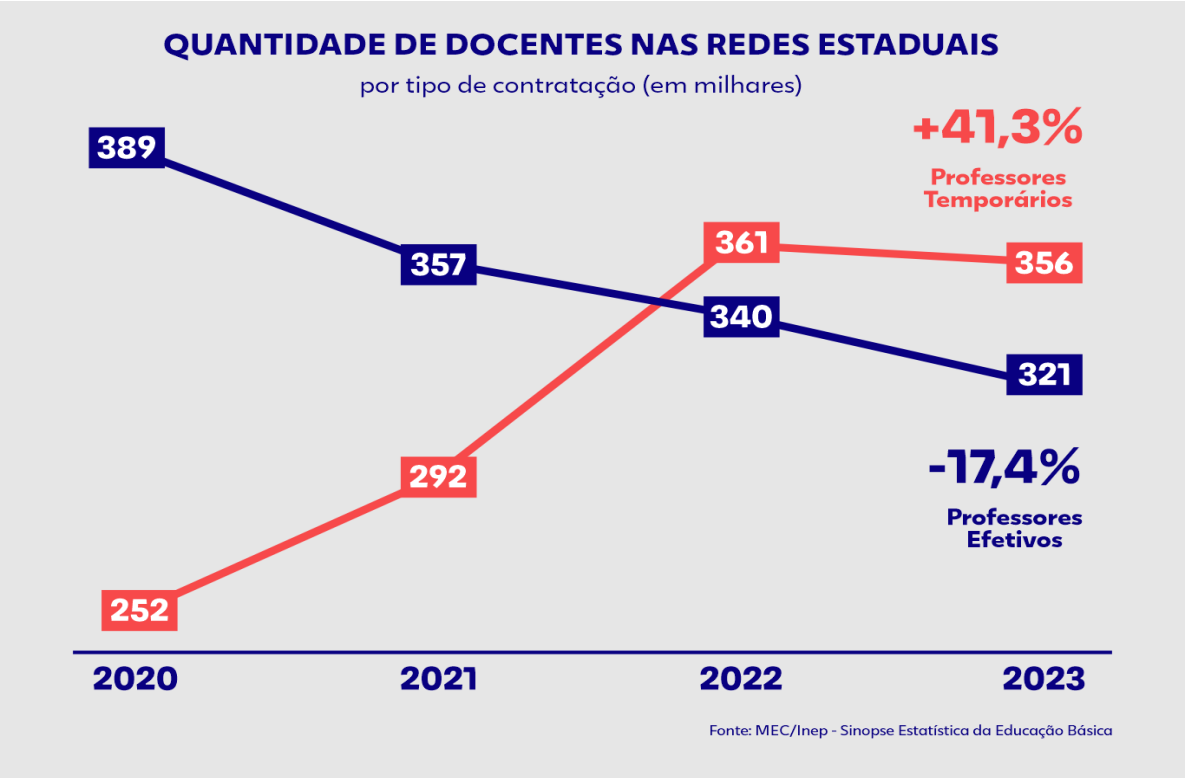
É uma lógica produtivista e neoliberal, aplicada à educação, que agrava o sofrimento psíquico. A imposição de metas externas, a competição entre escolas, a culpabilização do docente e a expansão das avaliações padronizadas transformam o processo educativo em uma corrida de desempenho desconectada da realidade social. A saúde mental dos professores torna-se a variável sacrificável desse sistema.

A capacitação e a formação continuada que deveriam fortalecer o educador e qualificar o trabalho pedagógico, têm se convertido em mais uma fonte de desgaste, principalmente para docentes EBTT. Professores já sobrecarregados tentam conciliar pós-graduação, metas produtivistas e rotinas escolares inviáveis. Nesse contexto muitos docentes adoecem ao tentar equilibrar um mestrado ou doutorado com uma carga de trabalho previamente excessiva, somada à pressão por produtividade acadêmica e, muitas vezes, **sem qualquer afastamento para capacitação**. As próprias exigências dos programas de pós-graduação, frequentemente desconectadas da realidade da escola pública, tornam-se incompatíveis com a rotina escolar e até com a vida pessoal de profissionais que, além de educadores, são responsáveis por famílias e múltiplas tarefas de cuidado.

A situação se agrava com a proliferação de contratos temporários. Dados recentes do Censo Escolar 2024, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), indicam que o número de professores temporários

superou o de docentes efetivos nas escolas estaduais do Brasil pelo terceiro ano consecutivo, conforme demonstra a Figura 1 extraída de https://blog.evolucional.com.br/apagao-de-professores-educacao-brasileira/ . Para tais docentes a instabilidade profissional, a rotatividade constante e a ausência de direitos básicos alimentam um ciclo de insegurança e vulnerabilidade que mina sua saúde, a autonomia pedagógica e fragiliza o compromisso institucional.

Figura 1 - Quantidade de docentes da rede estadual no Brasil, por tipo de contratação (em milhares) - 2013 a 2023.



A proteção docente é outro elemento central na garantia de uma educação pública de qualidade, significando assegurar condições dignas do exercício profissional, estabilidade nas relações de trabalho e um ambiente institucional livre de assédio, violência e perseguições de natureza política, ideológica ou administrativa. A crescente responsabilização individual da professora e do professor por problemas estruturais da educação, aliada à ausência de políticas efetivas de cuidado com a saúde física e mental dos docentes, à intensificação do trabalho e à pressão por resultados tem produzido um cenário de desgaste profissional e de transformação do ambiente escolar em local de tensão, marcado, muitas vezes, por agressões verbais, ameaças, intimidações e, infelizmente, não raramente, episódios de violência física.

No Brasil têm se multiplicado, em diferentes estados do país, notícias de agressões verbais e físicas a docentes em seu ambiente de trabalho, incluindo casos de ameaças, depredação de salas de aula e ataques cometidos por estudantes ou seus responsáveis legais ou, até mesmo, por pessoas externas à comunidade escolar. Episódios recentes mostram professores sendo afastados por trauma psicológico após situações de violência, assédio moral por parte de gestores, pressões indevidas de familiares de estudantes e exposição pública em redes sociais, onde sua atuação profissional é questionada ou atacada. Esses fatos recentes revelam um ambiente de trabalho onde está crescendo a insegurança e o medo para profissionais de ensino.

O feminicídio ocorrido no CEFET-RJ, dentro de um espaço institucional de educação, onde trabalhadoras, trabalhadores e estudantes deveriam estar seguros, escancarou não apenas a gravidade da violência de gênero, mas também a fragilidade de políticas de proteção e prevenção no ambiente escolar. Esse fato trágico evidencia que a violência que atravessa a sociedade adentra as instituições de ensino e atinge diretamente docentes, TAEs, terceirizados e estudantes, revelando a urgência de medidas efetivas

de segurança e cuidado. Mas, para além da violência física, casos como o ocorrido reforçam que a ausência de políticas integradas de proteção, saúde mental e prevenção à violência coloca em risco a vida e o bem-estar e toda a comunidade escolar.

Portanto, o adoecimento docente e a violência em seu ambiente de trabalho não é algo ocasional. É consequência direta de escolhas políticas que desvalorizam o trabalho do professor, que tratam educação como serviço barato e docentes como engrenagem descartável. Uma política educacional qualificada e democrática só será possível quando reconhecer que a saúde e a proteção do docente é elemento central da educação. Enquanto prevalecer a lógica neoliberal da precarização e da intensificação do trabalho, qualquer reforma educacional apenas aprofundará o sofrimento daqueles que, apesar de tudo, sustentam a escola pública.

Sabemos da pauta histórica de lutas do ANDES-NS na defesa e na cobrança por políticas públicas que visam reduzir os índices de adoecimento físico e mental e melhorar as condições de proteção entre docentes, centradas nas condições de trabalho e no ambiente escolar, no fortalecimento da carreira docente, na valorização salarial e nas questões é**tnico-raciais, de gênero e diversidade sexual** , porém, ainda precisamos avançar de forma **contínua e permanente** em pautas de lutas que assegurem a saúde ocupacional, o atendimento psicossocial, o fortalecimento de políticas de prevenção ao adoecimento, a melhoria das condições de trabalho, a reestruturação das avaliações externas e das metas de modo que deixem de produzir pressão indevida sobre profissionais de educação e escolas, a melhoria das condições de trabalho e segurança, a implementação de protocolos de enfrentamento à violência, além da maior tranquilidade financeira e de saúde durante os processos de capacitação.

TR – 54

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Alterar a denominação do GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSSA) para GT de Seguridade Social, Assuntos de Aposentadoria, Saúde e Proteção Docente **(**GTSSASP**)**. O GT deverá contribuir para a formulação de pautas de luta e de propostas concretas capazes de enfrentar o sofrimento físico e mental, reduzir os índices de adoecimento e fortalecer a segurança e o cuidado com docentes nas universidades, institutos federais e CEFETs.

2. Competirá a este GT, a partir de 2026, analisar, propor e lutar por ações voltadas para:

2.1. a melhoria das condições de trabalho e do ambiente escolar;

2.2. a oferta de atendimento psicossocial contínuo;

2.3. políticas de saúde ocupacional do docente (promoção da saúde física, mental e social de trabalhadores em educação em seu ambiente de trabalho, visando prevenir doenças, acidentes e garantir o bem-estar no ambiente de trabalho, indo além das obrigações legais e focando em uma cultura de qualidade de vida, ergonomia, apoio psicológico e equilíbrio entre vida pessoal e profissional);

2.4. políticas integradas de proteção, saúde mental e prevenção à violência no ambiente escolar;

2.5. mecanismos governamentais de apoio financeiro e de assistência à saúde durante processos de capacitação;

2.6. a implementação de protocolos de enfrentamento à violência, com canais institucionais de denúncia, acompanhamento jurídico e psicológico;

2.7. campanhas sobre medidas preventivas de saúde ocupacional e combate à violência no ambiente escolar.

3. O GTSSASP deve atuar articuladamente com os demais GTs no debate e na construção de propostas sobre a formação continuada, na responsabilização das Instituições e do Estado, nos impactos da violência e das condições de saúde na carreira, na reestruturação das avaliações externas e nas metas de desempenho.

TEXTO 55

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DOCENTE INTEGRADA ÀS LUTAS ESTRUTURAIS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A categoria docente enfrenta uma crise estrutural de saúde e condições de trabalho, agravada pela intensificação do produtivismo e do capitalismo acadêmico, pela precarização das relações laborais e pela ausência de políticas públicas de cuidado. O 43º Congresso do ANDES-SN aprovou ações importantes, como a luta contra o PGD, o ponto eletrônico, o teletrabalho precário e a Cartilha de Combate aos Assédios, mas ainda falta uma política nacional integrada que articule essas lutas com a saúde e o bem-estar docente.

Propomos um sindicato mais representativo, democrático e voltado para as demandas reais da categoria, incluindo a valorização da carreira, a redução do endividamento, a defesa do SUS, a política de cuidados e a saúde do trabalhador docente. Esta TR busca unificar essas bandeiras em uma proposta concreta, transversal e de aplicação imediata, incorporando uma visão epidemiológica e coletiva sobre o adoecimento e a morte dos/das docentes.

TR – 55

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN crie um Programa Nacional de Saúde e Cuidados Docente, integrando as deliberações do 43º Congresso com as pautas de valorização da carreira, combate ao endividamento e defesa do SUS.

2. Que o ANDES-SN estabeleça uma Mesa Permanente de Negociação de melhorias na Saúde Docente junto aos governos federal e estaduais, com as seguintes atribuições:

2.1. Levantamento sistemático de dados sobre condições de trabalho, adoecimento e óbitos docentes, em parceria com o SUS, CERESTs, instituições de pesquisa e seções sindicais;

2.2. Construção de diagnósticos coletivos e regionais que identifiquem padrões epidemiológicos e determinantes sociais, organizacionais e laborais do adoecimento;

2.3. Geração de propostas concretas para produzir saúde, a partir dos dados coletados, incluindo:

2.3.1. Redução da jornada sem perda salarial;

2.3.2. Implementação de planos de carreira sem critérios produtivistas;

2.3.3. Políticas de infraestrutura, ergonomia e ambientes salubres.

3. Que o ANDES-SN amplie e institucionalize a Cartilha de Combate aos Assédios como ferramenta permanente de formação, acolhimento e denúncia, com oficinas locais, protocolos de atendimento e parceria com núcleos de pesquisa em saúde do trabalhador.

4. Que o ANDES-SN crie um Comitê Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, com participação dos GTs afins e de representantes de base, aposentados e EBTTs, para monitorar, propor e articular políticas de saúde em todas as instâncias do sindicato, incluindo a criação de um Subcomitê Permanente de Investigação de Óbitos e Adoecimentos Docentes, com o objetivo de:

4.1. Investigar óbitos de docentes em atividade como eventos sentinela, considerando hipóteses como karoshi (morte por excesso de trabalho), burnout, assédio e desgaste pelo trabalho;

4.2. Identificar padrões epidemiológicos e determinantes sociais e laborais do adoecimento;

4.3. Produzir relatórios periódicos para subsidiar ações sindicais, políticas públicas e campanhas de prevenção.

5. Que o ANDES-SN inclua cláusulas de saúde em todos os acordos de greve e negociações coletivas, garantindo:

5.1. A aplicação supletiva e obrigatória das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como parâmetro mínimo de segurança e saúde, diante da ausência, ou inferioridade qualitativa na proteção à saúde, de normas específicas no serviço público federal e estadual;

5.2. Auditorias ergonômicas e psicossociais nos locais de trabalho;

5.3. Infraestrutura adequada (iluminação, ventilação, mobiliário ergonômico, espaços de descanso);

5.4. Acesso à água potável e ambientes salubres.

6. Que o ANDES-SN fortaleça o GTSSA com recursos e apoio político para:

6.1. Realizar visitas técnicas a instituições com alto índice de adoecimento;

6.2. Produzir relatórios anuais sobre saúde docente;

6.3. Articular denúncias coletivas junto ao Ministério Público do Trabalho;

6.4. Estabelecer parceria formal com o SUS, especialmente com os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), para:

6.5. Obter dados epidemiológicos sobre adoecimento e óbitos docentes;

6.6. Construir diagnósticos coletivos e regionais;

6.7. Desenvolver intervenções baseadas em evidências sobre os determinantes do adoecimento.

7. Que o ANDES-SN exija a criação de Serviços de Saúde do Trabalhador com participação sindical em todas as IES, rejeitando programas individuais de "qualidade de vida" e defendendo a vigilância coletiva das condições de trabalho, com incorporação da perspectiva de saúde do trabalhador do SUS nas políticas institucionais, bem como com a incorporação de Normas avançadas do TEM, como a NR1- de proteção à Saúde Mental.

8. Que o ANDES-SN elabore um Dossiê Nacional sobre Adoecimento Docente, utilizando os dados da Enquete Nacional, dos eventos sentinela investigados e casos emblemáticos, para embasar campanhas, ações judiciais e negociações.

9. Que o ANDES-SN articule uma Frente Nacional pela Saúde dos(as) Trabalhadores(as) da Educação com FASUBRA, SINASEFE, movimentos sociais e entidades do campo da saúde coletiva e do SUS, com dias nacionais de luta e campanhas unificadas.

TEXTO 56

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Armenes Ramos Jr (SINDUTF-PR); Beatriz Wey (ADUR-RJ); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Edson Fagundes (SINDUTF-PR); Elisa Guaraná (ADUR-RJ); Everton Picolotto (SEDUSM); Fatima Fernandes Lobato (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Gizelda Costa da Silva (ADUFU); Irailde Correia de Souza (ADUFAL); Jailton Lira (ADUFAL); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR-RJ); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Guimarães (ADUFMS); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nádia Maria Pereira de Souza (ADUR-RJ); Neila Cristina Baldi (SEDUFSM); Noêmia Moura (ADUF DOURADOS); Pablo Cardellino (ADUnB); Patrícia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Paulino Barroso Medina Junior (ADUF DOURADOS); Pedro Ergnaldo Gontijo (ADUnB); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Costa (ADUR-RJ).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA PELO DIREITO DOS/AS APOSENTADOS/AS: PARIDADE, REENQUADRAMENTO, CUIDADOS E REVOGAÇÃO DAS CONTRARREFORMAS

TEXTO DE APOIO

A valorização da carreira docente se estende ao longo de toda a vida funcional, incluindo a aposentadoria. O princípio político de que docentes aposentados também têm direitos é fundamental para garantir que a trajetória profissional destes educadores seja respeitada e reconhecida. Sob a consigna "nenhum direito a menos", é essencial reafirmar que os docentes aposentados não devem ser

vistos como uma categoria distinta e desprotegida, mas sim como parte orgânica da comunidade escolar e da luta institucional pelos direitos de todos os educadores. Assim, a formalização de políticas que garantam o reconhecimento e valorização de sua trajetória é um imperativo moral e ético para qualquer sistema educacional que se pretenda democrático e justo.

Em um contexto em que as reestruturações de carreiras docentes são frequentes, é crucial que haja a garantia de paridade e integralidade para aposentados e pensionistas. Isso significa que os docentes devem ser reposicionados na carreira de acordo com o último cargo ocupado antes da aposentadoria, assegurando que não haja perdas financeiras. A existência de mecanismos que protejam os aposentados contra rebaixamentos de padrão remuneratório é vital para a dignidade e a preservação dos direitos adquiridos. A luta pela dignidade dos docentes aposentados deve ser uma prioridade nas mesas de negociação com o governo, defendendo a implementação de políticas que promovam a justiça social e profissional.

A necessidade da valorização contínua do trabalho docente, mesmo após a aposentadoria, é um tema cada vez mais relevante no atual cenário de ataques aos serviços públicos e direitos dos trabalhadores. O ANDES-SN deve adotar a defesa intransigente da isonomia nas condições de trabalho entre docentes ativos e aposentados como uma bandeira constante e insistente. Isso pode ser feito através da implementação de um plano de lutas que englobe o reposicionamento preciso dos proventos, o alerta frente a políticas regressivas e a unificação da luta dos educadores, independentemente de sua situação laboral.

Neste sentido, é fundamental denunciar as perdas financeiras enfrentadas pelos docentes aposentados, que estão sendo submetidos a políticas de previdência que tratam a aposentadoria como um castigo social. A luta pela revogação das contrarreformas previdenciárias, que põem em risco direitos historicamente conquistados, deve ser uma prioridade. A Emenda Constitucional 103/2019 exacerba essas injustiças ao aumentar a idade mínima e o tempo de contribuição e mantêm a contribuição dos aposentados, o que é inaceitável. A organização de campanhas nacionais, em parceria com outras entidades, é essencial para reverter essas tendências.

Defender a aposentadoria pública com benefícios definidos, paritários e integrais é outra frente importante. Questionamentos ao Funpresp e a outros fundos similares devem ser levantados, exigindo auditorias públicas que garantam transparência e responsabilidade na gestão. Além disso, é necessário garantir um plano de luta estável para os aposentados, que inclua uma política de reajuste anual, bem como a criação de coletivos de aposentados nas seções sindicais para que possam ter voz e representação adequadas.

Por último, deve-se garantir o acesso a serviços essenciais, como saúde e moradia, através de políticas públicas que promovam o envelhecimento digno. O compromisso com a inclusão dos aposentados na vida sindical e a defesa de suas reais necessidades é essencial para uma sociedade justa.

Em síntese, reafirmar que "nenhum direito a menos" deve ser a norma para todos os educadores, independentemente de sua condição, é um dever. Somente através do reconhecimento e valorização de sua contribuição ao longo de suas carreiras podemos construir um sistema educacional mais equitativo e respeitoso. A luta continua, e os docentes aposentados merecem não apenas ser lembrados, mas ativamente apoiados em suas reivindicações para garantir um futuro digno e justo.

TR – 56

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Destacar, como princípio político, que docente aposentado também tem direitos, afirmando que carreira é valorização e reconhecimento dos direitos ao longo de toda a vida funcional, incluindo a aposentadoria, sob a consigna “nenhum direito a menos” e reafirmando que docentes aposentados/as também lutam, devendo ser plenamente reconhecidos como parte orgânica da categoria.

2. Reafirmar como diretriz que toda reestruturação de carreira docente (federal, estaduais e municipais) garanta paridade e integralidade para aposentados/as e pensionistas, com reposicionamento na carreira em nível equivalente ao topo ocupado no momento da aposentadoria (inclusive Associados/as e Adjuntos/as reposicionados/as em Titular, e Assistentes/Auxiliares duas classes acima), vedado qualquer rebaixamento de padrão remuneratório ou rompimento de tempo de serviço.

3. Ressaltar que a valorização do trabalho docente deve estar presente em toda a trajetória profissional, inclusive após a aposentadoria, em um contexto de ataques permanentes aos serviços públicos e aos direitos dos trabalhadores, o que exige que a defesa da isonomia, das condições de trabalho, da paridade e da integralidade entre docentes ativos/as e aposentados/as seja uma bandeira constante, massiva e insistente do ANDES-SN.

4. Encaminhar, nas mesas de negociação com o governo federal e demais entes federativos, a exigência de implementação imediata do reposicionamento de aposentados/as e pensionistas, tomando como referência as propostas aprovadas no 43º Congresso (TR 20, 39, 40), nas resoluções do 66º e 67º CONAD e do GT Carreira, com efeito retroativo e garantia da proporção remuneratória do regime de trabalho vigente na data da aposentadoria.

5. Denunciar que docentes aposentados/as não devem sofrer perdas financeiras, mas que políticas regressivas de previdência e carreira têm maltratado essa parcela da categoria, retirando direitos e produzindo perdas nos proventos, transformando a aposentadoria – que é direito constitucional – em espécie de castigo social, o que o ANDES-SN deve combater frontalmente.

6. Lutar pela revogação das contrarreformas da Previdência (EC 20/1998, 41/2003, 47/2005, 103/2019), pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados/as e pensionistas e pela reversão das regras de cálculo de proventos e pensões que romperam com integralidade e paridade, articulando campanha nacional com FONASEFE, demais entidades do funcionalismo e frentes parlamentares.

7. Incluir, na campanha contra as contrarreformas, a denúncia de que a Emenda Constitucional 103/2019 aprofundou mudanças cruéis no regime de previdência social, elevando idade mínima e tempo de contribuição, criando regras de transição que dificultam cada vez mais o acesso à aposentadoria, inclusive para docentes, e mantendo a continuidade da contribuição de aposentados/as para a seguridade social, mesmo após uma vida inteira de contribuição.

8. Retomar e ampliar a campanha nacional crítica ao Funpresp e fundos similares, defendendo aposentadoria pública com benefício definido, paritário e integral, exigindo a revogação da adesão automática (Lei 13.183/2015 e Resoluções do CNPC), bem como a abertura de auditoria pública sobre a gestão, riscos e perdas dos fundos de previdência complementar.

9. Instituir, no Plano de Lutas, uma política anual de reajuste para aposentados/as, articulada à luta pela data-base de toda a categoria, com:

9.1. cálculo e divulgação anual das perdas acumuladas dos proventos em relação aos ativos;

9.2. pauta específica de recomposição para aposentados/as em todas as mesas de negociação do ANDES-SN;

9.3. compromisso de não assinatura de acordos que discriminem aposentados/as no índice ou forma de reajuste.

10. Consolidar uma política de cuidados e envelhecimento digno voltada aos/às aposentados/as, articulando GTSSA, GT Carreira e Seções Sindicais, com:

10.1. realização, até o 69º CONAD, de uma nova Jornada Nacional de Assuntos de Aposentadoria, com eixo em saúde mental, endividamento, cuidados de longa duração e inclusão de aposentados/as na vida sindical;

10.2. incentivo à criação e fortalecimento de coletivos de aposentados/as nas Seções Sindicais, com representação formal nas instâncias do ANDES-SN;

10.3. defesa de acesso a planos de saúde coletivos (ou convênios SUS de referência), medicamentos e políticas de moradia e apoio a famílias atípicas, especialmente para docentes idosos/as.

11. Determinar que o ANDES-SN produza, anualmente, materiais de formação e denúncia sobre a situação dos/as aposentados/as (perdas de renda, efeitos das reformas, Funpresp, EC 103/2019, Decreto

10.620/2021, BPC e assistência), articulando a pauta à crítica ao Novo Arcabouço Fiscal, aos regimes de recuperação fiscal e às políticas de austeridade que comprimem o fundo público e atacam a seguridade social.

12. Garantir a presença de representantes de coletivos de aposentados/as, indicados pelas Seções Sindicais, em:

12.1. GTs nacionais sobre carreira, seguridade social e Funpresp;

12.2. reuniões do Setor das IFES e IEES/IMES que tratem de carreira e previdência;

12.3. mesas de negociação com o governo que tenham como pauta aposentadoria, reenquadramento e previdência complementar.

13. Modificar a Lei nº 15.202, de 11 de setembro de 2025, no que determina que aposentado não tem direito à carteira, garantindo o direito à Carteira Nacional de Docente do Brasil (CNDB) a todos/as os/as docentes aposentados/as, revogando a restrição hoje vigente, que limita o documento apenas a professores em exercício.

14. Incluir, nas bandeiras para 2026, a defesa de que nenhum direito a menos será aceitável para docentes aposentados/as, articulando a luta pela paridade, integralidade, pelo fim da contribuição previdenciária após a aposentadoria, pela recomposição salarial sem perdas e pelo reconhecimento formal, por meio da CNDB, da condição docente ao longo de toda a vida.

TEXTO 57

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina

Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR UM SINDICATO COMPROMETIDO COM O COTIDIANO DOCENTE: PELA CONVOCAÇÃO DE UM SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO DOCENTE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

TEXTO DE APOIO

O impacto do capitalismo, especialmente na sua fase neoliberal, sobre a educação pública em geral e sobre o ensino superior, técnico e tecnológico, em particular, é brutal. Tão ou mais brutal é o impacto da política autoritária da extrema-direita de perfil fascista, que se constrói com base na censura, na perseguição ao livre pensamento e no cerceamento da crítica.

Não restam dúvidas de que nosso horizonte estratégico é construir uma nova sociedade, em que a educação não seja pressionada constantemente a se converter em mercadoria e que a lógica do lucro, sob a forma de pressões por eficiência em detrimento da qualidade, não mais tensione as instituições de ensino. Nesta sociedade, a educação será pública, gratuita, de qualidade para todos/as/es. Livre das pressões do mercado e das ameaças autoritárias.

Para atingir este horizonte estratégico, é fundamental acumular forças. Nesse sentido, os sindicatos do campo da educação têm um papel crucial. Eles são um instrumento fundamental para a construção dessa nova sociedade, mas, para tanto, precisam ser capazes de representar efetivamente a categoria.

Representatividade, além de ser um elemento crucial para conferir força aos sindicatos, depende da profunda relação entre direção e base. Essa relação se constrói com democracia interna, mas também com pautas que dialoguem com o cotidiano da categoria, que dêem um enquadramento coletivo para os problemas enfrentados cotidianamente pelos docentes do ensino superior, básico, técnico e tecnológico. É sobre esse segundo pilar da representatividade que trata esta tese de resolução.

O ANDES-SN é um dos sindicatos mais importantes do Brasil mas, na nossa avaliação, precisa ampliar muito sua representatividade.

No último ano, iniciamos uma importante jornada de luta, mobilização e confluência de professores e professoras de vários estados do Brasil em torno de um projeto que visa mudanças estruturais no ANDES-SN. Apesar das tentativas da Comissão Eleitoral Central de impedir nossa participação nas eleições, a chapa 4 “Oposição para Renovar o ANDES-SN” foi à luta, garantiu sua participação e saiu da eleição como a segunda maior força do nosso sindicato nacional, recebendo cerca de 1/4 dos votos. No CONAD de Manaus, este movimento fundou a **Confluência Democrática,** um campo político que reúne professores e professoras que constroem cotidianamente o ANDES-SN como um sindicato nacional de base.

Esse grande campo político é diverso e plural, mas compartilha o diagnóstico de que para estar à altura dos desafios do momento histórico, o ANDES precisa mudar!

Desde a eleição, tanto no 68˚ CONAD de Manaus quanto agora, no 44˚ Congresso de Salvador, reconhecemos que existe uma convergência entre a maioria dos/as militantes e campos políticos do ANDES-SN na análise da atual conjuntura. Em geral, todos/as reconhecemos que o contexto atual é complexo e difícil. Precisamos enfrentar duas grandes ameaças: a extrema direita fascista e o neoliberalismo. Porém, o que nos diferencia, é que defendemos tirar consequências práticas desse diagnóstico em termos organizativos. Estamos diante de um cenário tão grave que é preciso priorizar recursos, esforços e militância para defender a categoria, a educação pública, a democracia e soberania brasileira.

Nesse sentido, reivindicamos um ANDES-SN de luta, mas também de massas. Um ANDES-SN diverso e do diálogo. Um ANDES-SN com ampla participação, representatividade e transparência, que não se apequena pela incapacidade de dialogar de forma democrática com suas bases, conformando-se com uma diminuta sindicalização e com uma reduzida participação dos/as filiados/as, inclusive nos processos eleitorais. É essa restrição da participação efetiva, aliás, que vem garantindo a manutenção de um mesmo grupo hegemônico na direção do sindicato há mais de duas décadas, mesmo com todos os graves erros históricos de análise de conjuntura cometidos pela diretoria do ANDES-SN, tais como não reconhecer a gravidade do golpe de 2016, não combater a ameaça representada pela perseguição política de Lula e se recusar a compor o Fórum Nacional de Educação no contexto de discussão do Plano Nacional de Educação para os próximos dez anos.

Mas além dessa orientação ampla, que diz respeito a aspectos organizativos e políticos do ANDES-SN, temos trabalhado para construir pautas concretas que dialoguem com os problemas enfrentados, cotidianamente, pelos/as docentes que representamos, dentre as quais, destacamos:

Saúde

• Defesa do SUS e criação de centros públicos de atendimento à comunidade em todos os campi

• Negociação de um plano de saúde nacional coletivo de adesão facultativa;

• Criação de convênio nacional para compra de medicamentos;

• Programa nacional de promoção da saúde e de combate ao assédio, ao burnout e à morte por excesso de trabalho (o karoshi).

Previdência

• Paridade entre ativos/as e aposentados/as;

• Reposicionamento dos/as aposentados/as;

• Discutir a política de previdência suplementar (Funpresp);

• Revogação das contrarreformas previdência (2003, 2013, 2019);

• Promover um amplo debate sobre as questões intergeracionais, com vistas à Promoção da solidariedade entre gerações: acolhimento dos/as aposentados/as.

Habitação

• Moradia universitária – construção de alojamentos para professores/as em todos os campi, com prioridade para os interiorizados* (aos/às filiados/as de campi fora da sede);

• Criação de uma linha especial de financiamento habitacional para professores/as EBTT e magistério superior.

Combate ao endividamento

• Plano de Recuperação Financeira: Fazer um estudo detalhado do endividamento da categoria no sentido de encontrar soluções concretas para essa questão;

• Sindicato nacional vai discutir, com os bancos públicos, redução de spread bancário em consignados de professores/as.

Valorização da carreira docente federal, estaduais e EBTTs

• Condições de carreira com direito à DE e salários valorizados para docentes das universidades estaduais

• Carreira Federal - entrada lateral (entrada e reposicionamento na carreira);

• Reconhecimento da insalubridade Revogação da IN15;

• Defesa do fim do ponto eletrônico para EBTTs;

• Garantia do RSC para ativos/as e aposentados/as.

Políticas de equidade racial

• Defesa da implementação das cotas para pessoas pretas, pardas e ampliação para outros públicos, em concursos para a carreira.

• Unificação das políticas de garantia de isonomia racial e de gênero em concursos públicos para magistério superior e EBTTs

• Incentivo à construção de Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em todas as IES públicas do país.

Política de cuidados e equidade de gênero

• Defesa de uma política de cuidados em todas as instituições públicas de educação

federais e estaduais do Andes;

• Nenhuma IES sem creche;

• Apoio às famílias atípicas;

• Políticas interseccionais de combate ao chamado Teto de vidro, que impede a equidade de gênero e raça ao longo da carreira

Políticas de educação, ciência e técnico e condições de trabalho em ensino, pesquisa e extensão

• Fazer do ANDES, de novo, ator relevante no debate sobre o Plano Nacional de Educação;

• Articulação com SBPC e outras organizações e sociedades científicas para ampliação dos fundos públicos para C&T em instituições públicas;

• Solicitar audiências com agências de fomento para discutir políticas de equidade de gênero e políticas de combate ao produtivismo;

• Mais financiamento e bolsas de pesquisa em todos os níveis: da IC à produtividade;

• Reduzir o trabalho burocrático dos/as coordenadores/as de pós-graduação, especialmente Sucupira.

• Garantia de apoio técnico-administrativo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

• Combate ao acúmulo e o desvio de função, especialmente com tarefas administrativas não inerentes às funções de ensino, pesquisa e extensão.

• Mais concursos públicos para docentes efetivos.

TR – 57

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Convocar, ainda no primeiro semestre de 2026, um Seminário Nacional para debater condições de vida e trabalho dos/as/es docentes do Ensino Superior, Básico, Técnico e Tecnológico de IES públicas, com foco em saúde, previdência, habitação, combate ao endividamento, valorização da carreira, políticas de equidade racial; políticas de cuidado e equidade de gênero, e políticas de educação, ciência e tecnologia para a garantia de condições de trabalho em ensino, pesquisa e extensão.

TEXTO 58

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Soberania, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente em Risco

O "tarifaço" de 50% de Donald Trump sobre produtos brasileiros em 2025, sob o pretexto da suposta perseguição a Jair Bolsonaro, responsável pela tragédia sanitária da COVID-19 e acusado pelos atos terroristas de 08 de janeiro de 2023, entre outros crimes, representou uma intervenção direta dos Estados Unidos na política interna do Brasil. As tarifas atingiram especialmente pequenas e médias empresas e, sobretudo, a classe trabalhadora, revelando o caráter imperialista e a convergência entre Trump, a família Bolsonaro, setores golpistas e da extrema direita do país. A ofensiva desencadeou mobilizações populares em defesa da soberania, contra o Congresso inimigo do povo e pela taxação dos super-ricos. Nesse cenário, reafirmou-se que a soberania nacional exige autonomia real, o que só se constrói com investimento contínuo e estratégico em educação pública, ciência e tecnologia, condições essenciais para que o país não permaneça subordinado a pressões externas e a modelos econômicos que restringem seu desenvolvimento, um princípio do ANDES-SN.

A difícil conjuntura brasileira, marcada por dinamismo e inúmeras controvérsias, recolocou o debate sobre a soberania no centro das discussões, especialmente diante da guerra geopolítica entre Estados Unidos e China. Nesse cenário, o Brasil tornou-se um dos focos centrais das disputas tecnológicas e da transição energética global. Trump não quer apenas estabelecer novas condições comerciais com o Brasil, seu objetivo é impor autoridade e as ameaças refletem a cobiça imperialista pelos recursos naturais, pelos minerais de terras raras, e as normas jurídicas que regulam o ambiente virtual e as *big techs*, entre outros interesses. É nesse sentido que a defesa da soberania tomou corpo no debate da vanguarda e, ao mesmo tempo, expôs os limites e as contradições do governo Lula-Alckmin.

O Brasil possui a segunda maior reserva de terras raras do mundo, base material dos projetos de modificação da matriz energética da produção capitalista e alvo central da atual disputa geopolítica. A narrativa oficial de "soberania", porém, oculta os impactos socioambientais da exploração desses minerais, que se concentram em unidades de conservação, territórios de comunidades originárias e tradicionais. Através do PL da Devastação, a pressão sobre esses territórios tende a aumentar, ampliando conflitos fundiários, destruição ambiental e expansão do extrativismo predatório, já visível e avançado em projetos no Centro-Oeste e Nordeste.

Segundo o Observatório da Mineração, o setor mineral segue amplamente favorecido por isenções fiscais e investimentos do BNDES, sendo o maior beneficiário de empréstimos diretos entre 2002 e 2022, alcançando R$ 25,5 bilhões em empréstimos para empresas que já dominam o mercado, como Braskem, Vale, Anglo American, Alcoa, Nexa/Votorantim e Samarco. Cabe ressaltar que, em 2025, completaram-se dez anos da tragédia socioambiental causada pelo rompimento da barragem de Mariana, e a responsável, a mineradora Samarco, segue sem responsabilização criminal efetiva, enquanto os processos de reparação às populações atingidas permanecem incompletos e marcados por morosidade, negligência e impunidade. Somam-se a isso as negociações pelo ministro Haddad em maio de 2025, nos Estados Unidos, para a instalação de data centers das *big techs* no país, altamente consumidores de energia e água, aprofundando pressões socioambientais. O governo espera atrair até 2 trilhões de reais em investimentos na próxima década em projetos de infraestrutura "digital sustentável". O plano do governo promete desoneração fiscal, segurança jurídica e "energia limpa". Esses foram os argumentos que o ministro levou aos representantes das *big techs* Google, Nvidia e Amazon.

O PL nº 2780/2024, apresentado pela Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) sob o discurso de "sustentabilidade", mas, na prática, responde às pressões da disputa geopolítica dos Estados Unidos e da China de transição energética e digital. A proposta aprofunda a subordinação do Brasil nas cadeias globais, com baixa agregação de valor e pouco controle nacional sobre decisões estratégicas. Ao prever incentivos fiscais, flexibilização regulatória e facilitação de parcerias com empresas estrangeiras, o PL consolida o modelo já esboçado na Política Pró-Minerais Estratégicos, fortemente influenciada pelo setor privado. Isso reforça o padrão extrativista exportador de *commodities*, fragiliza a capacidade regulatória do Estado e amplia a lógica de sacrifício de territórios, especialmente na Amazônia, no Cerrado e em terras indígenas e quilombolas, em nome de uma de substituição de matriz energética que ignora a justiça socioambiental e climática. Após o desmonte promovido pela nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, a PNMCE é central para definir qual projeto de país prevalecerá: um que reafirma a dependência mineral ou um que priorize soberania, direitos e proteção ambiental.

A política socioambiental, de ciência e de tecnologia do governo Lula permanece alinhada aos interesses do mercado, reforçando a produção de *commodities* e ampliando as ameaças em diferentes escalas, da devastação de ecossistemas à vulnerabilização de povos originários e tradicionais e ao enfraquecimento da soberania energética e tecnológica do país. Nesse sentido, poucas são as chances de que os países ou grandes empresas tomem medidas para combater as mudanças climáticas. Em vez de soluções, o que o capitalismo ofereceu foi apenas expropriação, externalização e transferência de danos. Adiaram a resolução de problemas e transferiram as contradições para outros lugares, no nosso caso, o Brasil. Essas medidas reforçam um imperialismo ecológico e enfraquecem a soberania, em que é melhor degradar e esgotar os recursos e serviços ambientais do Sul Global e gerar tecnologia e riqueza, por meio da expropriação, para o Norte imperialista.

Impactos da IA na Ciência, Tecnologia e carreira docente

Um dos maiores exemplos do avanço das políticas de controle imperialista é a implementação da Inteligência Artificial (IA) em larga escala. A adoção da IA, especialmente a generativa, como o ChatGPT, nas Instituições de Ensino Superior (IES), tem sido celebrada por alguns setores da categoria como um avanço capaz de modernizar práticas pedagógicas, ampliar a produtividade científica, tornar a gestão acadêmica mais eficiente e inclusive "criar" conhecimento científico. Contudo, contradições profundas atravessam o trabalho docente, expondo o subfinanciamento crônico à pesquisa e ciência, a intensificação laboral e a crescente dependência de plataformas privadas. Embora a IA "prometa" facilitar tarefas rotineiras, ela tem sido incorporada sem que haja uma reflexão coletiva sobre o que significa redistribuir tempo no âmbito de um universo acadêmico, produtivista, meritocrático e sobretudo neoliberal. No entanto, no desenvolvimento de pesquisa acadêmica, a IA pode até auxiliar em etapas como revisão bibliográfica, tabulação de dados e modelagem estatística, mas essa aceleração potencializa novos desafios, ela reforça a lógica produtivista, na qual quantidade se sobrepõe à qualidade. A IA reforça avaliações baseadas em métricas e indicadores quantitativos, desqualificando pesquisas básicas e de longo prazo que não se encaixam na temporalidade acelerada do produtivismo. Além do mais, existem perigos que envolvem questões éticas e políticas, como ferir direitos autorais, práticas de plágio, geração de desinformação e replicação de vieses discriminatórios que essas ferramentas podem reproduzir.

Além disso, a adoção de plataformas digitais de IA, majoritariamente desenvolvidas por *big techs*, fragiliza a autonomia universitária e expõe dados sensíveis, assumindo papel estratégico na geopolítica global, sobretudo quando vem acompanhada de rastreamento de acessos, monitoramento de desempenho e padronizações pedagógicas que podem restringir a liberdade acadêmica e intensificar o controle do trabalho docente pela datificação de comportamentos e a sua transformação em mercadoria. Assim, o entusiasmo tecnológico convive com um silencioso processo de controle algorítmico, no qual a lógica empresarial se infiltra nas práticas educativas. Em síntese, a IA se insere nas IES brasileiras em um ambiente marcado por cortes orçamentários, precarização do trabalho, desigualdades regionais e pressões produtivistas.

Ao concluirmos este texto de apoio, torna-se impossível ignorar o evidente movimento de avanço de internalização da IA nas IES públicas brasileiras, através do lançamento da "Cátedra Google–

USP em IA Responsável", no último dia 02 de dezembro de 2025, no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo. A iniciativa resulta de um acordo firmado entre a USP e a Google LLC, publicado no início de outubro de 2025. Em linhas gerais, o propósito da cátedra é fomentar pesquisas sobre o uso responsável e ético da IA, discutir sua "regulamentação" e desenvolver programas educacionais destinados a ampliar a compreensão social sobre a tecnologia e seus impactos, supostamente preparando cidadãos e profissionais para o "futuro da IA". Entretanto, tais objetivos desconsideram a necessária independência e autonomia universitária, uma vez que a parceria se estabelece justamente com a *big tech* que, ao longo da tramitação de propostas legislativas voltadas à regulação de plataformas digitais (como o PL 2.630/2020, o PL 3.227/2021 e o PL 592/2023), foi contrária à criação de mecanismos de controle mais robustos e atuou fortemente para influenciar seus rumos. O crescente poder das *big techs* dentro das IES públicas, que passam a ocupar espaços estratégicos de pesquisa, formação e definição de agendas, sem o devido debate democrático com a comunidade universitária, exige de nós um estado de vigilância constante e de luta por transparência e mecanismos de proteção da autonomia universitária.

O ANDES-SN se posiciona criticamente quanto à utilização de plataformas digitais em instituições públicas de ensino, destacando a significativa destinação orçamentária pública ao setor e sua ligação à dependência e ao controle de dados. Portanto, frente ao crescente poder das plataformas digitais, evidencia-se a necessidade de regulamentação abrangente em prol da soberania digital popular e do equilíbrio entre liberdade de expressão, direito à comunicação e proteção de dados. Essa luta é conjunta com outras entidades, tendo como eixo a luta popular pela democratização da comunicação em contraponto à naturalização da privatização dos meios de comunicação, à captura do trabalho intelectual, a redução da capacidade crítica, à dependência de fundos públicos e à subordinação tecnológica imperialista.

Financiamento de Ciência e Tecnologia

O ANDES-SN, por intermédio do GT C&T, vem monitorando o financiamento destinado à ciência e à tecnologia no país. A análise do financiamento federal entre 2010 e 2024 evidencia que o orçamento do Ministério da Educação (MEC), responsável pelas IES federais, tem sido marcado por sucessivos cortes. No período de 2000 a 2002, durante o governo FHC, houve um corte expressivo de 42,4% nos investimentos destinados às IES federais, especialmente em infraestrutura, obras, equipamentos e material permanente, áreas fundamentais para garantir condições adequadas de ensino, pesquisa e manutenção das IES públicas federais. Embora os governos Lula 1 e 2 tenham promovido a expansão das universidades federais, verificou-se um corte significativo entre 2007 e 2008, quando os investimentos, que em 2006 se aproximavam de 800 milhões de reais, caíram para 399 milhões. Nos governos Dilma 1 e 2, esse quadro se reverteu, alcançando-se em 2014 o maior volume de investimentos, com 1,7 bilhão de reais liquidados. Porém, a partir de 2014 iniciou-se uma queda acentuada que se estendeu até 2019, durante o governo Temer, resultando em um recuo acumulado de 87,5%. No governo Bolsonaro, já sob o Teto de Gastos, houve aparente estabilidade, mas ainda assim com nova retração de 3,1%. Em 2023, no primeiro ano de Lula 3, ocorreu uma recuperação parcial, com aumento de 34,1% nos investimentos em infraestrutura, mas essa retomada foi interrompida em 2024, quando a queda de 41,5% levou os investimentos ao segundo pior patamar da série histórica, consequência direta das limitações impostas pelo Arcabouço Fiscal. A redução contínua no orçamento do MEC fragiliza a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, compromete a permanência estudantil e a valorização da carreira docente, e abre espaço para propostas privatistas, alinhadas ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI).

Paralelamente, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) também vem sofrendo cortes profundos desde 2014, o que agrava a situação da pesquisa científica no país, majoritariamente realizada nas IES públicas. Apesar de a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 ter indicado um aumento nominal no orçamento total do MCTI, de 12,825 bilhões em 2024 para 13,718 bilhões, esse ganho é ilusório, pois a Desvinculação das Receitas da União (DRU) reduziu drasticamente os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), gerando uma perda de quase 3 bilhões em relação ao texto original do PLOA 2025. O CNPq foi especialmente atingido, com um corte de 76,8 milhões de reais, equivalente a 7,45% do orçamento de 2024. A maior

parte dessa redução recaiu sobre a formação de recursos humanos, com queda de 16,02% no financiamento de bolsas. Assim, tanto o MEC quanto o MCTI seguem submetidos às limitações do Arcabouço Fiscal e ao subfinanciamento estrutural, prejudicando a capacidade científica do país, a manutenção das IES públicas e a formação de pesquisadores(as).

No âmbito do MEC, um exemplo expressivo do impacto da redução de recursos ocorre na CAPES. A PLOA de 2025 previa R$ 5.340.575.935, enquanto a PLOA de 2026 estima R$ 5.085.585.247, uma queda de 4,77%. Além disso, o valor efetivamente aprovado na LOA de 2025 foi ainda menor, R$ 5.083.096.639, abaixo do montante inicialmente previsto na PLOA daquele ano. De modo semelhante, a análise do orçamento do MCTI evidencia outras perdas relevantes. A PLOA de 2025 previa R$ 16.679.655.275, mas a LOA aprovou apenas R$ 13.718.873.063, uma redução de quase R$ 3 bilhões. Já a PLOA de 2026 projeta R$ 15.453.719.480, indicando um corte de 7,35% em relação ao previsto para 2025.

No MCTI diversas ações sofreram cortes significativos. Uma ação frequentemente utilizada pela categoria docente é o programa Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência e Educação Científica. Para essa ação, a PLOA de 2025 previa R$ 30.516.050, mas a LOA aprovou R$ 49.940.599 e, para 2026, a PLOA projeta R$ 27.631.000, uma redução de 9,45% em relação ao previsto para 2025. Outra preocupação central diz respeito às bolsas de formação de novos(as) pesquisadores(as), consideradas um importante termômetro do financiamento à pesquisa. No CNPq, a PLOA de 2025 estimava R$ 1.948.085.287, enquanto a PLOA de 2026 projeta R$ 1.831.082.488, uma queda de 6,01%. Na rubrica destinada à formação, capacitação e fixação de recursos humanos para o desenvolvimento científico, ou seja, as bolsas em todos os níveis, a PLOA de 2025 previa R$ 1.309.682.509, com a LOA fixando R$ 1.246.373.377. Em comparação com a PLOA de 2026, observa-se uma redução drástica de 6,77%, o que representa 88.672.162 bilhões de reais em cortes. No FNCT, a variação entre as PLOAs de 2025 e 2026 indica um corte também expressivo: 14,69%. A PLOA de 2025 destinava R$ 10.301.549.556, enquanto a de 2026 reduz esse valor para R$ 8.788.447.325, uma diminuição de R$ 1.513.102.231.

Diante desse cenário, ainda que outros fatores devam ser considerados, os cortes reforçam a urgência de fortalecer as políticas de financiamento para a pós-graduação e pesquisa no país. Os cortes sistemáticos dos recursos destinados ao MCTI, às bolsas de formação e ao FNCT, sinalizam um risco concreto de retrocesso na capacidade nacional de produzir conhecimento, formar pesquisadores(as) e sustentar projetos estratégicos. Por isso, torna-se imprescindível rever as prioridades orçamentárias e garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento, especialmente no que diz respeito à CAPES e ao CNPq, pilares essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Os rumos da pós-graduação e pesquisa brasileira

Retrocessos não são apenas vistos sob o ponto de vista do orçamento, mas enfraquecem a base da produção científica no Brasil, que é a pós-graduação; e, avançar na revisão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é estratégico. O ANDES-SN vem denunciando o Parecer CNE/CES 331/2024, pois amplia as desigualdades regionais e fortalece apenas instituições consolidadas. A proposta concede autonomia para criação de cursos apenas a IES com pelo menos dez programas com notas 6 ou 7, excluindo universidades jovens, interiorizadas e em expansão, justamente aquelas essenciais para a democratização do conhecimento. O resultado é a concentração de recursos, infraestrutura e oportunidades**,** comprometendo a formação de recursos humanos em regiões historicamente negligenciadas. O parecer CNE nº 331/2025 propõe mudar a orientação central da pós-graduação, deslocando o foco da produção científica e da formação de docentes para o desenvolvimento de competências voltadas ao mercado e ao empreendedorismo, a partir da integração da formação acadêmica com empresas, incluindo orientação compartilhada entre universidade e setor privado, e para a priorização da expansão dos mestrados e doutorados profissionais. Por isso, é fundamental que o parecer seja **revogado** e substituído por uma política que reconheça as desigualdades regionais, garanta igualdade de oportunidades e impeça que interesses privados ditem os rumos da pesquisa e da ciência brasileiras.

Além do mais, informações sobre a formação de recursos humanos na pós-graduação do país são impressionantes. Entre 1996 e 2021, segundo a CAPES, foram titulados 1 milhão de mestres e 319

mil doutores. Porém, a absorção desses(as) profissionais no mercado de trabalho e/ou a capacitação continuada no âmbito de uma perspectiva profissional formativa, é proporcionalmente agravante. Esta situação ficou evidente com o resultado do Edital nº 49/2024 do CNPq, que incluiu a concessão de bolsas de pós-doutoramento, mas atendeu apenas 10,58% da demanda, mesmo com um aumento de 17% nas solicitações em relação ao ano anterior e sem ampliação dos recursos disponíveis. Esse cenário escancara a discrepância entre o número crescente de doutores formados e a baixa capacidade do país de absorvê-los no meio acadêmico e científico, agravado pela insuficiência de políticas de contratação e pela inadequação dos valores das bolsas de pós-doutorado. Sem condições de trabalho e permanência, aumenta o risco de êxodo de profissionais altamente qualificados, comprometendo a pesquisa, a inovação e a soberania nacional. O Programa Conhecimento Brasil – Atração e Fixação de Talentos (CNPq) contemplou 574 pesquisadores. Porém, mais uma vez, sem garantia de absorção desses(as) profissionais, especialmente frente ao avanço da Reforma Administrativa no Congresso, que tende a reduzir concursos públicos, ameaça a estabilidade dos(as) servidores(as) públicos e precariza as carreiras em todas as esferas: federal, estadual e municipal. A perspectiva tende a piorar, considerando a previsão de orçamento ainda mais restrito para o CNPq em 2026. Mesmo com as 5.300 bolsas concedidas por CAPES e CNPq, o contraste entre os 25 mil doutores formados anualmente e menos de 1.000 bolsas de pós-doutorado do CNPq é alarmante. O investimento público precisa ser constante, previsível e estratégico.

Isso inclui garantir fortalecimento do orçamento para CNPq e CAPES, além de proteger fundos públicos, como o FNDCT, dos interesses privados vinculados ao MLCTI. A maior parte dos investimentos públicos nas IES sustenta pesquisa básica, vital para avanços estruturais, ainda que sem retorno imediato. O cenário atual é desanimador. Como as IES poderão contribuir diante de insistentes cortes na educação e na ciência? Neste sentido, o ANDES-SN luta pela ampliação de orçamento para o CNPq, CAPES e IES públicas; pela recomposição e blindagem plurianual das dotações de Ciência e Tecnologia; e contra o Arcabouço Fiscal, que impacta fortemente na educação e ciência brasileira.

Um novo modelo de pós-graduação no Brasil?

As seis universidades públicas paulistas (USP, Unesp, Unicamp, Unifesp, UFABC e UFSCar) poderão ingressar em um novo modelo de pós-graduação, voltado sobretudo aos programas com conceitos 6 e 7 da Capes em 2026, um sinal evidente do avanço da política do Parecer CNE/CES 331/2024. Formalizado por um protocolo de intenções entre CAPES e FAPESP, o modelo, inicialmente adotado por alguns programas de pós-graduação da USP, é apresentado como uma "modernização" do sistema e surge em um contexto de subfinanciamento crônico da pesquisa, precarização das condições de permanência estudantil e inexistência de políticas de fixação de doutores. A proposta determina que o(a) estudante dedique o primeiro ano do mestrado a disciplinas integrativas, trans e interdisciplinares. Ao final desse período, será avaliado(a) e poderá seguir no mestrado ou convertê-lo em doutorado direto. Porém, apenas os 30% mais bem avaliados terão acesso à "via acelerada", que deve ser concluída em até quatro anos. Os demais, caso reprovados ou não contemplados, receberão apenas um certificado de créditos, sem título acadêmico, e não poderão permanecer por mais um ano no mestrado.

O modelo aprofunda desigualdades já existentes. A possibilidade de doutorado direto fica restrita a uma minoria, reforçando a concentração de oportunidades e recursos. Em paralelo, a promessa de complementação de bolsas pela FAPESP é extremamente limitada: cerca de 90 complementações para toda a USP, o que representa uma distribuição irrisória diante do universo de programas e estudantes. Assim, cria-se uma elite acadêmica altamente financiada enquanto a maioria permanece sem garantia de bolsa e com risco real de evasão. Esse novo modelo de pós-graduação desvaloriza o mestrado acadêmico como etapa formativa essencial, especialmente para estudantes oriundos de centros menos estruturados, bem como pode fragilizar políticas de ação afirmativa, já que os processos seletivos e avaliações tendem a reproduzir desigualdades raciais, sociais e regionais.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

PARTE 1 – TRs REMETIDOS DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN AO 68º CONAD

III – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:
1. Que o ANDES-SN lute pelo financiamenrto necessário ao desenvolvimento e manutenção de plataformas tecnológicas públicas, fortalecendo a integração de diferentes níveis da educação pública.

XII – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN aprofunde o debate sobre as implicações do uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) digitais, sobretudo, a Inteligência Artificial (IA) em ensino, pesquisa e extensão.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

IV – POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN busque articulação com as instituições de pesquisa e entidades com linha de atuação afinada para a defesa da concepção de CeT expressa no Caderno 28 do ANDES-SN.
2. Que o ANDES-SN defenda a ampliação e melhoria do SNPG, em oposição ao Parecer 331/2024-CNE, garantindo que todas as universidades de todas as regiões do país possuam condições adequadas para a realização de pesquisas e produção de ciência.
3. Que o ANDES-SN defenda a iniciação científica e a formação de jovens cientistas referenciadas na produção de ciência voltada para atender às necessidades e interesses da classe trabalhadora e eliminação das desigualdades sociais.
4. Que o ANDES-SN lute por ações de divulgação científica que fortaleçam a perspectiva de C&T voltada para a classe trabalhadora, objetivando o desenvolvimento de uma cultura/consciência científica para todos os níveis de educação, das fases formativas iniciais da educação básica, até a educação técnica e superior (tecnológica, outras graduações e pós-graduação).
5. Que o GTCeT realize reunião conjunta com o GTPE para aprofundar o debate sobre o PNPG, a partir do parecer do CNE e do PNPG 2024-2028.
6. Que o ANDES-SN organize, em 2025, atividades durante a realização da reunião da SBPC (Recife, de 13 a 19/7).

TR – 58

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais intensifiquem a luta pela revogação do Parecer CNE/CES 331/2024, por representar mais um passo na tentativa de subordinar o Sistema Nacional de Pós-Graduação a interesses mercadológicos e produtivistas, em detrimento da autonomia universitária.

2. Que o ANDES-SN acompanhe de forma crítica o desenvolvimento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028, sua regulamentação e seus impactos sobre o setor público, considerando os riscos de aprofundamento da privatização digital, da vigilância e da transferência de poder decisório às *big techs*.

3. Que o ANDES-SN acompanhe a atuação do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital), órgão consultivo estratégico do governo federal, visando assegurar que as políticas de transformação digital não sirvam para fragilizar o serviço público, ampliar a terceirização tecnológica ou reduzir direitos.

4. Que o ANDES-SN acompanhe a implementação da Medida Provisória (MP) nº 1.318/2025, que instituiu o Plano Nacional de Data Centers (REDATA) e acumule elementos para promover ações contra seus gravíssimos impactos socioambientais, sua subordinação a interesses corporativos e a atuação das grandes corporações digitais, incluindo seu caráter de dependência de serviços digitais estrangeiros, bem como a ausência de regulamentação para a implantação desses equipamentos.

5. Que o ANDES-SN promova uma reunião conjunta entre GTC&T, GTPE e GTCA para debater o PBIA 2024-2028 e o PL 2.338/2023, que pretende estabelecer diretrizes nacionais para o uso de IA, para garantir que a regulação não seja capturada pelos interesses das *big techs* e que proteja direitos, privacidade e autonomia acadêmica.

6. Que o ANDES-SN realize uma reunião conjunta entre GTC&T e GTPAUA para discutir os impactos socioambientais das *big techs* no Brasil, o avanço dos interesses minerários impulsionados pelo PL nº 2.780/2024 e os desafios colocados à soberania nacional e popular diante da crescente dependência tecnológica e extrativista.

7. Que o ANDES-SN defenda a soberania popular contra a exploração de terras raras, denunciando sua centralidade na guerra tecnológica e energética entre Estados Unidos e China.

8. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais realizem um mapeamento nacional sobre a introdução de Inteligência Artificial (IA) nas Universidades, Institutos Federais e Cefets, identificando riscos, privatizações encobertas, impactos sobre as condições de trabalho docente e ameaças à autonomia universitária.

TEXTO 59

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

TEXTO DE APOIO

Ao longo de 2025, o Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA) do ANDES-SN buscou consolidar uma trajetória de reflexão e ação crítica sobre o papel da cultura e da comunicação sindical no âmbito do nosso Sindicato Nacional, tendo em conta sua dupla função: como ferramenta estratégica de organização e mobilização da categoria docente e, ao mesmo tempo, como espaço de disputa da hegemonia na sociedade de forma mais ampla. Além disso, o GTCA tem aprofundado a compreensão de que a arte, inseparável das formas de expressão política e cultural da classe trabalhadora, constitui elemento fundamental na construção de subjetividades críticas e na reconfiguração simbólica da luta sindical, em uma conjuntura de intensa disputa no terreno ideológico.

Com efeito, a comunicação e a produção artística, sob a égide do capitalismo tardio, ocupam hoje um lugar cada vez mais incontornável na disputa de projetos de sociedade, desempenhando, em sua forma hegemônica, um papel na produção das crises sistêmicas em que vivemos, no avanço da extrema direita e de seus projetos autoritários e na consolidação de oligopólios globais. Ainda que seja fundamental reconhecer a importância da comunicação e da arte na mobilização de diversos grupos, como mulheres, população negra e povos tradicionais, é notório que o avanço do capitalismo em relação a essas dimensões, acompanhando sua lógica de expansão sem limites, representa uma vitória sem precedentes para o sistema, integrando, por meio da Indústria Cultural, as dinâmicas econômica e cultural, alinhando modos de vida e comportamentos individuais às exigências históricas da acumulação do capital. Isso nos desafia a recolocar a perspectiva da construção da contra-hegemonia no centro da ação política, sem a qual dificilmente reconquistaremos as maiorias sociais, o que significa atuar no campo da produção com tal intencionalidade, bem como lutar pela reconfiguração dos espaços de produção de sentido, sejam as mídias tradicionais ou as novas plataformas digitais, com vistas à democratização e à soberania popular. A luta por mudanças nesse campo torna-se ainda mais próxima da atuação sindical docente, tendo em vista que as plataformas digitais se tornaram também bases para a reconfiguração do mundo do trabalho, como é visível na plataformização da educação, caminho para a ampliação da exploração e para a vigilância datificada.

O *VIII Encontro de Comunicação e Arte* e o *III Festival de Cultura e Arte*, ocorreram entre 07 e 09 de novembro de 2025, na Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ), com o tema "*Arte e Comunicação fortalecendo o ANDES-SN para derrotar o ódio nas ruas e nas redes*". Os eventos buscaram não apenas dialogar com a realidade interna do movimento sindical docente, ao realizar uma síntese dos principais desafios enfrentados por nossa comunicação e pela arte como instrumento das nossas lutas, nos termos já discutidos quando da apresentação do *3º Levantamento sobre a Situação Nacional da Comunicação do ANDES-SN* (2024), mas também avançar em um conjunto de importantes debates conectados à conjuntura atual, enfatizando que a disputa pela hegemonia comunicacional não é um elemento acessório, devendo ser compreendido como estruturante e constitutivo tanto da organização sindical, quanto das lutas gerais da nossa classe.

Assim, por ocasião da realização do nosso *VIII Encontro*, as mesas de discussão sobre "regulação das corporações digitais e tecnológicas", "desinformação e redes sociais", "direito à comunicação" (nele compreendido a luta pela democratização dos meios de informação tradicionais) e "impactos da inteligência artificial" buscaram reforçar a noção de que toda a luta da categoria docente - salarial, de carreira, em defesa da autonomia universitária, dentre outras - depende, no fundo, de uma intensa disputa no campo das mediações digitais e veículos de informação em geral, tendo, por conseguinte, o objetivo de aprofundar a compreensão de que é também uma tarefa do Sindicato Nacional buscar alianças mais amplas com os movimentos sociais do campo da comunicação, de modo a incluir mais enfaticamente a luta pelo direito à comunicação, enquanto luta democrática que pode ser pensada

nos marcos classistas, como parte do repertório de lutas que reclamam a mobilização do conjunto da nossa categoria.

Essa constatação exige de nós uma reflexão significativa sobre o papel desempenhado atualmente pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Isso porque a luta sindical pela comunicação no século XXI transcende a mera escolha de ferramentas e meios e se insere em uma disputa global contra a dominância das grandes corporações de tecnologia, as chamadas "*big techs*". Essa disputa não é apenas técnica, mas fundamentalmente política. Estão em jogo questões caras e centrais como a autodeterminação nacional, a democracia e o controle sobre o debate público. Isso porque o modelo de negócios dessas corporações é um dos principais motores da crise informacional que vivemos e sua arquitetura não é neutra, mas sim é um vetor de consequências políticas diretas.

O avanço das chamadas "*big techs*" como atores das infraestruturas digitais contemporâneas está profundamente ligado à dinâmica de concentração econômica e modelagem comportamental que caracteriza a etapa atual do capitalismo. As plataformas digitais tornaram-se instâncias centrais de mediação social, cultural, política e econômica, estruturando-se sobre um modelo baseado na coleta massiva de dados, na transformação da experiência social em predição comportamental, na constituição de monopólios digitais e na organização de fluxos materiais e imateriais transnacionais. Sua predileção pela viralização, que torna irrelevante a veracidade das informações publicadas, seu desenho algorítmico de forte viés ideológico conservador, que marginaliza discursos e práxis contra-hegemônicas (inclusive no campo da produção artística), bem como o impacto geopolítico da desinformação que tais corporações geram, são elementos que se combinam de modo devastador.

A influência desses gigantes da acumulação capitalista não se limita ao debate público e ao terreno do simbólico: ela se materializa, por exemplo, em contratos bilionários com o Estado brasileiro, aprofundando nossa dependência tecnológica e drenando recursos que deveriam ser investidos em áreas nodulares como a educação básica, técnica, tecnológica e superior e o sistema nacional de ciência e tecnologia. A escalada desses gastos é alarmante, atingindo R$23 bilhões entre 2014 e 2025, sendo R$10,35 bilhões apenas entre junho de 2024 e junho de 2025, um valor suficiente para cobrir as bolsas CAPES e CNPq de todos os 350 mil pós-graduandos do Brasil durante um ano ou o equivalente a um acréscimo de 59,2% em relação ao orçamento discricionário de todas as Universidades Federais brasileiras previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. Essa sangria de recursos públicos, como "aluguel digital" através do qual o Estado se faz um formador de rendas que remuneram tecnologias das quais não tem controle ou domínio algum, inclui ainda uma miríade de contratos opacos, intermediários privados e ausência de marcos regulatórios, sujeitando áreas sensíveis à ordem jurídica externa, com prejuízos duráveis e estruturais para o país.

Para além da macroesfera política e econômica, adentrando o terreno do concreto e cotidiano, a agência de tais corporações se faz sentir na reconfiguração do mundo do trabalho, na precarização de categorias inteiras e ao nos atingir, enquanto categoria docente, quer do ponto de vista da nossa própria condição de exercício profissional em Universidades, Institutos Federais e CEFETs cada vez mais sob o peso de processos típicos do emergente "capitalismo de plataformas", quer daquele relativo às condições dos nossos profissionais de imprensa e divulgação em âmbito nacional e nas seções sindicais, uma vez que também sobre elas e eles se fazem sentir os efeitos de tal cenário. As intensificações de jornadas, as relações de exploração inéditas, a precarização contratual e a tendência ao controle gerencial e ao sofrimento laboral são tanto realidades que nos alcançam em progressão, quanto potencialmente fatos vividos por aquelas e aqueles que, trabalhadoras e trabalhadores como nós, ocupam um importante lugar na vida do nosso sindicato e estão, de igual modo, sujeitas e sujeitos à força dessas novas relações sociais suscitadas por tais meios técnicos.

Esses elementos não devem ser naturalizados, mas sim formar parte da nossa reflexão sobre as tarefas da comunicação e da arte no âmbito do ANDES-SN. Em larga medida, aquele quadro de rápida transição tecnológica, com baixa reestruturação estratégica, poucas medidas de fortalecimento de equipes e dificuldades na integração, seja com a Imprensa Nacional, seja com/entre as seções sindicais, que resultou do diagnóstico do 3º Levantamento, segue sendo a tônica da situação nacional da comunicação do nosso Sindicato Nacional.

Hoje, em que pese a subsistência do InformANDES como importante veículo da nossa comunicação, há uma já consolidada transição dos meios impressos para os digitais no conjunto das

nossas seções sindicais, com nítida hegemonia das redes sociais corporativas de propriedade de plataformas comerciais estrangeiras, que submetem a comunicação sindical às lógicas algorítmicas e politicamente enviesadas, sobre as quais o sindicato não tem o controle. Se, por um lado, é incontornável disputar significativamente esses canais e fortalecer a nossa presença nos mesmos, inclusive por meio de uma atualização de linguagens e expressões das nossas pautas, bem como pela integração de nossos veículos impressos a uma arquitetura de multimeios, por outro, devemos levar em consideração que a mera presença nas redes sociais não implica em engajamento ou mobilização efetiva, uma vez que a lógica da viralização, por privilegiar conteúdos sensacionalistas e efêmeros, choca-se frontalmente com os objetivos de formação política aprofundada de uma comunicação sindical classista e, portanto, não dá aos instrumentos de comunicação, por si mesmos, um poder remissivo que possa substituir uma atuação de base cotidiana e consistente.

Na verdade, as redes sociais e toda a arquitetura de comunicação corporativa levam consigo uma forma cultural conectada com as demandas do capital, ainda que as contradições sistêmicas se revelem também nesses espaços e possibilitem nossa intervenção neles. Combinando tática e estratégia, é possível apontar a importância desses espaços nas disputas cotidianas e afirmar a necessidade de superá-los. Daí a importância do diálogo promovido no *VIII Encontro de Comunicação e Arte* e em outros espaços, como no V Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação, com os movimentos e organizações sociais que lutam pelo direito à comunicação e pelos direitos digitais, caso do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que o ANDES-SN já integrou e que deve ser fortalecido.

É importante também ter em conta o preocupante quadro de precarização estrutural da comunicação sindical no âmbito das seções, seja no que diz respeito à dificuldade, inclusive financeira, em manter equipes permanentes de comunicação, seja no esvaziamento do espaço de construção coletiva por excelência da nossa política de comunicação sindical, dado o baixo número de seções sindicais em que o GTCA está em funcionamento efetivo. Esse cenário está profundamente relacionado com múltiplas dificuldades, sobretudo no que diz respeito ao trato das especificidades da nossa categoria, constituída em sua diversidade por diferentes gerações e sujeitos, atuando em diferentes níveis de ensino e trabalhando em instituições de natureza muito desigual e em distintas esferas do serviço público. A superação desses desafios reclama mais integração entre a imprensa nacional e as seções, maior articulação e cooperação entre as mesmas e uma política contínua de fomento à organização da comunicação e oferta de uma variedade de espaços formativos, tanto para a categoria quanto para profissionais que atuam na comunicação sindical no âmbito do ANDES-SN e de suas seções sindicais.

Por fim, diante de um diagnóstico interno que aponta fragilidades estruturais e de uma análise que revela inimigos poderosos e multifacetados, o Sindicato Nacional precisa articular uma resposta estratégica que compreenda, de forma indissociável, a comunicação e a arte como ferramentas de luta. Apesar dos esforços empreendidos pelo ANDES-SN, que, a partir das deliberações do 42º Congresso e do Plano Geral de Comunicação, previu a integração de ações artísticas em todos os espaços do sindicato nacional, como vem sendo observado nos Congressos, CONADs e Encontros Regionais, ainda há uma elaboração insuficiente quanto ao papel da arte no âmbito do nosso sindicato. Ao mesmo tempo em que é preciso avançar nas nossas elaborações relativas à produção artística e dar consequência à centralidade política que acreditamos que o tema detenha, é preciso também reconhecer a indissociabilidade do binômio que funda o GTCA. Por um lado, não é possível produzir uma comunicação sindical à altura das nossas tarefas sem que se reconheça que aspectos estéticos e artísticos compõem um elemento fundamental do cotidiano do labor de profissionais da comunicação, sendo, portanto, pilares do sucesso na veiculação de nossas pautas e construção de nossas lutas; por outro, há que se perceber que a arte, quer se apresente em sua dimensão de exercício de fruição e sensibilidade, manifestação da liberdade criativa e do extravasamento diante da riqueza da experiência humana, quer nos chegue como o veículo de conscientização e mobilização que ela também pode ser, desempenha um papel central na produção de uma comunicação efetivamente capaz de atingir sujeitos e coletividades e ganhar corações e mentes para nosso projeto histórico de defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada e para nosso anseio de um mundo sob a tutela daquelas e daqueles que, pelo trabalho, produzem o mundo.

O ANDES-SN, no âmbito de seu Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte, precisa envidar esforços para que o trabalho de fortalecimento político da nossa comunicação sindical e da nossa

produção artística redunde em iniciativas concretas na direção de uma práxis que não apenas informe, mas que forme criticamente e, acima de tudo, que mobilize a categoria e que dispute influência junto ao conjunto da classe em favor das lutas que travamos. É uma tarefa complexa, mas urgente: fazer da nossa comunicação uma ferramenta cada vez mais potente a serviço da classe trabalhadora.

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

PARTE 1 – TRs REMETIDOS DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN AO 68º CONAD

IV – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Estimular a construção de GTCA locais para fortalecer e difundir de maneira mais ampla possível a política nacional de comunicação do ANDES-SN.
2. Garantir uma política de atualização permanente do site do ANDES-SN e estimular a atualização dos sites das seções sindicais
3. Realizar, durante os encontros regionais, debates sobre arte, cultura política, luta sindical e oficinas de comunicação sindical com diretores e diretoras responsáveis e profissionais de comunicação das seções sindicais.
4. Que o ANDES-SN, via GTCA, organize o VIII Encontro de Comunicação e Arte e o III Festival de Cultura e Arte no segundo semestre de 2025.
5. Avançar na discussão acerca do problema da diminuição e ausência de equipes de comunicação no âmbito das seções sindicais locais conforme dados de levantamento apresentado pelo ANDES-SN.
6. Que o VIII Encontro e III Festival de Cultura e Arte debata sobre a pertinência ou não e sobre quais seriam as bases de um Plano de Cultura e Arte para discutir sobre o tema em evento deliberativo do ANDES-SN.

X – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Retomar, no âmbito do GTCA, a articulação da rede nacional de comunicação, buscando meios integrados que facilitem a divulgação e promovam o engajamento da categoria com as publicações do ANDES-SN.
2. Incluir, na programação do IX Encontro de Comunicação e Arte, debates sobre direito à comunicação, regulação das plataformas, uso das plataformas por sindicatos e movimentos e construção de alternativas às Big Techs.
3. Que o ANDES-SN participe ativamente da luta pelo direito à comunicação, retomando sua atuação no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e construindo aproximações com as articulações mais recentes, como a campanha Internet Legal e a Rede de Comunicações Democráticas.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

XI – POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO E ARTE

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realizar um painel, no âmbito do GTCA, sobre as possíveis relações entre o crescimento do uso das mídias sociais na política de comunicação sindical e os impactos na mobilização da categoria no cotidiano do movimento docente.
2. Debater, no âmbito do GTCA, a elaboração de uma política de comunicação sindical dedicada especificamente para aposentadas e aposentados.
3. Avançar na consolidação e ampliação da rede nacional de comunicação para buscar fortalecer a cooperação entre comunicação nacional e seções sindicais e o diálogo entre seções sindicais

4. Incluir na programação dos Encontros das Secretarias Regionais do ANDES-SN atividades associadas à divulgação e ao debate da Atualização do Plano Nacional de Comunicação do ANDES-SN
5. Realizar, no âmbito do GTCA, um debate de avaliação sobre o processo de difusão e desenvolvimento das campanhas aprovadas durante os últimos eventos deliberativos do ANDES-SN.
6. Realizar, em articulação com o CEDOC, a produção de material audiovisual sobre a importância das greves na história do ANDES-SN e afirmar sua atualidade para as lutas do presente.

TR – 59

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, em conjunto com suas seções sindicais, continue fomentando a ampla divulgação do Plano Geral de Comunicação, bem como reforce a atuação coletiva para a criação e/ou reorganização dos GTCAs.

2. Que o ANDES-SN realize um novo Levantamento Nacional de Comunicação Sindical, visando ampliar o escopo daqueles realizados anteriormente, incluindo a coleta de dados sobre difusão das campanhas e utilização dos diferentes canais do Sindicato Nacional, percepção sobre a comunicação das seções sindicais e de sua integração à comunicação nacional e tratamento das especificidades da categoria na comunicação sindical, considerados setores (IFES ou IEES/IMES/IDES), carreiras (nível superior ou educação básica, técnica e tecnológica) e situação profissional (docentes da ativa ou aposentadas e aposentados).

3. Que o ANDES-SN retome a sua integração permanente ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), contribuindo política e financeiramente com o mesmo, e estimule as seções sindicais a se integrarem aos Comitês Estaduais vinculados ao FNDC.

4. Que o ANDES-SN se incorpore à campanha nacional Internet Legal, realizada por um conjunto de entidades sindicais e movimentos sociais, com o objetivo de articular a luta pela regulação das corporações tecnológicas e plataformas digitais no Brasil.

5. Que o ANDES-SN, por meio do GTCA e do GTCeT, desenvolva ações em defesa da regulação das chamadas *big techs*, enfatizando o seu papel na captura de recursos públicos, na crise socioambiental, na desinformação, no estímulo aos discursos de ódio, à leniência com a extrema direita e às violências contra grupos sociais vulneráveis, na plataformização da educação, dentre outros aspectos.

6. Que o ANDES-SN acumule elementos para a construção de um Plano Geral de Arte.

TEXTO 60

Contribuição da Assembleia da ADUFPB e GT Comunicação e Arte (GTCA) da ADUFPB

PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE ARTE E CULTURA E A GARANTIA DE UMA POLÍTICA ARTÍSTICA E CULTURAL DO ANDES – SN

TEXTO DE APOIO

A necessidade de debater e refletir sobre uma proposta e um plano específico para arte e cultura, como política do ANDES-SN, tem se intensificado ao longo dos anos, sobretudo ao se compreender que a arte e a cultura têm transversalizado as ações, discussões e debates gerais das pautas sindicais, configurando-se como elementos notadamente importantes. No entanto, embora esse tema esteja ganhando corpo e espaço dentro do ANDES-SN, ainda prevalece uma perspectiva reducionista, restritiva e utilitária, que reduz a arte e a cultura a meros suportes para o alcance de outras ações que não o conhecimento artístico. Ou seja, o foco permanece no caráter instrumental das ações artísticas. Esse olhar subestima o valor intrínseco da arte e o poder que ela possui de falar por si, de revelar, a partir de suas diferentes linguagens, seu caráter político, questionador, reflexivo, educativo, revolucionário, diverso e humano.

Conforme evidenciado no histórico dos debates realizados nos Congressos do ANDES-SN, bem como nos encontros e reuniões específicas do Grupo de Trabalho Comunicação e Arte (GTCA), o foco das discussões está majoritariamente centrado na comunicação, mantendo a arte e a cultura na periferia das reflexões e reduzindo-as a uma visão utilitária. A elaboração e publicação do Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN demonstram o sólido trabalho desenvolvido pelo GTCA e o significativo espaço que esse grupo ocupa dentro do contexto político da instituição. A comunicação e a arte transversalizam as diversas ações sindicais. No entanto, a comunicação, por seu caráter dinâmico, intenso e contínuo, exige uma centralidade dentro do GTCA, o que acaba por invisibilizar as demandas artístico-culturais. Contudo, pela própria natureza do GTCA, a arte também necessita de espaço de atuação, debate e de uma política artística e cultural que garanta sua presença no ANDES-SN, com a devida relevância e importância, a partir de perspectivas que a valorizem como campo de conhecimento, de luta, reflexão e debate, e não meramente como produto de uma visão instrumental. Cabe destacar que essa perspectiva instrumental da arte foi problematizada nos debates realizados no VIII Encontro de Comunicação e Arte e no III Festival de Cultura e Arte, realizados em Niterói, entre os dias 7 e 9 de novembro de 2025.

Diante disso, considerando a consolidação da área de comunicação nas ações do ANDES-SN, sobretudo a partir da publicação do Plano Geral de Comunicação, nosso coletivo docente da base sindical da ADUFPB propõe que a discussão para a elaboração do Plano de Arte e Cultura do ANDES-SN seja retomada e encaminhada ao 44º Congresso do ANDES-SN, de modo a garantir um avanço efetivo sobre a elaboração desse documento. Ressaltamos que ele não deve ser parte do Plano de Comunicação, mas sim um documento único, capaz de assegurar a política artística e cultural do ANDES-SN. Do mesmo modo, devido às especificidades e ao restrito espaço para o debate sobre arte dentro do GTCA, propomos a criação de um GT específico para arte e cultura.

O que o ANDES poderá fazer diante do exposto:

TR – 60

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o Andes defenda e aprove a criação do plano de Arte e cultura;
2. Que o Andes defenda a criação de um GT específico de Arte e Cultura;
3. Que o Andes garanta uma política artística e cultural da instituição;
4. Que o Andes garanta o espaço da arte e cultura nas ações sindicais;
5. Que o ANDES defenda uma maior articulação entre comunicação e arte.

TEXTO 61

Contribuição da Diretoria da ADUFF/SSind e do GTCA da ADUFF/SSind

CAMINHOS PARA EFETIVAR O PLANO DE COMUNICAÇÃO DO ANDES EM SUA RELAÇÃO COM A BASE E COM AS TRANSFORMAÇÕES NO AMBIENTE MIDIÁTICO

TEXTO DE APOIO

O Plano Nacional de Comunicação do ANDES-SN, atualizado em 2024 a partir de intensos debates no âmbito do GTCA, representa um avanço importante no sentido de conectar a comunicação do sindicato aos desafios do presente. O Plano traz elementos para a definição da concepção de comunicação do sindicato e do seu lugar na estratégia de luta do movimento docente. Na ADUFF, a partir de debates contínuos sobre o Plano e sobre a reorganização da comunicação da seção sindical ao longo do ano de 2025, percebemos que dois aspectos principais carecem de avanços.

Em primeiro lugar, permanece a complexidade fundante do ANDES-SN, que é seu caráter sui generis de um sindicato nacional em que as seções sindicais possuem autonomia relativa. Nesse sentido, os diversos planos de comunicação construídos pelo GTCA ao longo dos anos ressaltam que um planejamento para a comunicação do ANDES passa necessariamente por uma articulação entre o que faz o sindicato nacional e o que fazem as seções sindicais. A última versão do Plano trabalha essa questão no Título IV, "Constituição de relações internas de comunicação" (p. 11), indicando a necessidade de construção de um trabalho em rede entre o sindicato nacional e as seções sindicais, sob coordenação do primeiro. Esse tópico também prevê a criação de um sistema de comunicação das matérias e um espaço interno de comunicação dos profissionais e compartilhamento de conteúdos.

A realidade das seções sindicais mostra que essa necessária articulação com o sindicato nacional precisa ser potencializada, com a promoção de caminhos para a ação coordenada entre as seções sindicais e o sindicato nacional. É necessário produzir delineamentos sobre como as mídias das seções sindicais devem se conectar com as mídias do sindicato nacional, de forma a configurar uma rede de conexões. Como conectar e fortalecer nossos sites entre si e nossos perfis nas redes sociais? Além disso,

precisamos pensar na coordenação de campanhas nacionais, que podem envolver as seções sindicais de diferentes formas, seja com a produção de conteúdos próprios ou reprodução dos conteúdos vindos da nacional. A própria relação entre os conteúdos da nacional e os conteúdos das seções sindicais demanda uma reflexão particular. Como conectar a relevância de conteúdos nacionais com pautas locais das seções sindicais? Qual o papel da comunicação das seções frente a pautas nacionais? Como potencializar a relação entre comunicação nacional e comunicação das seções sindicais, tendo em vista ainda as diferenças existentes entre as equipes de comunicação?

Essas questões se colocam especialmente a partir da intensa transformação da comunicação nas últimas décadas. Com a digitalização da vida social, novas ferramentas e novos campos de batalha se colocam para a ação política. Ao mesmo tempo, os campos e ferramentas anteriormente explorados pela imprensa sindical permanecem. Como mobilizar a comunicação para a luta política contemporânea?

O ANDES-SN vem tentando entender essas mudanças e, por isso, desde 2012 realiza o Levantamento sobre a Comunicação nas Seções Sindicais, tendo promovido sua terceira edição em 2024. No Levantamento, as diretorias das seções sindicais são instadas a responder: quais os meios de comunicação por elas utilizados e os desafios enfrentados; como se relacionam com a comunicação do sindicato nacional e de outros atores políticos; qual é a conformação da equipe de comunicação; e, ainda, se há articulação local do GTCA. Esse questionário produz um quadro muito frutífero para compreender os desafios enfrentados pelas seções sindicais e suas percepções nesse processo.

Em que pese a centralidade do Levantamento - que deve perdurar - sua metodologia capta tão somente as respostas dadas pela diretoria da seção sindical a partir de suas leituras e escolhas. É necessário avançar para compreender as percepções da base sobre o ambiente comunicacional. Quais são os meios de comunicação utilizados pela categoria? Quais são as plataformas? Há uma estratificação do uso a partir de determinadas características (gênero, idade, área)? Docentes da ativa e aposentados utilizam os mesmos meios de comunicação e da mesma maneira? A informação chega para todo mundo? O que incentiva e o que desincentiva os e as docentes a acompanharem os conteúdos produzidos pelo sindicato? Há preferência por formatos, durações e dinâmicas específicas?

No geral, as respostas a essas questões são presumidas pelas diretorias das seções sindicais, que executam sua política de comunicação com base numa percepção do que parece ser mais correto ou apropriado, e que não necessariamente se conecta com as demandas da base. Ao mesmo tempo, por vezes o sindicato pode ser levado a conclusões que partem de uma leitura geral do cenário comunicacional sem considerar as especificidades da categoria docente, ela mesma eivada de diferenciações internas. Nesse sentido, uma enquete nacional sobre o uso dos meios de comunicação por parte dos e das docentes seria um caminho interessante para repensar estratégias tanto no âmbito da comunicação das seções sindicais quanto do sindicato nacional.

O jornal impresso, por exemplo, que foi descontinuado pela maioria das seções sindicais, segundo o 3º Levantamento, pode ser mesmo prescindido? O InformAndes e a Universidade & Sociedade ainda devem ser impressos? Como e a quem deveriam ser distribuídos? Faz sentido abandonar o Facebook em prol do Instagram? Faria sentido adentrar o Titktok ou explorar mais o X (Twitter)? Como podemos otimizar nossos sites? Que informações devem constar no mailing? Essas são algumas perguntas cujas respostas podem ser melhor construídas a partir da realização de uma enquete nacional sobre o uso da comunicação pelos/as docentes.

Nesse sentido, a ADUFF propõe, a partir de seus debates no GTCA no ano de 2025, que o sindicato nacional realize uma enquete nacional para entender o uso da comunicação pela categoria, envidando esforços específicos para a resposta dos docentes aposentados. Propõe também que, em uma das reuniões nacionais do GTCA no ano de 2026, seja discutida a relação entre a comunicação do sindicato nacional e a das seções sindicais, de modo a indicar linhas integradas de atuação.

TR – 61

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN dê seguimento à efetivação do Plano Geral de Comunicação, tendo como base:

1.1. A construção de uma enquete nacional sobre a relação dos docentes com os meios de comunicação, de modo a compreender como a base se informa e se comunica;

1.1.1. Que sejam feitos esforços específicos para garantir a resposta dos aposentados à enquete;

1.2. A realização de um debate, em reunião nacional do GTCA no ano de 2026, sobre a relação da comunicação do sindicato nacional com a comunicação de suas seções sindicais, de modo a propor formas integradas de atuação.

TEXTO 62

Contribuição do GTCA da Sedufsm: Neila Cristina Baldi (diretoria), Fabiana Pereira (diretoria), Jessé da Cruz (base), Flávio Campos (base) e Luciana Carvalho (base); GTCA da ADUNEB: Kátia Maria de Aguiar Barbosa.

POR DISCUSSÃO DE ARTE E CULTURA NO ANDES

TEXTO DE APOIO

Os Grupos de Trabalho do ANDES têm se caracterizado, na sua grande maioria, por discutir temas que afetam a carreira e os fazeres docentes no cotidiano de suas instituições, como aqueles elencados no GTPE, GT Carreira, GT Verbas e Fundações, GT Multicampia e Fronteira, GTPCEGDS, entre outros, tendo, na sua constituição filiados e filiadas. No entanto, o GT Comunicação e Arte é o único da instituição que abrange tanto filiados e filiadas quanto trabalhadores e trabalhadoras das seções sindicais da área da Comunicação, configurando-se como uma constituição híbrida. E, em virtude de sua constituição, acaba por se dedicar, sobretudo, às questões da Comunicação do Sindicato. Não temos, neste sentido, um espaço, que debata, efetivamente, as questões de arte e cultura no ANDES, que abrangem mais que uma política cultural para o sindicato.

Os primeiros cursos superiores do campo das Artes no Brasil surgiram na primeira metade do século passado, com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que absorveu a Escola Nacional de Belas Artes – antiga Academia Imperial de Belas Artes. Nos anos 1950, a Universidade Federal da Bahia criou os cursos de graduação de Dança, Música e Teatro, entre 1955 e 1956, os primeiros do gênero no país. Com a LDB de 1971, que inclui artes plásticas, educação musical e artes cênicas como conteúdo na educação básica, começam a ser criados outros cursos e, a partir da mudança na legislação, que torna obrigatório o ensino de Artes na educação básica (LDB/1996), este crescimento se expande, culminando com a criação de diversos cursos nas Universidades, a partir do REUNI.

Cursos novos demandam reestruturações nas instituições. No entanto, a realidade de muitos cursos do campo das Artes é semelhante ao que verificamos na multicampia: poucos/as docentes e sem

infra-estrutura. Estas questões impactam sobre o cotidiano docente, com encargos didáticos altos e adoecimento.

Ao mesmo tempo, decisões de políticas educacionais e de políticas culturas do País – vindas do Ministério da Cultura – também impactam no cotidiano dos/as docentes das Artes, bem como na constituição de seus cursos.

Paralelamente, como campo expandido novo, muitas instituições de ensino superior não têm política específica para a cultura e as artes. O mesmo ocorre com nosso sindicato nacional.

Diante deste quadro, consideramos que, assim como o GT Multicampia e Fronteira e o GTPCEGDS, que debatem temas específicos, mas que são transversais no cotidiano e carreira docente, consideramos que o campo das Artes tenha um GT específico dentro do ANDES, formado por docentes que atuam na área e que possam debater não apenas a política para a cultura e artes do sindicato, mas questões transversais que impactam suas docências e suas carreiras, dentro das especificidades das Artes.

TR – 62

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pela separação do GTCA do ANDES em dois GTs, um específico de Comunicação e outro de específico de Arte e Cultura;

2. Criação de política de Arte e Cultura do Andes;

3. Promoção de discussão sobre as questões de arte e cultura, para além de uma política cultural, com as problemáticas da falta de pessoal e de infraestrutura, entre outros temas, nas seções sindicais.

TEXTO 63

Contribuição do GTCA da Sedufsm: Neila Cristina Baldi (diretoria), Fabiana Pereira (diretoria), Jessé da Cruz (base), Flávio Campos (base) e Luciana Carvalho (base)

POR UM FÓRUM DA COMUNICAÇÃO DO ANDES

TEXTO DE APOIO

Os Grupos de Trabalho do ANDES têm se caracterizado, na sua grande maioria, por discutir temas que afetam a carreira e os fazeres docentes no cotidiano de suas instituições, como aqueles elencados no GTPE, GT Carreira, GT Verbas e Fundações, GT Multicampia e Fronteira, GTPCEGDS,

entre outros, tendo, na sua constituição filiados e filiadas. No entanto, o GT Comunicação e Arte é o único da instituição que abrange tanto filiados e filiadas quanto trabalhadores e trabalhadoras das seções sindicais da área da Comunicação, configurando-se como uma constituição híbrida. E, em virtude de sua constituição, acaba por se dedicar, sobretudo, às questões da Comunicação do Sindicato. No entanto, outras temáticas da Comunicação, relativas ao cotidiano docente nas instituições de ensino superior, não são debatidas no GT Comunicação e Arte (GTCA).

Muitas das reuniões do GTCA têm se caracterizado, no momento dos Informes, por ações das Assessorias de Comunicação do Andes (e não necessariamente ações do GT, como em outros) e tem-se verificado a necessidade de espaço para debates, entre os/as profissionais de Comunicação das seções sindicais, de momentos dos/as trabalhadores/as em que não estão em coberturas de Comunicação, mas estão debatendo problemáticas dos afazeres da Comunicação sindical, bem como compartilhando ações que possam ser replicadas em outras seções.

Por outro lado, o GTCA não tem debatido a Comunicação nas instituições de ensino superior e as problemáticas causadas, por exemplo, com a terceirização dos/as profissionais da área, assim como a falta de concursos para a área ou a retirada de vagas técnicas da Comunicação nas instituições para outras.

Neste sentido, acreditamos que o GTCA deva ser reestruturado, com a separação dos temas de arte e cultura, que deveria ter um GT específico, e com a criação de um fórum das Assessorias de Comunicação das seções sindicais.

TR – 63

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pela separação do GTCA dos ANDES em dois GTs, um específico de Comunicação e outro de específico de Arte e Cultura;

2. Que o Andes crie o Fórum das Assessorias de Comunicação das Seções Sindicais;

3. Que o Andes promova reuniões do Fórum das Assessorias de Comunicação das Seções Sindicais independente das reuniões do GTCA.

TEXTO 64

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

TEXTO DE APOIO

1. ANDES-SN: 45 anos de luta

Em um momento em que o ANDES-SN completa 45 anos de luta ininterrupta, a necessidade de organizar e sistematizar suas memórias torna-se ainda mais urgente. Preservar esse acúmulo não é apenas um tributo ao passado, mas condição para garantir que a trajetória construída coletivamente sirva de base para as decisões e disputas que se impõem. Nesse sentido, ações como entrevistas, série histórica, pesquisas de acervo e campanha de sindicalização constituem dimensões complementares de um mesmo projeto de fortalecimento do sindicato nacional.

As entrevistas com quadros históricos cumprem papel fundamental ao preservar as narrativas de militantes que protagonizaram momentos decisivos da organização docente. São relatos que revelam disputas, escolhas políticas, conjunturas adversas e processos de construção coletiva que muitas vezes não aparecem nos documentos oficiais. Registrar essas vozes é reconhecer que a história do sindicato é feita por sujeitos concretos, cujas trajetórias se entrelaçam com a história da educação pública no país, e que esses 45 anos só existem porque foram construídos por mãos e consciências diversas.

A série sobre a história do ANDES-SN amplia esse alcance ao transformar o acúmulo histórico em linguagem acessível, capaz de conectar gerações. Ela possibilita que docentes recém-ingressos compreendam o sentido político do sindicato nacional, reforçando valores como autonomia, combatividade e democracia interna. Em uma conjuntura de ataques às organizações coletivas, comunicar nossa história de forma sistemática é disputar consciência e fortalecer identidade - especialmente quando o sindicato completa 45 anos e precisa reafirmar a coerência e a atualidade de seu projeto histórico.

O acervo do CEDOC - especialmente sobre a fundação do ANDES-SN - oferece o lastro documental que garante rigor, legitimidade e profundidade à narrativa histórica. O Cedoc reúne registros fundamentais das grandes mobilizações, congressos, campanhas nacionais e disputas que moldaram o sindicato. Da mesma forma, é indispensável fortalecer a organização dos arquivos das seções sindicais que atuaram na linha de frente da fundação do ANDES-SN, conferindo concretude e organicidade à política de memória do sindicato nacional.

O projeto de memória oral deve ter continuidade como instrumento estratégico de reconstrução das decisões, debates e alianças que fundamentaram a opção pelo modelo de sindicato nacional. Organização, guarda e extroversão documental, somadas aos registros e entrevistas de docentes que construíram o ANDES-SN ao longo de seus 45 anos, não apenas recompõe o passado: ilumina dilemas atuais, como a defesa da autonomia sindical, a centralidade da organização pela base e a necessidade de coesão diante de riscos de fragmentação.

Por fim, a campanha de sindicalização, lançada no dia 28 de novembro de 2025, integra-se a esse conjunto de ações como expressão de memória viva. Sindicalizar não é apenas ampliar a base: é transmitir às novas gerações o legado histórico do sindicato, assegurando continuidade política. Cada nova filiação é um gesto de adesão consciente a uma trajetória de luta. Quem se sindicaliza hoje reconhece - ou passa a reconhecer - a história de defesa intransigente da universidade pública e dos direitos da categoria. Assim, a memória não se limita aos arquivos: ela se atualiza na prática cotidiana da organização sindical.

Em tempos de ataques à educação, tentativas de fragmentação sindical e campanhas de desinformação, investir em memória é investir na disputa política. É reafirmar que os 45 anos de lutas do ANDES-SN são parte constitutiva da própria história da defesa da educação pública no Brasil - e que essa história continua sendo escrita agora, com consciência, responsabilidade e compromisso coletivo.

2. A luta por uma memória sindical

A memória constitui um campo fundamental de disputa política, distinto da história como disciplina. Enquanto esta última se orienta por métodos rigorosos de investigação, crítica documental e contextualização, a memória é frequentemente apropriada por grupos sociais e agentes políticos que buscam afirmar determinadas interpretações do passado. Essa diferença confere à memória uma vulnerabilidade particular à captura por narrativas revisionistas, nas quais a manipulação ideológica opera para legitimar projetos de poder e silenciar experiências coletivas que contradizem tais interesses.

Nesse cenário, disputar o sentido do tempo e do espaço não representa apenas um exercício acadêmico, mas uma ação política necessária para a preservação de valores democráticos. A disputa pela memória envolve tensionar versões simplificadoras ou distorcidas de eventos históricos, reafirmando a centralidade da verdade factual e da responsabilidade social diante de acontecimentos que moldaram a vida coletiva.

Em tempos marcados pela ampliação das chamadas *fake news* e pela circulação acelerada de conteúdos desinformativos, essa disputa torna-se ainda mais urgente. A extrema-direita, em diferentes contextos, tem mobilizado estratégias sistemáticas de ataque à produção científica, às instituições e aos consensos democráticos, instrumentalizando a memória para construir narrativas que deslegitimam direitos, minorias e políticas públicas. Nesse sentido, defender uma memória comprometida com a verdade histórica, com a justiça e com a pluralidade constitui uma estratégia essencial para enfrentar tais ofensivas e fortalecer o debate público.

Ao longo de seus 45 anos de existência, o ANDES-Sindicato Nacional não se furtou a essa luta. Uma das marcas dessa luta se expressa na constituição do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD). Em 1989, no 8º Congresso do ANDES-SN, há uma menção sobre a criação de um grupo de trabalho para resgatar a memória do ANDES, recuperando sua história desde a criação até a trajetória de lutas travada pelo movimento sindical. Mais tarde, em 1991 no 10º Congresso do ANDES-SN, realizado em Curitiba, foi deliberado pela criação de um GT chamado Sérgio Pires. Porém, em virtude de sua não concretização, no 28º CONAD, realizado em Recife no ano de 1994, foi deliberado pela reativação do GT, mas agora com o nome de História do Movimento Docente. Em 2000, no 41º CONAD, recomendou-se às Seções Sindicais que instituíssem ou rearticulassem seus GTs locais de História do Movimento Docente, de modo a contribuir para o fortalecimento do GT nacional.

Além disso, desde 1981 a entidade vem reunindo um importante acervo documental, atualmente organizado pelo Centro de Documentação (CEDOC), criado em 2000, por ocasião do 41º CONAD, realizado em Pelotas, com a finalidade de tratar a documentação permanente e assegurar a preservação da perspectiva histórica de sua trajetória. Desde 2011, o CEDOC passou a denominar-se Osvaldo de Oliveira Maciel, em homenagem ao primeiro presidente do ANDES-SN, eleito em 1981, quando a entidade ainda possuía natureza associativa. A homenagem foi deliberada no 30º Congresso do ANDES-SN, realizado em Uberlândia (MG), em 2011.

Posteriormente, em 2013, durante o 32º Congresso do ANDES-SN, realizado no Rio de Janeiro, deliberou-se pela criação da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com o propósito de investigar fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar contra docentes universitários, entre os anos de 1964 e 1985. Rever esses fatos significa contribuir para a escrita da história recente do Brasil. Os atos perpetrados no período de 1964 a 1985 precisam ser revistos e não devem permanecer impunes, pois atingiram a sociedade civil, bem como as universidades brasileiras. A ditadura buscou silenciar estudantes, professores e funcionários; muitos tiveram seus direitos cassados, foram expurgados, punidos ou perderam a própria vida. Tais violações deixaram marcas indeléveis que persistem no cotidiano de suas famílias, algumas das quais ainda lutam pelo direito de enterrar seus mortos. Como desdobramento, no 58º CONAD (2013), realizado em Santa Maria (RS), aprovou-se a proposta de

funcionamento da Comissão da Verdade, definindo prazos, número de integrantes e o papel das Seções Sindicais e das Secretarias Regionais.

Adicionalmente, o ANDES-SN mantém projetos institucionais que contribuem para a consolidação da memória de suas lutas, como o Projeto Memória, cuja criação foi deliberada no 37º Congresso do ANDES-SN (2018). O Projeto Memória é organizado pelo CEDOC em parceria com o GTHMD. Em comemoração aos 45 anos do sindicato e com o objetivo de fortalecer a história oral do movimento docente, está sendo realizado um conjunto de entrevistas com figuras de referência na trajetória do ANDES-SN, cujos depoimentos serão disponibilizados no site da entidade, de modo a registrar a história do Sindicato Nacional a partir das vivências e experiências da categoria. Há também o Espaço Memória, que reúne objetos, entrevistas e itens museológicos; a Cartilha de Boas Práticas Arquivísticas, destinada a orientar as Seções Sindicais na organização de seus acervos; e o Programa de História Oral, que oferece diretrizes para elaboração de roteiros, seleção de entrevistados, registros e preservação digital.

Considerando a letalidade do Estado e o aumento da violência policial, a luta pela memória permanece uma necessidade urgente, sobretudo diante da lei de anistia, que acabou beneficiando torturadores (1979), e da Constituinte, que não garantiu avanços no debate sobre segurança pública, o que tornou nossa democracia frágil, por consequência criminalizando e judicializando movimentos sindicais, os movimentos sociais e as populações pretas e pobres. A violência oficial do Estado conta, muitas vezes, com o respaldo da grande mídia, que distorce o sentido das lutas e mobilizações, contribuindo para a criminalização daqueles que reivindicam direitos e justiça social

Quando falamos de história, memórias, justiça e reparação, envolvendo a ditadura empresarial-militar e a continuidade de seus métodos e práticas por meio da violência do Estado, é indignante e estarrecedor o que continua acontecendo. São muitas e continuadas violências. Para além de muitas outras, o GTHMD e a Comissão da Verdade, chamam a atenção para a chacina que aconteceu no dia 28 de novembro de 2025, nas favelas da Penha e do Alemão na cidade do Rio de Janeiro.

A chacina expressa a face cruel do racismo institucional na violência de Estado. Foram 117 jovens cruelmente assassinados com o argumento de serem todos traficantes, havendo até decapitação. No protesto, com corpos perfilados no chão, o que foi visto foram mulheres negras chorando suas perdas.

A hegemonia da "democracia racial" como mito brasileiro, invisibilizou a violência de Estado contra negras e negros no Brasil. Desse modo, se faz fundamental racializar a violência de Estado contra negras e negros, construir memórias e exigir justiça e reparações. Assim, o GTHMD e a Comissão da Verdade assumem a tarefa de trazer estas questões para deliberações no 44° Congresso do ANDES-SN.

3. A luta indígena no século XXI: território, violências e Marco Temporal

Aos povos originários, as duas primeiras décadas do século XXI representam o aprofundamento de um quadro estarrecedor de violências, majoritariamente derivadas das investidas contra seus direitos territoriais.

A invasão sistemática das terras indígenas, que se desencadeia no cotidiano, articula-se atualmente a ações e medidas governamentais que contrariam os direitos inscritos na Constituição e fragilizam as instâncias de proteção e promoção dos modos de vida desses povos.

Considerando as contribuições da Comissão da Verdade, que desvelou o Relatório Figueiredo, detalharam-se graves violações de direitos humanos contra povos indígenas no Brasil. O território indígena — espaço fundamental para a experiência do ser e da vida dessas coletividades — torna-se o epicentro das violências, à medida que é convertido em recurso, um espaço a ser conquistado e incorporado à ordem produtivista e à lógica voraz do capital transnacional.

Assim, o território é a principal arena de enfrentamento entre lógicas de ocupação divergentes: a respaldada na ancestralidade das cosmovisões indígenas, de um lado, e a alicerçada na racionalidade neoliberal, de outro. Esse conflito se manifesta tanto no plano material das territorialidades quanto no plano estrutural, envolvendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesses âmbitos, ocorrem

processos de desterritorialização e desconstituição dos direitos indígenas, mas também de resistência e luta pela manutenção das garantias estabelecidas na Constituição Federal de 1988.

3.1 Os impactos da Lei do Marco Temporal (2024)

O ano de 2024 foi o primeiro a iniciar sob a vigência da Lei 14.701/2023, conhecida como Lei do Marco Temporal, sancionada em dezembro de 2023. Apesar da flagrante inconstitucionalidade e do conflito com a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, a lei não foi rapidamente derrubada.

Ao permanecer em vigor durante todo o ano de 2024, a lei fragilizou os direitos territoriais, gerou insegurança e fomentou conflitos e ataques contra comunidades indígenas em todo o país.

O Executivo, responsável pela demarcação, apontou a vigência da lei como um impedimento para o avanço dos processos administrativos de reconhecimento e regularização de territórios. Embora a lei tenha sido imediatamente questionada no STF, o relator optou por mantê-la e criar uma "Câmara de Conciliação", reabrindo discussões que já haviam sido superadas pela própria Corte. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) se retirou do processo, pois os direitos indígenas são inegociáveis.

Como consequência, as demarcações avançaram em ritmo lento. Terras indígenas, inclusive já regularizadas, registraram invasões e pressão de grileiros, fazendeiros, caçadores, madeireiros e garimpeiros, incentivados pelo contexto de desconfiguração de direitos. Os números de assassinatos e suicídios de indígenas mantiveram-se elevados, assim como os casos de desassistência e omissão a povos e comunidades.

Esse panorama foi agravado pela emergência climática, com inundações sem precedentes no Rio Grande do Sul e secas com queimadas de grandes proporções no Pantanal, Cerrado e Amazônia. Os povos indígenas estiveram entre os mais afetados. No Sul, as enchentes agravaram a situação de vulnerabilidade e desterritorialização de comunidades que vivem em acampamentos e beiras de rodovias. No Norte e Centro-Oeste, a falta de efetivo e estrutura estatal para fiscalização dificultou o combate às chamas que consumiram diversos territórios.

Em 2024, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) registrou um aumento alarmante da violência contra indígenas no Brasil, destacando: 211 assassinatos, 208 suicídios e 922 mortes infantis por causas evitáveis. Esses números refletem a omissão do Estado em saúde, educação e demarcação de terras, além da intensificação de conflitos territoriais, invasões e exploração ilegal, impulsionados por um cenário político que desfavorece os direitos indígenas, resultando em impunidade e violações sistemáticas.

3.2 Pedido de calamidade pública e novas violações contra indígenas (2025)

Em novembro de 2025, durante a COP 30 em Belém (PA), o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) pediu que o governo Lula decretasse estado de calamidade pública diante da escalada de violência.

O pedido descreveu o agravamento da violência — com assassinatos, ameaças, despejos e invasões de territórios — além de falhas persistentes nos serviços de saúde e educação. As conclusões foram baseadas em missões de campo e audiências públicas realizadas desde 2024.

Relatórios citados pelo CNDH apontam também os impactos de iniciativas climáticas mal planejadas. Em missão à Terra Indígena Enawenê Nawê (MT), o conselho identificou violações em projetos de créditos de carbono implementados sem consulta prévia, com risco de restringir o uso do território e afetar modos de vida. O CNDH afirma que políticas climáticas não podem violar direitos territoriais.

Entre os elementos dos pedidos do CNDH estão:

- A suspensão dos efeitos da Lei do Marco Temporal e a rejeição de sua inclusão na Constituição.
- O bloqueio de iniciativas que regulamentem a mineração em terras indígenas sem salvaguardas.
- O reforço do direito à consulta prévia, livre e informada, previsto na Convenção 169 da OIT.

Para o conselho, a soma de omissões administrativas, decisões judiciais controversas e ações policiais sem controle ampliou o risco às comunidades, justificando o reconhecimento da calamidade e o uso de medidas emergenciais.

Em casos regionais, o CNDH registrou ameaças e tentativas de homicídio contra o povo Avá-Guarani no Paraná, onde um indígena foi encontrado decapitado após a visita de equipe do conselho. No Mato Grosso do Sul, relatórios apontam ataques recorrentes a comunidades Guarani e Kaiowá, com despejos violentos e uso de força policial, incluindo a atuação conjunta de agentes públicos e grupos privados. Em Caarapó (MS), em outubro de 2025, a Polícia Militar escoltou tratores de fazendeiros e usou violência contra indígenas da retomada de Guyraroká. O conflito levou o governo federal a enviar uma missão de emergência. No sul da Bahia, a recomendação relata a Operação Pacificar, do povo Pataxó, pedindo responsabilização das autoridades por prisões em massa, intimidação e destruição de bens, denunciando a criminalização das retomadas e a militarização dos conflitos fundiários.

3.3 Proposta da Comissão Nacional Indígena da Verdade (2025)

Em 21 de outubro de 2025, foi lançada a proposta de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV). A iniciativa partiu do Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas, uma coalizão formada pela APIB, Ministério Público Federal (MPF), Instituto de Pesquisa e Relações Internacionais (IPRI) e Observatório dos Direitos Indígenas da UnB (OBIND-UnB), contando com a participação de mais de 60 organizações.

Quando o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi apresentado em 2014, a lista oficial de 434 mortos e desaparecidos políticos não incluía nenhum indígena. A ditadura militar não poupou os povos originários — a CNV estimou que milhares foram mortos no período —, mas o foco do colegiado não era essa população, abordada apenas secundariamente após pressão social.

Em seu caderno temático, a CNV contabilizou ao menos 8.350 mortes de indígenas por ação ou omissão de agentes do Estado, um número reconhecidamente aquém da realidade, baseado em investigações sobre apenas dez povos dos mais de 300 mapeados no Brasil.

Para colocar o tema no centro do debate e evitar a repetição de violações — acentuadas na ditadura, mas presentes desde a colonização e após a redemocratização —, os indígenas propõem sua própria Comissão da Verdade. A proposta de instituição da CNIV foi recebida pelo Ministério dos Povos Indígenas e é fruto da reflexão plural do primeiro ano de trabalho da coalizão.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

VIII - POLÍTICA SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DOCENTE

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN fomente iniciativas de mobilização de enfrentamento à extrema direita, ao golpismo e aos ataques à democracia e aos direitos humanos e, do mesmo modo, atue na construção da unidade na luta do movimento sindical, movimentos sociais e das juventudes na defesa de direitos sociais com perfil autônomo e independente do governo.
2. Assumir como tema prioritário para o ano de 2025 o debate sobre Anistia e Impunidade, tanto relativos à ditadura quanto aos intentos golpistas recentes, incluindo: a) a indicação de que em todos os encontros regionais do primeiro semestre o tema seja contemplado; b) a realização de um Painel específico no encontro do GTHMD.
3. Publicar um Caderno do ANDES-SN com o registro dos conteúdos do Seminário Nacional 60 Anos do Golpe de 1964.
4. Definir a periodicidade bianual para o evento nacional promovido conjuntamente pelo GTHMD e pela Comissão da Verdade que aborde Memória, Verdade, Justiça e Reparação, tendo a próxima edição em 2026.

5. Indicar que as seções sindicais, em articulação com movimentos por memória, verdade, justiça e reparação, desenvolvam ações de espacialização da memória.
6. Realizar ações voltadas à difusão da memória das lutas sindicais relacionadas com a combate à ditadura, em parceria com o GTPFS.
7. Passar a integrar a Coalização Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia e apoiar suas iniciativas.
8. Discutir o aprofundamento da relação política e possíveis formas de apoio ao IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas).
9. Pressionar o Governo Federal para o fortalecimento e por condições adequadas de trabalho para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, bem como a criação de lugares de memória.
10. Que o ANDES-SN promova ações para viabilizar:
10.1- Oficinas de formação para o compartilhamento da metodologia de organização e funcionamento arquivístico entre as diretorias e o quadro de pessoal que atuam nas seções sindicais, com particular ênfase para o setor de imprensa, para que possam vir a conhecer e dominar o passo a passo de como coletar, organizar e inserir dados em um ambiente digital de forma a garantir a acessibilidade, a segurança e a transparência dos dados.
11. Que o ANDES-SN implemente procedimentos de organização arquivística em âmbito nacional, a exemplo dos já aplicados no CEDOC e na Adunicamp, com vistas à elaboração de metodologias para compartilhar informações históricas das lutas do movimento docente, para num futuro, interligar informações históricas dos acervos das ADs e do ANDES em um mesmo repositório digital acessível à consulta de todos.
*12**.** Que o ANDES-SN desenvolva ações integradas entre o GTHMD e a comissão da verdade para organizar uma Semana da Memória das lutas do Andes-SN, que se realizará no 2° semestre de 2025.*
13. Que o ANDES-SN realize uma atividade sobre história do movimento docente como parte integrante do Curso de Formação Sindical do GTPFS, com o tema: Democracia, Memória, Verdade, Justiça e Reparação, na luta por direitos!
14. Que o ANDES-SN utilize a nomenclatura do CEDOC para CEDOC - Centro de Documentação e Memória Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel nos documentos elaborados pelo ANDES-SN, conforme deliberação do 30º Congresso do ANDES-SN;
15. Que o ANDES-SN elabore um planejamento de digitalização e disponibilização do acervo do Cedoc Osvaldo de Oliveira Maciel, incluindo a dimensão orçamentária e meios de divulgação, possibilitando a consulta de download online em formato compatível com a preservação digital, apresentando tal planejamento no 44° congresso.
16. O 43º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que a diretoria do ANDES-SN em articulação com o GTHMD e o GTPE, mobilize as seções sindicais e incentive ações ao longo de 2025:
16.1. pelo julgamento e punição aos planejadores, financiadores e executores do intento golpista de 8 de janeiro de 2023
*16.2. pela desmilitarização das polícias militares**,** da administração pública e pela extinção da Justiça Militar.*
16.3. pela criação de lugar da Memória e dos Direitos Humanos, em reconhecimento das responsabilidades por crimes cometidos pela violência de Estado, com a criação do Museu.
16.4. pelo julgamento e responsabilização de empresas e empresários envolvidos em práticas repressivas e atentados a direitos sociais e liberdades democráticas.
16.5. pela continuidade e apoio às desomenagens e revogações de títulos honoríficos a ditadores e apoiadores da ditadura
16.6. pela continuidade da luta pela desmilitarização das escolas cívico-militares
16.7. pela abertura dos arquivos militares e também de arquivos civis relacionados à repressão e à ditadura empresarial-militar
16.8. pela construção de uma política de Estado de memória, verdade, justiça e reparação para grupos de vitimados pela ditadura empresarial-militar e pela violência do Estado contra populações trabalhadoras, negras, periféricas, camponesas, indígenas, quilombolas e LGBTI+
16.9. pelo combate ao revisionismo e negacionismo histórico que minimiza a ditadura empresarial-militar no que diz respeito à memória da violência do Estado brasileiro.
16.10. pelo fim dos privilégios nas aposentadorias e pensões para militares e seus descendentes e extinção das aposentadorias de torturadores e pensões de seus descendentes.
16.11. pelo fim do Serviço Militar Obrigatório.

TR – 64

O 44º CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, por meio do GTHMD e da Comissão da Verdade, realize um painel com o tema "Racismo e violações continuadas: memória, justiça e reparação" no primeiro semestre de 2026;

2. Que o ANDES-SN, por meio de GTPFS, GTPCEGDS, GTPAUA e GTHMD, realize um módulo de formação sindical sobre violência do Estado contra as populações negras, indígenas e quilombolas e a luta antirracista no segundo semestre de 2026;

3. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais, na comemoração dos 45 anos de história, produzam entrevistas em registro audiovisual com militantes e ex-militantes que participaram das lutas do ANDES-SN, como parte do programa "Memória Viva";

3.1Que o CEDOC organize a disponibilização dessas entrevistas em rede virtual.

4. Que o ANDES-SN abra diálogo com a Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV) e, a partir desse diálogo, garanta apoio político e visibilidade a esta comissão.

5. Que o ANDES-SN fortaleça o CEDOC por meio:

5.1 Da criação de uma página vinculada ao site oficial do ANDES-SN, visando ampliar a divulgação da memória institucional e facilitar o acesso do público às informações e documentos históricos do Sindicato.

5.2 Do desenvolvimento de um guia arquivístico contendo a descrição dos fundos, coleções e/ou séries documentais existentes nas Seções Sindicais, de forma a consolidar um instrumento de pesquisa padronizado e acessível, contribuindo para a preservação e sistematização dos acervos locais.

5.3 Da produção de Vídeo Institucional sobre o CEDOC que apresente o funcionamento, as atividades e o acervo do CEDOC, visando à divulgação do setor e ao fortalecimento da compreensão sobre sua relevância no âmbito do Sindicato.

5.4 Do levantamento e atualização de publicações institucionais que necessitam de revisão ou atualização, com vistas a garantir a atualização contínua do conteúdo disponibilizado pelo Sindicato.

TEXTO 65

Contribuição da Assembleia Geral da Adusp Seção Sindical.

50 ANOS DAS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

TEXTO DE APOIO

Era 1976, em plena ditadura militar, quando as primeiras associações de docentes (AD) do ensino superior começaram a ser fundadas. Alavancados pelo movimento estudantil e reconhecendo a necessidade de uma reorganização mais orgânica de combate ao autoritarismo de Estado ao qual o Brasil estava submetido, grupos de docentes de algumas universidades iniciaram, ainda em 1975, o processo

de construção das primeiras AD. Uma das principais motivações foi o exílio e assassinato de colegas docentes, entre eles, Vladimir Herzog, jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP).

A indignação ao assassinato de Herzog motivou um grupo de docentes da USP a resgatar a organização da Associação dos Auxiliares de Ensino – fundada em 1956, representava a categoria das e dos professores não catedráticos. Entre os fundadores da Associação estavam Alberto Carvalho da Silva, Luís Hildebrando Pereira da Silva e Fernando Henrique Cardoso, que declarou ao Jornal da Adusp em março de 1992:

> "Na época, os auxiliares de ensino e assistentes eram, como se dizia, demissíveis *ad nutum*. Não havia garantia que se contrapusesse à vontade do professor catedrático. Nós reivindicávamos a criação de uma carreira (pois o catedrático podia nomear a seu critério o auxiliar de ensino, o 3º, 2º ou 1º assistente) e queríamos que a remuneração, além de mais condigna, fosse relacionada com os degraus da carreira. Achávamos que a estabilidade deveria ser dada ao assistente-doutor, com 10 anos do magistério."

Como se pode depreender da declaração, há 70 anos docentes da USP já estavam organizada(o)s reivindicando melhores salários e estruturação da carreira.

O assassinato de Herzog em 1975 fez com que docentes da USP vissem, portanto, a necessidade da criação de uma entidade que os representasse, que promovesse a integração entre os docentes em diferentes níveis da carreira e que encaminhasse as reivindicações da categoria. Foi nesse contexto que foi criada a Adusp, em 19 de outubro de 1976. Judith Klotzel, primeira mulher a presidir a Adusp – gestão de 1985 a 1987 – declarou ao Jornal da Adusp em 1992:

> "O papel desempenhado pela Adusp, tal como a conheci, destacou-se pela atuação na sociedade civil, com grande liderança na resistência à ditadura, tanto dentro como fora da universidade."

Entre 1976 e 1977, a Adusp teve uma diretoria interina, liderada pelo Prof. Crodowaldo Pavan, que contou com a participação de Domingos Valente, Simão Mathias, Alberto da Rocha Barros, José Jeremias de Oliveira Filho, Milton Santos Campos e Carolina M. Bori. Em 1977, foi eleita a primeira diretoria da entidade, encabeçada por Modesto Carvalhosa, tendo como seu vice Antônio Cândido. Participaram ainda da primeira diretoria eleita da Adusp: Erasmo Garcia Mendes, Carlos Eduardo Baldijão, José Eduardo Martinho Hornos, Gabriel Oselka e José da Rocha Carvalheiro.

Vale destacar que no mesmo ano de 1976, segundo conseguimos apurar, a primeira AD a ser fundada foi a Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista – a Adunesp – em 27 de agosto. Na sequência, em 18 de outubro de 1976, foi fundada a Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina (ADEPM), que passou a se denominar Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp) a partir de 14 de novembro de 2000.

As AD criadas durante a ditadura tiveram como motivação o combate ao autoritarismo e à violência de Estado, entendendo que o movimento docente cumpriria um importante papel no processo de redemocratização do país. Em junho de 1978, a Assembleia Geral da Adusp, presidida por Modesto Carvalhosa, deliberou por uma campanha pela "reintegração, na vida acadêmica, dos professores e cientistas atingidos pelos atos de exceção" a ser pensada por uma comissão formada por Eunice Ribeiro Durham, Maria Carolina Soares Guimarães, Jessita Nogueira Moutinho, Antonio Carlos Martins de Camargo, Alberto Luiz da Rocha Barros e Percival Bossig. A denúncia da perseguição a docentes praticada pelo Estado, com anuência de reitores e professores da USP, certamente se caracteriza como uma luta pela redemocratização.

Em fevereiro de 1979, por iniciativa da diretoria da Adusp, foi realizado o 1º Encontro de Associações de Docentes das Universidades Brasileiras que, além dos temas de interesse da categoria, debateu o ensino superior, a luta pela anistia, democratização do país e a criação de uma entidade nacional. Como sabemos, em fevereiro de 1981, em Campinas, foi criada a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), com uma concepção de independência e autonomia em relação

ao Estado, partidos e administrações. Em abril de 1988, a ANDES contava com 70 AD filiadas e cerca de 44 mil docentes.

Vê-se que desde a criação das AD até a transformação da ANDES em Sindicato Nacional em 1989 – após a promulgação da Constituição Federal que retomou o direito à sindicalização do funcionalismo público – docentes do ensino superior se organizaram para além das pautas da categoria, reafirmando sua atuação como entidade classista. Em entrevista ao Jornal da Adusp, Francisco Miraglia, professor do Instituto de Matemática e Estatística da USP que presidiu a Adusp entre 1987-1989 e participou de várias diretorias, relata:

> "A perspectiva da Adusp não é exclusivamente salarial. Ela tem sido chamada a intervir em questões como constituinte, política educacional, LDB, Lei Orgânica para as Universidades, Orçamento do Estado. Nossa entidade é um instrumento fundamental porque é expressão da vontade democraticamente estabelecida e autônoma, em relação aos poderes institucionais, dos docentes da USP".

A história das AD se mistura com a história de lutas por democracia e direitos sociais no Brasil. O trabalho docente, por sua característica imaterial, dá ao sindicalismo da educação contornos distintos do trabalho material resultante do esforço físico de outras trabalhadoras e trabalhadores (ROSSO, 2011)[48]. Por isso, o movimento sindical docente tem vocação distinta da de outros sindicatos. As análises e sínteses que produzimos no cotidiano da entidade podem influenciar as políticas adotadas fora e dentro das universidades, centros federais de educação tecnológica (CEFET), institutos federais e municipais.

Vivemos uma conjuntura política desafiadora, em que perspectivas totalitárias voltaram a nos ameaçar. Somada a tal fato, deparamo-nos com uma desmobilização da categoria docente que, muitas vezes, desconhecem a importância que a organização da categoria teve e tem na garantia de direitos e na manutenção da democracia. É preciso reconhecer, respeitar e valorizar o trabalho das e dos colegas que construíram e constroem as AD e o ANDES-Sindicato Nacional há quase cinco décadas, e fazer com que as novas gerações de docentes conheçam esta história. É papel do ANDES-SN e das seções sindicais garantir que nossa memória esteja viva!

TR – 65

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que os 50 anos das primeiras Associações de Docentes do ANDES-SN sejam tema de debate na reunião do GTHMD;

2. Que os 50 anos das primeiras Associações de Docentes do ANDES-SN sejam tema de um InformANDES;

3. Que o GTHMD e o Cedoc mantenham esforços para resgatar, recuperar e documentar elementos da história do movimento docente e das seções sindicais do ANDES-SN;

4. Que o Cedoc continue disponibilizando informações sobre a fundação das seções sindicais, atendendo às demandas encaminhadas pelas bases e pelas instâncias do ANDES-SN.

5. Que o Andes-SN, por meio do GTHMD, mantenha uma agenda comemorativa da fundação das seções sindicais.

[48] ROSSO, S.D. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: ROSSO, S.D. (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação.** Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.

TEXTO 66

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

TEXTO DE APOIO

A crise climática é produto do capitalismo

A cada novo relatório científico sobre o aumento da temperatura média global e a cada tragédia socioambiental, fica mais evidente que a crise climática não é um fenômeno "natural", mas a expressão mais violenta do capitalismo em seu estágio avançado de colapso. De acordo com o relatório da Organização Meteorológica Mundial (OMM), publicado em janeiro de 2025, confirmou-se que 2024 foi o ano mais quente já registrado, ressaltando que os últimos dez anos figuram entre os anos mais quentes da história. O aumento contínuo das emissões de gases de efeito estufa (GEE) desde 2020, já inviabiliza até mesmo o cenário teórico de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Mesmo que os países cumpram integralmente seus compromissos climáticos assumidos no Acordo de Paris (2016), as projeções apontam para um aquecimento de 2°C antes de 2040. Para tentar manter o limite de 1,5°C, seria necessário reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO_2) pela metade até 2030 e alcançar emissões líquidas zero até 2050.

Se mantido o ritmo atual, a temperatura média deve alcançar 1,5°C por volta de 2030 e pode chegar a 4°C até 2100. O ponto no qual irá ocorrer uma mudança súbita e irreversível, ou seja, quando não será mais possível reverter o processo de aquecimento, está mais perto do que imaginávamos. O derretimento do *permafrost* na Sibéria, o branqueamento em massa da Grande Barreira de Corais Australiana, o aquecimento das águas do Pacífico potencializando o El Niño, os tornados no Hemisfério Norte e as chuvas torrenciais e ciclones cada vez mais frequentes no Sul Global, são evidentes sinais de que estamos nos aproximando do "ponto de não retorno". Este é o *decênio decisivo*.

As emissões descontroladas de GEE, a devastação dos biomas, a mercantilização da água, a financeirização da natureza e da mineração, revelam que a manutenção da vida não é compatível com o modelo capitalista. Em um país como o Brasil, epicentro de eventos climáticos extremos, desmatamentos, queimadas, estiagens históricas e enchentes que devastaram um estado inteiro, a urgência de uma saída anticapitalista é imprescindível. É neste contexto que a perspectiva de um programa ecossocialista ganha caráter histórico: não se trata apenas de defender o meio ambiente, mas de confrontar diretamente a lógica capitalista que produz a destruição socioambiental como condição para sua própria reprodução. A crise climática configura um novo patamar de luta, no qual a sobrevivência da humanidade está atrelada à superação do modelo de superexploração segundo o qual, até há pouco tempo, a ilusão dos capitalistas era explorar os "serviços ambientais" e os recursos naturais infinitamente.

Capitalismo em colapso: a tragédia socioambiental como espelho da barbárie

Os dados do Datafolha de 2024 são categóricos: 97% dos brasileiros reconhecem as mudanças climáticas como reais, e quase todos os municípios do país já sofreram emergência ou calamidade causada por eventos climáticos extremos. Ainda assim, governos de diferentes matizes político-ideológicas mantêm pactos estruturais com o agronegócio, a mineração e o modelo extrativista hiperexploratório. A devastação da Amazônia e do Cerrado, as queimadas em São Paulo e no Centro-Oeste, combinadas com o colapso hídrico e climático da Amazônia em 2024 não ocorrem ao acaso: são o desdobramento lógico de um sistema que precisa destruir para lucrar.

É ilusório acreditar que a crise climática será controlada por políticas superficiais ou gestos simbólicos, como a mais recente 30ª Conferência das Partes do Acordo do Clima da ONU, a COP 30, realizada em Belém do Pará. A própria história recente do Brasil demonstra que governos de direita,

extrema-direita e de esquerda, cada um à sua maneira, aprofundaram a dependência do país de modelos destrutivos: "passaram a boiada" nos desmatamentos; construíram megausinas que devastaram territórios, como Belo Monte; aprovaram códigos florestais que anistiaram desmatadores; incentivaram a pecuária e monoculturas extensivas, ampliando fronteiras agrícolas; autorizaram a liberação de mais de 1.800 agrotóxicos, sendo 30 deles durante a realização da COP 30; e facilitaram a privatização da energia e da água.

Sob o Governo Lula-Alckmin, avançaram projetos como a exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira (Foz do Amazonas) e o Decreto nº 12.600/2025, que privatiza os rios Tapajós, Tocantins e Madeira para o escoamento do agronegócio das regiões central e norte do país para o Atlântico. Tais medidas impactam não apenas ecossistemas e paisagens geomorfológicas, como o Pedral do Lourenço, no sul do Pará, mas também comunidades originárias e tradicionais que dependem do extrativismo de subsistência. O discurso sobre o clima, cada vez mais presente nas COPs, não rompe com a lógica que produz as tragédias socioambientais, porque se mantém preso ao paradigma do crescimento econômico infinito, exatamente o que está colocando em xeque a nossa sobrevivência e a de outras espécies. A COP 30 registrou um recorde histórico: 1.600 lobistas da indústria do petróleo receberam credenciais para participar das negociações, superando a delegação de quase todas as nações, exceto o Brasil. Essa disparidade expõe a contradição central da COP 30, cujo programa afirmava buscar a aceleração da transição energética ao mesmo tempo em que abria espaço sem precedentes para os lobistas do fossilismo, hoje o principal entrave às políticas de justiça climática, que atuam internacionalmente para bloquear ou enfraquecer legislações.

Segundo reportagem da Revista FAPESP de novembro de 2025, as emissões globais de CO_2, o principal gás de efeito estufa, derivadas da queima de combustíveis fósseis e da produção de cimento, devem bater recorde e subir até o fim deste ano 1,1% e totalizar 38,1 bilhões de toneladas. Os cinco maiores produtores de CO_2 em razão do uso de combustíveis fósseis serão, em ordem de importância: China, Estados Unidos, Índia, União Europeia e Japão. O Brasil deverá estar em uma posição intermediária, entre o décimo e vigésimo lugar. Cabe ressaltar que o Brasil é historicamente o quarto maior emissor histórico de carbono depois de 1850, atrás apenas dos EUA, China e Rússia, devido ao histórico de desmatamento de nossos biomas e florestas, especialmente pela política de expansão do agronegócio.

Sob o disfarce de uma suposta preocupação ambiental que escamoteia as reais intenções capitalistas dos países que mais emitem CO_2, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulados pela ONU e amplamente difundidos por governos e grandes corporações, transferem para o consumidor individual a responsabilidade pela crise climática. Essa narrativa se encaixa perfeitamente no *greenwashing* e no chamado capitalismo verde. Mesmo quando governos, instituições e até Universidades, Institutos Federais e CEFETs incorporam esses objetivos em seus currículos, nada disso freia o avanço da emergência climática. Na prática, funcionam como álibis que desviam o olhar do perigo real e iminente. Os desastres-crimes de Mariana, Brumadinho e, mais recentemente, o afundamento de bairros inteiros em Maceió pela Braskem, demonstram que a retórica de responsabilidade socioambiental, presente nos ODS e incorporados como propaganda pelo setor minerário, não altera a lógica destrutiva do setor minerário; ao contrário, funciona como cortina de fumaça que legitima a continuidade do modelo primário-exportador. É nesse mesmo enquadramento que se insere o PL nº 2.780/2024, apresentado pela Frente Parlamentar da Mineração Sustentável.

Sob o discurso de "sustentabilidade" e de uma suposta modernização da matriz mineral, o projeto cria a Política Nacional de Recursos Minerais Estratégicos (PNRME) para responder às pressões da disputa geopolítica entre Estados Unidos e China no contexto da transição energética e digital. Na prática, porém, aprofunda a subordinação do Brasil às cadeias globais, com baixa agregação de valor, perda de soberania e reduzido controle nacional sobre decisões estratégicas. Ao prever incentivos fiscais, flexibilização regulatória e abertura facilitada para parcerias com empresas estrangeiras, o PL consolida e amplia o modelo já esboçado na Política Pró-Minerais Estratégicos, fortemente capturada pelo setor privado. Esse caminho reforça o padrão extrativista exportador, fragiliza a capacidade regulatória do Estado e amplia a lógica de sacrifício de territórios, sobretudo na Amazônia, no Cerrado e em terras indígenas e quilombolas, agora em nome de uma base material dos projetos de modificação da matriz energética da produção capitalista que ignora a justiça socioambiental e climática. O avanço da PNRME torna ainda mais evidente a encruzilhada em que o país se encontra: seguir reafirmando a dependência

mineral, repaginada como sustentabilidade, ou construir um projeto de soberania, direitos humanos e proteção ambiental que enfrente de fato o caráter destrutivo do modo capitalista.

Ensino Superior e Antropoceno

O impacto da ação humana é tão profundo que o Prêmio Nobel de Química Paul Josef Crutzen propôs que a Terra teria entrado em um novo período geológico, o Antropoceno, marcado pela presença generalizada dos vestígios humanos na superfície do planeta. Embora o conceito tenha sido rejeitado pela International Union of Geological Sciences (IUGS) como categoria formal, sua força política permanece incontornável: desde a Revolução Industrial, a humanidade passou a depender intensamente do carvão e dos combustíveis fósseis, emitindo quantidades sem precedentes de CO_2. Não restam dúvidas de que a própria civilização que construímos se tornou um risco à nossa continuidade. A promessa de prosperidade associada ao crescimento econômico e à modernização revela agora sua face contraditória: no Antropoceno, é justamente esse modelo de crescimento que está corroendo as bases da própria prosperidade humana. Desta forma, é necessário romper com o modo de vida imperialista capitalista e tomar o caminho do decrescimento, garantindo direitos sociais e o atendimento das necessidades humanas dentro dos limites seguros do ponto de vista metabólico do planeta.

A crescente percepção de que vivemos em um período marcado por transformações socioambientais profundas, com impacto direto sobre a vida, os territórios e as relações de trabalho, torna inevitável revisitar criticamente as bases que sustentam nossos modelos de conhecimento, produção e existência. É nesse horizonte que o Antropoceno se articula com projetos político-pedagógicos pela luta anticapitalista, ambos fundamentais para orientar uma disputa curricular que esteja à altura da crise climática e socioambiental que marcam o século XXI.

O Antropoceno desestabiliza a visão tradicional que separa sociedade e natureza e evidencia que a crise climática não deriva da humanidade em abstrato, mas de formas históricas específicas de exploração: o capitalismo, especialmente em sua vertente ideológica neoliberal e colonialista, que se articula com hiperexploração, violência territorial e desigualdades estruturais. Nesse sentido, o conceito *Antropoceno* constitui uma chave interpretativa potente para uma crítica anticapitalista que combina economia, política e ecologia, e incita uma reconfiguração dos modos de produção e circulação do conhecimento presentes no currículo. O campo educacional, particularmente o Ensino Superior, é provocado a responder a essas transformações com uma profunda revisão curricular. Não se trata apenas de incluir mais conteúdos sobre natureza e meio ambiente em cursos tradicionais como nas Biociências e Geociências, mas de construir uma perspectiva interdisciplinar, social, ecológica e crítica que enfrente as causas estruturais da crise climática e da devastação socioambiental. É necessário articular saberes científicos, populares, tradicionais e político-pedagógicos, no intuito de formar estudantes capazes de compreender as dinâmicas sistêmicas do capitalismo e de construir alternativas emancipatórias dirigidas para e pela justiça socioambiental e climática.

Nesse sentido, a agroecologia desponta como eixo estruturante, pois reúne saberes acumulados por comunidades originárias e tradicionais, movimentos sociais e pesquisas científicas críticas, oferecendo uma alternativa concreta ao *agrohidronegócio* e ao paradigma destrutivo de desenvolvimento imposto pelo modelo predador capitalista. Combinada a pedagogias socioecológicas, etnobiológicas, feministas e decoloniais, a agroecologia possibilita a construção de currículos que não apenas denunciam a despossessão e o racismo ambiental, processos que atingem de forma desproporcional povos e comunidades vulnerabilizadas, mas também apontam caminhos de reconstrução territorial, de soberania alimentar e civilizacional. Diante do avanço da crise climática, do desmonte das políticas sociais e da mercantilização da educação, as IES precisam assumir um papel ativo na construção de alternativas ao sistema destrutivo do capital. Isso exige integrar ensino, pesquisa e extensão de modo crítico e transformador, fortalecendo práticas formativas capazes de transformar realidades e produzir conhecimento comprometido com as lutas socioambientais e por direitos básicos, como acesso à água, energia, moradia e transporte público, entre outros.

Diante das contradições do Antropoceno, um currículo precisa assumir que sociedade e natureza compõem uma mesma trama de existência. Reconhecer essa interdependência implica em denunciar modelos produtivistas que sustentam a devastação, a invasão e a violência, para colocar no centro da formação as justiças socioambiental e climática, entendidas como práticas cotidianas do coletivo e de

solidariedade classista. Do mesmo modo, o currículo deve fortalecer processos anticapitalistas de confronto à lógica do lucro na orientação da vida coletiva a partir dos limites e ritmos do planeta. Isso envolve incorporar saberes ancestrais e territoriais, indígenas, quilombolas, campesinos e de outros povos, que constroem modos de vida coerentes com o cuidado da Terra.

O letramento ecológico se torna um dispositivo crucial no contexto do Antropoceno: aprender a ler o ciclo planetário, a diversidade biológica, as relações de cooperação e os limites adaptativos dos ecossistemas é também aprender a questionar as raízes econômicas e políticas da crise climática. Precisamos estar preparados para a próxima etapa: a adaptação ao chamado "ponto de não retorno". Destarte, é por meio de práxis transformadora, projetos interdisciplinares, ações territoriais, pesquisa engajada, conscientização e intervenção social, que o currículo se materializa como resposta crítica ao colapso socioambiental.

Cúpula dos Povos: Tenda da Educação

Por uma deliberação da categoria docente no 43º Congresso do ANDES-SN, realizado em Vitória (ES), o Sindicato Nacional participou da Cúpula dos Povos, entre 12 e 16 de novembro, na Universidade Federal do Pará (UFPA, Belém, Pará). Foi uma decisão acertada da nossa categoria em contraponto direto ao caráter profundamente negocial e corporativo da COP 30, reafirmando a Cúpula como espaço de disputa política e não apenas restrita à política institucional. Reunindo cerca de 25 mil pessoas credenciadas, 1.100 movimentos sociais e lideranças de mais de 65 países, o encontro fortaleceu a solidariedade internacional e a luta contra o modelo colonialista que sustenta a crise climática. Ao mesmo tempo, expôs os limites e contradições de construir alternativas populares diante de um cenário global em que decisões seguem capturadas por grandes corporações, governos alinhados ao mercado e pelo lobby dos combustíveis fósseis que dominaram a COP 30.

Foi nesse contexto que se consolidou a Tenda da Educação, marcada por grande esforço coletivo das Regionais Norte I e II do ANDES-SN, Sinasefe, Adufpa, Sinduepa, Sindufopa e outras entidades da educação paraense. O espaço, com uma programação sólida, se tornou um centro de debates críticos por uma semana, articulando movimentos sociais, experiências formativas e análises sobre educação, território, clima e justiça social. O ANDES-SN também participou da Marcha Global pelo Clima, que reuniu mais de 70 mil pessoas nas ruas de Belém, concluindo sua participação na Cúpula dos Povos. Docentes marcharam ao lado de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses e militantes de diversas partes do mundo, unindo lutas em defesa dos territórios, da vida e por justiça climática. Ao mesmo tempo, denunciaram a necessidade de decisões efetivas da COP 30, capturada por interesses do capital e pressões dos setores responsáveis pela crise climática.

O encerramento da Cúpula foi marcado pela entrega de uma carta ao presidente da COP 30, embaixador André Corrêa do Lago. O documento reafirma o compromisso com o internacionalismo popular, a solidariedade entre territórios, a consolidação do Movimento Internacional de Atingidas e Atingidos por Barragens e a denúncia dos crimes socioambientais e dos impactos da crise climática. No entanto, apesar da intenção de demonstrar força política, a carta revela uma contradição estrutural: a Cúpula busca afirmar a autonomia dos povos ao mesmo tempo em que tenta incidir em uma COP hegemonizada por lobistas do fossilismo, um espaço profundamente capturado pelo capital e no qual a participação popular encontra limites estruturais. A Carta, embora se apresente como um documento de enfrentamento às crises socioambientais, carece de concretude, de articulação política, tanto nacional quanto internacional e, sobretudo, de coragem para expor as estruturas de poder que sustentam a atual devastação ambiental e social no Sul Global. O papel dos sindicatos, por exemplo, aparece minimizado, não por acaso, o termo é citado apenas uma vez, ignorando a importância dessas entidades na organização, articulação e mobilização da classe trabalhadora.

Isso caracterizou um distanciamento entre a organização da Cúpula e o ANDES-SN. O espaço, hegemonizado pelo governo, assim como ocorreu na Aldeia dos Povos, não consultou nem convidou o Sindicato a contribuir na elaboração da Carta. Assim, o ANDES-SN permaneceu completamente à margem desse processo, apesar de ser signatário do Manifesto inicial de construção da Cúpula dos Povos. A Carta da Cúpula dos Povos perde a oportunidade de se constituir como um instrumento real de mobilização e de disputa política contra o avanço dos interesses dos lobistas da destruição climática presentes nas COPs. Sem enfrentar o poder econômico, sem responsabilizar nominalmente países e

governos, sem propor estratégias de ação direta e sem dialogar efetivamente com as realidades dos povos originários, tradicionais e da classe trabalhadora, o texto permanece preso ao terreno das intenções, justamente quando o cenário internacional exige ousadia, coragem e radicalidade.

Ainda assim, houve luta e resistência direta à COP 30. Uma ação emblemática foi a dos indígenas do povo Munduruku, que ocuparam a *Blue Zone* para exigir uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a revogação do Decreto 12.600/2025, que instituiu a privatização dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins. Embora o governo tenha anunciado a demarcação de dez terras ao final da COP 30, a indignação e o ceticismo das lideranças indígenas permaneceram evidentes. Elas denunciaram a ausência de uma escuta real e o desrespeito contínuo aos seus territórios. Cabe destacar que, apenas um mês após a realização da COP 30, o Congresso Inimigo do Povo aprovou, em dois turnos, a PEC 48/2023 do Marco Temporal, que determina que somente poderão ser demarcadas as terras ocupadas ou em disputa até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, deixando sem respaldo jurídico diversos povos indígenas que foram expulsos de seus territórios antes dessa data.

As políticas de austeridade fiscal, como o arcabouço fiscal que estrangula a capacidade do Estado de financiar políticas de mitigação, prevenção e adaptação climática, coloca o governo Lula-Alckmin como uma política econômica neoliberal que impede qualquer resposta estrutural. A narrativa do capitalismo verde e da transição energética a partir do mercado não passa de uma nova roupagem para velhas formas de expropriação, aprofundando desigualdades e precarizando ainda mais os territórios periféricos, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e urbanos. Os limites do governo, expressos na COP 30, de enfrentamento à emergência climática ficaram mais evidentes, com o avanço da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, a financeirização das florestas tropicais através da proposta do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (*Tropical Forest Forever Facility*, TFFF) e a inclusão dos rios Tocantins, Madeira e Tapajós no Programa Nacional de Desestatização (PND). O TFFF, celebrado pelo governo Lula e por setores do capitalismo verde, é um projeto de mercantilização da natureza que cria um fundo econômico para compensar os países de menor desmatamento, apostando no mercado financeiro para diminuir os impactos do desmatamento, excluindo povos originários e tradicionais da dotação orçamentária daqueles que preservam e conservam as florestas.

Ecossocialismo: uma alternativa real

Diante desse cenário nacional e internacional de emergências climáticas, a escolha é objetiva: ecossocialismo ou barbárie. A icônica frase de Rosa Luxemburgo é ressignificada, pois não existe compatibilidade entre a continuidade do capitalismo e a manutenção das condições básicas de existência humana no planeta. Lutar pelo clima é lutar contra o capitalismo! Um programa ecossocialista é uma necessidade material imediata, pois significa romper com o agronegócio e avançar para sistemas agroecológicos sob controle dos trabalhadores; estatizar setores estratégicos, como energia, água e mineração; proteger territórios indígenas e quilombolas como parte essencial da defesa da natureza e do clima; reorganizar cidades e infraestruturas para resistir a eventos climáticos extremos; transformar o modelo produtivo a partir das necessidades sociais, e não da acumulação privada; construir uma democracia radical, baseada na participação direta da classe trabalhadora e dos povos originários e tradicionais. A crise é profunda, mas também abre a possibilidade histórica de imaginar e construir um mundo para além do capital.

A emergência climática não é apenas um "tema ambiental", é a contradição final de um sistema que só pode existir destruindo as bases que tornam a vida possível. Por isso, a luta hoje é, necessariamente, ecossocialista. A ruptura radical com a ordem capitalista se torna imperativa para a superação do cenário atual e deve partir de um programa de transição de medidas imediatas articuladas a objetivos estruturais. É preciso frear o desenvolvimento capitalista, dentro de uma perspectiva desigual e combinada que limite o consumo dos mais ricos. De acordo com a Oxfam, os 10% mais ricos do mundo são responsáveis pela metade da emissão global de CO_2, enquanto os 50% mais pobres são responsáveis por apenas cerca de 10% dessas emissões. Também é preciso garantir direitos sociais e o atendimento das necessidades humanas dentro dos limites seguros do ponto de vista metabólico do planeta. Por fim, é preciso adotar um planejamento econômico democrático, pela perspectiva socioambiental, que garanta a liberdade de autolimitação consciente para todas as pessoas.

Defender um presente ecossocialista, não um futuro distante, mas um agora urgente, é assumir que não há saída conciliatória. É preciso romper com a lógica de lucro, com o hiperextrativismo e com a austeridade fiscal para defender a vida em todas as suas dimensões: humana, não humana, social, econômica, coletiva e planetária. A transição ecossocialista não é escolha. É sobrevivência. A vida acima do lucro!

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 68º CONAD DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais promovam em articulação com outros movimentos socioambientais, ações de enfrentamento ao PL da Devastação (PL 2.159/2021) e outras medidas que visem a flexibilização do licenciamento ambiental;
2. Promover ações, em conjunto com movimentos sociais e ambientais, que visem denunciar as ações de milícias rurais organizadas por madeireiros, grileiros, garimpeiros, fazendeiros e mineradoras em suas disputas por territórios e ofensivas contra povos originários e tradicionais e camponeses, bem como ações de solidariedade às vítimas de tais milícias.

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

XII – POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as Regionais do ANDES-SN realizem painéis sobre o papel da luta sindical docente em contexto do colapso climático e ambiental;
2. Que o ANDES-SN se integre à organização da Cúpula dos Povos para construção das atividades paralelas à COP-30 oficial com uma política de independência de governos e partidos, bem como, de crítica da institucionalidade inefetiva das COPs;
3. Que o ANDES-SN incentive suas seções sindicais a realizem atividades nos locais de trabalho para mobilizar e participem das ações construídas pela Cúpula dos Povos no bojo da COP 30, por meio do envio de delegações;
4. Que o ANDES-SN e as suas seções sindicais construam articulações com movimentos sociais populares com vistas a promover ações solidárias para contenção de efeitos de grandes eventos climáticos extremos sobre a classe trabalhadora;
5. Que o GTPAUA realize painel sobre o tema de currículo, questões socioambientais e climáticas desde a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras e desigualdades ambientais;
6. Que o GTPAUA paute em sua reunião os debates acerca do Antropoceno e do impacto do colapso climático sobre infâncias; e as iniciativas dos movimentos sociais acerca dos crimes relacionados a queimadas frequentes em diversos territórios brasileiros;
7. Que o ANDES-SN participe e construa o IX Encontro de Pesquisadores(as) e Professores(as) na Mineração, bem como a Brigada Carlos Drummond de Andrade do MAM em Fortaleza-CE, estimulando a participação das seções sindicais na construção do evento;
8. Que as seções sindicais do ANDES-SN estimulem a construção das Jornadas Universitárias de debate na Mineração, assim como das Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária;
9. Que o ANDES-SN produza materiais, realize atividades que debatam criticamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), com vistas a contrapô-los;
10. Que o ANDES-SN e as suas seções continuem apoiando ativa e financeiramente, em associação com a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) os Acampamentos Terra Livre, cuja 21ª edição já está convocada para a semana de 7 a 11 de abril em Brasília, bem como convoque suas seções sindicais e filiados(as) a participarem da programação do Acampamento;

11. Estimular que as seções sindicais promovam debates e reuniões coordenadas pelos GTPAUAS locais para preparar a ação do ANDES-SN e dos movimentos sociais na COP 30;
11.1. Estimular as seções sindicais que promovam painéis, seminários e debates acerca dos 10 anos do crime socio-ambiental da Samarco em Mariana, a aviltante condição das populações indígenas no Brasil (ameaçadas permanentemente pelo avanço da fronteira agropecuária e por novos empreendimentos energéticos e minerários), a degradante possibilidade de exploração de petróleo e gás na Margem Equatorial, entre outros temas de interesse de cada região;
12. Utilizar o período do 21º ATL para realizar reunião do GTPAUA e de seu pleno com vistas a organizar nossa participação nas ações dos movimentos sociais durante a COP 30;
13. Que o Andes-SN se coloque firme e publicamente contrário à exploração de potássio no Rio Madeira e a extração de petróleo na Margem Equatorial do Amapá, ações do capital primário exportador que afetarão gravemente os povos originários, quilombolas e ribeirinhos na Amazônia Brasileira.

TR – 66

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN reconheça e incorpore a política ecossocialista frente aos desafios das emergências climáticas como eixo estratégico de suas ações sindicais em defesa da vida acima do lucro, da justiça socioambiental e climática;

2. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela revogação de todas as medidas provisórias, decretos, resoluções e projetos de lei que compõem os pacotes de agrotóxicos dos governos Bolsonaro e Lula/Alckmin;

3. Que o ANDES-SN lute contra a aprovação da PEC 48/2023 pelo Congresso Nacional, denunciando a aprovação em dois turnos no Senado do chamado Marco Temporal como parte dos ataques do Congresso Inimigo do Povo e apoiando as iniciativas de luta do movimento indígena contra essa violação de direitos históricos;

4. Que o ANDES-SN lute contra a Medida Provisória nº 1.308/2025, que autoriza a exploração da Margem Equatorial Brasileira (Foz do Amazonas);

5. Que o ANDES-SN intensifique a luta contra o PL da Devastação, agora Lei do Licenciamento Ambiental (15.190/2025), sobretudo após a derrubada dos vetos do governo pelo Congresso Inimigo do Povo;

6. Que o ANDES-SN lute contra o Decreto nº 12.600/2025, que privatiza os rios Tapajós, Tocantins e Madeira para o escoamento do agronegócio das regiões central e norte do país para o Atlântico, impactando severamente ecossistemas e comunidades originárias e tradicionais;

7. Que o ANDES-SN lute contra a implementação Fundo Florestas Tropicais para Sempre (*Tropical Forest Forever Facility*, TFFF), por não enfrentar as causas estruturais do desmatamento e por carecer de medidas eficazes de recuperação e restauração florestal, defendendo que os recursos destinados à preservação provenham de orçamento público e sejam direcionados prioritariamente aos povos indígenas, comunidades locais e populações que historicamente conservam as florestas;

8. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais denunciem a falsa sustentabilidade dos ODS nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, que reforçam a lógica do capitalismo verde;

9. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais atuem simultaneamente para denunciar a falsa sustentabilidade expressa na incorporação acrítica dos ODS nos currículos de graduação e pós-graduação, que reforçam a lógica do chamado capitalismo verde. Nesta linha, defender a implementação de eixos formativos obrigatórios nas Instituições de Ensino Superior voltados ao letramento sobre emergência climática, justiça socioambiental, crítica ao capitalismo fossilista e ao estudo do Antropoceno, assegurando abordagens científicas, críticas e socialmente comprometidas.

10. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais lutem por espaços democráticos de deliberação nas IES sobre práticas curriculares e políticas socioambientais, assegurando a participação efetiva de docentes, estudantes e técnicos-administrativos;

11. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais defendam práticas de "escola-território", como atividades de campo em comunidades originárias e tradicionais, vinculadas às experiências agroecológicas em Universidades, Institutos Federais e CEFETs;

12. Que o ANDES-SN e suas seções sindicais incentivem a criação de laboratórios vivos de agroecologia, tecnologias sociais e economia solidária, mediante financiamento público, rejeitando frontalmente parcerias público-privadas que capturam a produção científica e subordinam as IES aos interesses do agronegócio, da mineração e das empresas de energia.

TEXTO 67

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adelino Pelissari (APUFPR-SSIND); Afonso Takao Murata (APUFPR-SSIND); André Bittencourt (APUFPR-SSIND); Antonio Carlos Gondim (APUFPR-SSIND); Antônio Lineu Carneiro (APUFPR-SSIND); Claudia Mendes Campos (APUFPR-SSIND); Egídio José Romanelli (APUFPR-SSIND); Elizabeth Garzuze da S. Araujo (APUFPR-SSIND); Eloise Mara Grein (APUFPR-SSIND); Emika S. Teramoto (APUFPR-SSIND); Emmanuel Appel; Euclides Marchi (APUFPR-SSIND); Eva C.R. A. Dalmolin (APUFPR-SSIND); Francisco de Assis Marques (APUFPR-SSIND); Ivan D. C. Santos (APUFPR-SSIND); João Batista Ferreira (APUFPR-SSIND); João Carlos M. Magalhães (APUFPR-SSIND); Helio Puglielli (APUFPR-SSIND); Liliana Muller Larocca (APUFPR-SSIND); Maria Suely Soares (APUFPR-SSIND); Milena Martinez (APUFPR-SSIND); Nair Takeuchi(APUFPR-SSIND); Neide K. Kuromoto (APUFPR-SSIND); Nelva M. Z. Sganzekla (APUFPR-SSIND); Regina Maria Piechnik C. Silva (APUFPR-SSIND); Rosicler T. Göedert (APUFPR-SSIND); Sandra Mara Alessi (APUFPR-SSIND); Sônia M. Carneiro (APUFPR-SSIND); Vera Lúcia Anunciação (APUFPR-SSIND)..

PROPOSTA DO COLETIVO DE APOSENTADAS(OS), PROFESSORAS(ES) DA APUFPR-SSIND PARA A AMPLIAÇÃO DOS TEMAS DE LUTA SOBRE A CRISE AMBIENTAL, A CRISE DO CLIMA E O AQUECIMENTO GLOBAL, COM SUA INCLUSÃO EM TODAS AS FRENTES DE LUTA DO ANDES-SN E SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

A ciência que pesquisa saúde coletiva tem mostrado que existe o adoecimento de várias comunidades e também de pessoas de forma individual devido ao uso indiscriminado e sem controle dos agrotóxicos; é fato também que muitos males de saúde, inclusive de mortes, assim como destruições de moradias e até cidades, devido aos efeitos da crise climática causada pelo aquecimento global da atmosfera e dos oceanos. Os cientistas que estudam o aquecimento global indicam que está associado

ao aumento, na atmosfera, dos gases de efeito estufa, produto principalmente emitido pelo uso de combustíveis fósseis.

Pelo exposto, é de suma importância que se amplie a conscientização de toda a sociedade; é necessário controlar o uso de agrotóxicos, inclusive eliminando totalmente de áreas sensíveis. Também se faz necessário deter o aquecimento global, tornando urgentes medidas para uma real transição energética. O uso de combustíveis fósseis para a obtenção de energia deve ser substituído por fontes de energia limpa, pois a queima dos citados combustíveis é responsável pela emissão da maioria dos gases de efeito estufa. Está comprovado pela ciência que, no caso do aquecimento global não ser imediatamente contido, a saúde e inclusive a existência da humanidade na face do nosso planeta estarão comprometidas.

Propostas formuladas pela COP-30 em Belém não podem ficar no papel. Todas as entidades devem contribuir para o compromisso de sua efetivação ao reconhecer a conexão intrínseca entre esforços para limitar o aquecimento a 1,5ºC, proposto no Acordo de Paris, e a construção de caminhos de transição justa; reafirmar princípios políticos centrais como equidade, direitos humanos e participação de trabalhadores, povos indígenas, comunidades locais, juventudes, mulheres e grupos em situação de vulnerabilidade. Deve-se obter a conscientização que trabalho, proteção social, transição energética, educação e saúde devem ser papel do Estado e dos governos.

Considerando a situação exposta referente à crise ambiental, à contaminação, à crise do clima e aquecimento global, foi elaborado o TR proposto em seguida.

TR – 67

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN junto com suas Seções Sindicais coloque com mais ênfase, em todas as suas frentes de luta, a vertente da crise ambiental, e da crise do clima e aquecimento global, considerando que ao não se tomarem as providências cabíveis, recomendadas pela ciência, com relação à contaminação e à transição energética, a própria existência da humanidade estará comprometida.

TEXTO 68

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Marcos Bernardino de Carvalho (ADUSP), Paulo E Moruzzi Marques (ADUSP), Diamantino Alves Pereira (ADUSP), André Felipe Simões (ADUSP), Elvio Rodrigues Martins (ADUSP), Lucilia Daruiz Borsari (ADUSP),Marcelo Zaiat (ADUSP),Cesar Augusto Minto (ADUSP),Marcia Regina Car (ADUSP), Michele Schultz (ADUSP), Renata Hydee Hasue, (ADUSP), Fabiana Jardim (ADUSP), Marcelo Ribeiro (ADUSP),Celia Regina Orlandelli Carrer (ADUSP), Ângela Maria Machado de Lima Hutchison (ADUSP) e Tercio Loureiro Redondo (ADUSP).

URGÊNCIA SOCIOCLIMÁTICA EXIGE COMBATE AO SISTEMA. ‘MAPA DO CAMINHO’: TERRAS INDIGENAS E QUILOMBOLAS, REFORMA AGRÁRIA– “A RESPOSTA SOMOS NÓS”

TEXTO DE APOIO

> "**A resposta somos nós! As crises climática, ambiental, alimentar e civilizatória têm em nossos modos de vida, saberes e práticas tradicionais o caminho para a regeneração do planeta**. Nossa ciência e sistema ancestral, expressa na agroecologia, nas economias indígenas, na gestão coletiva dos territórios, na nossa relação espiritual com a Mãe Natureza, preserva a biodiversidade, todas as formas de vida, incluindo os mananciais e sustenta sistemas alimentares saudáveis e equilibrados. (*Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre, 11/abr/2025)*

A crise é civilizatória, todos não se cansam de dizer.

No centro dessa crise, que muitos, inclusive, caracterizam como policrise (não sem razão, excetuando os renitentes negacionistas), emerge com destaque a sua dimensão socioambiental.

Essa é a crise do nosso tempo, afirmam os mais consequentes representantes das ciências e das outras manifestações do saber e do conhecimento de povos e comunidades atentos, assim como 'gritam' os eventos que a quase todos nós atingem na forma de secas, inundações, furacões, destruição, desigualdade e pilhagens diversas.

Sabemos identificar o sistema e a sociedade que engendram essa condição. E é a eles que temos dado nosso melhor combate. Sem tergiversações, sem falsos 'mapas do caminho'.

Os "mapas mentem" e por isso deles nos aproximamos, deles gostamos, ironizou a poeta (Wislawa Szymborska-Mapa). "Porque não dão acesso à dura verdade", prossegue a poeta, afirmando que "valas comuns e súbitas ruínas não cabem nesse quadro" que descortinam diante de nós "um mundo que não é deste mundo".

Por isso, aqueles que nos indicam caminhos que negam tudo aquilo que já divisamos, e que há pouco recordamos, como consabido, esses não só mentem, como defendem a ordem que, sabemos, é a causadora de tudo quanto reconhecemos como crítico.

Se o compromisso for com a vida, com a compreensão da gravidade da crise e com a saúde do planeta, ou com a integridade de suas paisagens, de seus seres, vivos ou não, e com aqueles que mais sofrem com a depleção e a pilhagem generalizadas, então o sistema e a economia-política responsáveis por isso, bem como as relações socioculturais que produzem essa condição, merecem nosso combate, denúncia e atenção.

E se isso soar utópico – mudar o sistema e as relações sociais – para deter a emergência socioclimática e a crise socioambiental, apesar de ser o caminho evidente, o único caminho, então façamos algumas propostas concretas, algumas sugestões de ações, que contribuam para esse combate e para a pavimentação desse caminho, considerando alguns aspectos e indicações que estão sendo abraçados por aquele conjunto que mencionamos no início deste TA, pois enquanto não facearmos o sistema ou ameaçarmos, ao menos, suas bases de apoio, apenas oscilaremos entre o inócuo e o oportunismo da diversificação de investimentos que viu na causa ambiental, tratada com superficialidade, apenas mais uma dessas oportunidades e sob o argumento que a defesa do ambiente necessita de financiamento, transformam essa causa em meio para a especulação financeira. Mas não será no mercado de créditos de carbono, de 'títulos de sustentabilidade', ou com a criação do comércio para "títulos verdes", onde encontraremos as novas formas de nosso relacionamento com o planeta. Quem propõe tais medidas, como o Banco Mundial e os cenários institucionais das COPs, por exemplo, também consideram a vida um custo de produção e o restante da natureza ou como recursos à sua disposição, ou como 'prestadora de serviços'. A vida tem valor inestimável, mas não tem preço, não cabe numa métrica financeira, ou na irrealidade dos preços praticados pelo sistema.

O petróleo, por exemplo, que sabemos não só empresta o seu nome – civilização do petróleo, capitalismo fóssil –, ao próprio sistema, como por meio de seus derivados e de suas consequências, são

responsáveis por mais de 70% das emissões que promovem o chamado aquecimento global (já incluindo, nesse contexto, além do petróleo e seus derivados, o carvão mineral e seus derivados, e o gás natural), sendo que a outra grande porcentagem, cerca de 20%, nessa escala, provém das mudanças de uso de solo (desmatamento, por exemplo) e agricultura (particularmente o agronegócio).

Sobre isso, no caso do Brasil, que independentemente de ser a realidade que mais imediatamente nos circunda, é também o território em que está o principal manancial de biodiversidade do planeta (portanto é assunto obrigatório em qualquer consideração que se faça sobre as condições socioambientais do próprio planeta), essas porcentagens que indicam as responsabilidades de emissões, praticamente se invertem: aqui a principal fonte de destruições e de emissão de Gases de Estufa é agropecuária e o desmatamento e, secundariamente, as fontes de energia vinculadas aos combustíveis fósseis.

Urge estabelecermos sugestões de caminhos a serem trilhados que rompam com o "manso silêncio" assentado "no ocidente e oriente, acima e abaixo do equador" (ainda segundo a mencionada poeta polonesa), pois, no Brasil e no mundo, pensando nas propostas de ações e perspectivas concretas que revelem compreensão da gravidade que estamos presenciando e, ao mesmo tempo, aponte horizontes que conduzam a transformações efetivas das matrizes produtoras de devastação, há que se alterar a inércia silenciosa que mantém as duas fontes de problemas mencionadas sem alteração e, por outro lado, abraçar e fortalecer os caminhos que promovam o enfrentamento dessa inércia.

A hipótese de novas frentes de exploração de petróleo, nesse sentido, como aquela que se vislumbra na margem equatorial amazônica, não combina com nada disso que aqui estamos argumentando. Mas a solidariedade aos povos indígenas, comunidades tradicionais e todos aqueles agrupamentos cujas territorialidades implicam na manutenção de florestas e biomas e consequentemente da biodiversidade, combina. Assim como, igualmente combina, o apoio aos movimentos e coletivos que defendem usos da terra que preservem as integridades de paisagens, o alimento e a sobrevivência de camponeses e demais agrupamentos alijados pelo agronegócio, ou por aqueles que veem a natureza como algo desprovida de direitos, de valores intrínsecos, ou apenas como recurso à disposição dos negócios, ou exclusivamente das necessidades humanas. Compartilhamos, dessa forma, do ponto de vista expresso por moção aprovada no XVI Encontro da Associação Nacional de Pós e Pesquisa em Geografia, ocorrido em Macapá, em setembro de 2025, às vésperas da COP 30, que afirmou:

> "Nós, geógrafas e geógrafos, reunidos no XVI Enanpege, Macapá/AP, entre os dias 21 a 26/09, apoiados na sabedoria indígena e tradicional, nos fundamentos da ciência geográfica que praticamos e produzimos, também no reconhecimento dos valores e direitos das marés, dos rios, das plantas e de todas as formas de vida que com eles vivem e que deles se nutrem, exortamos fortemente que nos respeitem, que respeitem essa comunidade de seres e de suas naturezas e abandonem a ideia e o projeto de submeter nossas margens equatoriais ao risco dos maus tratos, que a insanidade de extração de petróleo pode produzir, em nossos oceanos, rios e povos nesta região do Brasil e do mundo." (Macapá 25 de setembro de 2025).

No último Acampamento Terra Livre, ATL 2025, em que nos envolvemos ativamente, apoiando-o política e financeiramente, o documento final do encontro anunciava, com razão que [para a emergência climática] "A Resposta somos Nós: Vinte anos de APIB e a Emergência Climática".

Essa condição, torna-se cada vez mais nítida e urgente. E não são poucas as evidências que, tanto o papel que a demarcação e reconhecimento de terras indígenas, como a defesa de uma reforma agrária de amplo espectro – popular –, assim como o reconhecimento de comunidades quilombolas, ou de outras comunidades tradicionais, desempenham no combate eficaz às consequências das emergências socioclimáticas. Igualmente, reiteramos, também sabemos da eficácia que apresentam a oposição à continuidade das características fósseis que nutrem, no Brasil e no mundo, o padrão de acumulação. Nesse sentido, propomos que se adotem as resoluções que seguem.

TR – 68

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Continue apoiando ativa e financeiramente, em associação com a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) os Acampamentos Terra Livre, cuja 22ª edição será realizada em data ainda a ser definida, em 2026;

2. Utilize o período do 22º ATL para realizar reunião do GTPAUA com vistas a materializar o apoio político mencionado no item anterior, estimulando que as seções sindicais dele participem;

3. Continue a apoiar movimentos pela Reforma Agrária, estimulando que as seções sindicais por meio de seus GTPAUAs locais, em parceria com esses movimentos, promovam Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURAs);

4. Estimule que as seções sindicais promovam debates e reuniões coordenadas pelos GTPAUAs locais para problematizar a financeirização da questão ambiental, as falsas transições energéticas e a possibilidade de aderir a campanhas contra a abertura de novas frentes de exploração de petróleo e gás, como as que se anunciam para a Margem Equatorial.

TEXTO 69

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE VERBAS E FUNDAÇÕES

TEXTO DE APOIO

Por mais Verbas para a Educação e o fortalecimento da autonomia das IES

Apesar da importância do financiamento do Ensino Superior no Brasil, tanto no âmbito das Instituições Federais quanto das Estaduais, Municipais e Distrital, o que se observa é um crescente processo de desfinanciamento. Quando se trata do financiamento federal do ensino superior, é possível afirmar que essa política pública vem sendo desmontada. Houve uma queda forte no orçamento destinado à área desde o Plano Plurianual (PPA) elaborado em 2015, durante o governo Dilma. No PPA 2016–2019 do governo ilegítimo de Temer, a educação superior representava 3,76% do orçamento ajustado. No PPA 2020–2023 de Bolsonaro, esse valor caiu para 2,57% e, no PPA 2024–2027 de Lula-Alckmin despencou ainda mais, para apenas 2,30%.

Além desse dado, que por si só já é preocupante, uma forma importante de analisar o orçamento público — usando os dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) — é observar como ele é dividido pelos chamados Resultados Primários (RP). Esse método ajuda a entender melhor para onde os recursos são destinados:

RP1 – Despesas obrigatórias: incluem gastos que não podem ser cortados. No caso das universidades federais, é basicamente a folha de pagamento dos servidores.

RP2 – Despesas discricionárias: são as que teoricamente podem ser ajustadas, mas que, para as universidades, não são tão "flexíveis" assim. Nelas entram pagamentos de terceirizados, contas de água

e luz, manutenção predial e outras despesas essenciais para o funcionamento diário.
RP3 – Obras do PAC: recursos destinados a obras vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento.
RP 6/7/8/9 – Emendas parlamentares: valores indicados por parlamentares, que podem ser usados tanto para investimentos quanto para projetos de pesquisa.

O quadro a seguir mostra a evolução do orçamento das universidades por resultado primário.

Quadro 1 – Evolução do Orçamento das Universidades Federais por RP (2015-2026)

Ano	Obrigatórias RP1	Discricionárias RP2	PAC RP3	Emendas RP6/7/8/9
2015	R$ 31.163.517.169,026	R$ 16.106.807.255,141	R$ -	R$ 192.995.705,785
2016	R$ 30.716.590.789,078	R$ 12.744.157.921,362	R$ -	R$ 173.856.506,275
2017	R$ 32.455.519.104,921	R$ 10.709.614.270,949	R$ -	R$ 158.105.839,251
2018	R$ 33.004.410.815,028	R$ 9.319.033.689,533	R$ -	R$ 438.239.519,335
2019	R$ 33.606.956.999,344	R$ 8.885.702.340,805	R$ -	R$ 513.712.670,197
2020	R$ 31.981.071.468,987	R$ 8.289.607.477,397	R$ -	R$ 283.795.921,066
2021	R$ 31.077.590.649,044	R$ 6.480.650.078,669	R$ -	R$ 404.693.259,504
2022	R$ 28.677.296.617,872	R$ 6.532.587.378,450	R$ -	R$ 425.443.643,386
2023	R$ 29.240.641.655,368	R$ 7.868.300.880,878	R$ -	R$ 553.826.126,722
2024	R$ 29.194.718.861,075	R$ 7.569.475.649,813	R$ 141.337.762,441	R$ 643.105.893,867
2025	R$ 32.380.748.552,000	R$ 7.631.103.989,000	R$ 467.325.168,000	R$ 627.496.414,000
2026 *	R$ 33.501.209.669,857	R$ 7.389.313.854,545	R$ 522.707.368,421	R$** -

*Previsto na PLOA de 2026
** Dado que não é previsto na PLOA 2026

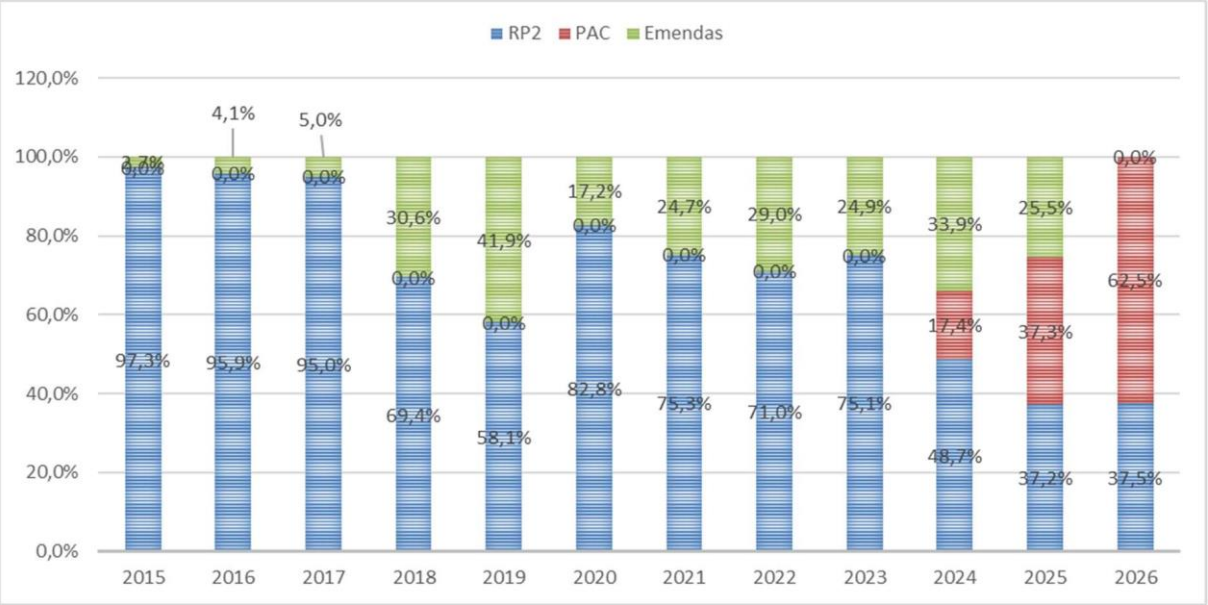
A análise do quadro mostra que o orçamento discricionário (RP2) — aquele usado para manter as universidades funcionando — caiu consideravelmente ao longo dos anos. Já o orçamento obrigatório (RP1) — que paga salários e outras despesas fixas — teve uma recuperação a partir de 2024, em grande parte graças à greve nacional dos trabalhadores da Educação Federal.

Vale ressaltar que o valor previsto para as despesas discricionárias na PLOA de 2026 é menos da metade do que existia na LOA de 2015. Por outro lado, a partir dos governos ilegítimos de Temer e Bolsonaro, quando a aliança entre o capital financeiro e o congresso inimigo do povo se aprofunda, as emendas parlamentares aumentaram significativamente, saltando de menos de R$200 milhões para mais de R$600 milhões. Em 2025, no governo Lula-Alckmin, o total de recursos empenhados via emendas foi maior que os recursos do PAC. Na prática, as emendas já representam quase 10% do orçamento discricionário das universidades federais, o que põe em risco sua autonomia e sua capacidade de planejamento.

Outro dado preocupante é o comportamento do orçamento de investimentos (que faz parte do RP2). Como o orçamento discricionário é constituído de itens de custo fixo (Luz, água) e de investimentos (de capital), esses últimos foram os mais prejudicados. Entre 2015 e 2017, as universidades investiam em média cerca de R$3,5 bilhões por ano. Já entre 2018 e 2025, mesmo somando os recursos do PAC e das emendas, essa média não chega a R$1 bilhão.

Em 2026, o valor para investimentos via RP2 será o menor de toda a série histórica, praticamente o mesmo valor recebido por emendas parlamentares em 2025 (Gráfico 1). A queda no RP2 é tão grande que, em 2025 e 2026, ele representa apenas 37,5% de todo o orçamento de investimentos das universidades federais.

Gráfico 1 – Evolução do Orçamento de Investimento das Universidades Federais por RP2 (2015-2026).



O sufocamento orçamentário tem efeitos particularmente perversos sobre a garantia de qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e na questão da permanência estudantil. Atualmente, a disposição de recursos por UO/Ifes no Sistema-Andifes (69 UFs+2 Cefets) é feita por meio do Total de Aluno Equivalente de Graduação (TAEg). Em 2014, o valor do marcador AEg nas UFs era de R$9.644,00; atualmente, esse valor é de R$4.094,00. Quando tomamos o Censo da Educação, temos um preditor bastante similar. Em relação a 2008, a queda atual no custo-aluno/ano é de 63,2% (saindo R$ 13.300 para R$ 4.900); comparativamente a 2014, a queda é de 58,3% (naquele ano, custo-aluno ano estava estimado em R$ 11.800).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil também é alvo de robusto desfinanciamento. Os valores aplicados em 2016 (R$1,5 bi) hoje equivaleriam a cerca de R$2,54 bi; no entanto, os recursos executados em 2024 e previstos para 2025 somam apenas R$ 1,2bi - uma queda de 58%, desconsiderado o acréscimo de matrículas no período.

No setor das estaduais, o sufocamento também é uma realidade. A partir de levantamento realizado das despesas totais (discricionárias e obrigatórias) das universidades entre 2007 e 2022 de 17 estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Pará e Amazonas), observou-se que em todos as despesas com as universidades não apresentaram aumento constante a cada ano. Embora a maioria das despesas executadas em 2022 sejam superiores às despesas executadas em 2007, houve em determinados anos maiores execuções de despesas do que do último ano de análise (2022). O único estado cuja despesa de 2022 é inferior ao ano de 2007 é o Espírito Santo, cujos valores vem decrescendo desde 2014, quando a despesa executada chegou a R$27.063.670,00 sendo, em 2022, de apenas R$9.863.523,00, ou seja, 36,4% do valor de 2014. Exemplo semelhante é o caso do estado da Paraíba, cujas despesas também decrescem. Chama atenção o fato de, em 2011, o estado ter executado uma despesa de R$741.379.296,00 e, em 2022, de R$400.210.309,00, ou seja, cerca de metade (54%) do valor despendido em 2011.

Quadro 2- Despesas totais com as Universidades dos Estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, 2007 a 2022.

SUL, SUDESTE E CENTRO OESTE									
Ano	SC	PR	SP	RJ	ES	MG	MS	MT	GO
2007	321,101,280	1,790,724,946	13,193,513,758	2,640,723,213	9,911,852	364,837,925	131,775,296	198,349,054	
2008	369,827,114	2,096,607,097	16,676,335,183	2,862,688,843	11,979,375	406,765,249	150,348,822	268,870,048	
2009	444,625,154	2,306,114,843	17,097,939,132	2,901,073,958	20,453,139	465,781,202	150,318,764	273,477,843	
2010	466,219,590	2,425,952,411	19,617,301,230	3,175,805,369	21,281,038	520,303,286	154,072,194	302,767,078	
2011	526,280,549	2,490,501,285	20,140,783,621	3,397,666,555	22,055,780	530,317,316	162,766,816	305,670,132	
2012	519,370,695	2,578,299,252	21,823,088,143	3,660,069,975	25,501,739	597,535,104	177,714,854	335,494,915	295,774,466
2013	514,070,306	2,849,982,714	23,660,302,704	3,940,403,438	25,515,179	697,687,814	195,367,781	364,965,757	315,543,898
2014	562,186,616	2,916,911,238	20,872,071,576	4,303,655,891	27,063,670	823,657,311	265,431,770	435,797,826	375,555,981
2015	580,024,717	3,145,071,218	21,082,277,234	4,161,066,725	20,856,177	747,220,379	250,476,607	464,808,029	-
2016	548,332,389	3,432,568,734	20,304,640,703	3,772,906,925	19,169,359	756,613,716	258,182,655	468,555,997	411,772,151
2017	563,466,051	3,413,867,532	19,526,534,770	2,885,322,556	19,215,647	704,557,616	260,232,969	506,477,354	438,311,790
2018	593,697,680	3,373,244,784	19,217,598,188	3,558,830,316	15,862,972	711,349,822	254,374,222	530,818,425	443,001,006
2019	685,789,523	3,102,948,153	19,142,649,136	3,625,271,057	15,512,407	729,270,008	264,872,214	478,575,394	388,353,700
2020	580,632,264	2,719,003,171	18,793,528,348	3,139,256,294	12,951,405	665,666,192	284,573,357	529,734,378	323,128,556
2021	550,361,402	3,136,715,339	19,659,197,434	3,372,674,846	11,508,903	934,554,190	293,782,162	552,509,248	357,300,507
2022	648,035,002	2,939,304,813	20,777,503,610	4,486,894,368	9,863,523	1,003,381,365	315,867,257	590,836,407	344,884,856

Quadro 3- Despesas totais com as Universidades dos Estados do Nordeste e Norte, 2007 a 2022.

NORDESTE E NORTE								
Ano	AL	BA	CE	RN	PI	PB	AM	PA
2007	315,564,629	1,233,529,698	312,741,368	257,596,162	144,359,152	293,648,848		241,560,803
2008	323,416,919	1,386,626,814	376,498,338	288,909,685	147,271,137	444,139,803		294,009,596
2009	320,981,495	1,495,168,646	417,261,281	338,849,280	167,334,699	486,655,804		289,601,746
2010	313,963,799	1,680,801,969	536,567,589	355,530,260	174,864,870	488,026,347		311,663,889
2011	321,559,833	1,765,885,307	546,058,843	365,955,935	208,417,331	741,379,296		348,416,305
2012	327,838,770	1,874,005,065	542,158,529	384,245,934	222,618,498	635,889,480		365,494,366
2013	365,211,359	1,954,864,538	554,312,564	422,425,177	243,864,270	579,137,867		390,742,187
2014	390,842,234	2,071,111,382	571,033,989	442,456,189	271,181,454	685,199,789	550,053,045	412,116,713
2015	393,741,061	2,103,969,281	557,743,988	445,805,667	284,026,204	446,902,785	452,447,971	416,040,635
2016	386,251,344	1,851,101,990	526,342,452	423,329,345	297,257,021	467,826,097	493,586,289	408,477,614
2017	386,061,771	1,922,075,107	548,753,921	408,388,539	279,155,127	424,152,733	470,810,177	418,167,700
2018	370,943,282	1,860,043,710	571,928,863	305,113,022	313,808,282	426,021,049	559,502,181	424,008,314
2019	378,646,912	1,806,252,935	582,690,583	312,700,940	287,833,275	458,847,004	579,885,042	428,436,950
2020	365,208,163	1,655,978,824	553,759,667	277,969,599	268,081,143	444,120,741	541,324,780	398,105,461
2021	395,590,855	1,624,407,788	529,228,306	288,530,691	259,138,281	384,459,660	516,068,011	387,665,538
2022	424,622,540	1,664,196,994	579,301,097	328,760,674	314,786,245	400,210,309	504,440,950	454,790,221

Ao analisar o componente de despesas obrigatórias das universidades estaduais, observa-se praticamente cinco tipos de comportamento. O primeiro são as curvas que apresentam tendência de aumento, presente apenas em três estados (Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Piauí); o segundo, são os casos em que havia tendência de aumento até determinado período e depois houve estabilização das despesas com pessoal (Pará e Mato Grosso); o terceiro, são as situações em que houve redução em determinado período, mas retomada do crescimento de investimento em pessoal, contudo, tal retomada não chega a se equipar aos valores de maiores investimentos que ocorreram no passado (Paraná e Rio de Janeiro;) o quarto, são aqueles cuja curva se encontra estável (São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Ceará); e o pior cenário são os casos em que há uma tendência de queda. O estado de Goiás, por exemplo, apresenta queda de 2017 a 2021, com uma leve recuperação em 2022. Paraíba e Rio Grande do Norte apresentam queda, intercalada com alguns momentos de recuperação, desde 2014. Já os estados do Espírito Santo, Bahia e Amazonas apresentam queda desde 2014, 2015 e 2019 respectivamente.

Quando se analisam as despesas discricionárias, ou seja, aquelas que podem ser ajustadas, aqui consideradas as despesas relativas a Outras Despesas Correntes (ODC) (pagamento de terceirizados, conta de luz etc.) e investimentos (reformas prediais, obras e aquisição de equipamentos), também se verifica a ausência de um crescimento constante durante o período de análise. Os recursos destinados a investimentos não seguem, necessariamente, uma lógica estável ao longo do tempo, justamente por sua natureza variável e dependente de decisões políticas, disponibilidade orçamentária e prioridades momentâneas. Em seis estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Amazonas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas), os valores de investimentos executados em 2022 foram inferiores aos de 2007, tendo alguns estados apresentado variações bastante bruscas ao longo do período. O Rio de Janeiro foi o único estado em que ODC apresentou redução no executado entre 2007 e 2022. O estado do Mato Grosso foi o único que apresentou um crescimento vertiginoso de investimentos.

Ou seja, o cenário de instabilidade e rebaixamento de investimentos também está presente entre as universidades públicas estaduais, o que nos permite inferir que a crise do ensino do financiamento do ensino superior faz parte de um projeto de desmonte dessa política no território nacional. Esse contexto cria um cenário de instabilidade e dificulta o planejamento de médio e longo prazo, além de promover o avanço das Fundações de direito privado "ditas" de Apoio.

Nas últimas décadas, o movimento docente que conforma o ANDES-SN e suas seções sindicais têm aprovado, nos CONADs e nos Congressos, inclusive antes da criação do GT-Fundações no 30º CONGRESSO**,** de 2011, inúmeras ações contra as Fundações "ditas" de Apoio, como bem resenhado no texto de apoio do 42º Congresso, realizado em Fortaleza, onde se aprovou sua junção com o GT-Verbas.

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES), houve uma movimentação de recursos em torno de 8 bilhões de reais em 2021 que, em valores referentes a outubro de 2025 pelo IPCA, representa aproximadamente 9,94 bilhões de reais, ou seja, quase o dobro do destinado pelo PLOA de 2026 a custeio e investimento para as IFES. Esse volume de recursos pode ser ainda maior porque o CONFIES pesquisou apenas 53 das 93 instituições associadas. À época, a matéria destacava, ainda, que as instituições respondiam por mais de "20 mil projetos científicos e tecnológicos e por 68 mil bolsistas e celetistas"; o que dá uma ideia da dimensão da porção do fundo público que abocanham.

No entanto, o CONFIES não tem divulgado novos dados. Sem dúvida, o mercado das Fundações se espalhou por um amplo espectro das instituições públicas, quer sejam os Institutos Federais (95, com autorização/credenciamento entre os anos de 2025 e 2030), IFES (160, com autorização/credenciamento entre 2025-2030) e HU e EBSERH (46, com autorização e credenciamento 2025-2030).

No âmbito das IFES, a média nacional é de 2,32 fundações por universidade, sendo na região Norte de 1,75; Nordeste de 2,20; Centro-Oeste de 2,33, Sudeste, 2,44 e, Sul de 3,00. Em termos percentuais o total de Fundações das Universidades Federais por região é 28% na região Sudeste, 27% Nordeste, 19% Sul e 13% nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Esses dados permitem desenhar uma trajetória que auxilia na compreensão das derivações do fundo público para estas entidades de direito privado, do apoderamento do conhecimento público produzido e de sua apropriação privada através das instituições "ditas" de apoio. Diante disso, se faz necessário continuar a aprofundar o estudo sobre as fundações, haja vista que, desde o início do século

XXI, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito alguns acórdãos a respeito das prestações de contas das Fundações e mesmo assim há falta de transparência.

Por fim, importa destacar que o sistema da dívida pública é um dos fundamentos da subordinação do Estado ao capital por seu impacto na drenagem de recursos dos fundos públicos para o capital financeiro. Sob a égide do neoliberalismo, o sistema impõe várias reformas, como a da previdência, a trabalhista, o teto de gastos, o arcabouço fiscal e a reforma administrativa.

Diante das dificuldades de uma melhor apreensão dos impactos do chamado sistema da dívida sobre as políticas sociais, os serviços públicos e as condições de vida e de trabalho de trabalhadoras(es) dos serviços públicos, faz-se necessário um aprofundamento do debate no sentido de encontrar melhores metodologia e análise de dados do sistema da dívida e de seus respectivos impactos nos serviços e servidoras(es) públicos e, mais focalmente, na educação pública.

O processo de desfinanciamento das IES, tanto no setor das federais quanto no das estaduais, municipais e distrital, com certeza se aprofundará nos próximos anos. Desde 2015 até a atualidade se observam dois movimentos em relação ao fundo público, por um lado, o crescimento dos recursos disponíveis para o Congresso Inimigo do Povo em detrimento do Executivo, e por outro, no executivo, a imposição do capital financeiro, primeiro com o Teto de Gastos I de Bolsonaro e na atualidade do Arcabouço Fiscal (Teto de Gastos II) de Lula-Alckmin. O impacto dessas medidas se traduz na redução drástica do financiamento para custeio e investimento (RP2), que golpeia de maneira decisiva o financiamento das IFES e cuja lógica também é reproduzida nos diferentes estados e municípios (IEES, IMES, IDES). Por isso, a luta por um financiamento sólido, estável e contínuo, tanto para as despesas obrigatórias quanto para as discricionárias, é essencial para garantir a sustentabilidade e a qualidade do ensino superior público. Mais Verbas para a Educação!!

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

V – POLÍTICA DE VERBAS E FUNDAÇÕES

O 43º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN intensifique a produção de materiais de comunicação sobre o financiamento das IES.
2. Que o GT Verbas e Fundações realize ações conjuntas com a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) de denúncia e debate do novo pacote fiscal do governo federal.
3. Que o GT Verbas e Fundações realize, em 2025, um painel sobre as emendas parlamentares e seus impactos no financiamento e autonomia das IES.
4. Que o ANDES-SN, junto às seções sindicais e regionais, acumule sobre a temática das isenções fiscais nos estados.
5. Que O ANDES-SN, via suas secretarias regionais e seções sindicais, dê continuidade ao trabalho de unidade de ação com os(as) demais servidores públicos estaduais, visando fortalecer as Campanhas Salariais e as recomposições de perdas inflacionárias, intensificando a mobilização de base;
6. Que o ANDES-SN, via suas secretarias regionais e seções sindicais, lute pelo Revogaço das Leis Complementares nº 159/2017 e nº 178/2021 que se referem aos RRF anteriores que retiram direitos dos servidores públicos;
7. Que o ANDES-SN, via suas secretarias regionais e seções sindicais, articule junto ao GT Verbas e com a Auditoria Cidadã da dívida, debates sobre o Propag nas bases, assim como materiais gráficos (cartilhas, folders etc) denunciando os impactos do RRF e similares, e das isenções fiscais sobre os serviços públicos e servidores públicos estaduais;
8. Que o ANDES-SN, via GT Verbas, desenvolva um material informativo questionando o pacto federativo e a cobrança de juros da dívida dos estados.

TR – 69

O 44º CONGRESSO DO ANDES DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, através das secretarias regionais, realize, no primeiro semestre de 2026, mesas sobre o desfinanciamento das IES nos encontros regionais;
2. Que o ANDES-SN produza uma cartilha a partir dos dados da pesquisa de financiamento no setor IFES e materiais de incentivo à ação política nas seções sindicais;
3. Que o ANDES-SN, por meio do GT Verbas e Fundações em conjunto com os setores, realize, em 2026, um painel sobre as Fundações Privadas "ditas" de Apoio e seus impactos no financiamento e autonomia das IES;
4. Que o ANDES-SN, por meio do GT Verbas e Fundações e dos setores das IEES, IMES e IDES e IFES, aprofunde o levantamento de dados e estudos sobre as características do financiamento das fundações "ditas" de apoio;
5. Que o ANDES-SN dê continuidade às pesquisas sobre a evolução das receitas federal, estadual, municipal e distrital, isenções fiscais, dívida pública e os impactos das emendas parlamentares sobre a autonomia das instituições de ensino;
6. Que o ANDES-SN acumule, ao longo de 2026, o debate sobre a dívida pública.

TEXTO 70

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL DAS OPOSIÇÕES

TEXTO DE APOIO

O Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições (GTO) é o mais novo GT do ANDES-SN, constituído a partir de deliberações do 67º CONAD (Belo Horizonte/MG) e resultante de uma mudança na atuação do ANDES-SN na política de combate à federação Proifes. No 43º Congresso do ANDES-SN, todas as propostas de TR relacionadas ao GTO foram aprovadas por ampla maioria nos grupos mistos – algo raro nos espaços deliberativos do ANDES-SN – e, com isso, o GTO tem se consolidado como expressão da indignação e da revolta da categoria contra décadas de manobras e golpes organizados pela federação, como os acordos assinados para enfraquecer os movimentos paredistas em 2012, no governo Dilma, e em 2024, no governo Lula.

No 43º Congresso, ficou definido como oposição:

> *Uma oposição pró-ANDES-SN é aquela que: se organiza por instituição, como seção sindical ou oposição que enfrenta sindicato local (municipal, intermunicipal ou estadual) federado ou organização que contesta a legitimidade do ANDES-SN; que defende organização em sindicato nacional, reconhecendo como entidade*

representativa do movimento docente o ANDES-SN; que se orienta para disputar processos eleitorais, de acordo com parâmetros da concepção sindical do ANDES-SN; que atua com base em princípios que se fundamentam nos acúmulos históricos do ANDES-SN; e que tem atuação consistente, realizando atividades e reuniões periódicas, com perfil público reconhecido.

Um dos eixos centrais de atuação do GTO é possibilitar a participação de representantes das oposições nos diferentes espaços do ANDES-SN, principalmente aqueles como cursos nacionais de formação sindical, seminários, jornadas e encontros. A participação dos representantes das oposições tem tido o potencial de contribuir para a formação daqueles que participam desse espaço e para a disseminação dos princípios, modo de organização, política e deliberações do ANDES-SN naqueles espaços que enfrentam o embate cotidiano com a federação Proifes A partir dessa compreensão, no 43º Congresso foram também definidos os critérios de indicação de representação e a política de revezamento na participação desses espaços.

Para a participação nas reuniões do GTO, cada oposição pró-ANDES poderá enviar até duas representações que serão custeadas pelo caixa nacional, nos termos das regulações internas para esse fim.
Para a participação em cursos nacionais de formação sindical, cada oposição pró-ANDES poderá enviar uma representação que será custeado(a) pelo caixa nacional, nos termos das regulações internas para esse fim.
Em seminários, jornadas e encontros poderão ser custeadas as representações de até duas oposições; a definição será pela ordem de chegada das solicitações em sistema de rodízio
A definição de representações de oposição para atividades do ANDES-SN deve sempre ocorrer em reuniões públicas, registradas em ata, com convocação prévia de, no mínimo, três dias de antecedência e com comunicado feito para o devido escritório de Secretaria Regional do ANDES-SN.
Para fins da definição dessa representação, é vedada a possibilidade de reunião separada de diferentes oposições de um mesmo local de trabalho.

O primeiro ano de existência do GT demonstrou sua importância e suas potencialidades. Além de garantir a participação de representantes das oposições nos diferentes seminários, jornadas e encontros que aconteceram neste ano, em 2025 foram realizados 4 encontros do GTO: 22 e 23 de março, em Fortaleza (CE); 31 de maio de 2025, em Goiânia (GO); 05 e 06 de setembro, em Salvador (BA); e 20 e 21 de novembro, em Brasília, onde também foi realizado um seminário, deliberação da categoria aprovada no congresso de Vitória (ES). Além disso, o GTO construiu o Caderno das Oposições, que será lançado em nosso 44º Congresso, o qual explicita os ataques e a luta histórica em defesa do ANDES-SN, incluindo aquela travada no âmbito de seções sindicais. No entanto, a criação do GTO nas seções que são base do ANDES-SN e a participação dessas seções nas reuniões e no Seminário realizado este ano ainda é muito incipiente.

As derrotas e as reações da Proifes

Outra importante frente de ação contra a federação Proifes se deu durante a greve de 2024, quando seções sindicais locais do ANDES-SN entraram com ações judiciais para impedir que a federação assinasse acordos com o Governo Federal como representante da categoria docente nas mesas de negociação, uma vez que a entidade não possuía o devido registro sindical.

É fundamental relembrar a cronologia de concessão da carta sindical da federação Proifes, ocorrida em 2024 em meio à Greve da Educação Federal:

1. Em 27 de maio de 2024 a federação Proifes assinou termo de acordo com o governo federal, à revelia da categoria em greve;

2. A greve da Educação Federal continuou após o acordo do governo com a Proifes, sendo referendada em todo país pelas assembleias de base do ANDES-SN, da FASUBRA e do SINASEFE, além das bases da maioria dos sindicatos vinculados a Proifes.

3. Em 29 de maio de 2024, a Justiça Federal de Sergipe suspendeu a vigência do acordo do governo com a Proifes, a pedido da ADUFS Seção Sindical do ANDES-SN;

4. Em 6 de junho de 2024, a Justiça Federal de Alagoas também suspendeu o acordo, a pedido da ADUFAL Seção Sindical do ANDES-SN;

5. Em 10 de junho de 2024, o Ministério do Trabalho do governo Lula-Alkmin, tendo Luiz Marinho como ministro, concedeu o registro sindical para a Proifes, na tentativa de deslegitimar as decisões judiciais e enfraquecer a greve.

Fomos vitoriosos nessa ação: uma liminar determinou que a União se abstivesse de assinar acordos com a Proifes, o que resultou na suspensão temporária do acordo já firmado entre o governo e a federação no final de maio de 2024.

A reação do Governo foi quase imediata: no dia 10 de junho foi concedido o registro sindical da Federação pelo Ministério do Trabalho. Esse registro foi concedido sem que fossem cumpridos os critérios estabelecidos pela CLT e normas de regência, principalmente no que se refere à ausência do número mínimo de sindicatos filiados com registro válido. O ANDES-SN entrou com ação contra essa decisão, e foi apenas no dia 02 de dezembro de 2025 que a Justiça declarou nulo o ato administrativo que havia concedido a Carta Sindical à Proifes Federação, uma decisão histórica para a organização da categoria docente no país.

Nesse meio tempo, a Proifes realizou uma série de ações que objetivavam forjar legitimidade, buscando garantir o mínimo de sindicatos com registro válido. Em maio de 2025, a diretoria da APUB, repetindo expedientes golpistas anteriores, buscou refundar a entidade como sindicato estadual das universidades federais da Bahia. Essa tentativa não foi apenas um ataque a docentes da UFBA organizados na oposição, mas tinha o objetivo de, por meio de uma assembleia convocada em poucos dias e na capital do estado, dar fim a diversas seções sindicais do ANDES-SN (SINDUFSB, APUR, ADUFOB e SINDUNIVASF) e do SINASEFE (no IFBA e no IF Baiano). A mobilização das bases barrou o golpe e derrotou a diretoria da APUB. No estado do Ceará, no mês de junho de 2025, a Proifes convocou uma assembleia para o município de Limoeiro do Norte, com o objetivo de alcançar a base docente do Sinasefe no Instituto Federal do Ceará (IFCE). A reunião ocorreu em um hotel, novamente com seguranças privados, que impediram o acesso de docentes ao local, inclusive com apoio da Polícia Militar do Ceará. Mesmo apresentando contracheques e comprovando o direito de participar, professoras e professores foram barrados, enquanto representantes ligados à Proifes ingressaram sem necessidade de identificação. A reunião, considerada ilegítima, resultou na criação de uma entidade denominada Adifce, que agora busca reconhecimento jurídico para atuar na representação docente.

A outra ação foi no mês de outubro, em São Paulo. A Proifes direcionou seus ataques às instituições federais vinculadas ao Ministério da Defesa (MD), base representada há mais de 20 anos pelo Sinasefe, ao tentar criar um sindicato nacional em Pirassununga (SP), que abrangeria docentes civis das academias militares e das instituições de ensino básico, profissional e tecnológico vinculadas ao MD. A estratégia consistia em convocar docentes da Academia da Força Aérea (AFA) para um suposto almoço de confraternização em uma casa de festas. O local, porém, estava totalmente cercado e com a entrada controlada por seguranças privados, que impediram o ingresso de docentes dos colégios administrados pelo MD de diversas regiões. Assim como em outras ocasiões, ao perceber estar em minoria, a Proifes cancelou a reunião e restringiu a entrada apenas a docentes da AFA. Mesmo assim, as e os docentes presentes, de instituições vinculadas ao MD, decidiram realizar a assembleia e rejeitaram a criação do novo sindicato, frustrando mais uma tentativa de invasão de base já representada.

Além dessas tentativas, está em andamento uma campanha de comunicação daquela entidade, denominada “Meu nome não é ANDES”, que realizou diversas postagens tentando desqualificar o ANDES-SN.

PROIFES-Federação
3 de setembro ·

O JEITO MILICIANDES

O método usado pelo Andes visa desestruturar a democracia sindical ao atacar contundentemente assembleias organizadas pelo PROIFES-Federação e seus sindicatos federados.

Em 6 de outubro de 2023, o PROIFES publicou uma pesada carta de denúncia contra essas práticas antissindicais, expondo como ações autoritárias e truculentas visavam silenciar a pluralidade e impedir a participação legítima da Federação nas negociações da categoria. Mais recentemente, no XXI Encontro Nacional do PROIFES-Federação, em agosto de 2025, foram relembradas as agressões físicas e difamatórias promovidas pelo Andes em assembleias, reiterando que a violência institucional não combina com o sindicalismo que defendemos.

Além desses ataques, o Andes, em claras tentativas de intimidação, processa dirigentes do PROIFES e dos sindicatos federados diretamente no CPF, numa estratégia de assédio judicial, com o objetivo de constranger e paralisar lideranças legítimas da categoria.

Esse descompromisso com os princípios mais elementares da convivência democrática, por meio de agressões, convocações à ações judiciais coordenadas e ataques à legitimidade do PROIFES, é uma afronta à Federação, que sempre prezou pelo diálogo, negociação e respeito institucional. O PROIFES reafirma que esses ataques não impedirão a defesa, com firmeza, da representatividade e os direitos da categoria docente.

#PROIFES
#MeuNomeNÃOÉAndes #AndesAssediador #MiliciANDES #NeANDEStal #Democracia #DemocraciaSindical #Docentes #Professores #Professoras #Educadores #Educadoras #Sindicato #Educação #EducaçãoPública #Ensino #EnsinoPúblico #PROIFESFederação

(Texto e imagem da primeira peça da campanha Meu nome não é Andes, publicada em 03 de setembro de 2025)

Essa campanha caracteriza-se como uma tentativa de deslegitimação do ANDES-SN por meio de uma narrativa de "perseguição sindical", da qual a Proifes seria vítima, além de slogans, frases de impacto e acusações genéricas de "práticas antissindicais". Além disso, tenta apresentar o ANDES-SN como representante de um sindicalismo atrasado e que precisa ser enfrentado. Entendemos que, para além de se tratar de uma campanha difamatória, neste caso sim, de teor antissindical, trata-se ainda de um conjunto vexatório de peças construídas a partir de uma lógica da colonialidade, típica do eurocentrismo, lendo as expressões culturais de populações originárias contemporâneas como se espelhassem aquelas de populações humanas do paleolítico, imputando ideias de "primitividade e atraso". O resultado histórico desse imaginário colonial já é conhecido: a naturalização da desumanização do outro e, por consequência, o genocídio dos povos entendidos como "bárbaros".

Ao acusar o ANDES de “mentir” ou “não representar os docentes”, a campanha ignora o papel do Sindicato Nacional como espaço plural de deliberação coletiva, com decisões construídas em instâncias democráticas, congressos e assembleias de base. Além disso, utiliza uma retórica de resistência para desviar o foco da questão central, que é a necessidade de cumprir requisitos legais de representação e de responder politicamente à base, e tenta posicionar a PROIFES como se estivesse sob ataque injusto, quando na verdade responde à contestação legítima de sua função sindical e representativa.

Não sem razão, obtivemos o reconhecimento do sistema de justiça na Ação nº 000173-83.2025.5.10.0021, tramitada no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, cuja sentença reconheceu que a Proifes se utiliza de artifícios para garantir sua carta sindical como uma federação, no entanto, sem o devido cumprimento das determinações legais:

> Não se pode admitir o fracionamento da representação sindical através da criação de uma entidade de grau superior que não aglutine, efetivamente, a base mínima exigida por lei. A concessão do registro sindical nessas condições configura ato administrativo ilegal, passível de anulação pelo Poder Judiciário. (...) A União Federal, ao conceder o registro, agiu em desconformidade com a Portaria MTE nº 3.472/2023, que exige a regularidade cadastral das entidades filiadas para a formação de entidade de grau superior. O ato administrativo, portanto, padece de vício de legalidade insanável. (proc. 000173-83.2025.5.10.0021, pags. 5 e 6).

É preciso destacar que a Proifes sustenta os argumentos de sua campanha em uma suposta defesa do pluralismo sindical e na tese de que há perseguição judicial por parte do ANDES-SN contra a federação. Ocorre, no entanto, que a defesa do pluralismo, na perspectiva da federação Proifes, subverte a lógica da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma vez que o pluralismo não é um princípio que visa promover a fratura e o divisionismo no seio do movimento sindical, mas sim o direito à liberdade de organização em condições de restrição e/ou captura de entidades sindicais por parte do patronato. Além disso, trata-se de uma defesa hipócrita, pois foi a federação Proifes a responsável por desencadear um sistemático processo de judicialização, quando tomou iniciativas para criminalizar a ação sindical do ANDES-SN em estados como Goiás e o Rio Grande do Sul.

Mais do que reconhecer a ilegalidade do ato, e a ausência de controle efetivo por parte do governo, a sentença da mencionada Ação 000173-83.2025.5.10.0021 reconhece o ANDES-SN como real representante da categoria em âmbito nacional, cuja trajetória histórica foi construída na representação legítima do conjunto da categoria de docentes. As tentativas da Proifes de se afirmar como representante de múltiplas categorias, técnicos e docentes, foram entendidas pelo sistema de justiça como a ausência de uma “representação real”:

> E prossegue o entendimento jurisprudencial consolidado no referido Acórdão, ao qual me curvo por disciplina judiciária e convicção jurídica: a "pulverização" da representação sindical, sem o respaldo da representatividade real (maioria absoluta do grupo de atividades, conforme art. 534, CLT), enfraquece a categoria e viola o sistema de unicidade. **O ANDES-SN**, conforme demonstrado nos autos (ID.2d2f55f e estatuto ID. fa729ae), **detém a representação histórica e majoritária da categoria em âmbito nacional, com mais de uma centena de seções sindicais, enquanto a ré tenta se estabelecer com base em um número exíguo e irregular de sindicatos locais.** (proc. 000173-83.2025.5.10.0021, pág. 5)

Por isso, reafirmamos com convicção: **SÓ O ANDES ME REPRESENTA!**

Desafios para o próximo período

Diante das derrotas sofridas pela federação Proifes no ano de 2025, o próximo período possivelmente será de um acirramento do ataque dessa entidade, o que reforça a necessidade de um conjunto de ações que visem fortalecer e intensificar a defesa da concepção sindical do ANDES-SN na categoria docente. No 43º Congresso, foi indicada a necessidade de quatro pilares para vencer a burocracia: história, formação, participação e apoio. Esses pilares seguem guiando as ações do GTO e as propostas para o próximo período.

Por isso, é importante a criação e a divulgação de materiais que contribuam para o registro da história do movimento docente. Esta é uma ação importante também para contribuir com o fortalecimento do movimento e como instrumento de mobilização e de formação de novos quadros para compor o sindicato. É importante considerar, também, que ainda se faz necessário fortalecer o GTO nas seções sindicais do ANDES-SN que não fazem o enfrentamento cotidiano à Proifes.

Por fim, as ações daquela federação no último período indicam que ela representa uma ameaça a diferentes entidades do setor da educação e, portanto, a aproximação do Sinasefe e da Fasubra pode gerar importantes vitórias para a nossa categoria.

TR – 70

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN, por meio do GTO, em diálogo com o GTCA e em articulação com os coletivos de oposição, inicie um debate para a definição das diretrizes e marcos operacionais de uma política de comunicação para as oposições, respeitando as especificidades locais.

2. Que o ANDES-SN realize um painel sobre as ações do GTO em reunião do Setor das IFES e estimule a divulgação do Caderno do GTO nos Encontros Regionais e nas Seções Sindicais.

3. Que o ANDES-SN produza materiais audiovisuais a partir dos conteúdos do Caderno do GTO.

4. Que o ANDES-SN proponha ao Sinasefe Nacional e à Fasubra a realização de um dia de luta conjunta em defesa do movimento sindical autônomo e democrático, a ser realizado em 2026.

TEMA IV

QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 71

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 45º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 45º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 03/03/2026 (terça-feira), para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 71

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O 45º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de ....., sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 72

Diretoria do ANDES-SN

RATIFICAÇÕES, NULIDADE E NOVAS ALTERAÇÕES REGIMENTAIS DE SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, cumprindo as suas atribuições e adequação dos regimentos de seções sindicais ao Estatuto do Sindicato Nacional, apresenta ao 44º Congresso as seguintes proposições: 1) Ratificação da homologação de recriação da Seção Sindical: Associação de Docentes da Faculdade de Medicina de Marília (ADFAMEMA), cuja homologação havia sido aprovada no 68º CONAD ad referendum do 44º Congresso; 2) Ratificação da desomologação do SINDCENTEC/JN como Seção Sindical do ANDES-SN, cuja desomologação havia sido aprovada no

68º CONAD ad referendum do 44º Congresso; 3) Homologação das alterações do Regimento Interno da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS; 4) Anula homologação de alterações do Regimento Interno do Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA – Seção Sindical), cuja homologação havia sido aprovada no 68º CONAD ad referendum do 44º Congresso;

TR – 72

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Ratificar a homologação de recriação da Seção Sindical: Associação de Docentes da Faculdade de Medicina de Marília (ADFAMEMA);

1.1. Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 44º CONGRESSO ratifica a homologação de recriação da Seção Sindical: Associação de Docentes da Faculdade de Medicina de Marília (ADFAMEMA);

2. Ratificar a desomologação do SINDCENTEC/JN como Seção Sindical do ANDES-SN;

2.1. Em consonância com o Estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação, o 44º CONGRESSO ratifica a desomologação do SINDCENTEC/JN como seção sindical do ANDES-SN, em conformidade ao que foi aprovado no 68º CONAD ad referendum do 44º Congresso;

3. Aprovação de Alteração Regimental;

3.1. Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 44º CONGRESSO homologa as alterações do Regimento Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS.

4. Anula a homologação de alteração regimental da SINDIUVA

4.1. Em atenção à solicitação apresentada pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú (SINDIUVA – Seção Sindical), as alterações no Regimento Interno da SINDIUVA, cuja homologação havia sido aprovada no 68º CONAD ad referendum do 44º Congresso, serão anuladas em função de pedido apresentado pela seção.

TEXTO 73

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), situada em Guararema, na Região Metropolitana de São Paulo, é um centro de educação e formação idealizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A ENFF não é apenas uma escola do MST; é uma unidade escolar da classe trabalhadora e está a serviço dos movimentos populares do Brasil e de vários países do mundo.

Inaugurada em janeiro de 2005, a ENFF completou vinte anos em 2025, após muito esforço de mais de mil trabalhadores(as) do MST e simpatizantes que a construíram coletivamente. Até 2020, aproximadamente 24 mil pessoas participaram em distintas atividades formativas esporádicas, como seminários, eventos, congressos e conferências de curta duração. Nesse período, mais de 500 professores e professoras colaboraram de forma solidária com a Escola. A ENFF também mantém convênio com mais de 15 escolas de formação em outros países.

A instituição promove cursos formais e informais voltados para a produção, comércio e gestão dos acampamentos e assentamentos. Os cursos, em diversas áreas, estimulam a capacidade crítica das pessoas e o desenvolvimento de conhecimento para a construção de um projeto popular para o Brasil. A grande diferença em relação às demais escolas é que, após passar pela ENFF, os(as) alunos(as) voltam para a sua comunidade rural e utilizam na prática o que aprenderam no banco escolar. Exemplos de cursos ministrados na ENFF: alfabetização; administração cooperativista; pedagogia da terra; saúde comunitária; planejamento agrícola e técnicas agroindustriais.

Os(As) professores(as) que lecionam na escola trabalham nas universidades conveniadas e escolas técnicas. Os cursos de formação técnica são ministrados pelo Instituto Técnico de Pesquisa e Reforma Agrária (ITERRA), registrado no MEC, ou por outros parceiros, como a UNICAMP (Realidade Brasileira), a UERJ (Teorias Sociais), a UFMG (Realidade Latino-Americana), a UFPB (História) e a UFJF (Especialização em Estudos Latinos).

Acrescente-se que também contribuem para o sistema educacional do MST amigos(as) e simpatizantes do Movimento – quase todos(as) voluntários(as). Além dos cursos, são realizados, na Escola, muitos encontros, seminários e atividades culturais para assentados(as) e acampados(as).

A Escola foi construída entre 2000 e 2005. O projeto conceitual e arquitetônico das cinco edificações que compõem o *campus* é de autoria da arquiteta Lilian Avivia Lubochinski, ex-professora da PUC-SP. Os(as) trabalhadores(as) e militantes do MST que ajudaram a ENFF passaram por cursos de alfabetização e supletivos ao longo da obra. Organizados(as) em brigadas, esses(as) trabalhadores(as) ficavam cerca de 60 dias trabalhando na construção da Escola, em seguida, voltavam para seus estados e eram substituídos(as) por nova brigada. Ao retornar a seus locais de origem, utilizavam os ensinamentos obtidos na Escola para melhorar a qualidade dos assentamentos e acampamentos.

Desse modo, é importante a continuidade da ajuda financeira do ANDES-SN à ENFF para que ela possa se manter, com autonomia, como uma referência de grande importância para o processo de formação da militância do MST e de outras organizações que lutam na defesa da reforma agrária, porém buscando diálogo político com o ANDES-SN.

TR – 73

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

2. Que a diretoria nacional do ANDES-SN continue a realizar reuniões com a direção da ENFF e com a direção nacional do MST buscando realizar ações conjuntas.

TEXTO 74

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (ACD)

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), criada no ano de 2001, vem, desde então, realizando estudos, investigações, publicações e eventos sobre o endividamento público brasileiro – interno e externo – e respectivos impactos nas políticas públicas e nos direitos sociais da população brasileira.

O ANDES-SN, com base nas contribuições dos grupos de trabalhos (GT) e, tendo como referência as deliberações decorrentes de Congressos e CONADs, tem articulado com a ACD para viabilizar ações que embasem a luta por reivindicações específicas do movimento docente e por bandeiras gerais do movimento sindical e de movimentos sociais.

Desde a edição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (que tramitou na Câmara como PEC 241/2016), transformada na Emenda Constitucional (EC) 95/2016, a ACD vem alertando para o fato dessa PEC "que insere no texto da Constituição Federal o congelamento de gastos e investimentos sociais por até 20 anos, garante recursos para pagamento de juros de uma dívida pública, não auditada, e para 'empresas estatais não dependentes'". Assim, essa emenda privilegia a destinação de recursos para esse esquema financeiro ilegal, enquanto sacrifica a saúde, a educação, a assistência, a segurança e todos os demais gastos e investimentos sociais. Para a ACD, os Projetos de Lei (PL) 204/2016, 181/2015 e 3337/2015 visam "legalizar" esse esquema de ataque ao fundo público.

O ANDES-SN compõe o Conselho Político da ACD e, desse lugar, apoiou uma articulação no âmbito do Congresso Nacional que resultou na criação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, cujo lançamento ocorreu em agosto de 2016.

No início de novembro de 2017, o ANDES-SN apoiou um importante evento internacional, qual seja, o Seminário Internacional "Esquema Financeiro Fraudulento e Sistema da Dívida", organizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, do qual participaram representantes da Diretoria do ANDES-SN, de seções sindicais, de outras entidades sindicais e de movimentos sociais.

Em 2018, a ACD mais uma vez desenvolveu importante parceria com o ANDES-SN através de análise de dados para elaboração de caderno do sindicato sobre os cortes na Educação e Ciência e Tecnologia e compôs carta a ser apresentada aos(às) candidatos(as) a presidente pontuando a importância da Auditoria da Dívida Pública. Em parceria com o ANDES-SN, reeditou um curso nacional para formar militantes em todo o Brasil, o qual é oferecido à distância e realizado em módulos temáticos.

O ANDES-SN contribui com uma ajuda financeira para a ACD, mensal e regularmente, desde o 30º Congresso – Uberlândia/MG (realizado de 14 a 20 de fevereiro de 2011). E, desse modo, a Diretoria propõe a continuidade dessa ajuda financeira.

Em 2024 a ACD criou a Campanha Nacional por Direitos Sociais com o objetivo de unificar as lutas sociais, face aos novos elementos da conjuntura que envolve as restrições orçamentárias, impostas pelo arcabouço fiscal (Lei Complementar nº 200/2023) aos direitos sociais. Além de ter lançado a campanha "É hora de virar o jogo" que tem por objetivo mostrar a necessidade de mobilizar a sociedade para modificar o modelo econômico atual, o qual tem produzido escassez, miséria e atraso, o que não combina com a abundância e a riqueza existente em nosso país. Em todas essas campanhas o Andes-SN é parceiro.

A ACD também está intensamente envolvida na campanha de denúncia da nova versão da velha Contrarreforma Administrativa (PEC 38/2025) e colabora com o ANDES-SN em atividades formativas nacionais e nos estados, de denúncia dos Regimes de Recuperação Fiscal e de sua nova versão, o Propag – Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados.

TR – 74

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais para a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD).

2. Que as seções sindicais avaliem a possibilidade de contribuição com os núcleos da ACD nos estados.

TEXTO 75

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O apoio político e financeiro do ANDES-SN revela-se indispensável à realização de um conjunto variado de atividades nacionais de formação político-cultural do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que acontece, sobretudo, no Casarão da Luta. Como conquista de um ciclo de lutas de mais de uma década, o movimento conseguiu, além de moradias, a desapropriação de uma casa ociosa em Taboão da Serra (SP), que passou a ser chamada Casarão da Luta.

A partir daí o MTST instaurou um espaço nacional de formação. Com apoio político e financeiro do ANDES-SN, o movimento mobilizou a militância e conseguiu organizar biblioteca, videoteca, brinquedoteca, estrutura de creche (para assegurar a participação das militantes com filhos(as) e mantém o esforço de preservá-las.

Importante destacar que no processo diário de mobilização, organização e luta de trabalhadores e trabalhadoras concentrados(as) nos territórios de pobreza das periferias urbanas, o MTST desenvolve um repertório de ações, cujo centro é a ocupação de latifúndios urbanos que não cumprem função social. Com isso, a matriz do percurso formativo do movimento é a própria vida cotidiana nas ocupações (e o conjunto de ações e experiências a ela vinculadas). Entretanto, essa matriz formativa requer mais mediações formativas e formadoras para se potencializar e qualificar. Por isso, os diversos cursos, debates, oficinas, dinâmicas e vivências de grupos, desenvolvidos no Casarão, contribuem, decisivamente, para o cotidiano de atuação do MTST.

Compreendemos que o MTST é um dos movimentos sociais urbanos mais importantes dessa quadra histórica e que diante do acirramento da conjuntura faz-se necessário apoiar e construir ações conjuntas com os movimentos sociais de cunho anticapitalista.

Levando em conta que o MTST preserva o princípio da autonomia perante empresas, governos, igrejas e partidos políticos e aglutina uma base social formada por desempregados(as), informalizados(as) ou precarizados(as), e considerando a parceria estabelecida com o movimento em diferentes estados do Brasil e nas lutas travadas no último período, a diretoria do ANDES-SN propõe manter o apoio político e financeiro, por um período de mais doze meses, ao Casarão da Luta e ao sistema de formação do Movimento.

TR – 75

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a Diretoria do ANDES-SN a contribuir, por um período de 12 meses, com R$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais com o Casarão da Luta e o sistema de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

TEXTO 76

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À SECRETARIA NACIONAL DO MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO – MAM

TEXTO DE APOIO

A mineração, em sua lógica neoextrativista e predatória, continua a ser um dos vetores centrais de ataque aos territórios e à soberania popular no Brasil. Conforme deliberado no 43º Congresso, o apoio à Secretaria Nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) em Belém-PA se mostrou fundamental para fortalecer a resistência e a articulação das populações atingidas. Diante da escalada da devastação e da intensificação dos conflitos, torna-se imperativo não apenas renovar este apoio, mas também atualizá-lo para que o MAM possa fazer frente aos desafios crescentes e à expansão de sua atuação em 17 estados da federação. A luta pela soberania sobre o subsolo e pela defesa dos territórios é indissociável da defesa da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, pautas históricas do ANDES-SN.

O cenário atual é de aprofundamento da devastação territorial, conforme demonstram relatórios recentes que apontam para a voracidade do capital minerário sobre áreas protegidas e territórios tradicionais. A chamada "febre do lítio" avança de forma alarmante sobre a Amazônia Legal, com dezenas de processos minerários ativos que ameaçam diretamente Terras Indígenas, Unidades de Conservação e assentamentos rurais. A pressão é igualmente brutal sobre os territórios quilombolas, com mais de 98% destas áreas sob ameaça de empreendimentos minerários, totalizando 1.385 requerimentos que incidem sobre 781 mil hectares. Essa expansão da fronteira mineral, impulsionada pela demanda global por minerais críticos para a transição energética, viola direitos, agrava a crise climática e impõe a migração forçada e a destruição de modos de vida, exigindo uma resposta sindical e popular à altura.

Em um importante marco de resistência e articulação, o II Encontro Nacional do MAM, realizado em Fortaleza (CE) entre 24 e 28 de agosto de 2025, reuniu mais de mil militantes e pesquisadores sob o lema “Lutar pelo território, controlar o subsolo”. A diretoria do ANDES-SN e representantes de diversas seções sindicais estiveram fortemente presentes, em consonância com as deliberações do 43º Congresso do Sindicato, reafirmando o compromisso da entidade em apoiar e integrar essa estratégica articulação com o MAM. O evento se consolidou como um espaço estratégico para o debate sobre a crise climática, a transição energética e a construção de um novo modelo mineral para o Brasil, pautado na soberania e no controle social sobre a renda da mineração. A participação ativa do ANDES-SN, ao lado de pesquisadores e movimentos sociais, evidenciou a centralidade da produção de conhecimento crítico articulada à luta popular, eixo estruturante da relação entre o Sindicato Nacional e o MAM.

Dessa forma, a renovação do apoio financeiro representa um compromisso político inadiável do ANDES-SN com a luta pela soberania popular e contra o modelo de desenvolvimento destrutivo imposto pelo capital.

TR – 76

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN apoie a Secretaria Nacional do MAM, em Belém-PA, por um período de 12 meses, com contribuição mensal de R$ 4.000,00.

TEXTO 77

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em março de 2013. É mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos(as) sindicalizados(as), relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo.

O 61º CONAD (Boa Vista/2016) alterou os critérios para utilização do fundo único a partir da delegação do 35º Congresso (Curitiba/2016). A nova resolução prevê, no artigo primeiro, que "*As solicitações de apoio financeiro das seções sindicais com dificuldades financeiras para despesas com greves e mobilizações devem ser feitas, por escrito, à Tesouraria do ANDES-SN, informando as Secretarias Regionais, justificando os motivos do pedido e os usos a que se destinam e a planilha financeira explicitando as despesas".*

O valor total disponibilizado pela Diretoria do ANDES-SN corresponderá a 60% do saldo bancário do Fundo Único em 1º de janeiro de cada ano, distribuídos nos seguintes montantes: até 20% para Solidariedade, até 40% para a Mobilização e até 60% para Greve.

Desde sua criação o Fundo Único tem sido utilizado, na parcela relativa à mobilização, para realização de várias mobilizações nacionais importantes, dentre as quais: campanha Fora Bolsonaro, atividades contra as PEC 32/2020 e PEC 38/2025 da Contrarreforma Administrativa, Cúpula dos Povos 2025, Marcha das Servidoras e Servidores Contra a Reforma Administrativa 2025, Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, entre outras.

Além dessas despesas, destacamos as convocações da Comissão Nacional de Mobilização, repasses de recursos para a implantação de novas seções sindicais e o auxílio para seções com dificuldades financeiras ou em greve.

O 43º Congresso, por meio de resolução, autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos,

reconhecidas como centrais na luta do Sindicato Nacional, no limite de R$ 1.269.651,00 e estamos atualizando este valor para R$ 1.329.070,67 (IPCA outubro/2024 – outubro/2025, 4,68%).

Tomando como referência a data de 28 de novembro de 2025, o Fundo Único apresenta um saldo de R$ 16.177.890,29. Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e o cumprimento das ações previstas para o seu uso.

TR – 77

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos definidos pelo 44º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de R$ 1.329.070,67 da parcela referente à mobilização.

2. Autorizar o 69º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2026.

3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES/IDES em dificuldades financeiras, que entrarem em greve no ano de 2026, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto durar o movimento paredista.

4. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar a autossustentação e a regularização das receitas por meio da contribuição dos(as) sindicalizados(as), mantendo/ se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

TEXTO 78

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 68º CONAD

TR – 78

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 68º CONAD.

PREVISÃO DE DESPESAS 68º CONAD DO ANDES-SN	ANDES-SN	ADUA
Especificação	RATEIO	RATEIO
1 – PESSOAL - ANDES-SN (SECRETARIA, TESOURARIA, IMPRENSA E CPD)		
Passagens Aéreas/ Terrestre	0,00	0,00
Hospedagem	0,00	0,00
Alimentação	0,00	1.500,00
Diárias	0,00	0,00
Horas Extras	0,00	0,00
Subtotal	**0,00**	**1.500,00**
2 – IMPRENSA E DIVULGAÇAO		
Caderno de texto	2.690,30	0,00
Arte dos Cartazes/Banners / Faixas/Designer	3.003,00	1.100,00
InformAndes	2.440,00	0,00
Reprografia	2.500,00	2.000,00
Subtotal	**10.633,30**	**3.100,00**
3 – INFRAESTRUTURA		
Estrutura Física		
Decoração	17.000,00	0,00
Aluguel de Torres de Tomada	2.700,00	0,00
Aluguel de Ventiladores	5.400,00	0,00
Armarios / Painel Bakdrop	10.150,00	0,00
Mobiliário	8.970,00	0,00
Bebedouros	2.700,00	0,00
Projetor/Tela Painel de Led/ Sonorização	19.615,00	0,00
Baner/ Lonas/Totens	5.910,00	0,00

Apresentação Cultural	0,00	6.650,00
4 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Filmagem	10.500,00	0,00
Manutenção de equipamentos		
Pessoal de Apoio (Acadêmicos)		
Coffe Break	34.100,00	0,00
Serviço de Técnico de som	0,00	1.050,00
Serviço eletricista	0,00	1.200,00
Serviço de Motorista / Carro	0,00	1.952,65
Segurança	7.448,02	0,00
Serviços de Informática/internet	21.809,00	540,00
Ambulância	11.857,50	0,00
Aluguel de NoteBook	2.080,00	0,00
Aluguel Impressora	3.180,00	0,00
Ônibus Congressista	4.950,00	0,00
Serviço de limpeza	7.800,00	0,00
Serviços de Manutenção	4.900,00	0,00
Produção e Eventos	29.000,00	0,00
Serviços Monitores	0,00	21.500,00
Transportadora	15.000,00	0,00
Espaço de Convivência (Alimentação, Pessoal, Transporte e Material Pedagógico)	0,00	8.460,62
Subtotal	**152.624,52**	**34.703,27**
5 – MATERIAL DE CONSUMO		
Material de Escritório e expediente	5.679,23	1.240,90
Material de Limpeza	0,00	0,00
Café	5.760,00	0,00
Subtotal	**11.439,23**	**4.240,90**
6 – MATERIAL DISTRIBUÍDO AOS(ÀS) DELEGADOS(AS) E OBSERVADORES(AS)		
Macador de Texto/ Dia da Mulher		
Camisas	19.665,00	475,00
Bolsas	14.040,00	0,00
Crachá	2.310,00	0,00
Cuia	0,00	1.400,00
Leques	7.000,00	200,00
Chocolates	2.507,00	0,00
Copos	0,00	3.335,00
Guia dos Congressistas	1.590,00	0,00
Ticket, bolsas, camisas e etiquetas crachás	900,00	0,00
Blocos	2.100,00	0,00
Subtotal	**50.112,00**	**5.410,00**

7 – COMISSÃO ORGANIZADORA		
Diárias	4.500,00	0,00
Passagens Aéreas	32.902,78	0,00
Hospedagem	12.631,38	0,00
Subtotal	**50.034,16**	**0,00**
8 – DESPESA C/ TRANSPORTE DE UM(A) DELEGADO(A) DAS SINDICAIS C/ MENOS DE 100 FILIADOS(AS).		
ADUFRA	2.088,82	0,00
SINDUNIFESSPA	2.053,80	0,00
ADUC	3.826,26	0,00
SESUNIPAMPA	5.621,94	0,00
SINDOIF	3.670,08	0,00
Subtotal	**17.260,90**	**0,00**
9 – DELEGADOS(AS) ELEITOS(AS) CONFORME ART. 41, INCISO 8, PARAGRAFO 5, DO ESTATUTO (VIA SECRET.)		
Docentes UFG/ Diárias	900,00	0,00
Docentes UFG/ Passagens	2.351,48	0,00
Docentes UFG/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Docentes APUB/ Diárias	900,00	0,00
Docentes APUB/ Passagens	2.994,01	0,00
Docentes APUB/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Docentes ADURN/ Diárias	900,00	0,00
Docentes ADURN/ Passagens	3.040,00	0,00
Docentes ADURN/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Docentes ADUEMS/ Diárias	900,00	0,00
Docentes ADUEMS/ Passagens	4.470,94	0,00
Docentes ADUEMS/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Docentes ADUFEPE/ Diárias	900,00	0,00
Docentes ADUFEPE/ Passagens	2.845,89	0,00
Docentes ADUFEPE/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Subtotal	**28.298,32**	**0,00**
10 – DESPESA C/ TRANSPORTE DE UM(A) DELEGADO(A) DAS SINDICAIS C/ MENOS DE 50 FILIADOS(AS).		
Docentes FAETEC/ Diárias	900,00	0,00
Docentes FAETEC/ Passagens	2.425,22	0,00
Docentes FAETEC/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Docentes ADUFOB/ Diárias	1.080,00	0,00
Docentes ADUFOB/ Passagens	5.036,91	0,00
Docentes ADUFOB/ Hospedagens	1.742,40	0,00
Docentes ADCAJ/ Diárias	900,00	0,00

Docentes ADCAJ/ Passagens	3.674,73	0,00
Docentes ADCAJ/ Hospedagens	1.619,20	0,00
Subtotal	**18.997,66**	**0,00**
TOTAL	**392.847,43**	**55.604,17**

Total de Despesas Previstas	**448.451,60**

TEXTO 79

Diretoria do ANDES-SN

ESPAÇOS DELIBERATIVOS DO ANDES-SN: UM BALANÇO DAS ÚLTIMAS ALTERAÇÕES, APERFEIÇOAMENTO E O PAPEL DO CONAD.

TEXTO DE APOIO

Entre 2019 e 2024 a categoria aprovou resoluções que alteraram a metodologia e o funcionamento dos Congressos e CONADs. É fundamental lembrarmos o papel dessas duas instâncias deliberativas do ANDES-SN, preparar a entidade na definição das lutas da categoria e das lutas mais gerais da classe trabalhadora brasileira.

De acordo com o art. 15 do Estatuto do ANDES-SN, são atribuições do Congresso: "I – estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º; II – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizado(a)s tomadas pelas S.SIND ou ADs-S.SIND.; III – decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da Diretoria, que constarão obrigatoriamente de sua pauta; IV – estabelecer a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto; VI – referendar ou homologar a constituição de S.SIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; VII – elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52; VIII – decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais, conforme o disposto no art. 65; IX – referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SIND ou AD-S.SIND, observado o disposto no art. 45; X – criar, indicando seus(suas)

componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões".

Cabe ao CONAD a atribuição de aprovar as contas do sindicato e de atualizar as deliberações tomadas nos Congressos que os antecedem. Conforme o art. 23, são suas atribuições: "I – deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição; II – implementar o cumprimento das deliberações do Congresso; III – regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso; IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL; V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, as prestações de contas e as previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA; VI – decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA; VII – convocar, extraordinariamente, o Congresso; VIII – apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e a suspensão aplicadas à(o)s sindicalizado(a)s do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11; IX – criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X – alterar a contribuição financeira do(a)s sindicalizado(a)s, ad referendum do Congresso subsequente; XI – homologar a constituição das S.SIND, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do Congresso."

O Estatuto do ANDES-SN define os objetivos das nossas principais instâncias deliberativas, mas são os regimentos dos congressos e CONADs que regulam o funcionamento, o cronograma e a metodologia desses eventos. Logo, qualquer alteração na estrutura dessas instâncias impacta de alguma forma no regimento desses espaços.

Alguns elementos da conjuntura trouxeram novamente o debate sobre modificações de nossos espaços deliberativos, as intervenções nas IFES durante o governo Bolsonaro e a forma violenta com que os(as) reitores(as) interventores(as) efetivaram uma dinâmica autoritária e de perseguição política em nossas instituições de ensino.

Outros elementos importantes são a intensificação do nosso trabalho e a necessidade de darmos respostas rápidas ao elevado número de ataques aos nossos direitos, aos serviços públicos e à nossa carreira. Além disso, apresentou-se a necessidade de aprofundarmos o debate de questões organizativas e financeiras do Sindicato Nacional, pensando a atual realidade das seções sindicais, por exemplo, questões financeiras, de controle do trabalho, de tempo etc.; além da necessária inclusão das seções sindicais menores nos espaços do ANDES-SN.

Esse amadurecimento foi fruto das últimas alterações estatutárias e de resoluções que colocaram o ANDES-SN em outro patamar, a saber:

No 39º Congresso do ANDES-SN de Belém (2019)

Aprovamos a paridade de gênero, que alterou o Estatuto e nossos processos eleitorais com as seguintes resoluções:

II - Na composição dos cargos da presidência, secretaria e tesouraria será assegurada a participação de no mínimo 6 (seis) mulheres.

III - Na composição dos cargos de todas as secretarias regionais será garantida a presença de mulheres, totalizando no mínimo 36, garantido a presença de mulheres em no mínimo um cargo de 1(ª)(º) e 2(ª)(º) vice-presidente de todas as regionais.

Foi criada uma comissão para analisar e propor alterações nos espaços deliberativos do ANDES-SN, com o compromisso de apresentar as indicações no 64º CONAD.

Ainda em 2019, no 64º CONAD, aprovamos:

a) Sobre o Congresso do ANDES-SN

1. Terá duração de cinco dias, devendo ser encerrado até às 23h59 do último dia.

2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I - Conjuntura e Movimento Docente; Tema II - Planos de Lutas dos Setores; Tema III - Plano Geral de Lutas; e Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras.

3. No Tema I, não haverá Texto Resolução (TR) sobre centralidade da luta.

b) Sobre o CONAD do ANDES-SN

1. Terá duração de 3 dias, devendo ser encerrado até às 23h59 do último dia.

2. Terá como pauta os seguintes temas: Tema I - Atualização do Debate sobre Conjuntura e Movimento Docente; Tema II - Atualização dos Planos de Lutas dos Setores e Plano Geral de Lutas; e Tema III - Questões Organizativas e Financeiras.

c) Aspectos comuns aos eventos deliberativos

1. Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato.

1.1. Os textos a serem submetidos à plenária de instalação deverão ser apresentados até uma hora antes do início da plenária, para a comissão da secretaria geral do evento, para verificação se de fato são textos que apresentam elementos novos da conjuntura, cabendo à(o)s proponentes do texto recurso à plenária de instalação, em caso de negativa.

2. A indicação pelas seções sindicais de sindicalizado(a)s para participarem de grupos de trabalho nacional não serão mais feitas nos Congressos e CONADs. As indicações serão feitas diretamente à secretaria nacional do ANDES-SN.

3. As deliberações e os encaminhamentos sobre os TR que, porventura, não forem apreciados nos Congressos e CONADs serão de competência da Plenária final.

Recomendação

1. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleia de base, da Diretoria Nacional e das diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos cinco sindicalizado(a)s, sendo que não serão aceitos textos de apoio sem texto de resolução, exceto os sobre conjuntura.

2. Padronização dos relatórios que serão trabalhados nas plenárias e aprimoramento do sistema usado para produzir relatórios dos grupos; não serão submetidas questões de forma da escrita para deliberação.

3. Esclarecer nos regimentos dos eventos: questão de ordem, questão de esclarecimento, questão de encaminhamento, propostas que podem ser apresentadas nas plenárias, recurso de votação, abstenção com declaração de voto, até mesmo o tempo disponível para cada uma dessas questões.

4. Finalizar o processo de compatibilização das deliberações dos Congressos e CONADs anteriores na perspectiva de que, após essa finalização e para futuros eventos, sejam apenas enviados TRs no sentido de alterar, atualizar ou incluir novos posicionamentos e ações de luta do sindicato, buscando evitar a presença de textos no Caderno que trazem repetições de deliberações aprovadas anteriormente ao evento.

Em 2024, no 42º Congresso do ANDES-SN, seguimos aprofundando o debate sobre nossos espaços deliberativos e aprovamos as seguintes propostas de metodologia e aprimoramento do funcionamento dos Congressos e CONADs:

1. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleia de base, diretoria do ANDES-SN, diretorias das seções sindicais ou assinados por pelo menos cinco sindicalizado(a)s, sendo que não serão aceitos textos de apoio sem texto-resolução, exceto os sobre conjuntura.

2. Supressão do Anexo ao Caderno de texto.

3. Serão considerados aprovados, e não serão remetidos para o próximo evento deliberativo do ANDES-SN, os TRs debatidos em Grupos Mistos que não forem ao plenário, desde que tenham sido:

3.1. aprovados, sem modificação, em todos os grupos em que foram apreciados, excetuando as aprovações minoritárias:

3.2. debatidos e aprovados em pelo menos 1/3 dos Grupos Mistos.

4. Excepcionalmente, na plenária de instalação, poderão ser apresentados textos, desde que relacionados a fatos novos que alterem a dinâmica da conjuntura, nos âmbitos nacional e local, e que impactem a luta do sindicato, a critério da plenária de delegados.

Essas alterações ainda não tiveram os impactos esperados nos Congressos e CONADs, vamos apresentar alguns dados, a partir das propostas de TA e TR e da participação da base no último período:

CONAD	
Caderno de Texto 64º Conad (2019) 62 delegados(as); 134 observadores; 05 convidados; 35 diretores(as) – **Total participantes: 236** Duração: 04 dias 24 Trs, páginas: 198 *Anexo* 11 Trs, páginas: 68 Total: 35 TA e TR, total de páginas: 266	*Caderno 66º CONAD* 64 delegados(as); observadores(as): 210; Convidados(as): 05; 35 diretores(as) – Total: 314 Duração 3 dias 20 Trs, páginas: 224 *Anexo* 9 Trs, páginas: 50 Total: 29 TA e TR, total de páginas: 274

CONGRESSOS	
Caderno 38º Congresso (2019) 391 delegados(as); 157 observadores(as); 10 convidados(as); 35 diretores(as) – Total 628 Duração 7 dias 31 Trs, páginas: 144 *Anexo* 43 Trs, páginas: 127 Total 75 TA e TR, páginas: 271	***Caderno 43º Congresso*** 466 delegados(as); 128 observadores(as); 1 convidado(a); 35 diretores(as) – Total 630 *Duração 5 dias* 76 Trs, páginas: 378

Alteramos a estrutura dos nossos espaços deliberativos, mas a nossa militância não mudou suas práticas para disputar estes espaços, mesmo com a redução de 7 para 5 dias, a metodologia dos Congressos e CONADs não permite tempo livre para as(os) congressistas. E o dado mais grave: desde 2022 nossos Congressos e CONADs não terminam, TRs são remetidos para o próximo evento deliberativo, criando um grande problema para nosso Plano Geral de Lutas. Nos CONADs, o debate sobre questões Organizativas e Financeiras foram secundarizados, pois esses espaços se tornaram um minicongresso.

Diante do exposto, apresentamos propostas de modificações para o CONAD e alguns itens no funcionamento para os dois eventos deliberativos, considerando a necessidade de sairmos desses espaços com um plano de lutas dos setores das IFES, IEES/IMES/IDES sem pendências, e termos tempo adequado para debater profundamente as questões organizativas e financeiras.

Apresentamos a seguinte proposta de formato para o CONAD, considerando que o mesmo continuará itinerante:

1. Conjuntura
2. Questões organizativas e financeiras
3. Atualização do Plano de Lutas dos setores

	Dia 1	Dia 2	Dia 3
Manhã	09h – Mesa de Abertura 09h30 – Plenária de Instalação 10h30 às 13h30 – Plenária Tema I – Conjuntura	09h às 13h Tema III – Plano de Lutas: GM setores	09h às 12h – Plenária Tema III – Setor das IFES: Atualização Plano de lutas
Tarde	15h às 18h GM – Tema II: Questões organizativas e financeiras	15h às 18h – Plenária Tema II – Questões organizativas e financeiras	15h às 18h – Plenária Tema III – Setor das IEES/IMES/IDES: Atualização Plano de lutas 18h – Lanche
Noite			18h30 – Plenária de encerramento

Além disso, precisamos tornar as reuniões dos setores das IFES, IEES/IMES/IDES um espaço estratégico para implementar o nosso plano geral de lutas, o plano de lutas dos setores e as lutas unificadas do setor da educação e do funcionalismo público, logo, é necessário aumentarmos o número de seções sindicais pequenas nesses espaços. É fundamental e estratégico garantirmos maior participação da base nos espaços nacionais.

Atualmente, a participação das seções sindicais pequenas nas reuniões dos setores estão regidas pela seguinte resolução aprovada no 38º Congresso:

1. As reuniões dos setores das IFES e IEES-IMES terão a participação de duas seções sindicais que tenham até duzentos(a)s sindicalizado(a)s financiada com recursos do Fundo Único, do montante de mobilização, obedecendo aos seguintes critérios:

1.1. A Diretoria do ANDES-SN convocará as seções sindicais, com até duzentos(a)s sindicalizado(a)s, após a convocação da reunião dos setores, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, admitindo-se a convocação em prazo menor somente em situações excepcionais.

1.2. A circular de convocação deverá explicitar:

1.2.1. O prazo limite, nunca inferior a 24 horas, para manifestação das seções sindicais, por correio eletrônico dirigido à secretaria do ANDES-SN;

1.2.2. Que o(a) representante da seção sindical deverá permanecer por todo o período da reunião;

2. A seção sindical será definida observando-se a seguinte ordem de prioridades:

2.1. As seções sindicais com menor número de participações nos últimos doze meses;

2.2. As seções sindicais com menor número de docentes sindicalizado(a)s;

2.3. A ordem de chegada das indicações das seções sindicais;

3. A definição da seção sindical terá como critério eliminatório adimplência com a Tesouraria Nacional.

Outro elemento importante para os espaços deliberativos é a garantia de igualdade de condições na participação desse espaço, estatutariamente elegem-se delegados(a) por seção sindical, mas não há limite de observadores(as). Precisamos pensar sobre a possibilidade de limitarmos, ou não, o número de observadores(as).

Diante disso, o 44º Congresso do ANDES-SN delibera:

TR – 79

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o CONAD tenha o formato indicado no Estatuto, debatendo 3 temas: Tema I – Conjuntura e Movimento Docente; Tema II – Questões Organizativas e Financeiras; Tema III – Plano de Lutas dos Setores;

2. Que o CONAD passe a ter Grupos Mistos para debater o Tema II e Tema III; que deliberarão sobre as propostas de TRs que irão ao plenário;

3. Das Plenárias: Plenária de instalação, com duração de até 1 (uma) hora, podendo ser prorrogada por mais 1 (uma) hora; Plenária do Tema I, com duração de 3 (três) horas improrrogáveis; Plenária do Tema II, Plenária 1 do tema III e Plenária 2 do Tema III, as quais terão duração de 3 (três) horas cada, podendo ser prorrogadas por mais 1 (uma) hora; e Plenária de encerramento, que deverá finalizar até às 23h59.

4. Que o ANDES-SN garanta o financiamento para participação das seções sindicais nas reuniões e encontros do Setor das IFES e do Setor das IEES/IMES/IDES, nas seguintes condições:

4.1. Serão financiadas seções sindicais com até 350 filiados(as);

4.2. No Setor das IFES, será garantida a participação de seções sindicais, em sistema de rodízio, em um total de até 10% da base de instituições atualmente representadas pelo ANDES-SN no setor (totalizando 7 seções a serem financiadas por reunião ou encontro);

4.3. No Setor das IEES/IMES/IDES, será garantida a participação de seções sindicais, em sistema de rodízio, em um total de até 10% da base de instituições atualmente representada pelo ANDES-SN no setor (totalizando 5 seções a serem financiadas por reunião ou encontro);

4.4. Sem prejuízo da participação no rodízio destinado às seções sindicais de até 350 filiados(as), será garantida, em ambos os setores, a participação de pelo menos 1 (uma) seção sindical de até 100 filiados(as), em sistema de rodízio;

4.5. No Setor das IFES, será garantida a participação adicional de 1 (uma) representação dos coletivos de oposição pró-ANDES-SN, considerada a definição destes coletivos aprovada em resolução do 43º Congresso do ANDES-SN, em sistema de rodízio;

5. Para efeitos do rodízio entre as seções sindicais e coletivos de oposição pró-ANDES-SN, serão considerados:

5.1. O número de participações da seção e/ou coletivo nas reuniões ou encontro do setor nos últimos 12 meses;

5.2. O menor número de sindicalizados(as);

5.3. A ordem de chegada dos pedidos;

5.4. A adimplência com o caixa nacional, como critério eliminatório;

5.5. Os itens 2 e 4 não se aplicam aos coletivos de oposição pró-ANDES;

5.6. Para efeitos dos financiamentos previstos nesta resolução, será sempre financiada a participação de 1 (um) representante por seção sindical ou coletivo de oposição pró-ANDES-SN;

5.7. Para efeitos da garantia de efetivação desta política e considerando o importante papel desempenhado pelas reuniões e encontros dos setores na mobilização da categoria, será garantido que as despesas com os financiamentos dos apoios à participação das seções sindicais ou coletivos contemplados neste item serão custeados com recursos do montante destinado à mobilização no Fundo Único.

6. Os TRs não debatidos nas Plenárias, que sofreram modificações e não foram aprovados integralmente por no mínimo 1/3 dos Grupos Mistos, não serão mais pendências remetidas para outro evento deliberativo, serão suprimidos automaticamente, não sendo debatidos e votados no próximo espaço deliberativo.

TEXTO 80

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Celia Carrer (Adusp), Cesar Augusto Minto (Adusp), Ciro Correia (Adusp), Eliel Orenha (Adusp), Everaldo Andrade (Adusp), Fabiana Jardim (Adusp), Fernando Carbayo (Adusp), Francisco Miraglia (Adusp), Gabrielle Weber (Adusp), Lucilia Daruiz Borsari (Adusp), Marcia Regina Car (Adusp), Marcelo Ribeiro (Adusp), Marcelo Zaiat (Adusp), Marcos B. de Carvalho (Adusp), Marcos Magalhães (Adusp), Márcio Moretto (Adusp), Michele Schultz (Adusp), Otaviano Helene (Adusp), Paulo Cesar Centoducatte (Adunicamp), Paulo Moruzzi Marques (Adusp), Pierluigi Benevieri (Adusp), Renata Hydee Hasue (Adusp), Rodrigo Ricupero (Adusp), Vanessa Martins do Monte (Adusp).

PELA REVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO ÚNICO

TEXTO DE APOIO

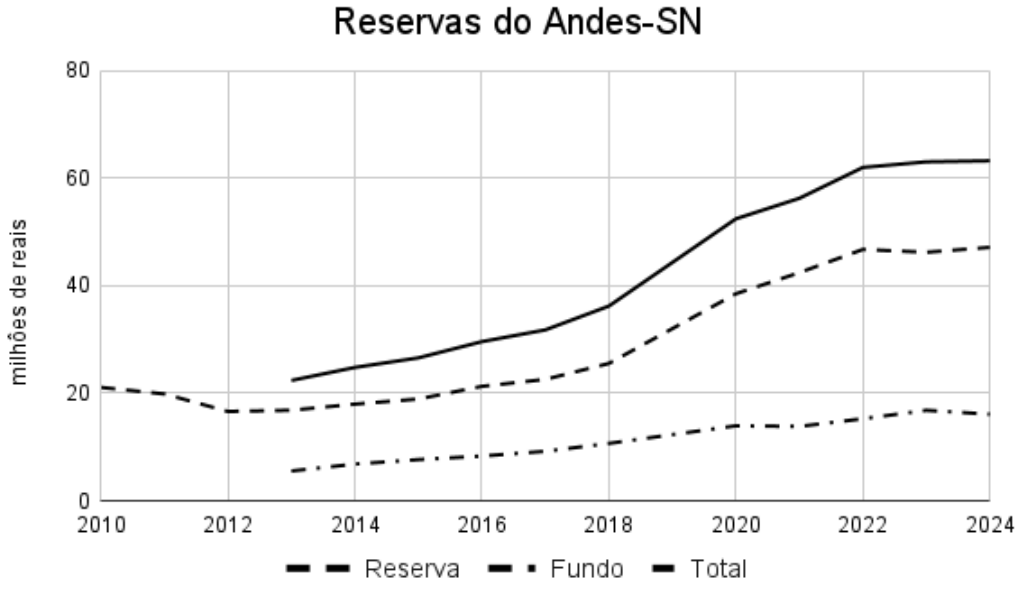
Considerando que:

- o Fundo Único – denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, criado no 32º Congresso em 2013 – é composto pela destinação de 2% das arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos o repasse à Tesouraria Nacional) de cada seção sindical;

- a Tesouraria Nacional deve destinar 2% de sua receita mensal de contribuições ao Fundo, conforme deliberado no 32º Congresso;

- o montante acumulado desde a criação do Fundo Único até 1º de janeiro de 2025 era de R$ 15.500.317,36;

- o total de reservas acumulado do Andes-SN ultrapassaram R$ 45 milhões em 2024, conforme ilustra o gráfico a seguir;

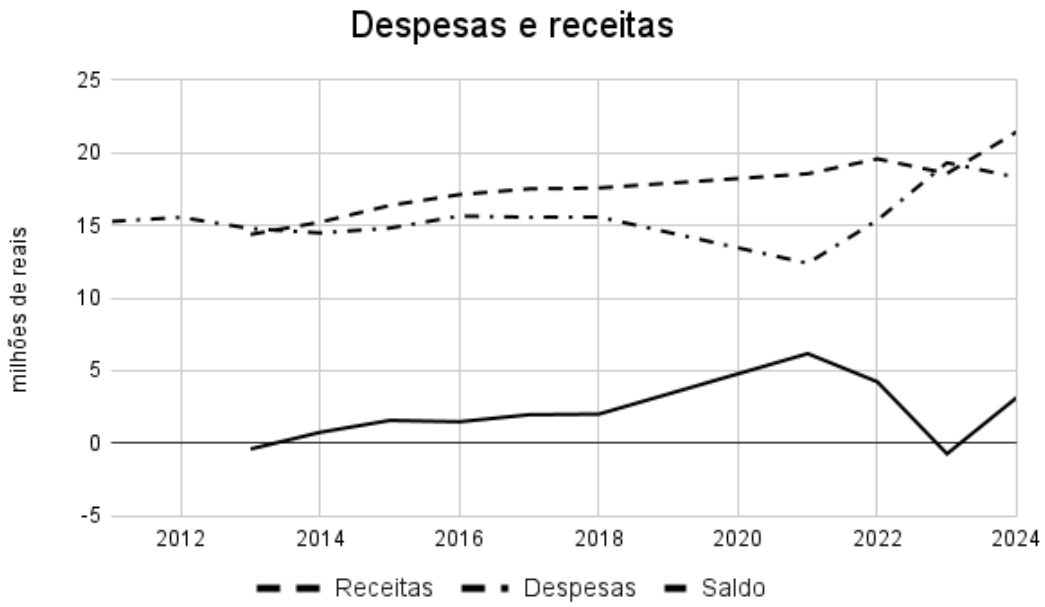


Valores corrigidos pela inflação (IPCA em relação a outubro de 2025). Elaboração: GT Verbas da Adusp em dezembro de 2025. Fonte: Relatórios Finais do 57º, 58º, 59º, 60º, 59º, 60º, 61º, 62º, 62º, 64º, 65º, 66º, 67º e 68º CONAD do Andes-SN.

- o Sindicato Nacional não deve acumular reservas enquanto muitas seções sindicais têm dificuldades financeiras que as impedem de realizar as lutas localmente;

- a perspectiva de solidariedade do Fundo Único deve se estender para as seções sindicais;

- desde a criação do Fundo, as receitas anuais têm superado as despesas (exceto no ano de 2023), mesmo quando consideramos 2024, ano em que houve greve do setor das federais, compra de imóveis para subsedes de Regionais e o III Congresso Contra o Neoliberalismo na Educação, cujos custos foram bastante elevados;



Valores corrigidos pela inflação (IPCA em relação a outubro de 2025). Elaboração: GT Verbas da Adusp em dezembro de 2025. Fonte: Relatórios Finais do 57º, 58º, 59º, 60º, 59º, 60º, 61º, 62º, 62º, 64º, 65º, 66º, 67º e 68º CONAD do Andes-SN.

- a Adusp-Seção Sindical repassou para o Fundo Único no ano de 2024 o total de R$ 83.267,00, valor que corresponde a 27,2% do repasse total do Andes-SN que foi de R$ 306.159 no mesmo período[49];

- há dinâmicas conjunturais que justificam revisões contínuas das contribuições ao Fundo Único.

TR – 80

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Sempre que a soma dos valores das reservas e do Fundo Único superar o dobro da arrecadação consolidada do ano anterior, as contribuições das seções sindicais ao Fundo Único cessam.

2. Os valores das reservas e do Fundo Único serão analisados anualmente durante o CONAD e, caso a prestação de contas aponte a condição acima, as contribuições ao Fundo cessam no mês subsequente ao término do CONAD.

3. A revisão sobre a retomada das contribuições ao Fundo Único será feita anualmente, durante o CONAD.

[49] Fonte: Relatório Final do 68º CONAD do ANDES-SN.

TEXTO 81

Contribuição da Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima SESDUF-RR

DEFINIÇÃO DE QUESTÕES SALARIAIS E DE REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES VINCULADOS ÀS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN

TR – 81

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. As Seções Sindicais filiadas ao ANDES-SN que tenham trabalhadores e trabalhadoras contratados para o desempenho de atividades de secretaria, imprensa etc., deverão:

1.1. Manter vínculo empregatício dos trabalhadores mediante regime CLT, com remuneração compatível ao desempenho da atividade laboral, considerando, quanto à faixa salarial, as realidades nacional e local da respectiva Seção Sindical, bem como seu montante de arrecadação proveniente de contribuições sindicais;

1.2. promover reajuste salarial anual com data-base em maio, de acordo com o índice de inflação oficial em vigor;

1.3. incluir pagamento de auxílio transporte, alimentação (e outros se for o caso), não incorporados ao salário, mas também submetidos a reajuste mediante negociação entre as partes, em cada data-base.

TEXTO 82

Contribuição da Diretoria da ADUnB.

PELA FILIAÇÃO DO ANDES-SN AO DIAP - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR

TEXTO DE APOIO

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP é uma entidade criada em 1983 que tem como principal objetivo acompanhar, analisar e influenciar a atuação do Congresso Nacional em temas de interesse dos trabalhadores e dos sindicatos. Tem como funções principais monitorar projetos de lei, emendas constitucionais e medidas provisórias que afetem direitos trabalhistas, previdenciários e sociais; produzir relatórios e estudos sobre o comportamento parlamentar e as políticas

públicas; assessorar sindicatos e centrais sindicais na formulação de estratégias de atuação política e publicar um levantamento anual dos parlamentares mais influentes do Legislativo.

O DIAP é constituído por 900 entidades sindicais de trabalhadores, congregando centrais, confederações, federações, sindicatos e associações distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal. Sua diretoria é constituída por dirigentes sindicais eleitos pelas entidades filiadas.

Cumpre destacar que as entidades filiadas podem solicitar estudos técnicos, levantamentos e análises específicas, bem como pareceres legislativos ou jurídicos sobre projetos de lei ou medidas provisórias que afetem seu setor; relatórios personalizados, com análises políticas e estratégicas para subsidiar ações sindicais e de negociação e acompanhamento parlamentar direcionado. Serviços são normalmente restritos às entidades filiadas e em dia com suas contribuições.

A filiação do ANDES-SN ao DIAP representaria um passo estratégico para o fortalecimento da atuação do sindicato em nível nacional, especialmente no combate à Contrarreforma Administrativa. Já que o DIAP é reconhecido pela sua expertise nesse monitoramento e fornece aos sindicatos filiados informações sobre projetos de lei, emendas constitucionais e debates que impactam diretamente a vida dos servidores públicos e a educação. Atualmente, o DIAP assessora mais de 900 entidades sindicais no país.

A presença do ANDES-SN no DIAP não só garantiria a qualificação da sua intervenção política, mas também amplificaria a voz dos professores das instituições federais de ensino na esfera parlamentar. A força do DIAP reside em sua capilaridade e abrangência, atuando em Comissões Permanentes e acompanhando a tramitação de milhares de proposições legislativas por ano. A articulação intersindical é vital para construir maior força de pressão e garantir que as demandas da educação superior e básica sejam tratadas com a devida importância no cenário político, coordenando a resistência à proposta.

A filiação ao DIAP é um investimento na capacidade de luta do ANDES-SN contra a Reforma Administrativa. Em um contexto de constantes ataques aos serviços públicos e aos direitos dos trabalhadores, estar filiado ao DIAP asseguraria que o sindicato esteja na vanguarda da informação e do debate legislativo, permitindo uma resposta rápida e fundamentada a qualquer proposição que ameace os direitos da categoria ou o futuro da educação pública.

Embora a atuação parlamentar do ANDES-SN tenha se ampliado desde a greve de 2024, percebe-se a necessidade de uma assessoria mais detalhada, que aponte caminhos para atuação dentro do Congresso Nacional. Os caminhos já tradicionais, embora de inegável mérito - como os protestos na chegada de parlamentares no aeroporto, a visita a gabinetes de deputados e senadores de esquerda e a realização de eventuais audiências públicas - podem ser ampliados ainda mais, estabelecendo diálogos que permitam a derrota definitiva de proposições como a Reforma Administrativa, além da proposição de pautas positivas para a categoria. É nesse contexto que a diretoria da ADUnB-S.Sind. propõe a filiação ao DIAP.

TR – 82

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN se filie ao Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

TEXTO 83

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adhemar Lourenço da Silva Junior (ADUFPEL), Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Airton Paula Souza (ADUFS), Alexandrina Paiva da Rocha (SINDIFPI), Ana Maria Alvarenga (ADUSC-BA), Antônio Rodrigues Belon (ADUFMS), Antonio Ronaldo Gomes Garcia (ADUFERSA), Armando Tafner (SINDUNIFESSPA), Catarina Malcher (APRUMA), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Daniel Solon (ADCESP), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernanda Hernandes Figueira (ADUFPEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Franci Gomes Cardoso (APRUMA), Francisco Carlos Cardoso (ADUSB), Gelta Xavier (ADUFF), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFSM), Gilcelene de Brito Ribeiro (SINDIFPI), Gisele Costa (ADUA), Graziela Lucci de Angelo (SEDUFSM), Hélvio Mariano (ADUNICENTRO), Hugo Gomes Blois Filho (SEDUFSM), Irenilda Ângela dos Santos (ADUFMAT), João Batista Farias Junior (SINDIFPI), João Carlos Gilli Martins (SEDUFSM), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Júlio Quevedo (SEDUFSM), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Luiz Fernando da Silva (ADUNESP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Maria Luzinete (ADUFMAT), Maristela da Silva Souza (SEDUFSM), Mónica Vermes (ADUFES), Naíres Raimunda Gomes Farias (APRUMA), Otávio Luiz Pinheiro Aranha (ADUFPA), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Ricardo Heli Rondinel Cornejo (SEDUFSM), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Mendes Eleres de Figueiredo (APRUMA), Rosenverck Estrela Santos (APRUMA), Sandra Marinho Siqueira (APUB), Saulo Arcangeli (SINDUEMA), Savana Diniz Gomes Melo (APUBH), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Soraia de Carvalho (ADUFEPE), Suly Rose Pereira Pinheiro (APRUMA), Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADUFMS), Valdir Anhucci (SINDUNESPAR),Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Wagner Miquéias Damasceno (ADUNIRIO), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), Wanderley Padilha (SINDUNIFESSPA), Welbson do Vale Madeira (APRUMA).

SINDICATO COM MAIS DEMOCRACIA, MENOS BUROCRACIA E COMO FRENTE ÚNICA: DESAFIOS PARA O ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Tendo em vista a necessidade de ajustar a estrutura organizativa do ANDES-SN aos objetivos de fortalecer o engajamento da categoria docente, a mobilização e a democracia interna, o 68º CONAD deliberou:

> (...) Remeter ao GTPFS a proposta de constituição de um Seminário sobre a Organização Sindical a se realizar até o primeiro semestre de 2026, onde, entre outros pontos, será discutida a questão da proporcionalidade e majoritariedade.

O referido seminário aconteceu de 28 a 30 de novembro de 2025, na ADUNIFESP, São Paulo, e as pessoas que subscrevem essa tese estiveram representadas em uma das mesas de debate, defendendo o que consta do título de nossa tese: um sindicato com mais democracia, menos burocracia e como frente única.

A ideia de frente única é bastante antiga, com dezenas de experiências em diversos países. Inclusive no movimento sindical brasileiro! Inclusive, paradoxalmente, com participação do próprio ANDES-SN.

De fato, a existência de diferentes níveis de consciência de classe e de opções táticas para enfrentar a burguesia resultaram em diferentes tipos de organizações políticas da classe operária e demais trabalhadores, além de opções individuais de participar de lutas sem necessariamente manter vínculos orgânicos com sindicatos ou partidos. Registram-se, por exemplo, nas primeiras décadas do Século XX, formações de frentes em movimentos operários na Europa envolvendo trabalhadores

comunistas de coletivos diversos e correntes anarquistas, que mantiveram, ao mesmo tempo, disputas por espaços políticos e unificações táticas para enfrentarem ataques patronais e regimes autoritários.

No Brasil mesmo, o enfrentamento a setores da extrema direita e seus governos, principalmente a partir de 2018, deu-se por meio de unidades políticas que se expressaram nos movimentos sociais e nos sindicatos. Durante as greves também têm sido verificadas ações unitárias, sem que os distintos coletivos políticos abram mão de seus programas e leituras da realidade, e, de forma legítima, disputem "as consciências" no âmbito das categorias em que atuam.

Por outro lado, a frente única no Brasil também pode ser verificada de maneira mais duradoura, além dos enfrentamentos conjunturais, e se expressado na forma de composição das direções de centrais sindicais e populares. Entre outros exemplos, podemos citar os seguintes:

– No Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, que aconteceu 26 a 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), que oficializou a fundação da CUT e pretendeu romper com o sindicalismo pelego e atrelado ao Estado, no que diz respeito à composição da direção ficou estabelecido que "A Direção Nacional será eleita no congresso pelo critério da proporcionalidade e só participará desta proporcionalidade quem obtiver pelo menos 20% dos votos no congresso";[50]

- No CONCLAT que resultou na consolidação da CSP Conlutas, realizado em Santos/SP, em 2010, também foi aprovado, e segue em vigor, que a Secretaria Executiva Nacional é eleita com base na "proporcionalidade direta e qualificada dos votos obtidos pelas chapas concorrentes";

- No SINASEFE "A Direção Nacional (DN) é um plenário colegiado, composto de vinte e sete (27) membros". De acordo com Art. 56 do seu Estatuto, "A composição da DN será proporcional ao número de votos que cada chapa obtiver no pleito"[51];

- Na FASUBRA também se verifica a proporcionalidade, inclusive na escolha de delegados que podem participar do congresso da entidade, e a Direção Nacional é composta por 25 titulares e 25 suplentes; [52]

- No caso da CONDSEF, observa-se a proporcionalidade direta e qualificada, com detalhamento no Estatuto nos seguintes termos[53]:

> (...)
> II. os cargos para a Diretoria Nacional, para a Executiva da Diretoria Nacional, para o Conselho Fiscal (titular e suplente) e para os Departamentos Setoriais serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos, observando-se os critérios do inciso I deste Artigo; as chapas escolherão os cargos a que têm direito na Executiva da Diretoria Nacional e na Diretoria Nacional e seus diretores adjuntos, bem como os diretores suplentes, assim como no Conselho Fiscal e no Departamentos Setoriais, inclusive em sua ordem de suplência, de forma a assegurar a proporcionalidade qualificada; A chapa mais votada deverá iniciar a escolha e o preenchimento dos cargos a que tem direito, sendo que, para cada indicação, será subtraído do seu percentual obtido na eleição o percentual correspondente a um cargo. Continuará indicando até que o seu percentual fique menor do que a 2ª (segunda) chapa colocada, e assim sucessivamente; A segunda chapa mais votada deverá, igualmente, escolher e preencher os cargos, e assim sucessivamente.

Evidentemente poderíamos agregar diversos outros exemplos (no Brasil e em vários outros países) de organizações sindicais cujas direções são eleitas com base no critério da proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa. O fundamental, entretanto, é ter em conta que mesmo com o fato de as chapas terem seus programas específicos e divergências, as entidades não ficam paralisadas após as

[50] Disponível em https://cedoc.cut.org.br/d/sistema/livros/1691/arquivo/a-construcao-da-estrutura-organizativa-da-cut.pdf. Acesso em 22/12/2025.
[51] Disponível em <https://sinasefe.org.br/site/sinasefe/estatuto-e-regimento>. Acesso em 22/12/2025.
[52] Conforme pode ser verificado em <https://fasubra.org.br/wp-content/uploads/2016/10/estatuto.pdf>. Acesso em 22/12/2025.
[53] Conforme pode ser verificado em << https://www.condsef.org.br/pdf/estatuto_condsef_10-09-2019.pdf>>. Acesso em 23/12/2025.

direções serem compostas, ao contrário do que foi argumentado por representantes da corrente hegemônica na direção do ANDES-SN no seminário do GTPFS, que aconteceu em novembro de 2025. Inclusive porque as decisões fundamentais são tomadas nos congressos das categorias, da mesma forma que acontece em nosso sindicato.

Além disso, a composição das diretorias com base no critério da proporcionalidade favorece o engajamento militante dos diversos coletivos, que também participam mais regularmente de debates, negociações e gestão do sindicato. No ANDES-SN uma aproximação de frente única tem se expressado, sobretudo, nos momentos de greves, nos quais diferentes coletivos políticos e militantes independentes têm participado dos comandos nacionais e locais de greve.

Outro argumento usado contra a proporcionalidade é de que seria um "loteamento" entre correntes partidárias. Vale lembrar, porém, que a composição proporcional da diretoria se dá por meio das chapas inscritas nos processos eleitorais, nas quais docentes independentes têm plenas condições de se construir chapas.

Por outro lado, os últimos processos eleitorais explicitaram que temos um movimento sindical cada vez mais fracionado e que as diretorias que foram eleitas, apesar de obviamente terem recebido mais votos que as outras chapas, não expressam a vontade da maioria de docentes, em um processo que atualmente é mais atrasado do que em muitas eleições burguesas tradicionais e vai na contramão da democracia sindical.

Efetivamente, a análise das eleições ANDES-SN de 2023 e 2025 revela uma tendência de queda na participação e um desafio estrutural de representatividade. A base eleitoral manteve-se estável, com aproximadamente 65 mil filiados, mas a proporção de votantes caiu de 25,12% em 2023 (16.351 votantes) para 22,80% em 2025 (14.798 votantes). O número de não votantes (abstenção) cresceu de 48.729 para 50.116, indicando um crescente desengajamento da base.

Quadro 1: Participação de sindicalizados nas eleições do ANDES-SN, em 2023 e 2025.

Eleição	Filiados	Votantes	Proporção Votantes (%)	Não Votantes
2023	65.080	16.351	25,12%	48.729
2025	64.914	14.798	22,80%	50.116

O panorama eleitoral mostra que a Chapa 1 manteve a liderança em ambas as disputas, elevando ligeiramente seu percentual de votos válidos de 43,17% para 43,61%. A principal dinâmica de 2025 foi a **fragmentação da oposição**. Em 2023, a oposição (Chapas 2 e 3) somou **56,83%** dos votos válidos. Em 2025, a oposição (Chapas 2, 3 e 4) somou **56,39%** dos votos válidos, demonstrando que a fragmentação diluiu o voto opositor em três chapas, mas não alterou significativamente a proporção total de votos contra a chapa vencedora.

Na verdade, o modelo eleitoral majoritário atual, que confere à chapa vencedora a totalidade das 83 vagas (11 da executiva e 72 das regionais), gera um significativo déficit de representação.

Considerando que cada chapa concorre com 83 candidatos, o total de candidatos envolvidos foi de **249 em 2023** (3 chapas) e **332 em 2025** (4 chapas).

- **Em 2025:** 251 candidatos das três chapas derrotadas, que representaram **56,39% dos votos válidos**, ficaram sem qualquer representação na direção do sindicato.
- **Em 2023:** A oposição (Chapas 2 e 3), com **56,83% dos votos válidos**, também não obteve assentos.

Essa exclusão de uma parcela majoritária dos candidatos e de mais da metade dos votos válidos contradiz o princípio de que a base é o elemento norteador do ANDES-SN, afastando a consolidação de

uma organização pela base. É importante que a diversidade da categoria docente possa estar representada em sua direção, o ganho de representatividade é uma via para fortalecer o sindicato.

Apenas com a perspectiva de indicar a viabilidade de uma alternativa para alinhar a estrutura de poder ao princípio da representação da base, pode-se admitir, por exemplo, um modelo de representação mista (majoritário-proporcional) que garante a governabilidade da chapa vencedora e a inclusão das minorias.

A simulação garante à Chapa 1 (vencedora) um bônus de maioria de 50%+1 (42 assentos) do total de 83 vagas, e distribui os 41 assentos restantes de forma proporcional entre as chapas de oposição, com base em seus votos válidos.

Quadro 2: Eleições do ANDES-SN em 2023 e 2025: votação por chapa

Eleição	Chapa 1 (50%+1)	Chapa 2	Chapa 3	Chapa 4	Total Oposição
2023	42 (50,6%)	10	31	0	41 (49,4%)
2025	42 (50,6%)	12	10	19	41 (49,4%)

A simulação demonstra que o modelo permitiria que 100% dos votos válidos fossem representados na direção, transformando a oposição em uma força colegiada com assentos significativos (31 assentos para a Chapa 3 em 2023; 19 para a Chapa 4 em 2025).

Obviamente, reconhecemos que a forma exata para contemplar a proporcionalidade e favorecer uma estrutura mais democrática no ANDES-SN carece de maior debate e eventuais ajustes específicos em função do Estatuto do Sindicato, mas isso não impede que já no 44º Congresso se dê o primeiro passo. O fundamental é assumir o compromisso em ampliar a democracia sindical e a representatividade com o objetivo de fortalecer o ANDES-SN.

TR – 83

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Com base no princípio da democracia interna no ANDES-SN e da concepção do sindicato como frente única, o 44º Congresso do ANDES-SN delibera que a constituição da Diretoria do ANDES-SN passará a ocorrer com base no critério da proporcionalidade qualificada em função dos votos obtidos pelas chapas que concorrerem nos processos eleitorais;

2. Considerando a necessidade de proceder estudos e adaptações regimentais para operacionalização de eleições com base no critério da proporcionalidade, o 44º Congresso do ANDES-SN remete para o 69º CONAD a construção de propostas de mudanças regimentais que assegurem a proporcionalidade, para serem objeto de deliberação no 45º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 84

Contribuição da Assembleia da SESUNILA

FORTALECER AS SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NOS ESPAÇOS NACIONAIS COMO GTS, REUNIÃO DE SETORES E SEMINÁRIOS NACIONAIS

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN, enquanto sindicato que reivindica sua construção histórica pela base, possui espaços fundamentais de formação, deliberação e acúmulo político. São esses espaços que garantem o debate e a elaboração de uma política conjunta, capaz de articular as lutas específicas da categoria docente, por melhores condições de vida e trabalho, com as lutas mais amplas de nossa classe. Nesse sentido, reconhecemos os 12 Grupos de Trabalho (GTs) e os setores das IFES e das IEES/IMES e IDES como instâncias estruturantes, fundamentais para o diálogo com a base e formação política da categoria. Por compreender a centralidade desses espaços e identificar as dificuldades concretas de participação, enfrentadas por seções sindicais pequenas como a SESUNILA, que apresentamos o texto e reflexão abaixo.

A SESUNILA, assim como outras 29 seções sindicais do ANDES-SN, conta com menos de 200 sindicalizadas(os). No nosso caso, somos uma seção sindical ainda em processo de estruturação, sem sede própria e sem trabalhadoras(es) contratadas(os) para dar sustentação às tarefas cotidianas, como secretaria e comunicação, dispondo, até o momento, apenas de assessorias jurídica e contábil. Trazemos esse exemplo particular para ilustrar uma realidade que sabemos ser comum a muitas outras seções do país. A UNILA, como universidade criada no contexto de expansão do Reuni, também enfrenta desafios para consolidar sua estrutura, com um corpo docente ainda reduzido em comparação às *instituições mais antigas, e localizada em uma região do país cujo deslocamento para outros* centros nem sempre é simples ou financeiramente acessível, ainda que reconheçamos que não se trata de uma das regiões de maior dificuldade logística no território nacional, especialmente por ser um destino turístico internacional.

Esse contexto, de uma seção pequena e jovem, com menos de 200 sindicalizados(as) que completou dez anos de luta em 2025, tem limitado nossa capacidade financeira de garantir a participação de docentes nos GTs, Reuniões de Setores e Seminários Nacionais. Em diversos momentos, contamos com a solidariedade de seções com maior capacidade financeira e, também, com a política vigente do ANDES-SN, que custeia a participação de até duas seções nas Reuniões do Setor das IFES. Ainda assim, identificamos que esses esforços têm sido insuficientes para assegurar a participação real e contínua das seções pequenas, especialmente nos GTs, seminários e nos setores.

Essa situação, porém, não é exclusiva da SESUNILA, como ficou evidente nas contribuições apresentadas no Seminário Nacional de Questões Organizativas, Financeiras e Políticas, realizado entre 28 e 30 de novembro de 2025 em São Paulo. Companheiras(os) de diversas regiões, como Roraima, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, entre outras, relataram dificuldades para estruturar suas seções, denunciaram a sobrecarga das direções e expressaram a incerteza sobre a possibilidade de garantir a participação da categoria nas instâncias nacionais, apesar do interesse e vontade de docentes de todos os cantos do país de construir ativamente a política do ANDES-SN.

No caso da SESUNILA, desde sua fundação em 2015, temos buscado participar ativamente das instâncias formativas e deliberativas do Sindicato Nacional. Já apresentamos proposições políticas e, junto a outras universidades, pautamos a necessidade de criação do GT de Multicampia e Fronteira, finalmente instituído em 2024, que trouxe ao centro do debate as especificidades de instituições descentralizadas e os novos desafios que elas impõem às condições de trabalho e de vida da categoria. Aproveitamos, assim, para saudar a criação do GT MultiFront, que em pouco tempo de existência já reuniu significativa participação docente em suas reuniões e seminários nacionais.

Ademais, conforme debatido no Seminário de Questões Organizativas, Financeiras e Políticas e reiterado nas prestações de contas apresentadas nos CONADs, o Sindicato Nacional dispõe de uma situação financeira favorável, com resultados financeiros positivos derivados da gestão responsável dos recursos, juntamente de uma infraestrutura consolidada, tanto na sede nacional, em Brasília, quanto nas 12 regionais. Diante disso, torna-se possível e necessário, pensarmos coletivamente a ampliação do apoio às seções sindicais que, no momento, encontram-se impossibilitadas de participar mais ativamente dos espaços nacionais.

É nesse contexto, e cientes das imensas responsabilidades do ANDES-SN e de suas seções, que apresentamos a seguir uma proposta de atualização da política de apoio às seções sindicais com menos de 200 sindicalizados(as).

TR – 84

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o ANDES-SN garanta a participação de até 5 seções sindicais com menos de 200 sindicalizados(as), de forma presencial, nas reuniões de GTs e Seminários Nacionais, em formato de rotatividade e segundo critérios já estabelecidos para participação na reunião dos setores.

2. Que o ANDES-SN amplie seu apoio para as seções sindicais de até 200 sindicalizados(as) para participação em reuniões de Reuniões do Setor das IFES, passando de 2 seções para 10 seções, conforme critérios já vigentes.

TEXTO 85

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adilson Aquino Silveira Júnior (ADUFEPE), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN), Emílio Sarde Neto (ADUNIR), Evaristo Colmán Duarte (SINDIPROL/ADUEL), Fernando César Paulino Pereira (ADCAC), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Soraia de Carvalho (ADUFEPE) e Valdir Anhucci (SINDUNESPAR).

POR SECRETARIAS REGIONAIS ELEITAS REGIONALMENTE

TEXTO DE APOIO

Tendo em vista o reconhecimento coletivo da necessidade de aprimorar a estrutura organizativa do ANDES-SN, o 44° tem a missão de avaliar propostas capazes de ampliar a democracia e representatividade em nosso sindicato nacional. Consideramos que a existência das secretarias regionais como uma instância de articulação entre seções sindicais tem o potencial de fortalecer articulações com outras categorias de trabalhadores do setor público e privado, com camponeses, povos indígenas, quilombolas e com a juventude. Porém, esta potencialidade não tem se manifestado plenamente na luta de classes e no dia a dia da categoria. Atualmente, as secretarias regionais são eleitas em bloco, junto à

votação para a direção nacional. Ainda assim, se reconhece que dos 83 membros, 72 compõem as secretarias regionais. Essa eleição em bloco cria distorções, a ponto de algumas secretarias regionais serem dirigidas por integrantes da corrente hegemônica nacionalmente, sem que tenha inserção real localmente. Essa condição bloqueia a articulação mais orgânica e democrática do movimento docente em nível regional. Se cada secretaria regional fosse eleita pelos docentes da região em questão, as mesmas seriam muito mais representativas da realidade da base em que estão inseridas e que deveriam ajudar a organizar. Da mesma forma, a articulação do ANDES-SN, por meio das secretarias regionais, nas articulações regionais com outros sindicatos e movimentos sociais, poderia ser potenciada.

Nossa proposta é que no mesmo processo eleitoral se inscrevam as candidaturas à **diretoria executiva nacional**, com os 11 cargos dos blocos da presidência, secretaria e tesouraria e um/a primeiro/a vice-presidente de cada regional, totalizando 23 candidatos/as; e as **diretorias das secretarias regionais** com as candidaturas à segunda vice-presidência, secretaria e tesouraria. Ainda que tenhamos a compreensão de que a melhor forma dessa composição seja a proporcionalidade, nesta proposta de resolução delimitamos apenas este ponto, para melhor compreensão.

TR – 85

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que as secretarias regionais passarão a ser eleitas em chapa separada daquela em que é eleita a direção nacional, no mesmo processo eleitoral. Para a eleição de cada secretaria regional votarão apenas os associados da base diretamente ligada à mesma.

2. Considerando a necessidade de proceder estudos e adaptações regimentais para operacionalização desta mudança, o 44º Congresso do ANDES-SN remete para o 69º CONAD a construção de propostas de mudanças estatutárias para serem objeto de deliberação no 45º Congresso do ANDES-SN.

TEXTO 86

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Alcides Remijo (Adufg), Anderson Deo (Adunesp), Antônio Carlos Mazzeo (Adunesp), Atenágoras Oliveira Duarte (Adufepe), Benedito Libório Araújo (Adufs), Bianca Novaes de Mello (Aduff), Breno Santos (Adufmat), Bruno Souza Bechara Maxta (Apubh), Bruno Pizzi (Adufdourados), Caio Martins (Adufrj), Camila Leite Oliver (Aduneb), Carla Daniel Sartor (Adunirio), Carlos Augusto Aguilar Júnior (Aduff), Célia Regina da Silva (Adunesp), Cézar Maranhão (Adufrj), Cláudia Lúcia da Costa (Adcac), Cleusa Santos (Adufrj), Cristiano Ferraz (Adusb), Eduardo Serra (Adufrj), Elza Peixoto (Apub-Ufba), Fábio Bezerra (Sindcefet-Mg), Fernanda Shcolnik (Asduerj), Fernando Medeiros (Adufal), Filipe Boechat (Adufrj), Francieli Rebelatto (Sesunila), Gislaine Oliveira (Sinduece), Gustavo Miranda (Aprofurg), Helga M. Martins de Paula (Adcaj), Henrique Wellen (Adurn), Helio da Silva Messeder Neto (Apub-Ufba), Hilbeth Parente Azikri de Deus (Sindutf-Pr), Hilusca Alves Leite (Sesduem), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (Aduff), Ivna Nunes (Adufmat), Janaynna de Moura Ferraz (Adurn), Jaqueline Botelho (Aduff), Jefferson Barbosa (Adunesp), João Paulo Chaib (Sindcefet), Juliana Matias Faust (Aprudesc), Júlio César Pereira Monerat (Apes), Kate Lane Costa de Paiva (UFF), Kathiuça Bertollo (Adufop), Leandro Cristino Pereira (Sindcefet), Leandro Rocha (Adueg), Leonardo Santos (Adufmat), Leonardo Segura Moraes (Adufu), Leonardo Silva Andrada (Apes), Leônidas de Santana Marques (Adufal), Lucas Gama Lima (Adufal), Luis Eduardo Acosta (Adufrj), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (Adufac), Marcelo "Russo" Ferreira (Adufpa), Marcelo Hungaro (Adunb), Marcos Pedroso (Adufs), Márcia Lemos (Adusb), Mario Mariano Ruiz Cardoso (Adufvjm), Marlon Garcia da Silva (Adufop), Mauro Iasi

(Adufrj), Milton Pinheiro (Aduneb), Moisés Lobão (Adufac), Mônica Paulino de Lanes (Adufes), Muniz Ferreira (Adur-RJ), Osvaldo Maciel (Adufal), Otávio Cabral (Adufal), Paula Alves (Adufmat), Rafael Vieira Teixeira (Adufes), Raquel Brito (Adufmat), Raquel de Azevedo (Adufu), Roberto Silva de Oliveira (Adusb), Robson Pereira Calça (Aduff), Rodrigo Bichoff Belli (Sesduem), Rodrigo Castelo (Adunirio), Rogério Massarotto de Oliveira (Sesduem), Rosalve Lucas Marcelino (Adusb), Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (Sinduece), Saulo Henrique Souza Silva (Adufs), Sócrates Oliveira Menezes (Adusb), Sofia Manzano (Adusb), Thaís Godoi de Souza (Sesduem), Tarcila Mantovan Atolini (Adufvjm), Thayná Martiliano (Adufal), Thiago Fanelli Ferraiol (Sesduem), Túlio Lopes (Aduemg), Victor Neves de Souza (Adufes), Vinícius Correia Santos (Adusb), Walcyr de Oliveira Barros (Adufrj), Wellington Augusto Silva (Adur-Rj) e Wladimir Nunes Pinheiro (Adufpb).

POR UM ANDES-SN CADA VEZ MAIS DEMOCRÁTICO!

TEXTO DE APOIO

As resoluções sobre a estrutura organizativa e o processo eleitoral do ANDES-SN, submetidas a este 44º Congresso, são respostas diretas e necessárias aos desafios políticos e organizativos que nosso Sindicato Nacional enfrenta. Elas buscam consolidar uma prática democrática, coletiva, horizontalizada e representativa em todos os níveis da direção, afastando-se de modelos presidencialistas e hierárquicos que concentram poder e, ao mesmo tempo, estabelecendo regras nítidas e igualitárias para as eleições da direção nacional, garantindo que o debate político se dê em condições de paridade material.

O nosso sindicato precisa passar por uma mudança bastante profunda, abandonando uma forma de trabalho presidencialista, centralizadora e hierarquizada, e adotando uma forma mais adequada à sensibilidade contemporânea, avessa ao formalismo, burocratismo e distanciamento entre a direção e a base organizada. Entendemos que são necessárias mudanças em três dimensões fundamentais: mudanças na Diretoria Nacional, flexibilização do acesso às reuniões do GTs e Conads e financiamento do processo eleitoral integralmente com recursos do Caixa Nacional, incluindo as campanhas das chapas concorrentes.

No último evento realizado pelo GTPFS sobre questões organizativas, políticas e financeiras ficou evidente a necessidade de enfrentar estas questões. São medidas que visam a mudar elementos da cultura organizacional de sindicato. Algumas já foram alteradas, como por exemplo a mudança dos tempos dos Congressos e Conads e dos tópicos que são colocados para deliberação.

Dos três campos de questões que entendemos que precisam ser alteradas, acreditamos que neste congresso podemos e devemos avançar com a questão do financiamento das chapas que participam nas eleições a cada dois anos. Pensamos na urgência desse debate e resolução para fixar as regras de cenário eleitoral que se materializa no próximo congresso com a apresentação das chapas concorrentes. Consideramos que o autofinanciamento é fundamental para garantir a autonomia do sindicato. Por conseguinte, consideramos que é da maior justiça que o financiamento seja assegurado na totalidade pelos recursos do próprio sindicato, garantindo igualdade de condições para todas as chapas.

Pela densidade do debate relativo aos outros pontos, entendemos que será necessária a realização de um Conad Extraordinário. Nos referimos às questões do funcionamento e financiamento dos Grupos de Trabalho e da realização das reuniões do Conads num local fixo, sem ônus para as seções sindicais do local, e com financiamento do Caixa Nacional para o/a delegado/a e seu suplente. A questão da mudança da direção sindical numa perspectiva mais horizontalizada, afastando o presidencialismo, com a redefinição dos organismos de direção, também envolve um debate aprofundado, e detalhado, já que são múltiplas as mudanças a serem realizadas no estatuto.

1. Democratização do acesso às reuniões dos GTs e Conads

A realização dos **Conselhos Nacionals (Conads)** em Brasília com financiamento integral do Caixa Nacional para delegado(a) e um(a) observador(a) por seção pode ser um instrumento de promoção de isonomia, ao garantir que todas as seções, independentemente de seu tamanho ou situação financeira,

possam participar plenamente do principal fórum deliberativo entre congressos. É importante destacar que a organização dos Conad não vai onerar as seções sindicais do distrito federal, já que a organização corresponde inteiramente à Diretoria Nacional. Pode ser uma possibilidade a este debate, por exemplo, considerarmos que todo Conad de posse de nova diretoria seja realizado em Brasília.

2. Mudanças nos organismos de direção

Entendemos que a forma presidencialista, centralizadora e hierárquica da direção nacional precisa de ser transformada, orientada por práticas de horizontalidade, descentralização e participação igualitária. O modelo **presidencialista** de organização sindical, caracterizado pela concentração de poder decisório na figura do presidente ou de um "triunvirato" e em uma direção verticalizada, revela limites estruturais para a construção de uma prática sindical democrática, participativa e enraizada na base. Ainda que esse modelo tenha sido historicamente funcional em determinados contextos de enfrentamento, ele tende a reproduzir internamente a lógica do poder do Estado moderno, marcada pelo fetichismo do poder, pela delegação passiva e pela separação entre dirigentes e representados.

3. Financiamento igualitário das chapas e dos custos das eleições

A saúde democrática de um sindicato classista, autônomo e organizado pela base se mede também pela igualdade de condições em suas disputas eleitorais. O cerne da paridade na disputa está no **financiamento igualitário das chapas** por parte do Caixa Nacional do sindicato nacional. Estabelecer um percentual fixo da receita (até 5%) para ser dividido igualmente entre todas as chapas homologadas impede que desigualdades materiais prévias se traduzam em vantagens eleitorais injustas, como acontece nas eleições nacionais entre os partidos políticos. Neste último caso defendemos o financiamento público das campanhas eleitorais, para evitar a interferência do poder econômico nas eleições. Trata-se de trazer esse mesmo princípio para as eleições sindicais: financiamento público ou melhor dizendo, autofinanciamento sindical. É a materialização do princípio da autonomia e autofinanciamento. No caso de chapa única, estabelecer um montante menor evita o uso de recursos sindicais sem a contrapartida do debate político plural.

Este sistema é amparado por duas salvaguardas cruciais: o **limite de gastos de campanha e a prestação pública de contas**. Estas salvaguardas garantem que o auto financiamento sindical seja utilizado com parcimônia e transparência e que não haja afluxo de recursos de origem que colidam com o princípio da autonomia ou que sejam desproporcionais. Para materializar este mudança será preciso alterar o artigo 51 do Estatuto.

4. Fortalecer a ferramenta sindical

Estas reformas estatutárias não são um fim em si mesmas. Elas são o alicerce organizativo necessário para que o ANDES-SN possa travar com mais força, unidade e representatividade as lutas políticas fundamentais definidas nos seus Congressos: contra a reforma neoliberal do Estado e da sociedade, pela reorganização da classe trabalhadora e construção de um Enclat, a luta pela Universidade Popular, a construção unitária do Encontro Nacional da Educação, e a luta pela solidariedade internacionalista anti-imperialista. Um sindicato classista, feminista, antipatriarcal, antirracista com uma direção amplamente representativa, com processos decisórios coletivos, horizontalizados e com eleições internas democraticamente equilibradas será um instrumento mais poderoso e legítimo nas mãos da categoria docente.

TR – 86

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que os custos das eleições da diretoria nacional do ANDES-SN nas seções sindicais sejam financiados pelo Caixa Nacional a partir da coordenação da Comissão Eleitoral Central.

2. Que o financiamento das campanhas das chapas que participarem das eleições nacionais do ANDES-SN seja exclusivamente feito pelo Caixa Nacional do ANDES-SN no limite total de até 5% da receita do ano imediatamente anterior em forma igualitária entre todas as chapas inscritas e homologadas. (Art. 51, acrescentar parágrafo **§ 5°**)

2.1. É vedada a recepção de outros recursos financeiros fora do financiamento do sindicato por parte das chapas (Art. 51, acrescentar parágrafo **§ 6°**).

2.2. A transgressão da regra anterior caracteriza-se como fraude eleitoral e acarreta a suspensão da chapa e a punição dos seus integrantes (Art. 51, acrescentar parágrafo **§ 7°**).

2.3. No caso de eleição com chapa única o montante para financiamento será estabelecido pela Comissão Eleitoral Central (CEC) em um limite sensivelmente inferior ao definido para eleições com múltiplas chapas (Art. 51, acrescentar parágrafo **§ 8°**).

2.4. Será estabelecido pelo Congresso que antecede à eleição um limite dos gastos de campanha eleitoral e prestação pública de contas das chapas (Art. 51, acrescentar parágrafo **§ 9°**).

5. Que o ANDES-SN realize um Conad Extraordinário, em 2026, para tratar de questões financeiras, organizativas e administrativas com propostas a serem referendadas pelo 45° Congresso do sindicato.

Unidade Classista, futuro socialista!

TEXTO 87

Contribuição da Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima

DESPESAS REFERENTES AOS EVENTOS, CONGRESSO E CONAD.

TEXTO DE APOIO

Atualmente, um número significativo de bases sindicais vem enfrentando sérias dificuldades financeiras. Tal cenário é resultado de um conjunto de fatores estruturais, entre os quais se destacam a redução do número de sindicalizados, a contínua defasagem salarial da categoria, o crescimento dos gastos fixos — especialmente com pessoal e manutenção administrativa — e os custos decorrentes da participação ativa nas ações de luta, tais como Grupos de Trabalho (GTs), seminários, plenárias e demais atividades organizativas.

Em contrapartida, os dados apresentados na prestação de contas do 68° CONAD indicam que o sindicato nacional, ao menos no período recente, não se encontra submetido às mesmas restrições orçamentárias vivenciadas por grande parte de suas bases. Conforme demonstrado, o exercício financeiro de 2023 encerrou-se com um superávit da ordem de 3 milhões de reais, evidenciando uma capacidade financeira significativamente superior à realidade enfrentada pelas entidades de base.

Considerando que tanto o Congresso quanto o CONAD constituem instâncias centrais de deliberação política da categoria e que o seu financiamento ocorre integralmente por meio do rateio entre as bases; considerando, ainda, o quadro de dificuldades financeiras enfrentado por muitas dessas bases e a existência de superávit nas contas do sindicato nacional, entendemos ser necessário avançar na construção de mecanismos de redistribuição e solidariedade financeira, de modo a fortalecer o conjunto da organização sindical.

TR – 87

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Em caso de superávit financeiro ao final do exercício, uma porcentagem desse montante — sugerimos 50% — seja destinada ao financiamento do Congresso e do CONAD do ano subsequente, reduzindo significativamente o impacto financeiro do rateio sobre as bases;

TEXTO 88

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz

(SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA PELO FIM DOS RATEIOS: POR UM ANDES-SN QUE GARANTA A AMPLA PARTICIPAÇÃO!

TEXTO DE APOIO

Os Congressos e CONADs são espaços deliberativos que definem os rumos da nossa luta sindical e como priorizamos investir os recursos do ANDES-SN.

O TEXTO 13 (CONAD 14 a 17 de julho de 2011) de apoio à deliberação do Rateio de congressos e CONADS apresenta a justificativa de que o rateio foi definido com o objetivo de encontrar uma fórmula solidária que beneficiasse as seções sindicais com pequeno número de sindicalizados e que levasse em conta também a distância de cada seção sindical do local do evento. A fórmula para chegar ao montante da participação de cada AD/Seção Sindical, considera o valor gasto por delegado do congresso, nesse valor são incluídas todas as despesas com a organização e com as passagens, cujo valor é o referente à tarifa cheia dez dias antes do evento.

Sem dúvida a solidariedade é base da formação do ANDES-SN. Contudo, o que de fato ocorre hoje é o sufocamento das seções sindicais e ADs, com despesas referentes às múltiplas atividades nacionais presenciais anuais que são desenvolvidas nas Seções Sindicais. Para além das atividades cotidianas das ADs, que permitem a proximidade com a base, bem como o estabelecimento de diálogo constante, que possibilita a mobilização diante de situações complexas e, por fim, novas filiações, pela presença efetiva e marcante no território de cada AD. Somam-se aos custos para o trabalho cotidiano de informação e formação, os custos do rateio dos Congressos e CONADs. Somado ao repasse mensal e fundo greve, temos uma realidade em que os rateios passaram a representar um custo continuado e até gerando endividamento, essa soma pode chegar a 40% da arrecadação total das seções sindicais e ADs.

O cálculo de cada congresso ou Conad não é previsível, como mostra o quadro dos últimos CONADs, o que impede, inclusive, qualquer planejamento. Soma-se a isso o custo de todas as despesas das delegações, com deslocamento, alimentação e alojamento assumidos, em sua maioria, pelas seções sindicais e ADs. Portanto, as seções sindicais arcam não só com os custos da delegação, da mensalidade do ANDES-SN e do fundo de greve, como também com o rateio, dos custos dos Congresso e dos CONADS.

Os dados sobre os custos dos últimos Congressos são os seguintes: R$ 1.545.516,00 no 41° Congresso que contou com 376 delegados presentes (o que perfaz um cálculo de R$ 4.110,41 por delegado); R$ 1.656.640,78 no 42° Congresso, que contou com 387 delegados presentes (o que perfaz um cálculo de R$ 4.280,72 por delegado e, por fim, R$ 1.776.413,46 no 43° Congresso com 396 delegado presentes (o que perfaz um cálculo de R$ 4.485,89 por delegado.

Um levantamento feito, em 2025, pela ADUR-RJ - S. SINDICAL mostra que o CONAD ordinário já foi realizado em 35 cidades e o extraordinário em apenas 3, sendo 7 em Brasília, 01 em São Paulo-SP, 01 em Juiz de Fora-MG e 6 online. Com exceção das cidades de Macapá-AP, Teresina-PI, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC todas as demais capitais brasileiras já foram sede do CONAD. As cidades que mais receberam o evento foram: Belo Horizonte-MG, Brasília-DF e Fortaleza-CE.

Edição	Local	Delegados	Observadores	Convidados	No. ADs Seções Sindicais	Total Participantes	Valor do Rateio
67º	Belo Horizonte - MG	78	190	11	57	279	R$ 468.740,52
66º	Campina Grande - PB	64	210	5	51	279	R$ 446.072,46
65º	Vitória da Conquista - BA	55	104	6	44	165	R$ 319.457,81

Fonte: Relatórios CONAD

Os dados dos últimos três CONADs do ANDES-SN revelam variações importantes nos custos por participante. O 67º CONAD, realizado em Belo Horizonte em 2024, contou com 279 participantes e teve um custo total de R$ 468.740,52, resultando em uma média de R$ 1.680,07 por pessoa. Já o 66º CONAD**,** realizado em Campina Grande no ano anterior, teve o mesmo número de participantes (279), mas um custo total ligeiramente menor, de R$ 446.072,46, o que reduziu o custo médio por participante para R$ 1.599,53. Por outro lado, o 65º CONAD**,** ocorrido em Vitória da Conquista em 2022, apresentou um custo total mais baixo, de R$ 319.457,81. No entanto, como o número de participantes foi significativamente menor (165), o custo individual acabou sendo mais elevado, atingindo R$ 1.935,50 por pessoa, o maior entre os três eventos analisados. Esses dados sugerem que, embora o custo total de um evento maior possa ser mais elevado, a diluição entre mais participantes tende a reduzir o custo por pessoa. Além disso, os valores podem refletir diferenças regionais de infraestrutura, logística, hospedagem e passagens aéreas, entre outros fatores.

É conhecida a diferença entre as associações docentes e seções sindicais em tamanho medido por número de filiados, logo, arrecadação. As seções sindicais são financeiramente demandadas na contribuição mensal, na manutenção das estruturas, no funcionamento e lutas cotidianas, o que resulta em condições de desigual participação nos muitos eventos e espaços de representação nacional e de lutas nacionais do ANDES-SN.

De acordo com os dados do Caderno de Textos do 67º CONAD realizado em Belo Horizonte - MG, em 2024, o ANDES-SN apresentava em seu Balanço Patrimonial de 2023 quatro CONADs com seções sindicais devedoras quanto ao rateio, no valor total de R$74.632,34. Em 2022, eram cinco edições com o valor total de R$ 108.957,65. Ao mesmo tempo, as despesas do ANDES-SN com as regionais totalizaram R$ 1,4 milhão, em 2023 e R$ 1,3 milhão em 2022.

Para o 65º CONAD, a previsão total de despesas do ANDES-SN foi de R$ 299.294,68 e da ADUSB, R$ 20.163,13, sendo o rateio das ADs e SSs no valor para cobrir essas despesas, R$ 319.457,18. No caso das despesas do ANDES-SN, os principais itens foram prestação de serviços – filmagem, coffee-break, locação de impressora, serviços de secretaria etc – (R$95.290), pessoal ANDES-SN (secretaria, tesouraria, imprensa) e imprensa e divulgação (R$28.510). O item 'Despesa c/ transporte de um delegado das S.Sindicais c/ menos de 101 filiados' foi de R$ 13.115,41 (4,4% do total das despesas do ANDES-SN no 65º CONAD). No caso do rateio, as 44 ADs ou SSs com mais de 201 filiados enviaram um delegado – exceto a ADUFPI, a ADUFPB que não enviaram delegados, conforme a informação do rateio de despesas do 65º CONAD apresentado no Caderno de Textos. Aquelas com número de filiados entre 201 e 499 filiados têm cota no rateio entre R$ 3.071,27 e R$ 4.982,61, ao que é deduzido o gasto com passagens aéreas/terrestres e somada a taxa com observadores. Nesse mesmo

ano, a receita total do ANDES-SN foi de R$ 16,3 milhões, as despesas de R$15,9 ou um superávit de R$ 400 mil.

Para termos uma ideia do impacto sobre despesas das ADs e Seções Sindicais: em números absolutos no 67º a menor cota de rateio foi da APUR – R$ 1.375.80 e a maior a da ADUFRJ – R$ 25.460,70. De 57 participantes, 21 ADs/SS custearam o rateio com valores entre R$ 5.000,00 e R$ 10.000,00, 15 ADs/SS acima de R$10.000,00. Os valores somados ao deslocamento, alimentação e hospedagem contribuem para a baixa participação nos CONADs. Menos de 50% do total de Associações Docentes/Seções Sindicais compareceram nessa reunião. Este baixo comparecimento repete a série no 66º foram 51 e no 65º apenas 44.

Observamos nos relatórios dos CONADs que o caixa do ANDES-SN tem sido superavitário. A atuação no território é onde o professor e professora estão e se filiam, vivenciam o cotidiano da luta docente. Os custos com estrutura, para aqueles conseguiram consolidar estruturas, e com a luta junto a base da nossa categoria precisa ser nossa maior prioridade. De pouco nos adianta congressos e CONADs para poucos e distantes da base e sem condições de levarmos as lutas para o dia a dia da categoria.

Propomos que o ANDES-SN S assuma integralmente os custos dos CONADS e dos Congressos, de forma a não sobrecarregar ainda mais as ADS, que têm que arcar com os custos das delegações.

TR – 88

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Pelo fim dos rateios de Congressos e CONADs. Que o caixa nacional do ANDES-SN assuma as despesas com a realização dessas duas importantes instâncias de decisão.

2. Os custos por delegação seguirão sendo arcados pelas ADs e seções sindicais, garantindo a participação sem custo para as seções menores, sem alteração do que é praticado.

3. Que o custo para participação de observadores/as seja discutido quanto a despesas efetivas: coffee-break e materiais de congresso, e se estabeleça uma taxa a ser arcada pelas seções sindicais e ADs exclusivamente para observadores/as.

TEXTO 89

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR ELEIÇÕES PARA O ANDES-SN PLURAIS, DEMOCRÁTICAS E COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DA CATEGORIA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN é o maior sindicato nacional de primeiro grau da América Latina, com uma base de filiados de mais de 60 mil docentes das instituições estaduais e federais de ensino superior e da carreira EBTT. Como tal, precisa criar instrumentos que assegurem a ampla participação da categoria docente em seus espaços de deliberação, dentre estes, o processo eleitoral, visando torná-lo mais democrático e representativo dos interesses da categoria. Isso implica o reconhecimento da participação tanto dos docentes ativos quanto dos aposentados, no estabelecimento de regras eleitorais isonômicas que garantam eleições transparentes e acessíveis a todos/as, bem como equilíbrio institucional na disputa entre as chapas concorrentes, regulamento eleitoral não sujeito a manipulações e casuísmos diversos.

Os processos eleitorais do ANDES-SN têm sido marcados por questionamentos cada vez maiores da categoria quanto a sua isonomia. Exemplo disso foi o que ocorreu nas últimas eleições do ANDES-SN, realizadas em 2025, quando a Chapa 4 “Oposição para Renovar o ANDES-SN” – que compõe desde o CONAD o coletivo Confluência Democrática - foi vítima de casuísmo que comprometeu, na nossa avaliação, a isonomia do processo eleitoral. Liderado pela diretoria, com apoio das demais chapas que compuseram a comissão eleitoral, esse processo eleitoral foi marcado por

diferentes manobras e manipulações. A partir de um processo de inscrição desnecessariamente complexo, tecnicamente frágil (formulário Google) burocrático e mal orientado, a comissão eleitoral presidida pelo presidente do ANDES-SN usou como pretexto erros formais de documentação e negou o registro da inscrição da chapa 4, obrigando a chapa a recorrer à Justiça do Trabalho para garantir legalmente a sua presença no processo eleitoral. A partir disso, passaram a conduzir um verdadeiro assédio judicial para impedir que um campo político legítimo participasse do pleito. Apesar da Diretoria apontar esse episódio como sendo uma tentativa de interferência na autonomia do Sindicato, na realidade, o que ocorreu foi algo muito distinto: a utilização da estrutura burocrática e jurídica do ANDES-SN para impedir que parte dos seus filiados participassem do processo em igualdade de condições em relação às demais chapas, especialmente em relação à chapa da diretoria. Ao fim, o poder judiciário reconheceu as ilegalidades cometidas e reafirmou a legalidade e a legitimidade da participação da chapa 4 nas eleições, com base no princípio da **Democracia Sindical.**

Mas as eleições de 2025 evidenciam não apenas essas manobras burocráticas que objetivaram impedir a participação de uma chapa no processo eleitoral. Assim como ocorreu em eleições anteriores, assistimos a Diretoria promover uma série de atividades e encontros de GTs, seminários e eventos que a permitiu a ela percorrer o território nacional e fazer ampla divulgação das suas teses, com inconteste desvantagem para as demais chapas concorrentes, que não tiveram as mesmas condições financeiras para acompanhar as agendas realizadas entre os meses de março a maio. Além disso, a votação, ocorrida novamente de modo estritamente presencial e por meio de cédulas impressas, dificultou a participação democrática dos aposentados e dos docentes com mobilidade reduzida, transformando as eleições do ANDES-SN em um verdadeiro processo de exclusão da grande maioria da base docente, com mais de 80% dos filiados deixando de votar.

É preciso garantir a ampla participação dos filiados do ANDES-SN na escolha da sua Diretoria, com um processo eleitoral que seja, de fato, o mais democrático possível, o que inclui tanto a discussão sobre os rumos da entidade quanto direito de votar e ser votado por meio de procedimentos transparentes e inclusivos.

TR – 89

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Que o regulamento eleitoral seja aprovado no Congresso e que qualquer alteração de prazos, ritos, debates e eventos só possam ocorrer em comum acordo com as chapas concorrentes.

2.Que a eleição da comissão eleitoral seja realizada no congresso e sua constituição seja proporcional à diversidade de forças presentes (às chapas) com esta proporcionalidade definida na plenária antes da eleição.

3. Que seja criado um fundo eleitoral para evitar o abuso do poder econômico com dinheiro dos filiados, garantindo a isonomia financeira da disputa.

4. Que todas as atividades nacionais do ANDES-SN durante o processo eleitoral contem com a participação de pelo menos um/a (01) representante de cada chapa inscrita financiado/a para participar, em nome da isonomia do processo.

5. Que nas eleições para a escolha da Diretoria seja garantido a participação do maior número possível de filiados através de votação secreta e individual, presencial ou virtual, com ferramentas digitais acessíveis que possibilitem a participação de aposentados, PCDs e docentes com mobilidade reduzida.

TEXTO 90

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR GRUPOS DE TRABALHO E REUNIÕES DE SETOR NO ANDES/SN COM REUNIÕES HÍBRIDAS JÁ! POR UMA PARTICIPAÇÃO DE FATO DEMOCRÁTICA!

TEXTO DE APOIO

O ANDES/SN precisa repensar seus formatos de reuniões para que possamos agir diante dos desafios da contemporaneidade. Para isso é preciso garantir ampla participação das professoras e dos professores. Em um cenário multicampia e, em um país continental como o Brasil, a exigência de que as reuniões dos Grupos de Trabalho e reuniões de setor sejam 100% presencial reduz a real participação. Basta ver o quórum nos GTs e mesmo nas reuniões de setor, para comprovar que se tratam de espaços praticamente esvaziados e subaproveitados do Sindicato Nacional.

Esse debate foi provocado inúmeras vezes por sindicalizados e sindicalizadas, inclusive pela diretoria da ADUR-RJ em suas duas gestões, composto integralmente por diretoras mulheres. Entre as questões mais evidentes estão o custo para as seções sindicais e ADs, e o tempo de deslocamento para o que pode significar mais de 20 reuniões por ano.

Mas temos muitos outros argumentos, para quem carrega dupla e tripla jornada o deslocamento é um impeditivo real de participação em todos os espaços que um movimento sindical de luta demanda, incluindo também a questão da sobrecarga docente.

Na organização do ANDES-SN, espaços importantes de participação são os grupos de trabalho. Os grupos de trabalho no Andes surgiram com o propósito de partilhar as adversidades dos distintos

contextos educacionais; ressignificar os conhecimentos científicos; fortalecer a organização e formação sindical, debater as condições de nossa carreira e seguridade social, além de planejar, avaliar e propor caminhos no enfrentamento para conquista da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, são eles: GTPE - Política Educacional; GTSSA - Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria; GTVerbas – Verbas; GTCarreira – Carreiras; GTCeT - Ciência e Tecnologia; GTPAUA - Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTPFS - Política de Formação Sindical; GTHMD - História do Movimento Docente; GTFundações – Fundações; GTCA - Comunicação e Arte e GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual e GT Multicampia.

Além desses grupos, o Andes-SN se organiza por Setor: Setor das IFES e o Setor das IEES/IMES/IDES. A dificuldade de participação de seções sindicais e ADs por questões financeiras exclui parte significativa da base em importantes espaços de discussão e decisão.

O espaço híbrido permite a escolha e a ampliação dessa participação e por isso tem sido adotado pela maioria dos sindicatos no país. Com a interiorização e multicampia nas instituições públicas de ensino hoje, temos associações docentes e seções sindicais, que já têm enfrentado esses desafios. É recorrente que reuniões de Conselhos de Representantes, Grupos de Trabalho do Andes nos sindicatos e encontros temáticos aconteçam em formato híbrido. Por tecnologia híbrida entende-se o espaço presencial com possibilidade de participação individualizada do e da sindicalizada nos espaços de debate e decisão, com as devidas formas de identificação e verificação já amplamente utilizadas, inclusive pelo ANDES-SN, em reuniões durante o difícil período da Pandemia da COVID, e que podem ser atualizadas com as novas ferramentas disponíveis.

As novas tecnologias, quando bem geridas, são um forte aliado e podem se transformar em instrumentos de luta contra a extrema direita e os nichos neoliberais. Seguimos sem dúvida em defesa de que a participação sindical seja preferencialmente presencial, sem abrirmos mão do uso das novas tecnologias que permitem a ampliação do acesso.

A nossa prioridade de mobilização presencial precisa ser com as lutas.

O Andes/SN só se consolida como um espaço de luta do movimento docente se houver participação de todes, portanto, urge o reconhecimento legítimo do uso tecnológico a favor do movimento sindical docente, de modo a promover aproximações, coesão e sobretudo, democracia.

TR – 90

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. O ANDES-SN utilizará tecnologias híbridas para realização de reuniões de Grupos de Trabalho e encontros temáticos que proporcionem a inclusão de todes os sindicalizados (as). Com a possibilidade de participação individual e identificada.

2. O ANDES-SN passará a utilizar tecnologias híbridas para a realização das Reuniões de Setor e encontros temáticos que proporcionem a inclusão de todes os (as/es) sindicalizados (as/es). Com a possibilidade de participação individual e identificada.

TEXTO 91

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Agostinho Junior Holanda Coe (ADUFPI); Aldenor da Silva Ferreira (ADUFSCAR); Alexandre Curtiss Alvarenga (ADUFES); Andrea Sampaio (Adur); Antonio Carlos Moraes (Adufes); Antonio José Alves Junior (ADUR); Ari de Sousa Loureiro (ADUFPA); Armenes Ramos Junior (SINDUTFPR); Beatriz Wey (ADUR); Benedito Gomes dos Santos Filho (ADUFRA); Bruno Netto dks Reys (ADUFRJ); Camila Maria Risso Sales (Adufla); Camila Souza Porto (Adufal); Carlos Eduardo Müller (ADUFAL); Cesar Tavares (AdUfms); Claudio Maia Porto (ADUR-RJ); Daniel Negreiros Conceição (AdUFRJ); Demétrio Gaspari Cirne de Toleso (ADUFABC); Ednei Luiz Miotto (SINDUTFPR); Eleonora Ziller Camenietzki (AdUFRJ); Elisa Guaraná de Castro (Adur-RJ); Esmeralda Moura (Adufal); Everton Picolotto (Sedufsm); Fabio Rogerio Longen (Sindutfpr); Fátima Lobato Fernandes (ASDUERJ); Flávia Hirata Vale (ADUFSCAR); Francisco José da Costa Alves (ADUFSCar); Francisco Waldílio da Silva Sousa (ADUFPI); Irailde Correia de Souza (Adufal); Janaina Specht da Silva Menezes (Adunirio); Jarbas Ribeiro de (ADUFAL); Jazomar Vieira da Rocha (SINDUTFPR); Jefferson Garrido de Araújo Neto (ADUERN); Jocimar Lomba Albanez (ADUEMS); João Henrique da Silva (ADURRJ); José Carlos Bianchi (SINDUTFPR); José Roberto Braga Portella (Apufpr); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kaelly Virginia de Oliveira Saraiva (ADUFMS); Laila Maria Domith Vicente (ADUNIRIO); Laura Regina da Silva Câmara Maurício da Fonseca (SEDUFSM); Lenilda Austrilino (ADUFAL); Leonardo Octavio Belinelli de Brito (ADUR); Lilian Couto Cordeiro Estolano (ADUR-RJ); Liane Mendes Feitosa Soares (Adufpi); Lino Trevisan (SINDUTF-PR); Liz Denize Carvalho Paiva (ADUR-RJ); Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ); Luiz Alexandre Oxley da Rocha (ADUFES); Luena Nascimento Nunes Pereira (ADUR - RJ); Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Maria do Socorro Meneses Dantas (ADUFAL); Maria Lidia Bueno Fernandes (ADUnB-S.SIND); Maria Tereza Serrano Barbosa (ADUNIRIO); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Marcos Botton Piccin (SEDUFSM); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Moacir Lacerda (ADUFMS); Nadia Maria Pereira de Souza (ADUR RJ); Nanci Stancki da Luz (SINDUTF-PR); Neila Cristina Baldi (Sedufsm); Noêmia dos Santos Pereira Moura (ADUFDourados); Patricia Bastos de Azevedo (ADUR-RJ); Patrícia Gomes Rufino Andrade (ADUFES - ES); Pablo Cardellino (ADUnB); Pere Petit (ADUFPA); Ramos Neves (ADUERN); Regina Cohen Barros (ADUR-RJ); Ricardo Dias da Costa (ADUR-RJ); Rogers Caparroz (SINDUTF-PR); Rosangela Sampaio Reis (ADUFAL); Sheila Denize Guimarães (ADUFMS); Terezinha da Rocha Ataide (Adufal); Thereza Cristina Cardoso Menezes (ADUR); Valter Pomar (ADUFABC); Vânia Beatriz Rey Paz (SEDUFSM); Volmir Sabbi (SINDUTF-PR); Willian Gonçalves Soares (ADUNIRIO).

CONFLUÊNCIA DEMOCRÁTICA POR MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E NO MÉTODO DE FUNCIONAMENTO DE GRUPOS DE TRABALHO, CONGRESSOS E CONADS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A organização sindical é constitutiva da política sindical. O ANDES-SN é um dos maiores sindicatos do Brasil e tem uma história longa de importante atuação na luta pela democracia. Não podemos nos esquecer que muitas Associações Docentes e o ANDES-SN nascem na luta contra a ditadura militar. Com quase 5 décadas de existência temos que rever nossa forma organizativa e método de trabalho, para priorizar a ampla participação e garantir espaços que mobilizem e discutam nossa linha de atuação de forma acessível e próxima a nossa categoria. Já houve mudanças e diferentes formatos. Atualmente os congressos e CONADs se tornaram extenuantes, longos, e com baixa capacidade de promover um amplo debate e uma política sindical que efetivamente repercute no cotidiano da categoria docente.

Grupos de Trabalho

Esse importante instrumento de formulação que tem produzido construções fundamentais em diversos temas que atuamos. O potencial de formular e produzir pode ser ainda maior se valorizarmos esses espaços como de elaboração e encaminhamento. Os grupos são GTPE - Política Educacional; GTSSA - Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria; GTVerbas – Verbas; GTCarreira – Carreiras; GTCeT - Ciência e Tecnologia; GTPAUA - Política Agrária, Urbana e Ambiental; GTPFS - Política de

Formação Sindical; GTHMD - História do Movimento Docente; GTFundações – Fundações; GTCA - Comunicação e Arte e GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual e GT Multicampia.

Para uma maior potencialização dos trabalhos destes GTs, propomos a construção de calendários que contemplem:

1. Reuniões para a formulação de propostas para aprovação em CONADs e Congressos.
2. Realizar um dia de encontro para os GTs antes do início dos congressos e CONADS para propostas a serem aprovadas e encaminhadas para serem referendadas. O que impactar no calendário proposto e impliquem em custos deve ser remetido ao Tema 4 para a aprovação.

Congressos

Os congressos são nossa instância máxima de deliberação. Os congressos são anuais e se tornaram um espaço burocratizado, com longas jornadas de trabalho, com pouco espaço para debate real, e ao final não consolidamos uma síntese que possa mobilizar nossa categoria. O método parece promover muito debate, mas o que temos são grupos mistos que devem debater uma grande quantidade de proposições. Plenárias que não apresentam as propostas e promovem um espaço de debate mais equilibrado. Teríamos outras opções como a possibilidade de os delegados e observadores poderem debater aquilo que têm mais afinidade. Menor interferência das diretorias nos espaços de debate. Que nas plenárias as propostas fossem defendidas ou recebessem críticas de forma organizada. As TRs podem ser repensadas quanto ao formato a ser apresentado buscando uma redução.

Congresso anual é um esforço gigantesco que não necessariamente permite mais mobilização e discussão. A possibilidade de congressos bianuais permitiria um tempo de mais organização e debate. Transformar o congresso em um espaço de definição política e uma linha política a ser trabalhada ao longo de dois anos com revisão nos CONADs.

CONADs

O CONAD é uma instância deliberativa fundamental do ANDES-SN, exercendo a função de conselho fiscal do nosso sindicato. É nele que são avaliados a execução das deliberações congressuais, o plano de lutas, bem como a realização de debates sobre os rumos da organização sindical docente no país. No entanto, o CONAD é antes de tudo um Conselho que avalia e aprova a prestação de contas da entidade, bem como as previsões orçamentárias do ANDES-SN. O CONAD virou um mini-congresso e somado aos custos não garante hoje o seu propósito de discutir as prioridades orçamentárias. É fundamental que se fortaleça a ampla representação das AD/Seções Sindicais. Nesse âmbito, dada a sua importância política e estratégica, é fundamental também pensarmos com seriedade na sua viabilidade e sustentabilidade financeira, bem como na facilitação da participação qualificada no evento de todas as Seções Sindicais que compõem o ANDES-SN. O CONAD deve ser um espaço de atualização da agenda política, avaliação das contas da direção e aprovação da priorização do uso dos recursos. Os CONADs devem manter sua periodicidade anual e garantir a plena participação das ADs e Seções Sindicais.

TR – 91

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Grupos de Trabalho ANDES-SN passam a ser espaços com planejamento bianual de calendário:

1.1. Com encontros para trabalho e encontros em congressos e CONADs para aprovação de proposições.

1.2. Realizar um dia de encontro para os GTs antes do início dos congressos e CONADS para propostas a serem aprovadas e encaminhadas para serem referendadas nas instâncias. Proposições que impactarem calendário e custos deve ser remetido ao Tema 4 em congressos e CONADs para aprovação.

2. CONGRESSOS passam a se organizar e com o método revisado:

2.1. Congressos bianuais a partir de 2027, sempre em anos ímpares.

2.2. Reorganização da programação e jornadas dos congressos, evitando longas jornadas.

2.3. Reorganização dos Grupos Mistos dos congressos e CONADs a ser debatido no GTPSF – revendo formato, intervenção das diretorias do ANDES, garantindo que propostas minoritárias possam ir para o plenário (melhorar isso).

2.4. Plenárias discutam as TRs, que não tenham consenso, com a garantia equilibrada de ao menos 1 defesa e 1 posição contrária e só então abrir para o debate. Temas a serem priorizados em Plenária: Temas 1. Conjuntura; 2. Plano de Lutas e 4. Questões Organizativas e Financeiras Método (incluindo GTECA).

2.5. Plenária Tema 3. Plano Geral de Lutas - aprovação das resoluções dos Grupos de Trabalho ANDES.

2.6. Formato TRs ser revisado no GTPSF.

3. CONADs passam a ser organizar e com método revisado:

3.1. Reduzir o CONAD em tamanho e jornadas

3.2. Plenárias Tema 1. Conjuntura; 2. Plano de Lutas e 4. Questões Organizativas e Financeiras Método

3.3. Síntese de atualização política.

3.4. Encontro dos GTs ANDES se reunirá um dia antes do início do CONAD para encaminhamento de atualizações.

3.5. Método de plenárias e grupos mistos seguirão a reformulação para os congressos.

TEXTO 92

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Adriana Lourenço da Silva - ADUFPel; Adriana Penna (ADUFF-SS); Adriano Figueiró (SEDUFSM-SS); Agatha Justen (ADUFF-SS); Airton Paula Souza (ADUFS/SE-SS); Alair Silveira (ADUFMAT); Albany Mendonça (APUR-SS); Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT); Aloízio Soares (ASPUV-SS); Ana Lucia B. Faria (SINDCEFET/MG-SS); Angela M. Soares Ferreira (ASPUV-SS); Angélica Lovatto (ADUNESP-SS); Antônio Cláudio Costa (ADUFU-SS); Antônio José Mahye (ADURRJ-SS); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SS); Armando Wilson Tafner Júnior (SINDUNIFESSPA); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS/SE-SS); Bráulio Silva Chaves (SINDCEFET/MG-SS); Carlos Anaruma (ADUNESP-SS); Carlos Domingos da Silva (ADUR-RJ); Catharina Marinho Meirelles (ADUFF); Célia Otranto (ADURRJ-SS); Claudete Sampaio (ADUFS-SS); Cláudio Gurgel (ADUFF) ; Edmundo de Drummond Alves Júnior (ADUFF); Einstein Aguiar - ADUFMAT; Elizandra Garcia da Silva (ADUFF); Fábia Heluy Caram (SINDCEFET/MG-SS); Fabiane Adela Tonetto Costas (SEDUFSM-SS); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SS); Fernanda Ribeiro (ASPUV-SS); Francisco Vitória (ADUFPel-SS); Gabriel Muñoz Palafox (ADUFU-SS); Gerson Rodrigues da Silva (ADUFMAT); Glaucia Soares Barbosa (ADUEMG-SS); Huener Silva Gonçalves (SINDCEFET/MG-SS); Igor Mota Morici (SINDCEFET/MG-SS); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF) ; Jairo Paes Selles (ADUFF) ; Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SS); João da Costa Chaves (ADUNESP-SS); Jonas Lírio Gurgel (ADUFF) ; José Airton de Paula (ADUFMAT); José Domingues G. Filho (ADUFMAT-SS); José Ricardo Silva (ADUFMAT);

Juliana de Segadas Vianna (ADURRJ-SS); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF); Lúcia Emília Letro Ribeiro (SINDCEFET/MG-SS); Luís Mauro Magalhães (ADURRJ-SS); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS/SE-SS); Márcia Montanari (ADUFMAT) ; Maria das Graças Soares Floresta (ASPUV-SS); Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (ADUFRJ-SS); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT); Marluce Aparecida Souza Silva (ADUFMAT); Máuri de Carvalho (UFES) ; Mauricio Farias Couto (SINDUFSB); Milney Chasin (SINDCEFET/MG-SS.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SS); Monica Aragona (ADUFMAT); Monica Pirozi (ASPUV-SS.); Nelson Teixeira de Carvalho (ADUFF); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS/SE-SS); Oneize Amoras (ADUFS-SS); Onice Terezinha Dal'Oglio (ADUFMAT); Paulo Antônio Cresciulo de Almeida (ADUFF); Roberto Boaventura de Sá (ADUFMAT); Rondnelly Diniz Leite (SINDCEFET/MG); Rosimê Meguins (ADUFPA-SS); Samuel França Alves (SINDCEFET/MG-SS); Sandra Menezes Walmsley (ADUFS/SE-SS); Vinícius Machado Pereira dos Santos (ADUFMAT); Waldyr Lins de Castro (ADUFF) ; Wilma Pessôa (ADUFF); Zenilde Moreira (ADUFERPE-SS).

SOBRE INTOLERÂNCIA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICO-SINDICAIS: QUANDO A POLÍTICA DO CANCELAMENTO INTERDITA A CRÍTICA E A PARTICIPAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Nossa história dentro das nossas Universidades se confunde com nossa história como militantes dentro do Andes-SN. Desde o princípio da nossa carreira docente, nos engajamos no fortalecimento desse Sindicato – seus princípios e valores. Orgulhosos, não somente fomos nos somando às lutas da categoria docente, mas fomos construindo a nossa própria – e ousada – experiência sindical, pautada pela democracia de base, pela capilaridade organizativa e pela independência política e financeira. Neste processo, aprendemos tanto a disciplina e o método militante quanto a radicalidade da democracia interna, capazes de assegurar, simultaneamente, o embate político duro e a convivência sindical respeitosa.

Desta maneira, mesmo que em tempos pessoais distintos e seções sindicais distantes, **a defesa do Andes-SN combativo, classista, democrático e de base se impõe hoje como uma exigência estratégica** de organização da categoria diante de um conjunto de práticas que, ao longo dos últimos anos, fere os princípios e o método arduamente construídos nas lutas dos anos 1980.

Lamentavelmente – como sabemos –, o *reformismo* e/ou *transformismo* não constituem experiência excepcional na história das organizações da classe trabalhadora. Tampouco desconhecemos suas consequências sobre as lutas dos trabalhadores, independente do tempo e/ou país.

No caso brasileiro, as experiências com o PT e a CUT estão cravadas na história da classe trabalhadora em geral e na categoria docente em particular. Se em 2003, nosso Sindicato foi resistência contra a reforma da Previdência e, em 2004, protagonista da Coordenação de Luta que deu origem à CSP-Conlutas, a partir do início dos anos 2010, a combatividade do Andes-SN e sua militância foi se distinguindo pela progressiva adesão à lógica da política institucional e da *'flexibilização'* da radicalidade classista. Este processo, contudo, não pode ser creditado exclusivamente às divergências quanto às relações com os governos petistas e a caracterização do *impeachment* de Dilma Rousseff. Ao longo dos anos seguintes, **o ambiente sindical do Andes-SN, outrora atravessado por embates políticos duros e apaixonados – porém respeitosos –, foi progressivamente substituído pela interdição da fala e pela hostilidade àqueles que pensam diferente, assim como avançou para a violência política da desqualificação grosseira e perseguição de seus opositores**.

Tomando-se em conta somente os eventos nacionais, o Congresso de 2016 (Curitiba-PR), inaugurou uma prática sindical extremamente hostil, de intolerância política, que foi se aprofundando ao longo dos anos.

Naquele ano, o 35º Congresso do Andes-SN foi palco de uma das primeiras manifestações de intolerância, de hostilidade, de desqualificação da crítica e de interdição do contraditório. Naquela

ocasião, uma intervenção, questionando a existência de pesquisas sobre a experiência de cotas para graduação como condição para avaliar a aprovação da extensão de cotas para a pós-graduação, foi considerada como um questionamento racista, de *'um branco, de olhos azuis'*, que não tinha *'lugar de fala'*. Naquele Congresso, não somente questionamentos comuns no ambiente acadêmico foram criminalizados e manifestações hostis foram presenciadas, senão que a interdição da fala foi feita através de um recurso que, depois, foi se tornando recorrente: **a)** inscrições massivas (e geralmente agressivas), desautorizando quem ousasse pensar diferente; **b)** o silêncio cúmplice das diretorias; **c)** o impedimento procedimental do contraditório; isto é, a ordem das inscrições é estabelecida a partir do *'acolhimento'* pela Mesa diretora e, depois, pela apreciação pela Plenária quanto a realização de outros blocos de intervenções.

Assim, a intolerância e a interdição do contraditório foram prosperando dentro do Sindicato e, apesar das denúncias (inicialmente de um pequeno número de docentes), foram agravando as condições mais elementares de debate e convivência sindical, promovendo um ambiente punitivo e de crescente hostilidade.

Em março de 2017, na 1ª Etapa do Curso Nacional de Formação Política e Sindical do Andes-SN (Fortaleza-CE), companheiros foram constrangidos e hostilizados por manifestarem-se em desacordo com a forma como as questões de gênero e sexualidade estavam sendo discutidas e encaminhadas pelo Sindicato. Em janeiro de 2019, o 38º Congresso do Andes-SN (Belém-PA) – justo após a implementação da reforma trabalhista do governo Temer e a posse de Jair Bolsonaro – dedicou mais tempo à discussão sobre a formalização da paridade para a composição das futuras Diretorias do Sindicato do que aos ataques do capital e do governo à Universidade Pública e aos trabalhadores. Além dessa falta de sintonia com a realidade, o descalabro foi tão grande que uma das militantes – aos gritos – exigiu que as portas do auditório fossem fechadas para que os homens não pudessem sair. Esta cena patética contou com o silêncio da Mesa e a omissão do então presidente do Andes-SN. Foi necessário que um militante pedisse a palavra e instasse a Diretoria a se posicionar firmemente diante do que estava ocorrendo: a censura explícita e a tentativa de impedir quem desejava sair do recinto – uma situação impensada poucos anos antes. O Presidente do momento, após a reprimenda pública, foi obrigado a manifestar-se e solicitar civilidade. Esse triste episódio deveria ser esquecido e lembrado somente como algo a não se repetir, correto? Parece que não. Em evento recente (São Paulo-SP, 2025), o ex-presidente que levou a reprimenda pública, em uma fala, declarou que houve um enorme acerto da sua Diretoria em pautar a paridade para a composição de chapas para concorrer à Direção do Andes-SN, e completou chamando a atenção para as "pessoas" que queriam impedir que isso acontecesse. Uma falsificação brutal do ocorrido.

No 64º CONAD (Brasília-DF, 2019), apresentamos o TR 32 intitulado *Não é tática, é recuo. Para trás, nem para pegar impulso!*, no qual já alertávamos sobre os rumos que as Diretorias do Sindicato estavam imprimindo às discussões, com a sobreposição da política identitária sobre a política de classe. Este TR, que nos rendeu ainda mais hostilidades, reiterava que nossas divergências residiam na forma, não no conteúdo:

> *É nessa dinâmica que as denúncias de violência de gênero, raça, etnia e tantas outras* ***passaram a ganhar independência*** *cada vez maior em relação à luta de classes. Esse fenômeno carrega em si* ***grande contradição***, ***distancia-se do combate à exploração de classe,*** *apoiada na propriedade privada dos meios de produção, ao mesmo tempo em que explicita os crimes decorrentes de uma lógica que se funda sobre o imperativo da propriedade privada, na qual prevalecerá sempre o patriarcado e o machismo, os quais, sem dúvida, precisam ser enfrentados, combatidos e denunciados. Diante deste quadro,* ***acabamos por entrar numa disputa intraclasse que mais nos divide do que nos unifica****. Além disso, presta um grande serviço à classe dominante: opera na fragmentação da classe trabalhadora enquanto totalidade histórica e produto de interesses antagônicos e inconciliáveis.*

Apesar dos nossos esforços para estabelecer o necessário debate sobre os rumos do Sindicato, as manifestações de intolerância evoluíram para formas cada vez mais hostis e punitivas. Após o período pandêmico, no 40º Congresso do Andes-SN (Porto Alegre-RS, 2022), a interdição do contraditório

assumiu formas ainda mais explícitas e violentas, sempre através dos *'recursos procedimentais'* ajustados aos interesses das forças hegemônicas.

Neste Congresso, a divergência quanto à realização das eleições para a Direção do Andes-SN colocou em lados opostos àqueles que exigiam o cumprimento do estabelecido no Estatuto (eleições em 2022) e aquelas forças políticas que defendiam a desincompatibilização do calendário eleitoral do Sindicato com o calendário das eleições presidenciais. Esta divergência evidenciava diferenças que residiam no processo de institucionalização do Andes-SN, ajustando a política sindical à priorização da eleição de Lula.

As tensões que atravessaram os embates, em um ambiente já contaminado por intolerância e hostilidade, eclodiram com a acusação de uma conhecida dirigente sindical sobre o TR 78, assinado por mais de 200 docentes, cuja centralidade residia na exigência do respeito ao Estatuto do Andes-SN. Seus signatários foram qualificados como "*coniventes com o genocídio e com o fascismo do atual governo"*. Descabida, desrespeitosa e injustificável, a acusação ofendeu especialmente professores que perderam familiares para a Covid-19. Mas, mais uma vez, demonstrou a escalada de intolerância dentro do Sindicato.

À violência e despropósito da acusação, as forças políticas à frente da Direção correram a inverter os papeis: o companheiro que demandou retratação da acusação da dirigente sindical foi encaminhado para a Comissão de Ética, acusado de assédio contra a delegada que fez a acusação! O militante encaminhou uma carta para a Comissão de Ética, conforme exigido, mas esta recusou o documento, alegando que ele não estava nos *moldes* que desejava. O ano de 2022, portanto, *'abriu a porteira'* dos descalabros, da censura e da perseguição política no interior do Andes-SN.

Nestas condições, o 65º CONAD (Vitória da Conquista-BA, 2022), se consagrou como um verdadeiro palco dos horrores. Neste evento, dois episódios evidenciaram o quanto o Andes-SN havia se transformado em um sindicato intolerante, hostil e violento; capaz de silenciar e/ou excluir todos aqueles que ousassem discordar da política e/ou do método estabelecido pelas forças hegemônicas. Neste caso, uma hegemonia que se mantém mais pela força e pela execração pública dos discordantes do que pela capacidade de construir consensos.

Dois episódios marcaram, de maneira atroz, o 65º CONAD: **(1)** A denúncia pública de uma professora contra a mesma dirigente que, no 40º Congresso, fizera acusações contra os signatários do TR 78. A denúncia de assédio, ocorrido no Grupo Misto (portanto, com testemunhas), foi feita por uma mulher. E sob a lógica hierárquica dos movimentos identitários, o agravante era que se tratava de uma mulher negra contra uma mulher branca. Ao contrário do ocorrido no 40º Congresso de Porto Alegre, a Comissão de Ética relevou a denúncia e nada ocorreu. Sequer a imposição de retratação pública!; **(2)** Foi aprovada a indicação de expulsão de um sindicalizado (fato inédito no Andes-SN), em um processo marcado por inúmeros atropelos procedimentais. De testemunha, foi transformado em réu. A Comissão que conduziu a sindicância, além de não ter conseguido demonstrar a *'culpa'*, desrespeitou as exigências de amplo direito de defesa, atuando com parcialidade em todo o processo.

Como desdobramento do processo acima relatado, no 41º Congresso foi inaugurado outro ineditismo: em um interregno de apenas 6 meses, entre o evento que indicou a penalidade e aquele que sacramentou a decisão final, o sindicalizado foi sumariamente condenado e expulso! A crueldade desta expulsão, cuja responsabilidade não foi demonstrada, também residiu no ambiente absolutamente violento com que aquele companheiro foi execrado, acusado de *assediador*, *estuprador* e *ladrão*. Àqueles que ousaram defendê-lo, as palavras de ordem acusatórias que viraram um mantra dentro do Sindicato: "*machistas, racistas e fascistas não passarão*".

Mas a sanha inquisitória não foi saciada com a expulsão do sindicalizado. Ainda no 41º Congresso (Rio Branco-AC, 2023), a violência política mais uma vez se manifestou: **(1)** na atitude protagonizada por várias mulheres e homens, de virar as costas para o companheiro que foi *'punido'* pela Comissão de Ética (que lhe exigiu retratação pública). De acordo com estas mulheres e homens, ele estava autorizado somente a pedir desculpas, jamais a defender suas posições. E do que se tratava? Do pedido de retratação que fizera à delegada que, no 40º Congresso, acusou a todos os defensores do cumprimento do Estatuto, de *'coniventes com o genocídio e com o fascismo'*. **(2)** Outro sindicalizado de longa data (e um dos fundadores do movimento *gay* na Bahia), ousou questionar os critérios propostos para composição das delegações para os eventos do Sindicato, o que lhe custou uma avalanche de

acusações e descomposturas, com a desculpa de ter usado uma expressão 'proibida' pelos movimentos identitários atuantes dentro do Andes-SN. À diferença de 2016, entretanto, a Diretora responsável pela condução da Mesa condicionou o pedido de fala do "acusado" à retratação pública. Não por acaso, o professor, de 75 anos de idade, precisou de atendimento médico!

Não bastassem todos estes **fatos** (não 'narrativas') terríveis, o Seminário Nacional do GTPFS, realizado em São Paulo, no final de novembro/2025, conseguiu acrescentar mais violência política ao histórico recente do Andes-SN. Em um evento dedicado à discussão sobre crise sindical e questões organizativas e financeiras, alguns membros da direção (ou de direções anteriores) mostraram-se totalmente à vontade para desrespeitar, ofender e hostilizar abertamente aqueles que ousaram, inclusive, solicitar esclarecimentos.

O grau de violência política alcançou níveis intoleráveis, na medida em que escalou para ofensas pessoais, palavras de ordem, gestos hostis e proibição do uso de imagem por parte de representantes *sindicais*, em um ambiente *sindical*, em um evento *sindical*, para um público constituído de militantes *sindicais*!

Neste mais recente palco de horrores, as agressões oscilaram entre associação a *'piranhas'* às *'práticas fascistas da extrema direita'*, passando pela intervenção da Comissão de *'Ética'*. Comissão esta que não interveio quando uma diretora associou uma docente às '*piranhas do rio Amazonas'*, mas prontamente convidou a professora a apagar as filmagens feitas. Na mesma perspectiva, o atual presidente (que silenciou diante das agressões, ironias e palavras de ordem) rapidamente interveio, reclamando o direito de imagem da Diretora, ao mesmo tempo em que associou a filmagem feita pela docente às *'práticas fascistas'*, comuns ao Movimento Escola sem Partido.

Registre-se que o acesso às filmagens dos eventos do Andes-SN – outrora tão comum e até incentivado – tem sido negado ou dificultado, mesmo quando se trata de assegurar a defesa dos sindicalizados frente às violências que têm experimentado nos eventos públicos do Sindicato. A mesma diretoria que reivindica o direito *personalíssimo* de não autorizar o uso de sua imagem (apesar da representação sindical da qual está investida), é a mesma a usar a imagem de sindicalizados que não foram consultados sobre eventual autorização. E mais: quando instada formalmente por Diretorias de Seções Sindicais a enviar o registro dos eventos, nega-se peremptoriamente, como temos fartamente registrado. Uma prática impensável nos anos 1980/90. Como sempre: dois pesos, duas medidas. Pesos e medidas diferentes, inclusive, para selecionar quem proibir e quem autorizar, já que diversos outros militantes também estavam filmando o Evento.

O Andes-SN que se tem revelado nos últimos anos em nada honra a história que o construiu e o consagrou. Tanto no método quanto na política, as forças hegemônicas dentro do Sindicato o têm conduzido para um processo de naturalização da violência e perseguição política e sobreposição da pauta identitária sobre a pauta classista. A *naturalização* desta sobreposição foi claramente exposta na campanha para sindicalização, apresentada no Seminário do GTPFS, segundo a qual o fortalecimento do Sindicato tinha como objetivo *'fortalecer'* a luta contra o racismo, o machismo e outras formas de opressão. Sobre as demandas centrais da categoria docente e da classe trabalhadora... silêncio.

O alerta oportuno sobre o *silenciamento* quanto à pauta da categoria e da classe trabalhadora, naturalizado pela priorização das demandas identitárias, tanto comprova o processo de inversão das prioridades (reiteradas vezes denunciado) quanto evidencia a importância do contraditório dentro do Sindicato.

Neste sentido, a garantia democrática ao contraditório precisa ser assegurada através de instrumentos que avancem para além da ritualidade burocrática dos procedimentos. É imprescindível recuperar a capacidade de debater ideias, não de combater pessoas. É vital que o direito à divergência seja tão importante quanto o direito à diversidade. É inadiável que a hostilidade, a agressão, a intolerância e a violência política sejam integralmente banidas da nossa vida sindical.

Não é possível que a inclusão de demandas fundamentais de gênero, etnia, raça e sexualidade seja feita à custa da exclusão de lutadores sociais/sindicais. Não é possível que, como professores e pesquisadores, sejamos incapazes de usar as ferramentas de trabalho do próprio ofício dentro do nosso próprio sindicato!

Não é possível que naturalizemos o fato de que muitos militantes históricos estejam se afastando do ambiente sindical por considerá-lo adoecedor, agressivo e hostil. Não é possível que as práticas dos nossos inimigos de classe, que nos exploram e dominam, sejam reproduzidas e naturalizadas dentro do Sindicato. Não é possível que o Andes-SN assuma a mesma lógica de desqualificação que historicamente o liberalismo tem dirigido à nossa capacidade de apreensão das contradições do mundo, neutralizando a crítica!

TR – 92

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Respeitar o princípio democrático do Andes-SN que garante a qualquer sindicalizado o direito de se expressar livremente em todos os espaços e eventos do Sindicato, tanto oralmente quanto nos textos produzidos;

2. Consoante com a transparência que é princípio do Andes-SN, a Diretoria irá disponibilizar as gravações integrais de todos os eventos, futuros ou já realizados, incluindo Conad e Congressos, num prazo de 15 dias corridos, a filiado ou Seção Sindical que venha solicitar;

3. Aprofundar os instrumentos efetivos de democracia interna, incorporando o direito ao contraditório, inclusive quanto ao direito à intervenção e à defesa de proposições e ideias;

4. Combater toda forma de intimidação, hostilidade, desrespeito e quaisquer outras formas de violência e constrangimento contra aqueles que divergem politicamente.

5. Assegurar que os eventos nacionais sejam organizados a partir de reunião deliberativa dos plenos dos GT demandados e setores, de maneira a garantir composições de Mesas com posições distintas e rompendo com o monólogo.

TEXTO 93

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Anastasia Guidi (ADUFABC), Beatriz Raposo (Adusp), Cesar Minto (Adusp), Demétrio Toledo (ADUFABC), Elisabetta Santoro (Adusp), Eneida de Paula (Adunicamp), Everaldo Andrade (Adusp), Hélder Garmes (Adusp), Jana Silverman (ADUFABC), Kimi Tomizaki (Adusp), Márcio Moretto (Adusp), Maria Caramez Carlotto (ADUFABC), Maria Cristina Bahia (Adunicamp), Maria José de Mesquita (Adunicamp), Pierluigi Benevieri (Adusp), Renata Hasue (Adusp), Rosângela Sarteschi (Adusp), Silvia Gatti (Adunicamp), Tercio Sampaio (Adusp), Valter Pomar (ADUFABC), Vanessa Martins do Monte (Adusp) e Wanderley Martins (Adunicamp).

AUTONOMIA DAS SEÇÕES SINDICAIS E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: DISTINGUIR DELIBERAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS ELEITORAIS PARA FORTALECER O ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A democracia interna do ANDES-SN depende de práticas organizativas que combinem fidelidade aos seus princípios históricos com a capacidade de responder às transformações recentes no mundo do trabalho docente e às diferentes realidades das bases sindicais. A expansão de universidades multicampi, as desigualdades territoriais e institucionais, as distintas condições de infraestrutura e os novos modos de comunicação e participação colocam desafios concretos à organização sindical.

O Estatuto do ANDES-SN, ao vedar de forma indistinta o voto não presencial tanto nas instâncias deliberativas quanto nos processos eleitorais internos das Seções Sindicais, adota um regime único para dinâmicas políticas de natureza diversa. Essa vedação não diferencia, de um lado, as instâncias deliberativas, como assembleias, congressos e fóruns, que cumprem papel central de debate político, formação e construção coletiva, e, de outro, os processos eleitorais formais, como a escolha de diretorias e Conselhos de Representantes, cujo caráter é predominantemente procedimental.

As instâncias deliberativas constituem o núcleo da vida política sindical e pressupõem, sempre que possível, a presença, o debate direto e o confronto de posições. Já os processos eleitorais formais podem, em determinadas condições, ser organizados segundo critérios técnicos de segurança, lisura, sigilo, igualdade e auditabilidade, sem prejuízo ao caráter democrático do sindicato.

A aplicação de uma vedação absoluta e indistinta a essas duas dimensões tem produzido dificuldades organizativas concretas em diversas Seções Sindicais, especialmente naquelas inseridas em universidades multicampi ou com recursos humanos e financeiros limitados. Em algumas realidades, tais dificuldades resultam em baixa participação nos processos eleitorais, vacância de cargos ou na necessidade de mobilizar volume significativo de recursos financeiros, humanos e logísticos para a realização de eleições presenciais, recursos que poderiam ser mais bem empregados em atividades de mobilização, formação política e fortalecimento da vida sindical cotidiana. Esses efeitos tendem a aprofundar desigualdades entre Seções Sindicais.

A experiência acumulada pelas Seções Sindicais ao longo dos últimos anos, em especial a partir do período da pandemia, indica que o uso criterioso de mecanismos não presenciais em processos formais pode reduzir barreiras à participação, sem comprometer os princípios da democracia sindical. Ao mesmo tempo, é amplamente reconhecido que a vida sindical não pode ser reduzida a procedimentos técnicos ou mediada exclusivamente por plataformas digitais, devendo preservar espaços presenciais de debate político como eixo estruturante de suas instâncias deliberativas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental incorporar ao Estatuto do ANDES-SN uma distinção mais precisa entre deliberação política e escolha formal de representantes. Tal distinção deve preservar a presencialidade das instâncias deliberativas e, ao mesmo tempo, garantir às Seções Sindicais a

autonomia para decidir, de forma soberana em Assembleia Geral, como organizar seus processos eleitorais internos, de acordo com sua realidade local.

Essa atualização estatutária não impõe um modelo único, nem generaliza o uso de mecanismos não presenciais. Trata-se, antes, de retirar uma vedação absoluta que hoje limita soluções organizativas legítimas, fortalecendo a autonomia das Seções Sindicais, ampliando a participação e reforçando a democracia sindical no ANDES-SN.

TR – 93

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Distinção entre instâncias deliberativas e processos eleitorais

1.1. Reconhecer, no âmbito estatutário, a distinção entre:

1.1.1. Instâncias deliberativas, que constituem espaços formativos de debate político e devem preservar, sempre que possível, sua natureza presencial;

1.1.2. Processos eleitorais formais das Seções Sindicais, cuja organização deve respeitar a autonomia das Seções Sindicais para definir, de forma soberana em Assembleia Geral, a melhor forma de realização de suas eleições internas, desde que assegurados os princípios democráticos fundamentais.

2. Alteração estatutária para garantir autonomia das Seções Sindicais

2.1. Alterar os parágrafos únicos dos artigos 9º e 13º do Estatuto do ANDES-SN, nos seguintes termos:

2.1.1. Artigo 9º – Parágrafo único - Nova redação proposta:

2.1.1.1. "É vedado o voto por procuração em qualquer instância do ANDES-SINDICATO NACIONAL ou de suas SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS.

2.1.1.2. É vedado o voto não presencial nas instâncias deliberativas do Sindicato Nacional e de suas Seções Sindicais.

2.1.1.3. As SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS poderão adotar mecanismos de voto não presencial, inclusive eletrônico, exclusivamente para suas eleições internas de direção e de Conselhos de Representantes, conforme regulamento aprovado em Assembleia Geral local, assegurados os princípios da segurança, lisura, sigilo, igualdade e transparência do processo eleitoral. "

2.1.2. Artigo 13º – Parágrafo único - Nova redação proposta:

2.1.2.1. "É vedado o voto por procuração em qualquer instância do ANDES-SINDICATO NACIONAL e de suas SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS.

2.1.2.2. É vedado o voto não presencial nas instâncias de deliberação do ANDES-SINDICATO NACIONAL e de suas SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS.

2.1.2.3. A vedação ao voto não presencial não se aplica aos processos eleitorais internos das SEÇÕES SINDICAIS ou AD-SEÇÕES SINDICAIS, que poderão utilizar mecanismos de voto não presencial para a eleição de suas diretorias e Conselhos de Representantes, conforme regulamentação aprovada em Assembleia Geral local. "

3. Salvaguardas democráticas

3.1. Estabelecer que qualquer adoção de mecanismos de voto não presencial pelas Seções Sindicais deverá:

3.1.1. Ser aprovada em Assembleia Geral local;

3.1.2. Respeitar os princípios da democracia sindical, da igualdade de condições, do sigilo do voto e da transparência do processo;

3.1.3. Não substituir nem enfraquecer os espaços presenciais de deliberação política.

TEXTO 94

Contribuição das(os) sindicalizadas(os):Ailton Cotrim Prates (Adufal), Ailton Fernando Santana de Oliveira (ADUFS), Alan Martins de Oliveira (Adufersa), Alberto Handfas (Adunifesp), Amália Catarina Santos Cruz (Aduneb), Antônio Joaquim R. Feitosa (ADUFPB), Arlete Ramos dos Santos (Adusb), Ascísio Pereira (Sedufsm), Avery Veríssimo (Sesduf-RR), Azamor Cirne (Adufpb), Belkis Souza Bandeira (Sedufsm), Cândida Maria Santos Daltro Alves (ADUSC), Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC-BA), Carolina Nozella Gama (ADUFAL), Cássia Hack (Sindufap), Celi Nelza Zulke Taffarel (Apub/Ba), Cristina Hill Fávero (Apesjf), David Romão (Apur), Dimas Neves (Adunemat), Domingos Sávio da Cunha Garcia (Adunemat), Eduardo Jorge Souza da Silva (Aduferpe), Edson Franco de Moraes (Adufpb), Erika Suruagy (Aduferpe), Everaldo de Oliveira Andrade (Adusp), Fátima Moraes Garcia (Adusb – UESB), Fernando José de Paula Cunha (Adufpb), Frederico Costa (Sinduece), Geisa Martins Soares (Apesjf), Genigleide Santos da Hora (ADUSC), Geverson Grzeszczeszyn (Adunicentro), Givanildo Bezerra de Oliveira (Apur), Guilherme J P Abreu (Apufpr), Isabelle Meunier (Aduferpe), Ivone Maia de Mello (ADUSC), José Arlen Beltrão (Apur), José Eudes Baima Bezerra (Sinduece), José Eugenio de Jesus Cardoso Graúdo (Apesjf), Juanito Vieira (Apesjf), Jussara Tânia Silva Moreira (ADUSC), Karina Lima Sales (ADUNEB), Katalin Carrara Geocze (SindCEFET-MG), Katia Cilene do Couto (ADUA), Kátia Maria de Aguiar Barbosa (ADUNEB), Leila de Lourdes Longo (Apur), Leni Hack (ADUNEMAT), Lenúcia Moura (Sinduece), Liane de Souza Weber (Sedufsm), Lisleandra Machado (Apesjf), Lenucia Moura (Sinduece), Lori Hack (Adunemat), Luiz do Nascimento Carvalho (Ufcat), Luiz Bezerra Neto (Adufscar), Luiz Felipe Silva (Adunifei), Maíra Lopes dos Reis (Apur), Márcia Luzia Cardoso Neves (Apur), Márcio Perón (Adufscar), Maria de Lourdes Sarmento (ADUEPB), Marilene Santos (ADUFS), Marize Carvalho (Apub/BA), Marta Oliveira Bezerra (APUB), Melina Silva Alves (Adupb), Michel Costa (ADUERN), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (Aduferpe), Osaná Macedo Reis (ADUNEB), Paulo José Riela Tranzilo - (Adufs BA), Pedro Silva (Sinduece), Rita Porto (Adufpb), Rogério Añez (Adunemat), Sandra Luna (Adufpb), Sarah Munck Vieira (Apesjf), Sirneto Silva (Sinduece), Sonia Tomasoni (Aduneb), Silvina Liliana Carrizo (Apesjf), Talita Lopes Honorato (Apur), Tarcisio Augusto Alves da Silva (Aduferpe), Teresinha Weiller (Sedufsm), Tiago Fávero de Oliveira (Apesjf), Uiran Gebara da Silva (Aduferpe), Ywanoska Gama (Aduferpe).

POLÍTICA FINANCEIRA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Conforme discussões realizadas por ocasião do Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas e Financeiras promovido pelo ANDES-SN, foi questionada a necessidade de manutenção do percentual de 20% da arrecadação das seções sindicais destinado ao ANDES-SN pelas respectivas seções sindicais considerando que atualmente o ANDES conta com mais de 100 seções sindicais distribuídas pelo país. Outro ponto questionado foi o elevado custo dos congressos, que gira em torno de R$ 1,5 milhão. Nesse sentido, destacou-se que no demonstrativo financeiro, de 2024, da Seção Nacional, apresentado no 64º CONAD, foi registrado um superávit de R$ 3,7 milhões, valor suficiente para cobrir integralmente os custos dos dois eventos, ainda restando aproximadamente R$ 1,2 milhão. Ressalte-se, ainda, que nos últimos cinco anos a entidade apresentou quatro superávits e apenas um exercício financeiro deficitário.

Durante o seminário, também foram apresentados relatos de diversas seções sindicais com baixo número de sindicalizados e, consequentemente, reduzida capacidade de arrecadação. Essas seções enfrentam dificuldades significativas para realizar as despesas com manutenção do trabalho sindical em suas bases, como a manutenção de sede, contratação de assessoria de comunicação e jurídica, bem como o envio de representantes para reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs) e encontros de setores — federais, estaduais, distritais e municipais. Importa destacar que essas dificuldades não se restringem apenas às seções com menos de 200 sindicalizados.

Ainda no âmbito do seminário, a mesa de debates apresentou dados segundo os quais o ANDES possuía, em 2024, um ativo total de aproximadamente R$ 45 milhões, distribuídos da seguinte forma: R$ 32 milhões no ativo circulante; R$ 13 milhões em ativo não circulante.

Atualmente, a política financeira do ANDES-SN estabelece que a arrecadação é realizada pelas seções sindicais, das quais 21,6 % são repassados ao Sindicato Nacional a título de repasse e fundo de mobilização. Os 78,4% restantes permanecem com as seções sindicais locais para custeio de despesas com pessoal, administração, aluguéis, contratação de assessorias jurídicas e gastos relacionados à atuação política, como produção de materiais de comunicação, apoio a atividades políticas, deslocamentos para participação em GTs, encontros de setores e seminários. Destaca-se ainda que, mesmo com o repasse de 2% ao Fundo de Mobilização, durante a última greve foram cobrados valores adicionais para custear as despesas do comando de greve.

No que se refere especificamente aos congressos, observa-se que as seções sindicais são responsáveis pelo custeio integral do envio de seus delegados, incluindo despesas com deslocamento, hospedagem e diárias, além do pagamento do rateio das despesas dos eventos, conforme a fórmula vigente.

Diante desse cenário, constata-se que as seções sindicais com menor capacidade de arrecadação encontram grandes obstáculos para participar dos eventos nacionais do ANDES-SN. Tal realidade acaba por gerar, ainda que de forma não intencional, um processo de exclusão dessas seções da dinâmica política da entidade, especialmente no que diz respeito à participação nos Grupos de Trabalho, onde são debatidos temas centrais como carreira docente, desafios da multicampia e políticas educacionais, entre outros.

Assim, torna-se imprescindível modificar após um amplo debate acerca da política financeira do ANDES-SN, considerando os inúmeros desafios enfrentados pelo movimento sindical, tais como o aumento do número de sindicalizados nas bases e a ampliação do alcance das ações sindicais por meio das estratégias de comunicação.

Nesse sentido, propomos a discussão sobre a criação de uma política de financiamento que possibilite o apoio às seções sindicais com menor capacidade arrecadatória. Para isso, faz-se necessário definir critérios objetivos que permitam garantir, no mínimo, condições administrativas adequadas, como a contratação de assessoria jurídica e de comunicação local, bem como a participação dessas seções em instâncias nacionais, como Grupos de Trabalho e encontros de setores, promovendo, assim, maior inclusão e fortalecimento das políticas desenvolvidas pelo sindicato.

TR – 94

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Realize seminários com tema único sobre a política financeira a ser desenvolvida pelo ANDES-SN, com o objetivo de analisar a possibilidade de apoio as seções sindicais com menor poder financeiro, nos moldes do que atualmente é promovido pelo Grupo de Trabalho das Oposições;

2. Nos anos em que houver superávit financeiro, que este seja utilizado para dispensar integralmente, as secções sindicais sem repasse sindical atrasado, os gastos dos Congressos do ANDES e do CONAD;

3. A realização de um estudo sobre o impacto financeiro nas contas do Sindicato Nacional, para avaliar a possibilidade de que os gastos com os delegados do Congresso do ANDES e do CONAD sejam descontados do repasse destinado à Seção Nacional, no mês de ocorrência dos mesmos;

4. A realização de um estudo para avaliar a necessidade de estabelecer um limite para o Fundo de Mobilização

TEXTO 95

Contribuição das(os) sindicalizadas(os): Diretoria da ADUFABC: Maria Caramez Carlotto (ADUFABC); Demétrio Toledo (ADUFABC); Jana Silverman (ADUFABC); Valter Pomar (ADUFABC); Anastasia Guidi (ADUFABC); Felipe Franco (ADUFABC); Silvio Carneiro (ADUFABC); André Pasti (ADUFABC).

POR UM SINDICATO NACIONAL FORTE, ENRAIZADO E DE BASE DE VERDADE! PELO APOIO INSTITUCIONAL ÀS NOVAS E PEQUENAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN é um dos maiores sindicatos de primeiro grau do país. Com mais de 40 anos de existência, consolidou sua estrutura como sindicato nacional de base, num modelo *sui generis* no país. No contexto de sua criação, o ANDES-SN era formado por associações docentes que, em geral, preexistiam ao ANDES-SN. Por isso, já contavam com uma estrutura mínima de funcionamento que as tornavam bastante dinâmicas.

A situação, hoje, é muito distinta. Muitas associações docentes, formadas no contexto de expansão do sistema público de ensino superior, especialmente no âmbito federal a partir de 2005, não contam com uma infraestrutura mínima de funcionamento. Mais grave ainda, essas associações docentes são formadas, em geral, por professores no início de carreira, que além de contribuírem proporcionalmente menos, também enfrentaram, desde 2016 pelo menos, as consequências financeiras de perdas salariais que não foram totalmente recuperadas nos últimos 3 anos.

Nesse contexto, muitas das novas e pequenas seções sindicais vivem um círculo vicioso: com pouca contribuição, não conseguem contar com uma infraestrutura mínima para seu bom funcionamento; sem condições de funcionamento, essas Seções Sindicais não conseguem ampliar seu quadro de filiado/as/es.

Diante disso, é fundamental que o congresso do ANDES-SN discuta e aprove uma política específica de apoio às pequenas e novas Seções Sindicais, política, essa, que vá além das poucas medidas já existentes, tais como, "enxoval" de início de funcionamento, exclusão de rateios e apoio (circunscrito) à participação em Congressos, CONADs e demais atividades nacionais. É preciso ir além definindo uma infraestrutura mínima de funcionamento, para que todas as Seções Sindicais do ANDES-SN operem em condições minimamente equânimes.

Na nossa avaliação, essa infraestrutura mínima deve contemplar: uma sede (própria ou alugada); um apoio de secretaria; um apoio jurídico; um apoio de contabilidade e um apoio de comunicação.

Para que o ANDES-SN funcione como um Sindicato Nacional de verdade, é preciso que ele garanta seu enraizamento em todos os seus territórios de atuação, por meio de seções sindicais que atuem em com condições mínimas. Isso pressupõe uma política de equalização mínima de padrões de funcionamento. Essa política será fundamental inclusive para aumentar o quadro de filiados/as/es aos ANDES-SN.

Se somos todos ANDES-SN, devemos funcionar todos em condições minimamente iguais. **Por um sindicato nacional forte, enraizado e de base de verdade, pedimos apoio institucional às novas e pequenas Seções Sindicais do ANDES-SN.**

TR – 95

O 44º CONGRESSO DO ANDES-SN DELIBERA:

1. Criar uma política de apoio às novas e pequenas ADS (até 500 filiados), com garantia de uma infraestrutura mínima de funcionamento;

2. Essa infraestrutura mínima deve incluir: uma sede (própria ou alugada); um apoio de secretaria, comunicação, contabilidade e assistência jurídica.

3. A garantia dessa infraestrutura pode variar caso a caso, podendo ser um apoio financeiro ou a contratação direta de serviços, a depender de estudos feitos pela tesouraria nacional e local.

SIGLAS

ABIN: Agência Brasileira de Inteligência
ABPN: Associação Nacional de Pesquisadores(as) Negras(es)
ABRASME: Associação Brasileira de Saúde Mental
ABRUEM: Associação Brasileira das Reitoras e Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ACD: Auditoria Cidadã da Dívida
ADCAC: Associação Docentes do Campos Avançados Catalão – Seção Sindical
ADCAJ: Associação dos Docentes do Campus Avançado de Jataí – Seção Sindical
ADCESP: Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí – Seção Sindical
ADESFAETEC: Associação dos Docentes da Fundação de Apoio à Escola Técnica – Seção Sindical
ADFAMEMA: Associação de Docentes da Faculdade de Medicina de Marília – Seção Sindical
ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADUA: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – Seção Sindical
ADUEG: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Goiás – Seção Sindical
ADUEL: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina – Seção Sindical
ADUEMG: Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais – Seção Sindical
ADUEMS: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – Seção Sindical
ADUENF: Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Norte Fluminense – Seção Sindical
ADUEPB: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Paraíba-Seção Sindical
ADUERN: Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Seção Sindical
ADUFABC: Associação dos Docentes da Universidade Federal do ABC-Seção Sindical
ADUFAC: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre-Seção Sindical
ADUFAL: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas – Seção Sindical
ADUFC: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará-Seção Sindical
ADUFCG: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande-Seção Sindical
ADUFDOURADOS: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Grande Dourados – Seção Sindical
ADUFEPE: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco-Seção Sindical
ADUFERPE: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco-Seção Sindical
ADUFERSA: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Seção Sindical
ADUFES: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo – Seção Sindical
ADUFF: Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical
ADUFG: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás
ADUFLA: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Lavras – Seção Sindical
ADUFMAT: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso – Seção Sindical
ADUFMS: Associação dos Docentes da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ADUFOB: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia-Seção Sindical
ADUFOP: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto
ADUFPA: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará – Seção Sindical
ADUFPB: Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – Seção Sindical
ADUFPEL: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas – Seção Sindical
ADUFPI: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí – Seção Sindical
ADUFRA: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural da Amazônia-Seção Sindical
ADUFRJ: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Seção Sindical
ADUFS: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe – Seção Sindical
ADUFSCAR: Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos-Seção Sindical
ADUFU: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – Seção Sindical
ADUFVJM: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri-Seção Sindical
ADUNB: Associação dos Docentes da Universidade de Brasília – Seção Sindical
ADUNEB: Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia – Seção Sindical
ADUNEMAT: Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso – Seção Sindical
ADUNESP: Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista – Seção Sindical
ADUNICAMP: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas-Seção Sindical
ADUNICENTRO: Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná-Seção Sindical
ADUNIFEI: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá – Seção Sindical

ADUNIFESP: Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo – Seção Sindical
ADUNIOESTE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ADUNIRIO: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-Seção Sindical
ADUR: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Seção Sindical
ADURN: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ADUR-RJ: Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seção Sindical
ADUSB: Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Seção Sindical
ADUSC: Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz – Seção Sindical
ADUSP: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – Seção Sindical
AFA: Academia da Força Aérea
AGU: Advocacia-Geral da União
AI: Inteligência Artificial
ALMG: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
AMIES: Associação dos Mantenedores Independentes Educadores de Ensino Superior
ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE: Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPG: Associação Nacional de Pós-Graduados
ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APE: Associação de Pais e Mestres
APESJF: Associação dos Docentes de Ensino Superior de Juiz de Fora – Seção Sindical
APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APROFURG: Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande-Seção Sindical
APRUDESC: Associação dos Professores da Universidade do Estado de Santa Catarina-Seção Sindical
APRUMA: Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão-Seção Sindical
APUB: Sindicato dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia
APUBH: Associação dos Professores de Universidades de Belo Horizonte
APUFPR: Associação dos Professores da Universidade federal do Paraná-Seção Sindical
APUG: Associação dos Professores Universitários de Gurupi-Seção Sindical
APUR: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Seção Sindical
ASDUERJ: Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Seção Sindical
ASPUV: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa-Seção Sindical
AVC: Acidente Vascular Cerebral
BDS: Movimento de Boicote, Desinvestimento e Sanções (contra Israel)
BF: Bolsa Família
BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC: Base Nacional Comum Curricular
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC: Benefício de Prestação Continuada
BRB: Banco de Brasília
BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços
CEC: Conselho Escola Comunidade
CECOT: Centro de Confinamento de Terrorismo
CEDAE: Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro
CEDOC: Centro de Documentação e Memória (Prof. Osvaldo de Oliveira Maciel)
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CF: Constituição Federal
CIMI: Conselho Indigenista Missionário
CLDF: Câmara Legislativa do Distrito Federal
CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNDB: Carteira Nacional Docente do Brasil
CNDH: Conselho Nacional dos Direitos Humanos
CNE: Conselho Nacional da Educação
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSC/TAE: Conselho Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNSC: Comissão Nacional de Supervisão de Carreira
CNTE: Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (México)
CNV: Comunicação Não-Violenta
CONAD: Conselho Nacional de Associações Docentes
CONAREM: Conselho Nacional de Retíficas de Motores
CONCLAT: Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONDETUF: Conselho Nacional de Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais
CONDICAP: Conselho Nacional de Dirigentes de Colégios de Aplicação
CONEDEP: Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública
CONFIES: Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica
CONIF: Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
COP: Conferência das Partes (da ONU sobre Clima)
COPAC: Comando de Prevenção e Apoio às Comunidades
CPAN: Campus do Pantanal
CPCD: Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPPD: Comissão Permanente de Pessoal Docente
CSP-CONLUTAS: Central Sindical e Popular Conlutas
CTAR: Centro de Treinamento de Acesso por Corda e Resgate
CUT: Central Única dos Trabalhadores
CVCF: Componente de Créditos Financeiros
DE: Dedicação Exclusiva
DIAP: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD: Ensino a Distância
EBSERH: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT: Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA: Educação de Jovens e Adultos
EN: Entidade Nacional
ENADE: Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
EU: União Europeia
EZLN: Exército Zapatista de Libertação Nacional
FAMEMA: Faculdade de Medicina de Marília
FAMES: Faculdade de Música do Espírito Santo
FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASUBRA: Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FEF: Fundo de Equalização Federativa
FENET: Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico
FGE: Fundo de Garantia à Exportação
FGI: Fundo de Garantidor para Investimentos
FGV: Fundação Getúlio Vargas
FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FINEDUCA: Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FISE: Federação Internacional de Sindicatos da Educação
FMI: Fundo Monetário Internacional
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FNDCT: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FNE: Fórum Nacional de Educação
FNG: Fundo Nacional de Garantías/ Fundo Nacional de Garantias
FNPE: Fórum Nacional Popular de Educação
FONACATE: Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado
FONASEFE: Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNPRESP: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
FURG: Universidade Federal do Rio Grande
GATT: Acordo Geral de Tarifas e Comercio
GCUB: Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
GND: Grupo de Natureza de Despesa
GT Carreira: Grupo de Trabalho sobre Carreira Docente
GT MultiFront: Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira
GT Verbas e Fundações: Grupo de Trabalho de Verbas e Fundações
GTC&T: Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTHMD: Grupo de Trabalho História do Movimento Docente
GTO: Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições
GTPAUA: Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental
GTPCEGDS: Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual
GTPE: Grupo de Trabalho de Política Educacional
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical
GTSSA: Grupo de Trabalho sobre Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria
HU: Hospital Universitário
IA: Inteligência Artificial
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE: Immigration and Customs Enforcement/Serviço de Imigração e Alfândega
ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFI: Instituição Fiscal Independente
IDES: Instituição Distrital de Ensino Superior
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IF / IFES: Institutos Federais / Instituições Federais de Ensino Superior
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
IN: Instrução Normativa
INAF: Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IOF: Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISS: Imposto Sobre Serviços
IVA: Imposto sobre Valor Agregado
LDBEN/LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTI+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/Transexuais, Intersexuais; e o sinal de "+" simboliza outras identidades
LOA: Lei Orçamentária Anual
LRF: Lei de Reponsabilidade Fiscal
MAGA: Make America Great Again/ Torne a América Grande Novamente
MAM: Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MCTI: Ministério de Ciência, Tecnologia e Educação

MD: Ministério da Defesa
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEC: Ministério da Educação
MGI: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MLCTI: Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação
MNNP: Mesa Nacional de Negociação Permanente
MPL: Movimento Passe Livre
MS: Magistério Superior
MS: Magistério Superior
MSNP: Mesa Setorial de Negociação Permanente
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NAF: Novo Arcabouço Fiscal
NEM: Novo Ensino Médio
NFP: Necessidade de Fundo de Maneio
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA: Organização dos Estados Americanos
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Nações Unidas
ONVE: Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es
OS: Organização Social
OTAN: Aliança do Tratado do Atlântico Norte
PAC: Programa de Aceleramento do Crescimento
PAD: Processo Administrativo Disciplinar
PCA: Programa de Conservação Auditiva
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCCTAE: Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCdoB: Partido Comunista Do Brasil
PDRAE: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PGD: Programa de Gestão e Desempenho
PIB: Produto Interno Bruto
PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIX: Pagamento Instantâneo X
PL: Partido Liberal
PL: Projeto de Lei
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLP: Projeto de Lei Complementar
PM: Polícia Milita
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE: Plano Nacional de Educação
PNEDS: Política Nacional de Educação Superior
PNMCE: Política Nacional de Minerais Críticos e Estrangeiros
PNP: Participante de Negociação Pleno
PPA: Plano Plurianual
PPI: Pretos, Pardos e Indígenas
PROIFES: Federação de Sindicatos de Professores e Professoras das Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPAG: Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSNP: Piso Salarial Nacional Profissional do Magistério Público
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PSPN: Piso Salarial Profissional Nacional
PT: Partido Trabalhista
PVV: Partido Pela Liberdade
RAPS: Rede de Atenção Psicossocial
RCL: Receita Corrente Líquida
REP: Registro Eletrônico de Ponto
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral de Providência Social
RJU: Regime Jurídico Único
RLI: Receita Líquida de Impostos
RPPS: Regime Próprio de Previdência Social
RRF: Regime de Recuperação Fiscal
RSC: Reconhecimento de Saberes e Competências
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SDA: Secretaria de Defesa Agropecuária
SESDUEM: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá
SESDUF-RR: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima
SESDUFSM: Seção Sindical dos Docentes de Universidade Federal de Santa Maria
SESUNILA: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana
SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnóloga
SIDES: Sistema Integrado de Defesa Social
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDCEFET-MG: Seção Sindical dos Docentes do CEFET-MG
SINDCETEC: Seção Sindical Docentes do Centro Ensino Tecnológico do Ceará
SINDIFPI: Sindicato dos Docentes do Instituto Federal do Piauí
SINDIPROL/ADUEL: Sindicato dos Docentes das Universidades Estaduais de Londrina e do Norte do Paraná – Seção Sindical
SINDUECE: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará
SINDUEMA: Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Maranhão – Seção Sindical
SINDUEPA: Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado do Pará – Seção Sindical
SINDUFAP: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amapá
SINDUFFS: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Fronteira Sul
SINDUFOPA: Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará – Seção Sindical
SINDUFSB: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul da Bahia
SINDUNESPAR: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual do Paraná
SINDUNIFESSPA: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Paraná
SINDUTF-PR: Seção Sindical dos Docentes da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
SINE: Sistema Nacional de Emprego
SINPROF: Sindicato Nacional de Professores
SNE: Sistema de Notificação Eletrônica
SNE: Sistema Nacional de Educação
SSIND/SS: Seção Sindical
SSP: Secretaria de Segurança Pública
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUAS: Sistema Único de Assistência Social
SUS: Sistema Único de Saúde
TAE: Técnico-Administrativo em Educação
TCC: Trabalho de Conclusão de Curso
TCU: Tribunal de Contas da União
TDAH: Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA: Transtorno do Espectro Autista
TFFF: Tropical Forest Forever Facility/ Fundo Florestas Tropicais Para Sempre
TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

TILS: Tradutor-Intérprete de Língua de Sinais
TR: Taxa Referencial
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UEA: Universidade do Estado do Amazonas
UEG: Universidade Estadual de Goiás
UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais
UEPA: Universidade do Estado do Pará
UEPB: Universidade Estadual da Paraíba
UERGS: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UESPI: Universidade estadual do Piauí
UF: Unidade Federativa
UFBA: Universidade Federal da Bahia
UFF: Universidade Federal Fluminense
UFPEL: Universidade Federal de Pelotas
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAMI: União Nacional Africana de Moçambique Independente
UNB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNEB: Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas
UNILA: Universidade Nacional da Integração Latino-Americana
UNIMONTES: Universidade Estadual de Montes Claros
UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIPAMPA: Universidade Federal do Pampa
UNIR: Universidade Federal da Rondônia
URSS: União das repúblicas Socialistas Soviéticas
USA/EUA: Estados Unidos
USP: Universidade de São Paulo

CLÁUDIO CASTRO, ASSASSINO E TERRORISTA!
UNIDADE VERMELHA-Liga da Ju
CLÁUDIO CAS
ASSASSINO TERRO
JUSTIÇA
ANDES
ANDES SINDICATO NACIONAL
UNE
LULA
ROMPA
RELAÇÕES
COM "ISRAEL"
JÁ
ANDES
SINDICATO NACIONAL
PSICOLOGAS EM
MARCHA DAS
MULHERES NEGRAS
BRASÍLIA 2025
AMMA
PSIQUE E NEGRITUDE
ANPSINEP

ANDES
SINDICATO NACIONAL
SINDUEPA
APRUMA
Aduffpa
NOSSO FUTURO NÃO ESTÁ A VENDA

45
ANOS
ANDES
SINDICATO NACIONAL